fls. 1

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

IMB – 08 – 1
9020010250603

LANÇADO
ABS:

JUÍZO DE DIREITO DA 1º OFÍCIO CÍVEL DE GUARUJÁ
Rua Silvio Daige n.º 280
Jardim Teiereba - CEP 11440-900

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

ESCRIVÃO(Ã)

Foro do Guarujá / 1ª Vara Cível

0010479-53.2009.8.26.0223

Classe	:	Procedimento Sumário
Assunto principal	:	Despesas Condominiais
Competência	:	Cível
Valor da ação	:	R$ 26.006,42
Volume	:	1/2
Reqte	:	**Condomínio Residencial Mussa Gazo**
Advogada	:	Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB: 309804/SP) e outro
Reqdo	:	**Adão Marcio Borgamim**
Advogado	:	Alexandre Fernandes Andrade (OAB: 272017/SP) o outro
TerIntCor	:	Município de Guarujá (Procurador)
Advogada	:	Daniella do Cassia Morandi Reis Gonçalves

(cx 78)

Foro do Guarujá / 1ª Vara Cível
0010479-53.2009.8.26.0223

		(OAB: 147786/SP)
TitDomin	:	Marivalda Rodrigues dos Anjos
Gestor	:	Leonardo de Campos Penin
Advogado	:	Leonardo de Campos Penin (OAB: 177754/SP)
Observação	:	Ação: 31032 - Procedimento Sumário Ação Complementar: 146 - Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)
Redistribuição	:	Livre - 29/10/2009 11:43:14

2009/002999
Titular

1
Vara Cível

Em
aluo ne
que segu
Eu,

REG.SO

LIVRO N

FLS. 2999

SUSPENSÃO DO PROCESSO(ART 366 CPP)
DATA DA PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 14 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@oasp.org.br

2951/09

TJSP 20090818613 223.01.2009.010479-0o

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, CNPJ/MF n. 05.496.572/0001-27, com endereço em Guarujá/SP à Av. Dom Pedro I, 719, neste ato representado por seu síndico, qualificado no incluso instrumento de mandato, por seu advogado ao final assinado, vem à presença de V. Exa., com fundamento nos arts. 1.331 e seguintes do Código Civil e 275, "b" do Código de Processo Civil e demais legislações em vigor, propor através do Procedimento Sumário, ação de

COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS

contra **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ/MF 01.444.010/0001-89, com sede à Av. Adhemar de Barros, 1660 – Sobreloja - Guarujá/SP – CEP 11430-002, na pessoa de seu representante legal, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1- A requerida é condômina do Condomínio Residencial Mussa Gaze, responsável e proprietária da unidade **95B** e está devendo as taxas condominiais devidamente especificadas e descritas na anexa listagem devedora, que fica fazendo parte integrante da presente, as quais totalizam hoje, sem os acréscimos sucumbenciais, o *quantum* de R$ 26.006,42 (vinte e seis mil, seis reais e quarenta e dois centavos).

2- Os condôminos são responsáveis pela conservação e manutenção do condomínio, nos termos do art. 1336, I do Código Civil, devendo concorrer nas despesas do condomínio, recolhendo nos prazos previstos na convenção a quota-parte que lhes couber em rateio.

Vara Cível

Fórum de Guarujá

Processo: 223.01.2009.010479-0/000000-000

Grupo: **1.Cível**
Ação: **146-Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)**
Valor da Causa : R$26.006,42

Data Distribuição : 25/08/2009 Hora: 16:50
Data Redistribuição : 29/10/2009 Hora: 11:43
Data Alteração : 01/09/2009 Hora: 11:23
Tipo de Distribuição : Livre

RTE: **CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**
ADV: MARIO DE PAULA MACHADO
OAB: 76500/SP
RDO: **GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇOES LTDA**

Nº DE ORDEM: 01.01.2009/002999

3- Uma vez configurada a responsabilidade dos condôminos, pelas despesas regularmente realizadas, cumpre-lhes efetuar o pagamento, sob pena de se sujeitarem aos juros moratórios de 1% ao mês, multa estipulada na convenção e correção monetária, devida a partir do vencimento da obrigação.

4- O condomínio autor oferece, desde já, a inclusa documentação probatória, requerendo a juntada das quotas condominiais que se vencerem durante o curso da lide, nos termos do art. 290 do C.P.C.

Destarte, em face do preenchimento das formalidades legais, requer a C I T A Ç Ã O P O R V I A P O S T A L da requerida na pessoa de seu representante legal, no endereço constante do preâmbulo, para que responda aos termos desta ação, que deverá ser julgada procedente para condená-la ao pagamento do principal, acrescido das quotas vencidas durante o curso da lide, multa de 2%, juros de 1% ao mês, correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, custas e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, cientificando-a ainda, sobre os efeitos da revelia, caso deixe de apresentar contestação na audiência de conciliação, instrução e julgamento a ser designada por V. Exa., onde poderá produzir as provas que tiver.

Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente pelo depoimento pessoal da requerida, ouvida de testemunhas, juntada de atas, balancetes, previsões orçamentárias e outros documentos necessários aos esclarecimentos dos fatos.

Requer ainda, se necessário for, em caso de citação por mandado, que as diligências a serem empreendidas pelo Sr. Oficial de Justiça, sejam realizadas com as permissibilidades constantes no art. 172 e parágrafos do Código de Processo Civil.

Dá à causa o valor de R$ 26.006,42 (vinte e seis mil, seis reais e quarenta e dois centavos).

Deferimento.
Guarujá, 07 de julho de 2009.

MARIO DE PAULA MACHADO
OAB/SP 76.500

(Paula/ iniciais/ Mussa Gaze x 95A).

MPM ADVOCACIA

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 27/07/2009 Fls.
1 de 1

Autor: COND. RESID. MUSSA GAZE X Réu: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., AP. 95A

DÉBITO CONDOMINIAL

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
01/10/2004	condomínio	337,29	2%	32.477896	433,80	57,0000%	247,26	681,06
01/11/2004	condomínio	337,29	2%	32.533108	433,07	56,0000%	242,51	675,58
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	431,17	55,0000%	237,14	668,31
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	427,49	54,0000%	230,84	658,33
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	425,07	53,0000%	225,28	650,35
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	423,21	52,0000%	220,06	643,27
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	418,97	51,0000%	213,67	632,64
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	355,46	49,0000%	174,17	529,63
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	388,46	46,0000%	178,69	567,15
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	526,30	43,0000%	226,30	752,60
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	512,77	42,0000%	215,36	728,13
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	453,95	41,0000%	186,11	640,06
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	452,91	40,0000%	181,16	634,07
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	435,28	38,0000%	165,40	600,68
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	434,71	37,0000%	160,84	595,55
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	450,88	36,0000%	162,31	613,19
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	450,38	35,0000%	157,63	608,01
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	450,47	34,0000%	153,15	603,62
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	449,75	33,0000%	148,41	598,16
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	445,95	31,0000%	138,24	584,19
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	443,21	30,0000%	132,96	576,17
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	479,09	29,0000%	138,93	618,02
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	461,63	28,0000%	129,25	590,88
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	490,40	27,0000%	132,40	622,80
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	473,65	26,0000%	123,14	596,79
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	457,22	25,0000%	114,30	571,52
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	471,07	24,0000%	113,05	584,12
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	469,57	23,0000%	108,00	577,57
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	466,82	22,0000%	102,70	569,52
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	465,65	21,0000%	97,78	563,43
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	464,26	20,0000%	92,85	557,11
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	462,27	19,0000%	87,83	550,10
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	508,70	18,0000%	91,56	600,26
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	505,21	17,0000%	85,88	591,09
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	502,80	16,0000%	80,44	583,24
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	500,25	15,0000%	75,03	575,28
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	447,36	14,0000%	62,63	509,99
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	492,34	13,0000%	64,00	556,34
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	485,08	11,0000%	53,35	538,43
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	435,67	10,0000%	43,56	479,23
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	435,01	9,0000%	39,15	474,16
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	432,85	8,0000%	34,62	467,47
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	471,90	6,0000%	28,31	500,21
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	40,66	6,0000%	2,39	43,05
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	440,74	1,0000%	4,32	445,06
	Sub Total:	**17.371,13**			**20.103,46**		**5.902,96**	**26.006,42**

Padrão de Cálculo:

CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/07/2009
- Multiplicador do Cálculo: 40.952036

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/07/2009.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

Observações:

Total do Principal Corrigido:	20.103,46
Total de Juros:	5.902,96
Sub-Total:	26.006,42
Total do Cálculo:	**26.006,42**

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 14 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

CONJUNTO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, C.N.P.J.: 5.496.572/0001-27, sito na Cidade do Guarujá/SP, à Avenida Dom Pedro I, 719, CEP: 11440-000, neste ato representado pela seu síndico **PAULO CESAR GAROFO**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador do RG. 10.888.404, inscrito no CPF/MF sob nº: 038.074.638-79, residente e domiciliadio à Avenida Leandro Ferreira, 171, Guarulhos/SP, CEP: 02066-115, pelo presente instrumento de procuração constitui como seus bastantes procuradores, **Dr. MÁRIO DE PAULA MACHADO**, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/SP sob o nº 76.500 e CPF/MF 732.263.438-15 e **Drª. SILVIA PAULA MONTEIRO DA COSTA**, brasileira, casada, advogada devidamente inscrita na OAB/SP sob o nº. 142.752 e CPF/MF 176.464.628-29, integrantes da MARIO DE PAULA MACHADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita na OAB/SP sob o nº. 11.427 e CNPJ/MF 10.867.620/0001-30, com endereço em Guarujá/SP à Rua Montenegro nº 196 - cj. 14, Edifício Rotary, CEP 11.410-903, PABX: 13-3355-4526, onde receberão intimações, à quem confere(m) amplos poderes para o Foro em geral, com a Cláusula "AD-JUDICIA", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a/s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para unidade **95A**.

Guarujá, 15 de JUNHO de 2009.

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE GUARULHOS/SP
Flora Maria Borelli Gonçalves - Oficial
CARTÓRIO JARDIM CUMBICA Av. Capitão Aviador Walter Ribeiro, 391 - Jd. Cumbica - Guarulhos/SP - 07181-000 - Tel.: (11) 2303-0143
- Válido somente com o selo AA014882 -
Reconheço, por semelhança a firma de: PAULO CESAR GAROFO.
Guarulhos, 15 de Junho de 2009.
Em testemunho ____ da verdade.
ROBERTO ALVES DE LIMA JUNIOR - ESCREVENTE
(14/20090615104158)Preço p/firma: R$ 2,90:Total: R$ 2,90
Coleção Notarial SP FIRMA 1 Estado de São Paulo 1271AA014882

CONJUNTO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
PAULO CESAR GAROFO

Registro Civil das Pessoas Naturais 2º Subdistrito - Guarulhos - SP

06

fls. 7

BANCO NOSSA CAIXA S.A
BANCO No.: 151 AG: 1068-5

COMPROVANTE DE PAGAMENTO - GARE-DR

CODIGO DA RECEITA	304-9
CNPJ	05496572/0001/27
VALOR DA RECEITA	9,30
JUROS DE MORA	0,00
MULTA MORA/INFRACAO	0,00
HONORARIOS ADVOCATICIOS	0,00
VALOR TOTAL	9,30

DATA: 18/08/2009 HORA: 15:45:15
TERMINAL: 016 AUT.: 178
CONTROLE: 015071 NSU.: 000445

Autenticacao Digital
RL28UR17 ZRHWCFZL H0000780 80001007
CEH3F9QR 50J43LEH GAFV5R8N GA6YGV08

GARE-DR recolhido conforme Portaria CAT 98/97 e portaria CAT 60/02,Autorizado pelo Processo D.A.780/97.

1. Via

CENTRAL DE ATENDIMENTO NOSSA CAIXA:

4004-2151 (Capital e regiões metropolitanas)

0800-709-0151(Demais localidades)

OUVIDORIA (Caso não considere satisfatória a resposta obtida na Central de Atendimento):

0800-770-6884 (9 horas às 18 horas - dias úteis)

CENTRAL DE ATENDIMENTO NOSSA CAIXA:

4004-2151 (Capital e regiões metropolitanas)

0800-709-0151(Demais localidades)

OUVIDORIA (Caso não considere satisfatória a resposta obtida na Central de Atendimento):

0800-770-6884 (9 horas às 18 horas - dias úteis)

BANCO NOSSA CAIXA S.A.
BANCO No.: 151 AG: 1068-5

COMPROVANTE DE PAGAMENTO - GARE-DR

CODIGO DA RECEITA	230-6
CNPJ	05496572/0001/27
VALOR DA RECEITA	260,06
JUROS DE MORA	0,00
MULTA MORA/INFRACAO	0,00
HONORARIOS ADVOCATICIOS	0,00
VALOR TOTAL	260,06

DATA: 18/08/2009	HORA: 15:44:56
TERMINAL: 016	AUT.: 177
CONTROLE: 015043	NSU.: 000444

Autenticacao Digital
RL28T817 ZRHWCFZP H0006C5Q 80000ZQX
JVW99ZWU 09CQL0Y1 4DW2YiHi HD0HQAHX

GARE-DR recolhido conforme Portaria CAT 98/97 e portaria CAT 60/02,Autorizado pelo Processo D.A.780/97.

1. Via

obtida na Central de Atendimento):

0800-770-6884 (9 horas às 18 horas - dias úteis) fls. 10

CENTRAL DE ATENDIMENTO NOSSA CAIXA:

4004-2151 (Capital e regiões metropolitanas)

0800-709-0151(Demais localidades)

OUVIDORIA (Caso não considere satisfatória a resposta obtida na Central de Atendimento):

0800-770-6884 (9 horas às 18 horas - dias úteis)

CENTRAL DE ATENDIMENTO NOSSA CAIXA:

GUIA DE RECOLHIMENTO

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - F. E. D. T. J.

Nossa Caixa

Banco Nossa Caixa S.A.

Nome		Código	Valor
C.R. Mussa Gaze		120-1	R$ 12,41
RG	**CNPJ/CPF** 05.496.572/0001-27		
Nº do Processo	**Unidade**		
Endereço R. Silvio Daige, 280			
CEP 11440-900	**Comarca** Guarujá		
Histórico C.R. Mussa Gaze X Guarujá Veiculos Construções Ltda			
		Total	R$ 12,41

GUARUJÁ 2º OFÍCIO JUDICIAL

1ª Via - Unidade Geradora do Serviço
2ª Via - Contribuinte
3ª Via - Banco
O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Autenticação Mecânica 1068 18ago2009 176 12,41RD 016

02/07 - 10/0493-1

BGA - 0786 - 2

Relação de Receitas arrecadadas pelo Fundo Especial Despesa

Discriminação	Código	Discriminação	Código
Porte de Remessa e Retorno de autos	110-4	Disquetes Saraiva	213-5
Despesas Postais com citações e Intimações	120-1	Multas Contratuais Administrativas - TJ	214-3
Exped. Cartas Sentença/arremat/adjudic/remição	130-9	Permissão de uso de espaços livres s/jurisd.TJ	215-1
Porte de Remessa e Ret. autos ao Supemo Trib Fe	140-6	Saldo de adiantamento de exercícios anteriores	216-0
Certidões em geral	202-0	Disque Tribunal	217-8
Segundas vias de crachás	203-9	Disque Tribunal - Vídeo Texto	218-6
Carteira de Magistrado	203-9	Part. F. pagto. magistrados consignatárias	219-4
Inscrições em Concursos	204-6	Venda de material inservível	320-4
Informações do Banco de Dados TJ - Pesquisa	205-6	Venda de material não indispensável	321-2
Desarquivamento de Processos	206-2	Doações e Contrib. de Pessoas Jurídicas	430-8
Microfilmagem	207-1	Doações e Contrib. de Órg. ou Ent. Munic./Est./Fed.	431-6
Convênios	208-9	Doações e Contrib. de Pessoas Físicas	432-4
Cursos em Geral	209-7	Doações de Entidades Internacionais	433-2
Publicação de Editais - DEGE	210-1	Rend. aplicações financeiras - FIF - DI	Não utiliza
Produtos de Informática - IOB	211-9	Rend. aplicações financeiras - FIF - GOV	Não utiliza
Produtos de Informática - Print	212-7	Outras: (especificar no histórico)	500-2

REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

RUA MÁRIO RIBEIRO, 204 - 1.º ANDAR - TEL.(13) 3347-1112 - CEP: 11410-904
OFICIAL: DRA. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
C.N.P.J. 51.080.695/0001-08

A Oficiala de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Guarujá-SP, **Drª ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO – CERTIFICA** - mais que em virtude do pedido verbal de pessoa interessada e em aditamento a presente certidão, reviu os livros do Serviço Registral a seu cargo, a partir de 13 de dezembro de 1965, data de sua instalação, e deles, não consta que ***GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA,*** tenha alienado, constituído hipoteca convencional, legal ou judiciária, onerado por qualquer forma ou feito contrato de locação com a cláusula do artigo 576 do Código Civil Brasileiro, sobre a fração ideal de **0,946324%** que corresponderá ao **APARTAMENTO nº 95-A** que localizar-se-á no 9º andar ou 10º pavimento do futuro empreendimento denominado **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** que possuirá, a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 metros quadrados e a área total de 118,170 metros quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; ***caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista***; bem como não constam inscrições de penhoras, arrestos, sequestros, citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, tendo por objeto o referido imóvel.- Dou fé, Guarujá, 31 de julho de 2009.- **O ESCREVENTE:**_____

GUARUJÁ-SP
INIZ SAMPAIO
TES LOPEZ

Emolumentos	**R$**	**18,92**
Estado	**R$**	**5,38**
Aposentadoria	**R$**	**3,98**
Registro Civil	**R$**	**1,00**
Trib. de Justiça	**R$**	**1,00**
TOTAL	**R$**	**30,28**

REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ-SP
DRA. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL
BEL. JOSÉ ROBERTO PONTES LOPEZ
ESCREVENTE

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO

CAPÍTULO I

DO OBJETO.

Artigo 1o.- O Condomínio Edifício Residencial Mussa Gaze, Blocos "A" e "B", regular-se-á pelas disposições da Lei Federal numero 4.591 de 16 de dezembro de 1964 e especialmente pela presente Convenção de Condomínio.

Artigo 2o.- Serão partes de propriedade e uso exclusivo dos condôminos, as Unidades Autônomas consistentes dos "APARTAMENTOS", localizados e numerados da seguinte forma:

BLOCO "A"

1°. Andar ou 2°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-A, 12-A, 13-A, 14-A, 15-A.

2°. Andar ou 3°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-A, 22-A, 23-A, 24-A, 25-A.

3°. Andar ou 4°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 31-A, 32-A, 33-A, 34-A, 35-A.

4°. Andar ou 5°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-A, 42-A, 43-A, 44-A, 45-A.

5°. Andar ou 6°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-A, 52-A, 53-A, 54-A, 55-A.

6°. Andar ou 7°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-A, 62-A, 63-A, 64-A, 65-A.

7°. Andar ou 8°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-A, 72-A, 73-A, 74-A, 75-A.

8°. Andar ou 9°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-A, 82-A, 83-A, 84-A, 85-A.

9°. Andar ou 10°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 91-A, 92-A, 93-A, 94-A, 95-A.

10°. Andar ou 11°. Pavimento: Apartamentos tipo nos.101-A, 102-A, 103-A, 104-A, 105-A.

11°. Andar ou 12°. Pavimento (Cobertura): Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 112-A e 113-A.

CARTÓRIO DE REG

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

BLOCO "B"

1°. Andar ou 2°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-B, 12-B, 13-B, 14-B, 15-B.

2°. Andar ou 3°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-B, 22-B, 23-B, 24-B, 25-B.

3°. Andar ou 4°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 31-B, 32-B, 33-B, 34-B, 35-B.

4°. Andar ou 5°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B.

5°. Andar ou 6°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-B, 52-B, 53-B, 54-B, 55-B.

6°. Andar ou 7°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-B, 62-B, 63-B, 64-B, 65-B.

7°. Andar ou 8°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-B, 72-B, 73-B, 74-B, 75-B.

8°. Andar ou 9°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-B, 82-B, 83-B, 84-B, 85-B.

9°. Andar ou 10°. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 91-B, 92-B, 93-B, 94-B, 95-B.

10°. Andar ou 11°. Pavimento: Apartamentos tipo nos.101-B, 102-B, 103-B, 104-B, 105-B.

11°. Andar ou 12°. Pavimento (Cobertura): Apartamentos de Cobertura nos. 111-B, 112-B e 113-B.

Artigo 3o.- Serão partes de propriedade e uso comum dos condôminos inalienáveis, indivisíveis e indissoluvelmente ligadas às unidades autônomas todas aquelas elencadas no Artigo3° da Lei Federal no. 4.591 de 16 de dezembr de 1964 e as seguintes: o terreno onde se assentará o empreendimento, os muro limítrofes do terreno, as fundações e alicerces, as vigas e colunas de sustentação as lajes de concreto armado, as paredes de meação entre as unidades.

No Sub-solo (Comum a ambos os blocos): 04 (quatro) poços de elevadores respectivos halls, 02 (duas) caixas de escadas, 02 (dois) locais para elevadores 02 (dois) armários, cabine primária e AC., rampa de acesso de autos e 110 (cent e dez) Vagas de Garagem, individuais e indeterminadas.

No Andar Térreo do Bloco "A": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas d jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, hall de circulação, WC depósito, banheiro, local para elevador, vestiário masculino, vestiário feminino escadarias, sauna, ducha, salão de festas com copa e WC.

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

No Andar Térreo do Bloco "B": Será composto de hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, local para elevador, hall de circulação, 02 (dois) WCs., apartamento do zelador (composto de sala, um dormitório, hall, circulação, banheiro, cozinha e área de serviço), dormitório de funcionários, vestiário de funcionário com 02 (dois) WCs., salão de festas com WC.

Andar Térreo - Área descoberta (fora da projeção dos blocos): Play ground, deck e piscinas de adulto e infantil.

Andares Superiores dos Blocos "A" e "B": hall social, hall de circulação, local para elevador e 02 (dois) poços de elevadores.

Ático dos Blocos "A" e "B": casa de máquinas, lajes impermeabilizadas e 02 (duas) caixas d'água.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DE GUARUJÁ - SP.

CAPÍTULO II

DO DESTINO E DA UTILIZAÇÃO DAS PARTES.

Artigo 4o. - Os Apartamentos destinam-se a moradia, sendo seu uso vedado para qualquer outra finalidade.

Artigo 5o. - As partes de uso comum destinam-se as finalidades que lhes são especificas, sendo vedado o seu uso, expressamente para qualsquer outras.

Artigo 6o. - **São direitos dos condôminos: a)** usar, gozar da respectiva unidade autônoma, de acordo com o respectivo destino, desde que não infrinjam as normas legais e as contidas nesta Convenção e seu Regulamento Interno; **b)** usar e gozar das partes comuns do edifício, desde que não impeçam idêntico uso ou gozo por parte dos demais condôminos, com as mesmas restrições da alínea anterior; **c)** examinar, a qualquer tempo, os livros e arquivos da administração; **d)** comparecer

as Assembléias e nelas discutir, votar e ser votado, respeitando o disposto no Artigo 19o.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO.

Artigo 7o. - A Administração do condomínio caberá a um síndico, condômino ou pessoa jurídica especializada no ramo, eleito bienalmente, pela Assembléia Geral Ordinária, podendo ser reeleito.

parágrafo único - No caso do síndico eleito ser um condômino, este poderá delegar as suas funções administrativas a pessoa jurídica de sua confiança.

Artigo 8o. - Compete ao Síndico: a) Representar ativa e passivamente o condomínio em juízo ou fora dele, praticar todos os atos em defesa dos interesses comuns, nos limites da lei, da Convenção de Condomínio e do Regulamento Interno; **b)** exercer os atos de gestão do edifício, no que concerne a segurança e moralidade do prédio e a conduta dos serviços de utilidade comum; **c)** contratar com firma especializada a administração do condomínio, fixando sua remuneração; **d)** admitir e demitir empregados, fixar seus salários, bem como transigir em matéria de indenização trabalhista; **e)** ordenar a realização das obras e serviços necessários ao bom funcionamento do edifício; **f)** cumprir e fazer cumprir esta Convenção e o Regulamento Interno, executando e fazendo executar as deliberações das Assembléias dos condôminos; **g)** arrecadar as contribuições devidas pelos condôminos e dar-lhes aplicação necessária ao bom funcionamento do edifício; **I)** prestar contas de sua gestão a Assembléia Geral Ordinária e apresentar orçamento para o exercício seguinte; **j)** recolher aos cofres públicos, pontualmente, todos os tributos que incidam sobre o edifício e que sejam de responsabilidade do condomínio; **l)** convocar a Assembléia Geral.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

Artigo 9o. - O síndico sendo pessoa jurídica, perceberá mensalmente a remuneração que lhe for fixada pela Assembléia Geral, respeitado o máximo estipulado no Artigo 8o.-alinea "c" supra.

parágrafo único - No caso do síndico ser um condômino não perceberá qualquer remuneração.

Artigo 10o. - O síndico poderá ser destituído pelo voto de dois terços (2/3) dos condôminos presentes a Assembléia Geral para este fim especialmente convocada.

parágrafo único - No caso de destituição far-se-á acertos de contas entre o condomínio e a pessoa que exercer as funções administrativas, pagando o condomínio no prazo de 30 dias da destituição as importâncias por ventura devidas, ou recebendo no prazo de 10 (dez) dias, as importâncias que por balanço existirem a seu favor.

Artigo 11o. - Não poderá ser eleito para o cargo de síndico o condômino que estiver em atraso com suas contribuições condominiais, ou houver sido cobrado judicialmente por contribuições não pagas nas épocas devidas.

Artigo 12o. - Juntamente com o síndico a Assembléia elegerá um sub-síndico, que o substituirá em suas faltas e impedimentos.

parágrafo único - Ocorrendo vaga, o sub-síndico convocará Assembléia para eleição de outro síndico, que exercerá o cargo por prazo de dois anos.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DE GUARUJÁ - SP.

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

CAPÍTULO IV

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 13o. - A Assembléia Geral é a reunião dos condôminos, convocada e instalada na forma da Lei e desta Convenção, afim de deliberar sobre matéria de interesse do condomínio.

Artigo 14o. - A Assembléia Geral será convocada por Carta Protocolada ou registrada e entregue aos condôminos no endereço que para este fim fornecerem ou, a sua falta, na unidade autônoma de que são proprietários ou compromissários compradores devendo mediar pelo menos, oito dias, entre a data da convocação e da realização da Assembléia.

parágrafo único - Da convocação deverá constar obrigatoriamente: a) O local, dia e hora da reunião; b) A ordem do dia e o "quorum" para a respectiva votação.

Artigo 15o. - A Assembléia Geral Ordinária, reunir-se-á anualmente na forma da lei e a Extraordinária sempre que convocada pelo síndico ou condôminos que representem 1/4 (um quarto) no mínimo do condomínio, sempre que assim o exigirem os interesses condominiais.

parágrafo único - Sendo convocada a Assembléia por condôminos, ao síndico será dada ciência, observando o prazo estabelecido no Artigo 15o. retro.

Artigo 16o. - Ressalvadas as exceções previstas em Lei e nesta convenção, a Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de condôminos que represente 50% (cinqüenta por cento) do condomínio e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer numero de condôminos.

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

Artigo 17o. - Nas deliberações da Assembléia Geral, os votos serão proporcionais as frações ideais do terreno, não podendo participar e votar aquele que não estiver em dia com suas contribuições condominiais.

parágrafo único - As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria absoluta do plenário, ou seja, dos condôminos presentes, exigindo-se o voto de condôminos representantes de no mínimo 2/3 (dois terços) do total das frações ideais para deliberação sobre: a) alteração da Convenção e do Regulamento Interno do Edifício e b) venda ou reconstrução do edifício em caso de sinistro que destrua mais de 2/3 (dois terços) de seu total.

Artigo 18o. - A Assembléia será presidida por um condômino eleito pelos presentes, o qual escolherá o secretário sendo vedado ao síndico presidir os trabalhos.

Artigo 19o. - Compete a Assembléia Geral Ordinária: a) deliberar sobre as contas do condomínio; b) discutir e votar o orçamento para o exercício financeiro, compreendendo as da conservação, manutenção e obras do condomínio; c) eleger o Conselho Consultivo, o síndico e o sub-síndico; d) fixar FUNDOS DE RESERVA; e) votar as demais matérias constantes da ordem do dia.

Artigo 20o. - Compete a Assembléia Geral Extraordinária: a) destituir o síndico a qualquer tempo, independentemente de justificação e eleger seu substituto; b) deliberar sobre matéria de interesse do condomínio; c) deliberar sobre propostas formuladas por qualquer condômino; d) apreciar as demais matérias constantes da ordem do dia.

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

Artigo 21o. - Os condôminos poderão fazer-se representar na Assembléia Geral, através de procuradores.

Artigo 22o. - As deliberações da Assembléia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio e, nos dez (10) dias subseqüentes a coleta da assinatura do presidente e secretário, o síndico enviará copias a todos os condôminos, por carta protocolada ou registrada.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 23o. - O Conselho Consultivo será composto de três membros efetivos, todos condôminos eleitos por um biênio pela mesma Assembléia Geral Ordinária que eleger o síndico, por maioria de votos ou por aclamação, permitida a reeleição.

Artigo 24o. - Ao Conselho Consultivo, além das atribuições previstas em lei, compete: a) fixar os valores das multas previstas no Artigo 36o.; b) examinar, trimestralmente, as contas do condomínio; c) emitir parecer sobre as prestações de contas do síndico; d) emitir parecer sobre os assuntos condominiais quando a tanto solicitado pelo síndico ou por qualquer condômino interessado; e) emitir parecer sobre a previsão orçamentaria apresentada pelo síndico para o exercício financeiro seguinte.

parágrafo único - Ate 48 (quarenta e oito) horas da Assembléia Geral Ordinária, independentemente de qualquer convocação especial, o Conselho deverá obrigatoriamente emitir parecer sobre a prestação de contas e a previsão orçamentaria. O silêncio corresponderá a parecer favorável.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Artigo 25o. - Não poderão ser eleitos para o Conselho Consultivo os condôminos que não poderiam ser eleitos síndicos, na forma do Artigo 11o.

Artigo 26o. - Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados.

CAPÍTULO VI
DO ORÇAMENTO

Artigo 27o. - Constituem despesas condominiais: a) os prêmios de seguro; b) os tributos incidentes sobre as partes comuns do edifício; c) as despesas derivadas do consumo de luz, força, água, esgoto e de telefone das partes e coisas comuns; d) a remuneração da administração e dos demais empregados do condomínio, bem como os respectivos encargos trabalhistas; e) as despesas de conservação, limpeza, reparação e manutenção do edifício e suas instalações de uso comum; f) outras aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Artigo 28o. - O exercício financeiro será de 12 (doze) meses, incumbindo ao síndico preparar o orçamento para o exercício, estimando a despesa e fixando a receita do condomínio, a fim de serem objeto de deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

parágrafo único - A previsão poderá ser reajustada por Assembléia Geral Extraordinária, se julgada insuficiente para cobrir as despesas do condomínio.

Artigo 29o. - A receita do condomínio será constituída pelas contribuições dos condôminos, aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária e arrecadadas pelo modo previsto neste capítulo e, bem assim, pelo produto de empréstimos que forem

OF REGISTRO DE IMÓVEIS

autorizados pelo Conselho Consultivo, para fazer frente as despesas extraordinárias para as quais sejam insuficientes os fundos condominiais.

Artigo 30o. - Os condôminos concorrerão para o custeio das despesas recolhendo a cota parte que lhes couber, mediante rateio proporcional as frações ideais do terreno.

parágrafo único - A cota condominial de cada condômino, será parcelada em 12 (doze) contribuições mensais, vencíveis ate o dia 10 (dez) de cada mês, de acordo com a previsão.

Artigo 31o. - As despesas extraordinárias serão igualmente rateadas entre os condôminos dentro do prazo fixado pela Assembléia que as autorizar.

Artigo 32o. - As contribuições ordinárias ou extraordinárias não pagas no respectivo vencimento, serão acrescidas de multa de 20% (vinte por cento) e juros moratórios de 1% ao mês, sem prejuízo de sua cobrança judicial por AÇÃO SUMARÍSSIMA.

parágrafo único - Se, entre o vencimento da contribuição e a data de seu pagamento, mediar período igual ou superior a (um) mês, o valor da contribuição será corrigido segundo os índices de correção monetária da TRD - Taxa Referencial Diária, calculando-se os juros e multa sobre o valor corrigido.

Artigo 33o. - Para o atendimento de despesas extraordinárias, será incluído na previsão orçamentaria uma importância equivalente a 1/12 do total das despesas previstas para o exercício bem como será instituído um **FUNDO DE RESERVA** para o condomínio correspondente a 5% do orçamento.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

Artigo 34o. - Com o produto das cominações previstas no Artigo 32o. serão custeadas as despesas e os honorários advocatícios necessários a cobrança das contribuições vencidas.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Artigo 35o. - O condômino que violar as disposições legais, bem como as contidas na presente Convenção e no Regulamento Interno, (além de ser compelido a desfazer a obra ou abster-se do ato praticado ou ainda de reparar os danos que causar), ficará sujeito a multa de um ate 10 (dez) vezes o salário mínimo em vigor na região.

parágrafo único - A multa será imposta pela Administração e cobrada pelo síndico juntamente com a contribuição de vencimento imediatamente posterior, facultado ao interessado recorrer para a Assembléia Geral. No presente caso, Administração significa Conselho Consultivo.

Artigo 36o. - A imposição de multa será comunicada por escrito ao infrator, não tendo efeito suspensivo o recurso eventualmente interposto.

Artigo 37o. - O pagamento da multa não exime o infrator de sua responsabilidade civil pelos danos causados.

Artigo 38o. - O condômino responderá perante o condomínio, pelos atos praticados pelos ocupantes de sua unidade autônoma, seja a que título for.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

CONDOMÍNIO
"RESIDENCIAL MUSSA GAZE"

CAPÍTULO VIII

DO SEGURO OBRIGATÓRIO.

Artigo 39o. - O empreendimento será segurado contra incêndio ou outro sinistro qualquer que venha a destruí-lo total ou parcialmente, procedendo-se no caso, conforme o disposto nos Artigos nºs. 14º, 15º, 16º, 17º e 18º da Lei Federal nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 40o. - A solução dos casos omissos caberá ao Conselho Consultivo "ad-referendum" da assembléia geral e mediante a aplicação dos dispositivos da Lei no. 4591 de 16 de dezembro de 1964.

Guarujá, 27 de novembro de 1996

Nacim Mussa Gaze

SELO DE AUTENTICIDADE
Selos Est e Dem Reconhecidos por Verba
23 DEZ 1996
( ) Carlos Evilasio da Silva – Escrevente
( ) Bel. Guerra Junqueiro Guchilo – Escrevente
( ) Adenir Antonia Caliani Pardi – Escrevente
"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE"

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE LETRAS E TÍTULOS GUARUJÁ SP

Assinaturas dos Srs. Condôminos presentes a Assembléia Geral Ordinária do Condomínio Residencial Mussa Gaze, Bloco B (Miguel Mussa Gaze), realizada em 06(seis) de dezembro de 2008, em 2ª convocação às 10:00 horas.

No. Apto.	Nome Proprietário/ou Procurador	Assinatura
B0011	Wanderley Silva Araújo	
B0012	Antônio Rivas Olivares	
B0013	Maria de Lourdes Gaziola	
B0014	Narajara da Silva	
B0015	Roberto Vignon Júnior	
B0021	Nelson Gosser Júnior	
B0022	Antônio Carlos Vieira	
B0023	Nelson Alvarez Castilho Jr.	
B0024	José Mário Xavier	
B0025	Jeremiah Francis Scanlon	
B0031	Carlos Roberto de Carvalho	
B0032	Marcos AP. Gomes Nogueira	
B0033	Luiz Carlos Perandin	
B0034	Brígida Maria da Gama Oliveira	
B0035	José Alberto dos Santos Ramos	
B0041	Ademilton A . do Nascimento	
B0042	Jeremiah francis Scanlon	
B0043	Jarbas José Silva	
B0044	Wu Chia Chua Tanji	
B0045	Maria de Lourdes Barreira Serra	
B0051	Carlos Eduardo Ferreira Moraes	
B0052	Maria Rosa Rahmi	
B0053	Dagoberto Balestra Garcia	
B0054	Maria Balestra Garcia	
B0055	Dr. Sérgio Makabe	
B0061	José Eduardo de SA M. Bastos	
B0062	Reginaldo de Oliveira	
B0063	Itamar Januário Brunelli Zampini	
B0064	Aírton David Sisti Costa	
B0065	Seizen Nakata	
B0071	Joelcio da Silva Moreira	
B0072	Mauro Takeshita Oshiro	
B0073	Eliel Ramos Maurício	
B0074	Paulo César Araújo dos Santos	
B0075	Juan Luis Gimenez Gonzalez	
B0081	Maria Eliza B Astolfo	
B0082	Marizilda Kananovicz	
B0083	Antônio Carlos de Carvalho	

B0084	Magali Magosso Garofo	
B0085	Edison Araújo Peixoto	
B0091	Walter de Oliveira Filho	
B0092	Paulo de Carvalho	
B0093	Sérgio dos Santos Martins	
B0094	Sérgio Ricardo de Oliveira Cuban	
B0095	Juan Crespi André Júnior	
B0101	Luis Alberto Rosa de Melo	
B0102	Antônio Carlos Ferreira	
B0103	Leila Gil Gaze	
B0104	Jamires Monteiro	
B0105	Patrícia Coelho Neto Gaze	
B0111	Nacim Mussa Gaze	
B0112	Nacim Mussa Gaze	
B0113	Nacim Mussa Gaze	

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS - GUARUJÁ - SP
Registro de Títulos e Documentos
Gilvan de Lima
ESCREVENTE
R. Santo Amaro, 492 - Tel: 3308-3300

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
GUARUJÁ - SP
Apresentado hoje, protocolado e registrado
sob nº 101618
Guarujá, 15 DEZ. 2008

☐ RUBENS MORAES - Oficial ☐ ALEXANDRE JOSÉ LOPES - Substituto
☐ GILVAN DE LIMA - Escrevente ☐ ANTÔNIA LISBOA DE LIMA - Escrevente
RUA SANTO AMARO, 492 - CEP 11410-914 - TEL.: (13)3308-3300

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
GUARULHÁ
SP

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2008.

Aos seis dias do mês de dezembro de 2008, em segunda convocação, às 10:00 horas, nas dependências do Condomínio, reuniram-se os condôminos do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE (CNPJ/MF 05.496.572/0001-27) que assinaram o livro de presença, em atendimento à convocação de 21/11/2008 (BLOCO A: apartamentos 13, 23, 82, 92 e 94; BLOCO B: 25, 33, 42, 43, 53, 54, 75, 82, 84, 85 e 101) a fim de discutirem e deliberarem sobre os itens da ordem do dia, constantes da pauta, objeto da convocação anteriormente enviada a todos os condôminos, por carta. Verificado o quorum no dia, local e horário previamente indicados na convocação, foram abertos os trabalhos, quando então foram indicados e eleitos pelos condôminos, por unanimidade, os Srs. Edison Araujo Peixoto (apto. 85-B) para ocupar a Presidência da Assembléia, sendo secretariado pelo condômino Paulo César Garofo (apto. 84-B). O Presidente eleito declarou aberta a sessão, passando à leitura integral da convocação, colocando em votação os seguintes temas: item A) aprovação das contas de novembro de 2007 a outubro de 2008, da gestão do Síndico. O Presidente deu a palavras aos membros do Conselho Consultivo (titulares e suplentes) para se manifestarem sobre as contas. Após várias explicações, todos os membros do Conselho Consultivo, presentes à Assembléia (três titulares e dois suplentes), recomendaram a rejeição das contas, sendo tal parecer acolhido pelos condôminos, por unanimidade. Em decorrência da rejeição das contas do síndico (período de 11/2007 a 10/2008), a Assembléia determinou ao novo corpo diretivo (síndico, subsíndico e conselho consultivo), a ser eleito nesta assembléia, que faça imediatamente completa verificação das contas e documentos, bem como dos lançamentos (receitas e despesas), devendo retornar à Assembléia com relatório de conclusão dessa auditoria. A assembléia determinou ainda que novas ações judiciais somente deverão ser promovidas depois de notificar previamente o condômino, por carta registrada com aviso de recebimento. itens B e C) eleição de síndico, subsíndico e membros do Conselho Consultivo (três titulares e três suplentes): POR QUESTÃO DE ORDEM, a Assembléia deliberou fazer a leitura da convenção condominial, para, em seguida, e por unanimidade, eleger o síndico, subsíndico e conselho consultivo para um mandato de apenas um ano (12 meses), e não para o biênio. Da mesma forma, ainda por questão de ordem, a Assembléia deliberou, por maioria absoluta (apenas um voto vencido quanto à isenção para o subsíndico - apto. 82A), conceder isenção da taxa condominial ao síndico (equivalente a 70% da despesa ordinária) e ao subsíndico (equivalente a 30% da despesa ordinária) eleitos nesta Assembléia, isenção essa que valerá a partir de 01/02/2009 até o término do mandato dos dirigentes ora eleitos. Superada a questão de ordem, foram apresentadas duas chapas para eleição de síndico e subsíndico (Marizilda / Eduardo - aptos. 82B e92A e Paulo César Garofo / Vanildo Rolando Neubauer - aptos. 84B e 82A). Colocada em votação, foram colhidos os votos, sendo apurado o seguinte resultado: Marizilda/Eduardo - 5 votos; Paulo/Vanildo - 11 votos. O Presidente então anunciou o resultado da apuração, declarando eleitos para o cargo de síndico o Sr. Paulo César Garofo (apto. 84B) e de subsíndico o Sr. Vanildo Rolando Neubauer (apto. 82A), determinando a Assembléia, por unanimidade, que sejam os eleitos imediatamente empossados nos respectivos cargos. Para o Conselho Consultivo, foram eleitos os seguintes condôminos, o quais também, por vontade unânime da Assembléia, foram empossados imediatamente: titulares: Marizilda Kananovicz (apto. 82A),Juan Luis Gimenez Gonzalez (apto. 75B) e Edison Araujo Peixoto (apto. 85B); suplentes: Paulo Roberto M. de Moraes (apto. 23A), Luiz Carlos Perandin (apto. 33B) e Luis Alberto Rosa de Melo (apto. 101B). item D) Aprovação da previsão orçamentária ordinária para o novo exercício. Colocada em votação, a Assembléia, por unanimidade, resolveu manter a previsão orçamentária atual, autorizando desde já o lançamento de um rateio extra (em parcela única), para suportar a temporada, rateio esse equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da taxa condominial de cada condômino. Esse rateio extraordinário será emitido apenas se o síndico que acaba de ser eleito considerar necessário tal adicional para suportar as despesas com folha de salários e temporada. O síndico ora eleito convocará uma nova Assembléia (extraordinária) para tratar da previsão orçamentária anual, tão logo conclua os estudos sobre a real situação do condomínio. item E) deliberar sobre as prioridades a serem apresentadas pelos presentes, se houver.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS GUARUJÁ SP

A Assembléia entendeu que esse item deve ser suspenso, para que o novo síndico avalie a situação do condomínio. item F) assuntos de interesse geral: A Assembléia entendeu, por unanimidade, que o único assunto que merecia ser votado nesse momento é aquele relacionado á cobrança pelo uso da churrasqueira (térreo). Discutido o assunto, a Assembléia entèndeu, por unanimidade, que o valor a ser cobrado, a partir desta assembléia, é de R$ 17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos), equivalente a 50% do valor anteriormente cobrado. A assembléia entendeu ainda, por unanimidade, que a conta bancária do condomínio deve ser movimentada sempre através da assinatura do síndico (ou subsíndico) com um conselheiro (titular ou suplente). Finalmente, foram prestados alguns esclarecimentos sobre a questão que envolve a lavratura de escritura das unidades, especialmente sobre a representação apresentada ao Juiz Corregedor de Vicente de Carvalho, Comarca de Guarujá. Nada mais havendo, Cumprida a convocação e nada mais tendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Assembléia, ficando o Secretário incumbido de lavrar a sobredita Ata, para todos os fins e efeitos de Direito.

Guarujá-SP, 06 de dezembro de 2008.

EDISON ARAUJO PEIXOTO
Presidente

PAULO CÉSAR GAROFO
Secretário

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - GUARUJÁ - SP
Registro de Títulos e Documentos
Gilvan de Lima
ESCREVENTE
R. Santo Amaro, 492 - Tel. 3308.3300

REG. TÍT. E DOC. - GUARUJÁ/SP

Registrador	R$	31,54
Ao Estado	R$	5,05
Ipesp	R$	6,75
Reg. Civil	R$	1,68
Trib. Justiça	R$	1,68
Diligência	R$	
TOTAL	R$	51,14

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
GUARUJÁ - SP
Apresentado hoje, protocolado e registrado sob nº 101618
Guarujá, 15 DEZ. 2008

☐ RUBENS MORAES - Oficial ☐ ALEXANDRE JOSÉ LOPES - Substituto
☐ GILVAN DE LIMA - Escrevente ☐ ANTÔNIA LISBÔA DE LIMA - Escrevente
RUA SANTO AMARO, 492 - CEP 11410-914 - TEL. (13)3308-3300

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Janeiro/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (35.03%)			
001887	Acir Martins ref.dez/07.....	1.475,40	
001887	Jose Martins da Silva ref.dez/07.....	1.500,78	
001887	Francisco Ferreira ref.dez/07.....	1.118,69	
001887	Fabio Luiz Goncalves ref.dez/07.....	1.131,50	
001887	Carlos Alves de Amorim ref.dez/07.....	1.555,32	
001887	Edmilson Antonio Salvino ref.dez/07....	1.005,44	
001887	Jose Pereira Cezar Neto ref.dez/07.....	1.261,30	
001887	Wickson da Silva Santos ref.dez/07.....	1.046,50	
001887	Maciel Fernandes da Cruz ref.dez/07....	1.020,50	
001887	Jose Edivanio da Silva ref.dez/07.....	979,44	
001887	Jose Ildo Salvino ref.dez/07.....	1.088,91	
001887	Jose Jackson B de Amorim ref.dez/07....	1.364,96	
001887	Ronaldo Almeida ref.dez/07.....	1.005,44	
001887	Jarbas Goncalves da Silva ref.dez/07...	1.004,09	16.558,27
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (3.89%)			
001908	Acir Martins ref.jan/08.....	235,00	
001910	Jose Martins da Silva ref.jan/08.....	235,00	
001914	Carlos Alves de Amorim ref.jan/08.....	193,51	
001912	Wickson da Silva Santos ref.jan/08.....	235,00	
001911	Maciel Fernandes da Cruz ref.jan/08....	235,00	
001909	Jose Edivanio da Silva ref.jan/08.....	235,00	
001916	Ronaldo Almeida ref.jan/08.....	235,00	
001915	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. jan/08.....	235,00	1.838,51
* ENCARGOS SOCIAIS (18.31%)			
001888	INSS: ref. ref.dez/07.....	5.953,97	
001888	FGTS: ref. ref.dez/07.....	1.858,10	
001888	PIS: ref ref.dez/07.....	164,26	
001893	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	260,30	
001888	Pis ref.13 salario.....	137,66	
001899	Contribuicao Sindical Urbana.....	118,36	
001888	Unimed.....	160,20	8.652,85
* CONSUMO (18.22%)			
001897	Elektro Bloco A 3160KWH.....	1.347,68	
001897	Elektro Bloco A Bomba de Incendio.....	46,82	
001897	Elektro Bloco B 4272KWH.....	1.632,18	
001897	Elektro Bloco B Bomba de Incendio.....	39,07	
001896	Sabesp Bloco A 1107m3.....	4.205,02	
001896	Sabesp Bloco A 111m3.....	1.342,44	8.613,21
* EQUIPAMENTOS (3.08%)			
001889	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
001889	ELEVADOR: Troca de Pecas . Parc.2/3	495,00	1.455,00
* ADMINISTRACAO (3.28%)			

D E S P E S A S

---

* ADMINISTRACAO (3.28%)

001890	Prestacao de Servicos: ref. ref.dez/07.		1.550,00

* SEGUROS (0.54%)

001864	Parc.10/10 Porto Seguro.....		257,49

* JARDINAGEM (1.48%)

001891	Manutencao ref.....		700,00

* DIVERSOS/EVENTUAIS (16.17%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.jan/08.....	203,36	
001890	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.dez/07.....	285,80	
001890	Despesas Correio ref.:.....	190,00	
Debito	Tarifa CPMF ref.: ref.jan/08.....	1,53	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.jan/08.....	74,05	
001867	Cobra NF0622 Parc.2/2.....	780,00	
001817	Usebombas NF19306.....	180,00	
001884	Usebombas NF19477.....	180,00	
001860	R&G Telecom.....	750,00	
001886	Nathalia de Andrade NF17693/17694.....	669,70	
001886	A/C Sr.Sindico.....	500,00	
001898	Cia Ultragaz S/A Santos NF025958.....	2.597,65	
001865	Scorpion Fitness NF00462.....	660,00	
001855	Cosmos Tintas NF033666.....	149,40	
001894	Parc.03/17 Casas Bahia.....	239,16	
001795	Parc.3/3 Tradição Mat.const.....	182,56	7.643,21

( ) - Desp./Condominio..... 47.268,54

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	47.268,54
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	47.268,54

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+9.058,52
rec.taxas condominiais ref.jan/08.....	+25.221,27	
Acordos debitos em atraso apto 14B.....	+303,24	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Nov/07 1 Unid.(s) A0055.....	+13,30	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Nov/07 1 Unid.(s) A0055.....	+10,71	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Nov/07 1 Unid.(s) A0055.....	+386,25	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0091.....	+373,92	
Multa/Correcao Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0091.....	+11,91	

R E C E I T A S

Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0091.....	-3,97	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0091.....	+12,87	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0091.....	+10,36	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jan/08 6 Unid.(s) A0025,A0104,A0111,B0012, B0051,B0052.....	+2.476,05	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jan/08 6 Unid.(s) A0025,A0104,A0111,B0012,B0051,B0052...	+85,23	
Multa/Correcao Ref.Jan/08 5 Unid.(s) A0025,A0104, B0012,B0051,B0052.....	+32,04	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jan/08 6 Unid.(s) A0025,A0104,A0111, B0012,B0051,B0052.....	+68,62	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA R Fev/08 21 Unid.(s) A0013,A0015,A0023,A0025, A0033,A0053,A0075,A0082,A0083,A0092,B0013,B0032, B 3,B0035,B0041,B0062,B0065,B0083,B0092,B0101, B0103.....	+944,44	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Fev/08 21 Unid.(s) A0013,A0015,A0023,A0025, A0033,A0053,A0075,A0082,A0083,A0092,B0013,B0032, B0033,B0035,B0041,B0062,B0065,B0083,B0092,B0101, B0103.....	+8.003,97	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Fev/08 21 Unid.(s) A0013,A0015,A0023,A0025,A0033,A0053, A0075,A0082,A0083,A0092,B0013,B0032,B0033,B0035, B0041,B0062,B0065,B0083,B0092,B0101,B0103.....	+275,57	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Fev/08 21 Unid.(s) A0013,A0015, A0023,A0025,A0033,A0053,A0075,A0082,A0083,A0092, B0013,B0032,B0033,B0035,B0041,B0062,B0065,B0083, B0092,B0101,B0103.....	+221,83	+38.447,61
al de Despesas.....	-47.268,54	-47.268,54
do em 31/01/08.....		+237,59

Posicao Financeira

Saldo POSICAO DO CAIXA.....	+237,59
Disponibilidade Financeira em 31/01/08.....	+237,59

POSICAO INADIMPLENTES

BREVE RELATORIO ATUALIZADO COM A POSICAO DOS INADIMPLENTES

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Fevereiro/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (35.64%)			
001929	Acir Martins ref.jan/08.....	1.307,76	
001927	Jose Martins da Silva ref.jan/08.....	1.359,31	
001920	Francisco Ferreira ref.jan/08.....	938,55	
001925	Fabio Luiz Gonçalvez ref.jan/08.....	1.166,42	
001921	Carlos Alves de Amorim ref.jan/08.....	1.359,85	
001922	Edmilson Antonio Salvino ref.jan/08....	1.123,47	
001928	Jose Pereira Cezar Neto ref.jan/08.....	1.260,52	
001919	Wickson da Silva Santos ref.jan/08.....	885,22	
001924	Maciel Fernandes da Cruz ref.jan/08....	741,33	
001926	Jose Edivanio da Silva ref.jan/08.....	862,47	
001930	Jose Ildo Salvino ref.jan/08.....	1.209,37	
001917	Jose Jackson B de Amorim ref.jan/08....	1.510,50	
001923	Ronaldo Almeida ref.jan/08.....	926,28	
001918	Jarbas Gonçalves da Silva ref.jan/08...	799,85	15.450,90
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (0.54%)			
001913	Francisco Ferreira ref.jan/08.....		235,00
* ENCARGOS SOCIAIS (19.31%)			
001932	INSS: ref. ref.jan/08.....	6.438,76	
001931	FGTS: ref. ref.jan/08.....	1.415,19	
001934	Contribuicoes Sindicais ref.: ref. jan/08.....	257,95	
001947	IR.....	41,49	
001949	IR.....	54,82	
001938	Unimed.....	160,20	8.368,41
* CONSUMO (9.83%)			
001951	TELEFONICA REF.:.....	224,19	
001895	TELEFONICA.....	736,30	
001954	Elektro Bloco A - 3920KWH.....	1.668,54	
001954	Elektro Bloco A - B.Incendio.....	45,00	
001954	Elektro Bloco B - 4209KWH.....	1.548,06	
001954	Elektro Bloco B - Bomba de Incendio....	39,21	4.261,30
* EQUIPAMENTOS (3.67%)			
001941	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
001941	ELEVADOR: Troca de Pecas	135,00	
001941	Parc.3/3 orc.64/07.....	495,00	1.590,00
* ADMINISTRACAO (3.58%)			
001936	Prestacao de Servicos: ref. ref.jan/08.		1.550,00
* JARDINAGEM (5.85%)			
01942	Manutencao ref.....	700,00	
01942	Nosso Jardim NF105.....	223,00	
01868	Sinal reforma jardim.....	1.615,00	2.538,00

D E S P E S A S

---

* DIVERSOS/EVENTUAIS (21.58%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.fev/08.....	186,00	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.fev/08.....	26,05	
Debito	Tarifas Encargos c/c ref.fev./08.....	129,26	
001903	Star Jax NF000187.....	1.242,00	
001901	Comércio de Vidros Universo NF081.....	400,00	
001904	Imagem Letreiros Ltda ME NF1176.....	60,00	
001892	Limp Lar Mat Limpeza NF3285/3286.....	744,75	
001892	Limp Lar Mat Limpeza NF3287.....	241,24	
001866	Alto Astral NF4309.....	350,00	
001902	Parc.1/3 R&G telecon NF564.....	2.600,00	
001946	Parc.04/17 Casas Bahia.....	239,16	
001965	Sinal Serralheria Conserto Portão.....	2.800,00	
001940	Nathalia de Andrade NF18925/18296.....	335,60	9.354,06

( ) - Desp./Condominio..... 43.347,67

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS..... 43.347,67

TOTAL GERAL DAS DESPESAS..... 43.347,67

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+237,59
1.parc.acordo apto 54A.....	+1.150,00	
acordo apto 14B.....	+303,24	
rec.acordo 14B.....	+288,26	
reembolso advogada Tania Chaadd de Oliveira.....	+779,20	
A.G.F Brasil Seguro.....	+4.000,00	
2.parc.acordo apto 54A.....	+2.600,14	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Dez/07 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+26,17	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Dez/07 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+21,07	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Dez/07 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+760,17	
Multa/Correcao Ref.Dez/07 2 Unid.(s) B0025,B0042.	+32,30	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0063,A0085(D), A0091.....	+31,71	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0063,A0085(D),A0091.....	+39,39	
Multa/Correcao Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0063, A0085(D),A0091.....	+32,38	
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Jan/08 1 Unid.(s) A0091.....	-3,97	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0063,A0085(D),A0091.....	+1.144,09	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Fev/08 67 Unid.(s) A0012,A0014,A0022,A0024,		

R E C E I T A S

A0031,A0034,A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,		
A0052,A0061,A0062,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,		
A0074,A0081,A0084,A0085(D),A0093,A0094,A0101,		
A0102,A0103,A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,		
B0012,B0015,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0034,		
B0043,B0044,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,		
B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,		
B0082,B0084,B0091,B0093,B0094,B0095,B0102,B0104..	+25.595,93	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Fev/08		
67 Unid.(s) A0012,A0014,A0022,A0024,A0031,A0034,		
A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,A0061,		
A0062,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0081,		
A0084,A0085(D),A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,		
A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0015,		
B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0034,B0043,B0044,		
B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0063,		
B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0084,		
B0091,B0093,B0094,B0095,B0102,B0104.....	+881,09	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/		
ENCARGOS Ref.Fev/08 67 Unid.(s) A0012,A0014,		
A0022,A0024,A0031,A0034,A0041,A0042,A0043,A0044,		
A0045,A0051,A0052,A0061,A0062,A0064,A0065,A0071,		
A0072,A0073,A0074,A0081,A0084,A0085(D),A0093,		
A0094,A0101,A0102,A0103,A0104,A0105,A0111,A0112,		
A0113,B0011,B0012,B0015,B0021,B0022,B0023,B0024,		
B0031,B0034,B0043,B0044,B0045,B0051,B0052,B0053,		
B0054,B0055,B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,		
B0075,B0081,B0082,B0084,B0091,B0093,B0094,B0095,		
B0102,B0104.....	+709,29	
Multa/Correcao Ref.Fev/08 5 Unid.(s) A0014,A0024,		
A0085(D),B0012,B0045.....	+44,51	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA		
Ref.Fev/08 67 Unid.(s) A0012,A0014,A0022,A0024,		
A0031,A0034,A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,		
A0052,A0061,A0062,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,		
A0074,A0081,A0084,A0085(D),A0093,A0094,A0101,		
A0102,A0103,A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,		
B0012,B0015,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0034,		
B0043,B0044,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,		
B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,		
B0082,B0084,B0091,B0093,B0094,B0095,B0102,B0104..	+3.020,21	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA		
Ref.Mar/08 9 Unid.(s) A0015,A0021,A0033,A0083,		
B0015,B0032,B0035,B0062,B0065.....	+405,28	
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Mar/08 1 Unid.(s) A0021.	+35,00	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO		
Ref.Mar/08 9 Unid.(s) A0015,A0021,A0033,A0083,		
B0015,B0032,B0035,B0062,B0065.....	+3.434,60	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mar/08		
9 Unid.(s) A0015,A0021,A0033,A0083,B0015,B0032,		
B0035,B0062,B0065.....	+118,25	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/		
ENCARGOS Ref.Mar/08 9 Unid.(s) A0015,A0021,A0033,		
A0083,B0015,B0032,B0035,B0062,B0065.....	+95,20	+45.543,51

R E C E I T A S

Total de Despesas..... -43.347,67 -43.347,67

Saldo em 29/02/08..... +2.433,43

Posicao Financeira

Saldo POSICAO DO CAIXA..... +2.433,43

Disponibilidade Financeira em 29/02/08..... +2.433,43

==========

Obs: Ref.CH 001886 - R$500,00 a/c Sr.Sindico ← MESMA, PAGA JA' DEVOLVIDO

Pago: M.Fidalgo Fernandes NF11827 - R$159,29

M.Fidalgo Fernandes NF12023 - R$354,32

Total pago pelo sr.sindico - R$513,61

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Marco/08

D E S P E S A S

* SALARIOS (22.64%)			
001978	Acir Martins ref.fev/08.....	1.124,32	
001975	Jose Martins da Silva ref.fev/08.....	1.124,32	
001994	Francisco Ferreira ref.fev/08.....	706,26	
001977	Fabio Luiz Goncalves ref.fev/08.....	957,14	
001968	Carlos Alves de Amorim ref.fev/08.....	1.069,57	
001976	Edmilson Antonio Salvino ref.fev/08....	957,14	
002001	Jose Pereira Cezar Neto ref.fev/08.....	80,00	
001971	Wickson da Silva Santos ref.fev/08.....	726,59	
001974	Maciel Fernandes da Cruz ref.fev/08....	605,78	
001967	Jose Edivanio da Silva ref.fev/08.....	204,96	
001979	Jose Ildo Salvino ref.fev/08.....	957,14	
001969	Jose Jackson B de Amorim ref.fev/08....	1.038,74	
001973	Ronaldo Almeida ref.fev/08.....	694,05	
001970	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. fev/08.....	696,64	
001995	Jose Pereira Cezar Neto - Prest. Servico.....	1.180,50	12.123,15
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (6.56%)			
001964	Acir Martins ref.fev/08.....	235,00	
001957	Jose Martins da Silva ref.fev/08.....	235,00	
001963	Carlos Alves de Amorim ref.fev/08.....	221,57	
001961	Wickson da Silva Santos ref.fev/08.....	235,00	
001960	Francisco Ferreira ref.fev/08.....	235,00	
001958	Maciel Fernandes da Cruz ref/08.....	235,00	
001959	Ronaldo Almeida ref.fev/08.....	235,00	
001962	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. fev/08.....	235,00	
002017	Acir Martins ref.mar/08.....	235,00	
002010	Jose Martins da Silva ref.mar/08.....	235,00	
002016	Carlos Alves de Amorim ref.mar/08.....	235,00	
002014	Wickson da Silva Santos ref.mar/08.....	235,00	
002011	Maciel Fernandes da Cruz ref.mar/08....	235,00	
002012	Ronaldo Almeida mar/08.....	235,00	
002015	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. mar/08.....	235,00	3.511,57
* ENCARGOS SOCIAIS (13.13%)			
001982	INSS: ref. ref.fev/08.....	5.139,27	
001981	FGTS: ref. ref.fev/08.....	1.125,20	
001980	PIS: ref ref.fev/08.....	141,04	
002002	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	252,12	
001984	IRRF: ref.....	13,43	
001992	Unimed.....	160,20	
001996	Pis. ref.jan/08.....	202,46	7.033,72
* CONSUMO (32.98%)			
002003	TELEFONICA REF.:.....	383,81	

D E S P E S A S

---

* CONSUMO (32.98%)			
002005	Elektro Bloco A - 3360KWH.....	1.400,47	
002005	Elektro Bloco A - Bomba de Incendio....	43,76	
002005	Elektro Bloco B - 4175KWH.....	1.491,00	
002005	Elektro Bloco B - Bomba de Incendio....	38,17	
001952	Sabesp Bloco A - 1165m3.....	5.400,70	
001952	Sabesp Bloco B 121m3.....	1.342,44	
002006	Sabesp Bloco A - 1234m3.....	3.273,33	
002006	Sabesp - Bloco B - 136m3.....	4.290,91	17.664,59
* EQUIPAMENTOS (4.08%)			
001986	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
001987	ELEVADOR: Troca de Pecas . Parc.1/3	842,66	
002021	Peças.....	380,00	2.182,66
* ADMINISTRACAO (2.80%)			
001988	Prestacao de Servicos: ref. ref.fev/08.		1.500,00
JARDINAGEM (2.81%)			
001985	Manutencao ref.....	700,00	
001900	Parc.1/2 Reforma Jardim.....	807,50	1.507,50
* DIVERSOS/EVENTUAIS (15.00%)			
Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.mar/08.....	220,72	
001989	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.fev/08.....	286,00	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.mar/08.....	42,20	
Debito	Encargos C/C ref.mar/08.....	276,57	
001948	Ipi - Santos + M.o.....	250,00	
001939	Parc.2/3 R.G telecom.....	1.600,00	
002007	Reparo Wap.....	170,00	
001933	Correio.....	225,00	
001990	Correio.....	160,50	
001953	Limp Lar NF3138/3139 Mat.limpeza.....	510,75	
001953	Limp Lar NF3140 Mat.piscina.....	307,18	
001937	Expediente ref.jan/08.....	311,70	
001966	Nathalia de Andrade NF18805/18806/18807	401,13	
001945	Usebombas NF19679/005327.....	225,00	
002004	Usebombas NF19816/005486.....	345,00	
002008	Dr.Mario Carta Precatoria unid 93B.....	280,00	
002009	Dr.Mario Custas GRD/Xerox Proc.2570/07.	35,00	
001983	Limp Lar NF3472/3473 Mat. Limpeza.....	507,95	
001983	Limp Lar NF3474 - Mat Piscina.....	282,59	
002018	Parc. final conserto portão.....	1.200,00	
001993	Parc.5/17 Casas Bahia.....	239,16	
002022	Reembolso Sr.Sindico.....	120,00	
002023	Azulimpe NF36037.....	39,00	8.035,45

( ) - Desp./Condominio..... 53.558,64

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	53.558,64
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	53.558,64

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

RESIDENCIAL MUSSA GAZE ---------- Pag:3 ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS LTDA.

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+2.433,43
rec.acordo apto 54A.....	+1.000,00	
rec.acordo apto 54A.....	+1.649,86	
Dep.cheque nao identificado.....	+843,08	
rec.debitos em atraso apto 22B.....	+1.561,51	
1/10 parc.rec.acordo aptos 111B, 112B, 113B.....	+511,29	
acordo apto 105B.....	+200,00	
acordo apto 105B.....	+1.300,00	
acordo apto 82B.....	+445,85	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0055.....	+386,25	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0055.....	+13,30	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Dez/07 1 Unid.(s) A0055.....	+10,71	
Multa/Correcao Ref.Jan/08 1 Unid.(s) B0042.....	+15,88	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0055,B0025,B0042.	+31,78	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0055,B0025,B0042.....	+1.146,42	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jan/08 3 Unid.(s) A0055,B0025,B0042.....	+39,47	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Fev/08 2 Unid.(s) A0063,A0091.....	+757,84	
Multa/Correcao Ref.Fev/08 2 Unid.(s) A0063,A0091.	+22,30	
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Fev/08 1 Unid.(s) A0091.....	-4,41	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Fev/08 2 Unid.(s) A0063,A0091.....	+26,09	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Fev/08 2 Unid.(s) A0063,A0091.....	+21,00	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref Fev/08 2 Unid.(s) A0063,A0091.....	+89,42	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Mar/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0022, A0023,A0024,A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041, A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,A0053,A0062, A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075, A0081,A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0101, A0102,A0103,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012, B0013,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0033,B0034, B0041,B0043,B0044,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055, B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081, B0082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0093,B0094,B0095, B0101,B0102,B0103,B0104.....	+30.555,88	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mar/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0022,A0023,A0024, A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043, A0044,A0045,A0051,A0052,A0053,A0062,A0063,A0064, A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0082, A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0103, A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,		

R E C E I T A S

B0022,B0023,B0024,B0031,B0033,B0034,B0041,B0043,
B0044,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0063,
B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0084,
B0085,B0091,B0092,B0093,B0094,B0095,B0101,B0102,
B0103,B0104..... +1.051,86
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Mar/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,
A0014,A0022,A0023,A0024,A0025,A0031,A0032,A0034,
A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,
A0053,A0062,A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,
A0074,A0075,A0081,A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,
A0094,A0101,A0102,A0103,A0105,A0111,A0112,A0113,
B0011,B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,
B0033,B0034,B0041,B0043,B0044,B0051,B0052,B0053,
B0054,B0055,B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,
B0075,B0081,B0082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0093,
B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104..... +846,75
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Mar/08 16 Unid.(s)
A0023,A0032,A0053,A0071,A0092,A0093,A0094,A0113,
B0011,B0041,B0043,B0044,B0073,B0075,B0082,B0092.. +665,00
Multa/Correcao Ref.Mar/08 4 Unid.(s) A0024,A0105,
B0012,B0052..... +35,50
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Mar/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0022,
A0023,A0024,A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,
A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,A0053,A0062,
A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,
A0081,A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0101,
A0102,A0103,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,
B0013,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0033,B0034,
B0041,B0043,B0044,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,
B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,
B0082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0093,B0094,B0095,
B0101,B0102,B0103,B0104..... +3.605,46
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Abr/08 10 Unid.(s) A0015,A0052,B0013,B0015,
B0031,B0032,B0035,B0044,B0062,B0065..... +447,71
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Abr/08 10 Unid.(s) A0015,A0052,B0013,B0015,
B0031,B0032,B0035,B0044,B0062,B0065..... +3.794,19
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Abr/08
10 Unid.(s) A0015,A0052,B0013,B0015,B0031,B0032,
B0035,B0044,B0062,B0065..... +130,62
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Abr/08 10 Unid.(s) A0015,A0052,
B0013,B0015,B0031,B0032,B0035,B0044,B0062,B0065.. +105,16 +51.305,77

Total de Despesas..... -53.558,64 -53.558,64

Saldo em 31/03/08..... +180,56

Posicao Financeira

Saldo POSICAO DO CAIXA..... +180,56
Disponibilidade Financeira em 31/03/08..... +180,56

==========

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Abril/08

---------- Pag:1 ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS LTDA.

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (30.18%)			
002051	Acir Martins ref.mar/08.....	1.076,86	
002050	Jose Martins da Silva ref.mar/08.....	1.063,92	
002045	Francisco Ferreira ref.mar/08.....	596,47	
002054	Fabio Luiz Goncalves ref.mar/08.....	929,29	
002046	Carlos Alves de Amorim ref.mar/08.....	1.061,46	
002052	Edmilson Antonio Salvino ref.mar/08....	929,29	
002055	Jose Pereira Cezar Neto ref.mar/08.....	1.260,60	
002049	Wickson da Silva Santos ref.mar/08.....	600,83	
002048	Maciel Fernandes da Cruz ref.mar/08....	633,47	
002042	Jose Edivanio da Silva ref.mar/08.....	80,00	
002053	Jose Ildo Salvino ref.mar/08.....	929,29	
002043	Jose Jackson B de Amorim ref.mar/08....	859,67	
002047	Ronaldo Almeida ref.mar/08.....	698,58	
002044	Jarbas Goncalves da Silva ref.mar/08...	624,67	
001950	Ferias Jose Pereira Cezar Neto.....	1.681,27	13.025,67
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (4.36%)			
002074	Acir Martins ref.abril/08.....	235,00	
002067	Jose Martins da Silva ref.abril/08.....	235,00	
002073	Carlos Alves de Amorim ref.abril/08....	235,00	
002071	Wickson da Silva Santos ref.abril/08...	235,00	
002013	Francisco Ferreira ref.mar/08.....	235,00	
002068	Maciel Fernandes da Cruz ref.abril/07..	235,00	
002069	Ronaldo Almeida ref.abril/08.....	235,00	
002072	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. abril/08.....	235,00	1.880,00
* ENCARGOS SOCIAIS (16.12%)			
002066	INSS: ref. ref.mar/08.....	4.848,49	
002057	FGTS: ref. ref.mar/08.....	1.071,92	
002060	PIS: ref ref.mar/08.....	133,99	
002059	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	301,60	
002063	Seeclag Sindical.....	444,30	
002034	Unimed.....	160,20	6.960,50
* CONSUMO (16.70%)			
002064	ELEKTRO REF.: Bloco A.....	1.130,44	
002061	TELEFONICA REF.:.....	292,31	
002064	Elektro Bloco A - Bomba de Incendio....	44,45	
002064	Elektro Bloco B 3904KWH.....	1.417,29	
002064	Elektro Bloco B Bomba de Incendio.....	38,72	
002062	Sabesp Bloco A - 1251m3.....	2.914,59	
002062	Sabesp Bloco B - 343m3.....	1.369,46	7.207,26
* EQUIPAMENTOS (4.18%)			
002028	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
002029	ELEVADOR: Troca de Pecas Parc.2/3 Peças.....	842,66	1.802,66

D E S P E S A S

---

* ADMINISTRACAO (3.59%)

002036	Prestacao de Servicos: ref. ref.mar/08.		1.550,00

* SEGUROS (1.10%)

002031	Porto Seguro.....	312,38	
002030	Parc.1/4 Seguro de Vida Funcionarios...	161,27	473,65

* JARDINAGEM (4.01%)

002032	Manutencao ref.....	700,00	
002032	Nosso Jardim NF113.....	223,00	
001943	Parc.2/2 Reforma Jardim.....	807,50	1.730,50

* DIVERSOS/EVENTUAIS (19.78%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.abril/08.....	238,08	
002037	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.mar/08.....	428,50	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.abril/08.....	80,60	
Debito	Encargos C/C ref.abril/08.....	83,07	
002027	Assessoria Assembleia em 29.03.08.....	50,00	
002024	Usebombas NF19986/005633.....	489,00	
002038	Nathalia de Andrade Martins NF19171....	31,10	
002026	Dr. Mario ref. unidade 94B.....	280,00	
002025	Dr. Mario ref. unidade 52B.....	280,00	
001991	R&G Telecom Parc. 3/3.....	1.600,00	
002019	R&G Telecom NF588.....	1.620,00	
002033	Usebombas NF19956.....	180,00	
002039	Limp Lar NF3648/3649 Mat limpeza.....	439,43	
002039	Limp Lar NF3650 mat piscina.....	282,59	
002075	Cia Ultragaz S/A NF027344/027345.....	2.215,05	
002035	Parc.06/17 Casas Bahia.....	239,16	8.536,58

( ) - Desp./Condominio..... 43.166,82

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	43.166,82
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	43.166,82

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+180,56
rec.acordo apto 14B.....	+333,66	
rec.acordo apto 82B.....	+440,00	
2/10 parc.rec.acordo aptos 111B, 112B, 113B.....	+1.192,06	
rec.taxas condominiais ref.abril/08.....	+3.123,64	
rec.acordo apto 14B.....	+333,66	
rec.acordo apto 54A.....	+1.600,00	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jan/08		
1 Unid.(s) B0083(D).....	+13,22	

R E C E I T A S

Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jan/08 1 Unid.(s) B0083(D).....	+10,64
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jan/08 1 Unid.(s) B0083(D).....	+383,92
Multa/Correcao Ref.Jan/08 1 Unid.(s) B0083(D)....	+20,39
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Fev/08 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+760,17
Multa/Correcao Ref.Fev/08 2 Unid.(s) B0025,B0042.	+35,90
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Fev/08 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+89,70
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Fev/08 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+26,17
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Fev/08 2 Unid.(s) B0025,B0042.....	+21,07
Multa/Correcao Ref.Mar/08 3 Unid.(s) A0091,B0045, B0083(D).....	+40,51
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Mar/08 Unid.(s) A0091.....	-4,41
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Mar/08 3 Unid.(s) A0091,B0045,B0083(D).....	+135,00
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Mar/08 3 Unid.(s) A0091,B0045,B0083(D).....	+1.144,09
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mar/08 3 Unid.(s) A0091,B0045,B0083(D).....	+39,39
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Mar/08 3 Unid.(s) A0091,B0045, B0083(D).....	+31,71
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Abr/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0021, A0022,A0023,A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035, A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0053,A0062, A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075, A0081,A0082,A0083,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094, A0101,A0102,A0103,A0104,A0111,A0112,A0113,B0011, B0012,B0021,B0022,B0023,B0024,B0033,B0034,B0041, B0043,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061, B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082, B0083(D),B0084,B0085,B0091,B0092,B0093,B0094, B0095,B0101,B0102,B0103,B0104.....	+30.575,88
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Abr/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0021,A0022,A0023, A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035,A0041,A0042, A0043,A0044,A0045,A0051,A0053,A0062,A0063,A0064, A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0082, A0083,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102, A0103,A0104,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0021, B0022,B0023,B0024,B0033,B0034,B0041,B0043,B0045, B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0063,B0064, B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0083(D), B0084,B0085,B0091,B0092,B0093,B0094,B0095,B0101, B0102,B0103,B0104.....	+1.052,56
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Abr/08 80 Unid.(s) A0012,A0013, A0014,A0021,A0022,A0023,A0024,A0025,A0031,A0033, A0034,A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,	

R E C E I T A S

A0053,A0062,A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,
A0074,A0075,A0081,A0082,A0083,A0084,A0085,A0092,
A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,A0104,A0111,A0112,
A0113,B0011,B0012,B0021,B0022,B0023,B0024,B0033,
B0034,B0041,B0043,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,
B0055,B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,
B0081,B0082,B0083(D),B0084,B0085,B0091,B0092,
B0093,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104..... +847,31

Multa/Correcao Ref.Abr/08 7 Unid.(s) A0024,A0043,
A0093,A0104,B0012,B0052,B0083(D)..... +55,42

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Abr/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0021,
A0022,A0023,A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035,
A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0053,A0062,
A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,
A0081,A0082,A0083,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,
A0101,A0102,A0103,A0104,A0111,A0112,A0113,B0011,
B0012,B0021,B0022,B0023,B0024,B0033,B0034,B0041,
B0043,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,
B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,
B0083(D),B0084,B0085,B0091,B0092,B0093,B0094,
B0095,B0101,B0102,B0103,B0104..... +3.607,82

Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Mai/08 15 Unid.(s) A0014,A0015,
A0021,A0022,A0023,A0025,A0033,A0045,A0073,A0083,
B0033,B0035,B0044,B0065,B0092..... +158,31

Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Mai/08 15 Unid.(s) A0014,A0015,A0021,A0022,
A0023,A0025,A0033,A0045,A0073,A0083,B0033,B0035,
B0044,B0065,B0092..... +5.711,79

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mai/08
15 Unid.(s) A0014,A0015,A0021,A0022,A0023,A0025,
A0033,A0045,A0073,A0083,B0033,B0035,B0044,B0065,
B0092..... +196,65 +51.976,23

Total de Despesas..... -43.166,82 -43.166,82

Saldo em 30/04/08..... +8.989,97

Posicao Financeira

Saldo POSICAO DO CAIXA..... +8.989,97
Disponibilidade Financeira em 30/04/08..... +8.989,97

==========

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Maio/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (34.14%)			
002084	Acir Martins ref.abril/08.....	1.079,86	
002077	Jose Martins da Silva ref.abril/08.....	1.105,87	
002083	Francisco Ferreira ref.abril/08.....	587,91	
002078	Fabio Luiz Goncalves ref.abril/08.....	841,98	
002086	Carlos Alves de Amorim ref.abril/08....	1.067,83	
002076	Edmilson Antonio Salvino ref.abril/08..	955,30	
002088	Jose Pereira Cezar Neto ref.abril/08...	1.261,08	
002080	Wickson da Silva Santos ref.abril/08...	627,92	
002081	Maciel Fernandes da Cruz ref.abril/08..	658,39	
002 9	Jose Edivanio da Silva ref.abril/08....	80,00	
002085	Jose Ildo Salvino ref.abril/08.....	955,38	
002087	Jose Jackson B de Amorim ref.abril/08..	927,12	
2082	Ronaldo Almeida ref.abril/08.....	684,39	
002089	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. abril/08.....	629,02	
002095	Ferias: Fabio Luiz Goncalves.....	1.192,45	
002094	Ferias: Francisco Ferreira.....	1.058,66	13.713,16
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (4.68%)			
002122	Acir Martins ref.maio/08.....	235,00	
002119	Jose Martins da Silva ref.maio/08.....	235,00	
002125	Carlos Alves de Amorim ref.maio/08.....	235,00	
002123	Wickson da Silva Santos ref.maio/08....	235,00	
002070	Francisco Ferreira ref.abril/08.....	235,00	
002120	Maciel Fernandes da Cruz ref.abril/08..	235,00	
002121	Ronaldo Almeida ref.maio/08.....	235,00	
002124	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. maio/08.....	235,00	1.880,00
* ENCARGOS SOCIAIS (15.45%)			
002091	INSS: ref. ref.abril/08.....	4.729,82	
092	FGTS: ref. ref.abril/08.....	1.046,60	
002090	PIS: ref ref.abril/08.....	131,22	
002093	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	297,53	6.205,17
* CONSUMO (18.16%)			
002109	TELEFONICA REF.:.....	229,50	
002113	Elektro Bloco A 2520KWH.....	1.057,60	
002113	Elektro Bloco A - Bomba de incendio....	43,97	
002113	Elektro Bloco B 3773KWH.....	1.355,79	
002113	Elektro Bloco B - Bomba de Incendio....	38,34	
002114	Sabesp Bloco A 227m3.....	3.115,87	
002114	Sabesp - Bloco B 412m3.....	1.451,83	7.292,90
* EQUIPAMENTOS (4.49%)			
002107	ELEVADOR: Manutencao ref,.....	960,00	
002106	ELEVADOR: Troca de Pecas . parc.3/3	842,66	1.802,66

D E S P E S A S

---

* ADMINISTRACAO (3.86%)

002103	Prestacao de Servicos: ref. ref. abril/08.....		1.550,00

* SEGUROS (1.18%)

002100	Parc.02 - Porto Seguro (prédio).....	312,38	
002100	Parc.02 - Porto Seguro (funcionarios)..	162,08	474,46

* JARDINAGEM (2.32%)

002099	Manutencao ref. ref.abril/08.....	700,00	
002099	Nosso Jardin NF120.....	232,00	932,00

* DIVERSOS/EVENTUAIS (15.73%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.maio/08.....	419,12	
002104	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.abril/08.....	357,00	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.maio/08.....	48,60	
Debito	Encargos C/C ref.maio/08.....	1,91	
002118	Eletrica e Chaveiro Simoes NF13324.....	229,00	
002117	Eletrica e Chaveiro Simoes NF13058.....	264,60	
002102	Nathalia de Andrade Martins NF19425....	341,80	
002098	Assessoria Assembleia Extraordinaria...	100,00	
002065	Dr.Mario unid 71B.....	23,68	
002111	Dr.Mario 32A.....	24,82	
002097	Usebombas NF20092.....	180,00	
002105	Correio.....	321,00	
002096	Eduardo Ferreira Vieira - Eletricista NF000021.....	1.108,20	
002041	R&G telecom NF589.....	1.470,00	
002116	Visita tecnica.....	50,00	
002108	LimpLar NF3888/3889 Mat Limpeza.....	474,32	
002108	Limp Lar NF3890 - mat piscina.....	325,30	
002110	Andrade Moveis NF000104.....	340,00	
002112	Parc.07/17 Casas Bahia.....	239,16	6.318,51

- Desp./Condominio..... 40.168,86

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	40.168,86
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	40.168,86

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+8.989,97
rec.taxas condominiais ref.maio/08.....	+849,08	
acordo apto 14B.....	+333,66	
rec.acordo apto 32A.....	+1.250,00	
3/10 parc.rec.acordo aptos 111B, 112B, 113B.....	+1.511,29	

R E C E I T A S

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mar/08
2 Unid.(s) B0025,B0042..... +26,17
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Mar/08 2 Unid.(s) B0025,B0042..... +21,07
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Mar/08 2 Unid.(s) B0025,B0042..... +760,17
Multa/Correcao Ref.Mar/08 2 Unid.(s) B0025,B0042. +35,90
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Mar/08 2 Unid.(s) B0025,B0042..... +89,70
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Abr/08 2 Unid.(s) B0025,B0042..... +89,70
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Abr/08 2 Unid.(s) B0025,B0042..... +760,17
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Abr/08
2 Unid.(s) B0025,B0042..... +26,17
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Abr/08 2 Unid.(s) B0025,B0042..... +21,07
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Mai/08 76 Unid.(s) A0012,A0013,A0024,A0031,
A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0051,
A0052,A0053,A0054,A0055,A0062,A0063,A0064,A0065,
A0071,A0072,A0074,A0075,A0081,A0082,A0084,A0085,
A0092,A0093,A0094,A0095,A0101,A0102,A0104,A0105,
A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0015,B0021,
B0022,B0023,B0024,B0031,B0034,B0041,B0043,B0051,
B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,
B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0084,B0085,
B0091,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105.. +29.034,86
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mai/08
76 Unid.(s) A0012,A0013,A0024,A0031,A0032,A0034,
A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0051,A0052,A0053,
A0054,A0055,A0062,A0063,A0064,A0065,A0071,A0072,
A0074,A0075,A0081,A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,
A0094,A0095,A0101,A0102,A0104,A0105,A0111,A0112,
A0113,B0011,B0012,B0013,B0015,B0021,B0022,B0023,
B0024,B0031,B0034,B0041,B0043,B0051,B0052,B0053,
B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073,
B0074,B0075,B0081,B0082,B0084,B0085,B0091,B0094,
B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105..... +999,49
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Mai/08 76 Unid.(s) A0012,A0013,
A0024,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043,
A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0055,A0062,A0063,
A0064,A0065,A0071,A0072,A0074,A0075,A0081,A0082,
A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0095,A0101,A0102,
A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,
B0015,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0034,B0041,
B0043,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,
B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,
B0084,B0085,B0091,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,
B0104,B0105..... +804,61
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Mai/08 75 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015,
A0022,A0023,A0031,A0033,A0034,A0035,A0041,A0043,
A0044,A0045,A0051,A0052,A0053,A0062,A0063,A0064,

R E C E I T A S

A0065,A0071,A0072,A0075,A0081,A0082,A0083,A0084,
A0085,A0091,A0092,A0094,A0095,A0101,A0111,A0112,
A0113,B0011,B0013,B0015,B0021,B0022,B0023,B0024,
B0025,B0031,B0032,B0033,B0035,B0041,B0042,B0043,
B0044,B0051,B0052,B0053,B0055,B0061,B0063,B0065,
B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0085,B0091,
B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0104,B0105..... +3.391,68
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Mai/08 1 Unid.(s) A0092. +35,00
Multa/Correcao Ref.Mai/08 8 Unid.(s) A0054,A0055,
A0105,B0012,B0052,B0054,B0095,B0105..... +57,12
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Mai/08
2 Unid.(s) A0055,B0105..... -8,22
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jun/08 6 Unid.(s) A0014,
A0015,A0033,B0015,B0032,B0065..... +174,84
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jun/08 8
Unid.(s) A0014,A0015,A0033,A0091,B0015,B0032,
B0[illegible],B0065..... +82,04
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Jun/08 9 Unid.(s) A0014,A0015,A0033,A0045,
A0082,B0015,B0032,B0035,B0065..... +3.432,60
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jun/08
9 Unid.(s) A0014,A0015,A0033,A0045,A0082,B0015,
B0032,B0035,B0065..... +118,18
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Jun/08 9 Unid.(s) A0014,A0015,A0033,A0045,
A0082,B0015,B0032,B0035,B0065..... +405,05
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Jun/08 9 Unid.(s) A0014,A0015,A0033,
A0045,A0082,B0015,B0032,B0035,B0065..... +95,15 +44.396,55

Total de Despesas..... -40.168,86 -40.168,86

Saldo em 31/05/08..... +13.217,66

Posicao Financeira

Saldo POSICAO DO CAIXA..... +13.217,66
Disponibilidade Financeira em 31/05/08..... +13.217,66
==========

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Junho/08

D E S P E S A S

* SALARIOS (32.94%)			
002144	Acir Martins ref.maio/08.....	1.179,03	
002141	Jose Martins da Silva ref.maio/08.....	1.065,63	
002146	Francisco Ferreira ref.maio/08.....	245,52	
002142	Fabio Luiz Goncalves ref.maio/08.....	193,40	
002134	Carlos Alves Amorim ref.maio/08.....	1.158,20	
002140	Edmilson Antonio Salvino ref.maio/08...	996,46	
002147	Jose Pereira Cezar Neto ref.maio/08....	1.261,87	
002139	Wickson da Silva Santos ref.maio/08....	803,97	
002138	Maciel Fernandes da Cruz ref.maio/08...	593,26	
002143	Jose Edivanio da Silva ref.maio/08.....	80,00	
002145	Jose Ildo Salvino ref.maio/08.....	996,46	
002[illegible]	Jose Jackson B de Amorim ref.maio/08...	929,44	
002[illegible]37	Ronaldo Almeida ref.maio/08.....	761,46	
002136	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. maio/08.....	762,48	
002130	Ferias Jose Martins da Silva.....	1.627,41	
002131	Ferias Maciel Fernandes da Cruz.....	1.044,68	13.699,27
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (2.83%)			
002169	Acir Martins ref.junho/08.....	235,00	
002168	Carlos Alves de Amorim ref.junho/08....	235,00	
002165	Wickson da Silva Santos ref.junho/08...	235,00	
002164	Ronaldo Almeida ref.junho/08.....	235,00	
002167	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. junho/08.....	235,00	1.175,00
* ENCARGOS SOCIAIS (16.68%)			
002150	INSS: ref. ref.maio/08.....	5.303,07	
002149	FGTS: ref. ref.maio/08.....	1.177,40	
002148	PIS: ref ref.maio/08.....	147,79	
002[illegible]5	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	308,63	6.936,89
* CONSUMO (16.74%)			
002157	TELEFONICA REF.:.....	215,56	
002158	Elektro Bloco A 2760KWH.....	1.141,95	
002158	Elektro Bloco A Bomba de Incendio.....	43,51	
002158	Elektro Bloco B 3623KWH.....	1.285,80	
002158	Elektro Bloco B - Bomba de Incendio....	37,93	
002159	Sabesp Bloco A 1196m3.....	2.894,86	
002159	Sabesp Bloco B 475m3.....	1.342,44	6.962,05
* EQUIPAMENTOS (2.31%)			
002152	ELEVADOR: Manutencao ref.....		960,00
* ADMINISTRACAO (3.73%)			
002132	Prestacao de Servicos: ref. ref.maio/08		1.550,00
* SEGUROS (1.14%)			

D E S P E S A S

---

* SEGUROS (1.14%)			
002129	Parc.03 - Porto Seguro (predio).....	312,38	
002128	Parc.03 - Porto Seguro (funcionarios)..	162,08	474,46
* JARDINAGEM (2.14%)			
002126	Manutencao ref.....	700,00	
002126	Nosso Jardim NF127.....	188,00	888,00
* DIVERSOS/EVENTUAIS (21.51%)			
Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.junho/08.....	352,16	
002133	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.maio/08.....	441,20	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.junho/08.....	58,20	
Debito	Encargos C/C ref.junho/08.....	3,00	
002115	R&G Telecom NF590.....	790,00	
002[illegible]	Nathalia de Andrade NF19851.....	172,50	
002153	Limp Lar NF4223/4224 Mat Limpeza.....	404,01	
002153	Limp Lar NF4225 Mat Piscina.....	274,31	
002127	Ferreira Dalessio.....	885,00	
002160	Cobra Desentupidora NF0967.....	450,00	
002156	Usebombas NF20264.....	180,00	
002161	02 tampas p/ caixa d'água e 01 escada..	985,00	
002101	Art Gesso.....	250,00	
002163	Carrefour - Gasolina.....	50,00	
002162	Aspen Serviços.....	60,00	
002170	Ipe Santos.....	350,00	
002154	Parc.08/17 Casas Bahia.....	239,16	
Debito	Transferencia Aplicacao.....	3.000,00	8.944,54

( ) - Desp./Condominio..... 41.590,21

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	41.590,21
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	41.590,21

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+13.217,66
rec.acordo apto 32A.....	+1.250,00	
rec.taxas condominiais.....	+4.140,35	
4/10 parc.rec.acordo aptos 111B, 112B, 113B.....	+1.511,29	
acordo apto 14B.....	+333,66	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Abr/08 2 Unid.(s) A0055,A0091.....	+760,17	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Abr/08 2 Unid.(s) A0055,A0091.....	+26,17	
Multa/Correcao Ref.Abr/08 1 Unid.(s) A0055.....	+13,68	
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Abr/08		

R E C E I T A S

A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065,A0071,A0072,
A0073,A0074,A0075,A0081,A0083,A0092,A0093,A0094,
A0101,A0102,A0103,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,
B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0033,
B0034,B0041,B0043,B0044,B0051,B0053,B0054,B0055,
B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,
B0081,B0082,B0083(D),B0084,B0085,B0091,B0092,
B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105..... +999,90
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jun/08 56
Unid.(s) A0013,A0021,A0022,A0031,A0034,A0043,
A0052,A0053,A0062,A0065,A0072,A0073,A0074,A0075,
A0081,A0083,A0092,A0093,A0094,A0101,A0103,A0104,
A0112,B0011,B0012,B0013,B0022,B0023,B0031,B0033,
B0034,B0041,B0042,B0043,B0051,B0053,B0054,B0055,
B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0074,B0075,B0081,
B0082,B0083(D),B0084,B0085,B0092,B0095,B0101,
B0103,B0104,B0105..... +685,62
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jun/08 56 Unid.(s)
A0013,A0021,A0022,A0031,A0034,A0043,A0052,A0053,
A0054,A0062,A0065,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,
A0083,A0092,A0093,A0094,A0101,A0103,A0112,B0011,
B0012,B0013,B0022,B0023,B0031,B0033,B0034,B0041,
B0043,B0044,B0051,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,
B0063,B0064,B0072,B0074,B0075,B0081,B0082,
B0083(D),B0084,B0085,B0092,B0095,B0101,B0103,
B0104,B0105..... +1.929,46
Multa/Correcao Ref.Jun/08 6 Unid.(s) A0035,B0012,
B0012,B0013,B0083(D),B0083(D)..... +29,31
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jul/08 4
Unid.(s) A0072,A0073,A0083,B0065..... +52,74
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jul/08 4 Unid.(s) A0072,
A0073,A0083,B0065..... +150,76
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Jul/08 6 Unid.(s) A0023,A0032,A0072,A0073,
A0083,B0065..... +2.285,85
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jul/08
6 Unid.(s) A0023,A0032,A0072,A0073,A0083,B0065... +78,70
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Jul/08 6 Unid.(s) A0023,A0032,A0072,A0073,
A0083,B0065..... +269,72
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Jul/08 6 Unid.(s) A0023,A0032,A0072,
A0073,A0083,B0065..... +63,35
rec.deb.atraso apto 55A..... +455,84 +49.854,79

Total de Despesas..... -41.590,21 -41.590,21

Saldo em 30/06/08..... +21.482,24

APLICACAO FDO FAF

Saldo anterior..... +0,00
deposito..... +3.000,00 +3.000,00

Saldo em 30/06/08..... +3.000,00

Posicao Financeira

R E C E I T A S

---

1 Unid.(s) A0055.....	-13,68
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Abr/08 2 Unid.(s) A0055,A0091.....	+21,07
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Abr/08 2 Unid.(s) A0055,A0091.....	+89,70
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Mai/08 5 Unid.(s) A0073,A0104,B0083(D),B0084, B0103.....	+223,12
Multa/Correcao Ref.Mai/08 4 Unid.(s) A0091,A0104, B0083(D),B0084.....	+14,64
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Mai/08 3 Unid.(s) A0091,B0025,B0042.....	+1.134,09
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mai/08 3 Unid.(s) A0091,B0025,B0042.....	+39,04
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Mai/08 3 Unid.(s) A0091,B0025,B0042.	+31,43
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref Jun/08 76 Unid.(s) A0012,A0013,A0021,A0022, A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043, A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065, A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0083,A0092, A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,A0105,A0111,A0112, A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,B0024, B0031,B0033,B0034,B0041,B0043,B0044,B0051,B0053, B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073, B0074,B0075,B0081,B0082,B0083(D),B0084,B0085, B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104, B0105.....	+29.046,53
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jun/08 76 Unid.(s) A0012,A0013, A0021,A0022,A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041, A0042,A0043,A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062, A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081, A0083,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,A0105, A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,B0022, B0023,B0024,B0031,B0033,B0034,B0041,B0043,B0044, B0051,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064, B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0083(D), B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102, B0103,B0104,B0105.....	+804,92
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Jun/08 76 Unid.(s) A0012,A0013,A0021,A0022, A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043, A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065, A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0083,A0092, A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,A0105,A0111,A0112, A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,B0024, B0031,B0033,B0034,B0041,B0043,B0044,B0051,B0053, B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073, B0074,B0075,B0081,B0082,B0083(D),B0084,B0085, B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104, B0105.....	+3.427,36
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jun/08 76 Unid.(s) A0012,A0013,A0021,A0022,A0025,A0031, A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0051,	

R E C E I T A S

Saldo APLICACAO FDO FAF.....	+3.000,00
Saldo POSICAO DO CAIXA.....	+21.482,24
Disponibilidade Financeira em 30/06/08.....	+24.482,24

==========

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Julho/08

D E S P E S A S

* SALARIOS (24.95%)			
002184	Acir Martins ref.junho/08.....	1.073,40	
002178	Jose Martins da Silva ref.junho/08.....	210,38	
002175	Francisco Ferreira ref.junho/08.....	747,01	
002180	Fabio Luiz Goncalves ref.junho/08.....	949,64	
002172	Carlos Alves de Amorim ref.junho/08....	1.123,89	
002179	Edmilson Antonio Salvino ref.junho/08..	917,19	
002185	Jose Pereira Cezar Neto ref.junho/08...	1.260,72	
002174	Wickson da Silva Santos ref.junho/08...	614,07	
002177	Maciel Fernandes da Cruz ref.junho/08..	193,40	
002182	Jose Edivanio da Silva ref.junho/08....	372,95	
002183	Jose Ildo Salvino ref.junho/08.....	917,19	
002217	Jose Jackson B de Amorim ref.junho/08..	1.119,00	
002176	Ronaldo Almeida ref.junho/08.....	682,19	
002218	Jarbas Goncalves da Silva ref.junho/08.	613,56	
002181	Jose Edivanio da Silva - prest.servico.	300,82	11.095,41
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (4.76%)			
002228	Acir Martins ref.julho/08.....	235,00	
002234	Jose Martins da Silva ref.julho/08.....	235,00	
002231	Carlos Alves de Amorim ref.julho/08....	235,00	
002229	Wickson da Silva Santos ref.julho/08...	235,00	
002166	Francisco Ferreira ref.junho/08.....	235,00	
002235	Maciel Fernandes da Cruz ref.junho/08..	235,00	
002233	Jose Edivanio da Silva ref.julho/08....	235,00	
002227	Ronaldo Almeida ref.julho/08.....	235,00	
002232	Jarbas Goncalves da Silva ref.julho/08.	235,00	2.115,00
* ENCARGOS SOCIAIS (15.34%)			
002221	INSS: ref. ref.junho/08.....	5.169,84	
002220	FGTS: ref. ref.junho/08.....	1.142,36	
002219	PIS: ref ref.junho/08.....	143,53	
002204	Contribuicoes Sindicais ref.: SEECLAG..	324,04	
002205	Contribuicao Sindical.....	21,09	
002236	Contribuicao Sindical Urbana.....	21,69	6.822,55
* CONSUMO (15.66%)			
002215	TELEFONICA REF.:.....	175,81	
002223	Elektro Bloco A - 2640KWH.....	1.104,02	
002223	Elektro Bloco A - Bomba de Incendio....	43,85	
002223	Elektro Bloco B 3268KWH.....	1.171,76	
002223	Elektro Bloco B Bomba de Incendio.....	38,25	
002224	Sabesp Bloco A 1146m3.....	3.088,84	
002224	Sabesp Bloco B - 530m3.....	1.342,44	6.964,97
* EQUIPAMENTOS (3.32%)			
002211	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
002193	ELEVADOR: Troca de Pecas	438,00	
002212	Taxa CREA.....	76,00	1.474,00

D E S P E S A S

---

* ADMINISTRACAO (3.49%)

002209	Prestacao de Servicos: ref. ref. junho/08.....		1.550,00

* SEGUROS (1.07%)

002190	Porto Seguro.....	312,38	
002189	Parc.1/4 Seguro de Vida Funcionarios...	162,08	474,46

* JARDINAGEM (2.20%)

002201	Manutencao ref.....	700,00	
002201	Nosso Jardim NF136.....	276,00	976,00

* DIVERSOS/EVENTUAIS (29.22%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.julho/08.....	203,36	
002210	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.junho/08.....	549,80	
bito	Tarifa Maxconta ref.: ref.julho/08.....	61,40	
002213	Usebombas NF0060005.....	480,00	
002196	Dr. Mario - cobranca unid. 13 A e 101 B	454,00	
002206	R&G Telecom NF911.....	380,00	
002191	Parc.2/2 Cobra NF0925.....	885,00	
002198	Chaveiro Simoes NF13680.....	270,00	
002200	Chaveiro Simoes NF13866.....	45,00	
002226	Copiadora Guaruja NF139624.....	114,08	
002199	Chaveiro Simoes NF13797.....	48,00	
002225	Ipe Santos NF296.....	450,00	
002222	Limp Lar NF4378/4379 Mat. limpeza.....	424,18	
002222	Limp Lar NF4380 Mat. piscina.....	199,50	
002192	Chaveiro Simoes NF13613.....	320,00	
002194	Nathalia de Andrade NF20217.....	27,00	
002197	Usebombas NF20395/005965.....	225,00	
002216	Carrefour - gasolina.....	80,00	
002002	Cosmos Tintas NF036298.....	212,00	
002239	Engeseg Comercial ltda MF1332.....	1.150,00	
0(37	Cia Ultragaz SA NF 38521.....	953,79	
02238	Cia Ultragaz SA NF 38520.....	1.235,59	
02203	Parc.09/17 Casas Bahia.....	239,16	
002240	Parc.2/2 Casa Atlantica NF000025.....	985,00	
Debito	Transf.fundo de reserva.....	3.000,00	12.991,86

( ) - Desp./Condominio..... 44.464,25

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	44.464,25
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	44.464,25

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

R E C E I T A S

Saldo anterior.....		+21.482,24
5/10 parc.rec.acordo aptos 111B, 112B, 113B.....	+1.511,29	
rec.cond.apto 55A ref.fev/08.....	+455,84	
rec.multas condominiais.....	+378,08	
Multa/Correcao Ref.Mai/08 3 Unid.(s) A0103(D), A0103(D),B0045.....	+19,96	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Mai/08 1 Unid.(s) A0103(D).....	+383,92	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Mai/08 2 Unid.(s) A0103(D),B0045.....	+90,88	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Mai/08 1 Unid.(s) A0103(D).....	+10,64	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Mai/08 1 Unid.(s) A0103(D).....	+13,22	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0085,A0091,B0045.....	+39,47	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0085,A0091,B0045.....	+1.146,42	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0085,A0091,B0045.....	+135,28	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0085,A0091,B0045.	+31,78	
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jun/08 2 Unid.(s) A0091, B0045.....	+50,85	
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jun/08 1 Unid.(s) B0083.	+479,99	
Multa/Correcao Ref.Jun/08 5 Unid.(s) A0085,A0091, B0045,B0045,B0083.....	+47,04	
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Jun/08 1 Unid.(s) A0091.....	-4,57	
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jun/08 1 Unid.(s) B0045.....	+11,72	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jul/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015, A0021,A0022,A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035, A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,A0053, A0054,A0062,A0064,A0065,A0071,A0074,A0075,A0081, A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102, A0[illegible]4,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013, [illegible]0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0032,B0034,B0035, [illegible]0041,B0043,B0044,B0045,B0051,B0053,B0054,B0055, B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082, B0083,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101, B0102,B0103,B0104,B0105.....	+30.556,54	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jul/08 80 Unid.(s) A0012,A0013, A0014,A0015,A0021,A0022,A0024,A0025,A0031,A0033, A0034,A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051, A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065,A0071,A0074, A0075,A0081,A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094, A0101,A0102,A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011, B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0032, B0034,B0035,B0041,B0043,B0044,B0045,B0051,B0053, B0054,B0055,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075, B0081,B0082,B0083,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094, B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105.....	+846,79	

R E C E I T A S

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Jul/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015, A0021,A0022,A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035, A0041,A0042,A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,A0053, A0054,A0062,A0064,A0065,A0071,A0074,A0075,A0081, A0082,A0084,A0085,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102, A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013, B0021,B0022,B0023,B0024,B0031,B0032,B0034,B0035, B0041,B0043,B0044,B0045,B0051,B0053,B0054,B0055, B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082, B0083,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101, B0102,B0103,B0104,B0105..... +3.605,56

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jul/08 80 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015,A0021,A0022, A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035,A0041,A0042, A0043,A0044,A0045,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062, A0064,A0065,A0071,A0074,A0075,A0081,A0082,A0084, A0085,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0104,A0105, A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,B0022, B0023,B0024,B0031,B0032,B0034,B0035,B0041,B0043, B0044,B0045,B0051,B0053,B0054,B0055,B0063,B0064, B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0083,B0084, B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103, B0104,B0105..... +1.051,88

Multa/Correcao Ref.Jul/08 11 Unid.(s) A0024, A0034,A0054,A0085,A0094,A0104,A0105,B0012,B0034, B0054,B0105..... +95,76

Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Jul/08 1 Unid.(s) B0054..... -9,67

Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jul/08 55 Unid.(s) A0013,A0014,A0015,A0021,A0022,A0031, A0033,A0034,A0043,A0052,A0053,A0054,A0062,A0065, A0074,A0075,A0081,A0092,A0093,A0094,A0101,A0104, A0112,B0011,B0012,B0013,B0022,B0023,B0031,B0032, B0034,B0041,B0043,B0044,B0045,B0051,B0053,B0054, B0055,B0063,B0064,B0072,B0074,B0075,B0081,B0082, B0083,B0084,B0085,B0092,B0095,B0101,B0103,B0104, B0105..... +679,76

Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jul/08 55 Unid.(s) A0013,A0014,A0015,A0021,A0022,A0031,A0033,A0034, A0043,A0052,A0053,A0054,A0062,A0065,A0074,A0075, A0081,A0092,A0093,A0094,A0101,A0104,A0112,B0011, B0012,B0013,B0022,B0023,B0031,B0032,B0034,B0041, B0043,B0044,B0045,B0051,B0053,B0054,B0055,B0063, B0064,B0072,B0074,B0075,B0081,B0082,B0083,B0084, B0085,B0092,B0095,B0101,B0103,B0104,B0105..... +1.855,75

Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Ago/08 5 Unid.(s) A0014,A0021,B0032,B0065,B0082..... +76,18

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Ago/08 7 Unid.(s) A0014,A0021,A0045,B0032, B0035,B0065,B0082..... +312,71

Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Ago/08 7 Unid.(s) A0014,A0021,A0045,B0032, B0035,B0065,B0082..... +2.650,10

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Ago/08

55

R E C E I T A S

7 Unid.(s) A0014,A0021,A0045,B0032,B0035,B0065, B0082.....	+91,23	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Ago/08 7 Unid.(s) A0014,A0021,A0045, B0032,B0035,B0065,B0082.....	+73,45	
rec.acordo debitos em atraso apto 14B.....	+473,82	+47.161,67
Total de Despesas.....	-44.464,25	-44.464,25
Saldo em 31/07/08.....		+24.179,66

- APLICACAO FDO FAF

Saldo anterior.....		+3.000,00
deposito.....	+3.000,00	
deposito.....	+1.399,27	+4.399,27
Saldo em 31/07/08.....		+7.399,27

Posicao Financeira

Saldo APLICACAO FDO FAF.....	+7.399,27
Saldo POSICAO DO CAIXA.....	+24.179,66
Disponibilidade Financeira em 31/07/08.....	+31.578,93

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

56

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Agosto/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (31.15%)			
002270	Acir Martins ref.julho/08.....	977,17	
002266	Jose Martins da Silva ref.julho/08.....	1.104,73	
002261	Francisco Ferreira ref.julho/08.....	700,79	
002268	Fabio Luiz Goncalves ref.julho/08.....	891,13	
002260	Carlos Alves de Amorim ref.julho/08....	1.165,72	
002265	Edmilson Antonio Salvino ref.julho/08..	912,37	
002271	Jose Pereira Cezar Neto ref.julho/08...	1.261,40	
002263	Wickson da Silva Santos ref.julho/08...	633,16	
002263	Maciel Fernandes da Cruz ref.julho/08..	557,32	
002267	Jose Edivanio da Silva ref.julho/08....	578,45	
002269	Jose Ildo Salvino ref.julho/08.....	954,85	
002259	Jose Jackson B de Amorim ref.julho/08..	1.128,49	
0022?4	Ronaldo Almeida ref.julho/08.....	719,85	
002258	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. julho/08.....	647,91	
002242	Ferias Jose Edivanio da Silva.....	1.123,48	
002243	Ferias Acir Martins da Silva.....	1.605,20	14.962,02
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (3.43%)			
002288	Jose Martins da Silva ref.agosto/08....	235,00	
002283	Carlos Alves de Amorim ref.agosto/08...	235,00	
002285	Wickson da Silva Santos ref.agosto/08..	235,00	
002230	Francisco Ferreira ref.julho/08.....	235,00	
002287	Maciel Fernandes da Cruz ref.agosto/08.	235,00	
002286	Ronaldo Almeida ref.agosto/08.....	235,00	
002282	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. agosto/08.....	235,00	1.645,00
* ENCARGOS SOCIAIS (14.07%)			
002256	INSS: ref. ref.julho/08.....	5.122,67	
002255	FGTS: ref. ref.julho/08.....	1.139,32	
0022?4	PIS: ref ref.julho/08.....	143,00	
0022?4	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	351,14	6.756,13
* CONSUMO (14.09%)			
002275	TELEFONICA REF.:.....	154,73	
002277	Elektro Bloco A - 2880KWH.....	1.204,10	
002277	Elektro Bloco A - Bomba Incendio.....	43,85	
002277	Elektro Bloco B - 3437KWH.....	1.231,93	
002277	Elektro Bloco B - Bomba Incendio.....	38,25	
002278	Sabesp - Bloco A 1105m3.....	2.711,48	
002278	Sabesp Bloco B 572m3.....	1.380,24	6.764,58
* EQUIPAMENTOS (3.57%)			
002253	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
002253	ELEVADOR: Troca de Pecas . NF1637..	388,00	
002280	Pecas - elevador NF1645.....	365,00	1.713,00

D E S P E S A S

---

* ADMINISTRACAO (3.23%)

002248	Prestacao de Servicos: ref. julho/08.....	ref.		1.550,00

* SEGUROS (0.65%)

002244	Parc.05 - porto seguro (predio).....			312,38

* JARDINAGEM (1.46%)

002247	Manutencao ref.....			700,00

* DIVERSOS/EVENTUAIS (28.37%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.agosto/08.....		215,76	
002249	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.julho/08.....		570,50	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.agosto/08....		14,85	
Debito	Encargos C/C ref.agosto/08.....		49,60	
00	Nathalia de Andrade NF20615/20616.....		194,50	
002207	R&G Telecom M.O revisao prumadas.....		120,00	
002251	R&G Telecom NF 915.....		540,00	
002252	Mat. reforma churrasqueira.....		150,00	
002241	J.H.J Engenharia PPRA.....		415,00	
002257	Perola Limpa Mat Piscina NF006649.....		262,00	
002257	Perola Limpa Mat Limpeza NF006650.....		433,05	
002276	Dr. Mario Custas unid 94B 71B.....		48,50	
002279	Moveis Andrade NF000254.....		370,00	
002246	Parc.10/17 Casa Bahia.....		239,16	
Debito	Transf.aplicacao.....		10.000,00	13.622,92

( ) - Desp./Condominio..... 48.026,03

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	48.026,03
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	48.026,03

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+24.179,66
6/10 parc.rec.acordo aptos 111B, 112B, 113B.....	+1.511,29	
rec.acordo debitos em atraso apto 14B.....	+473,82	
rec.deb.atraso apto 55A.....	+506,35	
rec. taxas condominiais.....	+1.919,49	
Parc.1/3 julho/agosto/08.....	+311,77	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.	+31,71	
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jun/08 1 Unid.(s) B0042.	+42,56	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.....	+1.144,09	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jun/08		

R E C E I T A S

---

3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.....	+39,39
Multa/Correcao Ref.Jun/08 1 Unid.(s) A0063.....	+9,06
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Jun/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.....	+135,00
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Jul/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.....	+1.144,09
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Jul/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.....	+135,00
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jul/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.....	+39,39
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Jul/08 3 Unid.(s) A0063,B0025,B0042.	+31,71
Multa/Correcao Ref.Jul/08 2 Unid.(s) A0063,B0042.	+24,10
Desconto(s) em Avisos(s) Recebido(s) Ref.Jul/08 1 Unid.(s) B0042.....	-15,04
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jul/08 1 Unid.(s) B0042.	+42,56
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jul/08 1 Unid.(s) B0042.....	+17,58
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Ago/08 53 Unid.(s) A0015,A0022,A0031,A0033,A0034,A0052, A0053,A0054,A0062,A0065,A0072,A0073,A0074,A0075, A0081,A0083,A0092,A0093,A0094,A0101,A0104,A0112, B0011,B0012,B0013,B0022,B0023,B0031,B0041,B0042, B0043,B0045,B0051,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062, B0063,B0064,B0072,B0074,B0075,B0081,B0083,B0084, B0085,B0092,B0095,B0101,B0103,B0104,B0105.....	+656,32
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Ago/08 76 Unid.(s) A0012,A0015,A0022,A0023, A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035,A0041,A0042, A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0065,A0071, A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0082,A0083,A0084, A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0104,A0105,A0111, A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,B0022,B0023, B0024,B0025,B0031,B0041,B0042,B0043,B0045,B0051, B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072, B0073,B0074,B0075,B0081,B0083,B0084,B0085,B0091, B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105..	+29.063,52
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Ago/08 76 Unid.(s) A0012,A0015,A0022,A0023,A0024,A0025, A0031,A0033,A0034,A0035,A0041,A0042,A0044,A0051, A0052,A0053,A0054,A0062,A0065,A0071,A0072,A0073, A0074,A0075,A0081,A0082,A0083,A0084,A0092,A0093, A0094,A0101,A0102,A0104,A0105,A0111,A0112,A0113, B0011,B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,B0024,B0025, B0031,B0041,B0042,B0043,B0045,B0051,B0053,B0054, B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074, B0075,B0081,B0083,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094, B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105.....	+1.000,49
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Ago/08 76 Unid.(s) A0012,A0015, A0022,A0023,A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035, A0041,A0042,A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062, A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0082, A0083,A0084,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0104, A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,	

R E C E I T A S

B0022,B0023,B0024,B0025,B0031,B0041,B0042,B0043,
B0045,B0051,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,
B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0083,B0084,
B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,
B0104,B0105..... +805,41

Multa/Correcao Ref.Ago/08 6 Unid.(s) A0024,A0104,
B0012,B0024,B0051,B0073..... +45,50

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Ago/08 76 Unid.(s) A0012,A0015,A0022,A0023,
A0024,A0025,A0031,A0033,A0034,A0035,A0041,A0042,
A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0065,A0071,
A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0082,A0083,A0084,
A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0104,A0105,A0111,
A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0021,B0022,B0023,
B0024,B0025,B0031,B0041,B0042,B0043,B0045,B0051,
B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,
B0073,B0074,B0075,B0081,B0083,B0084,B0085,B0091,
B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105.. +3.429,38

Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
RGOS Ref.Set/08 13 Unid.(s) A0014,A0015,
A0021,A0023,A0033,A0045,A0083,B0032,B0033,B0035,
B0041,B0065,B0082..... +137,08

Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Set/08 13 Unid.(s) A0014,A0015,A0021,A0023,
A0033,A0045,A0083,B0032,B0033,B0035,B0041,B0065,
B0082..... +4.945,95

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Set/08
13 Unid.(s) A0014,A0015,A0021,A0023,A0033,A0045,
A0083,B0032,B0033,B0035,B0041,B0065,B0082..... +170,28 +47.797,85

Total de Despesas..... -48.026,03 -48.026,03

Saldo em 31/08/08..... +23.951,48

APLICACAO FDO FAF

Saldo anterior..... +7.399,27

deposito..... +10.000,00 +10.000,00

do em 31/08/08..... +17.399,27

Posicao Financeira

Saldo APLICACAO FDO FAF..... +17.399,27

Saldo POSICAO DO CAIXA..... +23.951,48

Disponibilidade Financeira em 31/08/08..... +41.350,75

==========

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs.

Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Setembro/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (30.15%)			
002291	Acir Martins ref.agosto/08.....	212,50	
002302	Jose Martins da Silva ref.agosto/08....	1.083,65	
002296	Francisco Ferreira ref.agosto/08.....	663,29	
002293	Fabio Luiz Goncalves ref.agosto/08.....	916,48	
002297	Carlos Alves de Amorim ref.agosto/08...	1.033,37	
002300	Edmilson Antonio Salvino ref.agosto/08.	852,75	
002303	Jose Pereira Cezar Neto ref.agosto/08..	1.261,29	
002299	Wickson da Silva Santos ref.agosto/08..	613,39	
002298	Maciel Fernandes da Cruz ref.agosto/08.	619,20	
002304	Jose Edivanio da Silva ref.agosto/08...	229,94	
002 ?	Jose Ildo Salvino ref.agosto/08.....	803,08	
002294	Jose Jackson B de Amorim ref.agosto/08.	1.117,08	
002301	Ronaldo Almeida ref.agosto/08.....	681,48	
0 295	Jarbas Goncalves da Silva ref.agosto/08	612,93	
002290	Ferias Jose Ildo Salvino.....	1.120,87	
002289	Ferias Carlos Alves de Amorim.....	1.623,52	13.444,82
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (3.69%)			
002333	Acir Martins ref.setembro/08.....	235,00	
002329	Jose Martins da Silva ref.setembro/08..	235,00	
002331	Wickson da Silva Santos ref.setembro/08	235,00	
002284	Francisco Ferreira ref.agosto/08.....	235,00	
002327	Jose Edivanio da Silva ref.setembro/08.	235,00	
002330	Ronaldo Almeida ref.setembro/08.....	235,00	
002334	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. setembro/08.....	235,00	1.645,00
* ENCARGOS SOCIAIS (15.78%)			
002311	INSS: ref. ref.agosto/08.....	5.328,61	
0 06	FGTS: ref. ref.agosto/08.....	1.185,21	
002312	PIS: ref ref.agosto/08.....	149,06	
002317	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	327,02	
0 310	IRRF: ref.....	44,24	7.034,14
* CONSUMO (14.18%)			
002322	TELEFONICA REF.:.....	171,42	
002323	Elektro Bloco A 2360KWH.....	993,77	
002323	Elektro Bloco A - Bomba de Incendio....	44,95	
002323	Elektro Bloco B 3219KWH.....	1.163,04	
002323	Elektro Bloco B Bomba de Incendio.....	38,76	
002321	Sabesp Bloco A 1003 m3.....	2.570,50	
002321	Sabesp Bloco B 624m3.....	1.342,44	6.324,88
* EQUIPAMENTOS (2.15%)			
002316	ELEVADOR: Manutencao ref.....		960,00
* ADMINISTRACAO (3.48%)			
002313	Prestacao de Servicos: ref. ref.		

D E S P E S A S

---

* ADMINISTRACAO (3.48%)			
	agosto/08.....		1.550,00
* SEGUROS (0.70%)			
002305	Parc.06 Porto Seguro.....		312,38
* JARDINAGEM (2.17%)			
002307	Manutencao ref.....	700,00	
002307	Nosso Jardim NF141.....	268,00	968,00
* DIVERSOS/EVENTUAIS (27.70%)			
Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.setembro/08.....	195,92	
002314	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.agosto/08.....	551,80	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.setembro/08..	54,70	
002318	Usembombas Manutencao + Pecas.....	274,00	
002030	Chaveiro Simoes NF13877.....	38,00	
002308	Chaveiro Simoes NF14149.....	18,00	
002315	Perola Limpa Mat Limpeza NF006917/006916.....	1.068,10	
002315	Perola Limpa Mat Piscina NF006915.....	240,00	
002245	R&G Telecon NF921.....	430,00	
002335	Parc.1/2 MO para atualizacao laudo bombeiros.....	4.000,00	
002326	Aspen Servicos.....	240,00	
002319	Parc.11/17 Casa Bahia Comercial ltda...	239,16	
Debito	Transf.aplicacao.....	5.000,00	12.349,68

(*) - Desp./Condominio..... 44.588,90

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	44.588,90
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	44.588,90

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+23.951,48
acordo apto 14B.....	+473,82	
parc.acordo apto 103 A.....	+289,82	
acordo debitos em atraso apto 55A.....	+506,35	
acordo debitos em atráso apto 44B.....	+453,74	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Ago/08 1 Unid.(s) B0044.....	+10,24	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA Ref.Ago/08 1 Unid.(s) B0044.....	+43,61	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Ago/08 1 Unid.(s) B0044.....	+12,72	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO		

R E C E I T A S

Ref.Ago/08 1 Unid.(s) B0044.....	+369,59
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Ago/08 1 Unid.(s) B0044.....	+17,58
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Set/08 77 Unid.(s) A0012,A0013,A0022,A0024, A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043, A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065, A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081,A0082,A0084, A0091,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,A0104, A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0015, B0021,B0022,B0023,B0024,B0025,B0031,B0042,B0043, B0051,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064, B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0083,B0084,B0085, B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104, B0105.....	+29.420,78
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Set/08 77 Unid.(s) A0012,A0013, A0022,A0024,A0025,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041, A0042,A0043,A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062, A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0075,A0081, A0082,A0084,A0091,A0092,A0093,A0094,A0101,A0102, A0103,A0104,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012, B0013,B0015,B0021,B0022,B0023,B0024,B0025,B0031, B0042,B0043,B0051,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062, B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0083, B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102, B0103,B0104,B0105.....	+815,30
Multa/Correcao Ref.Set/08 4 Unid.(s) A0024,A0104, B0012,B0053.....	+31,80
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Set/08 77 Unid.(s) A0012,A0013,A0022,A0024,A0025,A0031, A0032,A0034,A0035,A0041,A0042,A0043,A0044,A0051, A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065,A0071,A0072, A0073,A0074,A0075,A0081,A0082,A0084,A0091,A0092, A0093,A0094,A0101,A0102,A0103,A0104,A0105,A0111, A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0015,B0021,B0022, B0023,B0024,B0025,B0031,B0042,B0043,B0051,B0053, B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073, B0074,B0075,B0081,B0083,B0084,B0085,B0091,B0092, B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104,B0105.....	+1.012,78
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0044.....	+10,24
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0044.....	+12,72
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0044.....	+369,59
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Out/08 10 Unid.(s) A0021,A0045,A0073,A0082,A0083,B0011, B0013,B0015,B0043,B0065.....	+218,79
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Out/08 16 Unid.(s) A0021,A0045,A0071,A0073, A0082,A0083,B0011,B0013,B0015,B0021,B0033,B0035, B0043,B0065,B0083,B0095.....	+6.104,37
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Out/08 16 Unid.(s) A0021,A0045,A0071,A0073,A0082,A0083,	

R E C E I T A S

B0011,B0013,B0015,B0021,B0033,B0035,B0043,B0065, B0083,B0095.....	+210,17	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Out/08 16 Unid.(s) A0021,A0045, A0071,A0073,A0082,A0083,B0011,B0013,B0015,B0021, B0033,B0035,B0043,B0065,B0083,B0095.....	+169,19	+40.553,20
Total de Despesas.....	-44.588,90	-44.588,90
Saldo em 30/09/08.....		+19.915,78

APLICACAO FDO FAF

Saldo anterior.....		+17.399,27
Deposito.....	+5.000,00	+5.000,00
Saldo em 30/09/08.....		+22.399,27

Posicao Financeira

Saldo APLICACAO FDO FAF.....	+22.399,27
Saldo POSICAO DO CAIXA.....	+19.915,78
Disponibilidade Financeira em 30/09/08.....	+42.315,05

==========

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Outubro/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (28.19%)			
002360	Acir Martins ref.setembro/08.....	1.002,54	
002356	Jose Martins da Silva ref.setembro/08..	1.079,86	
002351	Francisco Ferreira ref.setembro/08.....	701,31	
002358	Fabio Luiz Goncalves ref.setembro/08...	955,38	
002359	Carlos Alves de Amorim ref.setembro/08.	193,40	
002355	Edmilson Antonio Salvino ref. setembro/08.....	955,38	
002381	Jose Pereira Cezar Neto ref.setembro/08	1.260,82	
002382	Wickson da Silva Santos ref.setembro/08	562,37	
002354	Maciel Fernandes da Cruz ref. setembro/08.....	204,55	
002357	Jose Edivanio da Silva ref.setembro/08.	692,38	
002359	Jose Ildo Salvino ref.setembro/08.....	193,40	
002350	Jose Jackson B de Amorim ref. setembro/08.....	1.134,70	
002353	Ronaldo Almeida ref.setembro/08.....	606,98	
002349	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. setembro/08.....	648,39	
002348	Ferias: Ronaldo Almeida.....	1.112,88	
002347	Ferias Wickson da Silva Santos.....	829,40	12.133,74
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (3.57%)			
002396	Acir Martins ref.outubro/08.....	235,00	
002361	Jose Martins da Silva ref.outubro/08...	235,00	
002394	Carlos Alves de Amorim ref.outubro/08..	235,00	
002332	Francisco Ferreira ref.setembro/08.....	235,00	
002328	Maciel Fernandes da Cruz ref. setembro/08.....	125,00	
002399	Jose Edivanio da Silva ref.outubro/08..	235,00	
002395	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. outubro/08.....	235,00	1.535,00
* ENCARGOS SOCIAIS (16.49%)			
002384	INSS: ref. ref.setembro/08.....	5.456,75	
002383	FGTS: ref. ref.setembro/08.....	1.166,65	
002385	PIS: ref ref.setembro/08.....	146,46	
002390	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	326,51	7.096,37
* CONSUMO (17.10%)			
002392	TELEFONICA REF.:.....	152,39	
002393	Elektro Bloco A 2840KWH.....	1.353,48	
002393	Elektro Bloco A - Bomba de Incendio....	49,60	
002393	Elektro Bloco B 3577KWH.....	1.457,99	
002393	Elektro Bloco B - Bomba de Incendio....	42,65	
002391	Sabesp Bloco A 973m3.....	2.953,96	
002391	Sabesp - Bloco B 455m3.....	1.347,06	7.357,13
* EQUIPAMENTOS (4.08%)			

D E S P E S A S

---

* EQUIPAMENTOS (4.08%)

002388	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
002388	ELEVADOR: Troca de Pecas	795,00	1.755,00

* ADMINISTRACAO (3.60%)

002386	Prestacao de Servicos: ref. ref. setembro/08.....		1.550,00

* SEGUROS (0.73%)

002337	Parc.07/10.....		312,38

* JARDINAGEM (2.31%)

002340	Manutencao ref.....	700,00	
002340	Nosso Jardim NF142.....	295,00	995,00

* DIVERSOS/EVENTUAIS (23.94%)

Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.outubro/08.....	205,84	
C 387	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.setembro/08.....	536,80	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.outubro/08...	48,30	
002344	Perola Limpa NF007217 Mat limpeza.....	429,20	
002344	Perola Limpa NF007225 Mat Piscina.....	259,80	
002339	Parc. 1/2 Cobra NF1106.....	535,00	
002346	Metalurgica Avenida NF1064.....	400,00	
002324	R&G Telecon NF929.....	1.180,00	
002338	Nathalia de Andrade NF21053/21366.....	343,20	
002325	Dr. Mario Custas unid// 71B.....	23,68	
002326	Techynar Parc.1/2 recarga extintores...	2.300,00	
002345	8 portinhas de aluminio para churrasqueira.....	600,00	
002400	Cosmos Tintas NF037628.....	370,30	
002342	Parc.2/2 Techynar do Brasil.....	2.300,00	
002362	Conserto Churrasqueira.....	350,00	
002389	Parc.12/17 Casas Bahia.....	239,16	
2343	Usebombas NF20835.....	180,00	10.301,28

( ) - Desp./Condominio..... 43.035,90

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS.....	43.035,90
TOTAL GERAL DAS DESPESAS.....	43.035,90

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior.....		+19.915,78
rec.taxas condominiais ref.out/08.....	+4.873,60	
rec.acordo apto 103A.....	+311,77	
rec.deb.atraso apto 55A.....	+506,35	

R E C E I T A S

Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jul/08
1 Unid.(s) A0091..... +12,87
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Jul/08 1 Unid.(s) A0091..... +10,36
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Jul/08 1 Unid.(s) A0091..... +373,92
Aviso(s) Recebido(s) Ref.Jul/08 1 Unid.(s) A0091. +15,40
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Jul/08 1 Unid.(s) A0091..... +44,12
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Jul/08 1
Unid.(s) A0091..... +5,86
Multa/Correcao Ref.Jul/08 1 Unid.(s) A0091..... +23,13
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Ago/08 2 Unid.(s) A0063,A0091..... +21,00
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Ago/08 2 Unid.(s) A0063,A0091..... +757,84
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Ago/08
2 Unid.(s) A0063,A0091..... +26,09
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE CAIXA TEMPORADA
Ref.Ago/08 2 Unid.(s) A0063,A0091..... +89,42
Multa/Correcao Ref.Ago/08 2 Unid.(s) A0063,A0091. +26,94
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Ago/08 1
Unid.(s) A0091..... +5,86
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Set/08
2 Unid.(s) A0063,B0045..... +26,52
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Set/08 2 Unid.(s) A0063,B0045..... +770,17
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Set/08 2 Unid.(s) A0063,B0045..... +21,35
Multa/Correcao Ref.Set/08 2 Unid.(s) A0063,B0045. +20,47
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/
ENCARGOS Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0044..... +10,24
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0044..... +369,59
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Out/08
1 Unid.(s) B0044..... +12,72
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO
Ref.Out/08 65 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015,
A0022,A0023,A0025,A0031,A0032,A0033,A0034,A0041,
A0042,A0043,A0044,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,
A0065,A0072,A0074,A0081,A0084,A0092,A0093,A0094,
A0095,A0101,A0102,A0105,A0111,A0112,A0113,B0012,
B0022,B0024,B0025,B0031,B0042,B0051,B0052,B0053,
B0054,B0055,B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,
B0075,B0081,B0082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,
B0095,B0101,B0102,B0103,B0104..... +24.873,41
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Out/08
65 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015,A0022,A0023,
A0025,A0031,A0032,A0033,A0034,A0041,A0042,A0043,
A0044,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065,A0072,
A0074,A0081,A0084,A0092,A0093,A0094,A0095,A0101,
A0102,A0105,A0111,A0112,A0113,B0012,B0022,B0024,
B0025,B0031,B0042,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,
B0061,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,
B0082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,

R E C E I T A S

B0102,B0103,B0104.....	+856,23	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Out/08 65 Unid.(s) A0012,A0013, A0014,A0015,A0022,A0023,A0025,A0031,A0032,A0033, A0034,A0041,A0042,A0043,A0044,A0052,A0053,A0054, A0062,A0064,A0065,A0072,A0074,A0081,A0084,A0092, A0093,A0094,A0095,A0101,A0102,A0105,A0111,A0112, A0113,B0012,B0022,B0024,B0025,B0031,B0042,B0051, B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0063,B0064,B0072, B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0084,B0085,B0091, B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,B0104.....	+689,28	
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Out/08 21 Unid.(s) A0014,A0022,A0023,A0032,A0043,A0053, A0081,A0092,A0094,A0095,A0101,A0102,A0112,B0024, B0031,B0054,B0061,B0072,B0075,B0082,B0103.....	+350,05	
Multa/Correcao Ref.Out/08 2 Unid.(s) B0012,B0053.	+16,10	
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Nov/08 5 Unid.(s) A0021,A0033,A0045,A0083,B0035.....	+99,85	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Nov/08 11 Unid.(s) A0021,A0025,A0033,A0042, A0045,A0083,A0091,B0032,B0035,B0065,B0083.....	+4.192,44	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Nov/08 11 Unid.(s) A0021,A0025,A0033,A0042,A0045,A0083, A0091,B0032,B0035,B0065,B0083.....	+144,34	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Nov/08 11 Unid.(s) A0021,A0025, A0033,A0042,A0045,A0083,A0091,B0032,B0035,B0065, B0083.....	+116,20	+39.673,49
Total de Despesas.....	-43.035,90	-43.035,90
Saldo em 31/10/08.....		+16.553,37

APLICACAO FDO FAF

Saldo anterior.....	+22.399,27
Saldo em 31/10/08.....	+22.399,27

Posicao Financeira

Saldo APLICACAO FDO FAF.....	+22.399,27
Saldo POSICAO DO CAIXA.....	+16.553,37
Disponibilidade Financeira em 31/10/08.....	+38.952,64

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Av. Dom Pedro i 719 Jardim Tejereba Cep:11440-000 Guaruja

PRESTACAO DE CONTAS PERIODO DE Novembro/08

D E S P E S A S

---

* SALARIOS (24.53%)			
002405	Acir Martins ref.outubro/08.....	1.141,73	
002416	Jose Martins da Silva ref.outubro/08...	1.141,73	
002417	Francisco Ferreira ref.outubro/08.....	676,20	
002407	Fabio Luiz Goncalves ref.outubro/08....	979,38	
002406	Carlos Alves de Amorim ref.outubro/08..	764,10	
002413	Edmilson Antonio Salvino ref.outubro/08	974,46	
002404	Jose Pereira Cezar Neto ref.outubro/08	1.373,92	
002418	Wickson da Silva Santos ref.outubro/08.	369,03	
002414	Jose Edivanio da Silva ref.outubro/08..	715,46	
002415	Jose Ildo Salvino ref.outubro/08.....	967,67	
002409	Jose Jackson B de Amorim ref.outubro/08	1.210,83	
002411	Ronaldo Almeida ref.outubro/08.....	243,98	
002408	Jarbas Goncalves da Silva ref. outubro/08.....	666,50	
002364	Ferias: Jose Pereira Cezar Neto.....	1.728,98	
002365	Ferias: Edmilson Antonio Salvino.....	1.222,99	14.176,96
* 13 salario (12.17%)			
002454	Acir Martins - 1a.parc.....	708,33	
002451	Jose Martins da Silva - 1a.parc.....	718,41	
002456	Francisco Ferreira - 1a.parc.....	469,42	
002452	Fabio Luiz Goncalves - 1a.parc.....	482,88	
002448	Carlos Alves de Amorim - 1a.parc.....	720,54	
002450	Edmilson Antonio Salvino - 1a.parc.....	485,40	
002455	José Pereira Cezar Neto - 1a.parc.....	710,56	
002457	Wickson da Silva Santos - 1a.parc.....	467,50	
002458	José Edivânio da Silva - 1a.parc.....	262,73	
002453	Jose Ildo Salvino - 1a.parc.....	489,75	
002447	José Jackson B de Amorim - 1a.parc.....	574,02	
002449	Ronaldo Almeida 1a.parc.....	492,11	
002446	Jarbas Goncalves da Silva - 1a.parc....	453,10	7.034,75
* ADIANTAMENTO QUINZENAL (3.53%)			
002439	Acir Martins ref.novembro/08.....	258,00	
002438	José Martins da Silva ref.novembro/08..	258,00	
002433	Carlos Alves de Amorim ref.novembro/08.	258,00	
002436	Wickson da Silva Santos ref.novembro/08	258,00	
002397	Francisco Ferreira ref.outubro/08.....	235,00	
002432	José Edivânio da Silva ref.novembro/08.	258,00	
002435	Ronaldo Almeida ref.novembro/08.....	258,00	
002437	Jarbas Goncalves da Silva Filho ref. novembro/08.....	258,00	2.041,00
* ENCARGOS SOCIAIS (14.58%)			
002402	INSS: ref. ref.outubro/08.....	6.122,88	
002401	FGTS: ref. ref.outubro/08.....	1.292,37	
002403	PIS: ref ref.outubro/08.....	161,55	
002423	Contribuicoes Sindicais ref.: Seeclag..	810,33	

D E S P E S A S

---

* ENCARGOS SOCIAIS (14.58%)			
002368	IRRF: ref.....	41,12	8.428,25
* CONSUMO (12.72%)			
002425	TELEFONICA REF.:.....	238,80	
002428	Elektro Bloco A - 3440KWH.....	1.589,24	
002428	Elektro Bloco A - Bomba de incendio....	48,59	
002428	Elektro Bloco B - 3632KWH.....	1.439,82	
002428	Elektro Bloco B - Bomba de Incendio....	42,37	
002421	Sabesp - Bloco A - 980m3.....	2.582,16	
002421	Sabesp - Bloco B 437m3.....	1.410,48	7.351,46
* EQUIPAMENTOS (3.04%)			
002374	ELEVADOR: Manutencao ref.....	960,00	
002374	ELEVADOR: Troca de Pecas Parc.2/2 Orc.44/08.....	795,00	1.755,00
* ADMINISTRACAO (4.02%)			
002376	Prestacao de Servicos: ref. ref. outubro/08.....	1.550,00	
002445	1a parc.abono de final de ano.....	775,00	2.325,00
* SEGUROS (0.54%)			
002367	Parc.08 - Porto Seguro.....		312,38
* JARDINAGEM (3.95%)			
002370	Manutencao ref.....	700,00	
002427	Nosso Jardim NF155/127.....	1.585,00	2.285,00
* DIVERSOS/EVENTUAIS (20.92%)			
Debito	Tarifas Bancarias Mov. Titulos ref. ref.novembro/08.....	208,32	
002377	Expediente(Guias, Pastas, Correio, Telefone, Xerox, Fax e Confeccao de Boletos com Impressao a Laser e Codigo de Barras) ref.outubro/08.....	576,80	
Debito	Tarifa Maxconta ref.: ref.novembro/08..	41,90	
002375	Dr.Mario custas unid//52B.....	94,20	
002424	Eletrecista Eduardo F. Vieira NF000026.	1.374,00	
002373	Taxa Vistoria Bombeiros.....	754,05	
002369	Cobra - Desentupidora NF1106 Parc.2/2..	535,00	
002379	Cia Ultragas S/A NF029580.....	1.114,20	
002380	Cia Ultragas S/A NF029581.....	1.109,86	
002371	Usebombas NF006491.....	480,00	
002366	Nathalia de Andrade NF21764.....	493,80	
002363	Casa Atlantica NF000028.....	600,00	
002420	Usebombas NF21073.....	180,00	
002422	Casa Atlantica NF000029.....	320,00	
002430	Solda Cadeira Bloco A e lanca gatilho wap.....	215,00	
002372	Dr.Glauber Silveira de Oliveira, custas apto 54A.....	1.535,24	
002426	Perola Limpa NF007514 Mat limpeza.....	446,00	
002426	Perola Limpa NF007513 Mat piscina.....	259,40	
002426	Perola Limpa - cupom fiscal.....	13,50	
002431	Techynar do Brasil ltda.....	500,00	

D E S P E S A S

---

* DIVERSOS/EVENTUAIS (20.92%)

002378	Parc.13/17 - casa bahia comercial ltda.	239,16	
002440	Parc.1/2 Suzuki Projeto e Construção...	1.000,00	12.090,43

( ) - Desp./Condominio..... 57.800,23

---------- * Total: GERAL * ----------

TOTAL DAS DESPESAS ORDINARIAS..... 57.800,23
TOTAL GERAL DAS DESPESAS..... 57.800,23

DEMONSTRACAO FINANCEIRA DO CONDOMINIO

R E C E I T A S

POSICAO DO CAIXA

Saldo anterior..... +16.553,37
rec.acordo aptos B0111;B0112;B0113..... +1.511,29
rec.acordo aptos A0104..... +203,89
rec.taxas condominiais ref.nov/08..... +1.489,79
resgate CDB..... +8.000,96
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0034..... +12,72
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0034..... +369,59
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0034..... +10,24
Multa/Correcao Ref.Set/08 1 Unid.(s) B0034..... +15,70
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0034..... +10,00
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0034..... +10,24
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0034..... +369,59
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0034..... +12,72
Multa/Correcao Ref.Out/08 1 Unid.(s) B0034..... +12,08
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Nov/08 1 Unid.(s) B0044..... +9,98
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/ ENCARGOS Ref.Nov/08 1 Unid.(s) B0044..... +10,24
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Nov/08 1 Unid.(s) B0044..... +369,59
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Nov/08 1 Unid.(s) B0044..... +12,72
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO Ref.Nov/08 79 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015, A0022,A0023,A0024,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041, A0043,A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064, A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0081,A0082,A0084, A0092,A0093,A0094,A0095,A0101,A0102,A0103,A0105, A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,B0015,B0021, B0022,B0024,B0025,B0031,B0033,B0034,B0041,B0042, B0043,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061, B0062,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,

R E C E I T A S

30082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,		
30102,B0103,B0104.....	+30.164,29	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Nov/08		
79 Unid.(s) A0012,A0013,A0014,A0015,A0022,A0023,		
A0024,A0031,A0032,A0034,A0035,A0041,A0043,A0044,		
A0051,A0052,A0053,A0054,A0062,A0064,A0065,A0071,		
A0072,A0073,A0074,A0081,A0082,A0084,A0092,A0093,		
A0094,A0095,A0101,A0102,A0103,A0105,A0111,A0112,		
A0113,B0011,B0012,B0013,B0015,B0021,B0022,B0024,		
30025,B0031,B0033,B0034,B0041,B0042,B0043,B0045,		
30051,B0052,B0053,B0054,B0055,B0061,B0062,B0063,		
30064,B0072,B0073,B0074,B0075,B0081,B0082,B0084,		
30085,B0091,B0092,B0094,B0095,B0101,B0102,B0103,		
30104.....	+1.038,37	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/		
ENCARGOS Ref.Nov/08 79 Unid.(s) A0012,A0013,		
A0014,A0015,A0022,A0023,A0024,A0031,A0032,A0034,		
A0035,A0041,A0043,A0044,A0051,A0052,A0053,A0054,		
A0061,A0064,A0065,A0071,A0072,A0073,A0074,A0081,		
A0082,A0084,A0092,A0093,A0094,A0095,A0101,A0102,		
A0103,A0105,A0111,A0112,A0113,B0011,B0012,B0013,		
B0015,B0021,B0022,B0024,B0025,B0031,B0033,B0034,		
B0041,B0042,B0043,B0045,B0051,B0052,B0053,B0054,		
B0055,B0061,B0062,B0063,B0064,B0072,B0073,B0074,		
B0075,B0081,B0082,B0084,B0085,B0091,B0092,B0094,		
B0095,B0101,B0102,B0103,B0104.....	+835,90	
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Nov/08 19		
Unid.(s) A0043,A0053,A0064,A0065,A0073,A0095,		
A0101,A0102,A0112,B0011,B0013,B0015,B0024,B0031,		
B0041,B0043,B0055,B0082,B0103.....	+449,13	
Multa/Correcao Ref.Nov/08 2 Unid.(s) A0024,B0012.	+15,79	
Aviso(s) Recebido(s) CONSUMO GAS Ref.Dez/08 2		
Unid.(s) A0021,B0013.....	+79,85	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO		
Ref.Dez/08 11 Unid.(s) A0021,A0022,A0023,A0033,		
A0083,B0013,B0032,B0033,B0035,B0062,B0065.....	+4.187,78	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Dez/08		
11 Unid.(s) A0021,A0022,A0023,A0033,A0083,B0013,		
B0032,B0033,B0035,B0062,B0065.....	+144,18	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/		
ENCARGOS Ref.Dez/08 11 Unid.(s) A0021,A0022,		
A0023,A0033,A0083,B0013,B0032,B0033,B0035,B0062,		
B0065.....	+116,06	
Aviso(s) Recebido(s) 13o.SALARIOS/FERIAS/		
ENCARGOS Ref.Jan/09 1 Unid.(s) B0033.....	+10,64	
Aviso(s) Recebido(s) TOTAL PREVISAO PARA RATEIO		
Ref.Jan/09 1 Unid.(s) B0033.....	+383,92	
Aviso(s) Recebido(s) FUNDO DE RESERVA Ref.Jan/09		
1 Unid.(s) B0033.....	+13,22	+49.870,47
Total de Despesas.....	-57.800,23	-57.800,23
Saldo em 30/11/08.....		+8.623,61

APLICACAO FDO FAF

R E C E I T A S

Saldo anterior.....		+22.399,27
resgate.....	-8.000,96	-8.000,96
Saldo em 30/11/08.....		+14.398,31

Posicao Financeira

Saldo APLICACAO FDO FAF.....	+14.398,31
Saldo POSICAO DO CAIXA.....	+8.623,61
Disponibilidade Financeira em 30/11/08.....	+23.021,92

****

ATI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS

Cabe ao Conselho Consultivo a verificacao da documentacao contabil, a fim de emitir parecer sobre as contas da gestao do Sr. Sindico, por ocasiao da Assembleia Geral Ordinaria, conforme artigo da Convencao Condominial. Os condominos que tiverem alguma duvida devem solicitar esclarecimentos aos Srs. Conselheiros, com antecedencia.

FÓRUM DE GUARUJÁ

74

Argumentos da Pesquisa Fonética Cível - Incluindo Precatórias

Fórum Pesquisado: Todos
Vara: Todas
Pesquisa Fonética: Aleatória
Autor: CONDOMINIO MUSSA GAZE
Réu: GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇOES
Situação: Todas

Pesquisa pode incluir processos extintos

--------*Fórum*-------	-------*Processo*----------	------------Ação/Incidente Processual------------
F. Guarujá	223.01.2006.005239-3	Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)
Dt.Dist: 09/05/2006	Vara: 1ª. V. Cível	Compet.: Cível
Ordem: 000512/2006		
RTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL JOANA MUSSA GAZE		
RDO : GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇOES LTDA		
F. Guarujá	223.01.2006.009385-7	Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)
Dt.Dist: 12/09/2006	Vara: 2ª. V. Cível	Compet.: Cível
Ordem: 001068/2006		
RTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE		
RDO : GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇOES LTDA		
Extinto		
F. Guarujá	223.01.2006.003668-9	Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)
Dt.Dist: 22/03/2006	Vara: 4ª. V. Cível	Compet.: Cível
Ordem: 000315/2006		
RTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL JOANA MUSSA GAZE		
RDO : GUARUJA VEICULOS CONSTRUCOES LTDA.		

75

Processo nº 2951/09

JUNTADA

Em 28 AGO 2009 de _____ do _____

junto a estes autos extrato do Processo

223.01.2007.000166-2 que segue(m).

Eu, _____ Escr. subscr.

Karla Andréia B.S.A. de Freitas
Escrevente Chefe-Oficial Maior
Matr. TJ n.º 318.837-5

76

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum de Guarujá

Extrato Completo do Processo - Cível

Processo

Processo : 223.01.2007.000166-2 **Nº Ordem : 000014/2007**

Fórum :	F. Guarujá		
Grupo :	1 - Cível	Competência :	1 - Cível
Ação :	146 - Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)		
Objeto Processo:	recebimento de despesas condominiais no valor de R$ 2.211,57, referente a unidade 56 do Condomínio autor.		
Segredo Justiça :	Não	Valor da Causa :	R$ 2.211,57
Município Origem :	Guarujá		
Qtd. Autor(es) :	1 Qtd. Réu(s) : 1	Volume(s) : 1	Apenso(s) : 0
Localização Física :	4ª. Vara Cível		
Local Físico :	Juntada de petição	em	16/06/2009
Juiz Vinculado :	FABIO FRANCISCO TABORDA		

Distribuição

Distribuição : Livre Data e Hora : 09/01/2007 16:24 4ª. V. Cível

Autores

Requerente : CONDOMINIO RESIDENCIAL DON DOMENICO

Assistência Judiciária: Não

Tipo Logradouro : Comercial *CEP :* ---
Logradouro : AV. WALDOMIRO MACARIO Nº : 350
Complemento :
Bairro : JARDIM CONCEIÇAOZINHA *Município :* Guarujá - SP

Advogados : PAULO FERNANDO FORDELLONE OAB: 114870 - SP
FABRICIO AUGUSTO AGUIAR DE ABREU LEME OAB: 216534 - SP

Terc.Vinculados : Representante : CARLOS CESAR BERNARDES COSTA

Réus

Requerido : GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇOES LTDA

Assistência Judiciária: Não

Documento(s) : CNPJ : 01.444.010/0001-89
Tipo Logradouro : Comercial *CEP :* ---
Logradouro : AV. ADHEMAR DE BARROS Nº : 16669
Complemento :
Bairro : SOBRELOJA *Município :* Guarujá - SP
Advogados : JULIANA GUESSE OAB: 266717 - SP

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum de Guarujá

Extrato Completo do Processo - Cível

Andamentos

Sequência	Data	Descrição
0001	09/01/2007	Processo Distribuído
		Processo Distribuído por Sorteio p/ 4ª. Vara Judicial
0002	12/01/2007	Despacho Proferido
		Para audiência de conciliação, designo dia 21 de junho de 2007, às 14:30 horas, ficando determinado o comparecimento das partes. Cite(m)-se o(s) réu(s) nos termos dos artigo 277, § 2º e 278, ambos do CPC, advertindo-se dos efeitos da revelia (art.319 do CPC).
0003	21/03/2007	Despacho Proferido
		Fls. 41: defiro e ciência à parte contrária. Após, certifique a serventia o decurso de prazo para apresentação de contestação. Int.
0004	28/09/2007	Sentença Proferida
		Sentença nº 998/2007 registrada em 05/10/2007 no livro nº 123 às Fls. 202/206: Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação, para condenar a ré no pagamento das despesas condominiais vencidas e vincendas até início de execução, acrescidas de correção monetária até efetivo pagamento e juros de mora de 1% ao mês desde cada vencimento, mais multa de 2%. Decaindo o autor de parte mínima do pedido, responderá a ré, por inteiro, pelo pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da condenação (CPC, art. 21, parágrafo único). P.R.I.
0005	05/11/2007	Despacho Proferido
		Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente pelo réu, no duplo efeito legal. As contra-razões. Int.
0006	23/01/2008	Despacho Proferido
		Subam os autos à Egrégia Superior Instância, observadas as formalidades de praxe. Int.
0007	08/02/2008	Remessa ao Setor
		Remetido ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO E FALÊNCIAS - 25ª a 36ª Câmaras em 08.02.08.
0008	18/11/2008	Despacho Proferido
		Cumpra-se o V. Acórdão. Diga o vencedor em termos de prosseguimento. No silêncio, ao arquivo. Int.
0009	25/02/2009	Despacho Proferido
		Fls. 112/114: intime-se a devedora, através de seu advogado, pela imprensa, para efetuar o pagamento voluntário do montante da condenação pelo devedor (CPC, art. 475-J), no prazo de quinze dias. Int.
0010	14/05/2009	Despacho Proferido
		Diga o exeqüente em termos de prosseguimento, ante o decurso de prazo para manifestação da executada. Int.

98

C O N C L U S Ã O

EM,.....31/08/09.....,
FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS AO MM. JUIZ DE DIREITO , DOUTOR
FÁBIO FRANCISCO TABORDA
EU,.....,
(Karla A.B.S.A. de Freitas), esc. subscrevi.

Proc. nº 2951/09

V.

Tendo em vista que o Processo 223.01.2007.000166 encontra-se em fase de execução, distribua-se livremente o presente.

Int.

Gjá., d. supra.

FÁBIO FRANCISCO TABORDA
Juiz de Direito

D A T A

EM, 31.08.09,
RECEBI ESTES AUTOS EM CARTÓRIO.
EU,.....,ESC.SUBSCREVI.

CERTIDÃO: Certifico que o(a) (X) despacho ( ) sentença ( ) intimação de fls. 78 foi relacionado(a) para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA (caderno 4), conforme relação n.º 161/09. O referido é verdade. Gjá., 15/09/09.

Eu _____ Escr. subscr.

CERTIDÃO - PUBLICAÇÃO - Certifico que o(a) (X) despacho ( ) sentença ( ) intimação de fls. 78 foi disponibilizado(a) no D.J.E. em 17/09/09. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O referido é verdade. Gjá., 17/09/09

Eu _____ Escr. Subscr.

REMESSA

Em 29 de 10 de 09

faço remessa destes autos a DISTRIBUIDOR

E.s.

1ª Vara Cível
Guarujá/SP

1º Ofício Cível
Fls.: 79

CERTIDÃO DE REGISTRO

Certifico e dou fé que o presente feito foi distribuído a este Juízo e registrado sob nº 2999/2009. O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 30/10/2009. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão-Diretor, digitei e subscrevo.

CONCLUSÃO

Em 30/10/2009 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão-Diretor, subscrevo. PROC. nº 2999/2009

Vistos.

Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 18 de Janeiro de 2010 às 15:30 horas, perante o SETOR DE CONCILIAÇÃO DESTE JUÍZO, instalado no "campus Guarujá" da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP.

CITE(M)-SE o(a,s) ré(u,s) para comparecer(em) à audiência de conciliação, acompanhado(a,s) de advogado(a,s), observando que o prazo para contestar será de quinze dias e terá início na data da realização da audiência, caso não seja obtida a conciliação por qualquer motivo.

Providencie o patrono do condomínio/autor o comparecimento do síndico à audiência.

Int.

Guarujá, 30/10/2009.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 30/10/2009, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GUARUJÁ
CAMPUS UNAERP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, por ordem do M. M. Juiz Coordenador do Setor de Conciliação, que a audiência foi designada para o dia **18 de Janeiro de 2010, às 15:30 hs.** Eu p.p. _____, Janeide S.S. Fernandes - Auxiliar operacional - Direito subscrevi.

REMESSA

Aos **12 de Novembro de 2009**, faço a remessa destes autos à **1ª Vara Cível**, do Fórum da Comarca de Guarujá. Eu p.p. _____, Janeide S.S. Fernandes - Auxiliar Operacional - Direito, subscrevi.

RECEBIMENTO

Em 24 de 11 de 2009

Recebi estes autos com em Cartório

Eu, _____ Escr. Jusc.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls.: 81

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 75

( )**Despacho** de fls. 78

( )**Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

( )**Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC,cód.___, referente fls._____

( )**Providenciar** _____Cód._____

( )**Retirar** _____Cód._____

( ) _____ Cód._____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 26/11/2009. Eu, _____ (Glaucia Melle Moledas) **Auxiliar Judiciário, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE 30/**11/2009**

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): 01/12/2009

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Auxiliar. subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL

Rua Silvio Daige nº 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP – CEP 11440-900

CARTA DE CITAÇÃO

82

Ao(a) Ilmo(a). Sr(a)
GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇÕES LTDA.

Em cumprimento ao r. despacho do Meritíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara de Guarujá, Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, está Vossa Senhoria, pela presente, **CITADO(A)** para os termos da ação de **COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS** requerida por **CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**, Processo nº. 223.01.2009.010479-0 (Nº. de Ordem **2999/2009**), conforme cópia da petição inicial que acompanha a presente, bem como **INTIMADO(A)** a comparecer perante o **Setor de Conciliação Judicial** deste Juízo, **SALA -, instalado no Campus Guarujá da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, situada na Av. Dom Pedro nº 3.300, Praia da Enseada**, Guarujá, CEP 11440-003, telefone 33923911 ou 33981005, Ramal 1202, na audiência de tentativa de conciliação designada para o **dia 18 de janeiro de 2010 às 15:30 horas**, pessoalmente ou fazendo-se representar por preposto com poderes para transigir, podendo estar acompanhado de advogado(a) legalmente constituído(a), ficando ADVERTIDO(A) de que deixando injustificadamente de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 319 do CPC). Caso não haja acordo entre as partes, poderá o(a) ré(u) oferecer resposta escrita, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, e formular quesitos no caso de requerer perícia, **no prazo de quinze dias a contar da audiência supra referida, na sede do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível**, instalado na Rua Silvio Daige nº 280, Jardim Tejereba, Enseada, Guarujá,

DESPACHO Fls. 79 – "Designo audiência de tentativa de conciliação para o **dia 18 de janeiro de 2.010, às 15:30 horas**, perante o SETOR DE CONCILIAÇÃO deste Juízo, instalado no "campus Guarujá" da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP. CITE(M)-SE o(a,s) ré (u,s) para comparecer(em) à audiência de conciliação, acompanhado (a,s) de advogado(a,s), observando que o prazo para contestar será de quinze dias e terá início na data da realização da audiência, caso não seja obtida a conciliação por qualquer motivo. Providencie o patrono do condomínio/autor o comparecimento do síndico à audiência. Int. Guarujá, 30/10/2009. (a) DR. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO - JUIZ DE DIREITO."

Guarujá, 30/11/2009.

30/11/09

Edison Alves do Nascimento
Escrivão-Diretor, assinando por ordem do MM. Juiz de Direito da
1ª Vara Cível de Guarujá

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Guarujá
1ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) – (Advogado) nº 18

83

Carga nº: 4124865
Página nº 283

Impresso em 02/12/2009 15:55
Destino: MARIO DE PAULA MACHADO (76500-SP)
Responsável: GIOVANNA
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Endereço Comercial: R MONTENEGRO, 196 / TEL: 3355-4526
Bairro : VILA MAIA CEP: 11410040Município: Guarujá - SP

Seq.	Processo nº	Dt. Distrib.	Ordem nº	Compet.	Vol.	Fls.	Retorno
1	223.01.2009.010479-0/000000-000	25/08/2009	002999/2009	Cível	Todos	0083	05/12/2009
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					

Recebido por em 4/12/09

JUNTADA

Em.....de.....14 DEZ 2009.....de 20.....

junto a estes autos.....Ap. e Petição.....

.....que segue(m).

Eu,.....Escr. Subscr,

Denise Zocchio
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula TJ 353.369-A

AVISO DE RECEBIMENTO

ETIQUETA CÓDIGO DE BARRAS
OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO

RK 50356314 5 BR

...TA OU INDICAÇÃO MÃO PRÓPRIA	DATA DA POSTAGEM:	UNIDADE DE POSTAGEI
...ão própria	04/12	Guarujá/SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JARDIM TEJEREBA, ENSEADA
CEP: **11.440-900** - **GUARUJÁ/SP**

03 DEZ 2009

DESTINATÁRIO

Representante legal da GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇÕES LTDA.
Avenida Adhemar de Barros, nº 1660, Sobreloja, Guarujá/SP
CEP: 11430-002

OBJETO: **Carta de Citação**
REF.: PROC Nº **2999/2009**

NOME E ASS. RECEBEDOR	R.G. RECEBEDOR
Stefanie Garcia	39.558.455-3

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

TENTATIVAS DE ENTREGA

___/___/___ ___:___h	___/___/___ ___:___h	___/___/___ ___:___h

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO
☐ NÚMERO INXISTENTE
☐ END.INSUFICIENTE. FALTOU:____
☐ INFORM.DO PORTEIRO/SÍNDICO
☐ OUTROS

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

07 DEZ 2009

CDD GUARUJÁ
CORREIOS - SPM
07 DEZ 2009

DATA DO RECEBIMENTO	RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO
7/12/09	8853901-0

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj 14 – Ed Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DE GUARUJÁ-SP

PROCESSO n. 2.999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, expor e requerer o seguinte:

1. Por um erro de digitação, o número da unidade devedora foi grafado erroneamente na Inicial, pois o correto é **95A** (vide cálculo de fls. 04, procuração de fls. 05 e certidão do Cartório de Registro de Imóveis de fls. 09) e não 95B como constou.

2. Diante do exposto, requer o aditamento da inicial apenas para constar no texto da mesma que a unidade devedora é a 95A, expedindo-se nova carta de citação à requerida ainda não citada.

3. Anexa comprovante de recolhimento de taxa postal e cópia da presente e da Inicial para contrafé.

P. Deferimento.
Guarujá, 04 de dezembro de 2009.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Fábio Luiz Puyssegur
ESCREVENTE
Mat. 360031-A

28-DEZ-2009

GUIA DE RECOLHIMENTO
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - F. E. D. T. J.

Nossa Caixa
Banco Nossa Caixa S.A.

Nome C.R.Mussa Gaze		**Código** 120-1	**Valor** R$12,41
RG	**CNPJ/CPF** 05.496.572/0001-27		
Nº do Processo 2.999	**Unidade** 2.009 1ª vara		
Endereço R.Sílvio Dayge,280			
CEP 11440-900	**Comarca** Guarujá		
Histórico C.R. Mussa Gaze x Guarujá Veículos Constr. ltda			
		Total	R$12,41

OFÍCIO JUDICIAL 1 GUARUJÁ

1ª Via - Unidade Geradora do Serviço
2ª Via - Contribuinte
3ª Via - Banco
O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Autenticação Mecânica
BNC 1068 04Dez2009 278

12,41RD 017

02/07 - 10/0493-1

BGA - 0786 - 2

1º Ofício Cível
Fls.: 91

CONCLUSÃO

Em 15/12/2009 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão-Diretor, subscrevo. PROC. nº 2999/2009

Fls. 85: recebo como aditamento ao pedido inicial.

Expeça-se nova carta citação com urgência, em face da proximidade da audiência designada.

Fls. 86/89: tratando-se de contrafé, desentranhe-se.

Int.

Guarujá, 15/12/2009.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 15/12/2009, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls.: 92

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 01

(X) **Despacho** de fls. 91

( ) **Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

( ) **Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC,cód.___, referente fls._____

( ) **Providenciar** _____ Cód._____

( ) **Retirar** _____ Cód._____

( ) _____ Cód._____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 17/12/2009. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) **Escrivão-Diretor, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE 11/01/2010

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): 12/01/2010

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Auxiliar, subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP, CEP 11440-900– ☎ (13) 33862960

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(a) Ilmo(a). Sr(a) Guarujá Veículos Construções Ltda

Em cumprimento ao r. despacho do Meritíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá, Exmo. Sr. Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, está Vossa Senhoria, pela presente, CITADO (EM ATENÇÃO AO ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL QUE RETIFICA A PETIÇÃO ORIGINÁRIA, AFIRMANDO QUE A UNIDADE DEVEDORA É 95 A) para os termos da ação **Cobrança de Condomínio** requerida por **Condomínio Residencial Mussa Gaze**, Processo nº 223.01.2009.010479-0, ordem nº **2999/09**, conforme cópia da petição inicial que acompanha a presente, bem como INTIMADO(A) a comparecer perante **Setor de Conciliação** deste Juízo, instalado na **Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP,** situada na **Av. Dom Pedro nº 3.300, Praia da Enseada, Guarujá**, na audiência designada para o dia **18 de janeiro de 2010, às 15:30 horas**, pessoalmente ou fazendo-se representar por preposto com poderes para transigir, na qual poderá, **através de advogado** legalmente constituído, oferecer resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, e formular quesitos no caso de requerer perícia, ficando ADVERTIDO(A) de que deixando injustificadamente de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 319 do CPC). DESPACHO Fls. 91:"Fls.85: recebo como aditamento ao pedido inicial. Expeça-se nova carta citação com urgência, em face da proximidade da audiência designada. Fls. 86/89: tratando-se de contrafé, desentranhe-se. Int. Guarujá, 15.12.2009(a) Ricardo Fernandes Pimenta Justo – Juiz de Direito" – Fls. 79:"Vistos. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 18 de janeiro de 2010, às 15:30 horas, perante o SETOR DE CONCILIAÇÃO DESTE JUÍZO, instalado no "campus Guarujá" da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação acompanhado *de advogado(a,s), observando que o prazo para contestar será de quinze dias e terá início na data da realização da audiência, caso não seja obtida a conciliação por qualquer motivo. Providencie o patrono do condomínio/autor o comparecimento do síndico à audiência. Int.Guarujá, 30.10.2009(a)Ricardo Fernandes Pimenta Justo – Juiz de Direito.*

Esclareço a Vossa Senhoria que a carta é expedida conforme o disposto no art. 238 do Código de Processo Civil, com a redação da Lei 8710/93, valendo o AVISO DE RECEBIMENTO que a acompanha como comprovante de que esta intimação se efetivou.

Em 29 de dezembro de 2009

Edison Alves do Nascimento
Escrivão-Diretor

OBS.: Fica o(a) ré(u) intimado(a) a comparecer à audiência para prestar depoimento pessoal, estando sujeito(a) à pena de confesso caso não compareça, ou, comparecendo, recuse-se a depor (art. 343 e §§, do Código de Processo Civil.

RG + AR + MP
29 / 12 / 2009

JUNTADA

Em 12 de Janeiro de 2020

Junto a(s) fls. 96

A. C.

Analista Judiciário
Escrevente Téc. Judiciário
Matr. TJ

fls. 97

AVISO DE RECEBIMENTO

ETIQUETA OU INDICAÇÃO MÃO PRÓPRIA

DATA DA POSTAGEM: 30/12

UNIDADE DE POSTAGEM: Guarujá/SP

ETIQUETA CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO

RK 1 0 5 4 3 1 3 8 0 BR

fls. 98

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ (Seção Cível)
RUA SILVIO DAIGE, 280, JARDIM TEJEREBA
CEP.: **11.44[illegible]-900** - **GUARUJÁ/SP**

94

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

TENTATIVAS DE ENTREGA

___/___/___ ___:___h	___/___/___ ___:___h	___/___/___ ___:___h

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO
☐ NÚMERO INXISTENTE
☐ END.INSUFICIENTE. FALTOU:
☐ INFORM.DO PORTEIRO/SÍNDICO
☐ OUTROS

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

AC GUARUJÁ 07 JAN 2010 OR-SPM

DESTINATÁRIO

AC GUARUJÁ 05 JAN 2010 SPM

NOME: **Guarujá Veículos Construções Ltda, na pessoa de seu representante legal.**
END.: **Av. ADhemar de Barros, n. 1660 - Sobreloja**
CIDADE: **Guarujá** - UF: **SP** - CEP.: **11430 002**

OBJETO: **Carta de Citação (aditamento**
REF.: PROCESSO Nº **2999/2009**

NOME E ASS. RECEBEDOR	R.G. RECEBEDOR	DATA DO RECEBIMENTO	RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO
Solange Machado	11 218 805	7/1/10	

95

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GUARUJÁ
CAMPUS UNAERP
Av. D. Pedro I, n.º 3300, Praia da Enseada– Telefone: 13 – 3398-1202
De segunda à sexta feira das 09:00 às 17:00 horas

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº	**2999/09**
Vara:	**1ª Vara cível**
Ação:	**146 – Procedimento Sumário (Cob. Condominío)**
Requerente:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze**
Adv.:	**Mario De Paula Machado – OAB/SP 76500 - PRESENTE**
Requerido:	**Guarujá Veículos Construções LTDA**
Preposta:	**Tabatha Barati de Almeida Lisboa – RG: 43.549.884-PRESENTE**

Aos 18 dias do mês de Janeiro do ano de 2010, às 15:30 horas, nesta cidade, município e Comarca de Guarujá, na sala 04, de audiência do **SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DE GUARUJÁ – CAMPUS UNAERP**, na presença do (a) Conciliador (a) Sr(a) **Soraya Petrasoli Ferreira** , comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência de conciliação, nos autos da ação entre as partes supra-referidas. **1.** Aberta com as formalidades legais, e, apregoadas às partes, compareceram os acima mencionados, INICIADOS os trabalhos, restou **INFRUTÍFERA**. **2.** A Preposta do requerido pede a juntada da carta de Preposição e Xerox do Contrato Social cópias não autenticadas. Pelo (a) conciliador (a) foi consignado o retorno dos autos à Vara de origem. NADA MAIS. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, **Washington Fernando Silva** (Estagiário de Direito – R.A: 793.953) _____, digitei.

Conciliador(a): **Soraya Petrasoli Ferreira**

Adv. do Requerente: **Mario De Paula Machado – OAB/SP 76500**

Preposta do Requerido: **Tabatha Barati de Almeida Lisboa**

fls. 100

96

Departamento Jurídico

CARTA DE PREPOSIÇÃO

Fica autorizada o(a) SR. (a) Tabatha B. de A. Lisboa, Portador(a) do RG n. 43.549.884 - 8, inscrito no CPF sob nº. 336.640.938-25, a representar, com poderes para transigir, a empresa **GUARUJA VEICULOS CONSTRUÇÕES LTDA** perante a este (a) 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá-SP, Autos nº 2999/2009, que lhe move **CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE,** praticando todos os atos necessários para o valido e bom andamento do processo.

Guarujá, 18 de Janeiro de 2010

Nacim Mussa Gaze
Diretor Presidente

APPLY JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
15763/05-5

SINGULAR

18/01/05

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ Nº 01.444.010/0001-89
NIRE 35.214.052.761

NACIM MUSSA GAZE, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Av. da Saudade nº 115 - aptº 111, bairro Jardim São Miguel, CEP 11440-180, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.622.531 SSP/SP e do CPF nº 017.780.998-15;

NACIM GIL GAZE, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Rua Milton Mussa Gaze nº 65, bairro Jardim Acapulco, CEP 11445-230, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.345.825 - 4 SSP/SP e do CPF nº 001.027.378-60;

FÁBIO GIL GAZE, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Rua Silvia Maria da Silveira Carvalho nº 130, bairro Jardim Acapulco, CEP 11445-310, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.800.596 SSP/SP e do CPF nº 018.027.768-50, e

FERNANDO GIL GAZE, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Rua Seis nº 11, bairro Jardim Acapulco, CEP 11445-270, portador da Cédula de Identidade RG 9.323.782-0 SSP/SP e do CPF 018.027.798-76, únicos sócios quotistas da sociedade limitada denominada:

GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA , sociedade com sede na Av. Adhemar de Barros nº 1.660, Sobreloja, bairro Jd. Santa Maria - CEP 11430-002, em Guarujá, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 01.444.010/0001-89, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de

Praça Belmiro Ribeiro, 05 - 2º andar - Fone (13) 3228-2700 (tronco chave) - Fax (13) 3232-7445 - Cep 11075-

APPLY JUCESP 15 18.01.05

São Paulo sob nº 35.214.052.761 em 24/09/96, e última alteração contratual arquivada e registrada sob nº 217.461/99-2, em sessão de 08/12/1999, têm entre si justos e contratados, a alteração do contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

ITEM PRIMEIRO – Os sócios de comum acordo, resolvem alterar a natureza jurídica de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, para sociedade empresária limitada, nos termos da Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

ITEM SEGUNDO – Deliberam os sócios, de mútuo e comum acordo, rediscliplinar as Cláusulas e condições do Contrato Social, de forma a adequá-la às disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, passando o mesmo a vigorar nos seguintes termos:

CONTRATO SOCIAL
DE
GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA *- A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de* ***GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA***

CLÁUSULA SEGUNDA *- A sociedade tem sede Av. Adhemar de Barros nº 1.660, Sobreloja, bairro Jd. Santa Maria - CEP 11430-002, em Guarujá, Estado de São Paulo, podendo a bem do interesse social, abrir e encerrar filiais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes.*

CLÁUSULA TERCEIRA *- A sociedade tem por objeto social:*

a) venda e compra de imóveis;
b) locação;
c) desmembramento ou loteamento de terrenos;
d) incorporação imobiliária;
e) construção de imóveis destinados à venda.

Praça Belmiro Ribeiro, 05 - 2º andar - Fone (13) 3228-2700 tronco chave - Fax (13) 3232-7445 - Cep 11075-210 - Santos

APPLY JUCESP 15 18015

PARÁGRAFO ÚNICO *- A sociedade, para o atendimento dos seus objetivos sociais, manterá um Departamento Técnico sob a responsabilidade de um profissional devidamente habilitado perante o CREA, participante efetivo e autor dos trabalhos técnicos, o qual terá total autonomia no desempenho de suas funções.*

CLÁUSULA QUARTA *- O capital social é de R$ 6.500.000,00 (seis milhões, quinhentos mil reais), dividido em 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) quotas de valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado e distribuído entre os sócios da forma seguinte:*

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR – R$	%
Nacim Mussa Gaze	5.525.000	5.525.000,00	85
Nacim Gil Gaze	325.000	325.000,00	5
Fábio Gil Gaze	325.000	325.000,00	5
Fernando Gil Gaze	325.000	325.000,00	5
TOTAL	**6.500.000**	**6.500.000,00**	**100**

PARÁGRAFO ÚNICO *- A responsabilidade dos sócios é limitada ao total de suas quotas e, solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.*

CLÁUSULA QUINTA *- A administração da sociedade será exercida isoladamente pelos sócios-administradores, NACIM MUSSA GAZE, NACIM GIL GAZE, FÁBIO GIL GAZE e FERNANDO GIL GAZE. Os sócios-administradores poderão usar a designação de Diretores.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO *- Os Diretores ficarão investidos de todos os atos de administração dos negócios sociais, representando a sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, onde se fizer necessário. Nos seus poderes não se incluem os de assumir obrigações estranhas aos interesses da sociedade, tais como: avais, fianças, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros.*

APPLY JUCESP 15 18.01.05

PARÁGRAFO SEGUNDO *- A sociedade poderá também ser representada por procuradores.*

PARÁGRAFO TERCEIRO *- Os sócios-administradores poderão delegar poderes procuratórios a terceiros, mediante instrumento de procuração pública ou particular, devendo especificar os atos, as operações e o período de validade, mas somente em negócios de exclusivo interesse da sociedade, com exceção daquelas para fins judiciais. Fica vedado ao procurador o seu emprego em qualquer operação de favor, tais como: aceites, fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, sob pena exclusiva de sua responsabilidade.*

PARÁGRAFO QUARTO *- Os sócios administradores ficam dispensados da caução e receberão a título de Pro-Labore, a quantia que for fixada pelo sócio que represente a maioria do capital social, cujos valores serão determinados de conformidade com as possibilidades financeiras da sociedade*

CLÁUSULA SEXTA *- Entre os sócios, as quotas sociais são livremente transferíveis. Os sócios só podem ceder suas partes a estranhos, mediante o consentimento do sócio ou sócios que representem a maioria do capital social, caso em que será observado o seguinte:*

a) O quotista manifestará, por escrito, aos sócios remanescentes a intenção de alienar as suas quotas, mencionando o preço, condição de pagamento, nome, estado civil, profissão e domicílio do comprador, os quais terão o prazo de 60 (sessenta) dias para declarar se querem ou não adquiri-las. Se mais de um sócio optar pela aquisição, terão eles o direito na mesma proporção em que participam no capital social.

b) Se nenhum sócio se manifestar no prazo acima, que será contado após a ciência do aviso expedido, fica o sócio ofertante com a liberdade de transferi-las ao comprador indicado na forma prevista na letra "a".

PARÁGRAFO PRIMEIRO *- A constituição de direitos reais ou outros ônus sobre as quotas de qualquer sócio, só poderá ser feita com o consentimento prévio, por escrito,*

Praça Belmiro Ribeiro, 05 - 2º andar - Fone (13) 3228-2700 tronco chave - Fax (13) 3232-7445 - Cep 11075-[illegible]

APPLY JUCESP 15 18/01/05

dos sócios que representem a maioria do capital social, que todavia não poderão recusá-lo injustificadamente.

***PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será ineficaz em relação a sociedade a venda de quotas ou constituição de direitos reais ou outros ônus sobre as mesmas, feitas com infração às regras estabelecidas nesta cláusula.*

***CLÁUSULA SÉTIMA** - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.*

***CLÁUSULA OITAVA** - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado o Inventário, o Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.*

***PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os sócios reunir-se-ão, ao menos uma vez por ano, para tomar as contas dos administradores, deliberar sobre o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico e designar administradores, quando for o caso. Os sócios também decidirão sobre a destinação dos lucros ou prejuízos verificados em cada Balanço.*

***PARÁGRAFO SEGUNDO** – A distribuição dos lucros em proporções diferentes, ou ainda, a deliberação sobre a destinação diversa, será decidida pelo sócio que represente a maioria do capital social.*

***PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sociedade poderá levantar balanços patrimoniais e de resultado econômico, periódica ou extraordinariamente, em qualquer época do ano, para o fim de apurar o lucro do período neles compreendidos, podendo tal lucro ser distribuído ou capitalizado, por deliberação dos quotistas que representem a maioria do capital social.*

Praça Belmiro Ribeiro, 05 - 2º andar - Fone (13) 3228-2700

APPLY JUCESP 15 18/05

CLÁUSULA NONA *- A sociedade poderá, por deliberações do sócio ou sócios que representem no mínimo ¾ (três, quartos) do capital social, proceder alterações em seu contrato social, com exceção das matérias indicadas no dispositivo legal vigente.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO *– Na proporção das quotas que possuírem, terão os sócios preferência para a subscrição dos aumentos de capital. Para esse fim deverão os sócios, dentro do prazo de 10 (dez) dias da ciência da proposta do aumento, exercer o seu direito de preferência.*

PARÁGRAFO SEGUNDO *– O sócio que não concordar com a modificação do tipo societário ou com qualquer outra alteração deste contrato, poderá retirar-se da sociedade, recebendo seus haveres de conformidade com o disposto na Cláusula Décima e seus Parágrafos, desde que dentro de 10 (dez) dias da data da alteração, comunique à sociedade através de notificação judicial ou carta, expedida pelo Registro de Títulos e Documentos, o seu firme propósito de afastar-se da sociedade.*

PARÁGRAFO TERCEIRO *– O sócio minoritário poderá ser excluído da sociedade por justa causa, remissão ou quando tiver suas quotas liquidadas, sem necessidade de intervenção judicial, mediante alteração do contrato social.*

CLÁUSULA DÉCIMA *– Em caso de morte, interdição, inabilitação e retirada de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá. Os sócios remanescentes procederão, no prazo de 30 (trinta) dias, ao levantamento de um inventário, seguido de Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO *– O Balanço Patrimonial será elaborado considerando os valores de mercado (reais) dos bens, direitos e obrigações constantes do patrimônio da sociedade, à data do evento.*

PARÁGRAFO SEGUNDO *– Os valores serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, da seguinte forma:*

APPLY JUCESP 15 18/01/05

30% (trinta por cento), 30 (trinta) dias após a elaboração do Balanço Patrimonial e os outros 70% (setenta por cento) restantes, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela inicial.

***PARÁGRAFO TERCEIRO** – As parcelas serão corrigidas pela variação do IGPM/FGV ou outro indexador que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu pagamento, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.*

***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade decidirá pelo ingresso ou não de um herdeiro que a todos represente. Em não havendo interesse na admissão dos herdeiros, os haveres do sócio falecido serão pagos na forma estipulada na Cláusula Décima e seus Parágrafos.*

***CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A sociedade dissolver-se-á por vontade dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social. Em caso de dissolução ou liquidação da sociedade e após a liquidação de todo o passivo, o acervo da sociedade será dividido entre os sócios na proporção das quotas que possuírem. Os sócios estabelecerão o modo de liquidação e nomearão o liquidante que deverá funcionar durante o prazo da mesma.*

***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Reger-se-á o presente Contrato Social, de conformidade com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e supletivamente pela Lei 6.404 de 15/12/1976. As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas, deverão ser supridas ou resolvidas, com base no mesmo dispositivo legal vigente.*

***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - As divergências entre os sócios quotistas e os casos omissos neste contrato, serão resolvidos por arbitramento na forma determinada pelas leis que regulam ou venham regular o assunto.*

APPLY JUCESP 15 19015

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA *- O foro da sociedade é o da cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, no qual serão propostas as ações oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.*

Os sócios - administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

Guarujá-SP, 02 de janeiro de 2005

SERVIÇO NOTARIAL

NACIM MUSSA GAZE

SERVIÇO NOTARIAL

NACIM GIL GAZE

SERVIÇO NOTARIAL

FABIO GIL GAZE

SERVIÇO NOTARIAL

FERNANDO GIL GAZE

TESTEMUNHAS

Semiramis Oliveira de Jesus
RG n.º 13.881.288 - SSP/SP

karen Lessa do Prado
RG n.º 34.153.508-4 SSP/SP

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GUARUJÁ
CAMPUS UNAERP

REMESSA

Aos **18 de janeiro de 2010**, faço a remessa destes autos ao **1ª Vara Cível** do Fórum da Comarca de Guarujá. Eu _____, subscrevi (Janeide S.S. Fernandes – Auxiliar Operacional - Direito).

RECEBIMENTO

Aos 20 de janeiro de 2010 , recebi estes autos em cartório, oriundos do Setor de Conciliação – UNAERP/Guarujá, tendo promovido a baixa no sistema. Escrevente:

JUNTADA

Em 08 FEV 2010 de 20

Esc. subscr.

Antônio César do Monte
Escrevente Téc. Judiciário
Matr. TJ 351.205-1

LOCAL FÍSICO
SAJ/PG
1º Ofício Judicial

Audiência 29/07.

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

Setor de conciliação da Unesp.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Fls.: 107 Proc.: 2999/09 Assunto: Cobrança-26-Jan-2010-14:16-006720-1/2

PROCESSO n. 2.999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, expor e requerer o seguinte:

1. A requerida forneceu ao requerente cópia de compromisso particular de venda e compra da unidade autônoma ensejadora do débito cobrado nesta ação, no qual consta que o apartamento 95A foi alienado ao Sr. ***ADÃO MÁRCIO BERGAMIM, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, residente e domiciliado à Av. Severino Pietro Alvarez nº 120 – Jardim Acapulco- Guarujá/SP – CEP 11445-080.***

2. Ocorre que a dívida de condomínio tem natureza ***"propter rem"***, tendo sua satisfação vinculada à unidade autônoma que a ensejou, sendo que quem a adquire, o faz no estado em que se encontra, tornando-se imediato devedor dos débitos que sobre ela pesam, na forma do art. 1.345 do Código Civil e farta jurisprudência aplicável.

3. Diante do exposto, requer:

a) o prosseguimento do feito contra o Sr. ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, acima qualificado, alterando-se o pólo passivo da lide para nele constar o novo proprietário do imóvel, excluindo-se dele o devedor originário, procedendo-se às comunicações de estilo, notadamente ao Distribuidor;

b) Seja determinada a citação por meio de mandado do novo requerido dos termos da presente, no endereço já mencionado, para que apresente contestação ao presente feito no prazo legal, anexando para tal cópia da exordial e desta petição para contrafé e comprovante de recolhimento das diligências do Sr. Oficial de Justiça.

P. Deferimento
Guarujá, 25 de Janeiro de 2010.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA

Pelo presente contrato, comparece de um lado, como outorgante promitente vendedora, doravante denominada simplesmente OUTORGANTE **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede em Guarujá SP - na Avenida Dr. Adhemar de Barros nº 1.660, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.444.010/0001-89, constituída de conformidade com o Contrato Social Consolidado através de Instrumento Particular datado de 02 de Janeiro de 2.005, devidamente registrado sob nº 4.792/C5-1, em data de 18 de Janeiro de 2.005 na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), neste ato representada nos termos da cláusula 5a. do referido contrato social, por seu sócio administrador **FABIO GIL. GAZE**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 9.800.496-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 018.027.768-50, residente e domiciliado em Guarujá - SP - na Avenida Adhemar de Barros nº 1.660; e, de outro lado como outorgado compromissário comprador, doravante denominado simplesmente OUTORGADO **ADÃO MARCIO BERGAMIM** brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, portador da cédula de identidade RG nº 5.674.386-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 809.321.698-72, domiciliado e residente em Guarujá na Avenida Severino Pietro Alvarez nº 120, Jardim Acapulco; os quais tem entre si, justos e contratados o seguinte:

Primeiro: Que, de conformidade com os registros nº 01 nas matrículas 56.829 e 56.830 e registro nº 03 na matrícula 02.341, as quais foram objeto de fusão, originando a matrícula nº **61.360 e** ainda de conformidade com o registro 04 na referida matrícula, todas do Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, tornou-

se senhora e legítima possuidora absolutamente livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus reais, inclusive de hipotecas mesmo que legais, dúvidas, dívidas, litígios, tributos em atraso de qualquer espécie, bem como de qualquer ação em trâmite fundada em direito real e pessoal reipersecutória, ou qualquer ação que possa afeta-lo do imóvel que assim se descreve, confronta e caracteriza, a saber: **Um Terreno constituído pelos Lotes 12, 13 e 18 da Quadra "L", do Loteamento denominado Jardim São Miguel,** no Município e Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, de formato irregular, medindo 66,50 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01, por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade, nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados:- **SEGUNDA:-** Que, sobre o imóvel acima descrito, promoveu ela outorgante vendedora a incorporação de um prédio plurihabitacional, designado, por **"Condomínio Residencial Mussa Gaze", a ser identificado pelo nº 719 da Avenida D. Pedro I** e que através de requerimento datado de 27 de Novembro de 1996, acompanhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei nº 4.591 de 16 de Dezembro de 1964, a outorgante depositou no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, o processo de Incorporação Imobiliária do **"Condomínio Residencial Mussa Gaze",** o qual foi registrado sob nº 05 na matrícula **61.360** no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, composto de dois (02) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com sub-solo (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e atico, num total de 106 (cento e seis) Apartamentos, com garagem coletiva localizada no sub-solo do edifício com capacidade para abrigar 110 carros de passeio em vagas individuais e indeterminadas, numeradas no projeto aprovado apenas para efeito de quantidade, destinadas ao estacionamento de um (01) veículo de passeio cada, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídas entre os apartamentos da seguinte forma: à cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nºs 112-A e 112-B corresponderá 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nºs

111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas:- **Segundo:-** Que, a fração ideal de 0,905498% do todo do terreno descrito e caracterizado na cláusula primeiro, corresponde ao **Apartamento nº 95, que localizar-se-à no 9º andar ou 10º pavimento do Bloco A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze,** no município e comarca de Guarujá, que possuirá a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 metros quadrados, a área total de 116,170 metros quadrados e a fração ideal de 0,946324%, **caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 (uma) vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de um (01) veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxilio de manobrista**; cadastrado na Prefeitura Municipal de Guarujá, sob nº 3-0027-001-045 e com o valor venal lançado para o exercício de 2.009 em R$ 14.690,11 (terreno) e R$ 100.674,99 (benfeitorias):-

Terceiro: Que, dessa forma possuindo o imóvel acima descrito e confrontado, pelo presente contrato, está ela outorgante justa e contratada vendê-lo ao OUTORGADO, que por sua vez, se compromete à adquiri-lo, pelo preço total, certo e previamente ajustado de **R$ 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS),** recebidos neste ato, em boa e corrente moeda nacional, contada e achada exata, importância essa da qual dão plena, geral, rasa e irrevogável quitação, de paga e satisfeita que está, nada mais tendo a receber ou reclamar:-

Quarto: Que, o OUTORGADO entra desde já na posse do referido imóvel, posse essa que manterá sempre em nome dela OUTORGANTES, até a outorga da competente Escritura de Venda e Compra.

Quinto: Que, todos os impostos, despesas de condomínio, (ordinário e extraordinário), luz e demais tributos que vencerem após esta data, passam à responsabilidade integral e exclusiva do OUTORGADO, que se obriga a pagá-los nas datas respectivas, ficando, no entanto, sob a responsabilidade da OUTORGANTE todos os que se vencerem até a presente data.

Sexto: Que, ela OUTORGANTE se compromete a fazer esta negociação sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito, se chamada à autoria.

Sétimo: Que, o presente instrumento é feito em caráter firme, irrevogável e irretratável, obrigando tanto as partes contratantes bem como seus herdeiros ou sucessores legais.

Oitavo: A OUTORGANTE outorgará em nome do OUTORGADO, a competente escritura definitiva de Venda e Compra, tão logo seja solicitado pelo mesmo.

Nono: Que, a OUTORGANTE deixa de apresentar a CND - Certidão Negativa de Débitos do INSS, bem como a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à de Dívida Ativa da União, por ter como objeto social, dentre outros, a comercialização de imóveis, não fazendo o presente imóvel parte de seu ativo permanente, tudo conforme parecer aprovado pelo Ministério da Previdência Social (MPC/JC nº 41/92) e Ofício/SRF/COSAR/nº 103), expedida pela Secretária da Receita Federal em Brasília aos 07 de maio de 1.993.-

Décimo: Que, os casos omissos no presente contrato serão regidos de acordo com a legislação em vigor.

Décimo Primeiro: Que, desde já elegem o foro da comarca de Guarujá, para nele serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de outro qualquer por mais privilegiado que seja

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente, juntamente com as duas testemunhas.

Guarujá, 05 de Junho de 2.009

GUARUJÁ VEICULOS CONSTRUÇÕES LTDA

TABELIONATO VTE. DE CARVALHO

ADÃO MARCIO BERGAMIN

TABELIONATO VTE. DE CARVALHO

Testemunhas:-

.....

.....

TABELIONATO VICENTE DE CARVALHO - GUARUJÁ Joaquim Rodrigues de Castro TABELIÃO
R. Aristides Rodrigues de Castro, 273 - Vicente de Carvalho - CEP 11.452-000 - Tel.: (13) 3352-3000

RECONHEÇO por SEMELHANÇA 2 firma(s) COM VALOR ECONOMICO de:
ADAO MARCIO BERGAMIN E FABIA GIL DE[illegible]
05 de junho de 2007.
Em testemunho [illegible] da verdade.

RONALDO JESUS DA ROCHA - Escrevente Autorizado
Total:R$ 9,60.VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
Cartório:20722 Selo(s): 29509 ER Pedido: 39
OBS:

TABELIONATO VICENTE DE CARVALHO - GUARUJÁ
Ronaldo Jesus da Rocha
ESCREVENTE AUTORIZADO
R. Aristides Rodrigues de Castro, 273 - Vicente de Carvalho - Tel.: (13) 3352-3000

Nossa Caixa
Banco Nossa Caixa S.A.

GUIA DE DEPÓSITO - OFICIAIS DE JUSTIÇA

Comarca de

_____ª Vara

_____º Ofício

Fórum

Unidade

Conta Nº 13 - 950 000 -

Guia 976393

Valor

Processo Nº

Ano

Depositante/Remetente

Finalidade

CRÉDITO EM CONTA CORRENTE

Nome das Partes

ESTE DOCUMENTO EM 5 VIAS É PRÓPRIO PARA DEPÓSITO DE DESPESAS DE CONDUÇÃO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA NOS TERMOS DO PROVIMENTO CG 8/85.

Autenticação Mecânica

12/03 - 70/9003- 1 Vias:1ª - Banco (Branca) 2ª - Depositante (Verde) 3ª e 4ª - à guarda do escrivão-diretor (Amarela e Azul) 5ª - Entranhamento nos autos (Rosa)

1º Ofício Cível

CONCLUSÃO

Em 22/03/2010 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, Mm. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão, subscrevo. Proc. nº. 2999/2009

Fls. 107/108: recebo como aditamento ao pedido inicial. Anote-se na autuação.

Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 07 de junho de 2010 às 11:30 horas, a ser realizada perante o SETOR DE CONCILIAÇÃO deste juízo, instalado no "campus Guarujá" da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP.

CITE(M)-SE o(a,s) ré(u,s) para comparecer(em) à audiência de conciliação, acompanhado(a,s) de advogado(a,s), observando que o prazo para contestar será de quinze dias e terá início na data da realização da audiência, caso não seja obtida a conciliação por qualquer motivo.

A citação deve ser procedida através de Oficial de justiça, devendo constar do mandado a advertência de que se não houver contestação serão considerados verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (CPC, artigos 285 e 319), realizando-se os atos necessários com a autorização a que alude o artigo 172 e §2º, do CPC.

Providencie o patrono do condomínio/autor o comparecimento do síndico à audiência.

Int.

Guarujá, 22/3/2010.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 22/3/2010, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

Certifico e dou fé que Atualizei o SAJ/PG.
Fls. 121
Data 22/3/10

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GUARUJÁ CAMPUS UNAERP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, por ordem do M.M. Juiz Coordenador do Setor de Conciliação, que a audiência foi designada para o dia **07 de Junho de 2010, às 11:30** horas. Eu ---------- (Caroline Chiminazo de Faria Auxiliar Operacional - Direito).

REMESSA

Aos **22 de abril de 2010**, faço a remessa destes autos à **1ª Vara Cível**, do Fórum da Comarca de Guarujá. Eu _____, Caroline Chiminazzo de Faria - Auxiliar Operacional - Direito, subscrevi.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 19/2010

( )**Despacho** de fls. 115

( )**Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

( )**Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC, ___, referente fls._____

( )**Providenciar** _____Cód._____

( )**Retirar** _____Cód._____

( ) _____ Cód._____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 04/05/2010. Eu, _____ (Glaucia Melle Moledas) **Auxiliar Judiciário, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE _____

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): _____

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Auxiliar, subscrevo.

118

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP, CEP 11440-900– ☎ (13) 33862950

PROCESSO nº 223.01.2009.010479-0
ORDEM nº 2999/09 **MANDADO DE CITAÇÃO**

O Doutor André Luis Adoni, Meritíssimo Juiz Substituto da 1ª Vara Cível desta cidade e comarca de Guarujá, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei,

MANDA... a qualquer um dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ao qual for este apresentado, indo por mim devidamente assinado, passado nos autos da **Ação de Cobrança (Procedimento Sumário)** proposta por **Condomínio Residencial Mussa Gaze** contra **Adão Márcio Bergamin**

PROCEDA... a CITAÇÃO do réu **Adão Márcio Bergamin,** na Avenida Severino Pietro Alvarez, nº 120 – Jardim Acapulco, Guarujá-SP, dos termos da ação, conforme cópia da petição inicial que acompanha o presente, bem como a **INTIMAÇÃO** da mesma para que compareça perante o **Setor de Conciliação** deste Juízo, instalado na **Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP,** situada na **Av. Dom Pedro nº 3.300, Praia da Enseada, Guarujá**, na audiência designada para o dia **07 de junho de 2010, ás 11h30min.**, pessoalmente ou fazendo-se representar por preposto com poderes para transigir, na qual poderá, através de advogado legalmente constituído, oferecer resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, e formular quesitos no caso de requerer perícia, conforme despacho de fls. 115, teor seguinte: "Fls. 107/108: recebo como aditamento ao pedido inicial. Anote-se na autuação. *Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 07 de junho de 2010, às 11h30min. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação, acompanhada de advogado(a), observando que o prazo para contestar será de quinze dias e terá início na data da realização da audiência, caso não seja obtida a conciliação por qualquer motivo. A citação deve ser procedida através de Oficial de Justiça, devendo constar do mandado a advertência de que se não houver contestação serão considerados verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (CPC, artigos 285 e 319), realizando-se os atos necessários com a autorização a que alude o artigo 172 e §2º, do CPC. Providencie o patrono do condomínio/autor o comparecimento do síndico à audiência. Int. Gjá., 22.03.2010 (a) Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo - Juiz de Direito*".

Advertência: Prazo para defesa: 15(QUINZE DIAS), a contar da data da realização da audiência, caso não haja conciliação, sob pena de revelia, e nesse caso reputar-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, na petição inicial (art. 319 do CPC).

NADA MAIS... Cumpra-se, na forma e sob as penas da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarujá, aos 10 de maio de 2010. Eu, _____ (Fábio Luiz Puyssegur) Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento), Escrivão-Diretor , subscrevo, e assino por ordem do MM. Juiz de Direito.

É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte.
A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação da carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

JUNTADA

En 02 de 06 de 20 P

Junto a estes autos mandado

que segue(m).

Eu Escr. subscr

1º OFÍCIO CÍVEL DE GUARUJÁ
Rua Silvio Daige n.º 280
Jardim Tejereba - CEP 11440-900

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP, CEP 11440-900– ☎ (13) 33862950

PROCESSO nº 223.01.2009.010479-0
ORDEM nº 2999/09 **MANDADO DE CITAÇÃO**

O Doutor André Luis Adoni, Meritíssimo Juiz Substituto da 1ª Vara Cível desta cidade e comarca de Guarujá, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei,

MANDA... a qualquer um dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ao qual for este apresentado, indo por mim devidamente assinado, passado nos autos da **Ação de Cobrança (Procedimento Sumário)** proposta por **Condomínio Residencial Mussa Gaze** contra **Adão Márcio Bergamin**

PROCEDA... a CITAÇÃO do réu **Adão Márcio Bergamin,** na Avenida Severino Pietro Alvarez, nº 120 – Jardim Acapulco, Guarujá-SP, dos termos da ação, conforme cópia da petição inicial que acompanha o presente, bem como a **INTIMAÇÃO** da mesma para que compareça perante o **Setor de Conciliação** deste Juízo, instalado na **Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP,** situada na **Av. Dom Pedro nº 3.300, Praia da Enseada, Guarujá**, na audiência designada para o dia **07 de junho de 2010, ás 11h30min.**, pessoalmente ou fazendo-se representar por preposto com poderes para transigir, na qual poderá, através de advogado legalmente constituído, oferecer resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, e formular quesitos no caso de requerer perícia, conforme despacho de fls. 115, teor seguinte: "Fls. 107/108: recebo como aditamento ao pedido inicial. Anote-se na autuação. *Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 07 de junho de 2010, às 11h30min. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação, acompanhada de advogado(a), observando que o prazo para contestar será de quinze dias e terá início na data da realização da audiência, caso não seja obtida a conciliação por qualquer motivo. A citação deve ser procedida através de Oficial de Justiça, devendo constar do mandado a advertência de que se não houver contestação serão considerados verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (CPC, artigos 285 e 319), realizando-se os atos necessários com a autorização a que alude o artigo 172 e §2º, do CPC. Providencie o patrono do condomínio/autor o comparecimento do síndico à audiência. Int. Gjá., 22.03.2010 (a) Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo - Juiz de Direito*".

Advertência: Prazo para defesa: 15(QUINZE DIAS), a contar da data da realização da audiência, caso não haja conciliação, sob pena de revelia, e nesse caso reputar-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, na petição inicial (art. 319 do CPC).

NADA MAIS... Cumpra-se, na forma e sob as penas da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarujá, aos 10 de maio de 2010. Eu, (Fábio Luiz Puyssegur) Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, (Edison Alves do Nascimento), Escrivão-Diretor , subscrevo, e assino por ordem do MM. Juiz de Direito.

Luiz Cláudio M. Inojosa
Escrivão Diretor Substituto
Matr. TJ 314219-3

É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte.
A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação da carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

Carga n.º 145 Data: 26/05/10
Prazo para cumprimento: 15 dias
Oficial de Justiça:

GRD Nº
VALOR R$
Nº ATOS
LIBERADO
SALDO

Adão Marcos Benjamin
RG. S.674,386 SSP./SP

Ordem nº
1ª Cível

120

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, eu Of.Justiça, abaixo assinada, que em cumprimento ao mandado em frente, me dirigi a Avenida Severino Pietro Alvarez (antiga Av.Dois), nº 120, e lá, uma imobiliária (Wagner Imóveis), CITEI e INTIMEI o Sr.Adão Márcio Bergamin, o qual após ouvir a leitura do mandado e demais termos da ação proposta instruída pela petição inicial, recebeu a contrafé exarando a sua assinatura no verso do mandado.
Gaurujá, 28 de maio de 2010.

Of.Justiça

Ato: 01

REMESSA

Em 02 DE JUNHO DE 2010, faço remessa destes autos ao **Setor de Conciliação da UNAERP – Campus Guarujá/SP**.

Eu, _____ (Gláucia), digitei e subscrevi

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GUARUJÁ CAMPUS UNAERP
Av. D. Pedro I, n.º 3.300, Praia da Enseada– Telefone: 13 – 33981202
De segunda à sexta feira das 09:00 às 17:00 horas

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo Nº **2999/09 – 1ª Vara Cível do Fórum de Guarujá**
Ação: **146 - Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)**
Requerente: **Condomínio Residencial Mussa Gaze**
Adv. do Rte: **Dr. Mario de Paula Machado – OAB/SP. 76.500 - PRESENTE**
Requerido: **Adão Marcio Bergamin – AUSENTE**
Adv. do Rdo: **Dra. Tabatha Barati de Almeida Lisboa –OAB/SP. 280.639 - PRESENTE**

Aos **07** dias do mês de **Junho** de **2010**, às **11:30** horas, nesta cidade e Comarca de Guarujá, na sala **05**, audiência do **SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DE GUARUJÁ – CAMPUS UNAERP**, na presença do(a) Conciliador(a) Soraya Petrasoli Ferreira, comigo Estagiário de Direito abaixo assinado, Yuri Demétrio Vieira de Araújo N.º de matrícula 799.850, foi aberta a audiência de conciliação, nos autos da ação entre as partes supra-referidas. Aberta com as formalidades legais, e apregoadas as partes, compareceram os acima mencionados, INICIADOS os trabalhos, restou **PREJUDICADA** a conciliação **ante a ausência do Requerido.** Neste ato, a patrona do requerido protesta por prazo de 05 (cinco) dias para juntada de procuração. Pelo conciliador foi consignado o retorno dos autos à Vara de origem. NADA MAIS. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____ (**Yuri Demétrio Vieira de Araújo**), Estagiário de Direito, digitei.

Conciliador: **Soraya Petrasoli Ferreira**

Adv. do Rte: **Dr. Mario de Paula Machado**

Adv. do Rdo: **Dra. Tabatha Barati de Almeida Lisboa**

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
SETOR DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GUARUJÁ CAMPUS UNAERP

REMESSA

Aos **07 dias do mês de Junho de 2010**, faço a remessa destes autos à **1ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Guarujá**. Eu P/P _____, Caroline Chiminazzo de Faria- Auxiliar Operacional - Direito, subscrevi.

RECEBIMENTO

Em 14 de 06 de 2010

recebi estes autos com

Em

JUNTADA

Em 23 de 06 de 2010

Junto a estes autos apelação

que segue(m).

Eu, ... Escrevente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ /SP.

Processo nº 2999/2009

Adão Marcio Bergamin, por sua advogada ao final assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada do incluso instrumento de procuração e demais documentos, conforme determinado em audiência, a fim de regularizar sua situação processual, bem como apresentar contestação no prazo legal.

Requer, outrossim, sejam todas as intimações publicadas em nome da Dra. JULIANA GUESSE, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 266.717, com endereço profissional na Av. D. Pedro I, 1785 – 5º andar - tel. (13) 3371.6048, sob pena de nulidade.

Nestes Termos,

P.Deferimento.

Guarujá, 09 de junho de 2010.

Tabatha Barati de Almeida Lisboa

OAB/SP - nº 280.639

Av. D. Pedro I, n.º 1.785 – 5º andar
Enseada - Guarujá/SP
Tel/Fax.: (013) – 3371.6048

125

PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

Pelo presente instrumento particular de mandato, **Adão Márcio Bergamin,** brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, portador de RG nº 5.674.386 - SSP, inscrito no CPF/MF sob o n. 809.321.698-72, nomeia e constitui suas bastantes procuradoras, **Ana Glória Silva Santos**, inscrita na **OAB/SP sob nº 169.856, Juliana Guesse,** inscrita na **OAB/SP sob nº 266.717**, **Tabatha Barati Almeida Lisboa,** inscrita na **OAB/SP 280.639, Bruna Fagundes de Oliveira,** inscrita na **OAB/SP 169.441,** todas com escritório na Avenida D. Pedro I, nº 1.785, 5º andar, Enseada, em Guarujá/SP, conferindo amplos poderes para representá-la em qualquer juízo, instância ou tribunal, propondo ações, defendendo-a nas contrárias, podendo ainda, conciliar, transigir, desistir, fazer acordos, efetuar pagamentos, dar recibos e quitações, receber intimações, inclusive substabelecer no todo ou em parte.

Guarujá, 07 de junho de 2010.

Adão Marcio Bergamin

Av. D. Pedro I, n.º 1.785 – 5º andar
Enseada - Guarujá/SP
Tel/Fax.: (013) – 3371.6049

126

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ADAO MARCIO BERGAMIM

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
5674386 SSP/SP

CPF
809.321.698-72

DATA NASCIMENTO
03/11/1952

FILIAÇÃO
SERAFIM BERGAMIN

MAURA ROSA BERGAMIN

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AE

Nº REGISTRO
03109653360

VALIDADE
12/11/2021

1ª HABILITAÇÃO
17/07/1972

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
075644059

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GUARUJA, SP

DATA EMISSÃO
08/01/2009

Del. Pol. Estevam Gabriel Urso
ASSINATURA DO EMISSOR

91537154508
SP369240464

DETRAN SP (SÃO PAULO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
075644059

Livre
o telefone fixo da Embratel

Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A

Fatura de Serviços Prestados - Detalhamento Pág.: 00001/00002

Caixa Postal Nº2586, Rio de Janeiro - RJ
CEP:20010-974
CNPJ da Embratel RJ:33.530.486/0001-29

CÓD.CONTA.: 0158469820

De acordo com a legislação federal, informamos não haver débitos pendentes de pagamento para o Código Conta desta fatura, referentes a faturas vencidas no ano de 2009.

00134984

COD GUARUJA SPM STS
ADAO MARCIO BERGAMIN
AV SEVERINO PRIETO ALVAREZ 120
ACAPULCO
11445-080 GUARUJÁ - SP

72870070459044100000049287201705 10

POSTAGEM: 17/05/2010 VENCIMENTO: 25/05/2010

DATA DE VENCIMENTO:	VALOR DA FATURA:
25/05/2010	75,41

TELEFONE: 13-3353-2881

RESIDENCIAL
MÊS DE REFERÊNCIA: [illegible]
DATA DE EMISSÃO: 10/05/2010
PERÍODO: 10/04/2010-09/05/2010
Nº DA FATURA: 017170122
Nº DA NOTA FISCAL: 000000208374
IDENTIFICAÇÃO DÉBITO AUTOMÁTICO: 0158469820 - EBT LIVRE SP RESID

Fatura Anterior	R$	73,72
Pagamento recebido em 06/05/2010	R$	(73,72)
SALDO DA FATURA ANTERIOR:	R$	0,00
Multa por Atraso	R$	1,43
Total da Utilização	R$	73,98
VALOR DESTA FATURA	R$	75,41
ICMS	R$	18,49
DÉBITO ACUMULADO (DÉBITOS PENDENTES + FATURA ATUAL)	R$	75,41

Telefone 13-3353-2881

Ligações recebidas a cobrar

ORIGEM	TEL. ORIGEM	DATA	HORA INÍCIO	DURAÇÃO	TARIFA	VALOR
AREA 013	1381187867	21/04/2010	11:27:22	00:01:24	NORMAL	1,53
AREA 013	1388057332	21/04/2010	13:59:51	00:02:30	NORMAL	2,73
AREA 013	1388057332	21/04/2010	15:21:42	00:02:36	NORMAL	2,85
AREA 013	1388057332	21/04/2010	15:25:30	00:00:30	NORMAL	0,55
SUB-TOTAL						7,66

Ligações para Celular

DESTINO	TEL. DESTINO	DATA	HORA INÍCIO	DURAÇÃO	TARIFA	VALOR
AREA 013	1397133607	08/04/2010	16:59:33	00:04:12	NORMAL	4,60
AREA 013	1397133607	09/04/2010	13:27:45	00:00:30	NORMAL	0,55
AREA 013	1397133607	09/04/2010	13:28:22	00:03:54	NORMAL	4,27
AREA 013	1397133607	09/04/2010	14:38:43	00:00:30	NORMAL	0,55
AREA 013	1397976029	10/04/2010	19:58:18	00:00:30	NORMAL	0,55
AREA 013	1397976029	10/04/2010	20:42:21	00:00:30	NORMAL	0,55
AREA 013	1397976029	10/04/2010	21:00:47	00:02:18	REDUZIDA	2,07
AREA 013	1397879998	11/04/2010	18:01:12	00:01:12	REDUZIDA	1,08
AREA 013	1397132589	19/04/2010	21:29:40	00:01:00	REDUZIDA	0,90
AREA 013	1388160857	21/04/2010	20:58:48	00:00:54	NORMAL	0,98
AREA 013	1388057332	01/05/2010	19:57:55	00:00:36	NORMAL	0,64
AREA 013	1397128783	05/05/2010	00:12:31	00:01:54	REDUZIDA	1,71
AREA 013	1381223737	07/05/2010	10:05:22	00:00:30	NORMAL	0,55
AREA 013	1381223737	07/05/2010	10:06:13	00:00:30	NORMAL	0,55
SUB-TOTAL						19,55

Aproveite todas as vantagens do seu Livre: Secretária Eletrônica, Identificador de chamadas e chamada em espera grátis, além de tarifas mais econômicas! Para você aproveitar tudo isso e não ficar sem fazer ligações, pague sua conta em dia. Assim você evita o pagamento de multa de 2% mais juros de 1% ao mês e a inclusão do seu nome nos cadastros dos serviços de proteção ao crédito.

O PAGAMENTO DESSA FATURA PODERÁ SER EFETUADO NA REDE BANCÁRIA CONVENIADA:
ABN ; BANCO DO BRASIL ; BANESPA ; BRADESCO ; CEF(INCLUINDO LOTERICAS) ; HSBC ; ITAU ; NOSSA CAIXA ; SAFRA ; SANTANDER ; UNIBANCO .

Destaque aqui

128

JUNTADA

Em.....de 31 AGO 2010 .....de 20.....

junto a estes autos.....Petição.....

.....que segue(m).

Eu,.....Escr. Subscr.

MARCO DE PAULA MACHADO
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 - Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-303 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@uasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo n. 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por sua advogada ao final assinada, tendo em vista a ausência de contestação do réu, requer seja reconhecida sua revelia e proferida sentença.

P. Deferimento.
Guarujá, 20 de agosto de 2010

Silvia Paula Monteiro da Costa
OAB/SP 142.752

TJ.SP.Guarujá PROT.GERAL & Silvio Daise 20-AGO-2010 15:51 668289 2/2

CONCLUSÃO

Em 01 de outubro de 2.010, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo senhor doutor Ricardo Fernandes Pimenta Justo, mm. juiz de direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Escrevente, digitei e subscrevo.

PROCESSO N.º 2.999/2009

Fl. 129:- regularize a procuradora apondo sua assinatura.

Certifique a serventia o decurso de prazo para contestação.

Após, tornem para sentença.

Int.

Guarujá/SP, 01 de outubro de 2010.

Ricardo Fernandes Pimenta Justo
juiz de direito

DATA

Em 01 de outubro de 2.010, recebi estes autos em cartório. Eu, _____, Escrevente, digitei e subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1° Ofício Cível.
Fls: 131

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNI CO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 40

( )**Despacho** de fls. 130

( )**Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

( )**Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC,cód.___, referente fls._____

( )**Providenciar** _____Cód._____

( )**Retirar** _____Cód._____

( ) _____ Cód._____

O referido é verdade ea dou fé. Guarujá, 18/10/2010. Eu, _____ (Andressa Ap. Gon;alves de Lima Belem) **Auxiliar Judiciário, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no D JE (19/10/2010)

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): - (20/10/2010)

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Auxiliar, subscrevo.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Guarujá
1ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) – (Advogado) n° 26

132

Carga nº: 5323300
Página nº 173

Impresso em 18/10/2010 15:01
Destino: MARIO DE PAULA MACHADO (76500-SP)
Responsável: LUZIA
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Endereço Comercial: R MONTENEGRO, 196 / CJ 14 - FONE: 3355-4526
Bairro : VILA MAIA CEP: 11410040Município: Guarujá - SP

Seq.	Processo nº	Dt. Distrib.	Ordem nº	Compet.	Vol.	Fls.	Retorno
1	223.01.2009.010479-0/000000-000	25/08/2009	002999/2009	Cível	Todos	0132	19/10/2010
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					
		/ /					

Recebido por

19/10/10
em

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que decorrido o prazo para o requerido apresentar contestação.

Em 16 de 11 de 2016

Escrevente Técnico Judiciário

1º Ofício Cível
Fls.: 133

CONCLUSÃO

Em 17/01/2011 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Eliane de A Boraczuk) Chefe de Seção Judiciário, subscrevo. PROC. nº 2999/09

Segue decisão em 4 lauda(s).
Guarujá, d.s.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 17/01/2011 recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

JUNTADA

Em 18 JAN 2011 de 19

junto a(os) autos

(a) segue(m).

Eu, Escr. subscr

134

1. Relato.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, devidamente representado nos autos, propôs a presente ***AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS*** em face de **GUARUJÁ VEÍCULOS COONSTRUÇÕES LTDA,** alegando, em suma, que a requerida, proprietária da unidade de nº 95-B, não vem adimplindo as despesas condominiais desde outubro de 2004, o que perfazia um total, na época da propositura da inicial, de R$ 26.006,42.

Em seguida, postulou o autor a substituição da ré pelo atual compromissário comprador do imóvel, sr. **ADÃO MÁRCIO BERGAMIM**, o que foi deferido.

O referido compromissário comprador foi citado e não apresentou qualquer resposta.

2. Fundamento e Decido.

Não há, a meu ver, ilegitimidade passiva, pois já fixou a jurisprudência a possibilidade de deflagração da lide em face do

compromissário comprador, ainda que o compromisso não tenha sido registrado no ofício imobiliário. Neste sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. INADIMPLÊNCIA. IMÓVEL VENDIDO E POSTERIORMENTE RETOMADO PELA RÉ. INEXISTÊNCIA DE USO E GOZO DO BEM IMÓVEL NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE DEZEMBRO DE 1998 E NOVEMBRO DE 1999, QUANDO O IMÓVEL FOI RETOMADO. CIÊNCIA DO CONDOMÍNIO, QUE EMITIU BOLETOS BANCÁRIOS EM NOME DA PESSOA QUE EFETIVAMENTE RESIDIA NO IMÓVEL DURANTE O PERÍODO QUE FOI EXCLUÍDO DA CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO."Em regra, a ação deve ser dirigida contra aquele em cujo nome está o bem registrado, que é o seu proprietário. A jurisprudência, entretanto, tem admitido o ajuizamento da ação apenas contra o compromissário comprador quando o condomínio expede os recibos em nome do adquirente e que este tenha sido imitido na posse da unidade condominial. Esse entendimento tem pertinência com o interesse prevalecente da coletividade dos condôminos, de receber as taxas de todas as unidades, podendo, assim, o condomínio propor a ação contra o proprietário, em nome de quem está registrado o imóvel ou, simplesmente, possuidor, se demonstrada a relação jurídica que ocupa em relação ao bem e o interesse daí decorrente. Recurso do autor provido, para cassar a sentença que reconheceu a ilegitimidade passiva da ré" (2º TAC/SP. Ap. s/ Rev. 616.230-00/0. 8ª C. Rel. Juiz Renzo Leonardi. DOESP 14.12.2001).(Apelação Cível nº 0355055-6 (4462), 10ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Luiz Osório Moraes Panza. j. 10.08.2006, unânime).

De forma ainda mais específica, consignou o E. TJSP no julgamento da apelação cível de n° 1082575- 0/8:

"A propósito do tema, J. Nascimento Franco oferece o seguinte ensinamento (apud Condomínio, RT, 1997, p. 215): "O vocábulo "condômino" abrange também o usufrutuário, o nu-proprietário, o fiduciário, o compromissário comprador, o promitente cessionário de direito à compra, ou qualquer outro titular de direito à aquisição das unidades autônomas do edifício, conforme se infere do § 4° do art. 12 da Lei 4.591." Portanto, diante do acenado, podemos concluir que, apesar de a lei exigir mais do que a posse direta, denota-se que não é apenas o condômino o responsável pelos encargos provenientes das despesas pelo uso do imóvel, mas todos aqueles que possuem algum direito real sobre ela. Deste modo, esta Câmara vem entendendo que a "ação de cobrança de quotas condominiais pode ser proposta tanto contra o proprietário como contra o promissório comprador, pois o interesse prevalente é o da coletividade de receber os recursos para o pagamento de despesas indispensáveis e inadiáveis, podendo o credor

escolher - entre aqueles que tenham uma relação jurídica vinculada ao imóvel (proprietário, possuidor, promissório comprador, etc.), - o que mais prontamente poderá cumprir com a obrigação, ressalvado a este o direito regressivo contra quem entenda responsável", na linha da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Com a orientação, afinam-se pronunciamentos que predominam desde à época no extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. Logo, dado o caráter propter rem da dívida, ela se vincula à própria coisa, o que dá ao Condomínio a possibilidade de ajuizar a ação tanto contra o proprietário quanto contra o promitente comprador."

No mérito, procede a ação, em face da estrita revelia.

Posto isso, ***JULGO PROCEDENTE A AÇÃO*** para ***CONDENAR o réu*** a pagar ao autor as despesas condominiais vencidas nos meses especificados na planilha de fls. 4, devendo a quantia ser corrigida monetariamente a partir do vencimento das obrigações até o pagamento, segundo os índices do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, com incidência ainda de juros legais, também contados do vencimento das prestações, conforme decidido no REsp 679.019, 4° Turma do STJ, DJ de 02.06.2005, além da multa moratória de 2%, nos termos do novo Código Civil, respeitando-se o patamar estabelecido na convenção antes da vigência deste diploma.

Fica o réu também condenado ao pagamento, em proveito do autor, de todas as despesas condominiais vencidas no curso da ação ***sem tempestivo adimplemento,*** enquanto durar a obrigação, que receberão, se o caso, o mesmo cálculo acima indicado, mantendo-se o mesmo índice de correção monetária, multa moratória e juros legais, contados, da mesma forma, dos vencimentos.

Pela sucumbência, o requerido deverá arcar com as custas, despesas processuais e honorários do patrono do autor, ora fixado em 10% do valor atualizado da condenação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
Proc.: 2999/09

137

Ao trânsito, observadas as formalidades legais, os autos deverão ser arquivados..

P. R. I.

Guarujá, 17 de janeiro de 2011.

Ricardo Fernandes Pimenta Justo
Juiz de Direito

Certifico e dou fé que, em 31/1/11 faço os autos conclusos ao MM. Juiz. Eu, Escr. subsc.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nos termos da Lei nº 11.608/2003, de 29/01/2003, o valor da taxa judiciária (GARE–Cód. 230-6), para recolhimento a título de preparo de eventual recurso de apelação ou adesivo, por cada recorrente, é de:

☐ ➔**R$** _____ **(2% sobre o valor singelo da causa – Art. 4º, II);**

☒ ➔**R$ 559,81 (2% sobre o valor atualizado da causa – Art. 4º, II);**

☐ ➔**R$** _____ **(2% sobre o valor fixado na sentença – Art. 4º, II e § 2º);**

☐ ➔**5 UFESP = R$ 87,25 (valor mínimo – Art. 4º, § 1º);**

☐ ➔**3.000 UFESPS = R$ 52.350,00 (valor máximo – Art. 4º § 1º);**

Certifico mais que cabe ao(s) recorrente(s) o recolhimento do valor dos portes de remessa e de retorno, **fixados em R$ 25,00 (vinte e cinco reais) por volume de autos** (guia FEDTJ - Cód. 110-4). O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 18/1/2011. Eu, _____ Escrevente, digitei e subscrevo.

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados, na

RELAÇÃO Nº ____

SENTENÇA/DECISÃO DE FLS. 123/128

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO NO D.J.E.

DISPONIBILIZAÇÃO: 03 / 02 **/2011**

P U B L I C A Ç Ã O: 04 / 02 **/2011 (início da contagem de prazos para eventuais recursos, conforme art. 4º, § 3º, da Lei nº 11.419/06)**

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ (Escr/Aux) digitei.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE
GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP, CEP 11440-900–
☎ (13) 33862950

139

CERTIDÃO

Proc. n.2999/2009

Certifico e dou fé que a r. sentença transitou em julgado em 24/02/2011. Nada mais. Guarujá, 17/03/2011. Eu, Edílson da Silva Brandão, escrevente téc, digitei.

JUNTADA
12 ABR 2011

Em.....de 20.....

junto a estes autos.....

.....que segue(m).

Eu,.....

Fábio Luiz Pussente
ESCREVENTE
Mat. 359031-A

140

CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefo[illegible]4526
e-mail: mpmaqvocacio@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

TJ SP 28/MAR/2011 15:04 020141 1/2

Processo n. 2.999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, requerer o prosseguimento do feito com a expedição de mandado para a intimação pessoal do devedor para pagamento de seu débito descrito na inclusa planilha em 15 (quinze) dias, sob pena de penhora e acréscimos em fase de cumprimento de sentença.

Requer que tal mandado seja cumprido à *Av. Severino Pietro Alvarez nº 120 - Jardim Acapulco - Guarujá/SP*, anexando para tanto comprovante de recolhimento das diligências do Sr. Oficial de Justiça e cópia do cálculo para contrafé.

P. Deferimento.
Guarujá, 28 de março de 2011.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

141

Emissão: 25/03/2011
1 de

Fls. 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
		CUSTAS						
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	659,32		0,00	659,32
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	40,30		0,00	40,30
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	38,94		0,00	38,94
	Sub Total:	**678,64**			**738,56**		**0,00**	**738,56**
		DÉBITO CONDOMINIAL						
01/10/2004	condominio	337,29	2%	32.477896	474,93	77,0000%	365,69	840,62
01/11/2004	condominio	337,29	2%	32.533108	474,12	76,0000%	360,33	834,45
01/12/2004	condominio	337,29	2%	32.676253	472,04	75,0000%	354,03	826,07
01/01/2005	condominio	337,29	2%	32.957268	468,02	74,0000%	346,33	814,35
01/02/2005	condominio	337,29	2%	33.145124	465,37	73,0000%	339,72	805,09
01/03/2005	condominio	337,29	2%	33.290962	463,33	72,0000%	333,59	796,92
01/04/2005	condominio	336,35	2%	33.533986	458,69	71,0000%	325,66	784,35
01/06/2005	condominio	289,98	2%	34.076019	389,16	69,0000%	268,52	657,68
01/09/2005	condominio	316,65	2%	34.048746	425,29	66,0000%	280,69	705,98
01/12/2005	condominio	434,47	2%	34.482804	576,19	63,0000%	362,99	939,18
01/01/2006	condominio	425,00	2%	34.620735	561,38	62,0000%	348,05	909,43
01/02/2006	condominio	377,68	2%	34.752293	496,98	61,0000%	303,15	800,13
01/03/2006	condominio	377,68	2%	34.832223	495,84	60,0000%	297,50	793,34
01/05/2006	condominio	364,39	2%	34.968181	476,54	58,0000%	276,39	752,93
01/06/2006	condominio	364,39	2%	35.013639	475,92	57,0000%	271,27	747,19
01/07/2006	condominio	377,68	2%	34.989129	493,62	56,0000%	276,42	770,04
01/08/2006	condominio	377,68	2%	35.027617	493,08	55,0000%	271,19	764,27
01/09/2006	condominio	377,68	2%	35.020611	493,18	54,0000%	266,31	759,49
01/10/2006	condominio	377,68	2%	35.076643	492,39	53,0000%	260,96	753,35
01/12/2006	condominio	377,68	2%	35.375427	488,23	51,0000%	248,99	737,22
01/01/2007	condominio	377,68	2%	35.594754	485,22	50,0000%	242,61	727,83
01/02/2007	condominio	410,25	2%	35.769168	524,51	49,0000%	257,00	781,51
01/03/2007	condominio	396,96	2%	35.919398	505,39	48,0000%	242,58	747,97
01/04/2007	condominio	423,56	2%	36.077443	536,89	47,0000%	252,33	789,22
01/05/2007	condominio	410,16	2%	36.171244	518,55	46,0000%	238,53	757,08
01/06/2007	condominio	396,96	2%	36.265289	500,57	45,0000%	225,25	725,82
01/07/2007	condominio	410,25	2%	36.377711	515,73	44,0000%	226,92	742,65
01/08/2007	condominio	410,25	2%	36.494119	514,09	43,0000%	221,05	735,14
01/09/2007	condominio	410,25	2%	36.709434	511,07	42,0000%	214,64	725,71
01/10/2007	condominio	410,25	2%	36.801207	509,80	41,0000%	209,01	718,81
01/11/2007	condominio	410,25	2%	36.91161	508,27	40,0000%	203,30	711,57
01/12/2007	condominio	410,25	2%	37.070329	506,10	39,0000%	197,37	703,47
01/01/2008	condominio	455,83	2%	37.429911	556,92	38,0000%	211,62	768,54
01/02/2008	condominio	455,83	2%	37.688177	553,11	37,0000%	204,65	757,76
01/03/2008	condominio	455,83	2%	37.86908	550,46	36,0000%	198,16	748,62
01/04/2008	condominio	455,83	2%	38.062212	547,67	35,0000%	191,68	739,35
01/05/2008	condominio	410,25	2%	38.30581	489,77	34,0000%	166,52	656,29
01/06/2008	condominio	455,83	2%	38.673545	539,01	33,0000%	177,87	716,88
01/08/2008	condominio	455,83	2%	39.251821	531,07	31,0000%	164,63	695,70
01/09/2008	condominio	410,25	2%	39.334249	476,97	30,0000%	143,09	620,06
01/10/2008	condominio	410,25	2%	39.39325	476,25	29,0000%	138,11	614,36
01/11/2008	condominio	410,25	2%	39.590216	473,88	28,0000%	132,68	606,56
01/01/2009	condominio	450,26	2%	39.855905	516,63	26,0000%	134,32	650,95
05/01/2009	condominio	38,80	2%	39.855905	44,52	26,0000%	11,57	56,09
01/06/2009	condominio	430,29	2%	40.780757	482,52	21,0000%	101,32	583,84
01/07/2009	condominio	430,29	2%	40.952036	480,50	20,0000%	96,10	576,60
10/06/2010	condominio	478,45	2%	42.946746	509,46	9,0000%	45,85	555,31
10/07/2010	condominio	478,65	2%	42.899504	510,23	8,0000%	40,81	551,04
10/08/2010	condominio	430,85	2%	42.869474	459,61	7,0000%	32,17	491,78
10/09/2010	condominio	434,06	2%	42.839465	463,35	6,0000%	27,80	491,15
10/10/2010	condominio	431,52	2%	43.070798	458,17	5,0000%	22,90	481,07
10/11/2010	condominio	432,04	2%	43.467049	454,54	4,0000%	17,82	472,36
10/12/2010	condominio	430,36	2%	43.914759	448,16	3,0000%	13,18	461,34
10/01/2011	condominio	514,68	2%	44.178247	532,76	2,0000%	10,44	543,20
10/02/2011	condominio	486,86	2%	44.593522	499,28	1,0000%	4,89	504,17
10/03/2011	condominio	481,85	2%	0	491,49	0,0000%	0,00	491,49
	Sub Total:	**22.400,74**			**27.316,82**		**11.176,55**	**38.493,37**

Padrão de Cálculo:

142

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Fls.
1

Emissão: 25/03/2011
1 de

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total

CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/03/2011
- Multiplicador do Cálculo: 44.834327

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/03/2011.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

Observações:

Total do Principal Corrigido:	28.055,38
Total de Juros:	11.176,55
Sub-Total:	39.231,93
+ Honorários 10%	3.849,38
+ Taxa Judiciária 1%	392,31
Total do Cálculo:	**43.473,57**

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL

Rua Silvio Daige nº 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP – CEP 11440-900 - ☎ 13-33862950

144

CONCLUSÃO

Em 22/06/2011 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Supervisor de Serviço, subscrevo PROC. nº. 2999/2009

Diante do trânsito em julgado da sentença, defiro o requerimento de fls. 140 e determino a intimação do réu ao pagamento da quantia correspondente ao montante da condenação (R$ 43.473,57, valor de março/2011 e que deverá ser atualizado por ocasião do pagamento), no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação da multa de 10% (dez por cento) prevista no artigo 475-J do CPC.

Int.

Guarujá, 22/6/2011.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 22/6/2011 recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

SIDAP Cadastrado

Certidão de Publicação no Diário da Justiça Eletrônico
Certifico e dou fé que o despacho supra/retro foi incluído na Relação Nº. 25, para intimação das partes por intermédio dos respectivos advogados. O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 22/06/2011. Escr: _____
►Data de encaminhamento à Imprensa Oficial:..... **27/06/2011**
►Data de Disponibilização no DJE: **28/06/2011**
► Nos termos da Lei n.11419/06 considera-se Data de Publicação o 1º dia útil posterior ao da disponibilização no DJE, ou seja:..... **29/06/2011**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Guarujá
RUA SILVIO DAIGE, 280 - JARDIM TEJEREBA- Guarujá/SP - Tel: (13) 33862950 -
Fax: (13) 33556566 - e-mail: guaruja1cv@tjsp.gov.br

145

Processo nº 223.01.2009.010479-0/000000-000 Ordem nº 2999/2009
Ação: COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
Requerido: ADÃO MARCIO BERGAMIM

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Guarujá, Dr(ª) RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, nos autos acima mencionados,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

DIRIJA-SE À ***Avenida Severino Pietro Alvarez, nº 120, Jardim Acapulco, Guarujá/SP.***

E, aí sendo, INTIME **ADÃO MARCIO BERGAMIM**, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG 5.674.386, CPF/MF 809.321.698-72, para pagar(em) a quantia de R$ 43.473,57 (quarenta e três mil, quatrocentos e sete reais e cinqüenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% do valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Guarujá, 05 de agosto de 2011. Eu, _____ (ANTONIO CESAR DO MONTE), Escrevente, digitei e providenciei a impressão. Eu, _____ (EDISON ALVES DO NASCIMENTO), Diretor, conferi e assinei por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito.

EDISON ALVES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃO DIRETOR

OFICIAL: Margaret - DILIGÊNCIA: R$
CARGA Nº: 3191/11 em 23/8/11.
BAIXA Nº: _____ em ___/___/_____

6684173240

GRD Nº 047
VALOR R$ 24,24
Nº ATOS 02
LIBERADO
SALDO

JUNTADA

Em ..... de 22 SET 2011 de 20.....

junto a estes autos mandado

.....que segue(m).

Eu, ... Escr. Subscr.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Guarujá
RUA SILVIO DAIGE, 280 - JARDIM TEJEREBA- Guarujá/SP - Tel: (13) 33862950 -
Fax: (13) 33556566 - e-mail: guaruja1cv@tjsp.gov.br

146

Processo nº 223.01.2009.010479-0/000000-000 Ordem nº 2999/2009
Ação: COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
Requerido: ADÃO MARCIO BERGAMIM

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Guarujá, Dr(ª) RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, nos autos acima mencionados,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

DIRIJA-SE À ***Avenida Severino Pietro Alvarez, nº 120, Jardim Acapulco, Guarujá/SP.***

E, aí sendo, INTIME **ADÃO MARCIO BERGAMIM**, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG 5.674.386, CPF/MF 809.321.698-72, para pagar(em) a quantia de R$ 43.473,57 (quarenta e três mil, quatrocentos e sete reais e cinqüenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% do valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Guarujá, 05 de agosto de 2011. Eu, _____ (ANTONIO CESAR DO MONTE), Escrevente, digitei e providenciei a impressão. Eu, _____ (EDISON ALVES DO NASCIMENTO), Diretor, conferi e assinei por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito.

EDISON ALVES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃO DIRETOR

Luiz Cláudio M. Inojosa
Supervisor de Serviço Substituto
Assinando por ordem do
MM Juiz de Direito

OFICIAL: Margaret - DILIGÊNCIA: R$ 24,24
CARGA Nº: 3191/11 em 23/8/11
BAIXA Nº: _____ em 19/9/11

GRD Nº 100014
VALOR R$ 24,24
Nº ATOS 02
LIBERADO 12,12
SALDO 12,12

ADÃO MARCIO BERGAMIM
02.09.2011.
RG. 5.674.386 SSP/SP.

147

Ordem nº 2999/2009
1ª cível

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, eu Of. Justiça, abaixo assinada, que em cumprimento ao mandado em frente, me dirigi a Avenida Severino Pietro Alvarez, nº 120, e lá, uma imobiliária, INTIMEI o Sr.Adão Marcio Bergamim do inteiro teor do mandado, o qual após cientificar-se, ficou com a intimação, exarando a sua assinatura no anverso do mandado.
Guarujá, 06 de setembro de 2011.

Of.Justiça

Atos: 01

148

JUNTADA

Em, 24 de outubro de 2014

Junto a estes autos a petição

.....

.....

que segue(m).....

Eu, Sara G. O. Canas Escr. Sub...

Escr. Técnico Judiciário

Matr. 819.691-L

MARIO DE PAULA MACHADO
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 cj. 54 Ed. Rotary - Guarujá SP CEP 11410-903 Telefax. 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@uol.com.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DE GUARUJÁ-SP

Processo nº 2.999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, tendo em vista o decurso do prazo sem que houvesse pagamento, requerer o prosseguimento do feito com a tentativa de penhora *on-line* de valores em contas e ativos financeiros em nome do executado, portador do CPF/MF 809.321.698-72 , até o limite do crédito indicado na listagem em anexo.

P. Deferimento.
Guarujá, 21 de Outubro de 2011.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

21-OUT-2011 11:34 074995 1/2

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 21/10/2011

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
	CUSTAS							
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	679,62		0,00	679,62
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	41,54		0,00	41,54
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	40,14		0,00	40,14
25/03/2011	Custas	36,36		44.834327	37,47		0,00	37,47
21/10/2011	Custas	20,00		0	20,00	0,0000%	0,00	20,00
	Sub Total:	**735,00**			**818,77**		**0,00**	**818,77**
	DÉBITO CONDOMINIAL							
01/10/2004	condomínio	337,29	2%	32.477896	489,55	84,0000%	411,22	900,77
01/11/2004	condomínio	337,29	2%	32.533108	488,71	83,0000%	405,62	894,33
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	486,57	82,0000%	398,98	885,55
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	482,42	81,0000%	390,76	873,18
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	479,69	80,0000%	383,75	863,44
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	477,59	79,0000%	377,29	854,88
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	472,80	78,0000%	368,78	841,58
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	401,14	76,0000%	304,86	706,00
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	438,38	73,0000%	320,01	758,39
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	593,92	70,0000%	415,74	1.009,66
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	578,66	69,0000%	399,27	977,93
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	512,28	68,0000%	348,35	860,63
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	511,11	67,0000%	342,44	853,55
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	491,21	65,0000%	319,28	810,49
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	490,57	64,0000%	313,96	804,53
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	508,81	63,0000%	320,55	829,36
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	508,25	62,0000%	315,11	823,36
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	508,36	61,0000%	310,09	818,45
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	507,54	60,0000%	304,52	812,06
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	503,26	58,0000%	291,89	795,15
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	500,16	57,0000%	285,09	785,25
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	540,65	56,0000%	302,76	843,41
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	520,94	55,0000%	286,51	807,45
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	553,41	54,0000%	298,84	852,25
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	534,51	53,0000%	283,29	817,80
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	515,98	52,0000%	268,30	784,28
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	531,61	51,0000%	271,12	802,73
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	529,91	50,0000%	264,95	794,86
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	526,80	49,0000%	258,13	784,93

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 21/10/2011

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	525,49	48,0000%	252,23	777,72
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	523,92	47,0000%	246,24	770,16
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	521,67	46,0000%	239,96	761,63
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	574,06	45,0000%	258,32	832,38
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	570,13	44,0000%	250,85	820,98
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	567,41	43,0000%	243,98	811,39
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	564,53	42,0000%	237,10	801,63
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	504,85	41,0000%	206,98	711,83
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	555,60	40,0000%	222,24	777,84
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	547,42	38,0000%	208,01	755,43
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	491,65	37,0000%	181,91	673,56
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	490,91	36,0000%	176,72	667,63
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	488,47	35,0000%	170,96	659,43
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	532,53	33,0000%	175,73	708,26
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	45,89	33,0000%	15,14	61,03
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	497,37	28,0000%	139,26	636,63
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	495,29	27,0000%	133,72	629,01
10/06/2010	Condomínio	478,45	2%	42.946746	525,15	16,0000%	84,02	609,17
10/07/2010	Condomínio	478,65	2%	42.899504	525,94	15,0000%	78,89	604,83
10/08/2010	Condomínio	430,85	2%	42.869474	473,75	14,0000%	66,32	540,07
10/09/2010	Condomínio	434,06	2%	42.869474	477,28	13,0000%	62,04	539,32
10/10/2010	Condomínio	431,52	2%	43.070798	472,27	12,0000%	56,67	528,94
10/11/2010	Condomínio	432,04	2%	43.467049	468,53	11,0000%	51,53	520,06
10/12/2010	Condomínio	430,36	2%	43.914759	461,95	10,0000%	46,19	508,14
10/01/2011	Condomínio	514,68	2%	44.178247	549,16	9,0000%	49,42	598,58
10/02/2011	Condomínio	486,86	2%	44.593522	514,64	8,0000%	41,17	555,81
10/03/2011	Condomínio	481,85	2%	44.834327	506,61	7,0000%	35,46	542,07
10/04/2011	Condomínio	476,43	2%	45.130233	497,63	6,0000%	29,85	527,48
02/08/2011	Condomínio	464,70	2%	45.814835	478,12	2,0000%	9,56	487,68
07/10/2011	Condomínio	464,70	2%	0	473,99	0,0000%	0,00	473,99
	Sub Total:	**23.806,57**			**29.607,00**		**13.531,93**	**43.138,93**

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 21/10/2011

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total

Padrão de Cálculo:

CORREÇÃO MONETÁRIA:

- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/10/2011
- Multiplicador do Cálculo: 46.214289

JUROS:

- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/10/2011.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

Observações:

Total do Principal Corrigido:	30.425,77
Total de Juros:	13.531,93
Sub-Total:	43.957,70
+ Honorários 20%	8.631,78
+ Taxa Judiciária 1%	439,57
Total do Cálculo:	**53.029,05**
MULTA ART.475-J DO CPC	
+ 10% sobre o Principal	3.042,58
+ 10% sobre Juros	1.353,19
+ 10% sobre Honorários	863,18
+ 10% sobre Taxas	43,96
Total da Multa do 475.J	5.302,91
Total do Cálculo com a	**58.331,96**

GUIA DE RECOLHIMENTO

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - F. E. D. T. J.

fls. 167

Nome	Código	Valor
Condomínio Residencial Mussa gaze	434-1	10,00
RG / CPF/CNPJ: 05.496.572/0001-27		
Nº do Processo: 2999/09-1 / Unidade: 1ª V		
Endereço		
CEP / Comarca: Guarujá		
Histórico: C.Q.C. C.R. Mussa gaze x Adad Marcio Benjamin		
	Total	10,00

1ª Via - Unidade Geradora do Serviço
2ª Via - Contribuinte
3ª Via - Banco
O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Autenticação Mecânica

53 46070284 21102011 10,00D517334

0.07.815-8 - Jan./2011

Relação de Receitas arrecadadas pelo Fundo Especial Despesa

Discriminação	Código	Discriminação	Código
Porte de Remessa e Retorno de autos	110-4	Multas Contratuais Administrativas - TJ	214-3
Despesas Postais com citações e Intimações	120-1	Permissão de uso de espaços livres s/jurisd.TJ	215-1
Exped. Cartas Sentença/arremat/adjudic/remição	130-9	Saldo de adiantamento de exercícios anteriores	216-0
Porte de Remessa e Ret. autos ao Supremo Trib Fe	140-6	Disque Tribunal	217-8
Cópias Reprográficas Pagas	201-0	Disque Tribunal - Vídeo Texto	218-6
Certidões em geral	202-0	Part. F. pagto. magistrados consignatárias	219-4
Segundas vias de crachás/Carteira de Magistrado	203-8	Autenticação de cópia reprográfica	221-6
Inscrições em Concursos	204-6	Venda de material inservível	320-4
Informações do Banco de Dados TJ - Pesquisa	205-4	Venda de material não indispensável	321-2
Desarquivamento de Processos	206-2	Doações e Contrib. de Pessoas Jurídicas	430-8
Microfilmagem	207-1	Doações e Contrib. de Órg. ou Ent. Munic./Est./Fed.	431-6
Convênios	208-9	Doações e Contrib. de Pessoas Físicas	432-4
Cursos em Geral	209-7	Doações de Entidades Internacionais	433-2
Publicação de Editais - DEGE	210-1	Impressão de Informações do Sistema INFOJUD	434-1
Produtos de Informática - IOB	211-9	Publicação de Editais Jidiciais no DJE	435-9
Produtos de Informática - Print	212-7	Receita Cartórios Extrajudiciais - Decisão Corregedoria CNJ	437-5
Disquetes Saraiva	213-5		

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL

Rua Silvio Daige nº 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP – CEP 11440-900 - ☎ 13-33862950

CONCLUSÃO

Em 09/02/2012 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Anna Carolina Barreto F.Lopes), subscrevo

PROC. nº. 2999/2009

FLS.149: <u>defiro</u>, providenciando a Serventia a inclusão de minuta/protocolo no sistema Bacenjud, visando a realização de bloqueio de valores em contas e aplicações financeiras existentes em nome do executado (penhora online).

Int.

Guarujá, 9/2/2012.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 9/2/2012 recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

SIDAP Cadastrado

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejubp.RJUSTO segunda-feira, 13/02/2012

Minutas | Protocolamento | Ordens judiciais | Não Respostas | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

155

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20120000356164
Data/Horário de protocolamento:	13/02/2012 18h18
Número do Processo:	2999/2009
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	11805 - 1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE GUARUJÁ
Juiz Solicitante do Bloqueio:	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
809.321.698-72 :ADAO MARCIO BERGAMIN	58.331,96	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar para a tela inicial do sistema

JUNTADA

Em 17 de fevereiro de 2012.

Junto a estes autos o atualizamento

que segue(m).

Eu Escr. Subscr

fls. 172
156

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUBP.RJUSTO
quinta-feira, 16/02/2012

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiterações para Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20120000356164
Número do Processo:	2999/2009
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	11805 - 1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE GUARUJÁ
Juiz Solicitante do Bloqueio:	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

809.321.698-72 - ADAO MARCIO BERGAMIN
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$3.577,12] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
13/02/2012 18:18	Bloq. Valor	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO	58.331,96	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 3.383,60	3.383,60	13/02/2012 19:29
16/02/2012 16:24:38	**Transf. Valor** **ID:072012000001251132** **Instituição:BANCO DO BRASIL SA** **Agência:0925** **Tipo créd. jud:Geral**	**RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO**	**3.383,60**	**Não enviada**	-	-

BCO ITAÚ UNIBANCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
13/02/2012 18:18	Bloq. Valor	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO	58.331,96	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 193,52	193,52	14/02/2012 20:35
16/02/2012 16:24:38	**Transf. Valor** **ID:072012000001251140** **Instituição:BANCO DO BRASIL SA**	**RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO**	**193,52**	**Não enviada**	-	-

157

	Agência:0925 Tipo créd. jud:Geral					

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Juiz Solicitante das Últimas Ações Selecionadas:	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO

Voltar para a lista de ordens judiciais pesquisadas

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1° Ofício Cível.
Fls: 158

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 08/2012

(x)**Despacho** de fls. 154

( )**Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

(X)**Abertura de Vista**,art.162,§4°,CPC,cód.,**15N** referente fls.____

( )**Providenciar** _____Cód._____

( )**Retirar** _____Cód .___

( ) _____ Cód._____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 24/2/2012. Eu, _____ (Alice Maria S. Reginal) **Agente Administrativo Judiciario, digite.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no D JE : 28/02/2012_____

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): - 29/02/2012.

O referido é verdade e dou fé. Eu _____ Escrevente/Agente administrativo judiciario, subscrevo.

JUNTADA

Em 27 de março de 2012

Junto a estes autos Ofício do

Bco Brasil e Mandado Cumprido

Eu, Luiz Claudio M. Inojosa

Supervisor de Serviço Substituto

Matr. 0314 219-3

BANCO DO BRASIL

159

GUARUJA (SP), 22 de Fevereiro de 2012 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º:	**2999/2009**
Reclamado:	**ADAO MARCIO BERGAMIN**
CPF/CNPJ:	**809.321.698-72**
Reclamante:	**CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA G**
CPF/CNPJ:	**Não informado**
Valor original:	**R$ 193,52**
Agência depositária:	**6687 - 7 PITANGUEIRAS-GUARUJA**
N.º da conta judicial:	**4100118690585**
N.º da parcela:	**2**
Data do depósito:	**17.02.2012**
Depositante:	**ADAO MARCIO BERGAMIN**

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
PITANGUEIRAS-GUARUJA
R WASHINGTON,585
GUARUJA - SP .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
1 VARA JUDICIAL
GUARUJA - SP .

BANCO DO BRASIL

GUARUJA (SP), 22 de Fevereiro de 2012 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º:	**2999/2009**
Reclamado:	**ADAO MARCIO BERGAMIN**
CPF/CNPJ:	**809.321.698-72**
Reclamante:	**CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA G**
CPF/CNPJ:	**Não informado**
Valor original:	**R$ 3.383,60**
Agência depositária:	**6687 - 7 PITANGUEIRAS-GUARUJA**
N.º da conta judicial:	**4100118690585**
N.º da parcela:	**1**
Data do depósito:	**17.02.2012**
Depositante:	**ADAO MARCIO BERGAMIN**

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
PITANGUEIRAS-GUARUJA
R.WASHINGTON,585
GUARUJA - SP .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
1 VARA JUDICIAL
GUARUJA - SP .

Itaú Unibanco S.A.

Transferência por Determinação Judicial

Juízo / Comarca

1A VARA JUDICIAL DA COMARCA DE GUARUJA
GUARUJA - SP

Juiz Solicitante

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO

Em cumprimento de determinação judicial, procedemos à transferência abaixo especificada.

Número do Processo	Número da Ordem	Data
2999/2009	20120000356164 00001 00 00001 00	16/02/2012

Autor	Réu
CONDOM NIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE	ADAO MARCIO BERGAMIN

CPJ / CPF do Cliente	Cliente
809.321.698/72	ADAO MARCIO BERGAMIN

Banco Depositário	Agência	Valor (R$)
001 - BANCO DO BRASIL SA	0925	193,52

ID TED	Data da Transferência
072012000001251140	17/02/2012

Obs: o comprovante de depósito poderá ser obtido através do portal Internet da instituição financeira depositária

São Paulo, 17/02/2012
Local e data

Banco Itaú S.A.

Dúvidas, sugestões e reclamações, na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú: 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO
Itaú Unibanco S.A.
Caixa Postal 26.519
04311-970 São Paulo SP

NU.004 0277 FPA1A14 'C50000599'

Itaú

FAC
9912275104-DR/SPM
Grupo Itaú
CORREIOS

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA
CORREIOS

Itaú

CDD GUARUJA SPM SS2
1A VARA JUDICIAL DA COMARCA DE GUARUJA
R. SILVIO DAIGE 280
11440-900 JARDIM TEJEREBAGUARUJA SP

72110942300867000000004664202302 12

Itaú

Para uso dos Correios

1. Mudou-se
2. Endereço insuficiente
3. Não existe o nº indicado
4. Desconhecido
5. Recusado
6. Não procurado
7. Ausente
8. Falecido
9. CEP
Informação escrita por porteiro ou zelador

Reintegrado ao serviço postal em:

Assinatura e nº do entregador:

Itaú

Itaú

Itaú

Itaú

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls.: 169

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 14/12

( )**Despacho** de fls. _____

( )**Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

(x)**Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC,cód.**15J** .referente fls____

( )**Providenciar** _____Cód._____

( )**Retirar**_____ __Cód... ___

( ) _____ Cód._____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 04/04/2012. Eu, _____ (Alice Maria de Souza Reginal)**Agente Administrativo Judiciário, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE : 10/04/2012 --

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): 11/04/2012

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Agente administrativo judiciário, subscrevo.

JUNTADA

Em 10 de 04 de 2012

a petição

e cheque(m)

Escrivão

MARIO DE PAULA MACHADO
ADVOGADO
CNPJ/MF 10.687.260/0001-50
Rua Montenegro, 196 - cj. 34 - Ed. Rotary - Guarujá-SP CEP 11410-203 Telefax 13 3387 1776
e-mail: mpmadvocacia@uol.com.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DE GUARUJÁ-SP

Processo nº 2.999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, expor e requerer o que segue:

1. Tendo em vista a penhora on-line realizada ter sido insuficiente ao valor total da dívida, requerer o prosseguimento do feito com a tentativa de nova penhora *on-line* de valores em contas e ativos financeiros em nome do executado, portador do CPF/MF 809.321.698-72, até o limite do crédito indicado na listagem em anexo. Junta para tanto, guia devidamente recolhida.

2. Requerer que o valor penhorado (R$ 3.577,12) seja transferido para conta judicial e o devedor seja intimado através de seu advogado, para querendo, oferecer impugnação em 15 dias.

P. Deferimento.
Guarujá, 01 de Março de 2012.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

11.SP.PROT.GERAL R.SILVIO DAIRE GUARUJÁ 01-MAR-2012 15:01 013379 2/2

GUIA DE RECOLHIMENTO

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - F. E. D. T. J.

fls. 503

Nome	Código	Valor
Cond. Res. Mussa Gaze	434-1	10,00
RG / **CPF/CNPJ**: 05.496.572/0001-27		
Nº do Processo: 2999/09 / **Unidade**		
Endereço		
CEP / **Comarca**: Guarujá/SP		
Histórico: Mussa Gaze x Adard (OK) C.Q.C venda on-line		
	Total	10,00

1ª Via - Unidade Geradora do Serviço
2ª Via - Contribuinte
3ª Via - Banco
O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Autenticação Mecânica

BB 66870[illegible]

BB 66870[illegible]

Mod. 0.07.815-8 - Jan./2011

Relação de Receitas arrecadadas pelo Fundo Especial Despesa

Discriminação	Código	Discriminação	Código
Porte de Remessa e Retorno de autos	110-4	Multas Contratuais Administrativas - TJ	214-3
Despesas Postais com citações e Intimações	120-1	Permissão de uso de espaços livres s/jurisd.TJ	215-1
Exped. Cartas Sentença/arremat/adjudic/remição	130-9	Saldo de adiantamento de exercícios anteriores	216-0
Porte de Remessa e Ret. autos ao Supremo Trib Fe	140-6	Disque Tribunal	217-8
Cópias Reprográficas Pagas	201-0	Disque Tribunal - Vídeo Texto	218-6
Certidões em geral	202-0	Part. F. pagto. magistrados consignatárias	219-4
Segundas vias de crachás/Carteira de Magistrado	203-8	Autenticação de cópia reprográfica	221-6
Inscrições em Concursos	204-6	Venda de material inservível	320-4
Informações do Banco de Dados TJ - Pesquisa	205-4	Venda de material não indispensável	321-2
Desarquivamento de Processos	206-2	Doações e Contrib. de Pessoas Jurídicas	430-8
Microfilmagem	207-1	Doações e Contrib. de Órg. ou Ent. Munic./Est./Fed.	431-6
Convênios	208-9	Doações e Contrib. de Pessoas Físicas	432-4
Cursos em Geral	209-7	Doações de Entidades Internacionais	433-2
Publicação de Editais - DEGE	210-1	Impressão de Informações do Sistema INFOJUD	434-1
Produtos de Informática - IOB	211-9	Publicação de Editais Jidiciais no DJE	435-9
Produtos de Informática - Print	212-7	Receita Cartórios Extrajudiciais - Decisão Corregedoria CNJ	437-5
Disquetes Saraiva	213-5		

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Guarujá
1ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) – (Advogado) nº 39

Carga nº: 7719827
Impresso em 10/04/2012 14:11 Página nº 76

Destino: GIOVANNA MANGINI DE PAULA MACHADO (309804-SP)
Responsável: GIOVANNA MANGINI DE PAULA MACHADO
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Endereço Comercial: R MONTENEGRO, 196 / 33554526
Bairro : VILA MAIA CEP: 11410040 Município: Guarujá - SP

Seq.	Processo nº	Dt. Distrib.	Ordem nº	Compet.	Vol.	Fls.	Prev. Retorno
1	223.01.2009.010479-0	25/08/2009	002999/2009	Cível	Todos	0165	16/04/2012

Recebido por

12/4/12
em

1º Ofício Cível
Fls.: 186

CONCLUSÃO

Em 30/07/2012 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Supervisor de Serviço, subscrevo PROC. nº. 2999/2009

Fls. 163: Defiro pedido de ampliação da garantia com nova tentativa de penhora online, pelo sistema Bacenjud, até o limite do débito em execução.

Em face da insuficiência da garantia, aguarde-se o resultado da providência ora deferida para oportuna intimação para fins de impugnação.

Int.

Guarujá, 30/7/2012.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 30/7/2012, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	EJUBP.RJUSTO quinta-feira, 16/08/2012

Minutas | Protocolamento | Ordens judiciais | Não Respostas | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20120002347779
Data/Horário de protocolamento:	16/08/2012 12h13
Número do Processo:	2999/2009
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	11805 - 1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE GUARUJÁ
Juiz Solicitante do Bloqueio:	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MUSSA GAZE

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
809.321.698-72 :ADAO MARCIO BERGAMIN	58.331,96	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar para a tela inicial do sistema

JUNTADA

Em 20 de Agosto de 2012

junto a estes autos o detalhamento

que segue(m).

Eu, Escr. Subscr.

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	EJUBP.RJUSTO segunda-feira, 20/08/2012

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20120002347779
Número do Processo:	2999/2009
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	11805 - 1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE GUARUJÁ
Juiz Solicitante do Bloqueio:	RICARDO FERNANDES PIMENTA,JUSTO
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MUSSA GAZE

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

809.321.698-72 - ADAO MARCIO BERGAMIN
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/08/2012 12:13	Bloq. Valor	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO	58.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	16/08/2012 19:37
Nenhuma ação disponível						

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/08/2012 12:13	Bloq. Valor	RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO	58.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	17/08/2012 20:41
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrão
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MUSSA GAZE	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBP. RJUSTO

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls. 190

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 33/2012

(X) **Despacho/Decisão** de fls. 166

( ) **Sentença** de fls. _____

( ) **Providenciar** _____ Cód. _____

( ) **Retirar** _____ Cód. _____

( ) _____ Cód. _____

(X) **Abertura de "Vista"** ao **autor**(X) **réu**( ) **partes**( ) **Cód.** 15

(CPC,162,§4º,CPC) - p/manifestação sobre: _____

_____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 20 de agosto de 2012 (Glaucia Melle Moledas-Agente Administrativo Judiciário), **digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE 21/**08/2012**

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): 22/08/2012

(Obs: prazos de manifestação/recursos contados a partir do 1º dia útil da data de publicação ou da ciência inequívoca)

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrivão-Diretor/ Escrevente/Agente Administrativo, subscrevo.

JUNTADA

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax. 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

171

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo n. 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, tendo em vista a tentativa frustrada de penhora *on-line*, requerer o prosseguimento do feito com a ampliação da penhora mediante a expedição de mandado de penhora e avaliação dos direitos exercidos pela executada sobre o imóvel ensejador da dívida, e sua respectiva garagem, dada a natureza "propter rem" da obrigação condominial.

Para tanto, anexa comprovante de recolhimento das diligências do Sr. Oficial de Justiça e cópia do compromisso e venda e compra do imóvel.

P. Deferimento.
Guarujá, 23 de agosto de 2012.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA

Pelo presente contrato, comparece de um lado, como outorgante promitente vendedora, doravante denominada simplesmente OUTORGANTE **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede em Guarujá SP - na Avenida Dr. Adhemar de Barros nº 1.660, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.444.010/0001-89, constituída de conformidade com o Contrato Social Consolidado através de Instrumento Particular datado de 02 de Janeiro de 2.005, devidamente registrado sob nº 4.792/05-1, em data de 18 de Janeiro de 2.005 na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), neste ato representada nos termos da cláusula 5a. do referido contrato social, por seu sócio administrador **FABIO GIL GAZE**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 9.800.496-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 018.027.768-50, residente e domiciliado em Guarujá - SP - na Avenida Adhemar de Barros nº 1.660; e, de outro lado como outorgado compromissário comprador, doravante denominado simplesmente OUTORGADO **ADÃO MARCIO BERGAMIM** brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, portador da cédula de identidade RG nº 5.674.386-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 809.321.698-72, domiciliado e residente em Guarujá na Avenida Severino Pietro Alvarez nº 120, Jardim Acapulco; os quais tem entre si, justos e contratados o seguinte:

Primeiro: Que, de conformidade com os registros nº 01 nas matrículas 56.829 e 56.830 e registro nº 03 na matrícula 02.341, as quais foram objeto de fusão, originando a matrícula nº **61.360** e ainda de conformidade com o registro 04 na referida matrícula, todas do Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, tornou-

se senhora e legítima possuidora absolutamente livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus reais, inclusive de hipotecas mesmo que legais, dúvidas, dívidas, litígios, tributos em atraso de qualquer espécie, bem como de qualquer ação em trâmite fundada em direito real e pessoal reipersecutória, ou qualquer ação que possa afeta-lo do imóvel que assim se descreve, confronta e caracteriza, a saber: **Um Terreno constituído pelos Lotes 12, 13 e 18 da Quadra "L", do Loteamento denominado Jardim São Miguel,** no Município e Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, de formato irregular, medindo 66,50 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01, por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade, nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados:- **SEGUNDA:-** Que, sobre o imóvel acima descrito, promoveu ela outorgante vendedora a incorporação de um prédio plurihabitacional, designado, por **"Condomínio Residencial Mussa Gaze", a ser identificado pelo nº 719 da Avenida D. Pedro I** e que através de requerimento datado de 27 de Novembro de 1996, acompanhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei nº 4.591 de 16 de Dezembro de 1964, a outorgante depositou no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, o processo de Incorporação Imobiliária do **"Condomínio Residencial Mussa Gaze",** o qual foi registrado sob nº 05 na matrícula **61.360** no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, composto de dois (02) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com sub-solo (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e atico, num total de 106 (cento e seis) Apartamentos, com garagem coletiva localizada no sub-solo do edifício com capacidade para abrigar 110 carros de passeio em vagas individuais e indeterminadas, numeradas no projeto aprovado apenas para efeito de quantidade, destinadas ao estacionamento de um (01) veículo de passeio cada, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídas entre os apartamentos da seguinte forma: à cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nºs 112-A e 112-B corresponderá 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nºs

111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas:- **Segundo:-** Que, a fração ideal de 0,905498% do todo do terreno descrito e caracterizado na cláusula primeiro, corresponde ao **Apartamento nº 95, que localizar-se-à no 9º andar ou 10º pavimento do Bloco A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze,** no município e comarca de Guarujá, que possuirá a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 metros quadrados, a área total de 116,170 metros quadrados e a fração ideal de 0,946324%, **caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 (uma) vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de um (01) veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxilio de manobrista**; cadastrado na Prefeitura Municipal de Guarujá, sob nº 3-0027-001-045 e com o valor venal lançado para o exercício de 2.009 em R$ 14.690,11 (terreno) e R$ 100.674,99 (benfeitorias):-

Terceiro: Que, dessa forma possuindo o imóvel acima descrito e confrontado, pelo presente contrato, está ela outorgante justa e contratada vendê-lo ao OUTORGADO, que por sua vez, se compromete à adquiri-lo, pelo preço total, certo e previamente ajustado de **R$ 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS),** recebidos neste ato, em boa e corrente moeda nacional, contada e achada exata, importância essa da qual dão plena, geral, rasa e irrevogável quitação, de paga e satisfeita que está, nada mais tendo a receber ou reclamar:-

Quarto: Que, o OUTORGADO entra desde já na posse do referido imóvel, posse essa que manterá sempre em nome dela OUTORGANTES, até a outorga da competente Escritura de Venda e Compra.

Quinto: Que, todos os impostos, despesas de condomínio, (ordinário e extraordinário), luz e demais tributos que vencerem após esta data, passam à responsabilidade integral e exclusiva do OUTORGADO, que se obriga a pagá-los nas datas respectivas, ficando, no entanto, sob a responsabilidade da OUTORGANTE todos os que se vencerem até a presente data.

Sexto: Que, ela OUTORGANTE se compromete a fazer esta negociação sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito, se chamada à autoria.

Sétimo: Que, o presente instrumento é feito em caráter firme, irrevogável e irretratável, obrigando tanto as partes contratantes bem como seus herdeiros ou sucessores legais.

Oitavo: A OUTORGANTE outorgará em nome do OUTORGADO, a competente escritura definitiva de Venda e Compra, tão logo seja solicitado pelo mesmo.

Nono: Que, a OUTORGANTE deixa de apresentar a CND - Certidão Negativa de Débitos do INSS, bem como a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à de Dívida Ativa da União, por ter como objeto social, dentre outros, a comercialização de imóveis, não fazendo o presente imóvel parte de seu ativo permanente, tudo conforme parecer aprovado pelo Ministério da Previdência Social (MPC/JC nº 41/92) e Ofício/SRF/COSAR/nº 103), expedida pela Secretária da Receita Federal em Brasília aos 07 de maio de 1.993.-

Décimo: Que, os casos omissos no presente contrato serão regidos de acordo com a legislação em vigor.

Décimo Primeiro: Que, desde já elegem o foro da comarca de Guarujá, para nele serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de outro qualquer por mais privilegiado que seja

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente, juntamente com as duas testemunhas.

Guarujá, 05 de Junho de 2.009

176

GUARUJÁ VEICULOS CONSTRUÇÕES LTDA

TABELIONATO VTE. DE CARVALHO

ADÃO MARCIO BERGAMIN

TABELIONATO VTE. DE CARVALHO

Testemunhas:-

.....

.....

TABELIONATO VICENTE DE CARVALHO - GUARUJÁ Joaquim Rodrigues de Castro TABELIÃO
R. Arsides Rodrigues de Castro, 273 - Vicente de Carvalho - CEP 11.462-000 - Tel.: (13) 3352.3000

RECONHECO por SEMELHANÇA 2 firma(s) COM VALOR ECONOMICO de:
ADAO MARCIO BERGANIN E FABIO GIL BAZ
05 de junho de 2007.
Em Testemunho da verdade.

ROSALDO JESUS DA ROCHA - Escrevente Autorizado
Total:R$ 9,60.VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
Carimbo:20722 Selo(s): 29509-AR Pedido: 38
OBS:

TABELIONATO VICENTE DE CARVALHO
Rosaldo Jesus da Rocha
ESCREVENTE AUTORIZADO
R. Arsides Rodrigues de Castro, 273
Tel.: (13) 3352.3000

177

27/08/2012 - BANCO DO BRASIL - 11:18:24
668717334 0041
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: 1068-5 FORUM G C O DE
AGENCIA: 6687-7 CONTA: 950.001-4

DATA 27/08/2012
NR. DOCUMENTO 66.871.733.400.041
VALOR DINHEIRO 27,18
VALOR TOTAL 27,18

NR.AUTENTICACAO 0.493.474.5A4.70F.791
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

1º Ofício Cível
Fls.: 178

CONCLUSÃO

Em 17/12/2012 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Supervisor de Serviço, subscrevo PROC. nº. 2999/2009

Fls. 171: defiro. Expeça-se mandado de penhora/avaliação do imóvel indicado pelo condomínio/exequente (apartamento n. 95 do Cond. Residencial Mussa Gaze e respectiva vaga de garagem).

Int.

Guarujá, 17/12/2012.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direi)to

DATA

Em 17/12/2012, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls.: 179

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 06/13

(X) **Despacho** de fls. 178

( ) **Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

( ) **Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC,cód referente fls___

( ) **Providenciar**_____ _Cód .____

( ) **Retirar**_____Cód.. _____

( )_____ Cód._____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 05/02/2013. Eu, _____ (Alice Mª de Souza Reginal)**Agente Administrativo Judiciário, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE : 15/02/2013 --

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): 18/02/2013

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Agente administrativo judiciário, subscrevo.

JUNTADA

Em 03 de 12 de 2013

Juntei a estes autos

Edilson da Silva Brandão
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula TJ 313459



180

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP.

TJSP 223 GUA 19022013200 1MVC 08 0018993-30

PROC. 2999/2009

AUTOR: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE

RÉU: ADÃO MARCIO BERGAMIM

JULIANA GUESSE, ADVOGADA, OAB/SP 266.717 com escritório profissional à Rua Brasília, 147, Guarujá/SP - CEP: 11451-340, conforme instrumento de mandato nos autos do processo em epígrafe, que corre perante este. r. juízo, vem à presença de V. Exa. **RENUNCIAR AO MANDATO,** com fundamento no artigo 45 do Código de Processo Civil, em razão de motivo de foro intimo.

Requer ainda, seja o nome da patrona excluído da capa e contracapa dos autos.

Guarujá, 18 de fevereiro de 2.013.

JULIANA GUESSE - OAB/SP 266.717

fls. 204

181

Zimbra

guesse@adv.oabsp.org.b

± Tamanho da fonte ±

NOTIFICAÇÃO - RENÚNCIA DE MANDATO

De : guesse@adv.oabsp.org.br

Seg, 10 de Dez de 2012 03:29

Assunto : NOTIFICAÇÃO - RENÚNCIA DE MANDATO

Para : violadiretoria@hotmail.com

Guarujá, 10 de dezembro de 2012.

AO GRUPO GUARUJÁ VEÍCULOS
Guarujá Veículos Administradora de Consórcios Ltda.
Guarujá Veículos Construções Ltda.
Guarujá Veículos Corretora de Seguros ltda.
Guarujá Veículos Ltda.
TFG Master Administração e Participações Ltda.
Nacim Mussa Gaze
Nacim Gil Gaze
Fábio Gil Gaze
Fernando Gil Gaze
Tereza Gil Gaze

A/c: Representante(s) Legal(is)

Tendo em vista que desde março de 2011 a advogada que subscreve não mais presta serviços ao grupo de empresas e sócios acima mencionados, venho comunicá-los que RENUNCIO EXPRESSAMENTE AOS MANDATOS que me foram outorgados nos autos de todos os processos até hoje patrocinados.

Ressalto, outrossim, que Vossa Senhoria deverá, dentro de 10 (dez) dias a contar do recebimento desta, contratar e indicar um advogado para que lhe sejam, por mim, SUBSTABELECIDOS SEM RESERVAS DE IGUAIS, os poderes dos mandatos outorgados, de forma que não haja prejuízo no andamento do processo.

Informo ainda que, dentro do prazo acima estipulado para a renúncia (10 dias após o recebimento desta) eventualmente atuarei nos processos sob meu patrocínio, desde que se faça necessário e que seja solicitada expressamente, segundo os ditames da regra processual supra aludida, evitando-se possíveis prejuízos.

Destarte, serve a presente para NOTIFICAR Vossa Senhoria acerca da situação verificada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Atenciosamente,

JULIANA GUESSE
OAB/SP nº 266.717

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

fls. 205

182

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

GRUPO GUARUJÁ VEICULOS

ENDEREÇO / *ADRESSE*

AV DOM PEDRO I 1785 SANDIR

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
11440-082	GUARUJA	SP	BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

JOSE MARTINS ROCHA

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRAISON*

13/11/12

CARIMBO DE ENTREGA / *UNIDADE DE DESTINO* / *BUREAU DE DESTINATION*

CDD - GUARUJA
13 NOV 2012
DR-SPM

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

183

CONCLUSÃO

Em 14/03/2013 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Supervisor de Serviço, subscrevo PROC. nº. 2999/2009

Comprove a advogada renunciante a notificação do mandante, uma vez que o documento de fls. 181/182 refere-se a mandante excluído da lide.

Int.

Guarujá, 14/3/2013.

RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO
Juiz de Direito

DATA

Em 14/3/2013, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Escr. subscrevo.

SIDAP Cadastrado

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o despacho supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 011** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 14/03/2013. Escrivão-Diretor: _____ (Edison Alves do Nascimento).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **19/03/2013**
► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia:..... **20/03/2013**
(Observação: prazos para manifestação/recurso são contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900

184

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2013/003619-0**

Endereço a ser diligenciado: Avenida Dom Pedro I, 719, Jardim Tejereba - CEP 11440-000, Guaruja-SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e

PROCEDA à PENHORA E AVALIAÇÃO dos direitos de propriedade que o(s) executado(s) possuem sobre o **imóvel e sua respectiva vaga de garagem**:

IMOVEL: "UNIDADE 95B, QUE FAZ PARTE DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado na Avenida Dom Pedro I, nº 719, Guarujá/SP."

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 25 de julho de 2013.

Carga n.º 20130136308 Data: 06.8.13
Prazo para cumprimento:
Oficial de Justiça:

JUNTADA

Em 27 de agosto de 2013

Junto a estes autos, [illegible]

que segue(em)

Eu, [illegible] Escr. Subscr.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900

285

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2013/003619-0**

Endereço a ser diligenciado: Avenida Dom Pedro I, 719, Jardim Tejereba - CEP 11440-000, Guaruja-SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e

PROCEDA à PENHORA E AVALIAÇÃO dos direitos de propriedade que o(s) executado(s) possuem sobre o **imóvel e sua respectiva vaga de garagem**:

IMOVEL: "UNIDADE 95B, QUE FAZ PARTE DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado na Avenida Dom Pedro I, nº 719, Guarujá/SP."

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 25 de julho de 2013.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ CLAUDIO MARQUES INOJOSA. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000DAMM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guarujá-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br

786

CERTIDÃO

Processo nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223 - Procedimento Sumário**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato negativo**
Oficial de Justiça	**Pedro Ubirajara Mesquita De Campos (26918)**

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2013/003619-0 dirigi-me primeiramente à Avenida Dom Pedro I nº 719 e no local contatei com o zelador do condomínio Sr. José Edvânio que informou que o síndico é o Sr. Edson Alvares Peixoto, domiciliado em São Paulo e que a adminsitradora é a Lello, sito à Rua Benjamin Cosntant nº 35. Diligenciando ao novo endereço, contatei com a funcionária Carla que contatou o síndico por telefone e o mesmo informou que houve um erro de digitação, sendo o **imóvel correto** do executado Adão Márcio, o **apartamento nº 95-A**, e não 95 do Bloco "B" conforme constou no mandado, sendo que o executado reside em sua unidade. Face ao exposto DEIXEI DE PENHORAR E AVALIAR o apartamento n. 95-B, devolvendo o mandado em cartório para as devidas regularizações.O referido é verdade e dou fé. Guaruja, 09 de agosto de 2013.
Número de Atos: 02 dil

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PEDRO UBIRAJARA MESQUITA DE CAMPOS. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000DR67.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls.: 187

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº36-F/2013

( )**Despacho** de fls. _____

( )**Decisão** de fls. _____

( ) **Sentença** de fls. _____

( )**Abertura de Vista**,art.162,§4º,CPC,cód.___, referente fls._____

( )**Providenciar** _____Cód._____

( )**Retirar** _____Cód._____

( ) _____ Cód._____

( )Autos com vista ao autor para manifestação sobre a certidão negativo do Sr.Oficial de Justiça. Cod 15 a

O referido é verdade e dou fé. Guarujá,27/08/2013 Eu, _____ (VALDIR JOSE MACHADO DA SILVA)Escrevente Técnico judiciário, digitei.

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE:02/09/2013

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte):04/09/2013

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrevente/Auxiliar, subscrevo.

JUNTADA

Em, 11 de 12 de 20 13.

Junto a estes autos.....

.....

.....

que segue(m).....

Eu,.....Escr. subscr

fls. 212

SIDAP
LANÇADO
06 / 09 / 13
ASS:

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

136

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

223 FGJA 13 00034922-6 040913 1347 80

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, expor e requerer o seguinte:

1. Verificou que no mandado expedido para penhora e avaliação dos direitos de propriedade do devedor sobre o imóvel ensejador do débito cobrado nestes autos, constou a unidade 95B, quando o imóvel do devedor é o 95A.

2. Requer, pois, o desentranhamento e aditamento do mandado de fls, para que nele conste que devem ser penhorados e avaliados os direitos do devedor sobre a **Unidade 95A e sua respectiva garagem**, intimando-se da penhora e avaliação o devedor que ali reside, e sua esposa, se casado for.

P. Deferimento.
Guarujá, 03 de setembro de 2013.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Silvia Paula Monteiro da Costa
Advogada
OAB/SP 1[illegible]
CPF/MF 175.[illegible]

189

04/09/2013 BANCO DO BRASIL 15:41:46
0687/1/008 00050
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: 1068 5 FORUM C C D DF
AGENCIA: 0687 / CONTA: 1240,001 4

DATA 04/09/2013
NR. DOCUMENTO 05.871./00.0001 0050
VALOR DINHEIRO 13,59
VALOR TOTAL 13,59

NR.AUTENTICACAO B.CA5.A8D.057.E05.047
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

2999/09

190

Certifico e dou fé que Atualizei o SAJ/PG
☐ Sentença Registrada
☒ Atualização de Dados
Data 16/10/13 Escr:

PRADO ANDRADE REI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ - SP.

223 F6JA 13 00055132-0 141013 1642 51

Processo número 0010479-53.2009.8.26.0223

ADÃO MARCIO BERGAMIM, devidamente qualificada nos autos supramencionado, vem mui respeitosamente à presença do Douto Magistrado, requerer a juntada do instrumento de procuração e declaração de carência econômica.

Por fim, requer que as novas publicações sejam emitidas em nome destes novos patronos.

Termos em que,
Pede deferimento.

Guarujá, 11 de outubro de 2013.

DRA. LESLIE M. REI
OAB/SP Nº 248.205

DR. ALEXANDRE F. ANDRADE
OAB/SP Nº 272.017

DRA. VANILDA F. DO PRADO REI
OAB/SP Nº286. 383

Rua Montenegro, nº 244, sala 02 – Centro – Guarujá/SP - CEP: 11.410.040
Tel.:(13) 3371-6466 / (13) 7823-1162 / ID: 93*128800

191

PRADO ANDRADE REI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCURAÇÃO

Outorgante: ADÃO MARCIO BERGAMIM, portador da cédula de identidade registro geral sob o nº 5.674.386 e, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas Ministério da Fazenda número _____-___, residente e domiciliado a Av. D. Pedro I, nº 719, Bairro Jd. Tejereba, CEP: 11 440-000 /___.

Outorgados: **ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 272.017, **VANILDA FERNANDES DO PRADO REI,** brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 286.383, **LESLIE MATOS REI**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 248.205 e, todos com escritório na Rua Montenegro, número 244 – sala 02, CEP 11.410-040, Centro, Guarujá/SP.

Poderes: Da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", para o foro em geral, representá-lo junto a qualquer Juízo, Instância ou Tribunal podendo propor contra quem de direito as Ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até a final decisão, usando os recursos legais, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Guarujá, 15 de agosto de 2013.

ADÃO MARCIO BERGAMIM

PRADO ANDRADE REI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DECLARAÇÃO DE CARÊNCIA ECONÔMICA

Eu **ADÃO MARCIO BERGAMIM**, portador da cédula de identidade registro geral sob o nº 5.074.386 e, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas Ministério da Fazenda número _____-___, residente e domiciliado a Av. D. Pedro I, nº 719, Bairro Jd. Tejereba, CEP: 11-440 000 /___, **DECLARO** para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que atualmente me encontro em **CARÊNCIA ECONÔMICA** por insuficiência de recursos próprios, não tendo condições de arcar com as despesas inerentes a presente Ação Judicial, sem prejuízo do sustento próprio e de minha família, conforme dispõe a Lei 1.060/50. Requeiro a Vossa Excelência, sejam deferidos os **BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**, posto não ter condições por ora para arcar com as despesas do processo. "A condição de pobreza, enquanto requisito da concessão do benefício da justiça gratuita, adscrevendo à impossibilidade de custeio do processo, sem prejuízo próprio ou da própria família, não sofre com circunstância eventual de a parte ter bens móveis ou imóveis, se esses nada lhe rendem, ou se rendem não lhe evitaria *aquele prejuízo)"* (RT: 678/88, Des. Cézar Peluso). E por ser expressão de verdade, assino a presente declaração, responsabilizando-me sob as penas da lei e declarando como verdadeiras as informações aqui prestadas.

Guarujá, 15 de agosto de 2013.

ADÃO MARCIO BERGAMIM

Rua Montenegro, nº 244, sala 02 – Centro – Guarujá/SP - CEP: 11.410.040
Tel.:(13) 3371-6466 / (13) 7823-1162 / ID: 93*128800

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3 - Jardim Tejereba
CEP: 11440-900 - Guaruja - SP
Telefone: (13) 33862950 - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br

193

DECISÃO

Processo nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em 23/01/2014 promovo os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Elder Q. S. Batista) Escrevente Técnico Judiciário, subscrevo.
Processo nº. 2999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

1) **Desentranhe-se** o mandado de fls. 185/186 para que sejam empreendidas novas diligências visando seu integral cumprimento, **aditando-se** a ele o correto imóvel a ser penhorado/avaliado.

2) Fls. 190: **Defiro** a juntada da procuração. Anote-se o nome dos patronos no sistema. **Indefiro a gratuidade de justiça**. Como se sabe, a Constituição Federal menciona, em seu art. 5°, LXXIV, "que o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos",sendo inadequada a presunção de tal estado tão somente a partir de uma mera declaração de hipossuficiência, sob pena de se tornar regra a exceção.

Assim sendo, não sendo comprovada aqui, por documentos, a miserabilidade econômica, indefiro o requerimento de gratuidade.

Concedo ao executado o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento da taxa de mandato (Guia Gare 304-9).

Intime-se.

Guaruja, 23 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 013/2014** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 23/01/2014. Escrevente Técnico Judiciário: _____ (Elder Q. S. Batista).

▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **29/01/2014**

▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia:.....**30/01/2014**

(Observação: prazos para manifestação/recurso são contados a partir do 1° dia útil seguinte da data de publicação)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000013179.

194

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 28 de Fevereiro de 2014, junto a estes autos:

(x) a petição
( ) o ofício
( ) a carta precatória
( ) o aviso de recebimento
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____,(Andressa Ap. G. Lima Belem) Agente administrativo judiciário, subscrevi.

PRADO ANDRADE REI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

185

(Pasta 2414)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO GUARUJÁ/SP.

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outro
☐ Inclui/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 26/02/14 Escr
2999/09

223 FGJA.14.00022865-4 240214 1814 09

Processo número 0010479-53.2009.8.26.0223

ADÃO MARCIO BERGAMIM, devidamente qualificado nos autos da Ação de Cobrança interposta por Condomínio Residencial Mussa Gaze, por intermédio de seus procuradores que a esta subscreve, vem, mui respeitosamente perante o Nobre Magistrado, requerer a juntada do comprovante de recolhimento da custa pertinente a procuração.

Termos em que,
Pede deferimento.

Guarujá, 24 de fevereiro de 2014.

DRA. LESLIE M. REI
OAB/SP Nº 248.205

DR. ALEXANDRE F. ANDRADE
OAB/SP Nº 272.017

DRA. VANILDA F. DO PRADO REI
OAB/SP Nº286. 383

Rua Montenegro, nº 244, sala 02 – Centro – Guarujá/SP - CEP: 11.410.040
Tel.:(13) 3371-6466 / (13) 7823-1162 / ID: 93*128800

fls. 221

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

GUIA DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL
- DEMAIS RECEITAS -

GARE
DR

01 - MICROFILME (NÃO PREENCHER)

15	CONTRIBUINTE: Adão Marcio Bergamim	02	DATA DE VENCIMENTO: 24/02/2014
16	ENDEREÇO:	03	CÓDIGO DA RECEITA: 304-9
	MUNICÍPIO / UF	04	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
17	TELEFONE	05	CNPJ ou CPF: 80932169872
18	TRIBUTO/RECEITA: Contribuições Carteira de Previdência dos Advogados de S.P.	06	INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA ou Nº. DA ETIQUETA:
19	CNAE	07	REFERÊNCIA (mês/ano):
20	PLACA DO VEÍCULO	08	Nº. AIIM ou Nº DI ou Nº. PARCELAMENTO:
21	OBSERVAÇÕES: 1ª Vara Cível do Guarujá Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223 Partes: Condomínio Residencial Mussa Gaze x Adão Marcio Bergamim	09	VALOR DA RECEITA (Nominal ou Corrigida): 14,48
		10	JUROS DE MORA:
		11	MULTA DE MORA ou MULTA POR INFRAÇÃO (Nominal ou Corrigida):
		12	ACRÉSCIMO FINANCEIRO:
22	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	13	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:
		14	VALOR TOTAL: 14,48

Portaria CAT Nº. 27/95

fls. 222

1964

24/02/2014 16:59:30

Pagamento de convênios/títulos com débito em conta corrente

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
24/02/2014 - AUTOATENDIMENTO - 16.59.29
6687706687 0006

COMPROVANTE DE PAGAMENTO GARE SP

CLIENTE: PRADO ANDRADE & REI - SOC
AGENCIA: 6687-7 CONTA: 6.438-6

CONVENIO GARE SEFAZ-SP	
DATA DO PAGAMENTO	24/02/2014
DATA DE VENCIMENTO	24/02/2014
CODIGO DA RECEITA	304-9
CPF	809.321.696-72
VALOR DA RECEITA	14,48
JUROS DE MORA	0,00
MULTA DE MORA/INFRACAO	0,00
ACRESCIMO FINANCEIRO	0,00
HONOR. ADVOCATICIOS	0,00
VALOR TOTAL	14,48

AUTENTICACAO DIGITAL
RWC0UR00 KUZQFJ4A 00000CA6 080025PX
VCK9G15X N2CHP8CC LQLTE16L UYMKWLAK

COMPROVANTE DE PAGAMENTO EMITIDO DE ACORDO COM A PORTARIA CAT-126 DE 16/09/2011 E AUTORIZADO PELO PROCESSO SF 38-9078843/2001.

DOCUMENTO: 022401
AUTENTICACAO SISBB: D.5FE.965.246.F30.9A0

******** 1A VIA ********

197

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2014/014316-9**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, PROCEDA À

PENHORA E AVALIAÇÃO do apartamento nº 95 A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do Condominio Residencial Mussa Gaze e respectiva vaga de garagem, Avenida Dom Pedro I, 719, , Jardim Tres Marias - CEP 11440-001, Guaruja-SP.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 12 de maio de 2014.

Carga:
Diligencia: R$ 13,59
Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado

*Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "**4.** É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. **4.1.** As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. **4.2.** Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. **4.3.** Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. **5.** A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.*
***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000017WDE.

Em 18 de junho de 2019

JUNTADA

Junto a estes autos o mandado

que segue(m)

Eu, Escr. subscr.

1Dez. 800080

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2014/014316-9**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, PROCEDA À

PENHORA E AVALIAÇÃO do apartamento nº 95 A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do Condominio Residencial Mussa Gaze e respectiva vaga de garagem, Avenida Dom Pedro I, 719, , Jardim Tres Marias - CEP 11440-001, Guaruja-SP.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 12 de maio de 2014.

Carga:
Diligencia: R$ 13,59
Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado

*Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "**4.** É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. **4.1.** As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. **4.2.** Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. **4.3.** Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. **5.** A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.*
***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Certidão nº 6532 Data 12/5/14
Visto para cumprimento:
Oficial de Justiça:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000017WDE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Domingos Savio Senefonte (26909)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2014/014316-9 dirigi-me ao endereço: mencionado no mandado, e aí sendo dei total cumprimento ao mandado, conforme Auto que segue junto. O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 03 de junho de 2014.

Número de Atos: 01
Guia 800080

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DOMINGOS SAVIO SENEFONTE. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000001AHSR.

CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Certifico e dou fé que, nesta data procedi ao encerramento do 1 º volume(s) destes autos sob _____ – nº de ordem 2989/09, a partir das fls. 200 promovendo a abertura do 2 º volume(s), lavrando termo próprio.

Guarujá, __/__/__

_____

Agente administrativo judiciário

CHECK-9020010250503

IRON MOUNTAIN®

CHECK-9020010250503

INFORMAÇÃO DE IRREGULARIDADE QUANTO À NUMERAÇÃO DO PROCESSO FÍSICO EXISTÊNCIA DE OBJETOS NÃO DIGITALIZÁVEIS

Fica aqui registrado que foi(foram) identificada(s) a(s) seguinte(s) irregularidade(s) quanto à numeração e ordenação deste volume e/ou a existência de objeto(s) não digitalizáveis:

( ) Falta de página(s) _____
( ) Erro na sequência da numeração a partir da página _____
(X) Página(s) sem número entre as folhas 85 e 90
( ) Numeração repetida _____
( ) Página rasgada/deteriorada _____
( ) Outros _____
( ) Objeto não digitalizável:
Descrição do(s) objeto(s) _____
Página referência: _____

Jandira, 14/11/2023

266243
Matrícula do Colaborador

Número Único: 00104795320098260223

CHECK-9020010250503

CHECK-9020010250503

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
S P
SÃO PAULO

IMB – QS – 1
9020010250502

2º VOLUME

Foro do Guarujá 1ª Vara Cível
0010479-53.2009.8.26.0223

Classe	:	Procedimento Sumário
Assunto principal	:	Despesas Condominiais
Competência	:	Cível
Valor da ação	:	R$ 26.006,42
Volume	:	2/2
Reqte	:	**Condominio Residencial Mussa Gazo**
Advogada	:	Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB: 309804/SP) e outro
Reqdo	:	**Adão Marcio Borgamim**
Advogado	:	Alexandre Fernandes Andrade (OAB: 272017/SP) e outro
TerIntCer	:	Município de Guarujá (Procurador)
Advogada	:	Daniella do Cassia Morandi Reis Gonçalves

* Agravo de Instrumento interposto pela PMG às fls. 443 e decisão de fls. 421.

Foro do Guarujá / 1ª Vara Cível
0010479-53.2009.8.26.0223

(OAB: 147786/SP)

TitDomin	:	Marivalda Rodrigues dos Anjos
Gestor	:	Leonardo de Campos Penin
Advogado	:	Leonardo de Campos Penin (OAB: 177754/SP)
Observação	:	Ação: 31032 - Procedimento Sumário Ação Complementar: 146 - Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)
Redistribuição	:	Livre - 29/10/2009 11:43:14

Em
autu
que
Eu,

2009/002999
Titular

1
Vara Cível

Escr., subscr.

REG. SOB nº 2999

LIVRO nº _____ - Fls. _____

09

CERTIDÃO DE ABERTURA DE VOLUME

Certifico e dou fé que, nesta data procedi a abertura do 2 º volume destes autos sob nº _____ - nº de ordem 2999/09, que inicia-se às fls. 200 prosseguindo-se na forma que segue.

Guarujá, / /

Agente administrativo judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

AUTO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça	**Domingos Savio Senefonte (26909)**

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2014/014316-9 dirigi-me ao endereço: Av. Dom Pedro I, 719, esquina com Av. Da Saudade, 115, e aí sendo depois das formalidades legais passei a proceder a penhora e avaliação do bem abaixo descrito:

- APARTAMENTO de nº 95 do bloco "A", localizado no 9º andar do Condominio residencial Mussa gaze, e respectiva vaga de garagem, com area total de 118,17 m², conforme Certidão emitida pelo Cartorio de registro de Imóveis de Guarujá, e que segue junto. Avalio o imóvel acima descrito em R$ 400.000,00. Nada mais.

Guaruja, 03 de junho de 2014.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DOMINGOS SAVIO SENEFONTE. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000001AHSQ.

Foro de Guarujá
Comprovante de Remessa

Emitido em : 02/07/2014 - 15:33:00
Página: 1 de 1

Lote : 2014.00082168
Remetido : 02/07/2014

Origem : Cartório da 1ª Vara Cível
Destino : Mario de Paula Machado

Tipo de carga: Processo

Ord	Processo	Classe	Partes principais	Volumes	Folhas
1	0010479-53.2009.8.26.0223	Procedimento Sumário	Adão Marcio Bergamim x Condominio Residencial Mussa Gaze	1	

Total : 1

Recebido em 08/07/14 Hora : ___:___ Por : _____ Assinatura : _____

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

S P

3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 19 de setembro de 2014, junto a estes autos:

(X) a petição
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória ( ) **positiva** ( ) **negativa**
( ) o aviso de recebimento ( ) **citação** ( ) **intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado ( ) **positiva** ( ) **negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (Juliana Zaid) escrevente técnico, subscrevi.

C/04

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros ☐ Inclui/excluí Advogado(s) ☐ Registrei Sentença
Data 28/08/14 Escr

fls. 234

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos do processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu(sua) advogado(a) ao final assinado(a), requerer o prosseguimento do feito com a expressa intimação do devedor da penhora e da avaliação realizadas, na pessoa de seus procuradores (fls.191), pela imprensa oficial, para oferecimento de impugnação.

P. Deferimento.
Guarujá, 22 de Agosto de 2014.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Silvia Paula Monteiro da Costa
Advogada
OAB/SP 142752

223 EGJA 14 00108546-5 220814 1442 83

204

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em 15 de dezembro de 2014 promovo os presentes autos conclusos, ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Luiz Claudio M. Inojosa) Escrevente - Chefe, digitei e subscrevo.
nº de ordem 2999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 203: Venham aos autos a matricula atualizado do imóvel penhorado.

Após, tornem.

Intime-se.

Guaruja, 15 de dezembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000001JNFI.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ

1º Ofício Cível
Fls.: 205

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados:

RELAÇÃO Nº 392/2014

(X) **Despacho/Decisão** de fls. 204

( ) **Sentença** de fls. _____

( ) **Providenciar** _____ Cód._____

( ) **Retirar** _____ Cód._____

( ) _____ Cód._____

( ) **ATO ORDINATÓRIO (CPC,162,§4º,CPC) → Abertura de "Vista"** ao **autor**( ) **réu**( ) **partes**( ) **Cód.**_____ (CPC,162,§4º,CPC) - p/manifestação sobre:_____

_____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 15 de dezembro de 2014. -

(Luiz Cláudio Marques Inojosa), **Escrevente Técnico Judiciário, digitei.**

DISPONIBILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Data de disponibilização no DJE 17/12/2014

Data de publicação (primeiro dia útil seguinte): 18/12/2014

(Obs: prazos de manifestação/recursos contados a partir do 1º dia útil da data de publicação ou da ciência inequívoca)

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Escrivão-Diretor/ Escrevente/Agente Administrativo, subscrevo.

204

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

S P

3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 04 de 04 de 2014, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória ( ) **positiva** ( ) **negativa**
( ) o aviso de recebimento ( ) **citação** ( ) **intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado ( ) **positiva** ( ) **negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____ (_____) escrevente técnico, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

223.FGJA.15.00002340-0 120115 1515 50

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2.999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIM**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu (sua) advogado (a) ao final assinado (a), em atenção ao despacho de fls., requerer a juntada da inclusa matrícula atualizada da unidade autônoma ensejadora dos débitos, imóvel penhorado nestes autos para a garantia da dívida.

Outrossim, aguarda o deferimento da intimação do devedor da penhora e avaliação realizadas, intimação a ser realizada pela imprensa oficial na pessoa de seu advogado.

Requer, ainda, a expedição de mandado para a intimação da penhora da co-titular do imóvel, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, brasileira, solteira, maior, à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 - Jd. Acapulco - Guarujá/SP, anexando as diligências do Sr. Oficial de Justiça.

P. Deferimento.
Guarujá, 08 de Janeiro de 2014.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 14/01/15 Escr

matrícula	ficha
61360	01

Guarujá, 09 de dezembro de 1987

IMÓVEL: UM TERRENO constituido pelos lotes nºs 12, 13 e 18 da quadra "L", do loteamento Jardim São Miguel, localizado nesta cidade, município e comarca de Guarujá SP., de formato irregular, medindo 66,90 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; por 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01; por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade; nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº 2L-0027-001-000.

PROPRIETÁRIA: ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA com sede e foro em São Paulo, Capital, à Rua Venceslau Brás nº 16 - 1º andar, conjunto 103, inscrita no CGC/MF sob nº 056.822.851/0001-74.

REGISTRO ANTERIOR: R.01 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, R.03 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório.

Escrevente autorizado

Av.01 — 09 de dezembro de 1987.

O imóvel acima descrito possui a atual descrição em virtude de anexação, conforme Av.03 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, Av.04 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório, a requerimento da proprietária acima, datado de 24 de novembro de 1987. Averbado por escrevente autorizado.

pep.

Av.02 — 26 de abril de 1989

Por escritura de 30 de março de 1989, do 1º Cartório de Notas de Guarujá-SP, Livro 615, fls. 69vº, foi autorizada a presente averbação para ficar constando que a ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, teve sua denominação social alterada para ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, conforme instrumento particular de Alteração de Contrato Social datado de 13 de julho de 1988, registrado sob nº 28.037, em 20 de março de 1989, no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo-SP. Averbado por escrevente autorizado.

CL

R.03 — 26 de abril de 1989

Pela mesma escritura datada de 30 de março de 1989, acima mencionada, ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, com sede em São Paulo-SP, à Avenida Paulista nº 2.202, 8º andar, inscrita no CGC/MF. sob nº 056.822.851/0001-74, VENDEU o imóvel acima descrito à NACIM MUSSA GAZE, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.622.531-SSP-SP e inscrito no CPF/MF. sob nº 017.780.998-15, casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da lei 6.515/77, com Tereza Gil Gaze, brasileira, do lar, portadora do RG numero 3.917.290-SSP-SP, residente e domiciliado em Guarujá-SP, à Rua Deputado Emilio Carlos nº 336, pelo preço de NCz$70.000,00. (valor venal - 1989 - NCz$60.388,90). Registrado por escrevente autorizado.

CL

continua no verso

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

105435

12046-9 - AA

12046-9-100001-110000-1014

matrícula 61380 | ficha 01 verso

R.04 04 de novembro de 1996

Por Escritura de 15 de outubro de 1996, do 3o. Cartório de Notas de Santos-SP., livro 590, fls. 269, **NACIM MUSSA GAZE**, empresário, e sua esposa **TEREZA GIL GAZE**, do lar, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da Lei no. 6515/77, residentes e domiciliados em Guarujá-SP., à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca no. 1644, apto. 41, Bairro Barra Funda, RG. nos. 1.622.531-SSP-SP. e 3.917.290-SSP-SP., CIC. em comum no. 017.780.998-15, **Transmitiram o Imóvel objeto desta matrícula, por Conferência de Bens, para integralização de capital, à GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, sobreloja, Jardim Santa Maria, CGC/MF. no. 01.444.010/0001-89, pelo valor de R$1.232.500,00. (valor venal-1996/atualizado: R$1.284.706,97). Registrado por: Escrevente.

wfs

R.05 13 de janeiro de 1997

Por requerimento datado de 27 de novembro de 1996, da **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, Sobreloja, Jardim Santa Maria, inscrita no CGC/MF. sob no. 01.444.010/0001-89, acompanhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, fica registrada a Incorporação Imobiliária do empreendimento denominado **"CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE"**, à ser construído sobre o terreno objeto desta matrícula, consoante Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Guarujá, através do Processo no. 20120/106996/96, alvará no. 469/96, em data de 27 de novembro de 1996. O Edifício será composto de 02 (dois) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com sub-solo, (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e ático, dividindo-se o empreendimento em duas partes distintas, a saber:

continua na ficha 02

REGISTRO DE IM... DRA. ZULMIRA EUR... O... LUIZ EDUA... ESC...

FEDERATIVA BRASIL

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	02

Guarujá, 15 de janeiro de 19 97

a) Partes Comuns: Serão partes de propriedade e uso comum dos condôminos, inalienáveis, indivisíveis e indissoluvelmente ligadas às unidades autônomas, todas aquelas elencadas no Artigo 3o. da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964 e as seguintes - o terreno onde se assentará o empreendimento, os muros limítrofes do terreno, as fundações e alicerces, as vigas e colunas de sustentação, as lajes de concreto armado, as paredes de meação entre as unidades. No sub-solo (comum a ambos os blocos); 04 (quatro) poços de elevadores e respectivos halls, 02 (duas) caixas de escadas, 02 (dois) locais para elevadores, 02 (dois) armários, cabine primária e AC., rampa de acesso de autos e 110 (cento e dez) Vagas de Garagem, individuais e indeterminadas. No Andar Térreo do Bloco "A": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, hall de circulação, WC., depósito, banheiro, local para elevador, vestiário masculino, vestiário feminino, escadarias, sauna, ducha, salão de festas com copa e WC. No Andar Térreo do Bloco "B": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, local para elevador, hall de circulação, 02 (dois) WCs., apartamento do zelador (composto de sala, um dormitório, hall, circulação, banheiro, cozinha e área de serviço), dormitório de funcionários, vestiário de funcionário com 02 (dois) WCs., salão de festas com WC. Andar Térreo - Área Descoberta (fora da projeção dos blocos): play ground, deck e piscinas de adulto e infantil. Andares Superiores dos Blocos "A" e "B": hall social, hall de circulação, local para elevador e 02 (dois) poços de elevadores. Ático dos Blocos "A" e "B": Casa de máquinas, lajes impermeabilizadas e 02 (duas) caixas d'água. b) Partes Exclusivas: Serão partes de propriedade e uso exclusivo dos condôminos, as Unidades Autônomas consistentes dos "APARTAMENTOS", localizados e numerados da seguinte forma: BLOCO "A" - 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-A, 12-A, 13-A, 14-A, 15-A; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-A, 22-A, 23-A, 24-A, 25-A; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos.31-A,

continua no verso

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

105436 12046-9 - AA

12046-9-100001-110000-1014

Matrícula 61.360 | Ficha 02 Verso

32-A, 33-A, 34-A, 35-A; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: A
tipo nos. 41-A, 42-A, 43-A, 44-A, 45-A; 5o. Andar ou 6o.
Apartamentos tipo nos. 51-A, 52-A, 53-A, 54-A, 55-A; 6
7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-A, 62-A, 63-A,
7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-A,
A, 74-A, 75-A; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamento
81-A, 82-A, 83-A, 84-A, 85-A; 9o. Andar ou 10o.
Apartamentos tpo nos. 91-A, 92-A, 93-A, 94-A, 95-A; 10
11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-A, 102-A, 10
105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apart
Cobertura nos. 111-A, 112-A e 113-A. BLOCO "B": 1o. And
Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-B, 12-B, 13-B, 14-B,
Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-B, 2
24-B, 25-B; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tip
B, 32-B, 33-B, 34-B, 35-B; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Ap
tipo nos. 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B; 5o. Andar ou 6o.
Apartamentos tipo nos. 51-B, 52-B, 53-B, 54-B, 55-B; 6o.
7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-B, 62-B, 63-B,
7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-B,
B, 74-B, 75-B; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos
81-B, 82-B, 83-B, 84-B, 85-B; 9o. Andar ou 10o.
Apartamentos tpo nos. 91-B, 92-B, 93-B, 94-B, 95-B; 10o.
11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-B, 102-B, 103
105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apart
Cobertura nos. 111-B, 112-B e 113-B. Áreas e Frações
Terreno das Unidades: Cada um dos Apartamentos tipo de final
"2", terá a área útil de 73,460ms2., a área comum de 42,2
área total construída de 115,708ms2., e uma fração ideal
e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,
Cada um dos Apartamentos tipo de final "3", terá a área
74,440ms2., a área comum de 43,077ms2., a área total cons
117,517ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais
coisas comuns do condomínio de 0,9406168. Cada um dos Ap
tipo de final "4", terá a área útil de 69,540ms2., a área

continua na

REGISTRO DE
DRA. ZULMIRA
LUIZ

41,889ms2., a área total construída de 111,429ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,905498%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "5", terá a área útil de 74,900ms2., a área comum de 43,270ms2., a área total construída de 118,170ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,946324%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A e 111-B, terá a área útil de 147.900ms2., a área comum de 72,111ms2., a área total construída de 220,011ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,466207%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de 38,838ms2., a área total construída de 108,378ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,815345%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 113-A e 113-B, terá a área útil de 148,360ms2., a área comum de 49,804ms2., a área total construída de 220,664ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,471915%. **GARAGEM**: Da Declaração à que se refere a alínea "P", do Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, constou que, a garagem do empreendimento localizar-se-á no sub-solo, será coletiva, considerada área comum do condomínio, com um total de 110 (cento e dez) vagas, individuais e indeterminadas, numeradas no projeto aprovado apenas para efeito de quantidade, destinadas ao estacionamento de 01 (um) veículo de passeio cada, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídas entre os apartamentos da seguinte forma: À cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, corresponderá 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas. Custo Global da Obra: R$5.912.769,00. Valor Venal-1996/terreno atualizado: R$1.284.706,97. Registrado por: Escrevente.

wfs

continua no verso

GUARUJÁ-SP
MUNIZ SAMPAIO
RREIRA

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

105437
12046-9 - AA
12046-9-100001-110000-1014

A Oficiala de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Guarujá-SP, **Drª ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO – CERTIFICA** – mais que em virtude do pedido verbal de pessoa interessada e em aditamento a presente certidão, reviu os livros do Serviço Registral a seu cargo, a partir de 13 de dezembro de 1965, data de sua instalação, e deles, no **LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL, NA MATRÍCULA Nº 61.360**, em 01 de setembro de 2009, verificou constar **registrado sob nº 63**, que por escritura de 10 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho, Guarujá-SP, livro 378, fls. 101, a **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA**, já qualificada, **VENDEU** a fração ideal de terreno de 0,946324% que corresponderá ao **APARTAMENTO Nº 95-A DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**, a **ADÃO MARCIO BERGAMIN,** brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG. nº 5.674.386-SSP/SP, CPF/MF nº 809.321.698-72; e **MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS**, brasileira, solteira, maior, vendedora autônoma, RG. nº . 20.588.336-SSP/SP, CPF/MF nº 069.955.038-64, ambos domiciliados e residentes em Guarujá – SP, na Avenida Severino Prieto Alvarez nº 120, Jardim Acapulco, pelo preço de R$1.091,72. (Valor Venal de 2009 – fração ideal R$14.690,11). – **CERTIFICA** – mais que dos mesmos livros e no mesmo período de tempo, não consta que **ADÃO MARCIO BERGAMIN e MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS**, já qualificados, tenham alienado, constituído hipoteca convencional, legal ou judiciária, onerado por qualquer forma ou feito contrato de locação com a cláusula do artigo 576 do Código Civil Brasileiro, sobre a fração ideal de **0,946324%** que corresponderá ao **APARTAMENTO nº 95-A** que localizar-se-á no 9º andar ou 10º pavimento do futuro empreendimento denominado **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** que possuirá, a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 metros quadrados e a área total de

CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE CERTIDÃO CONTINUA ÀS FLS. 04

118,170 metros quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; ***caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista***; bem como não constam inscrições de penhoras, arrestos, sequestros, citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, tendo por objeto o referido imóvel.- Dou fé, Guarujá, 22 de dezembro de 2014.- **O ESCREVENTE:**_____

Oficial	**R$**	**24,04**
Estado	**R$**	**06,84**
Carteira	**R$**	**05,06**
Registro Civil	**R$**	**01,27**
Tribunal de Justiça	**R$**	**01,27**
T O T A L	**R$**	**38,48**

REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ-SP
DRA. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL
LUIZ EDUARDO FERREIRA
ESCREVENTE

IMÓVEIS DE GUARUJÁ-SP
EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL
EDUARDO FERREIRA
ESCREVENTE

EM BRANCO

EM BRANCO

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

12046-9 - AA 105438

12046-9-100001-110000-1014

05/01/2015 BANCO DO BRASIL 15:00:41
0687/7334 0253

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULO

212

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090201400000001[illegible]
NOSSO NUMERO 201400000001[illegible]
CONVENIO 02014934
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA
AG/COD. BENEFICIARIO 0687/[illegible]
DATA DE VENCIMENTO 15/01/2015
DATA DE PAGAMENTO 05/01/2015
VALOR DO DOCUMENTO 63,75
VALOR COBRADO 63,75

AUTENTICACAO [illegible]
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

(bb.com.br) - Boleto gerado pelo sistema 2a VIA BOLETO- Oficias de Justiça - São Paulo. 08/01/2015 13:49:47

213

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02014.934000 00015.580186 7 63070000006375**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6687-7 / 950001-4	13/01/2015	13/01/2015

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
PC DA SE SN - SE - SAO PAULO - SP - 00100-000	51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE	20149340000015580	15580	63,75

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** — Número do Depósito: **15580** — Número do Processo:
Nome do Autor: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** — Vara Judicial: **1 - VARA CIVEL** — **0010479-53.2009.8.26.0223**
Nome do Réu: **ADÃO MARCIO BERGAMIM** — Comarca/Fórum: **GUARUJA** — Ano Processo: **2009**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça para o cumprimento da Carta Precatória oriunda de outras Unidades de Federação. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial da Comarca Deprecante). Se o pagamento for realizado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

1ª via - PROCESSO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02014.934000 00015.580186 7 63070000006375**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6687-7 / 950001-4	13/01/2015	13/01/2015

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
PC DA SE SN - SE - SAO PAULO - SP - 00100-000	51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE	20149340000015580	15580	63,75

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** — Número do Depósito: **15580** — Número do Processo:
Nome do Autor: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** — Vara Judicial: **1 - VARA CIVEL** — **0010479-53.2009.8.26.0223**
Nome do Réu: **ADÃO MARCIO BERGAMIM** — Comarca/Fórum: **GUARUJA** — Ano Processo: **2009**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça para o cumprimento da Carta Precatória oriunda de outras Unidades de Federação. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial da Comarca Deprecante). Se o pagamento for realizado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

2ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02014.934000 00015.580186 7 63070000006375**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6687-7 / 950001-4	13/01/2015	13/01/2015

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
PC DA SE SN - SE - SAO PAULO - SP - 00100-000	51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE	20149340000015580	15580	63,75

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** — Número do Depósito: **15580** — Número do Processo:
Nome do Autor: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** — Vara Judicial: **1 - VARA CIVEL** — **0010479-53.2009.8.26.0223**
Nome do Réu: **ADÃO MARCIO BERGAMIM** — Comarca/Fórum: **GUARUJA** — Ano Processo: **2009**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça para o cumprimento da Carta Precatória oriunda de outras Unidades de Federação. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial da Comarca Deprecante). Se o pagamento for realizado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

3ª via - ESCRIVÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

914

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em 08/05/2015 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão Judicial I, subscrevo. – (Número de ordem: **2999/2009)-** Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 207: defiro. Intime-se o executado da penhora e avaliação através de publicação na imprensa oficial e na pessoa de seus advogados, e aguarde-se, por quinze dias, eventual impugnação (CPC, art.475-J, § 1º).

Defiro, também, a cientificação da Sra. Marivalda Rodrigues dos Anjos, acerca da penhora que recaiu sobre o imóvel também de sua propriedade.

Intime-se.

Guaruja, 08 de maio de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o despacho/decisão supra/retro foi incluído na **Relação nº. 161/2015** para encaminhamento à Imprensa Oficial e efetiva intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 08/05/2015. Escrivão-Diretor: _____ (Edison Alves do Nascimento).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico:.....**13/05/2015**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: :.....**14/05/2015**

obs: prazos processuais iniciam contagem no 1º dia útil seguinte da data de publicação, ou seja, a partir do dia **15/05/2015**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 5700000010LE9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2015/017343-5**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE** Marivalda Rodrigues dos Anjos, Avenida Severino Prieto Alvarez, 120, Acapulco - CEP 11445-080, Guaruja-SP, CPF 069.955.038-64, RG 20588336 , da Penhora e Avaliação do imóvel de sua co-propriedade, conforme cópias em anexo, que fica fazendo parte integrante deste.

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 24 de junho de 2015.

Guaruja, 24 de junho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Carga:
DILIGÊNCIA: R$ 63,75
Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000001QKJ2.

216

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 29 de Julho de 2015, junto a estes autos:

( ) a petição(s) (_____)
( ) cumprimento de sentença. (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício (s)
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
(X) o mandado **(X) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (Andressa Ap. G. Lima Belem) Agente administrativo judiciário, subscrevi.

fls. 251

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

217.1

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2015/017343-5**

30222218 AN4635

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE** Marivalda Rodrigues dos Anjos, Avenida Severino Prieto Alvarez, 120, Acapulco - CEP 11445-080, Guaruja-SP, CPF 069.955.038-64, RG 20588336 , da Penhora e Avaliação do imóvel de sua co-propriedade, conforme cópias em anexo, que fica fazendo parte integrante deste.

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 24 de junho de 2015.

Guaruja, 24 de junho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Carga:
DILIGÊNCIA: R$ 63,75
Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

SR. ADÃO
MARIDO
ACAPULCO IMÓVEIS

GRD Nº 15580
VALOR R$ 63,75
Nº ATOS 1
LIBERADO
SALDO

Carga n.º 73480 Data: 26/6/15
Prazo para cumprimento: 15 dias
Oficial de Justiça:

FABIO GILGAZE

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000001QKJ2.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

218

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Felipe Augusto Bazzoli (26920)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2015/017343-5 dirigi-me ao endereço: AV. 4, 635 – ACAPULCO – GUARUJÁ/SP ONDE INTIMEI A SR.(A) MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS QUE EXAROU O CIENTE RECEBENDO A CONTRAFÉ.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 19 de julho de 2015.

Número de Atos: 01

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FELIPE AUGUSTO BAZZOLI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000001RHM4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que decorreu o prazo de 15 dias para o executado apresentar impugnação. Nada Mais. Guaruja, 28 de agosto de 2015. Eu, ___, Ana Hilida Spolaore Farias, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo

220

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente: **Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido: **Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em 04/11/2015 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão Judicial I, subscrevo (Número de ordem: **2999/2009**)- Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Manifeste-se o Condomínio/exequente em termos de prosseguimento, requerendo o que entender de direito.

Int.

Guaruja, 04 de novembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o despacho/decisão supra/retro foi incluído na **Relação nº. 318/2015** para encaminhamento à Imprensa Oficial e efetiva intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 04/11/2015. Escrivão-Diretor: _____ (Edison Alves do Nascimento).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **11/11/2015**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **12/11/2015**

obs: contagem dos prazos processuais a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação, ou seja: **13/11/2015**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000001WCZ6.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 03 FEV 2016 de _____ de **2015**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (_____) escrevente técnico, subscrevi.

1.º Ofício Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige n.º 280
Jardim Tejereba CEP 11440-900
Edison Alves do Nascimento
Coordenador
Matrícula TJ n.º 303.[illegible]3

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, requerer o regular prosseguimento do feito com a realização de **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO** do bem penhorado e avaliado nesta ação, nomeando-se a empresa AM&T MARKETING, ASSESSORIA E PESQUISA LTDA – LANCE LITORAL, com sede na Comarca.

Requer, ainda:

a) A intimação do devedor na pessoa de seu procurador, pela imprensa oficial, na forma autorizada pela legislação em vigor;

b) A intimação pessoal da co-titular do bem, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, por meio de mandado à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 – Guarujá/SP;

c) A intimação postal da titular do domínio Guarujá Veículos Construções Ltda., à Av. Dom Pedro I nº 1783 – sala 501 – Guarujá/SP;

d) Seja expedido edital para intimação das pessoas acima indicadas, e dos demais interessados, na forma da lei.

P. Deferimento.
Guarujá, 12 de novembro de 2015.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

223 FBJA 15 00113715-0 121115 1433 408

223

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em 10/02/2016 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Edison Alves do Nascimento) Escrivão Judicial I, subscrevo. – (Número de ordem: **2999/2009**) - Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

1) HOMOLOGO a avaliação de fls.200 e defiro a realização de praças por meio de leilão judicial eletrônico, autorizado pelo art. 689-A do CPC e regulamento pelo Provimento CSM nº 1625/2009, cujo instrumento, considerando o interesse público na solução mais rápida dos processos judiciais, emerge como medida mais eficaz e econômica em relação à hasta pública convencional, realizada no átrio do Fórum. Isto porque, invocando as próprias justificativas do referido Provimento, através do uso da rede mundial de computadores é possível atingir um número muito maior de interessados, os quais, mediante procedimento singelo e sem a necessidade de comparecimento pessoal no local da venda pública, poderão oferecer lanços, que serão imediatamente apresentados aos demais participantes, em tempo real, possibilitando maior transparência e democracia em todo o processo da alienação judicial, de tal forma a ser mais benéfico até para o executado, além do que a agilidade na conclusão da venda e na maior possibilidade de êxito nas arrematações, a alienação judicial eletrônica promoverá a redução das custas processuais, pois a divulgação das hastas públicas no meio eletrônico e em jornais de grande circulação, os custos referentes à alienação judicial eletrônica como verificação do bem oferecido à venda, eventuais dívidas pendentes perante os órgãos públicos, seu estado de conservação, material fotográfico, movimentação de todo sistema de acessibilidade e de segurança do site, correrão e serão praticados por conta e responsabilidade exclusiva do gestor, a seguir nomeado.

2) De acordo com o objetivo rodízio estabelecido pelo juízo, nomeio a empresa gestora LECAPE LEILÕES, representada pelo senhor Leonardo de Campos Penin, OAB/SP 177754 - e-mail contato@lecape.com.br - a qual foi considerada tecnicamente habilitada perante o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado (STI-TJSP, processo n. 2013-181885), com divulgação e captação de lances em tempo real, através do Portal www.lecape.com.br

3) Fica o Condomínio/exequente intimado a trazer aos autos, em até cinco dias, o cálculo discriminado e atualizado do débito, o qual será considerado para os fins ligados às hastas públicas (leilão eletrônico).

4) Providencie a Serventia a intimação da empresa gestora para indicação de datas para os leilões eletrônicos e apresentação de minuta do edital de praça para análise e aprovação do juízo. A gestora nomeada providenciará a publicação do EDITAL em jornal de ampla circulação local, e as cientificações, pelo correio, e com pelo menos dez dias de antecedência, do senhorio direto, do credor com garantia real e do credor com penhora anteriormente averbada que não seja de qualquer modo parte na execução (art. 698 do CPC). A Serventia Judicial providenciará a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000022211.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

cientificação da Prefeitura Municipal de Guarujá em face do que dispõe o artigo 130 do Código Tributário Nacional, e a intimação do executado) na pessoa de seu/sua advogado(a), por publicação no DJE, nos termos do artigo 687, § 5º, do CPC, e do exequente e demais interessados representados nos autos, através de publicação no DJE, bem como da co-titular do bem penhorado, Sra. Marivalda Rodrigues dos Anjos.

5) **A Primeira Praça** (ou 1º leilão eletrônico) da alienação judicial eletrônica terá início no primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital. Não havendo lance superior ou igual ao valor da avaliação, nos três dias seguintes seguir-se-á sem interrupção a **Segunda Praça** (ou 2º leilão eletrônico), que se estenderá por no mínimo vinte dias.

6) Na **Segunda Praça** (ou 2º leilão eletrônico) não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, e a alienação se dará pelo maior lanço ofertado, respeitadas as condições aqui determinadas.

7) Os interessados na arrematação deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar do leilão eletrônico, fornecendo todas as informações solicitadas.

8) Desde já, fica consignado que o(a) arrematante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para pagamento dos valores do lanço e da comissão do leiloeiro, que ora fixo em 5% sobre o valor do lance vencedor, através de depósitos em contas judiciais vinculadas a este juízo, junto ao Banco do Brasil S/A, agência 6687-7.

9) Fica consignado, também, que o credor poderá participar dos pregões em igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço até o valor atualizado do débito e depositando-se o excedente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10) Para apreciação da idoneidade do lance pelo Juízo, deverá a EMPRESA GESTORA trazer o respectivo auto de arrematação, acompanhado dos comprovantes de depósito judicial (lance e comissão), bem como dos Avisos de Recebimento das cartas de intimação/cientificação expedidas, sendo certo que as propostas para pagamento em parcelas (CPC, art.690, §§ 1º e 2º) deverão ser submetidas à previa análise judicial.

Intime-se.

Guaruja, 10 de fevereiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000022211.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
S P
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL
Rua Silvio Daige nº 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP.

225

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que relacionei para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-DJE e intimação das partes, por intermédio de seus respectivos advogados, na RELAÇÃO Nº 050/2016 o ato judicial praticado nos autos, conforme segue:

(X) **Despacho/Decisão** de fls. 223/224

( ) **Sentença** de fls. _____

( ) **Providenciar** _____ Cód._____

( ) **Retirar** _____ Cód._____

( ) _____ Cód._____

( ) **Abertura de "Vista"** ao **autor**( ) **réu**( ) **partes**( ) Cód._____
(CPC,162,§4º,CPC) - p/manifestação sobre: _____

O referido é verdade e dou fé. Guarujá, 11/02/2016.
Edison Alves do Nascimento - Coordenador do 1º Ofício Cível), digitei.

****

CERTIFICO MAIS que as datas de disponibilização/publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO do ato judicial assinalado com "X", são as seguintes:

Data de disponibilização no DJE: 15/02/2016
Considera-se data de publicação: 16/02/2016

Obs: Os prazos processuais são contados a partir do 1º dia útil seguinte da data considerada como data de publicação.

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____ Coordenador/ Escrevente/Agente Administrativo, subscrevo.

NOMEAÇÃO

ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS
Enviado: quinta-feira, 11 de fevereiro de 2016 18:27
Para: contato@lecape.com.br

206

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Guarujá
Foro de Guarujá
1ª Vara Cível
Rua Silvio Daige, 280 - Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223 N. de Ordem 2999/2009**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

À Lecape Leilões
A/C Dr. Leonardo de Campos Penin

Em cumprimento à r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, Intimo Vossa Senhoria para ciência da decisão de seguinte teor:

"1) HOMOLOGO a avaliação de fls.200 e defiro a realização de praças por meio de leilão judicial eletrônico, autorizado pelo art. 689-A do CPC e regulamento pelo Provimento CSM nº 1625/2009, cujo instrumento, considerando o interesse público na solução mais rápida dos processos judiciais, emerge como medida mais eficaz e econômica em relação à hasta pública convencional, realizada no átrio do Fórum. Isto porque, invocando as próprias justificativas do referido Provimento, através do uso da rede mundial de computadores é possível atingir um número muito maior de interessados, os quais, mediante procedimento singelo e sem a necessidade de comparecimento pessoal no local da venda pública, poderão oferecer lanços, que serão imediatamente apresentados aos demais participantes, em tempo real, possibilitando maior transparência e democracia em todo o processo da alienação judicial, de tal forma a ser mais benéfico até para o executado, além do que a agilidade na conclusão da venda e na maior possibilidade de êxito nas arrematações, a alienação judicial eletrônica promoverá a redução das custas processuais, pois a divulgação das hastas públicas no meio eletrônico e em jornais de grande circulação, os custos referentes à alienação judicial eletrônica como verificação do bem oferecido à venda, eventuais dívidas pendentes perante os órgãos públicos, seu estado de conservação, material fotográfico, movimentação de todo sistema de acessibilidade e de segurança do site, correrão e serão praticados por conta e responsabilidade exclusiva do gestor, a seguir nomeado.
2) De acordo com o objetivo rodízio estabelecido pelo juízo, nomeio a empresa gestora LECAPE LEILÕES, representada pelo senhor Leonardo de Campos Penin, OAB/SP 177754 - e-mail contato@lecape.com.br - a qual foi considerada tecnicamente habilitada perante o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado (STI-TJSP, processo n. 2013-181885), com divulgação e captação de lances em tempo real, através do Portal www.lecape.com.br
3) Fica o Condomínio/exequente intimado a trazer aos autos, em até cinco dias, o

fls. 261

cálculo discriminado e atualizado do débito, o qual será considerado para os fins ligados às hastas públicas (leilão eletrônico).

4) Providencie a Serventia a intimação da empresa gestora para indicação de datas para os leilões eletrônicos e apresentação de minuta do edital de praça para análise e aprovação do juízo. A gestora nomeada providenciará a publicação do EDITAL em jornal de ampla circulação local, e as cientificações, pelo correio, e com pelo menos dez dias de antecedência, do senhorio direto, do credor com garantia real e do credor com penhora anteriormente averbada que não seja de qualquer modo parte na execução (art. 698 do CPC). A Serventia Judicial providenciará a cientificação da Prefeitura Municipal de Guarujá em face do que dispõe o artigo 130 do Código Tributário Nacional, e a intimação do executado) na pessoa de seu/sua advogado(a), por publicação no DJE, nos termos do artigo 687, § 5º, do CPC, e do exequente e demais interessados representados nos autos, através de publicação no DJE, bem como da co-titular do bem penhorado, Sra. Marivalda Rodrigues dos Anjos.

5) A Primeira Praça (ou 1º leilão eletrônico) da alienação judicial eletrônica terá início no primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital. Não havendo lance superior ou igual ao valor da avaliação, nos três dias seguintes seguir-se-á sem interrupção a Segunda Praça (ou 2º leilão eletrônico), que se estenderá por no mínimo vinte dias.

6) Na Segunda Praça (ou 2º leilão eletrônico) não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, e a alienação se dará pelo maior lanço ofertado, respeitadas as condições aqui determinadas.

7) Os interessados na arrematação deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar do leilão eletrônico, fornecendo todas as informações solicitadas.

8) Desde já, fica consignado que o(a) arrematante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para pagamento dos valores do lanço e da comissão do leiloeiro, que ora fixo em 5% sobre o valor do lance vencedor, através de depósitos em contas judiciais vinculadas a este juízo, junto ao Banco do Brasil S/A, agência 6687-7.

9) Fica consignado, também, que o credor poderá participar dos pregões em igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço até o valor atualizado do débito e depositando-se o excedente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10) Para apreciação da idoneidade do lance pelo Juízo, deverá a EMPRESA GESTORA trazer o respectivo auto de arrematação, acompanhado dos comprovantes de depósito judicial (lance e comissão), bem como dos Avisos de Recebimento das cartas de intimação/cientificação expedidas, sendo certo que as propostas para pagamento em parcelas (CPC, art.690, §§ 1º e 2º) deverão ser submetidas à previa análise judicial. Intime-se."

Esclareço a Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art. 237, redação dada pela Lei nº 11.419, de 2006).

Ana Hílida Spolaore Farias- Escrevente Técnico do Judiciário

Guarujá, 11 de fevereiro de 2016.

fls. 262

Retransmitidas: NOMEAÇÃO

Microsoft Outlook
Enviado: quinta-feira, 11 de fevereiro de 2016 18:29
Para: ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:
contato@lecape.com.br (contato@lecape.com.br)
Assunto: NOMEAÇÃO

Foro de Guarujá
Comprovante de Remessa

Emitido em : 18/02/2016 - 15:02:44
Página: 1 de 1

Lote : 2016.00013223
Remetido : 18/02/2016

Origem : Cartório da 1ª Vara Cível
Destino : Leonardo de Campos Penin
RUA OSWALDO COCHRANE - Bairro: EMBARÉ
Cidade: Santos CEP: 11040-111

Tipo de carga: Processo

Ord	Processo	Classe	Partes principais	Volumes	Folhas	Complemento da movimentação
1	0010479-53.2009.8.26.0223	Procedimento Sumário	Condominio Residencial Mussa Gaze x Adão Marcio Bergamim	1		

Total : 1

Recebido em 18/02/16 03/3/16 Hora : 15:00 Por : Assinatura :

230

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 07 de maio de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)

(X) a petição (s) (_____)

( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**

( ) o ofício

( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**

( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**

( ) o laudo pericial

( ) a carta devolvida

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) outros (_____)

Eu, _____ (_____) escrevente técnico, subscrevi.

2999/04
ADV

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

231

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/Excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 18/02/16 Escr Duilley J.

223 FGJA.16.00014271-4 170216 1223 36

Processo nº 00010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MARCO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu (sua) advogado (a) ao final assinado (a), em atendimento ao despacho de fls., requerer a juntada do débito atualizado da unidade a ser praceada.

P. Deferimento.
Guarujá, 15 de fevereiro de 2016.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 15/02/2016 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
				CUSTAS				
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	927,06		0,00	927,06
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	56,66		0,00	56,66
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	54,75		0,00	54,75
25/03/2011	custas	36,36		44.834327	51,12		0,00	51,12
21/10/2011	custas	20,00		46.214289	27,28		0,00	27,28
29/02/2012	custas	20,00		47.103239	26,76		0,00	26,76
23/08/2012	custas	40,95		48.268754	53,48		0,00	53,48
03/09/2013	custas	40,74		51.428096	49,93		0,00	49,93
17/12/2014	custas	50,00		55.465502	56,82		0,00	56,82
	Sub Total:	**886,69**			**1.303,86**		**0,00**	**1.303,86**
				DÉBITO CONDOMINIAL				
01/10/2004	condomínio	337,29	2%	32.477896	667,78	136,0000%	908,18	1.575,96
01/11/2004	condomínio	337,29	2%	32.533108	666,65	135,0000%	899,97	1.566,62
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	663,73	134,0000%	889,39	1.553,12
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	658,07	133,0000%	875,23	1.533,30
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	654,34	132,0000%	863,72	1.518,06
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	651,47	131,0000%	853,42	1.504,89
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	644,95	130,0000%	838,43	1.483,38
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	547,19	128,0000%	700,40	1.247,59
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	597,98	125,0000%	747,47	1.345,45
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	810,17	122,0000%	988,40	1.798,57
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	789,35	121,0000%	955,11	1.744,46
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	698,80	120,0000%	838,56	1.537,36
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	697,19	119,0000%	829,65	1.526,84
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	670,06	117,0000%	783,97	1.454,03
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	669,19	116,0000%	776,26	1.445,45
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	694,07	115,0000%	798,18	1.492,25
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	693,31	114,0000%	790,37	1.483,68
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	693,44	113,0000%	783,58	1.477,02
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	692,34	112,0000%	775,42	1.467,76
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	686,49	110,0000%	755,13	1.441,62
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	682,26	109,0000%	743,66	1.425,92
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	737,50	108,0000%	796,50	1.534,00
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	710,61	107,0000%	760,35	1.470,96
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	754,91	106,0000%	800,20	1.555,11
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	729,12	105,0000%	765,57	1.494,69
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	703,84	104,0000%	731,99	1.435,83
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	725,16	103,0000%	746,91	1.472,07
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	722,85	102,0000%	737,30	1.460,15
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	718,61	101,0000%	725,79	1.444,40
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	716,81	100,0000%	716,81	1.433,62
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	714,67	99,0000%	707,52	1.422,19
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	711,61	98,0000%	697,37	1.408,98
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	783,07	97,0000%	759,57	1.542,64
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	777,71	96,0000%	746,60	1.524,31
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	773,99	95,0000%	735,29	1.509,28
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	770,07	94,0000%	723,86	1.493,93
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	688,66	93,0000%	640,45	1.329,11
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	757,89	92,0000%	697,25	1.455,14
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	746,73	90,0000%	672,05	1.418,78
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	670,65	89,0000%	596,87	1.267,52
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	669,65	88,0000%	589,29	1.258,94
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	666,32	87,0000%	579,69	1.246,01
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	726,42	85,0000%	617,45	1.343,87
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	62,60	85,0000%	53,21	115,81
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	678,46	80,0000%	542,76	1.221,22
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	675,62	79,0000%	533,73	1.209,35
10/06/2010	condomínio	478,45	2%	42.946746	716,35	68,0000%	487,11	1.203,46
10/07/2010	condomínio	478,65	2%	42.899504	717,43	67,0000%	480,67	1.198,10
10/08/2010	condomínio	430,85	2%	42.869474	646,24	66,0000%	426,51	1.072,75
10/09/2010	condomínio	434,06	2%	42.839465	651,51	65,0000%	423,48	1.074,99
10/10/2010	condomínio	431,52	2%	43.070798	644,22	64,0000%	412,30	1.056,52
10/11/2010	condomínio	432,04	2%	43.467049	639,11	63,0000%	402,63	1.041,74
10/12/2010	condomínio	430,36	2%	43.914759	630,14	62,0000%	390,68	1.020,82
10/01/2011	condomínio	514,68	2%	44.178247	749,10	61,0000%	456,95	1.206,05
10/02/2011	condomínio	486,86	2%	44.593522	702,02	60,0000%	421,21	1.123,23

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 15/02/2016 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
10/03/2011	condomínio	481,85	2%	44.834327	691,07	59,0000%	407,73	1.098,80
10/04/2011	condomínio	476,43	2%	45.130233	678,81	58,0000%	393,70	1.072,51
10/08/2011	condomínio	464,70	2%	45.814835	652,20	54,0000%	352,18	1.004,38
07/10/2011	condomínio	464,70	2%	46.214289	646,56	52,0000%	336,21	982,77
01/03/2012	condomínio	738,83	2%	47.286941	1.004,67	47,0000%	472,19	1.476,86
01/12/2012	condomínio	641,29	2%	49.403187	834,68	38,0000%	317,17	1.151,85
01/01/2013	condomínio	707,71	2%	49.76877	914,35	37,0000%	338,30	1.252,65
01/02/2013	condomínio	707,71	2%	50.226642	906,01	36,0000%	326,16	1.232,17
01/04/2013	condomínio	764,49	2%	50.790746	967,84	34,0000%	329,06	1.296,90
01/05/2013	condomínio	707,71	2%	51.090411	890,70	33,0000%	293,93	1.184,63
01/06/2013	condomínio	707,71	2%	51.269227	887,59	32,0000%	284,02	1.171,61
01/07/2013	condomínio	707,71	2%	51.41278	885,11	31,0000%	274,38	1.159,49
01/08/2013	condomínio	707,71	2%	51.345943	886,26	30,0000%	265,87	1.152,13
01/09/2013	condomínio	707,71	2%	51.428096	884,85	29,0000%	256,60	1.141,45
01/10/2013	condomínio	707,71	2%	51.566951	882,46	28,0000%	247,08	1.129,54
01/11/2013	condomínio	707,71	2%	51.881509	877,11	27,0000%	236,81	1.113,92
01/12/2013	condomínio	707,71	2%	52.161669	872,40	26,0000%	226,82	1.099,22
01/01/2014	condomínio	757,23	2%	52.537233	926,77	25,0000%	231,69	1.158,46
01/02/2014	condomínio	757,23	2%	52.868217	920,97	24,0000%	221,03	1.142,00
01/03/2014	condomínio	757,23	2%	53.206573	915,12	23,0000%	210,47	1.125,59
01/04/2014	condomínio	757,23	2%	53.642866	907,67	22,0000%	199,68	1.107,35
01/05/2014	condomínio	757,23	2%	54.06128	900,65	21,0000%	189,13	1.089,78
01/06/2014	condomínio	757,23	2%	54.385647	895,28	20,0000%	179,05	1.074,33
01/07/2014	condomínio	782,13	2%	54.527049	922,32	19,0000%	175,24	1.097,56
01/08/2014	condomínio	757,23	2%	54.597934	891,79	18,0000%	160,52	1.052,31
01/09/2014	condomínio	757,23	2%	54.69621	890,19	17,0000%	151,33	1.041,52
01/10/2014	condomínio	757,23	2%	54.964221	885,85	16,0000%	141,73	1.027,58
01/10/2014	condomínio	337,29	2%	54.964221	394,59	16,0000%	61,89	456,48
01/11/2014	condomínio	757,23	2%	55.173085	882,50	15,0000%	132,37	1.014,87
01/11/2014	condomínio	337,29	2%	55.173085	393,09	15,0000%	57,80	450,89
07/12/2014	condomínio	757,23	2%	55.465502	877,85	14,0000%	120,48	998,33
07/01/2015	condomínio	757,23	2%	55.809388	872,44	13,0000%	111,19	983,63
07/02/2015	condomínio	757,23	2%	56.635366	859,71	12,0000%	101,14	960,85
07/03/2015	condomínio	757,23	2%	57.292336	849,85	11,0000%	91,65	941,50
07/04/2015	condomínio	757,23	2%	58.15745	837,21	10,0000%	82,08	919,29
07/05/2015	condomínio	757,23	2%	58.570367	831,31	9,0000%	73,35	904,66
07/06/2015	condomínio	774,73	2%	59.150213	842,18	8,0000%	66,05	908,23
07/07/2015	condomínio	757,23	2%	59.605669	816,87	7,0000%	56,06	872,93
07/08/2015	condomínio	757,23	2%	59.951381	812,16	6,0000%	47,77	859,93
07/09/2015	condomínio	757,23	2%	60.101259	810,13	5,0000%	39,71	849,84
07/10/2015	condomínio	757,23	2%	60.407775	806,02	4,0000%	31,60	837,62
07/11/2015	condomínio	757,23	2%	60.872914	799,87	3,0000%	23,52	823,39
07/12/2015	condomínio	757,23	2%	61.548603	791,08	2,0000%	15,51	806,59
07/01/2016	condomínio	757,23	2%	62.10254	784,03	1,0000%	7,68	791,71
07/02/2016	condomínio	757,23	2%	0	772,37	0,0000%	0,00	772,37
	Sub Total:	**53.433,24**			**75.171,02**		**46.308,35**	**121.479,37**

Padrão de Cálculo:
CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 29/02/2016
- Multiplicador do Cálculo: 63.040288

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 29/02/2016.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

Observações:

Total do Principal Corrigido:	76.474,88
Total de Juros:	46.308,35
Sub-Total:	122.783,23
+ Honorários 20%	24.295,87
+ Taxa Judiciária	1.617,88
Total do Cálculo:	**148.696,98**
MULTA ART.475-J DO CPC	
Total da Multa do 475.J	14.869,71
Total do Cálculo com a Multa:	**163.566,69**

Rua Montenegro, 196 - cj. 34 - Guarujá/SP
www.sad.com.br
mpmadvocacia@aasp.org.br

Foro de Guarujá
Comprovante de Remessa

Emitido em : 10/03/2016 - 16:33:14
Página: 1 de 1

Lote : 223.2016.00022452
Remetido : 10/03/2016

Origem : Cartório da 1ª Vara Cível
Destino : Leonardo de Campos Penin

Tipo de carga: Processo

Ord	Processo	Classe	Partes principais	Volumes	Folhas	Complemento da movimentação
1	0010479-53.2009.8.26.0223	Procedimento Sumário	Condominio Residencial Mussa Gaze x Adão Marcio Bergamim	1		

Total : 1

Recebido em 10/03/16 Hora 15:00 Por Leonardo de Campos Penin Assinatura :

29/3/16
Todos os vol.

235

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 30 de março de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (_____) escrevente técnico, subscrevi.

236

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/exclui Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 30/3/16 Escr

J. Ms.

Gsi, 29.3.16

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

LECAPE LEILÕES, já qualificada, em atenção a nomeação de fls., vem requerer a juntada do edital, da certidão de débito municipal, da matrícula atualizada do imóvel, do valor da avaliação atualizada, e o débito atualizado desta ação conforme planilha fornecida pelo patrono do autor; e a juntada das Condições de Venda e Pagamento do procedimento, bem como, seu deferimento.

Informa, também, que junta cópia do edital para fixação no quadro de aviso.

Requer, ainda, que apesar de constar na nomeação, esta anterior a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, que o edital deveria ser a publicado em jornal, que seja cumprido o § 2º do artigo 887 do Novo Código de Processo Civil, que determina a publicação do edital na rede mundial de computadores (segunda parte do § 5º do artigo 887). Caso V. Exa. considere necessário a publicação em jornal, que autorize, então, a publicação resumida do edital de acordo com o § 3º do mesmo artigo.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 22 de março de 2016.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 60% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, na pessoa de seu representante Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável e por depósito bancário em favor do Gestor, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 22 de março de 2016.

SCIM v.1.0

Prefeitura de Guarujá

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos	
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida	IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido	R$ 80.646,13

Zona	A.B.	Exerc.	Tributos	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp.Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Im Predial	Executada	019900	1.739,99	729,96	5.490,55	1.909,95	9.870,45	987,04	13,87	10.871,36	10605/2007 1-O
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	852,96	6.031,81	2.063,84	11.150,13	1.115,01	0,00	12.265,14	10605/2007 1-O
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	885,00	5.727,17	2.014,33	11.037,42	1.103,74	13,87	12.155,03	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	890,52	5.221,24	1.899,22	10.564,70	1.056,47	0,00	11.621,17	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	863,64	3.476,45	1.485,95	8.658,70	865,87	13,87	9.538,44	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	146,20	387,45	204,36	1.264,67	126,46	0,00	1.391,13	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	366,05	768,75	426,35	2.965,15	296,51	13,87	3.275,53	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	881,28	1.476,30	837,05	6.764,43	676,44	0,00	7.440,87	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	846,96	910,48	622,22	5.992,21	599,22	13,87	6.605,30	
													Proc. Unificado: 15125946020158260223	
3	2015	2015	Im.Predial	Simples	010428	3.841,42	847,20	398,89	394,65	5.482,16	0,00	0,00	5.482,16	
Total						**24.693,24**	**7.309,77**	**29.889,09**	**11.857,92**	**73.750,02**	**6.826,76**	**69,35**	**80.646,13**	
TOTAL EM DÉBITO													**80.646,13**	

O valor do Dare-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Este documento foi gerado pelo SCIM em Terça-feira, 22 de Março de 2016 às 14h36m

240

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá

Dr. Gumercindo Muniz Sampaio
Oficial Vitalício

matrícula 61360 | ficha 01

Guarujá, 09 de dezembro de 1987

IMÓVEL: UM TERRENO constituido pelos lotes nºs 12, 13 e 18 da quadra "L", do loteamento Jardim São Miguel, localizado nesta cidade, município e comarca de Guarujá SP., de formato irregular, medindo 66,50 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; por 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01; por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade; nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-000.

PROPRIETÁRIA: ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA com sede e foro em São Paulo, Capital, à Rua Venceslau Brás nº 16 - 1º andar, conjunto 103, inscrita no CGC/MF sob nº 056.822.851/0001-74.

REGISTRO ANTERIOR: R.01 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, R.03 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório.

Escrevente autorizado

Av.01 — 09 de dezembro de 1987.

O imóvel acima descrito passou a atual descrição em virtude de anexação, conforme Av.03 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, Av.04 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório, a requerimento da proprietária acima, datado de 24 de novembro de 1987. Averbado por escrevente autorizado.

pap.

Av.02 — 26 de abril de 1989

Por escritura de 30 de março de 1989, do 1º Cartório de Notas de Guarujá-SP, livro 615, fls. 69vº, foi autorizada a presente averbação para ficar constando que a ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, teve sua denominação social alterada para ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, conforme instrumento particular de Alteração de Contrato Social datado de 13 de julho de 1988, registrado sob nº 28.037, em 20 de março de 1989, no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo-SP. Averbado por escrevente autorizado.

CL

R.03 — 26 de abril de 1989

Pela mesma escritura datada de 30 de março de 1989, acima mencionada, ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, com sede em São Paulo-SP, à Avenida Paulista nº 2.202, 8º andar, inscrita no CGC/MF. sob nº 056.822.851/0001-74, VENDEU o imóvel acima descrito à NACIM MUSSA GAZE, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.622.531-SSP-SP e inscrito no CPF/MF. sob nº 017.780.998-15, casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da lei 6.515/77, com Tereza Gil Gaze, brasileira, do lar, portadora do RG numero 3.917.290-SSP-SP, residente e domiciliado em Guarujá-SP, à Rua Deputado Emilio Carlos nº 336, pelo preço de NCz$70.000,00. (valor venal - 1989 - NCz$60.388,90). Registrado por escrevente autorizado.

CL

continua no verso

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

194198

12046-9 - AA

12046-9-190001-200000-1215

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

matrícula 61360 | ficha 01 verso

R.04 04 de novembro de 1996

Por Escritura de 15 de outubro de 1996, do 3o. Cartório de Notas de Santos-SP., livro 590, fls. 269, NACIM MUSSA GAZE, empresário, e sua esposa TEREZA GIL GAZE, do lar, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da Lei no. 6515/77, residentes e domiciliados em Guarujá-SP., à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca no. 1644, apto. 41, Bairro Barra Funda, RG. nos. 1.622.531-SSP-SP. e 3.917.290-SSP-SP., CIC. em comum no. 017.780.998-15, Transmitiram o Imóvel objeto desta matrícula, por Conferência de Bens, para integralização de capital, à GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, sobreloja, Jardim Santa Maria, CGC/MF. no. 01.444.010/0001-89, pelo valor de R$1.232.500,00, (valor venal-1996/atualizado: R$1.284.706,97). Registrado por: Escrevente.

wfs

R.05 13 de janeiro de 1997

Por requerimento datado de 27 de novembro de 1996, da GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, Sobreloja, Jardim Santa Maria, inscrita no CGC/MF. sob no. 01.444.010/0001-89, acompanhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, fica registrada a Incorporação Imobiliária do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE", à ser construído sobre o terreno objeto desta matrícula, consoante Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Guarujá, através do Processo no. 20120/106996/96, alvará no. 469/96, em data de 27 de novembro de 1996. O Edifício será composto de 02 (dois) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com subsolo, (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e ático, dividindo-se o empreendimento em duas partes distintas, a saber:

continua na ficha 02

REGISTRO DE IMÓ... DRA. ZULMIRA EUPH... OF... LUIZ EDUAR... ESCR...

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

a) Partes Comuns: Serão partes de propriedade e uso comum dos condôminos, inalienáveis, indivisíveis e indissoluvelmente ligadas às unidades autônomas, todas aquelas elencadas no Artigo 3o. da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964 e as seguintes - o terreno onde se assentará o empreendimento, os muros limítrofes do terreno, as fundações e alicerces, as vigas e colunas de sustentação, as lajes de concreto armado, as paredes de meação entre as unidades. No sub-solo (comum a ambos os blocos); 04 (quatro) poços de elevadores e respectivos halls, 02 (duas) caixas de escadas, 02 (dois) locais para elevadores, 02 (dois) armários, cabine primária e AC., rampa de acesso de autos e 110 (cento e dez) Vagas de Garagem, individuais e indeterminadas. No Andar Térreo do Bloco "A": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, hall de circulação, WC., depósito, banheiro, local para elevador, vestiário masculino, vestiário feminino, escadarias, sauna, ducha, salão de festas com copa e WC. No Andar Térreo do Bloco "B": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, local para elevador, hall de circulação, 02 (dois) WCs., apartamento do zelador (composto de sala, um dormitório, hall, circulação, banheiro, cozinha e área de serviço), dormitório de funcionários, vestiário de funcionário com 02 (dois) WCs., salão de festas com WC. Andar Térreo - Área Descoberta (fora da projeção dos blocos): play ground, deck e piscinas de adulto e infantil. Andares Superiores dos Blocos "A" e "B": hall social, hall de circulação, local para elevador e 02 (dois) poços de elevadores. Ático dos Blocos "A" e "B": Casa de máquinas, lajes impermeabilizadas e 02 (duas) caixas d'água. b) Partes Exclusivas: Serão partes de propriedade e uso exclusivo dos condôminos, as Unidades Autônomas consistentes dos "APARTAMENTOS", localizados e numerados da seguinte forma: BLOCO "A" - 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-A, 12-A, 13-A, 14-A, 15-A; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-A, 22-A, 23-A, 24-A, 25-A; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos.31-A,

continua no verso

E GUARUJÁ-SP
MUNIZ SAMPAIO
ERREIRA
E

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

12046-9 - AA 194199

12046-9-190001-200000-1215

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Matrícula 61.360 | Ficha 02 Verso

32-A, 33-A, 34-A, 35-A; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-A, 42-A, 43-A, 44-A, 45-A; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-A, 52-A, 53-A, 54-A, 55-A; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-A, 62-A, 63-A, 64-A, 65-A; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-A, 72-A, 73-A, 74-A, 75-A; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-A, 82-A, 83-A, 84-A, 85-A; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tpo nos. 91-A, 92-A, 93-A, 94-A, 95-A; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-A, 102-A, 103-A, 104-A, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 112-A e 113-A. BLOCO "B": 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-B, 12-B, 13-B, 14-B, 15-B; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-B, 22-B, 23-B, 24-B, 25-B; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 31-B, 32-B, 33-B, 34-B, 35-B; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-B, 52-B, 53-B, 54-B, 55-B; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-B, 62-B, 63-B, 64-B, 65-B; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-B, 72-B, 73-B, 74-B, 75-B; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-B, 82-B, 83-B, 84-B, 85-B; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tpo nos. 91-B, 92-B, 93-B, 94-B, 95-B; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-B, 102-B, 103-B, 104-B, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-B, 112-B e 113-B. Áreas e Frações Ideais de Terreno das Unidades: Cada um dos Apartamentos tipo de finais "1" e "2", terá a área útil de 73,460ms2., a área comum de 42,248ms2., a área total construída de 115,708ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,916108%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "3", terá a área útil de 74,440ms2., a área comum de 43,077ms2., a área total construída de 117,517ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,940616%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "4", terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de

continua na ficha 03

REGISTRO DE IMÓVEIS
DRA. ZULMIRA EUPHRÁSI
OFICIA
LUIZ EDUARDO
ESCREVE

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

41,889ms2., a área total construída de 111,429ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,905498%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "5", terá a área útil de 74,900ms2., a área comum de 43,270ms2., a área total construída de 118,170ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,946324%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A e 111-B, terá a área útil de 147.900ms2., a área comum de 72,111ms2., a área total construída de 220,011ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,466207%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de 38,838ms2., a área total construída de 108,378ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,8153458. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 113-A e 113-B, terá a área útil de 148,360ms2., a área comum de 49,804ms2., a área total construída de 220,664ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,471915%. **GARAGEM:** Da Declaração à que se refere a alínea "P", do Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, constou que, a garagem do empreendimento localizar-se-á no sub-solo, será coletiva, considerada área comum do condomínio, com um total de 110 (cento e dez) vagas, individuais e indeterminadas, numeradas no projeto aprovado apenas para efeito de quantidade, destinadas ao estacionamento de 01 (um) veículo de passeio cada, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídas entre os apartamentos da seguinte forma: À cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, corresponderá 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas. Custo Global da Obra: R$5.912.769,00. Valor Venal-1996/terreno atualizado: R$1.284.706,97. Registrado por: Escrevente.

wfs

continua no verso

GUARUJÁ-SP
UNIZ SAMPAIO
REIRA

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

194200

12046-9 - AA

12046-9-1900012000000-1215

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

A Oficiala de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Guarujá-SP, **Drª ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO – CERTIFICA** – mais que em virtude do pedido verbal de pessoa interessada e em aditamento a presente certidão, reviu os livros do Serviço Registral a seu cargo, a partir de 13 de dezembro de 1965, data de sua instalação, e deles, no **LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL, NA MATRÍCULA nº 61.360**, em 01 de setembro de 2009, verificou constar **registrado sob nº 63**, que por escritura de 10 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho, Guarujá-SP, livro 378, fls. 101, a **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA**, já qualificada, **vendeu** a fração ideal de terreno de 0,946324% que corresponderá ao **APARTAMENTO Nº 95-A DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**, a **ADÃO MARCIO BERGAMIN,** brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG. nº 5.674.886-SSP/SP, CPF/MF nº 809.321.698-72; e **MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS,** brasileira, solteira, maior, vendedora autônoma, RG. nº 20.588.336-SSP/SP, CPF/MF nº 069.955.038-64, ambos domiciliados e residentes em Guarujá – SP, na Avenida Severino Prieto Alvarez nº 120, Jardim Acapulco, pelo preço de R$1.091,72. (Valor Venal de 2009 – fração ideal R$14.690,11). – **CERTIFICA** – mais que dos mesmos livros e no mesmo período de tempo, não consta que **ADÃO MARCIO BERGAMIN e MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS**, já qualificados, tenham alienado, constituído hipoteca convencional, legal ou judiciária, onerado por qualquer forma ou feito contrato de locação com a cláusula do artigo 576 do Código Civil Brasileiro, sobre a fração ideal de **0,946324%** que corresponderá ao **APARTAMENTO nº 95-A** que localizar-se-á no 9º andar ou 10º pavimento do futuro empreendimento denominado **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** que possuirá, a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 metros quadrados e a área total de 118,170 metros quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; ***caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de***

REGISTRO DE IMÓV
DRA. ZULMIRA EUPH
OFI
LUIZ EDUAR
ESCRI

CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE CERTIDÃO
CONTINUA ÀS FLS 04

passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista; bem como não constam inscrições de penhoras, arrestos, sequestros, citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, tendo por objeto o referido imóvel.- Dou fé, Guarujá, 08 de março de 2016.- **O ESCREVENTE:**_____

Oficial	**R$**	**28,12**
Estado	**R$**	**7,99**
Carteira	**R$**	**4,12**
Registro Civil	**R$**	**1,48**
Trib. de Justiça	**R$**	**1,93**
ISS	**R$**	**0,56**
Min. Público	**R$**	**1,35**
T O T A L	**R$**	**45,55**

REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ-SP
DRA. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL
LUIZ EDUARDO FERREIRA
ESCREVENTE

DE GUARUJÁ-SP
MUNIZ SAMPAIO
ERREIRA
TE

EM BRANCO

EM BRANCO

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Guarujá - SP

12046-9 - AA 194201

12046-9-190001-200000-1215

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

244

Cálculo

Atenção!

- **A rotina de atualização monetária não atende as regras dos cálculos fazendários.**
- Caso necessite que o percentual de juros de mora comece a incidir após ou entre as datas das parcelas selecione **"Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)"**, e **"Antes do(s) Valor(es) Devido(s)"** para os juros começarem a incidir antes das datas das parcelas.
- Caso o usuário preencha o campo "Valor Devido" com valor de um resultado onde já tenha sido aplicado os juros de mora, o resultado do presente cálculo incorrerá na capitalização de juros.
- Correção Monetária a partir de março de 1965 (atualmente **INPC** - **clique** em **índices da contadoria** para consultar histórico de índices).
- Todos os dados informados são de inteira responsabilidade do usuário, o qual assume total responsabilidade por eventuais omissões, inverdades ou incorreções que vierem a ser detectadas.
- Antes de **imprimir** confira os dados. Pense em sua responsabilidade e compromisso com o **meio ambiente**.

Resultado do Cálculo (em Real)

Correção Monetária

Atualizado até: 22/03/2016

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: 0,00%

Valores Devidos

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
03/06/2014	400.000,00	1,17014662	468.058,64	0,00%	0	468.058,64
					Subtotal	468.058,64
					Total Geral	**468.058,64**

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 14/03/2016 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
				CUSTAS				
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	935,86		0,00	935,86
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	57,20		0,00	57,20
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	55,27		0,00	55,27
25/03/2011	custas	36,36		44.834327	51,61		0,00	51,61
21/10/2011	custas	20,00		46.214289	27,54		0,00	27,54
29/02/2012	custas	20,00		47.103239	27,02		0,00	27,02
23/08/2012	custas	40,95		48.268754	53,98		0,00	53,98
03/09/2013	custas	40,74		51.428096	50,41		0,00	50,41
17/12/2014	custas	50,00		55.465502	57,36		0,00	57,36
	Sub Total:	**886,69**			**1.316,25**		**0,00**	**1.316,25**
				DÉBITO CONDOMINIAL				
01/10/2004	condomínio	337,29	2%	32.477896	674,13	137,0000%	923,55	1.597,68
01/11/2004	condomínio	337,29	2%	32.533108	672,98	136,0000%	915,25	1.588,23
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	670,04	135,0000%	904,55	1.574,59
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	664,32	134,0000%	890,18	1.554,50
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	660,56	133,0000%	878,54	1.539,10
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	657,66	132,0000%	868,11	1.525,77
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	651,08	131,0000%	852,91	1.503,99
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	552,38	129,0000%	712,57	1.264,95
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	603,66	126,0000%	760,61	1.364,27
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	817,86	123,0000%	1.005,96	1.823,82
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	796,85	122,0000%	972,15	1.769,00
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	705,44	121,0000%	853,58	1.559,02
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	703,82	120,0000%	844,58	1.548,40
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	676,42	118,0000%	798,17	1.474,59
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	675,54	117,0000%	790,38	1.465,92
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	700,66	116,0000%	812,76	1.513,42
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	699,89	115,0000%	804,87	1.504,76
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	700,03	114,0000%	798,03	1.498,06
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	698,91	113,0000%	789,76	1.488,67
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	693,01	111,0000%	769,24	1.462,25
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	688,74	110,0000%	757,61	1.446,35
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	744,50	109,0000%	811,50	1.556,00
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	717,37	108,0000%	774,75	1.492,12
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	762,08	107,0000%	815,42	1.577,50
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	736,05	106,0000%	780,21	1.516,26
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	710,52	105,0000%	746,04	1.456,56
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	732,05	104,0000%	761,33	1.493,38
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	729,71	103,0000%	751,60	1.481,31
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	725,43	102,0000%	739,93	1.465,36
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	723,62	101,0000%	730,85	1.454,47
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	721,46	100,0000%	721,46	1.442,92
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	718,37	99,0000%	711,18	1.429,55
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	790,51	98,0000%	774,69	1.565,20
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	785,10	97,0000%	761,54	1.546,64
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	781,35	96,0000%	750,09	1.531,44
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	777,38	95,0000%	738,51	1.515,89
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	695,20	94,0000%	653,48	1.348,68
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	765,09	93,0000%	711,53	1.476,62
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	753,82	91,0000%	685,97	1.439,79
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	677,02	90,0000%	609,31	1.286,33
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	676,01	89,0000%	601,64	1.277,65
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	672,65	88,0000%	591,93	1.264,58
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	733,33	86,0000%	630,66	1.363,99
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	63,19	86,0000%	54,34	117,53
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	684,91	81,0000%	554,77	1.239,68
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	682,04	80,0000%	545,63	1.227,67
10/06/2010	condomínio	478,45	2%	42.946746	723,15	69,0000%	498,97	1.222,12
10/07/2010	condomínio	478,65	2%	42.899504	724,24	68,0000%	492,48	1.216,72
10/08/2010	condomínio	430,85	2%	42.869474	652,38	67,0000%	437,09	1.089,47
10/09/2010	condomínio	434,06	2%	42.839465	657,70	66,0000%	434,08	1.091,78
10/10/2010	condomínio	431,52	2%	43.070798	650,34	65,0000%	422,72	1.073,06
10/11/2010	condomínio	432,04	2%	43.467049	645,19	64,0000%	412,92	1.058,11
10/12/2010	condomínio	430,36	2%	43.914759	636,13	63,0000%	400,76	1.036,89
10/01/2011	condomínio	514,68	2%	44.178247	756,22	62,0000%	468,85	1.225,07
10/02/2011	condomínio	486,86	2%	44.593522	708,69	61,0000%	432,30	1.140,99

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 14/03/2016 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
10/03/2011	condomínio	481,85	2%	44.834327	697,63	60,0000%	418,57	1.116,20
10/04/2011	condomínio	476,43	2%	45.130233	685,26	59,0000%	404,30	1.089,56
10/08/2011	condomínio	464,70	2%	45.814835	658,39	55,0000%	362,11	1.020,50
07/10/2011	condomínio	464,70	2%	46.214289	652,70	53,0000%	345,93	998,63
01/03/2012	condomínio	738,83	2%	47.286941	1.014,21	48,0000%	486,82	1.501,03
01/12/2012	condomínio	641,29	2%	49.403187	842,61	39,0000%	328,61	1.171,22
01/01/2013	condomínio	707,71	2%	49.76877	923,04	38,0000%	350,75	1.273,79
01/02/2013	condomínio	707,71	2%	50.226642	914,62	37,0000%	338,40	1.253,02
01/04/2013	condomínio	764,49	2%	50.790746	977,03	35,0000%	341,96	1.318,99
01/05/2013	condomínio	707,71	2%	51.090411	899,16	34,0000%	305,71	1.204,87
01/06/2013	condomínio	707,71	2%	51.269227	896,02	33,0000%	295,68	1.191,70
01/07/2013	condomínio	707,71	2%	51.41278	893,52	32,0000%	285,92	1.179,44
01/08/2013	condomínio	707,71	2%	51.345943	894,68	31,0000%	277,35	1.172,03
01/09/2013	condomínio	707,71	2%	51.428096	893,25	30,0000%	267,97	1.161,22
01/10/2013	condomínio	707,71	2%	51.566951	890,85	29,0000%	258,34	1.149,19
01/11/2013	condomínio	707,71	2%	51.881509	885,45	28,0000%	247,92	1.133,37
01/12/2013	condomínio	707,71	2%	52.161669	880,69	27,0000%	237,78	1.118,47
01/01/2014	condomínio	757,23	2%	52.537233	935,58	26,0000%	243,25	1.178,83
01/02/2014	condomínio	757,23	2%	52.868217	929,72	25,0000%	232,43	1.162,15
01/03/2014	condomínio	757,23	2%	53.206573	923,81	24,0000%	221,71	1.145,52
01/04/2014	condomínio	757,23	2%	53.642866	916,30	23,0000%	210,74	1.127,04
01/05/2014	condomínio	757,23	2%	54.06128	909,20	22,0000%	200,02	1.109,22
01/06/2014	condomínio	757,23	2%	54.385647	903,78	21,0000%	189,79	1.093,57
01/07/2014	condomínio	782,13	2%	54.527049	931,08	20,0000%	186,21	1.117,29
01/08/2014	condomínio	757,23	2%	54.597934	900,27	19,0000%	171,05	1.071,32
01/09/2014	condomínio	757,23	2%	54.69621	898,65	18,0000%	161,75	1.060,40
01/10/2014	condomínio	757,23	2%	54.964221	894,27	17,0000%	152,02	1.046,29
01/10/2014	condomínio	337,29	2%	54.964221	398,33	17,0000%	67,71	466,04
01/11/2014	condomínio	337,29	2%	55.173085	396,83	16,0000%	63,49	460,32
01/11/2014	condomínio	757,23	2%	55.173085	890,88	16,0000%	142,54	1.033,42
07/12/2014	condomínio	757,23	2%	55.465502	886,19	15,0000%	132,92	1.019,11
07/01/2015	condomínio	757,23	2%	55.809388	880,72	14,0000%	123,30	1.004,02
07/02/2015	condomínio	757,23	2%	56.635366	867,88	13,0000%	112,82	980,70
07/03/2015	condomínio	757,23	2%	57.292336	857,93	12,0000%	102,95	960,88
07/04/2015	condomínio	757,23	2%	58.15745	845,17	11,0000%	92,96	938,13
07/05/2015	condomínio	757,23	2%	58.570367	839,21	10,0000%	83,92	923,13
07/06/2015	condomínio	774,73	2%	59.150213	850,19	9,0000%	76,51	926,70
07/07/2015	condomínio	757,23	2%	59.605669	824,63	8,0000%	65,97	890,60
07/08/2015	condomínio	757,23	2%	59.951381	819,88	7,0000%	57,39	877,27
07/09/2015	condomínio	757,23	2%	60.101259	817,83	6,0000%	49,06	866,89
07/10/2015	condomínio	757,23	2%	60.407775	813,68	5,0000%	40,68	854,36
07/11/2015	condomínio	757,23	2%	60 872914	807,46	4,0000%	32,29	839,75
07/12/2015	condomínio	757,23	2%	61.548603	798,60	3,0000%	23,95	822,55
07/01/2016	condomínio	757,23	2%	62.10254	791,48	2,0000%	15,82	807,30
07/02/2016	condomínio	757,23	2%	63.040288	779,70	1,0000%	7,79	787,49
07/03/2016	condomínio	757,23	2%	0	772,37	0,0000%	0,00	772,37
	Sub Total:	**54.190,47**			**76.657,51**		**47.527,05**	**124.184,56**

Padrão de Cálculo:
CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/03/2016
- Multiplicador do Cálculo: 63.63917

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/03/2016.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

Observações:

Total do Principal Corrigido:	77.973,76
Total de Juros:	47.527,05
Sub-Total:	125.500,81
+ Honorários 20%	24.836,91
+ Taxa Judiciária	1.617,88
Total do Cálculo:	**151.955,60**
MULTA ART.475-J DO CPC	
Total da Multa do 475.J	15.195,57
Total do Cálculo com a Multa:	**167.151,17**

LECAPE LEILÕES

Condições de Venda e Pagamento

DAS REGRAS DO LEILÃO/PRAÇA – As regras aqui dispostas são estabelecidas pelo MM. Juiz de Direito comitente destas praças públicas, de acordo com a legislação pertinente e/ou normas referentes a leilões judiciais eletrônicos.

DA ACEITAÇÃO DESTAS REGRAS – Para participar dos leilões/praças divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES, o usuário deverá ACEITAR os termos e condições adiante estabelecidos:

DAS CONDIÇÕES PARA EFETUAR LANCES – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor – menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões/praças. O usuário declara ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES.

Não poderão ofertar lances:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

- do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

- dos advogados de qualquer das partes.

DO IMÓVEL – O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Através do portal www.lecape.com.br o usuário tem acesso às fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que o mesmo se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas ao imóvel apregoado pelas legislações municipal, estadual e federal, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do imóvel.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados em participar da praça vistoriar o imóvel a ser apregoado antes da arrematação. As visitas deverão ser agendadas junto a LECAPE LEILÕES, mediante o envio de solicitação formal via e-mail contato@lecape.com.br , com a informação do bem de interesse, nome, telefone, RG e CPF do visitante.

DA PRAÇA – O leilão/praça será realizado por meio eletrônico, através do portal www.lecape.com.br . **O 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h.**

Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do(s) imóvel(is) no 1° pregão, a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 60% da avaliação.

DO GESTOR LEILOEIRO – O leilão será presidido pela LECAPE LEILÕES, por seu leiloeiro Leonardo de Campos Penin, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e será realizado por meio eletrônico através do portal www.lecape.com.br .

DOS LANCES – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.lecape.com.br .

Durante a praça, profissionais da Gestora Judicial LECAPE LEILÕES poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (13) 32192042 ou e-mail contato@lecape.com.br .

DO LANCE AUTOMÁTICO – É uma facilidade do portal LECAPE LEILÕES a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite

máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento da praça.

DA IRRETRATABILIDADE DO LANCE – Os lances ofertados são irretratáveis.

DO TEMPO EXTRA – Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 3 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido um tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do portal LECAPE LEILÕES A 3 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

DA COMISSÃO DO GESTOR JUDICIAL – O arrematante deverá pagar a LECAPE LEILÕES, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel.

A comissão da gestora não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO – O auto de arrematação será assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz após a comprovação efetiva do pagamento do valor da arrematação e da comissão da LECAPE LEILÕES, conforme dispõe o art. 903 do novo CPC.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do imóvel arrematado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a praça, através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil, a qual será disponibilizada ao arrematante através do Portal www.lecape.com.br ou enviada para e-mail cadastrado, sob pena de se desfazer a arrematação.

O pagamento da comissão da Gestora Judicial deverá ser realizado igualmente em até 24(vinte e quatro) horas a contar do encerramento da praça, através de depósito bancário em conta a ser disponibilizada ao arrematante através do e-mail cadastrado.

DO ENVIO DO COMPROVANTE – Após a realização do depósito judicial, o arrematante deverá encaminhar o comprovante respectivo por e-mail (contato@lecape.com.br) para que esse documento seja juntado aos autos do processo.

Assim que forem confirmados os pagamentos, e cumpridos os trâmites legais, será enviado o auto de arrematação para o arrematante, por e-mail, devendo ser assinado e devolvido (pessoalmente ou por e-mail), para posterior expedição da carta de arrematação, para que sejam efetuados os devidos registros públicos (art. 140, parágrafo quarto da Lei nº 11.101/2005).

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão integralmente restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão da LECAPE LEILÕES.

DA FALTA DE PAGAMENTO – O não pagamento do preço do imóvel arrematado e da comissão da LECAPE LEILÕES, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do Novo Código

de Processo Civil), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida a GESTORA JUDICIAL.

A LECAPE LEILÕES poderá emitir título de crédito para a cobrança da sua comissão, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

DA ENTREGA DOS BENS – A transferência do registro do imóvel para o nome do arrematante ocorrerá após a retirada em cartório da ordem judicial determinando tal fato, nos termos do art. 901 e § 1º do Novo Código de Processo Civil.

DA RETIRADA – Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos a remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s).

Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de entrega do bem".

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns), o adjudicante ficará responsável pela comissão devida ao gestor.

DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO – Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação.

A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no parágrafo primeiro do art. 903 do Novo Código de Processo Civil.

As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil e o caput do art. 335, do Código Penal.

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h**, entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 60% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, na pessoa de seu representante Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável e por depósito bancário em favor do Gestor, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 22 de março de 2016.

253

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CONCLUSÃO

Aos 5 de abril de 2016 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Guarujá. Eu, Jenifer Costa Dias, Escrevente Técnico Judiciário subscrevo. Ordem n. 2999/09

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Considerando a entrada em vigor do novo CPC, que estabeleceu novo regramento para os leilões, determino a adequação do edital aos seguintes termos:

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.

Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro, através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7.

De acordo com o objetivo rodízio estabelecido pelo juízo, nomeio a empresa gestora LECAPE LEILÕES, representada pelo senhor Leonardo Campos Penim, a qual foi considerada tecnicamente habilitada perante o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado nos autos em epígrafe.

Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante também através de depósito em conta judicial, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000024EGB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao leiloeiro efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil.

Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

- o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

- o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar:

(i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação;

(ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000024EGB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, ou, na ausência ou quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intimem-se.

Guaruja, 05 de abril de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO nº. 134/2016** para encaminhamento à Imprensa Oficial e efetiva intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 05/04/2016. Escrevente Técnico Judiciário _____ (Jenifer Costa Dias).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **07/04/2016**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia:.....**08/04/2016**

obs: prazos processuais iniciam contagem no 1º dia útil seguinte da data de publicação, ou seja, a partir do dia **11/04/2016.**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000024EGB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 14 ABR 2016 de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (*Gilberto Santos de Freitas*) escrevente técnico, subscrevi.

Chefe de Seção
Matrícula TJ 803.134

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

LECAPE LEILÕES, já qualificada, em atenção a nomeação de fls., vem requerer a juntada do edital e das Condições de Venda e Pagamento do procedimento, bem como, seu deferimento, com as adequações feitas conforme despacho de fls. .

Informa, também, que junta cópia do edital para fixação no quadro de aviso.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 06 de abril de 2016.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 06 de abril de 2016.

LECAPE LEILÕES

Condições de Venda e Pagamento

DAS REGRAS DO LEILÃO/PRAÇA – As regras aqui dispostas são estabelecidas pelo MM. Juiz de Direito comitente destas praças públicas, de acordo com a legislação pertinente e/ou normas referentes a leilões judiciais eletrônicos.

DA ACEITAÇÃO DESTAS REGRAS – Para participar dos leilões/praças divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES, o usuário deverá ACEITAR os termos e condições adiante estabelecidos:

DAS CONDIÇÕES PARA EFETUAR LANCES – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor – menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões/praças. O usuário declara ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES.

Não poderão ofertar lances:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

- do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

- dos advogados de qualquer das partes.

DO IMÓVEL – O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Através do portal www.lecape.com.br o usuário tem acesso às fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que o mesmo se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas ao imóvel apregoado pelas legislações municipal, estadual e federal, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do imóvel.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados em participar da praça vistoriar o imóvel a ser apregoado antes da arrematação. As visitas deverão ser agendadas junto a LECAPE LEILÕES, mediante o envio de solicitação formal via e-mail contato@lecape.com.br , com a informação do bem de interesse, nome, telefone, RG e CPF do visitante.

DA PRAÇA – O leilão/praça será realizado por meio eletrônico, através do portal www.lecape.com.br . **O 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h.**

Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do(s) imóvel(is) no 1º pregão, a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação.

DO GESTOR LEILOEIRO – O leilão será presidido pela LECAPE LEILÕES, por seu leiloeiro Leonardo de Campos Penin, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e será realizado por meio eletrônico através do portal www.lecape.com.br .

DOS LANCES – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.lecape.com.br .

Durante a praça, profissionais da Gestora Judicial LECAPE LEILÕES poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (13) 32192042 ou e-mail contato@lecape.com.br .

DO LANCE AUTOMÁTICO – É uma facilidade do portal LECAPE LEILÕES a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite

máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento da praça.

DA IRRETRATABILIDADE DO LANCE – Os lances ofertados são irretratáveis.

DO TEMPO EXTRA – Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 3 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido um tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do portal LECAPE LEILÕES A 3 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

DA COMISSÃO DO GESTOR JUDICIAL – O arrematante deverá pagar a LECAPE LEILÕES, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel.

A comissão da gestora não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO – O auto de arrematação será assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz após a comprovação efetiva do pagamento do valor da arrematação e da comissão da LECAPE LEILÕES, conforme dispõe o art. 903 do novo CPC.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas.

DO ENVIO DO COMPROVANTE – Após a realização do depósito judicial, o arrematante deverá encaminhar o comprovante respectivo por e-mail (contato@lecape.com.br) para que esse documento seja juntado aos autos do processo.

Assim que forem confirmados os pagamentos, e cumpridos os trâmites legais, será enviado o auto de arrematação para o arrematante, por e-mail, devendo ser assinado e devolvido (pessoalmente ou por e-mail), para posterior expedição da carta de arrematação, para que sejam efetuados os devidos registros públicos (art. 140, parágrafo quarto da Lei nº 11.101/2005).

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão integralmente restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão da LECAPE LEILÕES.

DA FALTA DE PAGAMENTO – O não pagamento do preço do imóvel arrematado e da comissão da LECAPE LEILÕES, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do Novo Código de Processo Civil), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida a GESTORA JUDICIAL.

A LECAPE LEILÕES poderá emitir título de crédito para a cobrança da sua comissão, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

DA ENTREGA DOS BENS – A transferência do registro do imóvel para o nome do arrematante ocorrerá após a retirada em cartório da ordem judicial determinando tal fato, nos termos do art. 901 e § 1º do Novo Código de Processo Civil.

DA RETIRADA – Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos a remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s).

Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de entrega do bem".

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns), o adjudicante ficará responsável pela comissão devida ao gestor.

DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO – Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação.

A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no parágrafo primeiro do art. 903 do Novo Código de Processo Civil.

As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil e o caput do art. 335, do Código Penal.

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 06 de abril de 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente: **Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido: **Adão Marcio Bergamim**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que nesta data providenciei o encaminhamento do feito à Caixa Praça, a fim de aguardar o praceamento do imóvel. Nada Mais. Guaruja, 14 de abril de 2016. Eu, , Gilberto Santos De Freitas, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GILBERTO SANTOS DE FREITAS. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000024U89.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRIGENTE DO 1º OFÍCIO CÍVEL DE GUARUJÁ

Eu, advogado/estagiário acima identificado, requeiro carga dos autos do processo em referência, por 01 (uma) hora, nos termos dos Provimentos 04/2006, 15/2008, 20/2009, 09/2011 e 20/2011, todos da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP.

Guarujá, 03 de 05 de 2016.

(assinatura do advogado/estagiário)

OAB/SP nº 260.927

PROCESSO Nº 0010479-53.2009

REQUERENTE:

(Advogado ou Estagiário de Direito regularmente inscrito na OAB)

ENDEREÇO: Av. Dom Pedro I, 1556

TELEFONE: 78119173

Horário de Entrega dos Autos ao Advogado/Estagiário: 12h30 **horas**

(visto do Dirigente ou Escrevente e matrícula)

Horário de Devolução dos Autos à Serventia: 13:28 **horas**

(visto do Dirigente ou Escrevente e matrícula)

DIEGO SOARES DE OLIVEIRA SCARPA





Inscrição 260727 **Seccional** SP **Subseção** GUARUJA

ADVOGADO

Endereço Profissional

AVENIDA DOM PEDRO I, Nº 1556, ENSEADA
GUARUJÁ - SP
11440001

Telefone Profissional

(13) 3342-5387

SITUAÇÃO REGULAR

*O teor desta consulta do cna.oab.org.br efetuada em 03/05/2016 é meramente informativo, não valendo como certidão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 17 MAI 2016 de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
( ) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas) escrevente técnico, subscrevi.

Chefe de Seção
Matrícula TJ 803.184

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

cx praça

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Inicial/Petição/Outros
☐ Incluí/Vinculei Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 09 MAI 2016

Matrícula T 80.3 Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Fra

223 FGJA 16 000400037-4 060516 1751 8

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

Processo nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Ordem: **2999/2009**
Partes: **COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra ADÃO MARCIO BERGAMIN**
REF IMÓVEL CADASTRO nº: **3-0027-001-045**

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente por seu procurador à presença de Vossa Excelência, nos autos do Procedimento Ordinário movido pelo **COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra ADÃO MARCIO BERGAMIN**, requerer **A SUB-ROGAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS INCIDENTES SOBRE O IMÓVEL PRACEADO NO PRODUTO DA ARREMATAÇÃO**, nos seguintes termos:

DOS FATOS:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Chegou ao conhecimento do **Município de Guarujá** que o Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, nesta cidade, município e comarca de Guarujá/SP, **será levado** à hasta pública a 1ª praça no dia **06/05/16,** em decorrência da presente ação.

O imóvel possui débitos fiscais decorrentes de tributos cujo fato gerador é a propriedade, domínio útil ou posse de bens imóveis ou a estes estão vinculados, nos termos do que descreve o art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Existem Execuções Fiscais em tramitação perante o Vara das Fazendas Públicas da Comarca do Guarujá, conforme documento fiscal anexado, que indica de maneira explícita e detalhada os créditos tributários lançados e inscritos em dívida ativa, bem como os já ajuizados.

Inclusive acompanham a presente petição cópias das seguintes Execuções Fiscais:

- **0510026-69.2007.8.26.0223 (10605-07)**
- **0518072-76.2009.8.26.0223 (045973/09)**
- **0520076-81.2012.8.26.0223 (051618/12)**
- **0508698-08.2014.8.26.0223 (010704/14)**
- **1512594-60.2015.8.26.0223**

DO DIREITO

1 - DA SUB-ROGAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 130, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN

Ninguém pode se escusar de cumprir a lei alegando seu desconhecimento, ainda mais quando a parte autora se encontra representada por advogado, portanto, com pleno conhecimento da incidência do art. 130, parágrafo único, do CTN, nos casos de arrematação de bem imóvel em hasta pública.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-410
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Caso se pretendesse afastar a incidência da norma supracitada, caberia ao interessado ter feito o pedido de maneira expressa, requerendo ao magistrado que, no edital de leilão, fizesse constar a responsabilidade do arrematante sobre os débitos fiscais.

O artigo em comento disciplina:

> Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
>
> Parágrafo único. **No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço**.

Por força do art. 886, inciso VI, do Novo CPC, compete ao responsável pelo edital de praceamento fazer com que conste do instrumento expressa menção sobre a existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre os bens a serem arrematados, sob pena de nulidade do certame.

Absolutamente necessário que o edital do certame faça constar expressamente a existência de débitos tributários e, se for o caso, a incidência ou não do art. 130 paragrafo único do CTN.

Mesmo porque, a ausência deste acertamento fará com que a alienação do bem ocorra em desconformidade com a lei, em obediência ao que dispõe o art. 185, do CTN, *in verbis*:

> Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
>
> Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

2 – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Primeiramente há que se diferenciar crédito de dívida ativa. A lei fala em sub-rogação do crédito, mas o que é crédito tributário?

O crédito tributário constitui decorrência legal da obrigação tributária principal, possuindo a mesma natureza desta, que se origina, via de regra do lançamento tributário nos termos do art. 142 do CTN, assim entendido como o procedimento administrativo, obrigatório e vinculado, dotado de legalidade, autonomia, garantias e privilégios, que confere exigibilidade à obrigação tributária.

Conforme se verifica:

> Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
> Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

O lançamento tributário transforma a obrigação tributária em uma obrigação líquida, certa e exigível, podendo o fisco exigir seu cumprimento.

Temos a seguinte equação:

Fato gerador *in concreto* **+** lançamento **= crédito tributário**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Já a inscrição do débito em dívida ativa, faz surgir no ordenamento jurídico título executivo extrajudicial que dá ensejo ao ajuizamento de ação de execução fiscal, satisfazendo os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade do crédito a ser cobrado.

> Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
>
> Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

> Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
>
> Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Verifique-se ainda que quem estipulou o que seria sub-rogado foi o próprio legislador tributário, ou seja o mesmo legislador que definiu que o é crédito, portanto, incabível qualquer modificação deste conceito por parte do julgador. Deste modo, **basta a existência de CRÉDITO TRIBUTÁRIO para a incidência do art. 130, parágrafo único, do CTN**.

Por força do que disciplina o art. 30 da LEF, todos os bens do contribuinte ou responsável respondem pelo adimplemento da dívida ativa.

Ademais, devemos observar que o parágrafo único do art. 3º da Lei de Execuções Fiscais, disciplina que a presunção de certeza e liquidez de que goza a dívida ativa regularmente inscrita só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado ou de terceiro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

3 – DA PREFERÊNCIA NOS TERMOS DO ART. 186 DO CTN e DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS

Ainda que não se tratasse de uma arrematação de imóvel, é imprescindível frisar que o crédito tributário goza de outras prerrogativas e privilégios.

Dessa forma, os débitos que não encontrem amparo na norma estampada no art. 130, parágrafo único, do CTN, encontram-se tutelados pela regra do art. 186 do CTN que estabelece a preferência material do crédito tributário.

Novamente o legislador fala em crédito tributário, portanto, protegendo os valores apurados em conformidade com o art. 186 do CTN, como se verifica:

> Art. 186. O **crédito tributário** prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Ainda nesta senda, a Lei de Execuções Fiscais, em seu art. 30, disciplina que a totalidade dos bens do contribuinte ou responsável tributário responde pelo pagamento da dívida ativa. Veja bem, o legislador mencionou expressamente dívida ativa, não exigindo nem mesmo execução fiscal ajuizada.

3.1 – DA PREFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS CONDOMÍNIOS

Há corrente jurisprudencial que equivocadamente entende que o crédito condominial teria preferência sobre o crédito fiscal, com o devido respeito, esse entendimento não encontra amparo legal.

A norma tributária além de possuir *status* de lei complementar é norma especial e prevalece sobre as regras gerais estampadas no Código Civil.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Além disso, no caso de praceamento de imóvel a lei dispõe expressamente que os débitos tributários do imóvel serão sub-rogados no respectivo preço, não havendo qualquer exceção.

Nesse sentido:
2126565-87.2014.8.26.0000
Agravo de Instrumento
Relator(a): Andrade Neto
Comarca: Guarujá
Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 17/12/2014
Data de registro: 18/12/2014
Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA *PREFERÊNCIA* DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM DETRIMENTO DE DESPESAS CONDOMINIAIS INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 130, PARÁGRAFO ÚNICO E 186, AMBOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL DECISÃO REFORMADA AGRAVO PROVIDO
A insurgência prospera.
O parágrafo único do artigo 130 do CTN, ao dispor que "no caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço" traduz a preferência que é dada aos créditos tributários.
Neste sentido, a garantia de pagamento dos créditos tributários, antes representada pelo imóvel, passa a ser o preço da arrematação, procedimento que desonera o adquirente dos ônus tributários devidos até a data da realização da hasta pública e assegura a satisfação da fazenda municipal.
Ademais, não há se olvidar que o crédito tributário tem preferência a qualquer outro, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho, nos termos do artigo 186 do Código Tributário Nacional. (...)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Portanto, em face das regras constantes dos artigos 130, parágrafo único e 186, ambos do Código Tributário Nacional, há de se reformar a decisão proferida pelo juízo "a quo".

Em recente decisão em sede de recurso especial, o STJ confirmou a preferência do crédito tributário sobre o crédito condominial, independentemente de penhora sobre o imóvel, conforme ementa do referido julgado:

> EMENTA
> TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DIREITO DE PREFERÊNCIA. ART. 186 DO CTN. PENHORA ANTERIOR SOBRE O MESMO IMÓVEL. DESNECESSIDADE. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 490.323 – SP (2014/0061414-6).

3.2 – DA PREFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Ainda que não se tratasse de uma arrematação judicial de imóvel, o crédito fiscal também prefere ao crédito oriundo de honorários advocatícios sejam eles contratuais ou sucumbenciais, isso porque a lei apenas excepciona da preferência fiscal os créditos trabalhistas.

Via de regra, honorários advocatícios não são devidos no curso de uma relação de emprego, portanto, não se amoldam ao disposto no art. 186 do CTN.

Os créditos decorrentes de honorários advocatícios não se equiparam aos créditos trabalhistas para fins de preferência de crédito, pois esta não é a intenção da lei.

O legislador, ao estabelecer quais créditos seriam privilegiados, escolheu os decorrentes das relações de trabalho e

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

acidentes do trabalho. Se fosse intenção do legislador estender este benefício a outros créditos, teria dito de maneira expressa, não cabendo ao julgador criar hipótese de preferência material não prevista em lei.

Não compete ao magistrado interferir na arrecadação tributária criando limitação não existente em lei, isso certamente implicaria em afronta ao princípio da separação dos poderes, ao princípio republicano e à autonomia administrativa e financeira do ente tributante, afrontando diretamente a Constituição Federal.

Quanto à matéria:

> Agravo de instrumento Ação de cobrança de despesas condominiais. Execução de sentença. Decisão que determinou que o crédito decorrente de honorários advocatícios prefere ao condominial e este ao tributário. Insurgência. **Os créditos tributários preferem aos condominiais e aos correspondentes a honorários advocatícios que, apesar de constituírem verba alimentar, não se equiparam ao crédito trabalhista**, que tem preferência sobre todos os demais. Decisão agravada reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2069411-14.2014.8.26.0000, TJSP, Relator Morasi Pucci, 27ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 29/07/2014).

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE PREFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. ART. 186 DO CTN. 1.186 CTN Não merece reforma a decisão que aplica o entendimento mais recente deste Tribunal no sentido de que **inexiste preferência dos créditos relativos a honorários advocatícios - sejam de natureza contratual ou sucumbencial - em relação ao crédito tributário, por não serem**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

considerados créditos trabalhistas, nos termos do art. 186 do CTN. Precedentes: REsp 1.041.676/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe de 24.6.2009; REsp 1.068.838/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Rel. p/ acórdão Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 4.2.2010; REsp 1.106.944/PR, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 16.3.2010. 2. Agravo regimental não provido.186CTN: REsp 1.041.676/SC (1160227 MG 2009/0187863-9, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 05/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/09/2010)

3.3 – DA DESNECESSIDADE DE PENHORA – SOBRE O IMÓVEL OU DE CRÉDITO NOS AUTOS

Nos termos do que disciplina o art. 908 do Novo Código de Processo Civil (antigo artigo 711 do revogado CPC), existindo pluralidade de credores, primeiramente receberão aqueles que possuem preferência material e, somente em um segundo momento, serão escalonados os credores com preferência processual, ou seja, com penhora sobre o bem.

Portanto, a lei não exige que os credores preferenciais possuam penhora sobre o bem constrito ou penhora de crédito nos autos, conforme texto legal:

> Art. 908. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências.
>
> § 1ºNo caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

§ 2º-Não havendo título legal à preferência, o dinheiro será distribuído entre os concorrentes, observando-se a anterioridade de cada penhora.[1]

Nessa esteira, o Superior Tribunal de Justiça manifestou, em recente entendimento expresso, que o crédito tributário prefere ao crédito condominial, sendo **desnecessária inclusive a execução fiscal**, conforme se demonstra da ementa do voto da Respeitada Ministra Fátima Nancy Andrighi, em precedente oriundo da Comarca do Guarujá:

> PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. EXECUÇÃO. CONCURSO SINGULAR DE CREDORES. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. CRÉDITO COM PREFERÊNCIA LEGAL. EXECUÇÃO EM CURSO E PENHORA ANTERIOR SOBRE O MESMO IMÓVEL. DESNECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 711 DO CPC. 1. No concurso singular de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. 2. O credor com título de preferência legal pode participar do concurso previsto no art. 711 do CPC para resguardar o seu direito de preferência, mesmo que não

[1] Grifo nosso

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

> tenha promovido a execução do seu crédito. Nessa hipótese, reconhecida a preferência do crédito, o levantamento do valor fica condicionado à posterior ajuizamento de execução. 3. Negado provimento ao recurso especial. (REsp 1219219/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 25/11/2011).

Inclusive, no referido julgado, explica-se a interpretação adequada do antigo artigo 711 do Código de Processo Civil, hoje atual artigo 908 do Novo Código de Processo Civil que culmina na satisfação do privilégio legal, independentemente de ajuizamento de execução fiscal ou penhora do imóvel:

> Pontue-se, inicialmente, que alguns doutrinadores entendem que, para que o titular de crédito com privilégio legal possa participar do concurso previsto no art. 711 do CPC, é necessário que tenha execução em curso e que nela o mesmo bem tenha sido penhorado.
> Essa, contudo, não é a melhor interpretação do art. 711 do CPC.
> Observe-se que a primeira parte do referido texto legal – ao estabelecer a prioridade de satisfação dos créditos com privilégio estabelecido em lei – não faz qualquer referência ao prévio ajuizamento de execução ou a prévia penhora como requisitos para que o credor possa requer a tutela do seu direito de preferência.
> Ressalte-se que é apenas a segunda parte do art. 711 do CPC – ao tratar do pagamento dos créditos quirografários – que estabelece a penhora como pressuposto para a participação do credor quirografário.
> Assim, apenas em relação ao credor quirografário é que a prévia existência de execução e penhora constitui pressuposto para a participação do concurso.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Desta feita, se inexigível ajuizamento de execução fiscal para assegurar a preferência tributária, revela-se completamente desarrazoada qualquer decisão que condiciona a habilitação de crédito à existência de penhora de crédito nos autos, conforme se demonstra na Jurisprudência, cujo processo de origem ao precedente citado foi originado da presente Comarca.

Além disso, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem entendendo que, **para a percepção do crédito tributário vinculado ao imóvel levado à hasta, basta mero pedido de habilitação de crédito**, mostrando-se desnecessário pedido de penhora de crédito nos autos, conforme se verifica da ementa e trecho do julgamento do agravo de instrumento nº. 2191461-42.2014.8.26.0000 TJSP, 15ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 25/11/2014, Relator Erbetta Filho:

> PENHORA. Pretensão formulada pela Fazenda Municipal à sua realização no rosto dos autos de cobrança de despesas condominiais, sem prejuízo da constrição já feita nos autos de execução fiscal. Inadmissibilidade, in casu. Inviabilidade e desnecessidade da medida. Não sujeição da dívida das fazendas ao concurso de credores. Recurso não provido.
> (...)
> Para o exercício da preferência da ora recorrente, aliás, é irrelevante a precedência da execução ou da penhora.
> (...)
> Bastará à Municipalidade, enfim, protestar, nos autos da execução das verbas condominiais, pela preferência dos créditos tributários em detrimento dos condominiais, nos termos dos artigos 186 e 187, ambos do CTN, 29 e 30 da LEF, bem como do art. 711 do CPC.[2]

[2] Grifo nosso

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Entendimento adotado também pelos recentíssimos acórdãos proferidos no 1) Agravo de Instrumento nº. 2191486-55.2014.8.26.0000 TJSP, 18ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 04/12/2014, Relator OSVALDO CAPRARO; 2) Agravo de Instrumento nº. 2187901-92.2014.8.26.0000 TJSP, 15ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 15/12/2014, Relator Erbetta Filho; 3) Agravo de Instrumento nº. 2188408-53.2014.8.26.0000 TJSP, 15ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 15/12/2014, Relator Erbetta Filho.

Além disso, Humberto Theodoro Júnioer explica que "independentemente de penhora, devem ser satisfeitos, em primeiro lugar, os que tiverem título legal de preferência, e possuírem, naturalmente, título executivo (fisco, credores das custas, credores com garantia real etc.)"[3]

Desta feita, a existência de preferência legal, ou seja, prerrogativa de ser prioritariamente embolsado é suficiente, inclusive para alterar a prelação firmada por anterioridade de penhora, independentemente da Fazenda Municipal, credora privilegiada, ter penhora em seu favor.

A execução em curso, a prévia penhora sobre o mesmo bem ou a penhora de crédito nos autos não são pressupostos para que o titular de crédito com privilégio legal possa participar do concurso de preferências.

Além disso, deve-se frisar que a Lei processual não determina quaisquer requisitos para habilitação de crédito ou levantamento de valores, bastando para a instauração do

[3] THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO. Processo de Execeução. 19ª Ed, pg. 368. Grifo nosso.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

concurso de preferências que o crédito seja líquido, certo e exigível.

Dentro desta conjuntura, é imperioso ressaltar que a Fazenda Pública, por intermédio de um procedimento administrativo, denominado de "lançamento", em que é assegurado o direito de ampla defesa e contraditório à parte interessada, pode constituir unilateralmente os seus títulos executivos, razão pela qual não precisa, para tanto, socorre-se ao Poder Judiciário ou mesmo à vontade da parte contrária para certificar a presunção de liquidez de seus créditos.

Em outras palavras, o crédito tributário regularmente constituído é suficiente para revelar a liquidez, certeza e exibilidade do crédito deduzido contra o contribuinte, seja porque tal ato é submetido ao regime de direito público, portanto presumidamente legítimo e decorre de procedimento em que é assegurando a ampla defesa e o contraditório (procedimento de lançamento fiscal), seja porque por ostentar presunção legal de certeza, liquidez e exigibilidade, gera a possibilidade de, mediante extração da certidão de dívida ativa, deflagra execução fiscal sem quaisquer outras condicionantes.

Desta feita, é imprescindível concluir que o lançamento do crédito tributário, bem como a respectiva inscrição do débito em dívida ativa já geram, o dever do contribuinte de pagar o tributo independe de ajuizamento da execução fiscal e, por esse motivo, tais atos administrativos presumidamente legítimos, por si só, devem servir de arrimo para possibilitar a habilitação de crédito municipal e posterior levantamento de valores.

Outrossim, **não é possível estabelecer exigências não previstas em lei, tais como penhora do imóvel, decurso do prazo de defesa, ajuizamento da execução fiscal, nem tão pouco mandado de penhora dos autos da execução fiscal no rosto dos autos em que se pretende a habilitação de crédito**, razão pela qual o crédito tributário deve ser não só habilitado como também levantado com privilégio pelo Município, independentemente da apresentação de qualquer documento, ato processual ou administrativo, senão aqueles que a lei expressamente exige.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

4 – DA VEDAÇÃO AO JULGAMENTO POR EQUIDADE FORA DAS HIPOTESES LEGAIS.

Inclusive, Humberto Theodoro Júnior cita em sua obra Processo de Execução que:

> "Como lembra JOSÉ ALBERTO DOS REIS, 'parecem injustos estes resultados jurídicos. O exequente requereu a execução; fez despesas, suportou incômodos, sujeitou-se à contingências desfavoráveis; enfrentou riscos e dificuldades para o seu direito de crédito. Pois bem, saem-lhe ao caminho outros credores do executado, utilizam-se da atividade que ele desenvolveu no intuito de conseguir o pagamento do seu crédito e despojam-no do que era produto de sua ação e do seu trabalho!".
> Mas, como esclareceu o eminente processualista, 'por mais extravagante e insólito que o caso pareça. A verdade é que se justifica perfeitamente em face dos princípios jurídicos. **A preterição do exequente pelos credores privilegiados e preferentes colocados antes dele é uma exigência das regras de direito substancial. O que seria inadmissível é que o exequente obtivesse pagamento à custa da venda de bens sobre os quais outros credores têm, segundo a lei civil, privilégio ou preferência, enquanto estes não estiverem pagos**"[4].

Por sua vez, o art. 140, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil estabelece que apenas nos casos em que a lei autorizar é que poderá o magistrado valer-se da equidade para decidir a lide.

Deste modo, totalmente descabido o entendimento de que o crédito condominial prefere ao tributário, pelo fato de ser *propter rem* ou pelo fato de que o reconhecimento da

[4] THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO. Processo de Execeução. 19ª Ed, pg. 368. Grifo nosso.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

preferência tributária implicaria em esvaziamento dos valores obtidos com o praceamento do imóvel, pouco restando ao exequente.

Como já mencionamos, o art. 130 parágrafo único não traz qualquer exceção e deve ser respeitado.

5 – DA IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL AO PODER-DEVER DE TRIBUTAR

A nossa Carta Magna em seus artigos 1º e 2º disciplina a harmonia e a independência entre os poderes que compõe nosso Estado, deixando claro os contornos do Estado Democrático de Direito em que vivemos.

Considerando que o Poder de tributar é ato de soberania fixado pela própria Constituição, as limitações a este poder também na carta constitucional encontram – se delimitadas.

Deste modo, **não compete ao Judiciário criar limitação não imposta pela lei**, sob pena de invadir a área de atuação do Poder Executivo e com isso prejudicar a harmonia entre os Poderes, atentando contra o próprio Estado Democrático de Direito.

Convém ainda, ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/00 que regulamenta o artigo 163 e 165, § 9º da CF, sendo talvez, o principal instrumento regular das contas públicas em território nacional, **é dirigida aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e baseada nos pilares do planejamento, transparência, controle e responsabilidade**, impõe:

> **Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.**
> Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput,* no que se refere aos impostos.

Além disso, a cobrança de tributos tem por finalidade manutenção do próprio Estado e da persecução do bem

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

comum. É por meio dos valores levados aos cofres públicos que os serviços essenciais são realizados.

A vida em sociedade como a conhecemos depende da manutenção do Estado, logo lhe compete o poder-dever de arrecadar, tamanha a relevância e essencialidade da obrigação tributária é que lhe foi alçada à condição de crédito privilegiado.

A mitigação das prerrogativas da Fazenda Pública implica em grave ofensa aos princípios basilares do Estado Democrático de Direito e prejudicam a manutenção da estrutura política e administrativa do Estado.

A própria Carta Magna tratou de limitar o poder arrecadatório do Estado não cabendo ao intérprete da norma admitir óbice ou limitação que o legislador não criou.

6 – DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DE QUE GOZAM OS DOCUMENTOS PÚBLICOS.

Importante atentar para o fato de que a presente petição segue acompanhada de documentos públicos obtidos junto ao sistema informatizado do Fisco Municipal e que trazem informações detalhadas sobre todos os dados do tributo lançado e seus acessórios, registra e abate, eventuais, pagamentos parciais e declara a existência de execução fiscal correspondente determinando-a por meio de sua numeração.

Conforme consta do art. 374, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil – não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Por sua vez, a dívida ativa presume-se líquida e certa, de acordo com o art.3º da Lei nº 6830/80. E esta presunção só pode ser ilidida, por iniciativa do executado ou de terceiro interessado e mediante apresentação de prova inequívoca.

Ademais, de acordo com o disposto no art. 425, inciso V, do Novo CPC, fazem a mesma prova que os originais, os extratos digitais de bancos de dados públicos e privados, desde que

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 Santa Rosa · Guarujá/SP CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem.

No presente caso, os extratos anexados são extraídos e impressos diretamente do sistema informatizado municipal e, portanto, os dados ali contidos exprimem o que consta do sistema fazendário, gozando da presunção legal de veracidade acima explicitada.

7 – DA INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ART. 690-A, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN

É lícito ao exequente participar da hasta pública, ou seja, quando não se der a adjudicação antes da praça, poderá o credor exequente oferecer lance e arrematar o bem.

Entretanto, possuindo, o imóvel, débitos tributários, há interesse de credor preferencial e nessa hipótese é obrigatório o depósito de preço da arrematação.

Ademais, não existindo depósito do preço não haverá no que ser sub-rogado o crédito tributário e, por conseguinte afastar-se-ia a aplicação do parágrafo único do art. 130 para fazer incidir o *caput* do dispositivo. E, neste último caso, o arrematante seria responsável pelos débitos tributários incidentes sobre o imóvel, qualquer que seja a data do fato gerador.

DO PEDIDO

Pelo exposto, diante da sub-rogação dos créditos tributários no preço obtido com a arrematação e ainda valendo-se da preferência material de que goza o crédito tributário, requer que V. Exa.:

a) Declare a sub-rogação do crédito tributário da Fazenda Pública Municipal no produto da arrematação, declarando a sua preferência em relação aos demais créditos, sob pena de ensejar a aplicação da regra contida no caput do art. 130 do CTN;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-100
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

b) Em decorrência da supracitada preferência seja escalonado o crédito tributário como o primeiro na ordem de pagamento dos credores, notadamente em relação ao crédito tributário que atinge para o cadastro **3-0027-001-045** o **valor de R$ 85.651,28 (oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), composto de R$ 81.138,11 (oitenta e um mil, cento e trinta e oito reais e onze centavos) correspondente aos valores já inscritos em Dívida Ativa e R$ 4.513,17 (quatro mil, quinhentos e treze reais e dezessete centavos), referente ao ano de 2016,** atualizado até maio de **2016.**

c) Requer que o valor acima mencionado seja transferido para conta bancária de titularidade da Prefeitura Municipal de Guarujá, abaixo especificada, através de expedição de ofício:

Banco do Brasil
Agência: 0925-3
Conta Corrente: 39.053-4
Prefeitura Municipal de Guarujá
CNPJ: 44.959.021/0001-04.

d) Seja possibilitado à Fazenda Pública Municipal, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, provar o alegado, por todos os meios de prova admitidos em direito. E, em respeito à dialeticidade, seja intimada para manifestar-se, caso suas pretensões sejam contestadas por qualquer das partes.

DAS INTIMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

e) **Outrossim, requer que todas as intimações sejam em nome da procuradora subscrevente, Dra. Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves – OAB 147.786 e façam constar expressamente o nome do ente público habilitante, qual seja, Município de Guarujá, sob pena de nulidade.**

Termos em que
Pede deferimento.

Guarujá, 05 de maio de 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Mário Lins da Silva de Oliveira
Estagiário da Procuradoria

Certifico que no SAJ/PGS:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☒ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 17 MAI 2016
Gilberto Santos de Freitas
Chefe de Seção
Matrícula TJ 803.184

fls. 328

SCIM v.1.0 - Usuário mario.oliveira em 04/05/2016 15:27:50

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Pesquisar

Identificação

00030027001045 preencher somente com números

Tipo

Ajuda

- IPTU
- Cadastro Comercial
- CPF
- CNPJ

Buscar

Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida	IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido	R$ 81.138,11

Zona	A.B.	Exerc.	Tributos	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp.Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Im.Predial	Executada	019900	1.739,99	729,96	5.547,91	1.909,95	9.927,81	992,78	13,87	10.934,46	10605/2007 1-O
												Proc. Unificado: **05100266920078260223**		
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	852,96	6.078,02	2.063,84	11.196,34	1.119,63	0,00	12.315,97	10605/2007 1-O
												Proc. Unificado: **05100266920078260223**		
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	885,00	5.775,10	2.014,33	11.085,35	1.108,53	13,87	12.207,75	045973/2009
												Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**		
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	890,52	5.276,90	1.899,22	10.620,36	1.062,03	0,00	11.682,39	045973/2009
												Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**		
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	863,64	3.562,82	1.485,95	8.745,07	874,50	13,87	9.633,44	021618/2012
												Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**		
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	146,20	394,75	204,36	1.271,97	127,19	0,00	1.399,16	021618/2012
												Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**		
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	366,05	787,05	426,35	2.983,45	298,34	13,87	3.295,66	010704/2014
												Proc. Unificado: **05086950820148260223**		
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	881,28	1.520,37	837,05	6.808,50	680,85	0,00	7.489,35	010704/2014
												Proc. Unificado: **05086950820148260223**		
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	846,96	952,83	622,22	6.034,56	603,45	13,87	6.651,88	
												Proc. Unificado: **15125946020158260223**		
3	2015	2015	Im.Predial	Simples	010428	3.841,42	847,20	444,78	394,65	5.528,05	0,00	0,00	5.528,05	
Total						**24.693,24**	**7.309,77**	**30.340,53**	**11.857,92**	**74.201,46**	**6.867,30**	**69,35**	**81.138,11**	
TOTAL EM DÉBITO													**81.138,11**	

O valor do Dare-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

fls. 329

SCIM v.1.0 - Usuário mario.oliveira em 05/05/2016 16:55:49

Simulação - Termo de Acordo

Identificação da Dívida:	3-0027-001-045
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário	
Endereço do Local:	AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95 L 12 13 18 Q L J S MIGUEL
Bairro:	JD. SAO MIGUEL, **Cidade:** Guarujá-SP **Cep:** 11440-000

Selecione o(s) grupo(s) de Dívidas para pagamento

As dívidas executadas estão agrupadas por Processo de Execução Fiscal não podendo ser pagas separadamente.

** Valor não incorporado ao total devido. Deverá ser pago separadamente.*

Zona	A.Base	Exerc	Trib	Sit	Inscr.D.A.	Saldo do Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Vl Corrigido	Honor.	Desp.Proc.	Vl Devido	*Dare-SP**	Exec.Fiscal Nº	Vl Grupo	Seleção
3	2015	2015	Im.Predial	Simples	010428	3.841,42	847,20	444,78	394,65	5.528,05	0,00		5.528,05			5.528,05	
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	366,05	787,05	426,35	2.983,45	298,34		3.281,79		010704/2014		
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	881,28	1.520,37	837,05	6.808,50	680,85	13,87	7.503,22	117,75	010704/2014	10.785,01	
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	863,64	3.562,82	1.485,95	8.745,07	874,50		9.619,57		021618/2012		
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	146,20	394,75	204,36	1.271,97	127,19	13,87	1.413,03	117,75	021618/2012	11.032,60	
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	885,00	5.775,10	2.014,33	11.085,35	1.108,53		12.193,88		045973/2009		
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	890,52	5.276,90	1.899,22	10.620,36	1.062,03	13,87	11.696,26	217,06	045973/2009	23.890,14	
3	2003	2003	Im.Predial	Executada	019900	1.739,99	729,96	5.547,91	1.909,95	9.927,81	992,78		10.920,59		10605/2007 1-O		
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	852,96	6.078,02	2.063,84	11.196,34	1.119,63	13,87	12.329,84	211,24	10605/2007 1-O	23.250,43	
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	846,96	952,83	622,22	6.034,56	603,45	13,87	6.651,88	117,75		6.651,88	
Total para parcelamento						**24.693,24**	**7.309,77**	**30.340,53**	**11.857,92**	**74.201,46**	**6.867,30**	**69,35**	**81.138,11**	***781,55***			

Simulação de Parcelamento

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

fls. 330

293

SCIM v.1.0 - Usuário mario.oliveira em 05/05/2016 16:56:05

Cobranças 2ª Via - Impressão de Segunda Via de IPTU

Emissão 0

Cadastro	3-0027-001-045
Exercício	2016
Ano Base	2016
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário / Outros	
Endereço do Imóvel	AV DOM PEDRO I, 719 - APTO 95 - GUARUJA/SP
Nº Parcelas	12
Status	Emitido

Parcelas

Parcela	Data de Vencimento	Valor Lançado	Valor Devido	
ÚNICA	22/01/2016	R$ 4.238,00	R$ 4.238,00	Cota única com data de Pagamento Exprada
1	22/01/2016	R$ 353,24	R$ 438,00	**Visualizar Imprimir**
2	11/02/2016	R$ 353,16	R$ 434,38	**Visualizar Imprimir**
3	11/03/2016	R$ 353,16	R$ 430,85	**Visualizar Imprimir**
4	11/04/2016	R$ 353,16	R$ 384,66	**Visualizar Imprimir**
5	11/05/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
6	13/06/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
7	11/07/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
8	11/08/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
9	12/09/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
10	11/10/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
11	11/11/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
12	12/12/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com Mozilla Firefox

mm 2
(Valores executados constantes na petição)

Ano

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

Cartório do Serviço Anexo das Fazenda

Luiz Antônio Salvador Chere
Diretor de Serviço

01 SAF - Setor de Anexo Fiscal
Fórum de Guarujá

Processo: 223.01.2007.510026-6/000000-000

Grupo: **5.Fazenda Pública Municipal**
Ação: **510-Execução Fiscal (em geral)**
Dívida Ativa: 200319900 E OUTRAS
Valor da Causa : R$7.578,29
Valor de Alçada : R$1.824,70
Data Distribuição : 21/08/2007 Hora: 17:14
Tipo de Distribuição : Livre

RTE: **FAZENDA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**
ADV: SUELI CIURLIN
OAB: 77675/SP
RDO: **GUARUJA VEIC. CONST. LTDA**

Nº DE ORDEM: 02.01.2007/010605

Em _____ de _____

de _____

autuo neste Cartório _____

_____

que segue(m) e fiz este termo. Eu, _____ Escr.

REGISTRO SOB Nº _____

LIVRO Nº _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
DEPARTAMENTO JURÍDICO

PROCESSO Nº 010605/2007

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE GUARUJÁ

D.R.A., SIM. HONORÁRIOS

GUARUJÁ, 10 DEZ 2007

JUIZ (A) DE DIREITO
Fernanda Calhada Mendes

A **FAZENDA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**, POR SEU PROCURADOR, COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E À VISTA DA(S) INCLUSA(S) CERTIDÃO(ÕES), VEM PROMOVER A PRESENTE EXECUÇÃO REFERENTE AO(S) DÉBITO(S) ABAIXO TRANSCRITOS:

CÓDIGO DE LANÇAMENTO: 30027001045

PROPRIETÁRIO DEVEDOR: GUARUJA VEIC. CONST. LTDA
COMPROMISSÁRIO DEVEDOR:

LOCAL DO IMÓVEL / ESTABELECIMENTO
PEDRO I AV DOM 719 APTO 95
JD. SAO MIGUEL 11440000

ENDEREÇO(S) DE CORRESPONDÊNCIA
PEDRO I AV DOM 719 APTO 95
JD. SAO MIGUEL GUARUJA SP 11440000

TRIBUTOS	Nº DA DÍVIDA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IPTU	200319900	2003	1.739,99	3.604,42
IPTU	200419912	2004	2.201,52	3.973,87
			0,00	0,00
			0,00	0,00
			3.941,51	7.578,29

VALOR ATUALIZADO AIÉ: 09/08/2007

REQUER, ASSIM, SE DIGNE V. EXCIA. ORDENAR A CITAÇÃO DO(S) DEVEDOR(ES) OU QUEM DE DIREITO PARA PAGAR(EM) NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, A QUANTIA EM DÉBITO, ACRESCIDA DE JUROS DE MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E CUSTAS, SOB PENA DE PENHORA OU ARRESTO, AUTORIZANDO, SE NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS NOS TERMOS DO ART. 172, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

RESPONDERÁ(ÃO) O(S) EXECUTADO(S) À TODOS OS ATOS DO PROCESSO, DEVENDO, AO FINAL, SER(EM) CONDENADO(S) RECOLHER O PRINCIPAL E DEMAIS ENCARGOS LEGAIS, INCLUSIVE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

TERMOS EM QUE, PROTESTANDO PROVAR O ALEGADO POR TODOS OS MEIOS DE PROVA EM DIREITO PERMITIDOS E DANDO À CAUSA O VALOR DO DÉBITO EM COBRANÇA, CALCULADO ATÉ A DATA DO AJUIZAMENTO E SUJEITO A ATUALIZAÇÃO NA DATA DO EFEITIVO PAGAMENTO.

P. DEFERIMENTO

GUARUJÁ, 13 / 08 / 2007

Monica Debra Di Dario
OAB/SP Nº 66.294
Procuradora Municipal

Sueli Ciurlin
Procuradora Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

PROCESSO Nº 010605/2007

C. D. A. 200319900/2003

Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIIVA	DATA DE INSCR. DÍVIDA ATIVA	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
200319900	31/12/2003	0	208

CONFEREM COM OS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADOS, OS DADOS CONSTANTES DA PRESENTE CERTIDÃO

Propr. Devedor: GUARUJA VEIC. CONST. LTDA	Compr. Devedor:
End. Local: PEDRO I AV DOM 71900	End. Entrega: PEDRO I AV DOM 719
APTO 95 JD. SAO MIGUEL	APTO 95 JD. SAO MIGUEL
11440000 GUARUJA SP	11440000 GUARUJA SP

CADASTRO IMOBILIÁRIO 30027001045
INSCRICAO MUNICIPAL CONF. ART.391 LC 38/1997. OBS.

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO ORIGINÁRIO DA DÍVIDA

Nº AVISO CARNÊ	EXERCÍCIO	ANO BASE	TRIBUTO		R$
				Tx Lixo	187,40
				ITU	189,14
				IPU	1.363,45
200561	2003	2003	IPTU	ART.173 LC 38 OBS.: Artigos 173 ao 17	

NÚMERO / VENCIMENTO / VALOR DAS PRESTAÇÕES INSCRITAS (ORIGINÁRIO DA DÍVIDA)

ART. ART. 738 CONS. OBS: Artigos 173 ao 1		27/06/200348.57	3,00	25/07/200348.57	4,00
/08/200348.57	5,00	22/09/200348.57	6,00	20/10/200348.57	7,00
18/11/200348.57	8,00	16/12/200348.57	0,00		0,00
	0,00		0,00		0,00

Valor da Dívida Inscrita	0,00	Multa	0,00	Juros	1.739,99
Correção	310,56	Total da Dívida Corrigida	69,56	Padrão Monet. Originário	0,00

LEGISLAÇÃO

DÍVIDA ORIGINAL INSCRITA COM MULTA	é o montante de débito, em moeda corrente, constituido pelo valor originário, lançado, acrescido de multa de 20%, conf. artigo 1o. da LC 65/2002
JUROS	1% ao mês ou fração a partir do mês seguinte do tributo, até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o valor inscrito e atualizado LC 38/97 artigo 346
CORREÇÃO	É a variação da UFG/UFIR obtida entre a data de inscrição e a data do efetivo pagamento, incidente sobre o valor inscrito e atualizado. LC 38/97 artigo 347

EMITENTE: JORGE SILVEIRA

DATA: 09 / 08 / 2007

Jorge Silveira
Diretor de Arrecadação

ASSINATURA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

PROCESSO Nº 010605/2007

C. D. A. 200419912/2004

Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	DATA DE INSCR. DÍVIDA ATIVA	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
200419912	31/12/2004	0	149

CONFEREM COM OS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADOS, OS DADOS CONSTANTES DA PRESENTE CERT

Propr. Devedor: GUARUJA VEIC. CONST. LTDA	Compr. Devedor:
End. Local: PEDRO I AV DOM 71900	End. Entrega: PEDRO I AV DOM
APTO 95 JD. SAO MIGUEL	APTO 95 JD. SAO MIGUEL
11440000 GUARUJA SP	11440000 GUARUJA S

CADASTRO IMOBILIÁRIO 30027001045
INSCRICAO MUNICIPAL CONF. ART.391 LC 38/1997. OBS.

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO ORIGINÁRIO DA DÍVIDA

Nº AVISO CARNÊ	EXERCÍCIO	ANO BASE	TRIBUTO		R$
				Tx Lixo	231
				ITU	239
				IPU	1.729
44072	2004	2004	IPTU	ART.173 LC 38 OBS.: Artigos 173 ao	

NÚMERO/VENCIMENTO/VALOR DAS PRESTAÇÕES INSCRITAS (ORIGINÁRIO DA DÍVIDA)					
ART. ARTIC 38 LCOBS. OBS: Artigos 173 ao 1		22/01/2004	83.46	2,00	20/02/2004 83.46 3,00
19/03/2004	83.46 4,00	19/04/2004	83.46 5,00		19/05/2004 83.46 6,00
18/06/2004	83.46 7,00	19/07/2004	83.46 8,00		19/08/2004 83.46 9,00
17/09/2004	83.46 10,00	18/10/2004	83.46 11,00		18/11/2004 83.46 12,00
Valor da Dívida Inscrita	1.301.202.004,00	Multa	183,46	Juros	2.201
Correção	414,48	Total da Dívida Corrigida	143,04	Padrão Monet. Originário	

LEGISLAÇÃO

DÍVIDA ORIGINAL INSCRITA COM MULTA	é o montante de débito, em moeda corrente, constituído pelo valor originário, lança acrescido de multa de 20%, conf. artigo 1o. da LC 65/2
JUROS	1% ao mês ou fração a partir do mês seguinte do tributo, até a data do efet pagamento, incidente sobre o valor inscrito e atualizado LC 38/97 artigo
CORREÇÃO	É a variação da UFG/UFIR obtida entre a data de inscrição e a data do efetivo pagame incidente sobre o valor inscrito e atualizado. LC 38/97 artigo 34

EMITENTE: JORGE SILVEIRA

DATA: 09 / 08 / 2007

Jorge Silveira
Diretor de Arrecadação

ASSINATURA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Ano_____

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAU

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

Cartório do Serviço Anexo das Fazend

Luiz Antônio Salvador Chere

Diretor de Serviço

"EXECUÇÃO FISCAL"

01 SAF - Setor de Anexo Fiscal

Fórum de Guarujá

Processo: 223.01.2009.518072-3/000000-000

Grupo: **5.Fazenda Pública Municipal**
Ação: **510-Execução Fiscal (em geral)**
Dívida Ativa: 00000000030027001045
Valor da Causa : R$9.748,23
Valor de Alçada : R$2.062,18
Data Distribuição : 26/11/2009 Hora:10:36
Tipo de Distribuição : Livre

RTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA**
ADV: SUELI CIURLIN
OAB: 77675/SP
RDO: **ADAO MARCIO BERGAMIN**

Nº DE ORDEM: 02.01.2009/045973

de____

autuo ne

que segu

REGISTI

LIVRO N

45973/09

COMARCA DE GUARUJÁ

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Ordem: 045973/2009
Processo: 518072/2009

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE GUARUJÁ

Portaria nº 01/2009

Inicial recebida nos termos da Port. 01/2009 do Serviço Anexo das Fazendas de Guarujá, a qual determina a autuação e citação automáticas. A citação será considerada como determinada na data da distribuição. Em caso de pagamento, sem oposição de embargos, os honorários advocatícios do Procurador da Fazenda foram fixados em 10% do valor do débito.

Data: 26/11/2009

A **FAZENDA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**, POR SEU PROCURADOR, COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E À VISTA DA(S) INCLUSA(S) CERTIDÃO(ÕES), VEM PROMOVER A PRESENTE EXECUÇÃO REFERENTE AO(S) DÉBITO(S) ABAIXO TRANSCRITO(S):

CÓDIGO DE LANÇAMENTO

PROPRIETÁRIO DEVEDOR: **ADAO MARCIO BERGAMIN** **3-0027-001-045** **CAD. IMOB**
COMPROMISSARIO DEVEDOR:

LOCAL DO IMÓVEL/ESTABELECIMENTO
PEDRO I AV DOM 71900APTO 95
L 12 13 18 Q L J S MIGUELJD. SAO MIGUEL 40000-000 GUARUJA SP

ENDERECO(S) DE CORRESPONDÊNCIA
PEDRO I AV DOM 719 APTO 95
JD. SAO MIGUEL GUARUJA SP

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	EXERCICIO	ANO BASE	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IM. PREDIAL	9110	2008	2005	2.410,92	5.033,57
IM. PREDIAL	46899	2008	2006	2.553,72	4.714,66
VALOR ATUALIZADO ATE: 24/11/2009				4.964,64	9.748,23

REQUER, ASSIM, SE DIGNE V. EXCIA. ORDENAR A CITAÇÃO DO(S) DEVEDOR(ES) OU QUEM DE DIREITO PARA PAGAR(EM) NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, A QUANTIA DO DÉBITO, ACRESCIDA DE JUROS DE MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E CUSTAS, SOB PENA DE PENHORA OU ARRESTO, AUTORIZANDO, SE NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS NOS TERMOS NO ART. 172,§ 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

RESPONDERÁ(ÃO) O(S) EXECUTADO(S) A TODOS OS ATOS DO PROCESSO, DEVENDO, AO FINAL, SER(EM) CONDENADO(S) A RECOLHER O PRINCIPAL E DEMAIS ENCARGOS LEGAIS, INCLUSIVE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

TERMOS EM QUE, PROTESTANDO PROVAR O ALEGADO POR TODOS OS MEIOS DE PROVA EM DIREITO PERMITIDOS E DANDO À CAUSA O VALOR DO DÉBITO EM COBRANÇA, CALCULADO ATÉ A DATA DO AJUIZAMENTO E SUJEITO A ATUALIZAÇÃO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO.

P. DEFERIMENTO

GUARUJÁ, **26/11/2009**

SUELI CIURLIN
Procuradora Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

C. D. A. 009110/2008

PROCESSO: 518072/2009
N. ORDEM: 045973/2009

Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	DATA DE INSCR. DÍVIDA ATIVA	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
009110	08/05/2008	0313	0239

CONFEREM OS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADOS, OS DADOS CONSTANTES DA PRESENTE CERTIDÃO.

Propr. Devedor: ADAO MARCIO BERGAMIN
End. Local: PEDRO I AV DOM 719
APTO 95 JD. SAO MIGUEL
40000-000 GUARUJA SP
L 12 13 18 Q L J S MIGUEL

Compr. Devedor:
End. Entrega:
00000-000

CAD. IMOB. 3-0027-001-045
INSCRICAO MUNICIPAL CONF. ART.391 LC 38/1997. OBS.

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO ORIGINÁRIO DA DÍVIDA

Nº AVISO CARNÊ	EXERCÍCIO	ANO BASE	TRIBUTO		
			IMPOSTO PREDIAL	R$	2.410,92
044448	2008	2005	ART.10 LC 38/97		

NÚMERO / VENCIMENTO / VALOR DAS PRESTAÇÕES INSCRITAS (ORIGINÁRIO DA DÍVIDA)

01	05/20/2005	200,91	02	24/01/2005	200,91	03	05/20/2005	200,91
04	21/02/2005	200,91	05	05/20/2005	200,91	06	18/03/2005	200,91
07	05/20/2005	200,91	08	18/04/2005	200,91	09	05/20/2005	200,91
10	18/05/2005	200,91	11	05/20/2005	200,91	12	17/06/2005	200,91

Valor da Dívida Orginal Inscrita	2.410,92	Multa	580,51	Juros	1.550,46
Correção	491,68	Total da Dívida Corrigida	5.033,57	Padrão Monet. Originário	R$ - REAL

LEGISLAÇÃO

DÍVIDA ORIGINAL INSCRITA COM MULTA	É o montante do débito, em moeda corrente, constituído pelo valor originário lançado, acrescido de multa de 20%, conforme art. 1o - LC 65/2002
JUROS	Os juros moratórios resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados contados do dia seguinte ao do vencimento da parcela à razão de 1% (um por cento) ao mês calendário, ou fração, e calculado sobre o valor indexado conforme art. 346-LC 38/97
CORREÇÃO	Atualização monetária pela Unidade Fiscal de Guarujá (UF) obtida entre a data do vencimento e a do respectivo pagamento, nos Termos do Código Tributário Municipal LC 38 de 24/12/1997, artigos 7 ao 403, alterada pela LC 054/00 artigo 402.

EMITENTE: _____

DATA: 26/ 11/ 2009

Dario Goya Duarte
Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico

02192

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

PROCESSO: 518072/2009
N. ORDEM: 045973/2009

C. D. A. 046899/2008

Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	DATA DE INSCR. DÍVIDA ATIVA	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
046899	17/07/2008	0330	0193

CONFEREM OS ASSENTAMENTOS DO LÍVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADOS, OS DADOS CONSTANTES DA PRESENTE CERTIDÃO.

Propr. Devedor: ADAO MARCIO BERGAMIN	Compr. Devedor:
End. Local: PEDRO I AV DOM 719	End. Entrega:
APTO 95 JD. SAO MIGUEL	
40000-000 GUARUJA SP	00000-000
L 12 13 18 Q L J S MIGUEL	
CAD. IMOB. 3-0027-001-045	
INSCRICAO MUNICIPAL CONF. ART.391 LC 38/1997. OBS.	

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO ORIGINÁRIO DA DÍVIDA

Nº AVISO CARNÊ	EXERCÍCIO	ANO BASE	TRIBUTO	IMPOSTO PREDIAL	R$ 2.553,72
044858	2008	2006		ART.10 LC 38/97	

NÚMERO / VENCIMENTO / VALOR DAS PRESTAÇÕES INSCRITAS (ORIGINÁRIO DA DÍVIDA)

01	06/20/2006	212,81	02	03/02/2006	212,81	03	06/20/2006	212,81
04	23/02/2006	212,81	05	06/20/2006	212,81	06	23/03/2006	212,81
07	06/20/2006	212,81	08	20/04/2006	212,81	09	06/20/2006	212,81
10	19/05/2006	212,81	11	06/20/2006	212,81	12	19/06/2006	212,81

Valor da Dívida Original Inscrita	2.553,72	Multa	584,16	Juros	1.209,69
Correção	367,09	Total da Dívida Corrigida	4.714,66	Padrão Monet. Originário	R$ - REAL

LEGISLAÇÃO

DÍVIDA ORIGINAL INSCRITA COM MULTA	É o montante do débito, em moeda corrente, constituído pelo valor originário lançado, acrescido de multa de 20%, conforme art. 1o - LC 65/2002
JUROS	Os juros moratórios resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados contados do dia seguinte ao do vencimento da parcela à razão de 1% (um por cento) ao mês calendário, ou fração, e calculado sobre o valor indexado conforme art. 346-LC 38/97
CORREÇÃO	Atualização monetária pela Unidade Fiscal de Guarujá (UF) obtida entre a data do vencimento e a do respectivo pagamento, nos Termos do Código Tributário Municipal LC 38 de 24/12/1997, artigos 7 ao 403, alterada pela LC 054/00 artigo 402.

EMITENTE: _____

DATA: 26 / 11 / 2009

Dario Gama Dunda
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

02194

216/12

Ano

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAU

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

Cartório do Serviço Anexo das Fazend

Luiz Antônio Salvador Chere

Diretor de Serviço

"EXECUÇÃO FISCAL"

01 SAF - Setor de Anexo Fiscal

Fórum de Guarujá

Processo: 223.01.2012.520076-1/000000-000

Grupo: **305.Fazenda Pública Municipal**
Classe: **1116-Execução Fiscal**
Assunto(s): **06017 - Divida Ativa**
Dívida Ativa : 05080200030027001045
Valor da Causa : R$3.359,32
Valor de Alçada : R$2.439,57
Data Distribuição : 14/11/2012 Hora:17:25
Tipo de Distribuição : Livre

RTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA**
ADV: GUILHERME HENRIQUE DE ABREU IMAKAWA
OAB: 197737/SP
RDO: **ADAO MARCIO BERGAMIN**

Nº DE ORDEM: 02.01.2012/021618

Em _____ de _____

de _____

autuo neste Cartório _____

_____

que segue(m) e fiz este termo. Eu, _____ Escr., Subscre

REGISTRO SOB Nº _____

fls: 303

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ordem: 21618/2012
Processo: 520076/2012

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP.

"Ordem de Serviço nº 2/2012
Inicial recebida nos termos da Ordem de Serviço nº 2/2012 do Serviço Anexo das Fazendas de Guarujá, a qual determina a autuação e citação automáticas. A citação será considerada como determinada na data da distribuição. Em caso de pagamento, sem oposição de embargos, os honorários advocatícios do Procurador da Fazenda foram fixados em 10% do valor do débito corrigido."
Data: 09/11/2012

A **FAZENDA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**, por seu procurador, com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente ao(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CÓDIGO DE LANÇAMENTO
3-0027-001-045

EXECUTADO: **ADAO MARCIO BERGAMIN** CNPJ/CPF **809.321.698-72**

END.: **AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95 JD. SAO MIGUEL Guarujá-SP 11440-000**

CNPJ/CPF

END.:

CNPJ/CPF

END.:

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
2-Imp. Predial	50802	2009	2009	2.832,66	5.316,12
2-Imp. Predial	46294	2011	2011	526,66	740,15
TOTAL				3.359,32	6.056,27

PÁG.1/1

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos termos no art. 172, § 2º, do Código de Processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.

A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o bloqueio no BACENJUD, penhora on line (ofício eletrônico) do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s).

B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o arresto no BACENJUD arresto on line do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do(s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art.653,CPC), com posterior conversão em penhora.

C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.

D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da penhora (art.7º, IV e 14 da LEF e Provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art.12, LEF). Caso contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art.12, §3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel.

E) A Fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio depósito nos termos do art.7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. deferimento. Guarujá, 14/11/2012

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal - OAB/SP 197.737

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Ordem: 21618/2012
Processo: 520076/2012

C.D.A. Nº 50802 / 2009

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
50802	31/12/2009	381	202

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV.NOTIFICAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**45644**	**0**
CNPJ/CPF Nº	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR. **PEDRO I AV DOM, 719**	**2009**	**2009**	
APTO 95 L 12 13 18 Q L J S MIGUEL	NATUREZA DA DIVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL
JD. SAO MIGUEL GUARUJÁ-SP 11440-000	**2-IMP.PREDIAL URBANO**	**2.538,03**	**LC 38/97 7 A 39**
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**3-TX REMOCAO LIXO**	**294,63**	**LC 38/97 160 A 178**
PEDRO I AV DOM, 719 APTO 95			
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000			
CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO			
ADAO MARCIO BERGAMIN			
CNPJ/CPF Nº			
	DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**31/12/2009**		MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
PEDRO I AV DOM, 719 APTO 95	*PROC.ADM.Nº*	*AUTO DE INFRAÇÃO Nº*	*REAL(R$)*
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000			
OBSERVAÇÃO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	26/01/2009	236,00	0,00	47,21	28,33	311,54
2	26/02/2009	236,06	0,00	47,21	25,97	309,24
3	25/03/2009	236,06	0,00	47,21	23,61	306,88
4	24/04/2009	236,06	0,00	47,21	21,25	304,52
5	25/05/2009	236,06	0,00	47,21	18,88	302,15
6	24/06/2009	236,06	0,00	47,21	16,52	299,79
7	24/07/2009	236,06	0,00	47,21	14,16	297,43
8	24/08/2009	236,06	0,00	47,21	11,80	295,07
9	24/09/2009	236,06	0,00	47,21	9,44	292,71
10	23/10/2009	236,06	0,00	47,21	7,08	290,35
11	23/11/2009	236,06	0,00	47,21	4,72	287,99
12	23/12/2009	236,06	0,00	0,77	2,36	239,19
TOTAL		2.832,66	0,00	520,08	184,12	3.536,66

LEGISLAÇÃO

BASE LEGAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97

CORREÇÃO MONETÁRIA

É A VARIAÇÃO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJÁ) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97

MULTA

MULTA MORATÓRIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRÊS CENTÉSIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATÉ O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CRÉDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE

JUROS

1% (UM POR CENTO) AO MÊS OU FRAÇÃO, SOBRE O VALOR ORIGINÁRIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 14/11/2012

Emitente: Franklin Santana Júnior
Diretor de Execução e Controle Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Ordem: 21618/2012
Processo: 520076/2012

C.D.A. Nº 46294 / 2011

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
46294	02/01/2012	420	40

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV.NOTIFICAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	3-0027-001-045	44194	0
CNPJ/CPF Nº 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: AV DOM PEDRO I, 719	2011	2011	
APTO 95 L 12 13 18 Q L J S MIGUEL	NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL
JD. SAO MIGUEL GUARUJÁ-SP 11440-000	2-IMP.PREDIAL URBANO	472,74	LC 38/97 7 A 39
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	3-TX REMOCAO LIXO	53,92	LC 38/97 160 A 178
AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95			
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000			
CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO			
CNPJ/CPF Nº			
	DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	02/01/2012		MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
	PROC.ADM Nº	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	REAL(R$)
OBSERVAÇÃO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS						
PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10	19/10/2011	263,33	17,03	56,07	8,41	344,84
11						
12	16/12/2011	263,33	17,03	0,92	2,80	284,08
TOTAL		526,66	34,06	56,99	11,21	628,92

LEGISLAÇÃO

BASE LEGAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97

CORREÇÃO MONETÁRIA

É A VARIAÇÃO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJÁ) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97

MULTA

MULTA MORATÓRIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRÊS CENTÉSIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATÉ O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CRÉDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE

JUROS

1% (UM POR CENTO) AO MÊS OU FRAÇÃO, SOBRE O VALOR ORIGINÁRIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 14/11/2012

Emitente: Franklin Santana Júnior
Diretor de Execução e Controle Financeiro

10704/2014

Ano

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

Cartório do Serviço Anexo das Fazendas

Luiz Antônio Salvador Chere

Diretor de Serviço

"EXECUÇÃO FISCAL"

Foro de Guarujá / SAF - Serviço de Anexo Fiscal

0508695-08.2014.8.26.0223

Classe : Execução Fiscal
Competência : Execução Fiscal Municipal
Valor da ação : R$ 4.973,80
Volume : 1/1
Exeqte : Prefeitura Municipal de Guaruja
Advogado : Guilherme Henrique de Abreu Imakawa (OAB: 197737/SP)
Exectda : Adao Marcio Bergamin

SA

Distribuição : Livre - 03/11/2014 19:38:11
2014/010704 SA
Titular 3 SAF

AUTUAÇÃO

Em _____ de _____

de _____

autuo neste Cartório _____

_____

que segue(m) e fiz este termo. Eu, _____ Escr. Subscr

REGISTRO SOB Nº _____

LIVRO Nº _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ordem: 10704/2014
Processo: 508695/2014
Proc. Unificado 0508695-08.2014.8.26.0223

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP.

"Ordem de Serviço nº 1/2014 expedida em 01/09/2014
Inicial recebida nos termos da Ordem de Serviço nº 1/2014 do Serviço
Anexo das Fazendas de Guarujá, a qual determina a autuação e citação automáticas. A citação será considerada como determinada na data da distribuição. Em caso de pagamento, sem oposição de embargos, os honorários advocatícios do Procurador da Fazenda foram fixados em 10% do valor do débito corrigido."
Data: 03/11/2014

A **FAZENDA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**, por seu procurador, com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente ao(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CÓDIGO DE LANÇAMENTO
3-0027-001-045

EXECUTADO: **ADAO MARCIO BERGAMIN** CNPJ/CPF **809.321.698-72**
END.: **AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95 JD. SAO MIGUEL Guarujá-SP 11440-000**

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
2-Imp. Predial	14716	2012	2012	1.404,00	2.263,93
2-Imp. Predial	24410	2013	2013	3.569,80	5.128,17
TOTAL				4.973,80	7.392,10

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos termos no art. 172, § 2º, do Código de Processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.

A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o bloqueio no BACENJUD, penhora on line (ofício eletrônico) do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s).

B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o arresto no BACENJUD arresto on line do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do(s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art.653,CPC), com posterior conversão em penhora.

C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.

D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da penhora (art.7º, IV e 14 da LEF e Provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art.12, LEF). Caso contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art.12, §3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel.

E) A Fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio depósito nos termos do art.7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. deferimento. Guarujá, 03/11/2014

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal - OAB/SP 197.737

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Ordem: 10704/2014
Processo: 508695/2014
Proc. Unificado 0508695-08.2014.8.26.0223

C.D.A. Nº 14716 / 2012

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
14716	14/01/2013	454	32

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV NOTIFICAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**46984**	**0**
CNPJ/CPF Nº 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **AV DOM PEDRO I, 719**	**2012**	**2012**	
APTO 95 L 12 13 18 Q L J S MIGUEL	NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000	**2-IMP.PREDIAL URBANO**	**1.260,45**	**LC 38/97 7 A 39**
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**3-TX REMOCAO LIXO**	**143,55**	**LC 38/97 160 A 178**
AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95			
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000			
CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO			
CNPJ/CPF Nº			
	DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**14/01/2013**		MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
	PROC.ADM.Nº	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	REAL(R$)
OBSERVAÇÃO / PROC.ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8	08/08/2012	280,80	15,73	59,30	17,79	373,62
9	08/09/2012	280,80	15,73	59,30	14,83	370,66
10	08/10/2012	280,80	15,73	59,30	11,86	367,69
11	08/11/2012	280,80	15,73	59,30	8,90	364,73
12	08/12/2012	280,80	15,73	59,30	5,93	361,76
TOTAL		1.404,00	78,65	296,50	59,31	1.838,46

LEGISLAÇÃO

BASE LEGAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA E JUROS: ARTS. 38, 76, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97

CORREÇÃO MONETÁRIA

É A VARIAÇÃO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJÁ) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97

MULTA

MULTA MORATÓRIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRÊS CENTÉSIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATÉ O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CRÉDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE

JUROS

1% (UM POR CENTO) AO MÊS OU FRAÇÃO, SOBRE O VALOR ORIGINÁRIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO, ART. 346, LC 38/97

DATA: 03/11/2014

Emitente: Franklin Santana Júnior
Diretor de Execução e Controle Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Ordem: 10704/2014
Processo: 508695/2014

Proc. Unificado 0508695-08.2014.8.26.0223

C.D.A. Nº 24410 / 2013

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
24410	16/01/2014	496	224

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV NOTIFICAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**47514**	**0**
CNPJ/CPF Nº 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR. **AV DOM PEDRO I, 719**	**2013**	**2013**	
APTO 95 L 12 13 18 Q L J S MIGUEL	NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL
JD. SAO MIGUEL GUARUJÁ-SP 11440-000	**2-IMP.PREDIAL URBANO**	**3.205,94**	**LC 38/97 7 A 39**
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**3-TX REMOCAO LIXO**	**363,86**	**LC 38/97 160 A 178**
AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95			
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000			
CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO			
CNPJ/CPF Nº			
	DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**16/01/2014**		MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
	PROC.ADM Nº	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	REAL(R$)
OBSERVAÇÃO / PROC ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	21/01/2013	297,52	15,73	62,65	37,59	413,49
2	14/02/2013	297,48	15,79	62,65	37,59	413,51
3	11/03/2013	297,48	15,79	62,65	34,46	410,38
4	10/04/2013	297,48	15,79	62,65	31,33	407,25
5	10/05/2013	297,48	15,79	62,65	28,19	404,11
6	10/06/2013	297,48	15,79	62,65	25,06	400,98
7	10/07/2013	297,48	15,79	62,65	21,93	397,85
8	09/08/2013	297,48	15,79	62,65	18,80	394,72
9	10/09/2013	297,48	15,79	62,65	15,66	391,58
10	10/10/2013	297,48	15,79	62,65	12,53	388,45
11	11/11/2013	297,48	15,79	62,65	9,40	385,32
12	10/12/2013	297,48	15,79	62,65	6,27	382,19
TOTAL		3.569,80	189,42	751,80	278,81	4.789,83

LEGISLAÇÃO

BASE LEGAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA E JUROS: ARTS. 30, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97

CORREÇÃO MONETÁRIA

É A VARIAÇÃO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJÁ) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97

MULTA

MULTA MORATÓRIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRÊS CENTÉSIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATÉ O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CRÉDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE

JUROS

1% (UM POR CENTO) AO MÊS OU FRAÇÃO, SOBRE O VALOR ORIGINÁRIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO, ART 346 LC 38/97

DATA: 03/11/2014

Emitente: Franklin Santana Júnior
Diretor de Execução e Controle Financeiro

fls.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
44.959.021/0001-04
Rua Azuil Loureiro, 691, Santa Rosa - CEP -, GUARUJÁ-SP

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ,** CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL **3-0027-001-045**

EXECUTADO: Adao Marcio Bergamin CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO: CPF/CNPJ:
END.: , , , -

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	7.670/2015	2014	2014	3.612,55	5.280,10
			TOTAL	3.612,55	5.280,10

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos temos do art. 172, § 2º, do Código de processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.
A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o bloqueio no BACENJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s)
B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, arresto no BACENJUD arresto on line do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto com comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art. 653, CPC), com posterior conversão em penhora.
C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.
D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da panhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). CAso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel
E) A fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio deósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. GUARUJÁ, 04/12/2015

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal - OAB/SP Nº 197.737

Este documento foi protocolado em 10/12/2015 às 07:45, é cópia do original assinado digitalmente por GUILHERME HENRIQUE DE ABREU IMAKAWA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1512594-60.2015.8.26.0223 e código 6D0C1B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 7.670/2015

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
7.670/2015	26/01/2015	528	118

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
Adao Marcio Bergamin	**3-0027-001-045**	**27783**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **Av Dom Pedro I, 00719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP 11440-000**	**2014**	**2014**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			
CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA:	
		, , , -	

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	**3.612,55**	**LC 38/97 ART. 10**	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO REAL (R$)
26/01/2015			
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
6	10/06/2014	301,05	18,96	64,00	25,60	409,61
1	21/01/2014	301,00	18,99	64,00	41,60	425,59
2	10/02/2014	301,05	18,96	64,00	38,40	422,41
3	10/03/2014	301,05	18,96	64,00	35,20	419,21
4	10/04/2014	301,05	18,96	64,00	32,00	416,01
5	12/05/2014	301,05	18,96	64,00	28,80	412,81
7	10/07/2014	301,05	18,96	64,00	22,40	406,41
8	11/08/2014	301,05	18,96	64,00	19,20	403,21
9	10/09/2014	301,05	18,96	64,00	16,00	400,01
10	10/10/2014	301,05	18,96	64,00	12,80	396,81
11	10/11/2014	301,05	18,96	64,00	9,60	393,61
12	10/12/2014	301,05	18,96	64,00	6,40	390,41
TOTAL		3.612,55	227,55	768,00	288,00	4.896,10

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 04 de dezembro de 2015

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

Este documento foi protocolado em 10/12/2015 às 07:45, é cópia do original assinado digitalmente por PAULO ROBERTO MORGADO.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1512594-60.2015.8.26.0223 e código 6D0C1C.

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 06 de abril de 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 270/313: Diga o exequente sobre pedido do Município de Guarujá de sub-rogação dos créditos tributários municipais.

Int.

Guaruja, 17 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 314 foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0213/2016 e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 17/05/2016. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico **19/05/2016**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **20/05/2016**

(OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: ... **23/05/2016**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000026869.

375

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 07 de junho de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (_____) escrevente técnico, subscrevi.

LECAPE LEILÕES

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 1ª PRAÇA

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros ☐ Inclui/excluí Advogado(s) ☐ Registrei Sentença
Data 25/5/16
Regina Conçalves Lima Saut Zaut
Escrevente Técnico Judiciário
Mat. TJ 328.299

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Em nove de maio de dois mil e dezesseis foi levado à leilão através do portal do Gestor LECAPE LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/lecape), o bem penhorado no processo em epígrafe, ao seu final, restando **SEM LANCES**.

É o que cumpria informar.
Guarujá, 09 de maio de 2016.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

MARIO DE PAULA MACHADO
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ-SP

Processo n. 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MARCIO BERGAMIN** em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, em atenção ao despacho de fls., manifestar-se quanto ao pedido formulado pela Prefeitura Municipal de Guarujá de fls. 270 e ss., o que faz nos seguintes termos:

1. Em apertada síntese, a Prefeitura alega ser credora de débitos tributários incidentes sobre a unidade autônoma ensejadora do débito, imóvel a ser praceado neste feito.

2. Aduz que por força do art. 130 do CTN e outros artigos legislativos inaplicáveis ao caso concreto, seu crédito estaria sub-rogado no produto das praças do referido imóvel, a serem realizadas nestes autos.

3. Tal sub-rogação conduziria à preferência de levantamento de seus créditos.

4. Ocorre que a Municipalidade está completamente desassistida de razão.

223 FGJA.16.000046140-2 300516 1337 002

Certifico que no SAJ/SG:
[ ] Cadastrei Local/Participação/Outros
[ ] Inseri/excluí Advogado(s)
[ ] Registrei Serventia
Em 02/06 Ass

5. O exequente não se opõe ao levantamento pela Prefeitura de eventual saldo no valor da possível arrematação, **DESDE QUE RESPEITADA A PREFERÊNCIA DO CRÉDITO CONDOMINIAL**.

6. Ora Exa., o condomínio exeqüente litigou há anos contra o executado, devedor contumaz, estando finalmente prestes a receber seu crédito através da venda judicial da unidade autônoma ensejadora da dívida cobrada neste feito.

7. Em última análise, a Prefeitura, terceiro alheio à lide, pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual, o que não pode ser deferido por este Juízo.

8. Consigne-se desde logo que o crédito condominial detém preferência sobre qualquer outro crédito, privilégio decorrente de sua especial natureza "*propter rem*".

9. Solução diversa **desvirtuaria a própria natureza da obrigação condominial**, tratada como obrigação "*propter rem*" pelo ordenamento jurídico, justamente por dizer respeito à conservação do próprio imóvel e à própria integridade do bem.

10. É cediço que a própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial, e é desta especial natureza que advém a preferência do crédito do condomínio sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja tributário, hipotecário, alimentício, de natureza falimentar, etc.

11. Tal especial natureza foi garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, sendo certo que o Código Civil de 2002 passou a retratá-la inclusive ao autorizar a penhorabilidade de unidade autônoma condominial, ainda que seja bem de família (art. 1.715 do CC).

12. Ao contrário do que quer fazer parecer a Prefeitura, aplica-se ao presente caso as disposições da Lei Civil.

13. A esmagadora jurisprudência pátria tem decidido no sentido da preferência do crédito condominial a qualquer crédito, cf. acórdão do Tribunal de Justiça deste Estado, abaixo transcrito:

> " *Agravo de Instrumento 1251686000*
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *São Vicente*
> ***Órgão julgador:*** *35º Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *04/05/2009*
> ***Data de registro:*** *04/06/2009*
> ***Ementa:*** *Créditos condominiais e fiscais -* ***Preferência*** *do crédito* ***condominial*** *-* ***O crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem", prefere ao crédito fiscal. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil, depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este***

***tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja fiscal**, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Precedentes do STJ. (REsp. 65465 I/SP - AgRg no Ag 684787/RS) - Agravo provido, v.u. – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

14. No mesmo sentido:

*"**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPESAS CONDOMINIAIS. COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DÉBITOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS. PREFERÊNCIA. INADMISSIBILIDADE**. ARTIGO 130 DO CTN. JURISPRUDÊNCIA DESTA CÂMARA ACERCA DA **PREFERÊNCIA DO CRÉDITO CONDOMINIAL SOBRE O FISCAL EM AÇÃO DE COBRANÇA**. Agravo de Instrumento provido." (Relator(a): Jayme Queiroz Lopes; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 31/07/2014; Data de registro: 01/08/2014)*

15. Tem-se, pois, como inaplicável ao caso concreto o art. 130 do CTN, invocado pela Prefeitura, DISPOSITIVO APLICÁVEL APENAS NA SEDE DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA.

16. E mais, ao presente caso concreto aplica-se o disposto no art. 612 do Código de Processo Civil, que estatui:

> *"Art. 612. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados."*

17. O provimento da pretensão da Prefeitura desembocaria na inaceitável situação das Fazendas Públicas permanecerem inertes em relação aos seus créditos, esperando pacientemente que os condomínios edilícios executassem as quotas condominiais devidas pelas unidades, custeando o condomínio todo o feito, e, ao final, o fisco, somente teria o trabalho de fazer uma única petição para levantar preferencialmente o produto da praça realizada pelo condomínio, que sairia de mãos abanando do próprio processo...

18. Na verdade, se analisarmos os contornos fáticos desta discussão, chegamos à segura conclusão de que o tratamento legal do crédito condominial não poderia ser diferente.

19. Ao nos debruçarmos sobre a origem e destinação do numerário cobrado neste feito, quotas condominiais regularmente rateadas, verificaremos que se tratam de valores destinados à conservação da coisa comum: pagamento de salários dos funcionários do edifício, pagamento de contas de água, consumo de luz elétrica das áreas comuns, aquisição de produtos de limpeza e conservação etc..

20. Desta feita, se de um lado a municipalidade reclama a preferência de seu crédito, no caso concreto não se tem da outra ponta interesse coletivo, da massa condominial, de coletividade de pessoas que se encontram inegavelmente oneradas pela contumácia da unidade devedora, por sustentarem por longos anos aquilo que a executada não pagou.

21. A remota hipótese do produto da praça ter destino diverso, em última análise, enterraria qualquer pretensão desta coletividade de cidadãos de bem, que esperam do Judiciário as medidas necessárias para recebimento do crédito comum, desprezando a legislação em vigor e a segurança jurídica que esperam do Estado.

22. Aliás, tal solução levaria ao esdrúxulo fato de quem estaria pagando pelo débito tributário do condômino inadimplente seriam os outros condôminos!!!

23. Neste sentido, o mesmo Tribunal de Justiça de São Paulo recentemente decidiu em caso oriundo desta Comarca:

> ***0018919-86.2013.8.26.0000*** *Agravo de Instrumento*
> ***Relator(a):*** *Palma Bisson*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *36ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *26/03/2013*
> ***Data de registro:*** *27/03/2013*
> ***Outros números:*** *189198620138260000*
> ***Ementa:*** *Agravo de instrumento ação de cobrança de despesas condominiais, ora em fase de cumprimento de sentença - decisão que reconhece a preferência do crédito condominial em relação ao crédito tributário inconformismo da Fazenda Municipal "Não teria sentido que toda a dívida causada por uma unidade condominial fosse suportada pelos demais condôminos, somente porque o Fisco, seja de qualquer esfera administrativa, opõe crédito" "Por outro lado, fazendo prevalecer o crédito fiscal sobre o condominial, importaria obrigar a comunidade de condôminos a suportar a dívida de um deles perante o Fisco, tese essa que igualmente deve ser rechaçada" - a situação da agravante, aqui, é similar à do credor hipotecário, que também perde no concurso com o* ***condomínio****, porque as "quotas de* ***condomínio*** *dizem respeito à conservação do imóvel, sendo indispensáveis à integridade do próprio crédito hipotecário, inevitavelmente depreciado se a garantia perder parte do seu valor" - recurso improvido.*

24. Não se pode perder de vista que não está descartada a hipótese de, com a inércia da Prefeitura em executar seus créditos, parte deles ou sua totalidade esteja prescrita!

25. Havendo prescrição dos créditos tributários, não há o que se falar em habilitação de crédito:

> *"Falência. Habilitação de crédito da Fazenda Pública. **Reconhecimento da prescrição qüinqüenal pela não efetivação da citação simples despacho ordenando a citação causa não interruptiva. Sentença que reconheceu a causa extintiva mantida. Apelo improvido**." (Relator(a): Testa Marchi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 01/09/2009; Data de registro: 11/09/2009; Outros números: 5608654600)*

26. Ademais, não há notícia de que exista penhora do bem pela Municipalidade, o que é exigível para a habilitação.

27. O Poder Executivo, em qualquer das instâncias, deve curvar-se à lei, cabendo ao Judiciário aplicá-la contra quem quer que seja.

28. O exequente impugna os documentos trazidos aos autos pela Prefeitura, unilateralmente produzidos e impossível de serem utilizados como prova, inexistindo a pretensa "presunção de veracidade" sobre os documentos mencionados.

Diante de todo o exposto, requer seja indeferida a pretensão da Prefeitura Municipal de Guarujá e reconhecida a preferência do crédito condominial no levantamento do produto das praças.

P. Deferimento.
Guarujá, 25 de maio de 2016.

P.p

MARIO DE PAULA MACHADO
OAB/SP 76.500
Silvia Paula Monteiro da Costa
Advogada
OAB/SP 142752

LECAPE LEILÕES

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 2ª PRAÇA

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 07/06/16 Escr

Gustavo Gonçalves Alvarez
Diretor de Direito

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Em trinta e um de maio de dois mil e dezesseis foi levado à leilão através do portal do Gestor LECAPE LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/lecape), o bem penhorado no processo em epígrafe, ao seu final, restando **SEM LANCES**.

Pelo princípio da economia processual, e pensando na melhor forma de findar o presente processo, a gestora peticionante requer seja permitido apresentar novas datas para a realização das praças do referido bem, sendo as datas 19/07/2016 a 22/07/2016 para a primeira praça e 22/07/2016 a 11/08/2016 para a realização da segunda praça, conforme edital e condições de venda e pagamento em anexo.

É o que cumpria informar.
Guarujá, 31 de maio de 2016.

p.p. LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

respeito à dialeticidade e à paridade de armas, seja intimada para manifestar-se, caso suas pretensões sejam contestadas por qualquer das partes.

DAS INTIMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Outrossim, requer que todas as intimações sejam efetuadas em nome da procuradora Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves – OAB/SP 147.786 e façam constar expressamente o nome do ente público habilitante, qual seja, Município de Guarujá, sob pena de nulidade.

Termos em que
Pede deferimento.

Guarujá, 18 de julho de 2016.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Mário Lins da Silva de Oliveira
Estagiário da Procuradoria Municipal

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 31 de maio de 2016.

LECAPE LEILÕES

Condições de Venda e Pagamento

DAS REGRAS DO LEILÃO/PRAÇA – As regras aqui dispostas são estabelecidas pelo MM. Juiz de Direito comitente destas praças públicas, de acordo com a legislação pertinente e/ou normas referentes a leilões judiciais eletrônicos.

DA ACEITAÇÃO DESTAS REGRAS – Para participar dos leilões/praças divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES, o usuário deverá ACEITAR os termos e condições adiante estabelecidos:

DAS CONDIÇÕES PARA EFETUAR LANCES – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor – menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões/praças. O usuário declara ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES.

Não poderão ofertar lances:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

- do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

- dos advogados de qualquer das partes.

DO IMÓVEL – O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Através do portal www.lecape.com.br o usuário tem acesso às fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que o mesmo se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas ao imóvel apregoado pelas legislações municipal, estadual e federal, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do imóvel.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados em participar da praça vistoriar o imóvel a ser apregoado antes da arrematação. As visitas deverão ser agendadas junto a LECAPE LEILÕES, mediante o envio de solicitação formal via e-mail contato@lecape.com.br , com a informação do bem de interesse, nome, telefone, RG e CPF do visitante.

DA PRAÇA – O leilão/praça será realizado por meio eletrônico, através do portal www.lecape.com.br . **O 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

DO GESTOR LEILOEIRO – O leilão será presidido pela LECAPE LEILÕES, por seu leiloeiro Leonardo de Campos Penin, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e será realizado por meio eletrônico através do portal www.lecape.com.br .

DOS LANCES – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.lecape.com.br .

Durante a praça, profissionais da Gestora Judicial LECAPE LEILÕES poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (13) 32192042 ou e-mail contato@lecape.com.br .

DO LANCE AUTOMÁTICO – É uma facilidade do portal LECAPE LEILÕES a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento da praça.

DA IRRETRATABILIDADE DO LANCE – Os lances ofertados são irretratáveis.

DO TEMPO EXTRA – Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 3 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido um tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do portal LECAPE LEILÕES A 3 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

DA COMISSÃO DO GESTOR JUDICIAL – O arrematante deverá pagar a LECAPE LEILÕES, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel.

A comissão da gestora não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO – O auto de arrematação será assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz após a comprovação efetiva do pagamento do valor da arrematação e da comissão da LECAPE LEILÕES, conforme dispõe o art. 903 do novo CPC.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas.

DO ENVIO DO COMPROVANTE – Após a realização do depósito judicial, o arrematante deverá encaminhar o comprovante respectivo por e-mail (contato@lecape.com.br) para que esse documento seja juntado aos autos do processo.

Assim que forem confirmados os pagamentos, e cumpridos os trâmites legais, será enviado o auto de arrematação para o arrematante, por e-mail, devendo ser assinado e devolvido (pessoalmente ou por e-mail), para posterior expedição da carta de arrematação, para que sejam efetuados os devidos registros públicos (art. 140, parágrafo quarto da Lei nº 11.101/2005).

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão integralmente restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão da LECAPE LEILÕES.

DA FALTA DE PAGAMENTO – O não pagamento do preço do imóvel arrematado e da comissão da LECAPE LEILÕES, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do Novo Código de Processo Civil), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida a GESTORA JUDICIAL.

A LECAPE LEILÕES poderá emitir titulo de crédito para a cobrança da sua comissão, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

DA ENTREGA DOS BENS – A transferência do registro do imóvel para o nome do arrematante ocorrerá após a retirada em cartório da ordem judicial determinando tal fato, nos termos do art. 901 e § 1º do Novo Código de Processo Civil.

DA RETIRADA – Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos a remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s).

Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de entrega do bem".

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns), o adjudicante ficará responsável pela comissão devida ao gestor.

DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO – Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação.

A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no parágrafo primeiro do art. 903 do Novo Código de Processo Civil.

As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil e o caput do art. 335, do Código Penal.

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 31 de maio de 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 270/313 e 317/321: O pedido de preferência formulado pela PMG será apreciado em momento oportuno, devendo-se aguardar a realização do praceamento do imóvel.

Fls. 322/330: Ficam as partes intimadas, através de seus defensores constituídos, pela publicação no DJE deste ato ordinário, que foi agendado no praceamento pela Lecape Leilões, sendo que a 1ª Praça terá início no dia 19/07/2016 às 15h00, com encerramento no dia 22/07/2016 às 15h00, entregando o imóvel a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª Praça com início em 22/07/2016 às 15h01m, e encerramento dia 11/08/2016 às 15h00, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Int.

Guaruja, 07 de junho de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE DIEGUES DA SILVA FERREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000027781K.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Guarujá
RUA SILVIO DAIGE, 280 - JARDIM TEJEREBA- Guarujá/SP - Tel: (13) 33862950 - Fax: (13) 33556566 - e-mail: guaruja1cv@tjsp.gov.br

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 331 foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0269/2016 e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 14/06/2016. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico **16/06/2016**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **17/06/2016**

(OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: ... **20/06/2016**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

371

URGENTE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2016/016564-8**

Diligencia do juízo

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Município de Guarujá Procurador
Rua Santos Dumont, 800
11430-110 - Guaruja

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), nos termos do artigo 269, § 3º do Código de Processo Civil, para os atos e termos da ação proposta, cuja cópia da petição inicial e documentos seguem anexos e deste fazem parte integrante, e de acordo com o r. despacho de seguinte teor: "*Vistos.Fls. 270/313 e 317/321: O pedido de preferência formulado pela PMG será apreciado em momento oportuno, devendo-se aguardar a realização do praceamento do imóvel.Fls. 322/330: Ficam as partes intimadas, através de seus defensores constituídos, pela publicação no DJE deste ato ordinário, que foi agendado no praceamento pela Lecape Leilões, sendo que a 1ª Praça terá início no dia 19/07/2016 às 15h00, com encerramento no dia 22/07/2016 às 15h00, entregando o imóvel a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª Praça com início em 22/07/2016 às 15h01m, e encerramento dia 11/08/2016 às 15h00, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.Int.*".

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 15 de junho de 2016. Edison Alves do Nascimento, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado
Endereço: Rua Montenegro, 196, Vila Maia - CEP 11410-040, Guaruja-SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000027JRA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331".
Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
Artigo 5º, inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000027JPA.

373

JUNTADA

Em ___ de _____ de 2016, junto a estes autos:

( ) a petição

( ) o ofício

( ) a carta precatória

( ) o aviso de recebimento

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado

( ) o laudo pericial

( ) a carta devolvida

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

Eu, _____, (Ana Cristina) escrevente, subscrevi.

374

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

223 FGJA.16.0004829-2 070616 1051 008

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

LECAPE LEILÕES, já qualificada, em atenção a nomeação de fls., vem requerer a juntada da cientificação postal enviada a titular de domínio e ao ocupante do imóvel.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 30 de maio de 2016.

p/p Mariana J. Ferreira
LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 10/06 Escr.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

fls. 375

MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS

AV. SEVERINO PRIETO ALVAREZ 120.

11445-080 GUARUJÁ SP BRASIL.

LEILÃO ELETRÔNICO PROC. 2999/09 ☐

1ª JC GUARUJÁ ☐

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*	DATA DE RECEBIMENTO *DATE DE LIVRATION*	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO *BUREAU DE DESTINATION*
Osvaldo Evangelista Bap	28/4/16	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT* 89242149	

fls. 376

CORREIOS
BRESIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JO 74192740 8 BR

AGÊNCIA APARECIDA
SANTOS (SPM)

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPOT*

20 ABR 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *SUCURSALE D'ENVOI*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*		
25/04/16	27/04/16	/ /
15:24 h	16:49 h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

LEGAL LEILÕES
Rua Oswaldo Cochrane, 28
Embaré - CEP 11040-111
Santos - SP
Tel (13) 3219-2042

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE DE RETOUR*

LEGAL LEILÕES
Rua Oswaldo Cochrane, 28
Embaré - CEP 11040-111
Santos - SP
Tel (13) 3219-2042

CIDADE / *LOCALITÉ*

UF

BRASIL

					-			

ICHER COM LETRA DE FORMA

fls. 377

OCUPANTE DO IMOVEL

AV. DOM PEDRO I 719 APTO 95 A.

11440-003 GUARUJÁ SP BRASIL

LEILÃO ELETRONICO PROC 2999/09 ☐

1ª VC DE GUARUJÁ ☐

☐

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO *BUREAU DE DESTINATION*
Fabio Luiz Gomes	25/04/16	25 ABR 2016
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT* Fabio De Oliveira S. Soares Matr.: 8.921.223-1 Carteiro	

CORREIOS
BRASIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JO 74192741 1 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

AGF APARECIDA
AVIS CM07
20 ABR 2016
SANTOS - SPM

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

UNIDADE DE POSTAGEM / *UNITÉ DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO - *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

LEGAL LEILÕES
Rua Oswaldo Cochrane, 28
Embaré - CEP: 11040-111
Santos - SP
Tel (13) 3219-2042

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

CIDADE / *LOCALITÉ* | UF | **BRASIL**

_____-___

379

LECAPE LEILÕES

Guarujá, 20 de abril de 2016.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009 – 1º Vara Cível de Guarujá
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamim

Ao Ilmo. Sr.
Ocupante do Imóvel
End: Av. Dom Pedro I, nº 719 apto. 95 A, Bloco A, Jd. Três Marias, Guarujá SP CEP 11440-003

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO

Pela presente, fica Vossa Senhoria CIENTIFICADO (A), para os atos e termos da ação supra mencionada, que será realizado pela LECAPE LEILÕES, o leilão eletrônico, através do portal www.lecape.com.br , Apartamento nº 95-A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá,, registrado na matrícula nº 61360 no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, sendo que foram designadas praças do imóvel , a saber:

- 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h, entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Lecape Leilões

LECAPE LEILÕES

Guarujá, 20 de abril de 2016.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009 – 1º Vara Cível de Guarujá
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamim

A Ilma. Sra.
Marivalda Rodrigues dos Anjos
End: Avenida Severino Prieto Alvarez, nº 120, Jd. Acapulco, Guarujá SP CEP 11445-080

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO

Pela presente, fica Vossa Senhoria CIENTIFICADO (A), para os atos e termos da ação supra mencionada, que será realizado pela LECAPE LEILÕES, o leilão eletrônico, através do portal www.lecape.com.br , Apartamento nº 95-A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá,, registrado na matrícula nº 61360 no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, sendo que foram designadas praças do imóvel , a saber:

- 1ª PRAÇA terá início no dia 06/05/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 09/05/2016 as 15:00h, entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª PRAÇA com início em 09/05/2016 as 15:01h, e encerramento dia 31/05/2016 as 15:00h, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Lecape Leilões

341

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 15 de julho de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
( ) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
(X) o mandado **(X) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (VALDIR J. M. SILVA
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 311.188) escrevente técnico, subscrevi.

342

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2016/016564-8**

Diligencia do juízo

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Município de Guarujá Procurador
Rua Santos Dumont, 800
11430-110 - Guaruja

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), nos termos do artigo 269, § 3º do Código de Processo Civil, para os atos e termos da ação proposta, cuja cópia da petição inicial e documentos seguem anexos e deste fazem parte integrante, e de acordo com o r. despacho de seguinte teor: "*Vistos.Fls. 270/313 e 317/321: O pedido de preferência formulado pela PMG será apreciado em momento oportuno, devendo-se aguardar a realização do praceamento do imóvel.Fls. 322/330: Ficam as partes intimadas, através de seus defensores constituídos, pela publicação no DJE deste ato ordinário, que foi agendado no praceamento pela Lecape Leilões, sendo que a 1ª Praça terá início no dia 19/07/2016 às 15h00, com encerramento no dia 22/07/2016 às 15h00, entregando o imóvel a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª Praça com início em 22/07/2016 às 15h01m, e encerramento dia 11/08/2016 às 15h00, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.Int.*".

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 15 de junho de 2016. Edison Alves do Nascimento, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado
Endereço: Rua Montenegro, 196, Vila Maia - CEP 11410-040, Guaruja-SP

Raphael de Almeida Tripodi
Procurador Municipal
OAB / SP 268.319
24.6.16

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000027J21.

343

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.
Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
Artigo 5º, inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000027IRA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Ricardo Alexandre Batista Lucas (26931)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2016/016564-8 dirigi-me ao endereço: Avenida Santos Dumont, nº 800, Vila Santo Antônio, Guarujá, intimando pelo inteiro teor do Mandado a Prefeitura Municipal de Guarujá, na pessoa de seu representante legal Raphael de Almeida Tripodi, Procurador Municipal, que ciente ficou, exarando sua assinatura.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 29 de junho de 2016.

Número de Atos: 1

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO ALEXANDRE BATISTA LUCAS. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 6700000028DFP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 02 AGO 2016 de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas) escrevente técnico, subscrevi.

Chefe de Seção
Matrícula TJ 203.184

2999/09

LECAPE LEILÕES

fls. 386

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

LECAPE LEILÕES, já qualificada, em atenção a nomeação de fls., vem requerer a juntada da cientificação postal enviada a titular de domínio , ao ocupante do imóvel, e a Prefeitura Municipal do Guarujá.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 22 de julho de 2016.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

Certifico que os SANTOS:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 02/08/2016

Leandro Cardinali Sartenberg
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula TJ n.º 367.422

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

fls. 387

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

PREFEITURA MUNICIPAL GUARUJÁ A/C PROCURADOR FISCAL

ENDEREÇO / *ADRESSE*

AV. SANTOS DUMONT 800

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
11432-502	GUARUJÁ	SP	BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

LEILÃO ELETRÔNICO PROC. 2999/09

1ª JC GUARUJÁ

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
17/06/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

COD GUARUJÁ
17 JUN 2016
DR/RPM

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Éder Simões de Oliveira
Pront.: 18.825

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*
43.080.132-4	

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JO 741965560 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

fls. 388

AGÊNCIA AVIS CMOA

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

15 JUN 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

SANTOS - SPM

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

LEONE LEILÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Rua Oswaldo Cochrane, 289
Embaré - CEP: 11040-111
Santos - SP
Tel (13) 3219-2042

CIDADE / *LOCALITÉ* | UF | **BRASIL** **BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

CEP

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

fls. 389

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

OCUPANTE DO IMOVEL 95 BLOCO A

ENDEREÇO / *ADRESSE*

AV. DOM PEDRO I 719 APTO 95 A

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
11440-003	GUARUJÁ	SP	BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

LEILÃO ELETRONICO PROC 2999/09

1º JC GUARUJÁ

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

Emerson Assis Souza

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*

17/06/16

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

17 JUN 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Fabio De Oliveira S. Soares
Matr.: 8.921.223-1
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 74196557 3 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

15 JUN 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

SANTOS - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

LEILÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Rua Oswaldo Cochrane, 289
Embaré - CEP: 11040-111
Santos - SP
(13) 3219-2042

CIDADE / *VILLE*

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

LEILÕES
Rua Oswaldo Cochrane, 28
Embaré - CEP: 11040-111
Santos - SP
3219-2042

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

fls. 391

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS

ENDEREÇO / *ADRESSE*

AV. SEVERINO PRIETO ALVAREZ 120

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
11445-080	GUARUJA	SP	BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

LEILÃO ELETRONICO PROC 2999/09

1ºJC GUARUJA

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*	DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*
Antonio Cantalice da Silva	20/6/16	20 JUN 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*
	8372421-9

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JO 74196555 6 BR

AGRAVIO CNOVA

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

15 JUN 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

SANTOS - SPM

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

LEBARON LEILÕES
Rua Oswaldo Cochrane, 26
Eubar... CEP: 11040-111 Santos - SP
Tel.: (13) 3219-2042

CIDADE / *LOCALITE*

UF

BRASIL
BRÉSIL

LECAPE LEILÕES

Guarujá, 14 de junho de 2016.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009 – 1º Vara Cível de Guarujá
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamim

A Ilma. Sra.
Marivalda Rodrigues dos Anjos
End: Avenida Severino Prieto Alvarez, nº 120, Jd. Acapulco, Guarujá SP CEP 11445-080

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO

Pela presente, fica Vossa Senhoria CIENTIFICADO (A), para os atos e termos da ação supra mencionada, que será realizado pela LECAPE LEILÕES, o leilão eletrônico, através do portal www.lecape.com.br , Apartamento nº 95-A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá,, registrado na matrícula nº 61360 no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, sendo que foram designadas praças do imóvel , a saber:

- 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h, entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Lecape Leilões

LECAPE LEILÕES

Guarujá, 14 de junho de 2016.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009 – 1º Vara Cível de Guarujá
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamim

Ao Ilmo. Sr.
Procurador Fiscal – Prefeitura Municipal do Guarujá
End: Av. Santos Dumont nº 800, Santo Antonio, Guarujá-SP, CEP 11432-502

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO

Pela presente, fica Vossa Senhoria CIENTIFICADO (A), para os atos e termos da ação supra mencionada, que será realizado pela LECAPE LEILÕES, o leilão eletrônico, através do portal www.lecape.com.br , Apartamento nº 95-A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá,, registrado na matrícula nº 61360 no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, sendo que foram designadas praças do imóvel , a saber:

- 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h, entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Lecape Leilões

LECAPE LEILÕES

Guarujá, 14 de junho de 2016.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009 – 1º Vara Cível de Guarujá
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamim

Ao Ilmo. Sr.
Ocupante do Imóvel
End: Av. Dom Pedro I, nº 719 apto. 95 A, Bloco A, Jd. Três Marias, Guarujá SP CEP 11440-003

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO

Pela presente, fica Vossa Senhoria CIENTIFICADO (A), para os atos e termos da ação supra mencionada, que será realizado pela LECAPE LEILÕES, o leilão eletrônico, através do portal www.lecape.com.br , Apartamento nº 95-A, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá,, registrado na matrícula nº 61360 no Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá, sendo que foram designadas praças do imóvel , a saber:

- 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h, entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Lecape Leilões

2999/09

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

Processo nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Ordem: **2999/2009**
Partes: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra ADÃO MARCIO BERGAMIN**
REF IMÓVEL CADASTRO nº: **3-0027-001-045**

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora, nos autos da Ação de Procedimento Sumário movida por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra ADÃO MARCIO BERGAMIN,** diante da designação de novo leilão do imóvel para **19/07/16**, reiterar o pedido efetuado anteriormente de **HABILITAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS INCIDENTES SOBRE O IMÓVEL PRACEADO.**

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/exclui Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 10/07/2016
Leandro Cardinali Sardenberg
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula TJ n.º 367.422

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

O imóvel continua com débitos fiscais decorrentes de tributos cujo fato gerador é a propriedade, domínio útil ou posse de bens imóveis ou a estes estão vinculados, nos termos do que descreve o art. 130 parágrafo único do Código Tributário Nacional.

Diante da sub-rogação do crédito tributário no preço obtido com a arrematação e ainda valendo-se da preferência material de que goza o crédito tributário, serve a presente para informar o valor do débito do cadastro de nº **3-0027-001-045, a saber, R$ 86.849,61 (oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos) composto de R$ 82.087,84 (oitenta e dois mil, oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) já inscritos em dívida ativa e R$ 4.761,77 (quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos), referente ao ano de 2016, atualizado até julho de 2016, sem prejuízo do acréscimo de eventuais valores devidos até a data do efetivo levantamento.**

c) Determine a expedição de ofício para transferência do valor acima mencionado para conta bancária de titularidade da Prefeitura Municipal de Guarujá, abaixo especificada:

Banco do Brasil
Agência: 0925-3
Conta Corrente: 39.053-4
Prefeitura Municipal de Guarujá
CNPJ: 44.959.021/0001-04.

d) Seja possibilitado à Fazenda Pública Municipal, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, provar o alegado, por todos os meios de prova admitidos em direito. E em

fls. 398

SCIM v.1.0 - Usuário mario.oliveira em 15/07/2016 13:44:45

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Pesquisar

Identificação

00030027001045 preencher somente com números

Tipo

Ajuda

- (•) IPTU
- ( ) Cadastro Comercial
- ( ) CPF
- ( ) CNPJ

Buscar

Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida	IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido	R$ 82.087,84

Zona	A.B.	Exerc.	Tributos	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp.Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Im.Predial	Executada	019900	1.739,99	729,96	5.620,91	1.909,95	10.000,81	1.000,08	13,87	11.014,76	10605/2007 1-O
												Proc. Unificado: **05100266920078260223**		
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	852,96	6.166,89	2.063,84	11.285,21	1.128,52	0,00	12.413,73	10605/2007 1-O
												Proc. Unificado: **05100266920078260223**		
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	885,00	5.867,30	2.014,33	11.177,55	1.117,75	13,87	12.309,17	045973/2009
												Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**		
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	890,52	5.365,96	1.899,22	10.709,42	1.070,94	0,00	11.780,36	045973/2009
												Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**		
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	863,64	3.649,18	1.485,95	8.831,43	883,14	13,87	9.728,44	021618/2012
												Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**		
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	146,20	409,37	204,36	1.286,59	128,65	0,00	1.415,24	021618/2012
												Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**		
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	366,05	841,95	426,35	3.038,35	303,83	13,87	3.356,05	010704/2014
												Proc. Unificado: **05086950820148260223**		
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	881,28	1.648,91	837,05	6.937,04	693,70	0,00	7.630,74	010704/2014
												Proc. Unificado: **05086950820148260223**		
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	846,96	1.076,35	622,22	6.158,08	615,80	13,87	6.787,75	
												Proc. Unificado: **15125946020158260223**		
3	2015	2015	Im.Predial	Simples	010428	3.841,42	847,20	568,33	394,65	5.651,60	0,00	0,00	5.651,60	
Total						**24.693,24**	**7.309,77**	**31.215,15**	**11.857,92**	**75.076,08**	**6.942,41**	**69,35**	**82.087,84**	
TOTAL EM DÉBITO													**82.087,84**	

O valor do Dare-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

fls. 399

SCIM v.1.0 - Usuário mario.oliveira em 15/07/2016 13:47:36

Simulação - Termo de Acordo

Identificação da Dívida: 3-0027-001-045
Proprietário ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário
Endereço do Local: AV DOM PEDRO I, 719 APTO 95 L 12 13 18 Q L J S MIGUEL
Bairro: JD. SAO MIGUEL, **Cidade:** Guarujá-SP **Cep:** 11440-000

Selecione o(s) grupo(s) de Dívidas para pagamento
As dívidas executadas estão agrupadas por Processo de Execução Fiscal não podendo ser pagas separadamente.
** Valor não incorporado ao total devido. Deverá ser pago separadamente.*

Zona	A.Base	Exerc	Trib	Sit	Inscr.D.A.	Saldo do Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Vl Corrigido	Honor.	Desp.Proc.	Vl Devido	*Dare-SP**	Exec.Fiscal Nº	Vl Grupo	Seleção
3	2015	2015	Im.Predial	Simples	010428	3.641,42	847,20	568,33	394,65	5.651,60	0,00		5.651,60			5.651,60	☐
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	366,05	841,95	426,35	3.038,35	303,83		3.342,18		05086950820148260223		☐
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	881,28	1.648,91	837,05	6.937,04	693,70	13,87	7.644,61	117,75	05086950820148260223	10.986,79	
3	2003	2003	Im.Predial	Executada	019900	1.739,99	729,96	5.620,91	1.909,95	10.000,81	1.000,08		11.000,89		05100266920078260223		☐
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	852,96	6.166,89	2.063,84	11.285,21	1.128,52	13,87	12.427,60	212,86	05100266920078260223	23.428,49	
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	885,00	5.867,30	2.014,33	11.177,55	1.117,75		12.295,30		05180727620098260223		☐
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	890,52	5.365,96	1.899,22	10.709,42	1.070,94	13,87	11.794,23	218,87	05180727620098260223	24.089,53	
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	863,64	3.649,18	1.485,95	8.831,43	883,14		9.714,57		05200768120128260223		☐
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	146,20	409,37	204,36	1.286,59	128,65	13,87	1.429,11	117,75	05200768120128260223	11.143,68	
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	846,96	1.076,35	622,22	6.158,08	615,80	13,87	6.787,75	117,75	15125946020158260223	6.787,75	☐
Total para parcelamento						**24.693,24**	**7.309,77**	**31.215,15**	**11.857,92**	**75.076,08**	**6.942,41**	**69,35**	**82.087,84**	***784,98***			

Simulação de Parcelamento

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

fls. 400

SCIM v.1.0 - Usuário mario.oliveira em 15/07/2016 13:49:32

Cobranças 2ª Via - Impressão de Segunda Via de IPTU

Emissão 0

Cadastro	3-0027-001-045
Exercício	2016
Ano Base	2016
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário / Outros	
Endereço do Imóvel	AV DOM PEDRO I, 719 - APTO 95 - GUARUJA/SP
Nº Parcelas	12
Status	Emitido

Parcelas

Parcela	Data de Vencimento	Valor Lançado	Valor Devido	
ÚNICA	22/01/2016	R$ 4.238,00	R$ 4.238,00	Cota única com data de Pagamento Expirada
1	22/01/2016	R$ 353,24	R$ 445,07	**Visualizar Imprimir**
2	11/02/2016	R$ 353,16	R$ 444,97	**Visualizar Imprimir**
3	11/03/2016	R$ 353,16	R$ 441,44	**Visualizar Imprimir**
4	11/04/2016	R$ 353,16	R$ 437,91	**Visualizar Imprimir**
5	11/05/2016	R$ 353,16	R$ 434,38	**Visualizar Imprimir**
6	13/06/2016	R$ 353,16	R$ 430,85	**Visualizar Imprimir**
7	11/07/2016	R$ 353,16	R$ 361,35	**Visualizar Imprimir**
8	11/08/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
9	12/09/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
10	11/10/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
11	11/11/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**
12	12/12/2016	R$ 353,16	R$ 353,16	**Visualizar Imprimir**

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da TitDomin MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS . Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 19/07/2016 as 15:00h, com encerramento no dia 22/07/2016 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 22/07/2016 as 15:01h, e encerramento dia 11/08/2016 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 468.058,64** (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para 03/2016. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 167.151,17** (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e dezessete centavos)(03/2016). Consta débito de IPTU no valor de **R$80.646,13** (oitenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e treze centavos)(03/2016). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 31 de maio de 2016.

LECAPE LEILÕES

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 1ª PRAÇA

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Em vinte e dois de julho de dois mil e dezesseis foi levado à leilão através do portal do Gestor LECAPE LEILÕES (www.lecape.com.br), o bem penhorado no processo em epígrafe, ao seu final, restando **SEM LANCES**.

É o que cumpria informar.
Guarujá, 22 de julho de 2016.

Certifico que no SAJ/PGS:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 21/8/16 Escr.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei.

Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 346/352, 353/360 e 361: Aguarde-se a realização da 2ª praça.

Int.

Guaruja, 02 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 362 foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0361/2016 e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 02/08/2016. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico **04/08/2016**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **05/08/2016**

(OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: ... **08/08/2016**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000029WSK.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 26 AGO 2016 de **2016**, junto a estes autos:

( ) cumprimento de sentença (_____)
(X) a petição (s) (_____)
( ) contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) o ofício
( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado **( ) positiva ( ) negativa**
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).
( ) outros (_____)

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas) escrevente técnico, subscrevi.

Chefe de Seção
Matrícula TJ 803.184

2999/09

fls. 406

364

LECAPE LEILÕES

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 2ª PRAÇA

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença Leandro Cardinali Sardenberg
Escrevente Técnico Judiciário
Data 23/08/16 Fscr Matrícula TJ n.º 367.422

223 EBJA 16 000072655-5 190816 1137 69

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Em onze de agosto de dois mil e dezesseis foi levado à leilão através do portal do Gestor LECAPE LEILÕES (www.lecape.com.br), o bem penhorado no processo em epígrafe, ao seu final, restando **SEM LANCES**.

É o que cumpria informar.
Guarujá, 11 de agosto de 2016.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei.
Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 361 e 364: Diante do praceamento realizado **sem lances**, manifeste-se o exequente quanto ao prosseguimento feito, requerendo o que entender de direito.

Int.

Guaruja, 22 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 365 **foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0458/2016** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 22/09/2016. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas). ► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico **29/09/2016.** ► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **30/09/2016.** (OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: ... **03/10/2016**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002CNJX.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que não houve manifestação do autor em relação ao despacho de fls. 365. Nada Mais. Guaruja, 27 de outubro de 2016. Eu, ___, Ana Cristina Nossack, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA NOSSACK. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000002EKIN.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá
Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 07 NOV 2016 de **2016**, junto a estes autos:

(X) PETIÇÃO(ões) (_____)
( ) RECURSO (apelação e/ou embargos de declaração)
( ) CONTESTAÇÃO **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**
( ) OFÍCIO(s)
( ) CARTA PRECATÓRIA **( ) positiva ( ) negativa**
( ) AVISO DE RECEBIMENTO **>( )citação >( )intimação >( )comprovante**
( ) o MANDADO DE LEVANTAMENTO JUDICIAL liquidado
( ) o MANDADO de citação/intimação **( ) positivo ( ) negativo**
( ) o LAUDO PERICIAL
( ) a carta de citação/intimação (NEGATIVA)
( ) o EDITAL, comprovante de publicação (**citação/intimação**)
( ) outros (_____)

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas
Chefe de Seção
Matrícula TJ 803.184) escrevente técnico, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, requerer o regular prosseguimento do feito com a realização de **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO** do bem penhorado e avaliado nesta ação, nomeando-se a empresa AM&T MARKETING, ASSESSORIA E PESQUISA LTDA – LANCE LITORAL, com sede na Comarca.

Requer, ainda:

a) A intimação do devedor na pessoa de seu procurador, pela imprensa oficial, na forma autorizada pela legislação em vigor;

b) A intimação pessoal da co-titular do bem, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, por meio de mandado à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 – Guarujá/SP;

c) A intimação postal da titular do domínio Guarujá Veículos Construções Ltda., à Av. Dom Pedro I nº 1783 – sala 501 – Guarujá/SP;

d) Seja expedido edital para intimação das pessoas acima indicadas, e dos demais interessados, na forma da lei.

P. Deferimento.
Guarujá, 20 de outubro de 2016.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Certifico que no SAJ/PG5:
☐ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 04 NOV 2016 Escr.
Elder Quirino da Silva Batista
Chefe de Seção Judiciário Substituto
Matr. TJ 355 [illegible]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei.
Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 368: Defiro.

Em substituição, nomeio gestora a empresa AM&T Marketing, Assessoria e Pesquisa Ltda. – LANCE LITORAL.

Providencie-se a intimação da presente nomeação, bem como designar datas para praceamento, devendo a mesma observar os termos da decisão de fls. 223/224.

Int.

Guaruja, 07 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 369 **foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0543/2016** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 07/11/2016. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas). ► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico ... **10/11/2016.** ► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: ... **11/11/2016.** (OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: ... **16/11/2016**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002F5BW.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que entrei em contato com Daniele, secretária da LANCE LITORAL, pelo telefone (13) 3384-7375, e fui informado que a empresa está com seus trabalhos suspensos, impossibilitada, assim, de realizar o leilão judicial. Nada Mais. Guaruja, 09 de novembro de 2016. Eu, Leandro Cardinali Sardenberg, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LEANDRO CARDINALI SARDENBERG. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002FAC9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei. Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Em dez dias, manifeste-se o condomínio quanto ao teor da certidão de fls. 369, requerendo o que de direito.

Intime-se.

Guaruja, 17 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 371 foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0565/2016 e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 17/11/2016. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas). ► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico ... **24/11/2016.** ► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: ... **25/11/2016.** (OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: ... **28/11/2016**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002FOQ0.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 09 DEZ 2016 de 2016, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas
Chefe de Seção
Matrícula 1.003.184) Coordenador/Chefe de Secão/Escrevente Técnico Judiciario, subscrevi.

(AAA)

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

2999/09 Cx 16

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Inicial/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 01 DEZ 2016 Escr.

Guilherme Chefe de Seção Cartório 2º Ofício de Protestos
Matrícula TJ 803.184

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MARCIO BERGAMIN,** em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu (sua) advogado (a) ao final assinado (a), diante da certidão de fls. 369, requerer seja nomeada outra empresa gestora de confiança deste Juízo para a realização do LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO requerido à fls. 368.

P. Deferimento.
Guarujá, 29 de novembro de 2016.

Silvia Paula Monteiro da Costa
OAB/SP 142.752

223 FEJA 16 00029016-3 301116 1605 61

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei.
Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico.

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.

Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro, através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7.

De acordo com o objetivo rodízio estabelecido pelo juízo, nomeio a empresa gestora **LEILÃO VIP**, representada pelo Senhor EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN, matrícula JUCESP nº. 464, e-mail contato@leilaovip.com.br - a qual foi considerada tecnicamente habilitada perante o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado (STI-TJSP, processo n. 2007/4560), com divulgação e captação de lances em tempo real, através do Portal www.leilaovip.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000002HL37.

Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante também através de depósito em conta judicial, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao leiloeiro efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil.

Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

- o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

- o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar:

(i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação;

(ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002HL37.

providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, ou, na ausência ou quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intimem-se.

Guaruja, 10 de janeiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. _____ foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0001/2017 e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 16/01/2017. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas). ► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico ... **19/01/2017.** ► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: ... **20/01/2017.** (OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: **23/01/2017.**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002HL37.

fls. 419

378

Realização de leilão processo nº 0010479-53-2009

ANA CRISTINA NOSSACK PRICOLI
Enviado: quarta-feira, 18 de janeiro de 2017 10:40
Para: contato@leilaovip.com.br
Anexos: Despacho 0010479-53.2009.pdf (99 KB)

Boa Tarde .

Em cumprimento á r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, intimo Vossa Senhoria da decisão que segue anexo .

Esclareço à Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art 237, redação dada pela lei nº 11.419, de 2006).

ANA CRISTINA NOSSACK

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

1º Ofício Cível

Rua Sílvio Daige, 280, sala 3 - Jardim Tejereba - Guarujá/SP - CEP: 11440-900

Tel: (13) 3386-2950 - Ramal 0206

Cel: (13) 98181- 8096

E-mail: apricoli@tjsp.jus.br

fls. 420

RES: Realização de leilão processo nº 0010479-53-2009

Contato Vip SP [contato@leilaovip.com.br]
Enviado: quarta-feira, 18 de janeiro de 2017 12:17
Para: ANA CRISTINA NOSSACK PRICOLI

Prezada Ana, boa tarde

Acuso o recebimento do presente.

Obrigada

Mirella

De: ANA CRISTINA NOSSACK PRICOLI [mailto:apricoli@tjsp.jus.br]
Enviada em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2017 10:40
Para: contato@leilaovip.com.br
Assunto: Realização de leilão processo nº 0010479-53-2009

Boa Tarde .

Em cumprimento á r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, intimo Vossa Senhoria da decisão que segue anexo .

Esclareço à Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art 237, redação dada pela lei nº 11.419, de 2006).

ANA CRISTINA NOSSACK

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Cível

Rua Sílvio Daige, 280, sala 3 - Jardim Tejereba - Guarujá/SP - CEP: 11440-900

Tel: (13) 3386-2950 - Ramal 0206

Cel: (13) 98181- 8096

E-mail: apricoli@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

JUNTADA

Em ___ de 13 FEV 2017 de 2017, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas
Chefe de Seção
Matrícula TJ 803.184)
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

(JVOA)

Para vender imóveis
em todo Brasil,
é preciso estar presente
em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP

223 FJHJ 17 01052065-3 020217 0926 60

Processo n.º 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479)

LEILÃO VIP, por sua advogada infra-assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar sugestões de novas datas para a realização do leilão, na modalidade ELETRÔNICA, bem como requerer a juntada da minuta de Edital para vossa apreciação.

Leilão		
Evento	**Data/Horário de Início**	**Data/Horário de Término**
1ª Praça	13 de março de 2017 (11h00m)	16 de março de 2017 (11h00m)
2ª Praça	16 de março de 2017 (11h01m)	05 de abril de 2017 (11h00m)
Site: www.leilaovip.com.br		

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 20/02/17 Escr

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

Informa, ainda, que o edital de leilão será publicado após a homologação das datas sugeridas e a abertura do leilão eletrônico para recebimento dos lances será no primeiro dia útil subsequente à publicação do edital, conforme determinado no provimento 1625/2009.

Todas as intimações ficarão a cargo desta empresa gestora e serão providenciadas por correspondências e Aviso de Recebimento.

Assim, requer se digne Vossa Excelência analisar o presente pedido de sugestão de datas, bem como em considerar o Edital de Leilão elaborado pela empresa gestora, honradamente nomeada por este Douto Juízo para realização do leilão.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 31 de janeiro de 2016

MIRELLA CALDEIRA FADEL

OAB/SP 138.703

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP

O **Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo,** MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei, **FAZ SABER,** aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que será realizado leilão público pela Gestora **LEILÃO VIP**: **www.leilaovip.com.br**

Processo nº: 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479) - Cobrança de Quotas Condominiais

Ordem n. º 2999/2009

Exequente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, CNPJ n.º 05.496.572/0001-27, na pessoa do seu representante legal;

Executado: ADÃO MARCIO BERGAMIM, CPF n.º 018.027.768-50;

Interessada/Coproprietária: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, CPF n.º 069.955.038-64;

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ/SP

1ª PRAÇA: Inicia no dia **13/03/2017, às 11:00 hs**, e termina no dia **16/03/2017**, **a** partir das **11:00hs. VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 486.811,22** (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da avaliação, para janeiro de 2017, conforme Tabela de Atualização Monetária do TJ/SP. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª Praça: Dia **05/04/2017,** a partir das **11:00hs**. **VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 243.405,61** (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos), correspondente a 50% do valor da avaliação.

DESCRIÇÃO DO BEM: **APARTAMENTO n.º 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do empreendimento denominado CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado a Av. Dom Pedro I nº 1.719, na cidade de Guarujá,** que

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

possui a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 m2, e área total de 118,170 quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. **Matrícula nº 61.360 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Vicente/SP. Avaliação**: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) (junho de 2014- fls.200).

CONTRIBUINTE nº: 3-0027-001-045

DÉBITO EXEQUENDO: R$ 194.907,43 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e sete reais e quarenta e três centavos) (janeiro/2017);

ÔNUS: A **PENHORA** exequenda encontra-se no Termo de Penhora e Depósito, conforme fls. 200 nos autos do processo em epigrafe. Consta débito de **IPTU** no valor de R$ 98.170,35 (noventa e oito mil, cento e setenta reais e trinta e cinco centavos) (01/2017). Não há informação no processo de demais ônus, recurso ou processo pendente sobre o bem.

DO IMÓVEL: conforme artigo 9º do Prov. 1625/2009, o imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação. As despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens, correrão por conta do arrematante, conforme art. 24 do Prc1625/09.

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: a hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art.1499 VI do CC). Em caso de execução de bem imóvel movida pelo condomínio, os débitos condominiais serão abatidos até o limite do valor da arrematação. Caso o produto da arrematação não seja suficiente, será de responsabilidade do arrematante, conforme art.1345 do CC. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art.908 do NCPC. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do artigo 130, 'caput' e parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.leilaovip.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DO LEILÃO**: O Leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.leilaovip.com.br e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **Sr. Eduardo Jordão Boyadjian**, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 464. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM**: No 2º Leilão, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES:** Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal **www.leilaovip.com.br**. **DO PAGAMENTO:** O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de **depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7** em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DO PAGAMENTO PARCELADO:** os interessados em adquirir o bem penhorado em prestações poderão apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. As propostas deverão ser encaminhadas por escrito para o e-mail: contato@leilaovip.com.br (Art. 895, I e II e §1º do CPC). A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). Sendo homologada a proposta, o bem ficará como garantia, através de hipoteca legal (art. 985, §1º do NCPC). **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS:** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação; (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO:** O arrematante deverá pagar à VIP GESTÃO E LOGISTICA, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento)

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à gestora judicial **não** está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos termos do 7º, §3º da Resolução 236/16. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO:** O pagamento da comissão da Gestora Oficial pelo leilão deverá ser realizado mediante guia de **DEPÓSITO JUDICIAL**, que será enviado por e-mail ao arrematante. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.leilaovip.com.br.

Fica(am), ainda, o(s) executado(s) **ADÃO MARCIO BERGAMI, INTIMADOS** das designações supra, juntamente com os cônjuges ou companheiros se casados forem, bem como eventuais terceiros e coproprietários, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Guarujá, 31 de janeiro de 2017.

Eu, _____, diretora/diretor, conferi.

Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo

Juiz de Direito

SCIM v.1.0

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos	
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida	IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido	R$ 98.170,35

Zona	A.B.	Exerc.	Tributos	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp.Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Im.Predial	Executada	019900	1.739,99	790,16	6.355,14	2.210,81	11.096,10	1.109,61	13,87	12.219,58	10605/2007 1-O
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	923,28	6.994,57	2.415,45	12.534,82	1.253,48	0,00	13.788,30	10605/2007 1-O
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	957,96	6.682,27	2.379,12	12.430,27	1.243,02	6,22	13.679,51	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	963,96	6.141,84	2.266,40	11.925,92	1.192,59	0,00	13.118,51	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	934,80	4.277,15	1.841,89	9.886,50	988,65	6,04	10.881,19	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	158,26	498,52	264,64	1.448,08	144,80	0,00	1.592,88	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	396,25	1.030,26	577,25	3.407,76	340,77	6,31	3.754,84	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	954,00	2.075,04	1.200,41	7.799,25	779,92	0,00	8.579,17	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	916,68	1.443,96	971,30	6.944,49	694,44	16,21	7.655,14	
													Proc. Unificado: 15125946020158260223	
3	2015	2015	Im.Predial	Executada	010428	3.841,42	917,04	894,17	743,96	6.396,59	639,65	16,21	7.052,45	
													Proc. Unificado: 15033559520168260223	
3	2016	2016	Im.Predial	Simples	009522	4.238,00	917,40	344,05	349,33	5.848,78	0,00	0,00	5.848,78	
Total						**28.931,24**	**8.829,79**	**36.736,97**	**15.220,56**	**89.718,56**	**8.386,93**	**64,86**	**98.170,35**	
TOTAL EM DÉBITO													**98.170,35**	

O valor do Dare-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Elisangela - Leilão VIP

De: MPM ADVOCACIA - DRA. SILVIA PAULA <mpmadvocacia@aasp.org.br>
Enviado em: quarta-feira, 25 de janeiro de 2017 10:36
Para: ELISANGELA@LEILAOVIP.COM.BR
Assunto: DÉBITOS LEILÃO - COND. ED. MUSSA GAZE X 95A - Adão Marcio Bergamim - 0010479-53.2009.8.26.0223 - 1ª Vara Cível - Foro de Guarujá
Anexos: mussa gaze x 95a - jan-17.pdf

Prezada Elisângela,

Bom dia.

Segue em anexo o cálculo atualizado dos débitos da unidade em referência.
Aguardamos o envio da minuta do edital.

Grata,

Dra. Silvia Paula Monteiro da Costa
advogada

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary
Guarujá/SP – CEP 11410-903
Telefax: 13-3355-4526
E-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 25/01/2017 Fls.

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A

Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
				CUSTAS				
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	973,36		0,00	973,36
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	59,49		0,00	59,49
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	57,49		0,00	57,49
25/03/2011	custas	36,36		44.834327	53,67		0,00	53,67
21/10/2011	custas	20,00		46.214289	28,64		0,00	28,64
29/02/2012	custas	20,00		47.103239	28,10		0,00	28,10
23/08/2012	custas	40,95		48.268754	56,15		0,00	56,15
03/09/2013	custas	40,74		51.428096	52,43		0,00	52,43
17/12/2014	custas	50,00		55.465502	59,66		0,00	59,66
	Sub Total:	**886,69**			**1.368,99**		**0,00**	**1.368,99**
				DÉBITO CONDOMINIAL				
01/10/2004	condominio	337,29	2%	32.477896	701,14	147,0000%	1.030,67	1.731,81
01/11/2004	condominio	337,29	2%	32.533108	699,95	146,0000%	1.021,92	1.721,87
01/12/2004	condominio	337,29	2%	32.676253	696,88	145,0000%	1.010,47	1.707,35
01/01/2005	condominio	337,29	2%	32.957268	690,94	144,0000%	994,95	1.685,89
01/02/2005	condominio	337,29	2%	33.145124	687,02	143,0000%	982,43	1.669,45
01/03/2005	condominio	337,29	2%	33.290962	684,01	142,0000%	971,29	1.655,30
01/04/2005	condominio	336,35	2%	33.533986	677,16	141,0000%	954,79	1.631,95
01/06/2005	condominio	289,98	2%	34.076019	574,51	139,0000%	798,56	1.373,07
01/09/2005	condominio	316,65	2%	34.048746	627,85	136,0000%	853,87	1.481,72
01/12/2005	condominio	434,47	2%	34.482804	850,63	133,0000%	1.131,33	1.981,96
01/01/2006	condominio	425,00	2%	34.620735	828,77	132,0000%	1.093,97	1.922,74
01/02/2006	condominio	377,68	2%	34.752293	733,70	131,0000%	961,14	1.694,84
01/03/2006	condominio	377,68	2%	34.832223	732,02	130,0000%	951,62	1.683,64
01/05/2006	condominio	364,39	2%	34.968181	703,52	128,0000%	900,50	1.604,02
01/06/2006	condominio	364,39	2%	35.013639	702,61	127,0000%	892,31	1.594,92
01/07/2006	condominio	377,68	2%	34.989129	728,73	126,0000%	918,19	1.646,92
01/08/2006	condominio	377,68	2%	35.027617	727,93	125,0000%	909,91	1.637,84
01/09/2006	condominio	377,68	2%	35.020611	728,08	124,0000%	902,81	1.630,89
01/10/2006	condominio	377,68	2%	35.076643	726,92	123,0000%	894,11	1.621,03
01/12/2006	condominio	377,68	2%	35.375427	720,78	121,0000%	872,14	1.592,92
01/01/2007	condominio	377,68	2%	35.594754	716,33	120,0000%	859,59	1.575,92
01/02/2007	condominio	410,25	2%	35.769168	774,33	119,0000%	921,45	1.695,78
01/03/2007	condominio	396,96	2%	35.919398	746,11	118,0000%	880,40	1.626,51
01/04/2007	condominio	423,56	2%	36.077443	792,61	117,0000%	927,35	1.719,96
01/05/2007	condominio	410,16	2%	36.171244	765,54	116,0000%	888,02	1.653,56
01/06/2007	condominio	396,96	2%	36.265289	738,99	115,0000%	849,83	1.588,82
01/07/2007	condominio	410,25	2%	36.377711	761,38	114,0000%	867,97	1.629,35
01/08/2007	condominio	410,25	2%	36.494119	758,95	113,0000%	857,61	1.616,56
01/09/2007	condominio	410,25	2%	36.709434	754,50	112,0000%	845,04	1.599,54
01/10/2007	condominio	410,25	2%	36.801207	752,62	111,0000%	835,40	1.588,02
01/11/2007	condominio	410,25	2%	36.91161	750,37	110,0000%	825,40	1.575,77
01/12/2007	condominio	410,25	2%	37.070329	747,15	109,0000%	814,39	1.561,54
01/01/2008	condominio	455,83	2%	37.429911	822,19	108,0000%	887,96	1.710,15
01/02/2008	condominio	455,83	2%	37.688177	816,55	107,0000%	873,70	1.690,25
01/03/2008	condominio	455,83	2%	37.86908	812,65	106,0000%	861,40	1.674,05
01/04/2008	condominio	455,83	2%	38.062212	808,53	105,0000%	848,95	1.657,48
01/05/2008	condominio	410,25	2%	38.30581	723,05	104,0000%	751,97	1.475,02
01/06/2008	condominio	455,83	2%	38.673545	795,75	103,0000%	819,62	1.615,37
01/08/2008	condominio	455,83	2%	39.251821	784,02	101,0000%	791,86	1.575,88
01/09/2008	condominio	410,25	2%	39.334249	704,15	100,0000%	704,15	1.408,30
01/10/2008	condominio	410,25	2%	39.39325	703,09	99,0000%	696,05	1.399,14
01/11/2008	condominio	410,25	2%	39.590216	699,60	98,0000%	685,60	1.385,20
01/01/2009	condominio	450,26	2%	39.855905	762,71	96,0000%	732,20	1.494,91
05/01/2009	condominio	38,80	2%	39.855905	65,73	96,0000%	63,10	128,83
01/06/2009	condominio	430,29	2%	40.780757	712,35	91,0000%	648,23	1.360,58
01/07/2009	condominio	430,29	2%	40.952036	709,37	90,0000%	638,43	1.347,80
10/06/2010	condominio	478,45	2%	42.946746	752,12	79,0000%	594,17	1.346,29
10/07/2010	condominio	478,65	2%	42.899504	753,26	78,0000%	587,54	1.340,80
10/08/2010	condominio	430,85	2%	42.869474	678,52	77,0000%	522,46	1.200,98
10/09/2010	condominio	434,06	2%	42.839465	684,05	76,0000%	519,87	1.203,92
10/10/2010	condominio	431,52	2%	43.070798	676,39	75,0000%	507,29	1.183,68
10/11/2010	condominio	432,04	2%	43.467049	671,03	74,0000%	496,56	1.167,59
10/12/2010	condominio	430,36	2%	43.914759	661,62	73,0000%	482,98	1.144,60
10/01/2011	condominio	514,68	2%	44.178247	786,52	72,0000%	566,29	1.352,81
10/02/2011	condominio	486,86	2%	44.593522	737,08	71,0000%	523,32	1.260,40
10/03/2011	condominio	481,85	2%	44.834327	725,58	70,0000%	507,90	1.233,48
10/04/2011	condominio	476,43	2%	45.130233	712,71	69,0000%	491,76	1.204,47
10/08/2011	condominio	464,70	2%	45.814835	684,77	65,0000%	445,10	1.129,87
07/10/2011	condominio	464,70	2%	46.214289	678,85	63,0000%	427,67	1.106,52

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

Emissão: 25/01/2017 Fls.

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A

Processo: 2999/09 - 1ª VARA DE GUARUJÁ/SP

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	% Juros	V. Juros	Total
01/03/2012	condomínio	738,83	2%	47.286941	1.054,84	58,0000%	611,80	1.666,64
01/12/2012	condomínio	641,29	2%	49.403187	876,36	49,0000%	429,41	1.305,77
01/01/2013	condomínio	707,71	2%	49.76877	960,02	48,0000%	460,80	1.420,82
01/02/2013	condomínio	707,71	2%	50.226642	951,26	47,0000%	447,09	1.398,35
01/04/2013	condomínio	764,49	2%	50.790746	1.016,18	45,0000%	457,28	1.473,46
01/05/2013	condomínio	707,71	2%	51.090411	935,18	44,0000%	411,47	1.346,65
01/06/2013	condomínio	707,71	2%	51.269227	931,92	43,0000%	400,72	1.332,64
01/07/2013	condomínio	707,71	2%	51.41278	929,32	42,0000%	390,31	1.319,63
01/08/2013	condomínio	707,71	2%	51.345943	930,53	41,0000%	381,51	1.312,04
01/09/2013	condomínio	707,71	2%	51.428096	929,04	40,0000%	371,61	1.300,65
01/10/2013	condomínio	707,71	2%	51.566951	926,54	39,0000%	361,35	1.287,89
01/11/2013	condomínio	707,71	2%	51.881509	920,92	38,0000%	349,94	1.270,86
01/12/2013	condomínio	707,71	2%	52.161669	915,98	37,0000%	338,91	1.254,89
01/01/2014	condomínio	757,23	2%	52.537233	973,06	36,0000%	350,30	1.323,36
01/02/2014	condomínio	757,23	2%	52.868217	966,97	35,0000%	338,43	1.305,40
01/03/2014	condomínio	757,23	2%	53.206573	960,82	34,0000%	326,67	1.287,49
01/04/2014	condomínio	757,23	2%	53.642866	953,01	33,0000%	314,49	1.267,50
01/05/2014	condomínio	757,23	2%	54.06128	945,63	32,0000%	302,60	1.248,23
01/06/2014	condomínio	757,23	2%	54.385647	939,99	31,0000%	291,39	1.231,38
01/07/2014	condomínio	782,13	2%	54.527049	968,39	30,0000%	290,51	1.258,90
01/08/2014	condomínio	757,23	2%	54.597934	936,34	29,0000%	271,53	1.207,87
01/09/2014	condomínio	757,23	2%	54.69621	934,65	28,0000%	261,70	1.196,35
01/10/2014	condomínio	757,23	2%	54.964221	930,10	27,0000%	251,12	1.181,22
01/10/2014	condomínio	337,29	2%	54.964221	414,29	27,0000%	111,85	526,14
01/11/2014	condomínio	337,29	2%	55.173085	412,73	26,0000%	107,30	520,03
01/11/2014	condomínio	757,23	2%	55.173085	926,58	26,0000%	240,91	1.167,49
07/12/2014	condomínio	757,23	2%	55.465502	921,69	25,0000%	230,42	1.152,11
07/01/2015	condomínio	757,23	2%	55.809388	916,01	24,0000%	219,84	1.135,85
07/02/2015	condomínio	757,23	2%	56.635366	902,65	23,0000%	207,60	1.110,25
07/03/2015	condomínio	757,23	2%	57.292336	892,30	22,0000%	196,30	1.088,60
07/04/2015	condomínio	757,23	2%	58.15745	879,03	21,0000%	184,59	1.063,62
07/05/2015	condomínio	757,23	2%	58.570367	872,83	20,0000%	174,56	1.047,39
07/06/2015	condomínio	774,73	2%	59.150213	884,25	19,0000%	168,00	1.052,25
07/07/2015	condomínio	757,23	2%	59.605669	857,67	18,0000%	154,38	1.012,05
07/08/2015	condomínio	757,23	2%	59.951381	852,72	17,0000%	144,96	997,68
07/09/2015	condomínio	757,23	2%	60.101259	850,60	16,0000%	136,09	986,69
07/10/2015	condomínio	757,23	2%	60.407775	846,28	15,0000%	126,94	973,22
07/11/2015	condomínio	757,23	2%	60.872914	839,82	14,0000%	117,57	957,39
07/12/2015	condomínio	757,23	2%	61.548603	830,60	13,0000%	107,97	938,57
07/01/2016	condomínio	757,23	2%	62.10254	823,19	12,0000%	98,78	921,97
07/02/2016	condomínio	757,23	2%	63.040288	810,94	11,0000%	89,20	900,14
07/03/2016	condomínio	757,23	2%	63.63917	803,31	10,0000%	80,33	883,64
07/04/2016	condomínio	757,23	2%	63.919182	799,79	9,0000%	70,56	870,35
07/05/2016	condomínio	757,23	2%	64.328264	794,70	8,0000%	62,33	857,03
07/06/2016	condomínio	757,23	2%	64.95868	786,99	7,0000%	54,00	840,99
07/07/2016	condomínio	757,23	2%	65.263985	783,31	6,0000%	46,07	829,38
07/08/2016	condomínio	757,23	2%	65.681674	778,33	5,0000%	38,15	816,48
07/09/2016	condomínio	757,23	2%	65.885287	775,92	4,0000%	30,42	806,34
07/10/2016	condomínio	757,23	2%	65.937995	775,30	3,0000%	22,80	798,10
07/11/2016	condomínio	757,23	2%	66.050089	773,99	2,0000%	15,17	789,16
07/12/2016	condomínio	757,23	2%	66.096324	773,45	1,0000%	7,58	781,03
07/01/2017	condomínio	757,23	2%	0	772,37	0,0000%	0,00	772,37
	Sub Total:	**61.762,77**			**87.542,96**		**57.751,17**	**145.294,13**

Padrão de Cálculo:

CORREÇÃO MONETÁRIA:

- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/01/2017
- Multiplicador do Cálculo: 66.188858

JUROS:

- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/01/2017.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

Observações:

Total do Principal Corrigido:	88.911,95
Total de Juros:	57.751,17
Sub-Total:	146.663,12
+ Honorários 20%	29.058,82
+ Taxa Judiciária 1%	1.466,63
Total do Cálculo:	**177.188,57**

MULTA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA:

Total da Multa	17.718,86
Total do Cálculo com a Multa:	**194.907,43**

391

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei. Número de Ordem: 2.999/2009

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 381/390: Ficam as partes intimadas, através de seus defensores constituídos, pela publicação no DJE desta decisão, que foram agendados leilões pela gestora judicial VIP GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA., sendo que a 1ª Praça terá início no dia 13/03/2017 às 11h00, com encerramento no dia 16/03/2017 às 11h00, entregando o imóvel a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial.

Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª Praça com início em 16/03/2017 às 11h01m, e encerramento dia 05/04/2017 às 11h00, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

Publique-se o edital.

Forme-se o segundo volume a partir de fls. 201.

Cientifique-se – com urgência – a Prefeitura Municipal de Guarujá.

Int.

Guaruja, 13 de fevereiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 391 **foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0037/2017** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 13/02/2017. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas). ► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico ... **16/02/2017.** ► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: ... **17/02/2017.** (OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: **20/02/2017.**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002J8TA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2017/004434-7**

Diligência do Juízo

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE Prefeitura Municipal de Guarujá** CNPJ 44.959.021/0001-04, ***Avenida Santos Dumont, 800, Vila Santo Antonio - CEP 11432-502, Guaruja-SP*** , de que a hasta do bem penhorado acontecerá em local e data abaixo descritos:

"Ficam as partes intimadas, através de seus defensores constituídos, pela publicação no DJE desta decisão, que foram agendados leilões pela gestora judicial VIP GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA., sendo que a 1ª Praça terá início no dia 13/03/2017 às 11h00, com encerramento no dia 16/03/2017 às 11h00, entregando o imóvel a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial.

Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª Praça com início em 16/03/2017 às 11h01m, e encerramento dia 05/04/2017 às 11h00, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial."

IMÓVEL: Matrícula 61360, do CRI de Guarujá.

Empresa responsável pelo leilão: VIPLEILÕES. Site: www.leilaovip.com.br

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 16 de fevereiro de 2017. Edison Alves do Nascimento, Diretor Técnico de Serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002 JUST

303

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

JUNTADA

Em 17 de março de 2017, junto a estes autos:

( ) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

(X) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (X) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, _____, (VALDIR J. M. SILVA Escrevente Técnico Judiciário Matr. TJ 311.188)
Coordenador/Chefe de Secão/Escrevente Técnico Judiciario, subscrevi.

(VDSS)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2017/004434-7**

Diligência do Juízo

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE Prefeitura Municipal de Guarujá** CNPJ 44.959.021/0001-04, ***Avenida Santos Dumont, 800, Vila Santo Antonio - CEP 11432-502, Guaruja-SP*** , de que a hasta do bem penhorado acontecerá em local e data abaixo descritos:

"Ficam as partes intimadas, através de seus defensores constituídos, pela publicação no DJE desta decisão, que foram agendados leilões pela gestora judicial VIP GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA., sendo que a 1ª Praça terá início no dia 13/03/2017 às 11h00, com encerramento no dia 16/03/2017 às 11h00, entregando o imóvel a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial.

Caso não haja licitantes, fica desde já designada a 2ª Praça com início em 16/03/2017 às 11h01m, e encerramento dia 05/04/2017 às 11h00, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial."

IMÓVEL: Matrícula 61360, do CRI de Guarujá.

Empresa responsável pelo leilão: VIPLEILÕES. Site: www.leilaovip.com.br

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 16 de fevereiro de 2017. Edison Alves do Nascimento, Diretor Técnico de Serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

23/02/17

Lucas Barbosa Ricetti
Procurador Municipal
OAB/SP 313445

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código 67000000 JUST

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Elaine Ap Antonia C Senefonte (26905)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2017/004434-7 dirigi-me ao endereço: Av. Santos Dumont, 800, onde cientifiquei a Prefeitura Municipal de Guarujá, na pessoa de Dr. Lucas Barbosa Ricetti, Procurador Municipal, que de tudo bem ciente ficou, exarando sua assinatura.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 02 de março de 2017.

Número de Cotas:1

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELAINE APARECIDA ANTONIA CAMARGO SENEFONTE. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002K4RB.

396

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

JUNTADA

26 ABR 2017

Em ___ de _____ de 2017, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, _____, (_____)
Edison Alves do Nascimento
Escrivão Judicial I
Mat. 303.103

Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciario, subscrevi.

(BCP)

397

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Certifico que eu SANDRO... Cadastrei Incid/Petição/Outros Inclui/excluí Advogado(a) Registrei Sentença 20 MAR 2012 Escr...

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ / SP

223 FGJA 17 00018238-8 170317 1340 44

Processo nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Ordem: **2999/2009**
Partes: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra ADÃO MARCIO BERGAMIN**
REF IMÓVEL CADASTRO nº: **3-0027-001-045**

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora, nos autos da Ação de Procedimento Sumário movida por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra ADÃO MARCIO BERGAMIN,** diante da designação de novo leilão do imóvel para **13/03/2017**, reiterar o pedido efetuado anteriormente de **HABILITAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS INCIDENTES SOBRE O IMÓVEL PRACEADO.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

O imóvel continua com débitos fiscais decorrentes de tributos cujo fato gerador é a propriedade, domínio útil ou posse de bens imóveis ou a estes estão vinculados, nos termos do que descreve o art. 130 parágrafo único do Código Tributário Nacional.

Existem Execuções Fiscais em tramitação perante o Vara das Fazendas Públicas da Comarca do Guarujá, conforme documento fiscal anexado, que indica de maneira explícita e detalhada os créditos tributários lançados e inscritos em dívida ativa, bem como os já ajuizados.

Inclusive acompanham a presente petição cópias da seguinte Execução Fiscal:

- **01503355-95.2016.8.26.0223.**

Diante da sub-rogação do crédito tributário no preço obtido com a arrematação e ainda valendo-se da preferência material de que goza o crédito tributário, serve a presente para informar o valor do débito do cadastro de nº **3-0027-001-045, a saber, R$ 103.627,29 (cento e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos) composto de R$ 98.854,04 (noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos) já inscritos em dívida ativa e R$ 4.773,25 (quatro mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), referente ao ano de 2017, atualizado até março de 2017, sem prejuízo do acréscimo de eventuais valores devidos até a data do efetivo levantamento.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

c) Determine a expedição de ofício para transferência do valor acima mencionado para conta bancária de titularidade da Prefeitura Municipal de Guarujá, abaixo especificada:

Banco do Brasil
Agência: 0925-3
Conta Corrente: 39.053-4
Prefeitura Municipal de Guarujá
CNPJ: 44.959.021/0001-04.

d) Seja possibilitado à Fazenda Pública Municipal, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, provar o alegado, por todos os meios de prova admitidos em direito. E em respeito à dialeticidade e à paridade de armas, seja intimada para manifestar-se, caso suas pretensões sejam contestadas por qualquer das partes.

DAS INTIMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Outrossim, requer que todas as intimações sejam efetuadas em nome da procuradora Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves – OAB/SP 147.786 e façam constar expressamente o nome do ente público habilitante, qual seja, Município de Guarujá, sob pena de nulidade.

Termos em que
Pede deferimento.
Guarujá, 13 de março de 2017.
Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida	IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido	R$ 98.854,04

Zona	A.B.	Exerc.	Tributos	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp.Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Im.Predial	Executada	019900	1.739,99	790,16	6.400,30	2.210,81	11.141,26	1.114,12	13,87	12.269,25	10605/2007 1-O
											Proc. Unificado: **05100266920078260223**			
3	2004	2004	Im.Predial	Executada	019912	2.201,52	923,28	7.040,74	2.415,45	12.580,99	1.258,09	0,00	13.839,08	10605/2007 1-O
											Proc. Unificado: **05100266920078260223**			
3	2005	2008	Im.Predial	Executada	009110	2.410,92	957,96	6.730,17	2.379,12	12.478,17	1.247,81	6,22	13.732,20	045973/2009
											Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**			
3	2006	2008	Im.Predial	Executada	046899	2.553,72	963,96	6.194,06	2.266,40	11.978,14	1.197,81	0,00	13.175,95	045973/2009
											Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**			
3	2009	2009	Im.Predial	Executada	050802	2.832,66	934,80	4.323,90	1.841,89	9.933,25	993,32	6,04	10.932,61	021618/2012
											Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**			
3	2011	2011	Im.Predial	Executada	046294	526,66	158,26	506,43	264,64	1.455,99	145,59	0,00	1.601,58	021618/2012
											Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**			
3	2012	2012	Im.Predial	Executada	014716	1.404,00	396,25	1.069,88	577,25	3.447,38	344,73	6,31	3.798,42	010704/2014
											Proc. Unificado: **05086950820148260223**			
3	2013	2013	Im.Predial	Executada	024410	3.569,80	954,00	2.162,49	1.200,41	7.886,70	788,67	0,00	8.675,37	010704/2014
											Proc. Unificado: **05086950820148260223**			
3	2014	2014	Im.Predial	Executada	007670	3.612,55	916,68	1.531,82	971,30	7.032,35	703,23	16,21	7.751,79	
											Proc. Unificado: **15125946020158260223**			
3	2015	2015	Im.Predial	Executada	010428	3.841,42	917,04	978,23	743,96	6.480,65	648,06	16,21	7.144,92	
											Proc. Unificado: **15033559520168260223**			
3	2016	2016	Im.Predial	Simples	009522	4.238,00	917,40	428,14	349,33	5.932,87	0,00	0,00	5.932,87	
Total						28.931,24	8.829,79	37.366,16	15.220,56	90.347,75	8.441,43	64,86	98.854,04	
TOTAL EM DÉBITO													98.854,04	

O valor do Dare-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Cobranças 2ª Via - Impressão de Segunda Via de IPTU

Emissão 0

Cadastro	3-0027-001-045
Exercício	2017
Ano Base	2017
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário / Outros	
Endereço do Imóvel	AV DOM PEDRO I, 719 - APTO 95 - GUARUJA/SP
Nº Parcelas	12
Status	Emitido

Parcelas

Parcela	Data de Vencimento	Valor Lançado	Valor Devido	
ÚNICA	27/01/2017	R$ 4.597,05	R$ 4.597,05	Cota única com data de Pagamento Expirada
1	27/01/2017	R$ 383,28	R$ 467,59	**Visualizar Imprimir**
2	10/02/2017	R$ 383,07	R$ 467,34	**Visualizar Imprimir**
3	10/03/2017	R$ 383,07	R$ 390,69	**Visualizar Imprimir**
4	11/04/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
5	11/05/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
6	13/06/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
7	13/07/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
8	11/08/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
9	12/09/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
10	11/10/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
11	10/11/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**
12	11/12/2017	R$ 383,07	R$ 383,07	**Visualizar Imprimir**

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com Mozilla Firefox

fls. 1

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
44.959.021/0001-04
Rua Azuil Loureiro, 691, Santa Rosa - CEP -, GUARUJÁ-SP

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ,** CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL **3-0027-001-045**

EXECUTADO: Adao Marcio Bergamin CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO: Adao Marcio Bergamin — CPF/CNPJ: 809.321.698-72
Adao Marcio Bergamin — 809.321.698-72

END: Avenida Dom Pedro I, 719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP, 11440-000
Av Dom Pedro I, 00719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP, 11440-000

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	10.428/2016	2015	2015	3.841,42	5.739,85
			TOTAL	3.841,42	5.739,85

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos temos do art. 172, § 2º, do Código de processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.
A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o bloqueio no BACENJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s)
B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, arresto no BACENJUD arresto on line do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art. 653, CPC), com posterior conversão em penhora.
C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.
D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da panhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). CAso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel
E) A fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio deósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. GUARUJÁ, 11/10/2016

Este documento foi protocolado em 17/10/2016 às 18:17, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e PAULO HENRIQUE TETTI.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1503355-95.2016.8.26.0223 e código D69803.

403

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
44.959.021/0001-04
Rua Azuil Loureiro, 691, Santa Rosa - CEP -, GUARUJÁ-SP

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal - OAB/SP Nº 197.737

Este documento foi protocolado em 17/10/2016 às 18:17, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e PAULO HENRIQUE TETTI.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1503355-95.2016.8.26.0223 e código D69803.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 10.428/2016

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
10.428/2016	14/01/2016	561	279

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
Adao Marcio Bergamin	3-0027-001-045	48077	0
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: Av Dom Pedro I, 00719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP 11440-000	2015	2015	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA:
Adao Marcio Bergamin	809.321.698-72	Avenida Dom Pedro I, 719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP, 11440-000
Adao Marcio Bergamin	809.321.698-72	Av Dom Pedro I, 00719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP, 11440-000

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	3.841,42	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO REAL (R$)
14/01/2016			
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	23/01/2015	320,10	32,86	70,60	42,36	465,92
2	10/02/2015	320,12	32,89	70,60	42,36	465,97
3	10/03/2015	320,12	32,89	70,60	38,83	462,44
4	10/04/2015	320,12	32,89	70,60	35,30	458,91
5	10/05/2015	320,12	32,89	70,60	31,77	455,38
6	10/06/2015	320,12	32,89	70,60	28,24	451,85
7	10/07/2015	320,12	32,89	70,60	24,71	448,32
8	10/08/2015	320,12	32,89	70,60	21,18	444,79
9	10/09/2015	320,12	32,89	70,60	17,65	441,26
10	13/10/2015	320,12	32,89	70,60	14,12	437,73
11	10/11/2015	320,12	32,89	70,60	10,59	434,20
12	10/12/2015	320,12	32,89	70,60	7,06	430,67
TOTAL		3.841,42	394,65	847,20	314,17	5.397,44

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 11 de outubro de 2016

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

Este documento foi protocolado em 17/10/2016 às 18:17, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica de Sao Paulo e WALTER MONTEIRO.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1503355-95.2016.8.26.0223 e código D69804.

CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Certifico e dou fé que, nesta data procedi ao encerramento do 2º volume(s) destes autos sob _____ – nº de ordem 2999/09, a partir das fls. 405 promovendo a abertura do 3º volume(s), lavrando termo próprio.

Guarujá, 16/2/18

_____

Agente administrativo judiciário

CHECK-9020010250502

IRON MOUNTAIN

CHECK-9020010250502

INFORMAÇÃO DE IRREGULARIDADE QUANTO À NUMERAÇÃO DO PROCESSO FÍSICO EXISTÊNCIA DE OBJETOS NÃO DIGITALIZÁVEIS

Fica aqui registrado que foi(foram) identificada(s) a(s) seguinte(s) irregularidade(s) quanto à numeração e ordenação deste volume e/ou a existência de objeto(s) não digitalizáveis:

(X) Falta de página(s) 276, 355
(X) Erro na sequência da numeração a partir da página 322
( ) Página(s) sem número entre as folhas _____
( ) Numeração repetida _____
( ) Página rasgada/deteriorada _____
(X) Outros 305 número repetido
( ) Objeto não digitalizável:
Descrição do(s) objeto(s) _____
Página referência: _____

Jandira, 14/11/2023

266542

Matrícula do Colaborador

Número Único: 00104795320098260223

CHECK-9020010250502

CHECK-9020010250502

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

3º VOL

IMB – GS – 1

902001025050I

Foro do Guarujá / 1ª Vara Cível

0010479-53.2009.8.26.0223

Classe	:	Procedimento Sumário
Assunto principal	:	Despesas Condominiais
Competência	:	Cível
Valor da ação	:	R$ 26.006,42
Volume	:	3/3
Reqte	:	**Condominio Residencial Mussa Gazo**
Advogada	:	Giovanna Margini de Paula Machado (OAB: 309804/SP) e outro
Reqdo	:	**Adão Marcio Bergamim**
Advogado	:	Alexandre Fernandes Andrade (OAB: 272017/SP) e outro
TerIntCer	:	Município de Guarujá (Procurador)
Advogada	:	Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves

Foro do Guarujá / 1ª Vara Cível
0010479-53.2009.8.26.0223

		(OAB: 147786/SP)
TitDomin	:	Marivalda Rodrigues dos Anjos
Gestor	:	Leonardo de Campos Penin
Advogado	:	Leonardo de Campos Penin (OAB: 177754/SP)
Observação	:	Ação: 31032 - Procedimento Sumário Ação Complementar: 146 - Procedimento Sumário (Cob. Condomínio)
Redistribuição	:	Livre - 29/10/2009 11:43:14

2009/002999
Titular

1
Vara Cível

Eu, _____ (_____), Escr., subscr.

REG. SOB nº 2999 09

LIVRO nº _____ - Fls. _____

CERTIDÃO DE ABERTURA DE VOLUME

Certifico e dou fé que, nesta data procedi a abertura do 3.º volume destes autos sob nº _____ - nº de ordem 2999109, que inicia-se às fls. 4 prosseguindo-se na forma que segue.

Guarujá, 16/2/18

_____

Agente administrativo judiciário

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO GUARUJÁ/SP.

223 FPIN.17.00009855-2 130317 1723 823

2ª praça 2999/08

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479)

LEILÃO VIP, por sua advogada infra-assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a comprovação da **INTIMAÇÃO** das partes e dos interessados do leilão a ser realizado nos autos em epígrafe, a fim de confirmar que possuem ciência do mesmo, nos termos do Edital.

Assim, requer a juntada dos comprovantes de intimação realizadas por meio válido, esclarecendo que as mesmas foram feitas com base nos endereços constantes nos autos.

Termos em que,
P. Deferimento.
São Paulo, 13 de março de 2017.

MIRELLA CALDEIRA FADEL
OAB/SP 138.703

23/03

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

406

Conheça DocYouSign Signature

Assine seus documentos a qualquer hora, onde você estiver e via qualquer dispositivo.

Tudo com validade jurídica.



E-mail Enviado

APAGAR REENVIAR

ASSUNTO: INTIMAÇÃO- LEILÃO-PROCESSO Nº 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479)
ID: 000017949925
STATUS: Enviado
ENTRADA COMPROVA: 08/03/2017 16:25

CONVERSA SMTP

TST

GERAR LAUDO

DE: mirella@leilaovip.com.br
TO: alexandre@pradoandraderei.com.br
CC:
BCC:
SERVIÇOS: Comprova

DESTINATÁRIO (A): ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: alexandre@pradoandraderei.com.br
LEILÃO: 160317JUD6

EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
EXECUTADO: ADÃO MARCIO BERGAMIM

Prezado(a) (s) Dr. (a) (s) ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE, OAB/SP n.º 272,017, patrono do executado ADÃO MARCIO BERGAMIM, fica (ficam) V.Sa. INTIMADA (0) (S) conforme despacho de fls. do PROCESSO Nº 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479) da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá do Estado de São Paulo do leilão judicial on-line que irá ocorrer através do site www.leilaovip.com.br, no dia 13/03/2017 às 11h00, a 1ª praça, com encerramento dia 16/03/2017 às 11h00 e a 2ª praça com início em 16/03/2017 às 11h01 e término em 05/04/2017, às 11h00, do seguinte bem: APARTAMENTO n.º 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do empreendimento denominado CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado a Av. Dom

Para	Status	Ocorrido em	Perícia Digital
	Enviado	08/03/2017 16:25	DETALHES
alexandre@pradoandraderei.com.br	Entregue	08/03/2017 16:26	CONVERSA SMTP TST
	Lido	08/03/2017 16:57	PROTOCOLOS DE LEITURAS

Suporte Copyright © DocYouSign All Rights Reserved.

fls. 452

407

ESTINATÁRI0 (A): ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: alexandre@pradoandraderei.com.br
LEILÃO: 160317JUD6

EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
EXECUTADO: ADÃO MARCIO BERGAMIM

Prezado(a) (s) Dr. (a) (s) ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE, OAB/SP n.º 272,017, patrono do executado ADÃO MARCIO BERGAMIM, fica (ficam) V.Sa. INTIMADA (0) (S) conforme despacho de fls. do PROCESSO Nº 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479) da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá do Estado de São Paulo do leilão judicial on-line que irá ocorrer através do site www.leilaovip.com.br, no dia 13/03/2017 às 11h00, a 1ª praça, com encerramento dia 16/03/2017 às 11h00 e a 2ª praça com início em 16/03/2017 às 11h01 e término em 05/04/2017, às 11h00, do seguinte bem: APARTAMENTO n.º 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do empreendimento denominado CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado a Av. Dom Pedro I nº 1.719, na cidade de Guarujá, que possui a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 m2, e área total de 118,170 quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao cionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Matrícula nº 61.360 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Vicente/SP.
AVALIAÇÃO E VALOR DA 1ª PRAÇA: VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 486.811,22 (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da avaliação, para janeiro de 2017
AVALIAÇÃO E VALOR DA 2ª PRAÇA: VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 243.405,61 (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos), correspondente a 50% do valor da avaliação..

São Paulo, 08 de março de 2017.

EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN (Leiloeiro Oficial)

DocYouSign™
EMAIL COMPROVA
[redacted]
08/03/2017
16:25:29.957
000017949925
Hora Legal Brasileira certificada pelo Observatório Nacional
Conheça a DocYouSignO remetente desta mensagem utiliza o Serviço de eMail Comprova DocYouSign para agregar valor comprobatório à cadeia de comunicação estabelecida eletronicamente. As mensagens de email recebem o selo cronológico certificado pelo Observatório Nacional, orgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, além de outros elementos de comprovação legal. Ao ler este email, o destinatário fica ciente de que um aviso de leitura é enviado ao remetente. O conjunto de evidências referente à comunicação remetente-destinatário é disponibilizado a ambas as partes, pelo período de um ano, bastando clicar no selo identificado acima para obter maiores informações. Em caso de dúvida entre em contato com sac@docyousign.com.br ou acesse https://www.docyousign.com.br. As informações armazenadas pela DocYouSign são obtidas e processadas de maneira legítima, enviadas pelo remetente mediante condições expressas nos Termos de Uso da DocYouSign.

COMUNICADO

DESTINATÁRIO (A): DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES
ENDEREÇO: Rua Azuil Loureiro - 691, Guarujá/SP.
CEP: 11430-110
LEILÃO: 160317JUD6

EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
EXECUTADO: ADÃO MARCIO BERGAMIM

Prezado(a) (s) Dr. (a) (s) DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES, representante legal da PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJA , fica (ficam) V.Sa. **INTIMADA (0) (S)** conforme despacho de fls. do **PROCESSO Nº 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479)** da **1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá do Estado de São Paulo** do leilão judicial on-line que irá ocorrer através do site **www.leilaovip.com.br, no dia 13/03/2017 às 11h00,** a 1ª praça, com encerramento **dia 16/03/2017 às 11h00** e a 2ª praça com início em **16/03/2017 às 11h01** e término em **05/04/2017, às 11h00**, do seguinte bem: APARTAMENTO n.º 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do empreendimento denominado CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado a Av. Dom Pedro I nº 1.719, na cidade de Guarujá, que possui a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 m2, e área total de 118,170 quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Matrícula nº 61.360 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Vicente/SP.
AVALIAÇÃO E VALOR DA 1ª PRAÇA: VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 486.811,22 (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da avaliação, para janeiro de 2017
AVALIAÇÃO E VALOR DA 2ª PRAÇA: VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 243.405,61 (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos), correspondente a 50% do valor da avaliação..

São Paulo, 08 de março de 2017.

EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN (Leiloeiro Oficial)

fls. 454

409

Rastreamento

- Rastreamento de objetos
- Rastreamento de objetos em outros países
- Como rastrear um objeto
- Siglas utilizadas no rastreamento de objetos
- Rastreamento via SMS

JO 935 761 815 BR

Postagem — Em trânsito — Entrega

Objeto entregue ao destinatário
13/03/2017 15:00 Guaruja / SP

Imprimir

13/03/2017 15:00 Guaruja / SP	**Objeto entregue ao destinatário**
13/03/2017 12:03 Guaruja / SP	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**
08/03/2017 17:14 Sao Paulo / SP	**Objeto postado após o horário limite da agência** Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil

Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código 2D ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos.

Disponível na App Store

Disponível no Google play

Nova Consulta

O horário apresentado no histórico do objeto indica quando os dados foram recebidos pelo sistema. Para os serviços SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, representa o horário real da entrega.

As informações de rastro de objetos registrados ficarão disponíveis até 180 dias após a data de postagem.

Objetos com origem ou destino fora do Brasil

O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "C" e terminado com "BR" não é garantido fora do território brasileiro.

Para esses objetos, os operadores postais de outros países podem não disponibilizar e/ou transmitir informação de rastreamento para o Brasil.

Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos operadores de destino disponíveis no site da UPU – União Postal Universal.

Para os objetos postados no Exterior para o Brasil, o serviço contratado pelo remetente na origem determina o nível de informação de rastreamento de objetos em nosso site.

Objetos registrados recebidos do exterior que apresentam código iniciado por "R" não pertencem à modalidade expressa, sem rastreamento ponto a ponto, ou seja, as informações no sistema de rastreamento incluem apenas os eventos de: recebimento no Brasil e entrega, tentativa de entrega ou aguardando retirada na unidade responsável.

Em alguns casos, pode haver os eventos de "encaminhamento para fiscalização" e "tributação e saída da fiscalização", cujo prazo estimado de entrega é de 40 DIAS ÚTEIS a partir da *liberação na alfândega.*

fls. 455

Consulte endereços e horários de atendimentos
das agências dos Correios

Ouvidoria

Política de Privacidade e notas legais - © Copyright 2014 Correios - Todos os direitos reservados.

COMUNICADO

DESTINATÁRIO (A): Marivalda Rodrigues dos Anjoss
ENDEREÇO: Avenida Severino Prieto Alvarez, n.120, Jd Acapulco, Guarujá/SP, CEP: 11445-080
LEILÃO: 160317JUD6

EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
EXECUTADO: ADÃO MARCIO BERGAMIM

Prezado(a) (s) Dr. (a) (s) Marivalda Rodrigues dos Anjos, interessada , fica (ficam) V.Sa. **INTIMADA (0) (S)** conforme despacho de fls. do **PROCESSO Nº 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479)** da **1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá do Estado de São Paulo** do leilão judicial on-line que irá ocorrer através do site **www.leilaovip.com.br**, **no dia 13/03/2017 às 11h00,** a 1ª praça, com encerramento **dia 16/03/2017 às 11h00** e a 2ª praça com início em **16/03/2017 às 11h01** e término em **05/04/2017, às 11h00**, do seguinte bem: APARTAMENTO n.º 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do empreendimento denominado CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, situado a Av. Dom Pedro I nº 1.719, na cidade de Guarujá, que possui a área útil de 74,900 metros quadrados, a área comum de 43,270 m2, e área total de 118,170 quadrados, e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Matrícula nº 61.360 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Vicente/SP.
AVALIAÇÃO E VALOR DA 1ª PRAÇA: VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 486.811,22 (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da avaliação, para janeiro de 2017
AVALIAÇÃO E VALOR DA 2ª PRAÇA: VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 243.405,61 (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos), correspondente a 50% do valor da avaliação..

São Paulo, 08 de março de 2017.

EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN (Leiloeiro Oficial)

fls. 457

Rastreamento

- Rastreamento de objetos
- Rastreamento de objetos em outros países
- Como rastrear um objeto
- Siglas utilizadas no rastreamento de objetos
- Rastreamento via SMS

JO 935 761 801 BR

[redacted] Postagem — Em trânsito — Entrega

Objeto postado após o horário limite da agência
08/03/2017 17:14 Sao Paulo / SP

Imprimir Receber por SMS

Cancelar/Restabelecer SMS

08/03/2017 17:14 Sao Paulo / SP	**Objeto postado após o horário limite da agência** Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil

Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código 2D ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos.

Disponível na App Store

Disponível no Google play

Nova Consulta

O horário apresentado no histórico do objeto indica quando os dados foram recebidos pelo sistema. Para os serviços SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, representa o horário real da entrega.

As informações de rastro de objetos registrados ficarão disponíveis até 180 dias após a data de postagem.

Objetos com origem ou destino fora do Brasil

O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "C" e terminado com "BR" não é garantido fora do território brasileiro.

Para esses objetos, os operadores postais de outros países podem não disponibilizar e/ou transmitir informação de rastreamento para o Brasil.

Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos operadores de destino disponíveis no site da UPU – União Postal Universal.

Para os objetos postados no Exterior para o Brasil, o serviço contratado pelo remetente na origem determina o nível de informação de rastreamento de objetos em nosso site.

Objetos registrados recebidos do exterior que apresentam código iniciado por "R" não pertencem à modalidade expressa, sem rastreamento ponto a ponto, ou seja, as informações no sistema de rastreamento incluem apenas os eventos de: recebimento no Brasil e entrega, tentativa de entrega ou aguardando retirada na unidade responsável.

Em alguns casos, pode haver os eventos de "encaminhamento para fiscalização" e "tributação e saída da fiscalização", cujo prazo estimado de entrega é de 40 DIAS ÚTEIS a partir da liberação na alfândega.

fls. 458

Consulte endereços e horários de atendimentos
das agências dos Correios

Ouvidoria

Política de Privacidade e notas legais - © Copyright 2014 Correios - Todos os direitos reservados.

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CÍVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

LEILÃO VIP, por sua advogada infra-assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a comprovação da **PUBLICAÇÃO** no sítio da empresa gestora (www.leilaovip.com.br) do edital expedido para a hasta pública do bem penhorado nos autos em questão.

Termos em que,

P. Deferimento.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

MIRELLA CALDEIRA FADEL
OAB/SP 138.703

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

223 FRBT.17.00003377-5 220217 15[illegible]

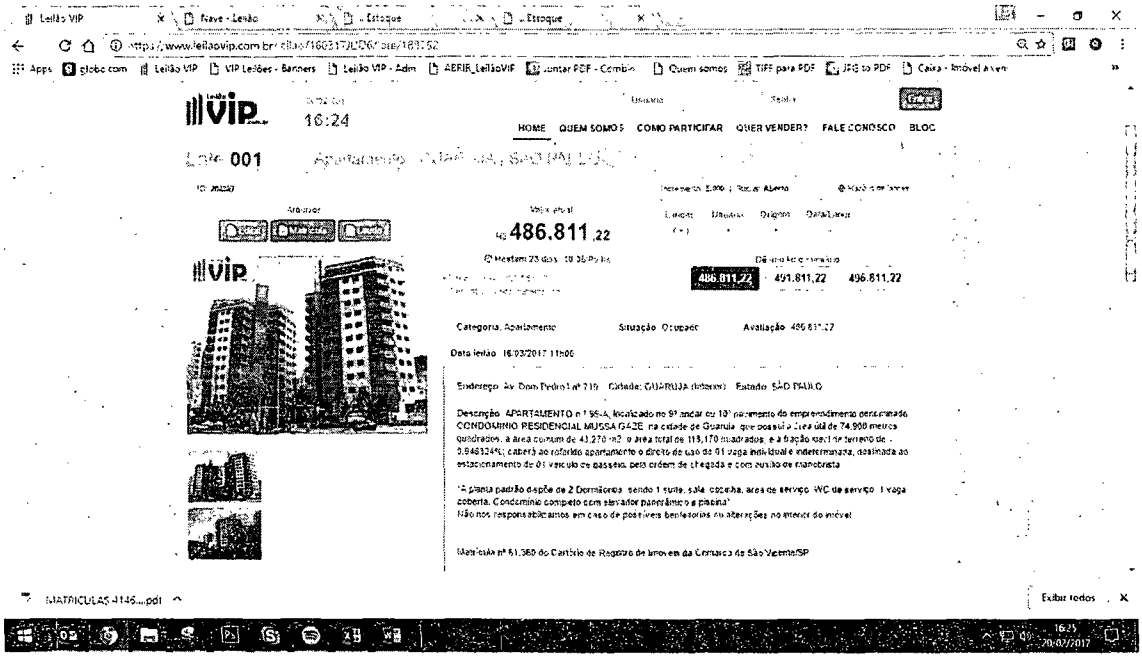
223 FGJA.17.00013682-5 020317 1458 91

Leilão VIP .com.br

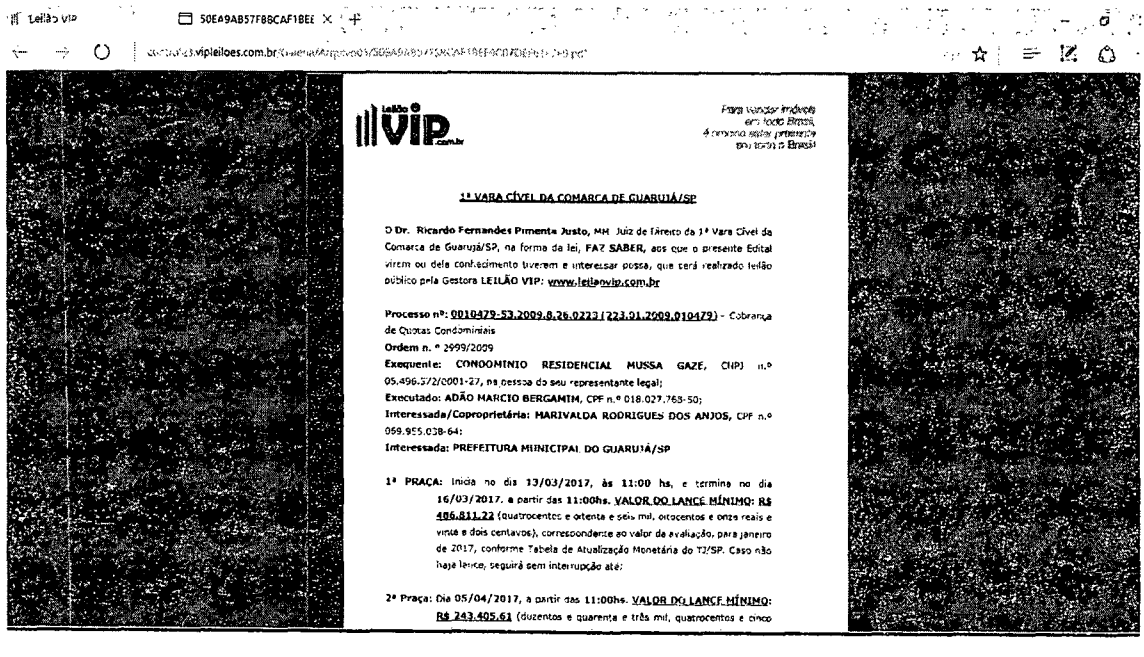
Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

LINK DO LEILÃO NO SITE

https://www.leilaovip.com.br/leilao/160317JUD6/lote/188752



EDITAL DE LEILÃO



1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP

O Dr. **Ricardo Fernandes Pimenta Justo,** MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei, **FAZ SABER,** aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que será realizado leilão público pela Gestora **LEILÃO VIP: www.leilaovip.com.br**

Processo nº: 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479) - Cobrança de Quotas Condominiais
Ordem n. º 2999/2009
Exequente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, CNPJ n.º 05.496.372/0001-27, na pessoa do seu representante legal;
Executado: ADÃO MARCIO BERGAMIM, CPF n.º 018.027.768-50;
Interessada/Coproprietária: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, CPF n.º 069.955.038-64;
Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ/SP

1ª PRAÇA: Inicia no dia **13/03/2017, às 11:00 hs,** e termina no dia **16/03/2017, a partir das 11:00hs. VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 486.811,22** (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da avaliação, para janeiro de 2017, conforme Tabela de Atualização Monetária do TJ/SP. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª Praça: Dia **05/04/2017, a partir das 11:00hs. VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 243.405,61** (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinco

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

VIP GESTAO E LOGISTICA LTDA., por sua advogada infra-assinada, nos autos da COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **INFORMAR** que a **1ª Praça** do bem penhorado nestes autos, encerrada dia 16 de março de 2017 foi **NEGATIVA**, conforme documento anexo bem como, que este seguirá sem interrupção para a 2ª Praça, que se encerrará em 05 de abril de 2017.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 16 de março de 2017.

MIRELLA CALDEIRA FADEL
OAB/SP 138.703

Certifico que no SAJ/PG5:
[X] Cadastrei Incid/Petição/Outros
[ ] Incluí/excluí Advogado(s)
[ ] Registrei Sentença
Data 22/3/17
Regina Gonçalves Said Zaid
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 366.299

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

AUTO DE HASTA PÚBLICA JUDICIAL
PRIMEIRA PRAÇA NEGATIVA

1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

Partes Envolvidas
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
Requerido: ADÃO MARCIO BERGAMIM

Aos 16 dias do mês de março de 2.017, às 11H00 horas, na Praça dos Omaguás, 98, 2º andar, Pinheiros, nesta Cidade de São Paulo, por ordem do Meritíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da **1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ**, eu EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN, Leiloeiro Público Oficial JUCESP sob o nº 464, levei a público através do sitio eletrônico www.leilaovip.com.br, pregão de vendas e arrematação o bem penhorado nestes autos, em que são partes, **CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**, em face de **ADÃO MARCIO BERGAMIM,** sendo finalmente comunicado que **NÃO HOUVE LICITANTES** e seguirá sem interrupção para a 2ª Praça que ocorrerá em 5 de abril de 2017.

E, para constar, lavrei o presente, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN
Leiloeiro Público Oficial
JUCESP nº 464



RESULTADO DO LEILÃO POR STATUS

LEILÃO: **160317JUD6**

Sem oferta

LOTE	COMITENTE	MÍNIMO	CUSTAS	ARREMATADO	COMISSÃO	RECEBER	APELIDO	ARREMATANTE
Pendente 1	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	486.811,22	0,00		0,00			
TOTAL LOTES DO STATUS: **1**		**486.811,22**		**0,00**		**0,00**		
TOTAL LOTES DO LEILÃO: **1**		**486.811,22**		**0,00**		**0,00**		
TOTAL LOTES GERAL: **1**		**486.811,22**		**0,00**		**0,00**		

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRIGENTE DO 1º OFÍCIO CÍVEL DE GUARUJÁ

Eu, advogado/estagiário acima identificado, requeiro carga dos autos do processo em referência, por 01 (uma) hora, nos termos dos Provimentos 04/2006, 15/2008, 20/2009, 09/2011 e 20/2011, todos da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP.

Guarujá, 29 de março de 2017

Gilvan Costa Saldanho

(assinatura do advogado/estagiário)

OAB/SP nº 291.408

PROCESSO Nº 0010479-53.2009

REQUERENTE: Gilvan Costa Saldanho

(Advogado ou Estagiário de Direito regularmente inscrito na OAB)

ENDEREÇO: Rua Montenegro nº 10

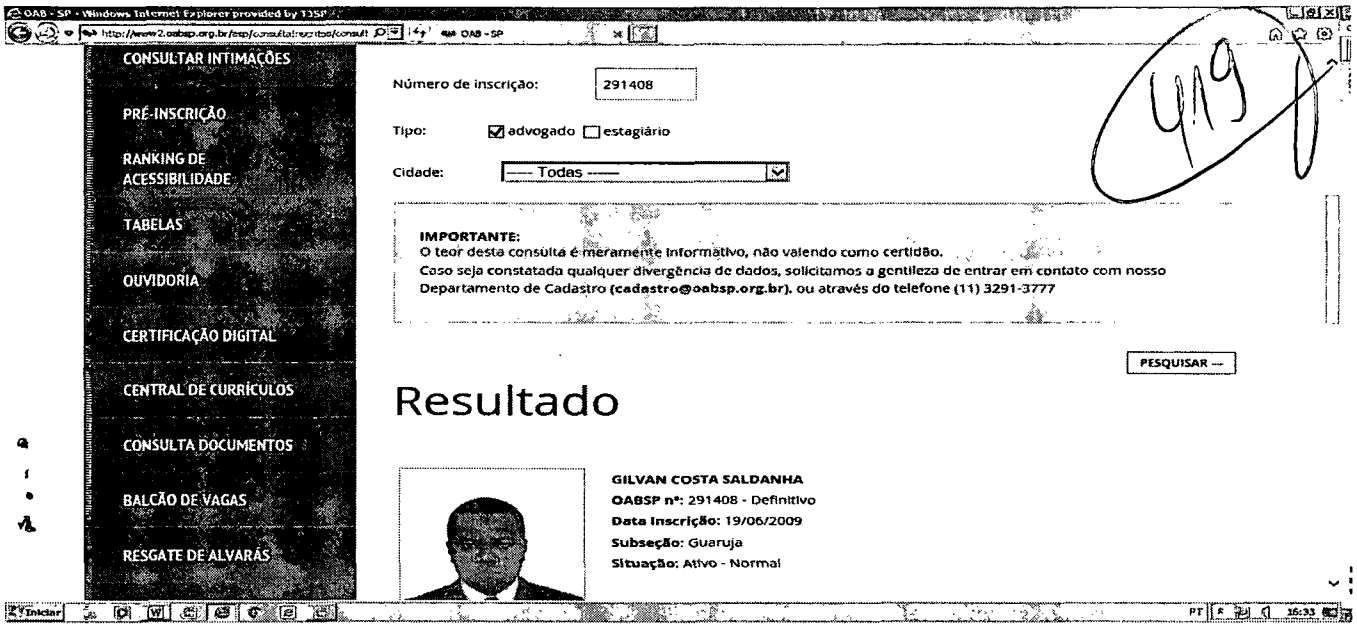
TELEFONE: (13) 33837237

Horário de Entrega dos Autos ao Advogado/Estagiário: 16.33 **horas**

(visto do Dirigente ou Escrevente e matrícula)

Horário de Devolução dos Autos à Serventia: 17.25 **horas**

(visto do Dirigente ou Escrevente e matrícula)


OAB - SP - Windows Internet Explorer provided by TJSP
http://www2.oabsp.org.br/asp/consultainscritos/consult
OAB - SP
CONSULTAR INTIMAÇÕES
PRÉ-INSCRIÇÃO
RANKING DE ACESSIBILIDADE
TABELAS
OUVIDORIA
CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CENTRAL DE CURRÍCULOS
CONSULTA DOCUMENTOS
BALCÃO DE VAGAS
RESGATE DE ALVARÁS
Número de inscrição: 291408
Tipo: advogado estagiário
Cidade: ---- Todas ----
IMPORTANTE:
O teor desta consulta é meramente informativo, não valendo como certidão.
Caso seja constatada qualquer divergência de dados, solicitamos a gentileza de entrar em contato com nosso Departamento de Cadastro (cadastro@oabsp.org.br), ou através do telefone (11) 3291-3777
PESQUISAR
Resultado
GILVAN COSTA SALDANHA
OABSP nº: 291408 - Definitivo
Data Inscrição: 19/06/2009
Subseção: Guarujá
Situação: Ativo - Normal
Iniciar
PT
16:33

Ex. Praça Janeiro

Leilão VIP .com.br

fls. 466

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ

223 FPIN.17.00015118-6 050417 1819 218

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

LEILÃO VIP, por sua advogada infra-assinada, nos autos da **COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS** em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho de fls., **INFORMAR** que o leilão do imóvel penhorado nos autos ocorreu normalmente e que na **2ª Praça**, encerrada dia 05 de abril de 2017, **NÃO HOUVE LICITANTES,** conforme Auto de Leilão anexo.

No entanto, a fim de satisfazer a realização da execução com a consequente arrematação do bem, esta gestora pleiteia lhe seja concedido o prazo de 30 dias para recebimento de propostas que não sejam por preço vil, condicionadas à homologação das partes e deste D.D. Juízo.

Decorrido o prazo de 30 dias sem o recebimento de propostas, pleiteia-se a designação de novas datas.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 05 de abril de 2017.

MIRELLA CALDEIRA FADEL
OAB/SP 138.703

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 11/04/17 Leandro Cardinali Sardenberg
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula TJ n.º 367.422

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

AUTO DE HASTA PÚBLICA JUDICIAL

SEGUNDA PRAÇA NEGATIVA

1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ

Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Partes Envolvidas

Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE

Requerido: ADÃO MARCIO BERGAMIM

Aos 05 dias do mês de abril de 2.017, às 11:00 horas, na Praça dos Omaguás, 98, 2º andar, Pinheiros, nesta Cidade de São Paulo, por ordem do Meritíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da **1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ,** eu EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN, Leiloeiro Público Oficial JUCESP sob o nº 464, levei a público através do sitio eletrônico www.leilaovip.com.br, pregão de vendas e arrematação o bem penhorado nestes autos, em que são partes **CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**, em face de **ADÃO MARCIO BERGAMIM**, sendo finalmente comunicado que **NÃO HOUVE LICITANTES.**

E, para constar, lavrei o presente, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN

Leiloeiro Público Oficial

JUCESP nº 464

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO GUARUJÁ DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

LEILÃO VIP, por sua advogada infra-assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a comprovação da **INTIMAÇÃO** das partes e dos interessados do leilão a ser realizado nos autos em epígrafe, a fim de confirmar que possuem ciência do mesmo, nos termos do Edital.

Assim, requer a juntada dos comprovantes de intimação realizadas por meio válido, esclarecendo que as mesmas foram feitas com base nos endereços constantes nos autos.

Termos em que,
P. Deferimento.
São Paulo, 13 de Abril de 2017.

MIRELLA CALDEIRA FADEL
OAB/SP 138.703

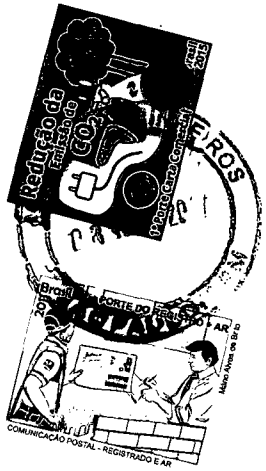
223 FPIN.17.00016784-3 170417 1751 202

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

Leilão VIP .com.br

AO REMETENTE

DESTINATÁRIO (A): Marivalda Rodrigues dos Anjoss
ENDEREÇO: Avenida Severino Prieto Alvarez, n.120, Jd Acapulco, Guarujá/SP,
CEP: 11445-080
LEILÃO: 160317JUD6



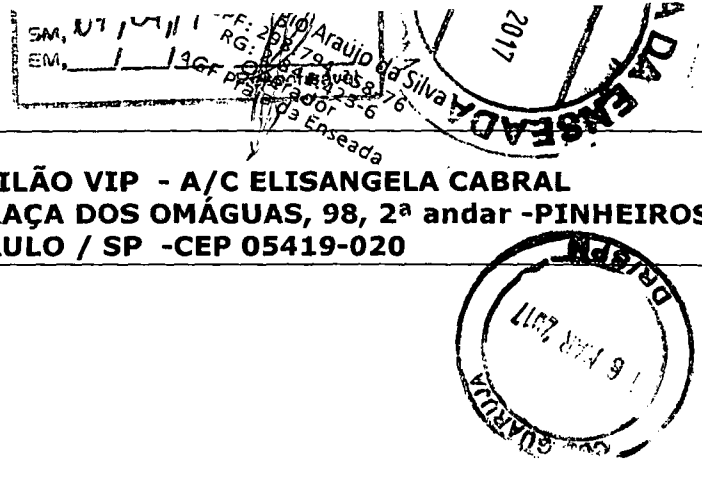
Correios **REGISTRADO URGENTE**
REGISTERED PRIORITY

AR ☐ MP ☐ PESO / *WEIGHT (kg)*

JO 93576180 1 BR

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

473



.EILÃO VIP - A/C ELISANGELA CABRAL
'RAÇA DOS OMÁGUAS, 98, 2ª andar -PINHEIROS -SÃO
'AULO / SP -CEP 05419-020

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 93576180 1 BR
(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

fls. 471

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPOT*

08 MAR 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPOT*

AGÊNCIA DOS CORREIOS CADOLFINA PINHEIROS

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

14/03/17	15/03/17	16/03/17
15:30 h	16:33 h	16:59 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

LEILÃO VIP - A/C ELISANGELA CABRAL
PRAÇA DOS OMÁGUAS, n.º 98, 2ª andar -PINHÈIROS -SÃO PAULO / SP -CEP 05419-020

CIDADE / *LOCALITÉ*

UF

BRASIL
BRÉSIL

[ ][ ][ ][ ][ ]-[ ][ ][ ]

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

fls. 472

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

DESTINATÁRIO (A): Marivalda Rodrigues dos Anjoss
ENDEREÇO: Avenida Severino Prieto Alvarez, n.120, Jd Acapulco, Guarujá/SP,
CEP: 11445-080
LEILÃO: 160317JUD6

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*
- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
__/__/____

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

424

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Em 27/04/2017 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Thuany Gabel de Lira Souza) Estagiária, subscrevo. –
(Número de ordem: **2999/09)** - Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

1) fls. 270/290 e 397/404: Indefiro o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, uma vez que necessária a penhora ou arresto no rosto dos autos para a sua análise.

2) Considerando a informação da gestora de leilão eletrônico de que não houveram licitantes nas praças realizadas, manifeste-se o Condomínio/exequente em termos de prosseguimento, requerendo o que de direito.

Int.

Guaruja, 27 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Certifico e dou fé que o despacho/decisão supra/retro foi incluído na **Relação nº. 190/2017** para encaminhamento à Imprensa Oficial e efetiva intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 27/04/2017. Estagiaria: _____ (Thuany Gabel de Lira Souza).
► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **04/05/2017**
► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **05/05/2017**
obs: contagem dos prazos processuais a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação, ou seja: **08/05/2017**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000002NKCO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**223.2017/012570-3**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, nos autos de Procedimento Sumário,

INTIME Prefeitura Municipal de Guarujá CNPJ 44.959.021/0001-04, ***Avenida Santos Dumont, 800, Vila Santo Antonio - CEP 11432-502, Guaruja-SP***, para os termos da decisão como segue:

DECISÃO: "Vistos.1) fls. 270/290 e 397/404: Indefiro o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, uma vez que necessária a penhora ou arresto no rosto dos autos para a sua análise.2) Considerando a informação da gestora de leilão eletrônico de que não houveram licitantes nas praças realizadas, manifeste-se o Condomínio/exequente em termos de prosseguimento, requerendo o que de direito.Int.".

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 02 de maio de 2017. Edison Alves do Nascimento, Diretor Técnico de Serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002NRUO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

fls. 476

JUNTADA

Em ___ de 10 MAI 2017 de 2017, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, _____, (Gilberto Santos de Freitas
Chefe de Seção
Matrícula TJ-803.184)
Coordenador/Chefe de Secão/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

(MJBB)

P2.350
2999/09

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

223 FGJA.17.00031618-2 040517 1512 00

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN**, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, diante da ausência de licitantes, requerer o regular prosseguimento do feito com designação de novas datas para a realização de **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO**.

Requer, ainda:

a) A intimação do devedor na pessoa de seu procurador, pela imprensa oficial, na forma autorizada pela legislação em vigor;

b) A intimação pessoal da co-titular do bem, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, por meio de mandado à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 – Guarujá/SP;

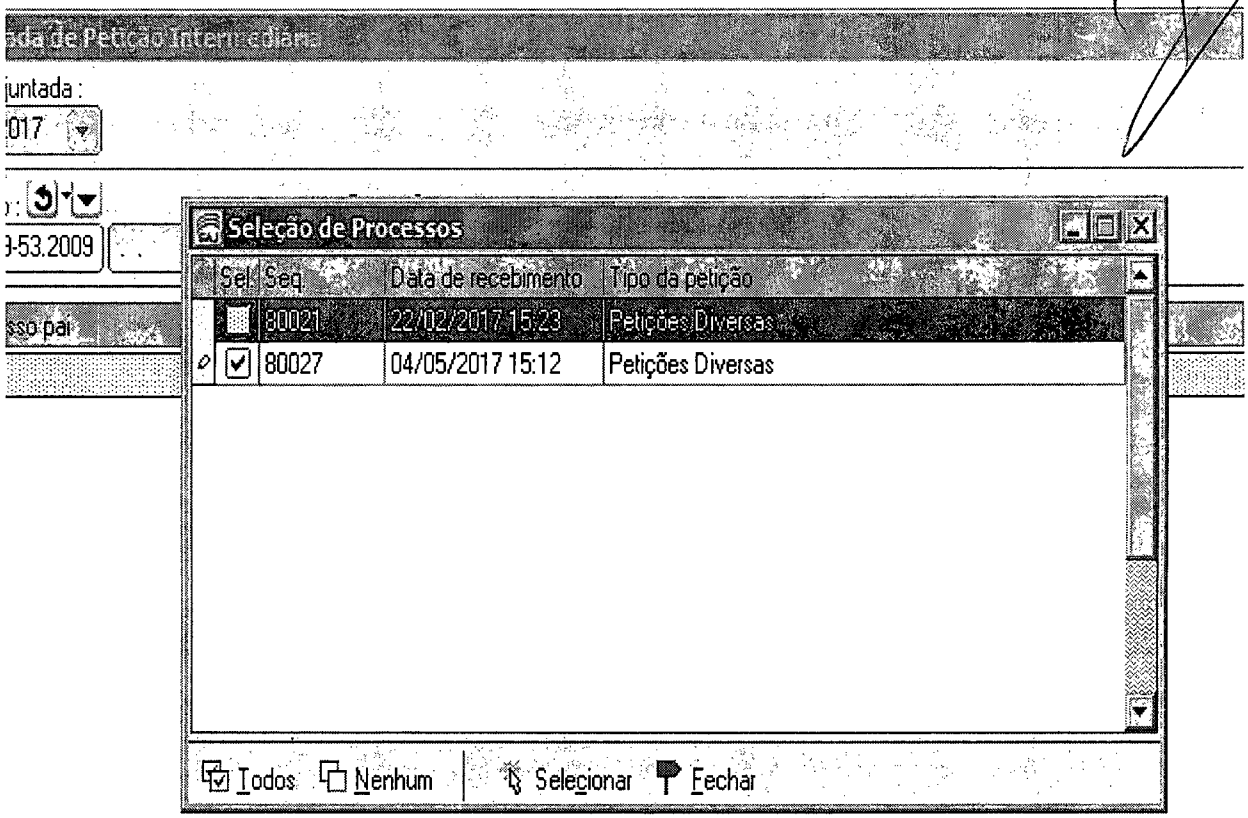
c) A intimação postal da titular do domínio Guarujá Veículos Construções Ltda., à Av. Dom Pedro I nº 1783 – sala 501 – Guarujá/SP;

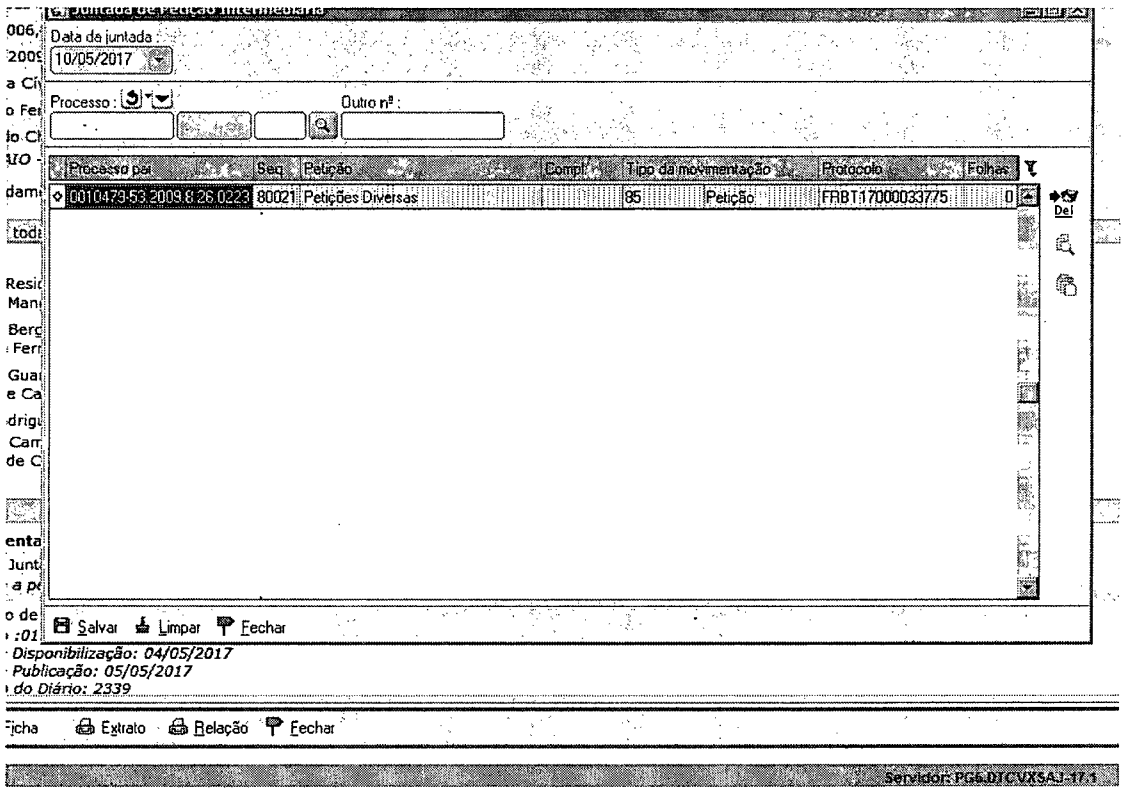
d) Seja expedido edital para intimação das pessoas acima indicadas, e dos demais interessados, na forma da lei.

P. Deferimento.
Guarujá, 04 de maio de 2017.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/exclui Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 08/05/17 Escr Leandro Cardinali Sardenberg
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula TJ n.º 367.422


Seleção de Processos
Sel.
Seq.
Data de recebimento
Tipo da petição
80021
22/02/2017 15:23
Petições Diversas
80027
04/05/2017 15:12
Petições Diversas
Todos
Nenhum
Selecionar
Fechar


Data da juntada
10/05/2017
Processo :
Outro nº :
Processo pai
Seq.
Petição
Compl.
Tipo da movimentação
Protocolo
Folhas
00010479-53.2009.8.26.0223
80021
Petições Diversas
85
Petição
FRBT17000033775
0
Salvar
Limpar
Fechar
Disponibilização: 04/05/2017
Publicação: 05/05/2017
do Diário: 2339
Ficha
Extrato
Relação
Fechar

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que se encontra pendente de juntada aos autos petição protocolada em 22/02/2017 sob nº. FRBT.17.00003377-5 (fls. 428). CERTIFICO E DOU FÉ que nesta data verifiquei nas pastas do respectivo final 9 e não encontrei a sobredita petição. O referido é verdade e dou fé. Guarujá/SP, 10 de abril de 2017. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei.

CONCLUSÃO

Em _____, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Gilberto S. Freitas), Chefe de Seção Judiciário, digitei. Número de Ordem: 2.999/2009.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Em razão do teor da certidão supra, faculto às partes que apresentem, em dez dias, a cópia da petição de protocolo nº. FRBT.17.00003377-5 (fls. 428).

Fls. 427: Defiro.

Intime-se a gestora judicial a designar novas data de praceamento, providenciando a intimação nos termos requeridos (itens ***b, c*** e ***d***).

Int.

Guaruja, 10 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho OU decisão de fls. 429 **foi incluído na RELAÇÃO Nº. 0225/2017** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 10/05/2017. Chefe de Seção Judiciário: _____ (Gilberto S. Freitas). ► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **... 18 de maio de 2017.** ► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **... 19 de maio de 2017.** (OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação) dia: **... 22 de maio de 2017.**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000020BIB.

Nomeação para realização de leilão judicial - Processo 0010479-53.2009.8.26.0223

LEANDRO CARDINALI SARDENBERG
Enviado: terça-feira, 16 de maio de 2017 15:52
Para: contato@leilaovip.com.br

Boa tarde!

Em cumprimento á r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, intimo Vossa Senhoria para os termos do r. despacho:

"Vistos.
Em razão do teor da certidão supra, faculto às partes que apresentem, em dez dias, a cópia da petição de protocolo nº. FRBT.17.00003377-5 (fls. 428).
Fls. 427: Defiro.
Intime-se a gestora judicial a designar novas data de praceamento, providenciando a intimação nos termos requeridos (itens ***b***, ***c*** e ***d***).
Int."

Obrigado,
Leandro C.Sardenberg
Escrevente Técnico Judiciário
1° Ofício Cível - Guarujá

Retransmitidas: Nomeação para realização de leilão judicial - Processo 0010479-53.2009.8.26.0223

Microsoft Outlook
Enviado: terça-feira, 16 de maio de 2017 15:52
Para: LEANDRO CARDINALI SARDENBERG

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:
contato@leilaovip.com.br (contato@leilaovip.com.br)
Assunto: Nomeação para realização de leilão judicial - Processo 0010479-53.2009.8.26.0223

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

433

JUNTADA

Em ___ de 13 JUN 2017 de 2017, junto a estes autos:

( ) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

(X) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (X) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, _____, (VALDIR J. M. SILVA
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 311.183)
Coordenador/Chefe de Secão/Escrevente Técnico Judiciario, subscrevi.

(1)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**223.2017/012570-3**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, nos autos de Procedimento Sumário,

INTIME Prefeitura Municipal de Guarujá CNPJ 44.959.021/0001-04, ***Avenida Santos Dumont, 800, Vila Santo Antonio - CEP 11432-502, Guaruja-SP***, para os termos da decisão como segue:

DECISÃO: "Vistos.1) fls. 270/290 e 397/404: Indefiro o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, uma vez que necessária a penhora ou arresto no rosto dos autos para a sua análise.2) Considerando a informação da gestora de leilão eletrônico de que não houveram licitantes nas praças realizadas, manifeste-se o Condomínio/exequente em termos de prosseguimento, requerendo o que de direito.Int.".

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 02 de maio de 2017. Edison Alves do Nascimento, Diretor Técnico de Serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

01/06/17
Lucas Barbosa Ricetti
Procurador Municipal
OAB/SP 313445

Documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002NRUO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Edna Rodrigues de Souza (26893)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2017/012570-3, dirigi-me ao endereço indicado, onde intimei a Prefeitura Municipal de Guarujá, na pessoa do Lucas Barbosa Ricetti, Procurador Municipal, que assinou no anverso do mandado.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 06 de junho de 2017.

Número de Cotas: 01 (JG)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDNA RODRIGUES DE SOUZA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002PX8B.

Foro de Guarujá
Comprovante de Remessa

Emitido em : 14/06/2017 - 14:15:44
Página: 1 de 1

Lote : 223.2017.00050627
Remetido : 14/06/2017

Origem : Cartório da 1ª Vara Cível
Destino : Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves
. - Bairro: Vila Santo Antonio
Cidade: Guaruja CEP: 11432-500

Tipo de carga: Processo

Ord	Processo	Classe	Partes principais	Volumes	Folhas	Complemento da movimentação
1	0010479-53.2009.8.26.0223	Procedimento Sumário	Condominio Residencial Mussa Gaze x Adão Marcio Bergamim	2		AZUL MOREIRO 179 SANTA ROSA TEF:33087000

Total : 1

Recebido em 20/06/2017 Hora : 18:18 Por : Assinatura :

Observação : COM 1º VOLUME

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
S P
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL
Rua Silvio Daige nº 280, Jd. Tejereba, Guarujá/SP.

JUNTADA

Em 21 de Junho de 2017, junto a estes autos:

(X) a petição _____

( ) contestação apresentada (advogado cadastrado no SAJ) nesta data

( ) o ofício

( ) a carta precatória ( ) **positiva** ( ) **negativa**

( ) o aviso de recebimento ( ) **citação** ( ) **intimação**

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado ( ) **positiva** ( ) **negativa**

( ) o laudo pericial

( ) a carta devolvida

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m)

( ) outros (_____)

Eu, _____ (Regina G. Cota S. Zaid) Escrevente Técnico Judiciário, subscrevo.

Leilão VIP .com.br

Para vender imóveis em todo Brasil, é preciso estar presente em todo o Brasil!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DO GUARUJÁ

223 FSTA.17.0004753-4 000617 1813 768

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

2999/09

LEILÃO VIP., por sua advogada infra-assinada, nos autos da Ação de Despesas Condominiais em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo o r. despacho de fls., requerer a juntada da minuta de Edital de Leilão, com novas datas, para vossa aprovação.

O edital de leilão será publicado após a homologação das datas sugeridas e a abertura do leilão eletrônico para recebimento dos lances será no primeiro dia útil subsequente à publicação do edital, conforme determinado no provimento 1625/2009.

Todas as intimações ficarão a cargo desta empresa gestora e serão providenciadas por correspondências e Aviso de Recebimento.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 05 de junho de 2017.

MIRELLA CALDEIRA FADEL
OAB/SP 138.703

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 12/06/17
Regina Gonçalves Costa Santa Ana
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 298.259

Praça dos Omaguás, 98 - 2º andar
Pinheiros - São Paulo - SP
Tel.: 11 3032-9274
E-mail: contato@leilaovip.com.br
www.leilaovip.com.br

1ª VARA CIVEL DO FORO DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo,** MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei, **FAZ SABER,** aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que será realizado leilão público pela Gestora **LEILÃO VIP**: **www.leilaovip.com.br**

PROCESSO nº: 0010479-53.2009.8.26.0223 (223.01.2009.010479)
Cobrança de Quotas Condominiais
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, CNPJ nº 05.496.572/0001-27, na pessoa do seu representante legal;
EXECUTADOS: ADÃO MARCIO BERGAMIM, CPF nº 018.027.768-50
Interessada/Coproprietária: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, CPF nº 069.955.038-64;
Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ/SP

1ª PRAÇA: Inicia no dia **04/07/2017**, às **14:00hs**, e termina no dia **07/07/2017**, a partir das **14:00hs**.
VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 486.811,22 (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da avaliação para maio de 2017, conforme Tabela de Atualização Monetária do TJ/SP. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª PRAÇA: Inicia no dia **07/07/2017**, às **14:01hs**, e termina no dia **01/08/2017**, a partir das **14:00hs**.
VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 243.405,61 (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos), correspondente a **50%** do valor da avaliação.

DESCRIÇÃO DO BEM: APARTAMENTO nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento do empreendimento denominado **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA**

GAZE, situado a **Av. Dom Pedro I, nº 719, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP,** com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista.

Matrícula nº 61.360 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Guarujá/SP.

DEPOSITÁRIO: n.c

CONTRIBUINTE nº: 3-0027-001-045

DÉBITO EXEQUENDO: R$ 205.867,75, em maio de 2017.

ÔNUS: não constam ônus na referida matricula. A **PENHORA** exequenda encontra-se no Termo de Penhora e Depósito, conforme fls. 200. Constam **débitos de IPTU** para esta unidade, inscritos na Dívida Ativa, no valor de R$ 100.719,10, no período entre 2003 e 2016. Não há informação no processo de demais ônus, recurso ou processo pendente sobre o bem.

DO IMÓVEL: conforme artigo 9º do Prov. 1625/2009, o imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação. As despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens, correrão por conta do arrematante, conforme art. 24 do mesmo Provimento.

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: a hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art.1499 VI do CC). Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art.908 do CPC. Os débitos de IPTU e demais taxas e impostos serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do artigo 130, 'caput' e parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.leilaovip.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

DO LEILÃO: O Leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.leilaovip.com.br e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **Sr. Eduardo Jordão Boyadjian**, matriculado na JUCESP sob o nº 464.

DOS LANCES: Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal **www.leilaovip.com.br**.

DO PAGAMENTO: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação.

DO PAGAMENTO PARCELADO: os interessados em adquirir o bem penhorado em prestações poderão apresentar: (i) até o início do primeiro leilão, proposta para aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início do segundo leilão, proposta para aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis (art. 895,§1º). As propostas deverão ser encaminhadas por escrito para o e-mail: contato@leilaovip.com.br (Art. 895, I e II e §1º do CPC). A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art.895, § 7º, CPC).

DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando, também, os lanços imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à sua apreciação, sem prejuízo da aplicação de sanções legais previstas no art. 897 do Código de Processo Civil, conforme a redação do art. 21 do Provimento CSM/TJSP nº 1625/2009. Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação; (Art. 895, § 4º e 5º do CPC).

DA COMISSÃO: O arrematante deverá pagar à VIP GESTÃO E LOGISTICA, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à gestora judicial **não** está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos termos do art. 7º, §3º da Resolução 236/16.

DO PAGAMENTO DA COMISSÃO: O pagamento da comissão da Gestora Oficial pelo leilão deverá ser realizado mediante guia de **DEPÓSITO JUDICIAL**, que será enviado por e-mail ao arrematante. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.leilaovip.com.br.

Fica ainda o executado **ADÃO MARCIO BERGAMIM**, sua esposa e coproprietária **MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ, INTIMADOS** das designações supra, juntamente com os cônjuges ou companheiros se casados forem, bem como eventuais terceiros e coproprietários, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Guarujá, 29 de maio de 2017.

Eu, _____, diretora/diretor, conferi.

_____

Ricardo Fernandes Pimenta Justo

Dr. Juiz de Direito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

Advocacia Geral do Município

Procuradoria Geral do Município

Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110

Telefone: (13) 3344-4200 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inativ/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 21/6/17 Escr.
Regina Gonçalves Coimbra Leite
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 223.FB.JA.17.000437394-0 200617 1459 368

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por sua procuradora, nos autos do **PROCEDIMENTO SUMÁRIO** movido por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** contra **ADÃO MÁRCIO BERGAMIM,** requerer a juntada da petição de interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de fls. e do respectivo comprovante de interposição, nos termos do *caput* do artigo 1.018 do Código de Processo Civil.

Termos em que

Pede deferimento.

Guarujá, 14 de junho de 2017.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INICIAL - SEGUNDO GRAU

Dados Básicos

Tribunal de Justiça:	Tribunal de Justiça
Seção:	Direito Privado 3
Processo:	21123491920178260000
Classe do Processo:	Agravo de Instrumento
Assunto principal:	Condomínio
Data/Hora:	19/06/2017 11:24:47

Partes

Agravante:	Município de Guaruja
Agravado:	Condomínio Residencial Mussa Gaze
Agravado:	Adão Márcio Bergamim
Agravado:	Marivalda Rodrigues dos Anjos

Documentos

Petição*:	AGRAVO EXIGÊNCIA DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS PARA HABILITAR SEM PEDIDO SUSPENSIVO 3.pdf
Documento 1:	DOCS. AGRAVO 0010479-53.2009.8.26.0223.pdf

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP

Autos n.º **0010479-53.2009.8.26.0223**
Comarca de Origem: 1ª Vara Cível de Guarujá/SP
Agravante: **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**
Agravados: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**

ADÃO MÁRCIO BERGAMIM
MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio da procuradora subscritora, com sede na Rua Azuil Loureiro, 691, Santa Rosa, Guarujá/SP, vem à presença de Vossa Excelência interpor o presente recurso de **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, com fundamento no artigo 1.016 e seguintes do Código de Processo Civil, requerendo o seu recebimento e processamento, tendo em vista o preenchimento de todos os pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos.

Termos em que
Pede deferimento.
Guarujá, 14 de junho de 2017.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

MINUTA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLENDA CÂMARA,
ILUSTRES JUGADORES:

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO

De plano cabe ao agravante declarar que este recurso preenche todos os requisitos para sua admissibilidade impostos pela lei adjetiva pertinente, conforme será demonstrado nos subitens deste tópico. A exposição dos fatos, do direito e as razões do pedido de reforma da decisão atacada serão abordados em seguida em observância ao princípio da dialeticidade.

1.1 – INTERESSE RECURSAL

O Município de Guarujá tem interesse em reformar a decisão do juízo de piso, que **exigiu a penhora no rosto dos autos para admitir a habilitação e analisar o pedido de preferência do crédito do tributário**, em flagrante desobediência aos artigos 130, 186, 187 do Código Tributário Nacional, bem como ao artigo 908 do Código de Processo Civil.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Obviamente que a decisão atacada é suscetível de causar à municipalidade lesão grave e de difícil reparação, pois exige penhora no rosto dos autos para apreciar o pedido de habilitação de crédito tributário municipal.

É cristalino o interesse recursal.

I-2 - TEMPESTIVIDADE

A decisão atacada de fls. 424 foi disponibilizada no Diário Judicial Eletrônico em **04/05/2017 e publicada em 05/05/2017.** Como a Fazenda Pública possui prazo duplicado para interpor recurso e por não ter havido expediente no Foro Judicial de Primeira e Segunda Instâncias em 15 de junho, nos termos do Provimento CSM nº 2394/2016, demonstrada está a tempestividade do presente recurso.

1. 3 – ISENÇÃO QUANTO AO PREPARO

O preparo é o adiantamento dos valores relativos às despesas com o processamento do recurso, incluindo-se neste conceito inclusive, os portes de remessa e retorno dos autos. De acordo com o art. 511, §1º, do CPC, os Municípios são dispensados deste recolhimento, gozando de isenção.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Em que pese o art. 6º da lei de taxa judiciária do Estado de São Paulo, não mencionar a isenção quanto aos portes de remessa e retorno tal dispositivo deve ser interpretado conjuntamente com o já mencionado artigo 511 do Código de Processo Civil. Conforme jurisprudência:

> *"PORTE DE REMESSA E RETORNO Município apelante Determinação de recolhimento, sob pena de deserção Inadmissibilidade - O § 1º do artigo 511 do Código de Processo Civil dispensa de preparo os recursos interpostos pelos Municípios, abrangendo o porte de remessa e retorno Precedentes, inclusive do C.STF Agravo provido para arredar a determinação de recolhimento do valor do porte de remessa e retorno.§ 1º511Código de Processo Civil. (90482142011826000O SP 0090482-14.2011.8.26.0000, Relator: Gonzaga Franceschini, Data de Julgamento: 08/06/2011, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/06/2011)"*

I. 4- DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROCURAÇÃO

O Município, por ser pessoa jurídica de Direito Público, representado por sua procuradoria jurídica, está dispensado de exibir procuração, sendo oportuna a transcrição do saudoso jurista Hely

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Lopes Meirelles, in "Direito Administrativo Brasileiro", Ed. RT, 15ª edição, pág. 615:

> ***"Os procuradores judiciais da Fazenda Pública não necessitam de procuração ad judicia por se presumir conhecido o mandato pelo seu título de nomeação para o cargo (TJSP- RDP 47-48/163)".***

No mesmo sentido o entendimento jurisprudencial:

> ***"Representação Processual - Fazenda Pública - Função desempenhada por advogado, ocupante de cargo público- Representação legal- Procuração desnecessária - Inaplicabilidade do artigo 37 do Código de Processo Civil- Preliminar rejeitada" (Relator: Franklin Neiva- Apelação Cível nº 207.992-2 - São Caetano do Sul- 11.05.93)".***

I. 5 – CUMPRIMENTO AO ART 1.016, IV DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Em observância às regras do artigo 1.016, IV do Código de Processo Civil, informa:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Procuradora do Agravante: **Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves,** OAB/SP N° 147.786, lotada à Avenida Azuil Loureiro n° 691, Santa Rosa – Guarujá/SP – CEP 11.430-110.

Parte autora: **Condomínio Residencial Mussa Gaze**
Advogados: **Mário de Paula Machado ,** inscrito na OAB/SP sob o nº 76.500 e **Silvia Paula Monteiro da Costa,** inscrita na OAB/SP sob o nº 142.752, com escritório na Rua Montenegro nº 196, cj. 14, Guarujá/SP CEP 11410-903, conforme procuração de fls. 05.

Partes requeridas:
Adão Márcio Bergamim:
Advogados: **Alexandre Fernandes Andrade,** inscrito na OAB/SP sob o nº 272.017, **Vanilda Fernandes do Prado Rei,** inscrita na OAB/SP sob o nº 286.383 e **Leslie Matos Rei,** inscrita na OAB/SP sob o nº 248.205, com escritório na Rua Montenegro nº 244, sala 02, Centro, Guarujá/SP CEP 11.410-040, conforme procuração de fls. 191.

Marivalda Rodrigues dos Anjos:
Sem advogado constituído nos autos.

II- - BREVE RESUMO DOS FATOS PROCESSUAIS

Trata-se de Cumprimento de Sentença de Ação de cobrança de condomínio em que houve a condenação dos executados ao

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

pagamento dos débitos resultando na designação de leilão do imóvel em tela.

Ao tomar conhecimento de que o imóvel em que há várias execuções fiscais iriam ser leiloados, o Município de Guarujá habilitou o seu crédito e requereu o reconhecimento de sua preferência com a conseqüente sub-rogação dos créditos tributários no produto da arrematação, nos termos do artigo 130, § único do CTN.

Primeiramente o MM. Juiz *a quo* decidiu adiar a apreciação do pedido de habilitação do Município agravante para outro momento. Como o leilão foi negativo, no despacho que determinou a manifestação do condomínio sobre o prosseguimento do feito, o referido magistrado também apreciou o pedido de preferência que a Fazenda Pública possui sobre o crédito condominial e concluiu que para participar do concurso de credores, a Fazenda Municipal deverá requerer a penhora no rosto dos autos, possibilitando sua habilitação, conforme decisão agravada, abaixo transcrita:

> *"Vistos.(...)*
> *(...) Fls. 270/290 e 397/404: Indefiro o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, uma vez que necessária a penhora ou arresto no rosto dos autos para a sua análise."*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Diante da equivocada decisão prolatada, faz-se necessária a interposição do recurso de **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, consoante se exprime das razões abaixo:

IV- RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO:

DA NÃO SUBMISSÃO A CONCURSO DE CREDORES E DA DESNECESSIDADE DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS PARA GARANTIA DA PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Ressaltamos que é da alçada do magistrado competente para o praceamento do bem imóvel a distribuição do produto da alienação, verificar a incidência do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Não se trata de uma faculdade, a lei é clara ao estabelecer que **o crédito tributário oriundo de débitos gerados pelo próprio imóvel arrematado sejam sub-rogados no produto da arrematação, sem que se exija qualquer condição**.

Agir de modo diverso é afastar, ainda que implicitamente, a incidência da norma legal.

Entretanto, o D. Juízo entendeu pela imprescindibilidade da penhora no rosto dos autos para habilitação do crédito e esta não é a regra eleita pelo legislador.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Corroborando a assertiva supra, prescreve o artigo 130, parágrafo único do CTN que **os tributos inerentes ao bem imóvel se sub-rogam no preço da arrematação, não fazendo qualquer alusão à necessidade de penhora no rosto dos autos**.

Inclusive porque nenhum tributo da União ou do Estado é inerente ao bem imóvel em questão, nem tampouco eventuais créditos trabalhistas possuiriam natureza *propter rem*, e, portanto, referido ente federativo e os demais eventuais credores não gozariam da preferência tributária estatuída no supracitado comando normativo, ou seja, **só o município, detentor da competência tributária do IPTU e demais taxas imobiliárias ostenta a prerrogativa conferida pelo artigo 130, parágrafo único, do CTN de sub-rogar sozinho no produto da arrematação, de forma que a parcela remanescente do crédito servirá para satisfazer os demais credores.**

Ainda que assim não fosse, restaria o privilégio geral afeto à Fazenda Pública. Consoante se verifica do artigo 908 do Código de Processo Civil Brasileiro, o juízo que preside a alienação do bem expropriado deverá distribuí-lo aos credores de acordo com a ordem legal de prelação. O parágrafo 2º prevê que será observada a anterioridade da penhora apenas se não houver título legal à preferência, a qual ocorre no caso de tributos. Porém a referida preferência não está sendo reconhecida pelo juiz de primeira instância, o que ensejou o presente recurso.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Desta feita, interpretando o referido preceito legal, bem como tomando por base o dispositivo legal que veda que o juiz se paute na equidade para ofertar o Direito aos jurisdicionados, subsumir-se-á que **não é facultado ao julgador elastecer, modificar, desvirtuar ou ignorar a ordem de preferência legal, exigindo condição não instituída em lei,** haja vista que o Poder competente para dizer a vontade geral do Estado Democrático, qual seja, **o Poder Legislativo já definiu quais créditos devem ser prioritariamente satisfeitos e sob quais condições.**

Para tanto, o Código Tributário Nacional, no enunciado normativo do artigo 186, estabelece a seguinte ordem de preempção:

1º – créditos decorrentes de direito do trabalho e acidente de trabalho;

2º – crédito tributários e todos os seus acessórios;

3º – demais créditos.

E complementa o artigo 187 do CTN que **a cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores, bem como que as pessoas jurídicas de direito público não se sujeitam a concurso de PREFERÊNCIA**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Portanto, apesar do entendimento da R. Decisão agravada, **não ocorre concurso de credores no presente caso, eis que a Fazenda Municipal se privilegia com a preferência frente aos demais credores, independentemente de penhora no rosto dos autos**.

Destarte, deve-se frisar que a legislação tributária é peremptória no sentido de que só o crédito decorrente da legislação do trabalho e de acidente do trabalho tem preferência ao crédito tributário, ou seja, quaisquer outros créditos sucumbirão à preferência do crédito tributário nos termos da legislação vigente. **E tal preferência é assegurada independentemente de penhora no rosto dos autos, eis que onde o legislador não restringiu, não cabe ao intérprete fazê-lo**:

> *"Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho."*

E em havendo tal preferência, o dinheiro será entregue consoante a ordem das respectivas prelações, e que, no caso, apenas o Município detém a preferência de crédito. E, somente em seguida, é que os demais credores virão a receber sobre o saldo remanescente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Assim, se verifica que a lei processual não determina o requisito de penhora no rosto dos autos para habilitação de crédito da Fazenda, bastando, para a instauração do concurso de preferências, que o crédito seja líquido, certo e exigível.

Dentro desta conjuntura, é imperioso ressaltar que a Fazenda Pública, por intermédio de um procedimento administrativo, denominado de "lançamento", em que é assegurado o direito de ampla defesa e contraditório à parte interessada, pode constituir unilateralmente os seus títulos executivos, razão pela qual não precisa, para tanto, socorre-se ao Poder Judiciário ou mesmo à vontade da parte contrária para certificar a presunção de liquidez de seus créditos.

Em outras palavras, o crédito tributário regularmente constituído é suficiente para revelar a liquidez, certeza e exibilidade do crédito deduzido contra o contribuinte, seja porque tal ato é submetido ao regime de direito público, portanto presumidamente legítimo e decorre de procedimento em que é assegurando a ampla defesa e o contraditório (procedimento de lançamento fiscal), seja porque por ostentar presunção legal de certeza, liquidez e exigibilidade, gera a possibilidade de, mediante extração da certidão de dívida ativa, deflagra execução fiscal sem quaisquer outras condicionantes.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Desta feita, é imprescindível concluir que o lançamento do crédito tributário, bem como a respectiva inscrição do débito em dívida ativa já geram, o dever do contribuinte de pagar o tributo independe de ajuizamento da execução fiscal e, por esse motivo, tais atos administrativos presumidamente legítimos, por si só, devem servir de arrimo para possibilitar a habilitação de crédito municipal e posterior levantamento de valores.

Outrossim, **não é possível estabelecer exigências não previstas em lei, tais como penhora do imóvel, decurso do prazo de defesa, ajuizamento da execução fiscal, nem tão pouco mandado de penhora dos autos da execução fiscal no rosto dos autos em que se pretende a habilitação de crédito**, razão pela qual o crédito tributário deve ser não só habilitado como também levantado com privilégio pelo Município, independentemente da apresentação de qualquer documento, ato processual ou administrativo, senão aqueles que a lei expressamente exige.

Conforme se depreende de todo o exposto, não há qualquer razoabilidade em exigir penhora no rosto dos autos para habilitação do crédito municipal, haja vista que desvirtua a preferência preconizada no artigo 186 do Código Tributário Nacional e artigo 908 do Código de Processo Civil. **Ora, se o Município deixar de atender, haverá perda do privilégio, vindo o crédito dos demais credores a serem satisfeitos antes.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Outrossim, é sabido que, no Estado Democrático de Direito, enquanto os Poderes Legislativo e Executivo encontram sua legitimidade no voto popular, o Poder Judiciário, por sua vez, revela sua legitimidade por intermédio da fundamentação exarada nas decisões.

A fundamentação é medida que reflete a democratização e legitimação da atividade judiciária, sem prejuízo de revelar o princípio do livre convencimento motivado do juiz.

É sabido, contudo, que o convencimento do juiz é balizado por alguns outros institutos jurídicos, tais como a motivação, as máximas da experiência, a racionalidade, as provas legais, proporcionalidade e, evidentemente, pela legalidade.

Quando a motivação colide com a legalidade, salvo nas hipóteses de inconstitucionalidade, que não é o presente caso, estar-se-á diante de uma decisão ilegítima e ilegal, haja vista que pautada em critérios estranhos à vontade popular manifestada pelo Congresso Nacional ou por outro Órgão Legislativo, seja ele municipal ou estadual.

Percebe-se que, não obstante o MM. Juiz que preside a causa em primeiro grau tenha fundamentado a referida decisão, manifestou entendimento que coincide com uma espécie de "sentimento de justiça subjetiva", que é denominado juridicamente como equidade, ao passo que, ainda que inobservando os dispositivos legais, entendeu que seria justo exigir penhora no rosto dos autos para habilitação do crédito, **impedindo a percepção do crédito municipal, bem como com a possibilidade de**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

causar inversão da ordem legal de pagamento, eis que é requisito que impede a habilitação municipal.

Ocorre que tal posicionamento, além de ilegal, também afronta qualquer ideal de justiça e equidade, ao passo que **a exigência ilegal de penhora no rosto dos autos para habilitação de crédito impede a sua percepção pela municipalidade e pode causar preterição dos demais créditos existentes nos autos** que importa apenas lesão aos interesses privados, conquanto a preterição do crédito tributário acarreta prejuízo ao Erário, ou seja, prejuízo a toda a coletividade, o que é vedado por ocasião da supremacia do interesse público.

Esse é o entendimento de Álvaro Villaça de Azevedo, em seu livro Teoria Geral das Obrigações, 10ª edição, 2004, fls. 328/329:

> "Já vimos a importância do crédito da pessoa jurídica de Direito Público, ao mostrarmos que ele é necessário ao cumprimento de uma programação de vida, que transcende ao direito individual.
> Pelo recebimento dos tributos, o Poder Público realiza a satisfação dos interesses de toda a coletividade. Por esta razão, o crédito tributário é privilegiado sobre qualquer crédito de Direito Privado, o que se expressa no art. 186 da Lei

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

5.172, de 25-10-1966 (Código Tributário Nacional)."

Como se não bastasse toda a doutrina, o Superior Tribunal de Justiça manifestou, em recente entendimento expresso, que o crédito tributário prefere aos demais créditos, sendo **desnecessária inclusive a execução fiscal**, conforme se demonstra da ementa do voto da Respeitada Ministra Fátima Nancy Andrighi, em precedente oriundo da Comarca do Guarujá:

> ***PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. EXECUÇÃO. CONCURSO SINGULAR DE CREDORES. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. CRÉDITO COM PREFERÊNCIA LEGAL. EXECUÇÃO EM CURSO E PENHORA ANTERIOR SOBRE O MESMO IMÓVEL. DESNECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 711 DO CPC. 1. No concurso singular de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. 2. O credor com título de preferência legal pode participar do concurso previsto no art. 711 do CPC para resguardar o seu direito de preferência, mesmo que não tenha promovido a***

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

execução do seu crédito. Nessa hipótese, reconhecida a preferência do crédito, o levantamento do valor fica condicionado à posterior ajuizamento de execução. 3. Negado provimento ao recurso especial. (REsp 1219219/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 25/11/2011).

Desta feita, se inexigível ajuizamento de execução fiscal para assegurar a preferência tributária, revela-se completamente desarrazoada a decisão que condiciona a habilitação de crédito à ocorrência de penhora no rosto dos autos, conforme se demonstra na Jurisprudência, cujo processo de origem ao precedente citado foi originado da presente Comarca.

Além disso, este E. Tribunal de Justiça vem entendendo que, **para a percepção do crédito tributário vinculado ao imóvel levado à hasta, basta mero pedido de habilitação de crédito**, mostrando-se desnecessário pedido de penhora no rosto dos autos, conforme se verifica da ementa e trecho do julgamento do agravo de instrumento nº. 2191461-42.2014.8.26.0000 TJSP, 15ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 25/11/2014, Relator Erbetta Filho:

> PENHORA. **Pretensão formulada pela Fazenda Municipal à sua realização no rosto dos autos de cobrança de despesas condominiais**, sem

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

prejuízo da constrição já feita nos autos de execução fiscal. Inadmissibilidade, in casu. Inviabilidade e **desnecessidade da medida**. Não sujeição da dívida das fazendas ao concurso de credores. Recurso não provido.
(...)
Para o exercício da preferência da ora recorrente, aliás, é irrelevante a precedência da execução ou da penhora.
(...)
Bastará à Municipalidade, enfim, protestar, nos autos da execução das verbas condominiais, pela preferência dos créditos tributários em detrimento dos condominiais*, nos termos dos artigos 186 e 187, ambos do CTN, 29 e 30 da LEF, bem como do art. 711 do CPC.*[1]

Entendimento adotado também pelos acórdãos proferidos no 1) Agravo de Instrumento nº. 2191486-55.2014.8.26.0000 TJSP, 18ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 04/12/2014, Relator OSVALDO CAPRARO; 2) Agravo de Instrumento nº. 2187901-92.2014.8.26.0000 TJSP, 15ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 15/12/2014, Relator Erbetta Filho; 3) Agravo de Instrumento nº. 2188408-53.2014.8.26.0000 TJSP, 15ª Câmara de Direito Público, disponibilizado em 15/12/2014, Relator Erbetta Filho.

Em relação ao tema há recentes julgados reconhecendo a desnecessidade de arresto ou penhora no rosto dos autos, cujas ementas seguem:

[1]Grifo nosso

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Abordagem de credor tributário, a invocar preferência na liquidação de produto de arrematação de unidade condominial em débito. Inteligência do artigo 186, do Código Tributário Nacional, e do artigo 908, do Código de Processo Civil. Desnecessidade de penhora no rosto dos autos. Recurso provido, com observação.(Agravo de instrumento n º 2157790 -57.2016.8.26.0000 da 30ª Câmara de Direito Privado, j. em 26/10/2016)

" AGRAVO DE INSTRUMENTO. Cumprimento de sentença. Habilitação de crédito tributário. Débito de IPTU. Prévia penhora no rosto dos autos. Desnecessidade.Título legal à preferência. Art. 711 do CPC/1973. Recurso provido, na parte conhecida, com observação.(Agravo de instrumento nº 2047160-31.2016.8.26.0000 da 9ª Câmara de Direito Privado, j. em 31/01/2017)"

*" **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2229583-56.2016.8.26.0000 – VOTO N.º 21.518** AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ.AGRAVADOS: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TRAMANDAÍ E OUTROS COMARCA DE GUARUJÁ 1ª VARA CÍVEL MM. JUIZ DE DIREITO: RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO **AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** CONCURSO ENTRE CRÉDITO TRIBUTÁRIO (IPTU) E CONDOMINIAL DETERMINAÇÃO DE PENHORA OU ARRESTO DO CRÉDITO FAZENDÁRIO NO ROSTO DOS AUTOS. DESCABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 130, PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MATÉRIA AINDA NÃO*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

APRECIADA PELO JUÍZO A QUO, QUE RELEGOU PARA MOMENTO OPORTUNO TAL ANÁLISE.

-Recurso provido."

Em cumprimento ao inciso II do artigo 1.017 declaro que os réus não apresentaram contestação.

V – NOS TERMOS DO ARTIGO 1.017, I, II E III, SEGUE ABAIXO O ROL DE PEÇAS QUE COMPÕEM O PRESENTE AGRAVO:

- Petição inicial - fls. 02/03;
- Procuração dos advogados do autor agravado – fls. 05;
- Petição de aditamento da inicial – fls. 85;
- Pedido de substituição do pólo passivo – fls. 107/108;
- Procuração dos advogados do corréu agravado Adão– fls. 125;
- Sentença – fls. 134/137;
- Comprovante de renúncia dos advogados do corréu Adão – fls. 180/182;
- Procuração dos advogados do corréu – fls. 191;
- Termo de penhora e depósito do imóvel efetuada pelo autor – fls. 198;
- Auto de penhora e avaliação – fls. 200;
- Matrícula – fls. 208/211;
- Edital de leilão – fls. 264/265;
- Habilitação do crédito tributário do Município - fls. 270/290;
- Demonstrativos dos débitos tributários dos imóveis- fls. 291/293;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

- Iniciais e CDAs das execuções fiscais - fls. 294/311;
- Petição do condomínio discordando do pedido de preferência do crédito tributário sobre o crédito condominial – fls. 317/321;
- Auto negativo de leilão – fls. 322;
- Novo edital de leilão – fls. 323/324;
- Despacho informando que o pedido de habilitação será apreciado oportunamente, aguardando-se a realização de novo praceamento – fls. 331;
- Reiteração do pedido de habilitação do crédito tributário municipal com valores atualizados – fls. 353/358;
- Novo edital de leilão – fls. 383/386;
- Nova reiteração do pedido de habilitação do crédito tributário municipal com atualização dos valores e comprovando a distribuição de nova execução fiscal – fls. 397/404;
- Novo auto negativo de leilão – fls. 421;
- Decisão agravada determinando que a Prefeitura providencie a penhora ou arresto no rosto dos autos para que o pedido possa ser analisado e respectiva certidão de publicação - fls. 424;
- Provimento CSM nº 2394/16 comprovando a suspensão do expediente em 1ª e 2ª instâncias.

VII - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se o conhecimento e o provimento do presente recurso para o fim de se acolher o pedido de reforma da decisão atacada, determinando-se a habilitação do crédito municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

tributário, **independentemente de penhora no rosto dos autos**, conforme artigos 130, parágrafo único, 186, 187 CTN e artigo 908 do Código de Processo Civil, para o total adimplemento dos débitos tributários gerados pelo imóvel praceado.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam em nome da procuradora subscrevente, Dra. Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves – OAB/SP 147.786 e façam constar expressamente o nome do ente público habilitante, ora agravante, qual seja, Município de Guarujá, sob pena de nulidade.

Termos em que
Pede deferimento.
Guarujá, 14 de junho de 2017.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Físico n°:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Nos termos do Inciso I, do artigo 889 do NCPC, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) na pessoa de seu(s) advogado(s) constituído(s) nos autos de que foi designada novas datas para leilão, a saber; ***1ª Praça de Leilão com início para o dia 04 de JULHO de 2017 às 14:00 horas e encerramento no dia 07 de JULHO de 2017 às 14:00 horas****, não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a* ***2ª Praça, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em, 01 de AGOSTO de 2017 às 14:00****, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.*
IMÓVEL: *Condominio Residencial Mussa Gaze,* ***Apartamento 95-A localizado à Avenida Dom Pedro I, nº 1719****, na comarca de Guarujá/SP. Registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá sob a* ***matrícula nº 61.360****. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-000.*
Realização: *VIP LEILÕES (www.leilaovip.com.br)*

Nada Mais. Guaruja, 21 de junho de 2017. Eu, ___, Regina Gonçalves Cota Said Zaid, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº 307/2017** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, **21/06/2017**. Escrevente Técnico Judiciário: _____ (Regina G. Cota Said Zaid).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico:.....**29/06/2017**

► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia.....**03/07/2017**

(OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação, ou seja, dia **04/07/2017**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por REGINA GONCALVES COTA SAID ZAID. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002QQS7.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Aos 21 de junho de 2017, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá. Eu, _____ Regina Gonçalves Cota Said Zaid, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevo.
(Ordem nº 2999/2009).

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Anote-se a comunicação da interposição do recurso de agravo de instrumento, pela Prefeitura Municipal, contra decisão de fls 424, a qual mantenho íntegra por seus próprios fundamentos.

Assim, prossiga-se no cumprimento dos atos de execução.
Intime-se.

Guaruja, 21 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº 307/2017** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, **21/06/2017**. Escrevente Técnico Judiciário: _____ (Regina G. Cota Said Zaid).

▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico:.....**29/06/2017**

▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia.....**03/07/2017**

(OBS: prazos devem ser contados a partir do 1º dia útil seguinte da data de publicação, ou seja, dia **04/07/2017**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002QRYN.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Mandado nº:	**223.2017/018299-5**

DILIGÊNCIA DO JUÍZO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE Prefeitura Municipal de Guarujá** CNPJ 44.959.021/0001-04, ***Avenida Santos Dumont, 800, Vila Santo Antonio - CEP 11432-502, Guaruja-SP*** , na pessoa de seu procurador(a) jurídico, de que a hasta do bem penhorado acontecerá em local e data abaixo descritos:

A 1ª Praça de Leilão com início para o dia 04 de JULHO de 2017 às 14:00 horas e encerramento no dia 07 de JULHO de 2017 às 14:00 horas*, não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção,* ***a 2ª Praça, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em, 01 de AGOSTO de 2017 às 14:00****, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.*

IMÓVEL*: Condominio Residencial Mussa Gaze,* ***Apartamento 95-A localizado à Avenida Dom Pedro I, nº 1719****, na comarca de Guarujá/SP. Registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá sob a* ***matrícula nº 61.360****. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-000.*

Realização: *VIP LEILÕES (www.leilaovip.com.br)*

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 21 de junho de 2017. Edison Alves do Nascimento, Diretor Técnico de Serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002QRRF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Mandado nº:	**223.2017/018311-8**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE** Marivalda Rodrigues dos Anjos, Avenida Severino Prieto Alvarez, 120, Acapulco - CEP 11445-080, Guaruja-SP, CPF 069.955.038-64, RG 20588336 , que foram designadas novas datas para praceamento do imóvel; a saber:

1ª Praça de Leilão com início para o dia 04 de JULHO de 2017 às 14:00 horas e encerramento no dia 07 de JULHO de 2017 às 14:00 horas*, não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção,* ***a 2ª Praça, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em, 01 de AGOSTO de 2017 às 14:00****, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.*

Realização: *VIP LEILÕES (www.leilaovip.com.br)*

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 21 de junho de 2017.

Guaruja, 21 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: DO JUÍZO
Advogado: Dr(a). Mário de Paula Machado-OAB 76.500/SP – Rua Montenegro, 196, cj 34 – Guarujá/SP - Telefone: 3355.4526

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002QRUL.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº 2112349-19.2017.8.26.0000
Relator(a): CARLOS NUNES
Órgão Julgador: 31ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Vistos.

1) Presentes os requisitos legais autorizadores da medida, atribuo ao agravo o efeito suspensivo, porquanto o prosseguimento da execução poderá acarretar prejuízos à Municipalidade/agravante.

2) Oficie-se à Vara de Origem, comunicando esta decisão.

3) Intimem-se os agravados para oferecer resposta no prazo legal.

4) Após, tornem os autos conclusos.

Int.

São Paulo, 20 de junho de 2017.

Carlos Nunes
Relator

fls. 220

471

CANCELAMENTO DE MANDADOS

REGINA GONCALVES COTA SAID ZAID
Enviado: sexta-feira, 23 de junho de 2017 17:25
Para: GUARUJA - DISTRIBUICAO DE MANDADOS
Prioridade: Alta

Prezada Monica,

Conforme falamos ao telefone, solicito o cancelamento dos mandados que seguem, face à decisão recebida hoje decretando efeito suspensivo aos atos de execução:

MANDADO 223.2017/018311-8 - DISTRIBUIDO EM 23/06 PARA PAULO FRANCISCO - URGENTE
MANDADO 223.2017/018299-5 - DISTRIBUIDO EM 23/06 PARA JOSÉ LUIZ PRIETO - URGENTE
MANDADO 223.2017/018532-3 - AGUARDANDO DISTRIBUIÇÃO

atenciosamente

Regina Zaid
1º Oficio Civel - 3386-2950 ramal 206

REGINA GONCALVES COTA SAID ZAID

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1º Ofício Cível
Rua Sílvio Daige, 280, sala 3 - Jardim Tejereba - Guarujá/SP - CEP: 11440-900
Tel: (13) 3386-2950 - Ramal 0206
Cel: (13) 98126-4027
E-mail: rzaid@tjsp.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Mandado nº:	**223.2017/018311-8**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE** Marivalda Rodrigues dos Anjos, Avenida Severino Prieto Alvarez, 120, Acapulco - CEP 11445-080, Guaruja-SP, CPF 069.955.038-64, RG 20588336 , que foram designadas novas datas para praceamento do imóvel; a saber:

1ª Praça de Leilão com início para o dia 04 de JULHO de 2017 às 14:00 horas e encerramento no dia 07 de JULHO de 2017 às 14:00 horas*, não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção,* ***a 2ª Praça, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em, 01 de AGOSTO de 2017 às 14:00****, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.*

Realização: *VIP LEILÕES (www.leilaovip.com.br)*

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 21 de junho de 2017.

Guaruja, 21 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: DO JUÍZO
Advogado: Dr(a). Mário de Paula Machado-OAB 76.500/SP – Rua Montenegro, 196, cj 34 – Guarujá/SP - Telefone: 3355.4526

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Não cumprido**
Oficial de Justiça	**Paulo Francisco Ciarini (26926)**

CERTIDÃO – MANDADO SEM CUMPRIMENTO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que deixei de dar cumprimento ao mandado n° 223.2017/018311-8, tendo em vista solicitação de devolução em cartório conforme mensagem em E-mail anexo.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 23 de junho de 2017.

Número de Cotas:00

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PAULO FRANCISCO CIARINI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000002QYC4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente: **Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido: **Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Em 27/06/2017 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Drielly Freitas de Melo) Estagiária, subscrevo. –
(Número de ordem: **2999/09)** - Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Cientifique-se a gestora de leilão eletrônico a suspensão dos atos de execução, em face do efeito suspensivo concedido nos autos do Agravo de Instrumento n. 2112349-19.2017.8.26.0000, interposto pela Municipalidade de Guarujá contra a decisão de fls.424, que reputou imprescindível a existência de penhora no rosto dos autos para reconhecimento de preferência do crédito tributário.

Int.

Guaruja, 27 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 307/2017** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 27/06/2017. Estagiaria : _____ (Drielly Freitas de Melo).

► Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **29/06/2017**
► Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **03/07/2017**
Inicio do prazo **04/07/2017**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000002R43G.

fls. 524
475

URGENTE - PROC.: 0010479-53.2009.8.26.0223

ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS
Enviado: quarta-feira, 28 de junho de 2017 14:18
Para: contato@leilaovip.com.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Guarujá
Foro de Guarujá
1ª Vara Cível
Rua Silvio Daige, 280 - Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Sr. Gestor,

Em cumprimento à r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, Intimo Vossa Senhoria para ciência da decisão de seguinte teor:

" Vistos. Cientifique-se a gestora de leilão eletrônico a suspensão dos atos de execução, em face do efeito suspensivo concedido nos autos do Agravo de Instrumento n. 2112349-19.2017.8.26.0000, interposto pela Municipalidade de Guarujá contra a decisão de fls.424, que reputou imprescindivel a existência de penhora no rosto dos autos para reconhecimento de preferência do crédito tributário. Int. "

Esclareço a Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art. 237, redação dada pela Lei nº 11.419, de 2006).

Ana Hílida Spolaore Farias- Escrevente Técnico do Judiciário

Guarujá, 28 de junho de 2017

fls. 525
476

Retransmitidas: URGENTE - PROC.: 0010479-53.2009.8.26.0223

Microsoft Outlook
Enviado: quarta-feira, 28 de junho de 2017 14:18
Para: ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:
contato@leilaovip.com.br (contato@leilaovip.com.br)
Assunto: URGENTE - PROC.: 0010479-53.2009.8.26.0223

fls. 526

RES: URGENTE - PROC.: 0010479-53.2009.8.26.0223

Natasha Coelho | Leilão Vip [natasha@leilaovip.com.br]
Enviado: quarta-feira, 28 de junho de 2017 15:10
Para: Contato Vip SP [contato@leilaovip.com.br]; Rafael Monaco | Leilão Vip [rafael@leilaovip.com.br]
Cc: ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS

Prezada Sra. Ana Hilida,
Boa tarde!

Informamos que o leilão já foi suspenso, atendendo vossa determinação.

Atenciosamente,

Natasha Coelho | natasha@leilaovip.com.br
Praça dos Omaguás, 98 - 2º Andar | São Paulo-SP | 05419-020
w. www.leilaovip.com.br t. 11.3032-9274

De: Contato Vip SP [mailto:contato@leilaovip.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 28 de junho de 2017 14:46
Para: NATASHA <natasha@leilaovip.com.br>; 'Rafael Monaco | Leilão Vip' <rafael@leilaovip.com.br>
Assunto: ENC: URGENTE - PROC.: 0010479-53.2009.8.26.0223

De: ANA HILIDA SPOLAORE FARIAS [mailto:ahsfarias@tjsp.jus.br]
Enviada em: quarta-feira, 28 de junho de 2017 14:18
Para: contato@leilaovip.com.br
Assunto: URGENTE - PROC.: 0010479-53.2009.8.26.0223

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Comarca de Guarujá
Foro de Guarujá
1ª Vara Cível
Rua Silvio Daige, 280 - Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Sr. Gestor,

Em cumprimento à r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, Intimo Vossa Senhoria para ciência da decisão de seguinte teor:

" Vistos. Cientifique-se a gestora de leilão eletrônico a suspensão dos atos de execução, em face do efeito suspensivo concedido nos autos do Agravo de Instrumento n. 2112349-19.2017.8.26.0000, interposto pela Municipalidade de Guarujá contra a decisão de fls.424, que reputou imprescindível a existência de penhora no rosto dos autos para reconhecimento de preferência do crédito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ
RUA SILVIO DAIGE, 280, JD. TEJEREBA, GUARUJÁ – TEL (13) 33862950

478

JUNTADA

Em 13 de julho de 2017, junto a estes autos:

( ) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

(X) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (X) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu, Valdir, (VALDIR J. M. SILVA
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 311.183)
Coordenador/Chefe de Secão/Escrevente Técnico Judiciario, subscrevi.

(MDJA)

Ca 24
2999/09

479

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

URGENTE

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Mandado nº:	**223.2017/018299-5**

DILIGÊNCIA DO JUÍZO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **CIENTIFIQUE Prefeitura Municipal de Guarujá** CNPJ 44.959.021/0001-04, ***Avenida Santos Dumont, 800, Vila Santo Antonio - CEP 11432-502, Guaruja-SP*** , na pessoa de seu procurador(a) jurídico, de que a hasta do bem penhorado acontecerá em local e data abaixo descritos:

*A **1ª Praça de Leilão com início para o dia 04 de JULHO de 2017 às 14:00 horas e encerramento no dia 07 de JULHO de 2017 às 14:00 horas**, não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, **a 2ª Praça, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em, 01 de AGOSTO de 2017 às 14:00**, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.*

IMÓVEL: *Condominio Residencial Mussa Gaze, **Apartamento 95-A localizado à Avenida Dom Pedro I, nº 1719**, na comarca de Guarujá/SP. Registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá sob a **matrícula nº 61.360**. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-000.*

Realização: *VIP LEILÕES (www.leilaovip.com.br)*

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Guaruja, 21 de junho de 2017. Edison Alves do Nascimento, Diretor Técnico de Serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

27/06/17
Lucas Barbosa Ricen
Procurador Municipal
OAB/SP 313445

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**José Luiz Prieto Barreiro (26929)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2017/018299-5 dirigi-me ao endereço indicado, e ali sendo, cientifiquei a Prefeitura Municipal de Guarujá, na pessoa de seu Procurador, Dr. Lucas Barbosa Ricetti, do inteiro teor do r. Mandado, que ficou ciente, aceitou as cópias que lhe ofereci e exarou sua assinatura.

Ante o exposto, devolvo o r. mandado ao cartório, para os devidos fins.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 29 de junho de 2017.

Número de Cotas: 01.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE LUIZ PRIETO BARREIRO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000002R88M.

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

Consulta de Processos do 2ºGrau

Dados para Pesquisa

Seção: Todas as seções

Pesquisar por: Número do Processo

◉ Unificado ○ Outros

Número do Processo: 0010479-53.2009 | 8.26 | 0223

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo:	2112349-19.2017.8.26.0000 Julgado
Classe:	Agravo de Instrumento
Área :	Cível
Assunto:	DIREITO CIVIL-Coisas-Propriedade-Condomínio em Edifício-Despesas Condominiais
Origem:	Comarca de Guarujá / Foro de Guarujá / 1ª Vara Cível
Números de origem:	0010479-53.2009.8.26.0223
Distribuição:	31ª Câmara de Direito Privado
Relator:	CARLOS NUNES
Volume / Apenso:	1 / 0
Outros números:	2999/2009, 223.01.2009.010479
Valor da ação:	260.006,42

Apensos / Vinculados

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

Números de 1ª Instância

Não ha números de 1ª instância para este processo.

Partes do Processo

Exibindo todas as partes. »Exibir somente as partes principais.

Agravante: Município de Guaruja
Advogada: Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves

Agravado: Condomínio Residencial Mussa Gaze
Advogado: Mario de Paula Machado

Agravado: Adão Márcio Bergamim
Advogado: Alexandre Fernandes Andrade
Advogada: Vanilda Fernandes do Prado Rei

Agravada: Marivalda Rodrigues dos Anjos

Interessado: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »Listar somente as 5 últimas.

Data	Movimento
04/09/2017	Petição Intermediária Juntada
28/08/2017	Documento *Protocolo nº WPRO.1700668530-3 Embargos de Declaração*
28/08/2017	Subprocesso Cadastrado *Seq.: 50 - Embargos de Declaração*
22/08/2017	Publicado em *Disponibilizado em 21/08/2017 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 2414*
22/08/2017	Publicado em *Disponibilizado em 21/08/2017 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 2414*
21/08/2017	Expedido Carta Postal *31 [DIG] Carta de Intimação de Acórdão nº ___ - 2017*
21/08/2017	Expedido Certidão *Certidão de Publicação de Acórdão [Digital]*
17/08/2017	Petição Intermediária Juntada
16/08/2017	

fls. 531

	Acórdão registrado *Acórdão registrado sob nº 20170000602886, com 7 folhas.*
16/08/2017	Acordão Finalizado *Acórdão Eletrônico - Em branco*
15/08/2017	Provimento em Parte
15/08/2017	Julgado *Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.*
07/08/2017	Publicado em *Disponibilizado em 04/08/2017 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 2403*
31/07/2017	Expedido Carta Postal *31 [DIG] Carta de Intimação de Sessão nº ___ - 2017*
24/07/2017	Inclusão em pauta *Data da pauta em 15/08/2017*
20/07/2017	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras - À mesa
20/07/2017	Despacho À Mesa *Voto nº 28.489. À mesa. São Paulo, 19 de julho de 2017. CARLOS NUNES Relator*
19/07/2017	Conclusos para o Relator
19/07/2017	Expedido Certidão de Decurso de Prazo *Certidão Decurso de Prazo [Digital]*
14/07/2017	Petição Intermediária Juntada *Nº Protocolo: WPRO.17.00530601-5 Tipo da Petição: Contraminuta Data: 13/07/2017 18:39*
14/07/2017	Expedido Termo *Termo de Juntada - Automática*
11/07/2017	Petição Intermediária Juntada
23/06/2017	Publicado em *Disponibilizado em 22/06/2017 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2372*
23/06/2017	Publicado em *Disponibilizado em 22/06/2017 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 2372*
23/06/2017	Publicado em *Disponibilizado em 22/06/2017 Tipo de publicação: Entrados Número do Diário Eletrônico: 2372*
22/06/2017	Prazo
22/06/2017	Expedido Certidão *Certidão de Publicação de Despacho [Digital]*
21/06/2017	Expedido Carta Postal *31 [DIG] Carta de Intimação de Despacho nº ___ - 2017*
21/06/2017	E-mail expedido juntado
20/06/2017	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras
20/06/2017	Despacho *Vistos. 1) Presentes os requisitos legais autorizadores da medida, atribuo ao agravo o efeito suspensivo, porquanto o prosseguimento da execução poderá acarretar prejuízos à Municipalidade/agravante. 2) Oficie-se à Vara de Origem, comunicando esta decisão. 3) Intimem-se os agravados para oferecer resposta no prazo legal. 4) Após, tornem os autos conclusos. Int. São Paulo, 20 de junho de 2017. CARLOS NUNES Relator*
20/06/2017	Conclusos para o Relator (Expedido Termo com Conclusão) *CARLOS NUNES*
20/06/2017	Distribuição por Sorteio *Órgão Julgador: 48 - 31ª Câmara de Direito Privado Relator: 10755 - Carlos Nunes*
20/06/2017	Processo encaminhado para a Distribuição de Originários
20/06/2017	Processo Cadastrado *SJ 1.2.4.1 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Privado 3*

Subprocessos e Recursos

Recebido em	Classe
25/08/2017	Embargos de Declaração - 50000

Petições diversas

Data	Tipo
13/07/2017	Contraminuta

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Carlos Nunes (28489)
1º	Francisco Casconi
2º	Paulo Ayrosa

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
15/08/2017	Julgado	Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.

Voltar para os resultados da pesquisa

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

48

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente: **Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido: **Adão Marcio Bergamim**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que o agravo de instrumento - processo n. 2112349-19.2017.8.26.0000 distribuído a 31ª Câmara de Direito Privado encontra-se aguardando trânsito em julgado conforme pesquisa anexa (fls. 481/482). Nada Mais. Guaruja, 30 de novembro de 2017. Eu, ___, Alice Maria De Souza Reginal, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ALICE MARIA DE SOUZA REGINAL. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo

fls. 533

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

e-SAJ Portal de Serviços

Identificar-se

MENU > Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 2ºGrau

Consulta de Processos do 2ºGrau

Dados para Pesquisa

Seção: Todas as seções
Pesquisar por: Número do Processo
◉ Unificado ○ Outros
Número do Processo: 0010479-53.2009 | 8.26 | 0223

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo:	2112349-19.2017.8.26.0000 Julgado
Classe:	Agravo de Instrumento
Área :	Cível
Assunto:	DIREITO CIVIL-Coisas-Propriedade-Condomínio em Edifício-Despesas Condominiais
Origem:	Comarca de Guarujá / Foro de Guarujá / 1ª Vara Cível
Números de origem:	0010479-53.2009.8.26.0223
Distribuição:	31ª Câmara de Direito Privado
Relator:	CARLOS NUNES
Volume / Apenso:	1 / 0
Outros números:	2999/2009, 223.01.2009.010479
Valor da ação:	260.006,42

Apensos / Vinculados

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

Números de 1ª Instância

Não há números de 1ª Instância para este processo.

Partes do Processo

Exibindo Somente as principais partes. »Exibir todas as partes.

Agravante: Município de Guarujá
Advogada: Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves
Agravado: Condomínio Residencial Mussa Gaze
Advogado: Mario de Paula Machado
Interessado: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.

Movimentações

Exibindo 5 últimas. »Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
12/05/2018	Petição Intermediária Juntada *Nº Protocolo: WPRO.18.00421894-6 Tipo da Petição: Agravo em Recurso Especial Data: 11/05/2018 10:25*
12/05/2018	Expedido Termo *Termo de Juntada - Automática*
08/05/2018	Publicado em *Disponibilizado em 07/05/2018 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2569*
07/05/2018	Prazo
07/05/2018	Expedido Certidão *Certidão de Publicação de Despacho [Proc. Rec.] - [Digital]*

Subprocessos e Recursos

Recebido em	Classe
25/08/2017	Embargos de Declaração - 50000

Petições diversas

Data	Tipo
13/07/2017	Contraminuta

27/02/2018	Contrarrazões
11/05/2018	Agravo em Recurso Especial

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Carlos Nunes (28489)
1º	Francisco Casconi
2º	Paulo Ayrosa

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
15/08/2017	Julgado	Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.

Voltar para os resultados da pesquisa

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

fls. 535

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

e-SAJ Portal de Serviços

Identificar-se

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 2ºGrau

MENU

Consulta de Processos do 2ºGrau

Dados para Pesquisa

Seção: Todas as seções

Pesquisar por: Número do Processo

◉ Unificado ○ Outros

Número do Processo: 0010479-53.2009 | 8.26 | 0223

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo:	2112349-19.2017.8.26.0000 Remetido a Outro Tribunal
Classe:	Agravo de Instrumento
Área :	Cível
Assunto:	DIREITO CIVIL-Coisas-Propriedade-Condomínio em Edifício-Despesas Condominiais
Origem:	Comarca de Guarujá / Foro de Guarujá / 1ª Vara Cível
Números de origem:	0010479-53.2009.8.26.0223
Distribuição:	31ª Câmara de Direito Privado
Relator:	CARLOS NUNES
Volume / Apenso:	1 / 0
Outros números:	2999/2009, 223.01.2009.010479
Valor da ação:	260.006,42

Apensos / Vinculados

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

Números de 1ª Instância

Não há números de 1ª instância para este processo.

Partes do Processo

Exibindo Somente as principais partes. »Exibir todas as partes.

Agravante: Município de Guarujá
Advogada: Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves

Agravado: Condomínio Residencial Mussa Gaze
Advogado: Mário de Paula Machado

Interessado: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.

Movimentações

Exibindo 5 últimas. »Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
14/08/2018	Processo encaminhado para o STJ (Expedido Certidão) *Expedido Certidão ao STJ - [Digital]*
10/08/2018	Expedido Termo *Vistos. 1. Nos termos do artigo 1042, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil atual, mantenho a(s) decisão(ões) agravada(s) por seus próprios fundamentos. 2. Subam os autos.*
15/07/2018	Petição Intermediária Juntada *Nº Protocolo: WPRO.18.00652650-8 Tipo da Petição: Contrarrazões Data: 13/07/2018 16:52*
15/07/2018	Expedido Termo *Termo de Juntada - Automática*
22/06/2018	Publicado em *Disponibilizado em 21/06/2018 Tipo de publicação: Vista Número do Diário Eletrônico: 2600*

Subprocessos e Recursos

Recebido em	Classe
25/08/2017	Embargos de Declaração - 50000

Petições diversas

Data	Tipo
13/07/2017	Contraminuta
27/02/2018	Contrarrazões
11/05/2018	Agravo em Recurso Especial

fls. 536

Data	Tipo
13/07/2018	Contrarrazões

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Carlos Nunes (28489)
1º	Francisco Casconi
2º	Paulo Ayrosa

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
15/08/2017	Julgado	Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.

Voltar para os resultados da pesquisa

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

fls. 537

PROCESSO:	**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**
AGRAVANTE :	**CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**
ADVOGADO:	**MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500**
AGRAVADO :	**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**
PROCURADOR:	**DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786**
AGRAVADO :	**ADAO MARCIO BERGAMIN**
ADVOGADO:	**ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017**
INTERES. :	**MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS**
INTERES. :	**GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA**
LOCALIZAÇÃO:	**Entrada em COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA em 14/09/2018**
TIPO:	**Processo eletrônico.**
AUTUAÇÃO:	**17/08/2018**
NÚMERO ÚNICO:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
RELATOR(A):	**Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - TERCEIRA TURMA**
RAMO DO DIREITO:	**DIREITO CIVIL**
ASSUNTO(S):	**DIREITO CIVIL, Coisas, Propriedade, Condomínio em Edifício, Despesas Condominiais.**
TRIBUNAL DE ORIGEM:	**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO**
NÚMEROS DE ORIGEM:	**00104795320098260223, 01070414, 045** **1 volume, nenhum apenso.**
ÚLTIMA FASE:	**08/10/2018 (02:04) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) VISTA AO AGRAVADO PARA IMPUGNAÇÃO DO AGINT EM 08/10/2018**

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1347267 - SP (2018/0209834-6)

RELATOR	**: MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE	: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	: MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	: DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	: ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	: ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PREFERÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. NATUREZA PRIVILEGIADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Nos termos da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, o crédito tributário tem preferência sobre o condominial, haja vista a natureza privilegiada dos débitos fiscais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 27 de Maio de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.267 - SP (2018/0209834-6)

AGRAVANTE	: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	: MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	: DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	: ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	: ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator):

Trata-se de agravo interno interposto por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra a decisão (fls. 237/239 e-STJ) que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Naquela oportunidade, entendeu-se pela aplicação da Súmula nº 568/STJ, visto que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que *"'o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial' (AgRg no REsp nº 1.456.188/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/9/2016)"* (fl. 238 e-STJ).

Em suas razões, o agravante alega, em síntese, que o crédito condominial tem preferência sobre o tributário.

Sustenta que o Município do Guarujá, terceiro alheio à demanda, pretende o recebimento de seu crédito sem nenhum esforço processual e custo.

Ao final, requer a reforma da decisão atacada.

Devidamente intimada, a parte contrária não ofereceu impugnação (fl. 259 e-STJ).

É o relatório.

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.267 - SP (2018/0209834-6)

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PREFERÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. NATUREZA PRIVILEGIADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Nos termos da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, o crédito tributário tem preferência sobre o condominial, haja vista a natureza privilegiada dos débitos fiscais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator): O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece acolhida.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto pelo Município do Guarujá contra a decisão que, nos autos de ação de cobrança de despesas condominiais, determinou que o crédito fazendário seja instrumentalizado por penhora ou arresto no rosto dos autos.

O tribunal local deu provimento ao recurso por entender que o crédito tributário, exigido pela Fazenda Municipal, ostenta preferência sobre o condominial por se tratar de débito fiscal.

O acórdão restou assim ementado:

> *"DESPESAS CONDOMINIAIS - Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença - Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN - Reconhecimento - Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados"* (fl. 143 e-STJ).

Irresignado, o recorrente alegou que o crédito condominial tem preferência sobre o tributário. Sustentou, ainda, que o Município do Guarujá, terceiro alheio à demanda, pretende o recebimento de seu crédito sem nenhum esforço processual e custo.

No entanto, conforme afirmado na decisão agravada, a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que *"o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial"* (AgRg no REsp nº 1.456.188/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/9/2016).

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PREFERÊNCIA SOBRE O PRODUTO DA EXECUÇÃO.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO X CRÉDITO CONDOMINIAL.
1. Controvérsia em torno da preferência do crédito tributário em face do crédito condominial sobre o produto da alienação do bem do executado.
2. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial.
3. Não apresentação pelas partes agravantes de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.
4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO."
(AgInt no REsp 1.604.890/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 1°/02/2019)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO AO CONDOMINIAL.
1. Ação ajuizada em 15/12/2008. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.
2. O propósito recursal é definir se há - sobre o produto da alienação do bem do executado - preferência do crédito tributário em face do crédito condominial.
3. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial.
4. Recurso especial conhecido e provido"
(REsp 1.584.162/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/5/2017, DJe 16/5/2017).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO PROMOVIDA PELO CONDOMÍNIO. PEDIDO DE RESERVA DO PRODUTO DA ARREMATAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. PRECEDENTES.
1. A jurisprudência desta Corte orienta que, no concurso de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
2. Agravo interno a que se nega provimento"
(AgInt no AREsp 633.043/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 24/4/2017).

Incide, portanto, o entendimento da Súmula n° 568/STJ.

Dessa forma, as razões do agravante são insuficientes para reformar a decisão atacada.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo interno.

É o voto.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA

AgInt no AREsp 1.347.267 / SP

Número Registro: 2018/0209834-6 **PROCESSO ELETRÔNICO**

Número de Origem:
21123491920178260000 00104795320098260223 05086950820148260223 2230120125200761
22301201252007610000000000000 2230120095180723 22301200951807230000000000 2230120075100266
22301200751002660000 29992009 05100266920078260223 1060507 05180727620098260223 04597309
05200768120128260223 05161812 05086980820148260223 01070414 15125946020158260223 22320140143169

Sessão Virtual de 21/05/2019 a 27/05/2019

Relator do AgInt
Exmo. Sr. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro MOURA RIBEIRO

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO : MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR : DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO : ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO : ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES. : MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES. : GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

ASSUNTO : DIREITO CIVIL - COISAS - PROPRIEDADE - CONDOMÍNIO EM EDIFÍCIO - DESPESAS CONDOMINIAIS

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO : MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR : DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO : ADAO MARCIO BERGAMIN

ADVOGADO : ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES. : MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES. : GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

TERMO

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 28 de Maio de 2019

fls. 545

Superior Tribunal de Justiça

Consulta Processual

AREsp nº 1347267 / SP (2018/0209834-6)
autuado em 17/08/2018

Detalhes | Fases | Decisões | Petições | Pautas

10/06/2019 01:40	**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ intimado eletronicamente da(o) Ementa / Acordão em 10/06/2019 (300104)**
10/06/2019 01:37	**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Ementa / Acordão em 10/06/2019 (300104)**
29/05/2019 07:22	**Disponibilizada intimação eletrônica (Acórdãos) ao(à) MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (300105)**
29/05/2019 07:21	**Disponibilizada intimação eletrônica (Acórdãos) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)**
29/05/2019 05:08	**Publicado EMENTA / ACORDÃO em 29/05/2019 Petição Nº 544262/2018 - AgInt (92)**
28/05/2019 19:46	**Disponibilizado no DJ Eletrônico - EMENTA / ACORDÃO (1061)**
28/05/2019 13:32	**Ato ordinatório praticado - Acórdão encaminhado à publicação - Petição Nº 2018/0544262 - AgInt no AREsp 1347267 - Publicação prevista para 29/05/2019 (11383)**
27/05/2019 23:59	**Conhecido o recurso de CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE e não-provido, por unanimidade, pela TERCEIRA TURMA - Petição Nº 544262/2018 - AgInt no AREsp 1347267 (239)**
15/05/2019 11:03	**Arquivamento de documento Mandado de Intimação das publicações nº 000096-2019-AJC-3T (Pauta) com ciente em 14/05/2019 (30019)**
15/05/2019 11:03	**Mandado devolvido entregue ao destinatário MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Mandado nº 000096-2019-AJC-3T) (106)**

13/05/2019 05:42	**Publicado PAUTA DE JULGAMENTOS em 13/05/2019 (92)**
10/05/2019 19:21	**Disponibilizado no DJ Eletrônico - PAUTA DE JULGAMENTOS (1061)**
10/05/2019 15:47	**Incluído em pauta para 21/05/2019 00:00:00 pela TERCEIRA TURMA (Sessão Virtual) - Petição Nº 544262/2018 - AgInt no AREsp 1347267/SP (417)**
29/01/2019 12:40	**Conclusos para julgamento ao(à) Ministro(a) RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator) com agravo interno (51)**
29/01/2019 12:40	**Juntada de Certidão : Certifico que decorreu o prazo para impugnação. (581)**
08/10/2018 02:04	**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint em 08/10/2018 (300104)**
28/09/2018 01:31	**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 28/09/2018 (300104)**
27/09/2018 16:43	**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 27/09/2018 (300104)**
27/09/2018 16:43	**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ intimado eletronicamente da(o) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint em 27/09/2018 (300104)**
27/09/2018 06:20	**Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (300105)**
27/09/2018 06:19	**Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)**
27/09/2018 06:04	**Publicado Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt em 27/09/2018 Petição Nº 544262/2018 - (92)**
26/09/2018 19:16	**Disponibilizado no DJ Eletrônico - Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt (1061)**

fls. 547

26/09/2018 11:01	**Ato ordinatório praticado (Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt - PETIÇÃO Nº 544262/2018. Publicação prevista para 27/09/2018) (11383)**
26/09/2018 10:47	**Juntada de Petição de AGRAVO INTERNO nº 544262/2018 (85)**
25/09/2018 10:56	**Ato ordinatório praticado (Petição 544262/2018 (AGRAVO INTERNO) recebida na COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA) (11383)**
25/09/2018 10:45	**Protocolizada Petição 544262/2018 (AgInt - AGRAVO INTERNO) em 25/09/2018 (118)**
18/09/2018 07:35	**Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (300105)**
18/09/2018 07:35	**Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)**
18/09/2018 05:28	**Publicado DESPACHO / DECISÃO em 18/09/2018 (92)**
17/09/2018 18:54	**Disponibilizado no DJ Eletrônico - DESPACHO / DECISÃO (1061)**
14/09/2018 17:55	**Conhecido o Ag de CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE e não provido o REsp (Publicação prevista para 18/09/2018) (30038)**
14/09/2018 13:13	**Recebidos os autos no(a) COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA (132)**
27/08/2018 18:35	**Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a) RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator) - pela SJD (51)**
27/08/2018 18:30	**Distribuído por sorteio ao Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - TERCEIRA TURMA (26)**
17/08/2018 07:53	**Recebidos os autos eletronicamente no(a) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA do TJSPCF - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO (132)**

Gerar Certidão Imprimir Incluir no Push

fls. 548

Impresso Quarta-feira, 26 de Junho de 2019.

Nova Consulta

Versão ***2.0.100*** *de* ***28/05/2019 16:07:20.***

JUNTADA

Em 01 de Agosto 2019, junto a estes autos:

( ) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Gabriel),( )
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Informando trânsito em julgado em Agravo de Instrumento digital Nº 2112349-19.2017.8.26.0000

TAMIRIS REGINE CAMILO SILVA
Qua, 17/07/2019 18:08
Para: GUARUJA - 1 OFICIO CIVEL <guaruja1cv@tjsp.jus.br>

Comunico que a decisão/acórdão proferida nos autos do Agravo de Instrumento Nº 2112349-19.2017.8.26.0000 transitou em julgado e a íntegra do processo encontra-se disponível no endereço eletrônico https://esaj.tjsp.jus.br, sendo sua senha de acesso **czjayz.**

Dados do processo:

Agravo de Instrumento Nº 2112349-19.2017.8.26.0000

Comarca de Guarujá – Foro de Guarujá - 1ª Vara Cível

Ação de Origem do Processo Não informado nº. 0010479-53.2009.8.26.0223
Agravante: Município de Guaruja
Agravados: Condomínio Residencial Mussa Gaze, Adão Márcio Bergamim e Marivalda Rodrigues dos Anjos
Interessado: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.

TAMIRIS REGINE CAMILO SILVA
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
SJ 3.3.7-Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 3
Rua Conselheiro Furtado, 503 - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01511-000
Tel: (11) 3399-6086
E-mail: tamiriss@tjsp.jus.br

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Inclui/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 01/08/2019 Escr
Paulo Pedro Cacemiro
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. TJ 363.945

502

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante:	**Município de Guaruja**
Agravado:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 14 de julho de 2017.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/07/2017 às 09:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 62FEB39.

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- 31ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO -

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 2112349-19.2017.8.26.0000

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do recurso em epígrafe, Agravo de Instrumento interposto pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ** contra decisão interlocutória nos autos da Ação de Cobrança de Quotas Condominiais movida pelo agravado contra **ADÃO MARCIO BERGAMIN**, vem à presença de V.Exa. oferecer

RESPOSTA AO AGRAVO

interposto, o que faz nos seguintes termos:

1. Insurge-se a agravante contra decisão interlocutória do douto Juízo *"a quo"*, que de modo justo e irrebatível não reconheceu a preferência do tributário e reconheceu a preferência do crédito condominial.

2. Anote-se se cuidar de decisão proferida em Ação de Cobrança de Quotas Condominiais através da qual o agravado pretende receber do executado, devedor contumaz, a mais elementar obrigação de qualquer condômino: O pagamento de sua quota-parte nos rateios mensais.

3. Em suma, aduz a agravante que o crédito tributário seria preferencial em relação ao crédito condominial neste feito, e não o contrário, invocando legislação inaplicável ao caso concreto, e solicitando reforma do despacho agravado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE P[illegible]A MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Pau[illegible]protocolado em 13/07/2017 às 18:39 , sob o número WPRO17005306015.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 62FEB38.

503

4. Ora Exas., o condomínio agravado litiga contra a executada há longos anos, e finalmente pretende receber ao menos parte de seu crédito através da venda judicial da unidade autônoma ensejadora da dívida.

5. Em última análise, a Prefeitura Municipal de Guarujá, ora agravante, é terceiro alheio à lide, e pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual, o que não pode ser admitido!!!

6. Não se pode perder de vista que não está descartada a hipótese de, com a inércia da Prefeitura em executar seus créditos, parte dele esteja prescrita!

7. Consigne-se desde logo que o crédito condominial detém preferência sobre qualquer outro crédito, privilégio decorrente de sua especial natureza *"propter rem"*, cf. reconhecido pelo Juízo Monocrático no despacho atacado.

8. Solução diversa **desvirtuaria a própria natureza da obrigação condominial**, tratada como obrigação *"propter rem"* pelo ordenamento jurídico, justamente por dizer respeito à conservação do próprio imóvel e à própria integridade do bem.

9. É cediço que a própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial, e é desta especial natureza que advém a preferência do crédito condominial sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja tributário, hipotecário, alimentício, de natureza falimentar, etc.

10. Tal especial natureza foi garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, sendo certo que o Código Civil de 2002 passou a retratá-la inclusive ao autorizar a penhorabilidade de unidade autônoma condominial, ainda que seja bem de família (art. 1.715 do CC).

11. Por este mesmo motivo a esmagadora jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça de São Paulo tem decidido no sentido da preferência do crédito condominial a qualquer crédito, cf. abaixo transcrito:

> ***" Agravo de Instrumento 1251686000***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *São Vicente*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *04/05/2009*
> ***Data de registro:*** *04/06/2009*
> ***Ementa:*** *Créditos condominiais e fiscais -* ***Preferência*** *do crédito* ***condominial*** *-* ***O crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem", prefere ao crédito fiscal. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil, depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Precedentes do STJ. (REsp. 65465 I/SP - AgRg no Ag 684787/RS) - Agravo provido, v.u. – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2017 às 18:39 , sob o número WPRO17005306015.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 62FEB38.

12. Neste mesmo sentido:

> ***"Agravo de Instrumento 1155534001***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *18/02/2008*
> ***Data de registro:*** *21/02/2008*
> ***Ementa:*** *Despesas condominiais. - Constituição de usufruto sobre o imóvel que originou tais despesas. - Alegação de que os rendimentos obtidos com a locação do imóvel destinam-se à sobrevivência do executado e de sua família. -* ***Preferência do crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem". - Decisão mantida. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja hipotecário, fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Agravo não provido, por v.u. – Grifou-se – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09."*

13. Tal entendimento não é somente deste Tribunal Paulista. Sobre a preferência do crédito condominial sobre o crédito tributário, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já decidiu expressamente:

> *" EXECUÇÃO - DESPESAS CONDOMINIAIS - I.P.T.U. -VENDA EM HASTA PUBLICA DIREITO DE PREFERENCIA - Direito Processual Civil. Em anterior Agravo de Instrumento, interposto pela arrematante do bem, houve o estabelecimento de premissas que não podem ser afastadas em novo julgamento, no sentido de que, do produto da venda do bem em hasta publica, sejam deduzidos os débitos de condomínio e IPTU, autorizando o levantamento pelo credor. Embora a decisão anterior não tenha, expressamente, estabelecido de quem a preferência, se do condomínio exeqüente ou do Município, fê-lo em ordem que prioriza a preferência do Exeqüente. Na forma do disposto no art. 612 do C.P.C., a execução é realizada no interesse do credor que, pela penhora, adquire o direito de preferência sobre os bens penhorados.* ***Se a execução foi instaurada pelo condomínio para cobrar contribuição condominial devida pelo condômino, a obrigação é "propter rem" e, assim, é a própria coisa que garante e responde pelo seu cumprimento. A regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente****. Recurso conhecido e provido para, cassando a decisão agravada, restabelecer a decisão proferida pelo Tribunal em sede de Agravo de Instrumento, deferir, ao Agravante, a preferência na satisfação de seu credito." Grifo nosso - (TJ/RJ, 2002.002.14798 - AGRAVO DE INSTRUMENTO, DES. MAURILIO PASSOS BRAGA - Julgamento: 28/05/2003 - DECIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifou-se. In www.tj.rj.gov.br).*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE P[illegible] MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2017 às 18:39 , sob o número WPRO17005306015.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 62FEB38.

14. Tem-se, pois, como inaplicável ao caso concreto o art. 130 do CTN, APLICÁVEL APENAS NA SEDE DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA.

15. E mais, o entendimento defendido pela agravante nega vigência ao art. 612 do Código de Processo Civil, que estatui:

> *"Art. 612. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados."*

16. O provimento do agravo desembocaria na inaceitável situação das Fazendas Públicas permanecerem inertes em relação aos seus créditos, esperando pacientemente que os condomínios edilícios executassem as quotas condominiais devidas pelas unidades, custeando o condomínio todo o feito, e, ao final, o fisco, somente teria o trabalho de fazer uma única petição para levantar preferencialmente o produto da praça a ser realizada pelo condomínio, que sairia de mãos abanando do próprio processo...

17. Na verdade, se analisarmos os contornos fáticos desta discussão, chegamos à segura conclusão de que o tratamento legal do crédito condominial não poderia ser diferente.

18. Ao nos debruçarmos sobre a origem e destinação do numerário cobrado neste feito, quotas condominiais regularmente rateadas, verificaremos que se tratam de valores destinados à conservação da coisa comum: pagamento de salários dos funcionários do edifício, pagamento de contas de água, consumo de luz elétrica das áreas comuns, aquisição de produtos de limpeza e conservação etc..

19. Desta feita, se de um lado a municipalidade reclama a preferência de seu crédito, no caso concreto não se tem da outra ponta interesse coletivo, da massa condominial, de coletividade de pessoas que se encontram inegavelmente oneradas pela contumácia da unidade devedora, por sustentarem por longos anos aquilo que a executada não pagou.

20. A remota hipótese do produto da praça ter destino diverso, em última análise, enterra qualquer pretensão desta coletividade de cidadãos de bem, que esperam do Judiciário as medidas necessárias para recebimento do crédito comum, desprezando a legislação em vigor e a segurança jurídica que esperam do Estado.

21. Este Tribunal de Justiça de São Paulo por diversas vezes já teve a oportunidade de decidir a respeito, manifestando-se expressamente pela prevalência do interesse da massa condominial:

> ***Agravo de Instrumento 1035426600***
> ***Relator(a):*** *Mendes Gomes*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35º Câmara do D.OITAVO Grupo (Ext. 2° TAC)*
> ***Data do julgamento:*** *13/11/2006*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2017 às 18:39 , sob o número WPRO17005306015.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 62FEB38.

Data de registro: *14/11/2006*
Ementa: *DESPESAS DE* ***CONDOMÍNIO*** *COBRANÇA - EXECUÇÃO - ARREMATAÇÃO - INTERVENÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO FISCAL SOBRE O VALOR APURADO EM HASTA PÚBLICA - INADMISSIBILIDADE.* ***A idéia de comunidade que o condomínio impõe é muito forte, sobretudo o vertical. Não teria sentido que toda a dívida causada por uma unidade condominial fosse suportada pelos demais condôminos, apenas porque o Fisco, seja de qualquer esfera administrativa, opõe crédito****. (TJ/Sp in www.tj.sp.gov.br). Grifo nosso – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09.*

22. Neste mesmo sentido:

"Agravo de Instrumento 1219074007
Relator(a): *Luís de Carvalho*
Comarca: *Guarujá*
Órgão julgador: *29ª Câmara de Direito Privado*
Data do julgamento: *22/10/2008*
Data de registro: *03/11/2008*
Ementa: *AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS - PRETENSÃO DA MUNICIPALIDADE DE RE SERVA DE NUMERÁRIO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS INADIMPLIDOS - UNIDADE CONDOMINIAL ARREMATADA EM HASTA PÚBLICA- IMPOSSIBILIDADE - VALOR QUE PERTENCE A TODOS OS CONDÔMINOS E NÃO APENAS AO QUE TEVE SUA UNIDADE ARREMATADA - RECURSO IMPROVIDO. Em face da ausência de personalidade jurídica do* ***condomínio*** *edilício, o valor relativo às despesas condominiais que arrecada pertence a todos os condôminos. Destarte, arrematada em hasta pública determinada unidade devedora de despesas, o valor respectivo pertence aos condôminos.* ***Assim, não pode a Municipalidade pretender cobrar-se de tributos inadimplidos pelo titular da unidade levada a hasta pública com o numerário advindo da arrematação, pois se trata de valor relativo a despesas condominiais, do qual todos os condôminos são titulares." - Grifou-se –****in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

23. Justamente por causa destas nuances, o tratamento jurídico do crédito condominial o sobrepõe em preferência inclusive ao interesse público, como se verifica no seguinte acórdão do extinto 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, proferido em agravo interposto de decisão da 2ª Vara Cível desta Comarca de Guarujá, no qual se sobrepôs a crédito do INSS, órgão público:

" EXECUÇÃO - CONDOMÍNIO - DESPESAS CONDOMINIAIS - PREFERÊNCIA DE CRÉDITO - TERCEIRO INTERESSADO - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CREDOR DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EM EXECUÇÃO FISCAL PARALELA DE EMPRESA DO CONDÔMINO EXECUTADO - NÃO RECONHECIMENTO - O crédito do condomínio é superior ao do Instituto Nacional do Seguro Social por contribuições sociais em execuções fiscais paralelas. Exame dos artigos 51 e 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, custeio da Seguridade Social. (AI 816.332-00/9 - 9º Câm. - Rel. Juiz EROS PICELI - J. 3.3.2004, 'in' JTA (LEX) 206/427)."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA[illegible] MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2017 às 18:39 , sob o número WPRO17005306015.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 62FEB38.

24. Inequívoca, ainda, a preferência quanto a crédito hipotecário:

> *Agravo de Instrumento 990100890298*
> ***Relator(a):*** *Rosa Maria de Andrade Nery*
> ***Comarca:*** *Diadema*
> ***Órgão julgador:*** *34ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *03/05/2010*
> ***Data de registro:*** *06/05/2010*
> ***Ementa:*** *Despesas de condomínio. Cobrança. Execução. A preferência do crédito garantido por hipoteca não se aplica ao crédito proveniente de despesas propter rem. Precedentes do STJ. As despesas de condomínio são de conservação da coisa pelo que o credor hipotecário responde, também. Agravo provido.*

25. Assim, a satisfação do crédito condominial está intrinsecamente ligada ao produto do praceamento da unidade autônoma que o ensejou, ligada por força legal à satisfação deste crédito.

26. É impossível, portanto, dar outro destino prioritário ao produto da venda judicial da unidade autônoma ensejadora do débito, a não ser a satisfação do crédito do condomínio exeqüente, especialmente na sede do processo movido pelo condomínio.

O agravado desde logo pré-questiona a matéria supra indicada para eventual recurso futuro, especialmente a legislação federal ignorada.

DIANTE DO EXPOSTO, AGUARDA QUE ESTE COLENDO TRIBUNAL NEGUE PROVIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, SENDO ESTA MEDIDA DE JUSTIÇA!

P. Deferimento.
Guarujá, 13 de Julho de 2017.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2017 às 18:39 , sob o número WPRO17005306015.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112249-19.2017.8.26.0000 e código 62FFB38.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.4.1 - Serv. de Proces. da 31ª Câmara de Dir. Privado
Largo Pátio do Colégio, 73 - 9° andar - sala 905 - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01016-040 - (11) 3292-4900

CERTIDÃO

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante	**Município de Guaruja**
Agravado	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**
Relator(a):	**Carlos Nunes**
Órgão Julgador:	**31ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Certifico que decorreu o prazo legal sem apresentação de resposta pelo co-agravado Adão Márcio.

São Paulo, 19 de julho de 2017.

Gil Oliveira Barros Matrícula: M813991
Supervisor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GIL OLIVEI[illegible]BARROS, liberado nos autos em 19/07/2017 às 17:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 63AE5D2.

506

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº 2112349-19.2017.8.26.0000
Relator(a): **CARLOS NUNES**
Órgão Julgador: **31ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

Vistos.

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento, interposto pela **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, junto aos autos da ação de cobrança de despesas condominiais, ora em fase de cumprimento de sentença, movida por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** contra **ADÃO MÁRCIO BERGAMIM**, objetivando a reforma da decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, determinando a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise.

Alega o Município agravante, em apertada síntese, que o crédito tributário tem sua preferência determinada por lei, de modo que não pode ser submetido a concurso de credores, sendo desnecessária a efetivação de penhora no rosto dos autos para sua garantia. Afirma que a lei é clara ao estabelecer que o crédito tributário, oriundo de débitos gerados pelo próprio imóvel arrematado, seja sub-rogado no produto da arrematação, e não faz qualquer alusão à necessidade de penhora no rosto dos autos. Aponta o privilégio geral afeto à Fazenda Pública, previsto no art. 908 do CPC e menciona o art. 186 do CTN. Sustenta que o Juízo não pode estabelecer exigências não previstas em lei. Por tais motivos, pugna pelo provimento do recurso, com a reforma da decisão combatida, a fim de se determinar a habilitação do crédito tributário municipal, independentemente de penhora no rosto dos autos s e instauração de concurso de credores.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 20/07/2017 às 15:17 .

O recurso foi regularmente processado, sem preparo, eis que a agravante é a Fazenda Pública Municipal, e instruído com cópias de fls. 23/122. Por decisão deste Relator, foi concedido o efeito suspensivo pleiteado e veio contraminuta, fls. 130/135.

É o Relatório.

Voto nº 28.489.

À mesa.

São Paulo, 20 de julho de 2017.

CARLOS NUNES
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 20/07/2017 às 15:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 63D0FB3.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Processamento de Turmas
Relatório Tira de Julgamento

Emitido: 15/08/2017 16:46

507

31ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
2112349-19.2017.8.26.0000 Pauta		61
Publicado em	**Julgado em**	**Retificado em**
07 de agosto de 2017	15 de agosto de 2017	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Desembargador(a)		
Carlos Nunes		

Agravo de Instrumento
Comarca

Guarujá

Turma Julgadora

Relator(a): Carlos Nunes Voto: 28489
2º juiz(a): Francisco Antonio Casconi
3º juiz(a): Paulo Celso Ayrosa Monteiro de Andrade

Juiz de 1ª Instância

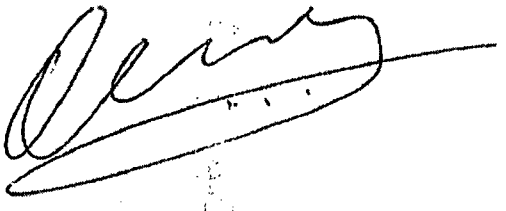
Ricardo Fernandes Pimenta Justo

Partes e advogados

Agravante : Município de Guaruja
Advogada : Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB: 147786/SP)
Agravado : Condomínio Residencial Mussa Gaze
Advogado : Mario de Paula Machado (OAB: 76500/SP) (Fls: 25)
Agravado : Adão Márcio Bergamim
Advogado : Alexandre Fernandes Andrade (OAB: 272017/SP) (Fls: 37) e outro
Agravada : Marivalda Rodrigues dos Anjos
Interessado : GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.

Súmula

DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, NOS TERMOS QUE CONSTARÃO DO ACÓRDÃO. V. U.



Sustentou oralmente o advogado: Não houve solicitação de preferência ou sustentação oral.

Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo Não informado

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO ALCALA, liberado nos autos em 15/08/2017 às 16:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 671E366.

Impedido(s): Magistrados impedidos Não informado

Jurisprudência					
	Acórdão		Parecer		Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO ALA, liberado nos autos em 15/08/2017 às 16:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 671E366.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000602886

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2112349-19.2017.8.26.0000, da Comarca de Guarujá, em que é agravante MUNICÍPIO DE GUARUJA, são agravados CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, ADÃO MÁRCIO BERGAMIM e MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS.

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS NUNES (Presidente), FRANCISCO CASCONI E PAULO AYROSA.

São Paulo, 15 de agosto de 2017

CARLOS NUNES

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 672E62B.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

31ª CÂMARA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº *2112349-19.2017.8.26.0000*
AGRAVANTE: *MUNICÍPIO DE GUARUJÁ*
AGRAVADO: *CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, ADÃO MÁRCIO BERGAMIM e MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS*
INTERESSADO: *GUARUJÁ VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA.*
ORIGEM: *1ª VARA CÍVEL DO FORO DE GUARUJÁ*
JUIZ PROLATOR: *RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO*
VOTO Nº 28.489

DESPESAS CONDOMINIAIS – Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença – Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN – Reconhecimento – Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados.

Vistos.

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento, interposto pela **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, junto aos autos da ação de cobrança de despesas condominiais, ora em fase de cumprimento de sentença, movida por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** contra **ADÃO MÁRCIO BERGAMIM**, objetivando a reforma

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS N[illegible]ES NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 672E62B.

da decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, determinando a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise.

Alega o Município agravante, em apertada síntese, que o crédito tributário tem sua preferência determinada por lei, de modo que não pode ser submetido a concurso de credores, sendo desnecessária a efetivação de penhora no rosto dos autos para sua garantia. Afirma que a lei é clara ao estabelecer que o crédito tributário, oriundo de débitos gerados pelo próprio imóvel arrematado, seja sub-rogado no produto da arrematação, e não faz qualquer alusão à necessidade de penhora no rosto dos autos. Aponta o privilégio geral afeto à Fazenda Pública, previsto no art. 908 do CPC e menciona o art. 186 do CTN. Sustenta que o Juízo não pode estabelecer exigências não previstas em lei. Por tais motivos, pugna pelo provimento do recurso, com a reforma da decisão combatida, a fim de se determinar a habilitação do crédito tributário municipal, independentemente de penhora no rosto dos autos s e instauração de concurso de credores.

O recurso foi regularmente processado, sem preparo, eis que a agravante é a Fazenda Pública Municipal, e instruído com cópias de fls. 23/122. Por decisão deste Relator, foi concedido o efeito suspensivo pleiteado e veio contraminuta, fls. 130/135.

É o Relatório.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 672E62B.



Pelo que se depreende dos autos, tenho que o recurso merece prosperar, eis que as razões trazidas são convincentes.

Pois bem.

A decisão agravada (fl. 120) indeferiu o pedido formulado pela Prefeitura Municipal do Guarujá visando o reconhecimento da preferência do crédito tributário sobre o condominial, bem como exigiu a realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise.

Ocorre que o crédito tributário, exigido pela Fazenda Municipal, ostenta preferência sobre o condominial, por se tratar de débito fiscal.

Consoante dispõe o art. 130 do CTN: "*Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.*

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço".

Logo, em se tratando de alienação compulsória de imóvel, independentemente da natureza do crédito reivindicado na ação, aplica-se o disposto no aludido dispositivo legal.

Por outro lado, o art. 186 do CTN decreta a preferência do crédito tributário sobre qualquer outro, salvo os decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS N[illegible]ES NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 672E62B.

510

A respeito, a conferir os seguintes julgados deste E. Tribunal de Justiça:

> ***"CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL. PLEITO DE PREFERÊNCIA FORMULADO PELA MUNICIPALIDADE, AFIRMANDO A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. ADMISSIBILIDADE, PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA NORMA DO ARTIGO 130, PAR. ÚNICO, DO CTN. RECURSO PROVIDO.*** *A constatação de que existem débitos fiscais pendentes, incidentes sobre o imóvel objeto da arrematação, enseja a necessidade de se reconhecer a preferência do crédito tributário na ordem de pagamentos, para viabilizar o cumprimento do artigo 130, parágrafo único, do CTN. O fato de a execução estar relacionada à dívida condominial não comporta tratamento diferenciado, até porque o fato de ser obrigação 'propter rem' lhe confere a possibilidade de cobrança frente àquele que vier a arrematar o bem"* ***(Agravo de Instrumento nº 2040659-61.2016.8.26.0000, Rel. Des. Antonio Rigolin, 31ª Câmara Direito Privado, d.j.: 05/04/2016).***

> ***"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPESAS DE CONDOMÍNIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO AGRAVADA QUE NÃO RECONHECEU A PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (IPTU) SOBRE O CONDOMINIAL. INCORREÇÃO. ARTS. 130 E 186 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO INDEPENDENTEMENTE DE EXECUÇÃO EM CURSO E PENHORA ANTERIOR. PRECEDENTE DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.*** *Em face das regras constantes dos arts. 130 e 186, ambos do Código Tributário Nacional (CTN), fica reconhecida a preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, tendo em vista a natureza privilegiada conferida aos débitos fiscais que tenham origem na propriedade, posse ou domínio útil do imóvel gerador, em observância ao disposto na lei tributária. Desnecessária a existência de penhora para que seja reconhecida a preferência de crédito postulada pela municipalidade, conforme precedente do*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .

> *STJ. Observa-se, por oportuno, que, embora reconhecida a preferência do crédito tributário, eventual levantamento de valores a ser realizado pela municipalidade deve ser condicionado à comprovação do efetivo valor devido"* ***(AI nº 2165561-86.2016.8.26.0000, Relator Adilson de Araujo; Comarca: São Vicente; Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/10/2016; Data de registro: 11/10/2016).***

Outrossim, como bem ressaltou o Município agravante, é desnecessária a existência de penhora para que seja reconhecida a preferência de crédito pleiteada pela Municipalidade, como já decidiu o Colendo STJ:

> ***"Processual Civil. Ação de cobrança de cotas condominiais. Execução. Concurso singular de credores. Preferência do crédito tributário em face do crédito condominial. Crédito com preferência legal. Execução em curso e penhora anterior sobre o mesmo imóvel. Desnecessidade. Inteligência do art. 711 do CPC.***
> *1. No concurso singular de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.*
> *2. O credor com título de preferência legal pode participar do concurso previsto no art. 711 do CPC para resguardar o seu direito de preferência, mesmo que não tenha promovido a execução do seu crédito. Nessa hipótese, reconhecida a preferência do crédito, o levantamento do valor fica condicionado à posterior ajuizamento de execução.*
> *3. Negado provimento ao recurso especial"* ***(REsp. nº 1219219-SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, 3ª Turma, j. 17/11/2011).***

Destarte, de rigor a reforma da r. decisão agravada, reconhecendo-se, desde já, a preferência do crédito tributário sobre o condominial.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NL S NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 672E62B.

511

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ante o exposto, e pelo meu voto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso, nos termos mencionados.

CARLOS NUNES

RELATOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 16/08/2017 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 672E62B.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 2112349-19.2017.8.26.0000

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, por seu procurador ao final assinado, nos autos do recurso em epígrafe interposto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ contra despacho proferido em AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MARCIO BERGAMIN**, vem tempestivamente à presença de V.Exa., com fulcro no art. 994, IV e 1.022 e ss. do CPC/2015, interpor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO

do acórdão de fls. 142 e ss., o que faz nos seguintes termos:

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

1. O acórdão embargado foi disponibilizado no DOE de 21/08/2017 (segunda-feira), considerando-se publicado em 22/08/2017 (terça), com prazo para embargar de declaração findando em 29/08/17 (terça-feira), tendo em vista que os prazos correm apenas em dias úteis.

2. Os presentes embargos são, portanto, tempestivos.

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:

1. Eis a transcrição da ementa do acórdão embargado:

> *"[...] DESPESAS CONDOMINIAIS Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise – A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2017 às 17:12 , sob o número WPRO17006685303.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 68BD971.

se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN Reconhecimento Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados."

2. O objeto deste recurso é, pois, o acórdão proferido por este E. Tribunal para dar provimento a agravo interposto de decisão que indeferiu o levantamento preferencial de débito de IPTU em produto do praceamento de imóvel em ação de cobrança de quotas condominiais.

3. Em suma, o acórdão modificou a decisão monocrática para reconhecer a preferência de crédito tributário ao condominial.

4. Ocorre que o acórdão recorrido foi **OMISSO** acerca do reconhecimento da obrigação condominial como obrigação de especial natureza "*propter rem*", cuja satisfação está vinculada à própria unidade autônoma que a ensejou, cf. argumentou o embargante em sua contraminuta ao agravo.

5. Há igualmente **ERRO MATERIAL**, pois a manutenção do acórdão tal e qual foi proferido ***desvirtua a própria natureza da obrigação condominial***, tratada como obrigação "propter rem" pelo ordenamento jurídico justamente por dizer respeito à conservação do próprio imóvel e à própria integridade do bem.

6. É cediço que a própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial, e é desta especial natureza que advém a preferência do crédito condominial sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja tributário, hipotecário, alimentício, de natureza falimentar, etc.

7. Tem igualmente o presente recurso o condão de prequestionar a matéria nele indicada para fins recursais.

8. A especial natureza "*propter rem*" da obrigação condominial foi garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, sendo certo que o Código Civil de 2002 passou a retratá-la inclusive ao autorizar a penhorabilidade de unidade autônoma condominial, ainda que seja bem de família (art. 1.715 do CC).

9. Desde logo, o embargante aponta para fins de prequestionamento a negativa de vigência do art. 1715 do CC.

10. Por este mesmo motivo a esmagadora jurisprudência deste Tribunal tem decidido no sentido da preferência do crédito condominial a qualquer crédito, cf. abaixo transcrito:

> *" Agravo de Instrumento 1251686000*
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *São Vicente*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *04/05/2009*
> ***Data de registro:*** *04/06/2009*
> ***Ementa:*** *Créditos condominiais e fiscais -* ***Preferência*** *do crédito* ***condominial - O crédito condominial, tendo em vista sua natureza***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2017 às 17:12 , sob o número WPRO17006685303.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 68BD971.

"propter rem", prefere ao crédito fiscal. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil, depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja fiscal*, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Precedentes do STJ. (REsp. 65465 l/SP - AgRg no Ag 684787/RS) - Agravo provido, v.u. – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

11. Neste mesmo sentido:

"Agravo de Instrumento 1155534001
Relator(a): *Manoel Justino Bezerra Filho*
Comarca: *Guarujá*
Órgão julgador: *35ª Câmara de Direito Privado*
Data do julgamento: *18/02/2008*
Data de registro: *21/02/2008*
Ementa: *Despesas condominiais. - Constituição de usufruto sobre o imóvel que originou tais despesas. - Alegação de que os rendimentos obtidos com a locação do imóvel destinam-se à sobrevivência do executado e de sua família. -* ***Preferência do crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem". - Decisão mantida. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja hipotecário, fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Agravo não provido, por v.u. – Grifou-se – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09."*

12. Tal entendimento não é somente deste Tribunal Paulista. Sobre a preferência do crédito condominial sobre o crédito tributário, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já decidiu expressamente:

" EXECUÇÃO - DESPESAS CONDOMINIAIS - I.P.T.U. -VENDA EM HASTA PUBLICA DIREITO DE PREFERENCIA - Direito Processual Civil. Em anterior Agravo de Instrumento, interposto pela arrematante do bem, houve o estabelecimento de premissas que não podem ser afastadas em novo julgamento, no sentido de que, do produto da venda do bem em hasta publica, sejam deduzidos os débitos de condomínio e IPTU, autorizando o levantamento pelo credor. Embora a decisão anterior não tenha, expressamente, estabelecido de quem a preferência, se do condomínio exeqüente ou do Município, fê-lo em ordem que priorizá a preferência do Exeqüente. Na forma do disposto no art. 612 do C.P.C., a execução é realizada no interesse do credor que, pela penhora, adquire o direito de preferência sobre os bens penhorados. ***Se a execução foi instaurada pelo condomínio para cobrar contribuição condominial devida pelo condômino, a obrigação é "propter rem" e, assim, é a própria coisa que garante e responde pelo seu cumprimento. A regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente****. Recurso conhecido e provido para, cassando a decisão agravada, restabelecer a decisão proferida pelo Tribunal em sede de Agravo de Instrumento, deferir, ao Agravante, a preferência na satisfação de seu credito." Grifo nosso - (TJ/RJ, 2002.002.14798 - AGRAVO DE INSTRUMENTO, DES. MAURILIO PASSOS BRAGA -*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE JULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2017 às 17:12 , sob o número WPRO17006685303.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 68BD971.

Julgamento: 28/05/2003 - DECIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifou-se. In www.tj.rj.gov.br).

13. Tem-se, pois, como inaplicável ao caso concreto o art. 130 do CTN, APLICÁVEL APENAS NA SEDE DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA.

14. De fato, o acórdão proferido nega vigência ao art. 612 do Código de Processo Civil, que estatui:

> *"Art. 612. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor; que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados."*

15. Solução diversa desembocaria na inaceitável situação das Fazendas Públicas permanecerem inertes em relação aos seus créditos, esperando pacientemente que os condomínios edilícios executassem as quotas condominiais devidas pelas unidades, custeando o condomínio todo o feito, e, ao final, o fisco, somente teria o trabalho de fazer uma única petição para levantar preferencialmente o produto da praça realizada pelo condomínio, que sairia de mãos abanando do próprio processo...

16. Na verdade, se analisarmos os contornos fáticos desta discussão, chegamos à segura conclusão de que o tratamento legal do crédito condominial não poderia ser diferente.

17. Ao nos debruçarmos sobre a origem e destinação do numerário cobrado neste feito, quotas condominiais regularmente rateadas, verificaremos que se tratam de valores destinados à conservação da coisa comum: pagamento de salários dos funcionários do edifício, pagamento de contas de água, consumo de luz elétrica das áreas comuns, aquisição de produtos de limpeza e conservação etc..

18. Desta feita, se de um lado a municipalidade reclama a preferência de seu crédito, no caso concreto não se tem da outra ponta interesse coletivo, da massa condominial, de coletividade de pessoas que se encontram inegavelmente oneradas pela contumácia da unidade devedora, por sustentarem por longos anos aquilo que o executado não pagou.

19. A remota hipótese do acolhimento do pedido da agravante seria, em última análise, enterrar qualquer pretensão desta coletividade de cidadãos de bem, que esperam do Judiciário as medidas necessárias para recebimento do crédito comum, desprezando a legislação em vigor e a segurança jurídica que esperam do Estado.

20. Este Tribunal por diversas vezes já teve a oportunidade de decidir a respeito, manifestando-se expressamente pela prevalência do interesse da massa condominial:

Agravo de Instrumento 1035426600
Relator(a): *Mendes Gomes*
Comarca: *Guarujá*
Órgão julgador: *35ª Câmara do D.OITAVO Grupo (Ext. 2° TAC)*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2017 às 17:12 , sob o número WPRO17006685303.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 68BD971.

Data do julgamento: *13/11/2006*
Data de registro: *14/11/2006*
Ementa: *DESPESAS DE* ***CONDOMÍNIO*** *COBRANÇA - EXECUÇÃO - ARREMATAÇÃO - INTERVENÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO FISCAL SOBRE O VALOR APURADO EM HASTA PÚBLICA - INADMISSIBILIDADE.* ***A idéia de comunidade que o condomínio impõe é muito forte, sobretudo o vertical. Não teria sentido que toda a dívida causada por uma unidade condominial fosse suportada pelos demais condôminos, apenas porque o Fisco, seja de qualquer esfera administrativa, opõe crédito****. (TJ/Sp in www.tj.sp.gov.br). Grifo nosso – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09.*

21. Neste mesmo sentido:

"Agravo de Instrumento 1219074007
Relator(a): *Luis de Carvalho*
Comarca: *Guarujá*
Órgão julgador: *29ª Câmara de Direito Privado*
Data do julgamento: *22/10/2008*
Data de registro: *03/11/2008*
Ementa: *AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS - PRETENSÃO DA MUNICIPALIDADE DE RE SERVA DE NUMERÁRIO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS INADIMPLIDOS - UNIDADE CONDOMINIAL ARREMATADA EM HASTA PÚBLICA- IMPOSSIBILIDADE - VALOR QUE PERTENCE A TODOS OS CONDÔMINOS E NÃO APENAS AO QUE TEVE SUA UNIDADE ARREMATADA - RECURSO IMPROVIDO. Em face da ausência de personalidade jurídica do* ***condomínio*** *edilício, o valor relativo às despesas condominiais que arrecada pertence a todos os condôminos. Destarte, arrematada em hasta pública determinada unidade devedora de despesas, o valor respectivo pertence aos condôminos.* ***Assim, não pode a Municipalidade pretender cobrar-se de tributos inadimplidos pelo titular da unidade levada a hasta pública com o numerário advindo da arrematação, pois se trata de valor relativo a despesas condominiais, do qual todos os condôminos são titulares." - Grifou-se*** *– in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

22. Justamente por causa destas nuances, o tratamento jurídico do crédito condominial o sobrepõe em preferência inclusive ao interesse público, como se verifica no seguinte acórdão do extinto 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, proferido em agravo interposto de decisão da 2ª Vara Cível desta Comarca de Guarujá, no qual se sobrepôs a crédito do INSS, órgão público:

" EXECUÇÃO - CONDOMÍNIO - DESPESAS CONDOMINIAIS - PREFERÊNCIA DE CRÉDITO - TERCEIRO INTERESSADO - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CREDOR DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EM EXECUÇÃO FISCAL PARALELA DE EMPRESA DO CONDÔMINO EXECUTADO - NÃO RECONHECIMENTO - O crédito do condomínio é superior ao do Instituto Nacional do Seguro Social por contribuições sociais em execuções fiscais paralelas. Exame dos artigos 51 e 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, custeio da Seguridade Social. (AI 816.332-00/9 - 9ª Câm. - Rel. Juiz EROS PICELI - J. 3.3.2004, 'in' JTA (LEX) 206/427)."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE JULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, ocolado em 25/08/2017 às 17:12 , sob o número WPRO17006685303.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 68BD971.

23. Assim, a satisfação do crédito condominial está intrinsecamente ligada ao produto do praceamento da unidade autônoma que o ensejou, ligada por força legal à satisfação deste crédito.

24. É impossível, portanto, dar outro destino prioritário ao produto da venda judicial da unidade autônoma ensejadora do débito, a não ser a satisfação do crédito do condomínio exequente, especialmente na sede do processo movido pelo condomínio.

Para efeitos recursais, o Embargante desde logo consigna expressamente o prequestionamento da matéria acima indicada, especialmente quanto à negativa de vigência dos dispositivos das leis federais acima mencionadas.

Anota haver dissídio jurisprudencial acerca da matéria, conforme demonstrado.

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, REQUER SEJAM OS PRESENTES EMBARGOS RECEBIDOS E PROVIDOS PARA QUE V.EXAS. MANIFESTEM-SE ACERCA DA MATÉRIA INDICADA, SENDO ESTA MEDIDA DE

JUSTIÇA!!!

P. Deferimento.
Guarujá, 25 de agosto de 2017.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2017 às 17:12 , sob o número WPRO17006685303.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 68BD971.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Embargos de Declaração nº 2112349-19.2017.8.26.0000/50000

Faculto aos interessados manifestação, em cinco dias, de eventual oposição ao julgamento virtual, nos termos do art. 1º da Resolução 549/2011, do Órgão Especial deste Tribunal, publicada no DJe de 25 de agosto de 2011 e em vigor desde 26 de setembro de 2011.

Voto nº 29.192

Int.

São Paulo, 4 de outubro de 2017.

Carlos Nunes
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 6DA0479.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000902272

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 2112349-19.2017.8.26.0000/50000, da Comarca de Guarujá, em que é embargante CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, são embargados MUNICÍPIO DE GUARUJA, ADÃO MÁRCIO BERGAMIM e MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS NUNES (Presidente), FRANCISCO CASCONI E PAULO AYROSA.

São Paulo, 27 de novembro de 2017.

Carlos Nunes
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 73F12CA.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

31ª CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N° *2112349-19.2017.8.26.0000/50000*

EMBARGANTE: *CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE*

EMBARGADO: *MUNICÍPIO DE GUARUJÁ*

ORIGEM: *1ª VARA CÍVEL DO FORO DE GUARUJÁ*

VOTO Nº 29.192

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DESPESAS CONDOMINIAIS – Ação de cobrança, ora em face de cumprimento de sentença – Alegação de que o Acórdão proferido pela Turma Julgadora padece de omissão e de erro material – Recurso com nítido caráter infringente, porquanto busca o reexame de matéria já analisada e decidida, o que não é de se admitir – Ademais, não há qualquer excepcionalidade que pudesse alicerçar a aplicação do efeito modificativo, posto que as razões do recurso foram objeto de análise e decisão, nos seus precisos termos – Embargos rejeitados.

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE**, junto aos autos da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS I ES NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 73F12CA.

ação de cobrança de despesas condominiais, ora em face de cumprimento de sentença, contra o v. Acórdão de fls. 142/148, o qual deu provimento ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, reformando a decisão de Primeiro Grau que indefirira o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário.

Sustenta o embargante que o aresto padece de omissão e de erro material.

Alega que a decisão colegiada resta omissa no que tange ao reconhecimento da obrigação condominial como *"propter rem"*, também padecendo de erro material por desvirtuar sua natureza. Alega que desta especial natureza advém a preferência do crédito condominial sobre todo e qualquer tipo de crédito, inclusive sobre o tributário.

Requer o recebimento e o acolhimento dos presentes Embargos de Declaração para que sejam sanados a omissão e erro material apontados para o devido efeito modificativo da r. decisão.

Embargos opostos regularmente.

É o Relatório.

O recurso em questão não merece acolhimento, tendo em vista que o v. Acórdão não padece de qualquer vício, sequer omissão ou erro material.

Como já examinado no v. Acórdão (fls. 142/148), ainda que o crédito condominial tenha preferência sobre todos os

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 73F12CA.

demais, essa preferência não recai sobre o crédito tributário. Assim decreta o art. 186 do CTN, que estabelece a prevalência do crédito tributário sobre qualquer outro, salvo os decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Resta claro que o embargante apresentou os presentes Embargos de Declaração objetivando unicamente a revisão da matéria já julgada, com evidente caráter infringente.

Com efeito, observo não ser o caso de se atribuir ao recurso efeito modificativo, uma vez que não há qualquer excepcionalidade que pudesse alicerçar a aplicação nesse sentido, pois as razões do recurso foram objeto de análise e decisão, nos seus precisos termos.

Verifica-se, portanto, que pretende o embargante buscar reexame de matéria já analisada e decidida, motivo pelo qual os presentes Embargos não estão a exigir qualquer provimento.

Nesse sentido, pacífico o entendimento dos tribunais:

*"**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**. Ação de Obrigação de fazer cumulada com Pedido de Indenização por Danos Morais. Fornecimento de Água e Esgoto. Pedido de modificação do Julgado. Nítido caráter de infringência. Descabimento. Inexistência de omissão, dúvida, contradição ou obscuridade, passíveis de alteração ou esclarecimentos suplementares. Embargos de Declaração sujeitos aos limites traçados pelo artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil. EMBARGOS REJEITADOS."* ***(Embargos de Declaração n. 4008891-51.2013.8.26.0100; Rel. Des. Penna Machado; 30ª Câmara de Direito Privado; j. 08.06.2016).***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS [illegible] ES NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 73F12CA.

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E OBSCURIDADE. VÍCIOS NÃO TIPIFICADOS. PRETENSÃO DE EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DESNECESSÁRIO. *Não presentes qualquer das hipóteses legais de correção do julgamento proferido pela Turma Julgadora em Acórdão, os embargos declaratórios opostos são rejeitados. Em verdade, a pretensão deduzida pela embargante quer o rejulgamento da causa (efeito infringente), o que é vedado no recurso oposto. Também não se verifica descumprimento de dispositivos constitucionais ou legais". **(TJSP, Embargos de Declaração n. 0003158-78.2014.8.26.0097; Rel. Des. Adilson Araújo; 31ª Câmara de Direito Privado; j. 12.04.2016)***

*"Embargos de declaração. Interposição que revela mera intenção de modificar o teor do acórdão embargado. Inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material. Recurso que não pode ser utilizado com propósito meramente infringente. Embargos rejeitados." **(TJSP, Embargos de Declaração n. 0016712-28.2014.8.26.0664; Rel. Des. Ruy Coppola; 32ª Câmara de Direito Privado; j. 05.05.2016)***

Assim sendo, não são os Embargos admissíveis para o fim a que se propõe o presente recurso, principalmente quando ausentes as hipóteses legais do art. 1.022 do CPC.

Ante o exposto, e pelo meu voto, **REJEITO OS EMBARGOS**.

CARLOS NUNES

RELATOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NUNES NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 73I12CA.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS NU[illegible]S NETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 73F12CA.

518

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000/50000**
Classe – Assunto:	**Embargos de Declaração - Despesas Condominiais**
Embargante:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze**
Embargado:	**Município de Guarujá e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 20 de dezembro de 2017.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 10/01/2018 às 18:04 .

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Agravo de Instrumento n. 2112349-19.2017.8.26.0000/5000

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, por seu procurador ao final assinado, nos autos do Recurso em epígrafe, Embargos de Declaração interpostos em AGRAVO DE INSTRUMENTO oriundo da AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN E OUTRA**, tendo como interessada a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ vem respeitosa e tempestivamente à presença de V. Exa. para interpor

RECURSO ESPECIAL

para ver reformulado o acórdão de fls., o que faz com fundamento nos arts. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal c.c. arts. 1.029 e ss. do CPC/15, momento em que requer, por preencher as formalidades legais, seja regularmente recebido e posteriormente remetido ao Superior Tribunal de Justiça para processamento e provimento.

P. Deferimento.
Guarujá, 18 de fevereiro de 2017.

p.p.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

RECORRENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
RECORRIDO: ADÃO MARCIO BERGAMIN E OUTRA
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2112349-19.2017.8.26.0000

Egrégio Tribunal,

Colenda Câmara,

Nobres Ministros,

I- DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO:

1. Verifica-se que o presente recurso é tempestivo.

2. O acórdão recorrido foi disponibilizado no DOE em 28/11/17 (terça-feira), considerando-se 29/11/17 (quarta-feira) o dia de sua publicação.

3. Portanto, contando-se 15 (quinze) dias úteis, seria o dia 20/12/17 (quarta-feira) o termo final do prazo para a interposição deste recurso, prazo prorrogado para 22/01/2017 (segunda-feira), ante a suspensão dos prazos processuais de final de ano.

4. Ademais, o presente recurso preenche igualmente os requisitos legais de sua admissão.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS:

a) DO FERIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL EM VIGOR:

5. Para que melhor se possa compreender os contornos da lide, passa o recorrente a fazer um breve relato dos atos processuais havidos em primeiro grau, do teor do acórdão recorrido e da necessidade de sua modificação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

6. Em apertada síntese, o presente feito cuida-se de Ação de Cobrança de Quotas Condominiais, movida pelo condomínio recorrente há **8 (oito) longos anos**, no intuito de receber as quotas vencidas e não pagas, incidentes sobre a unidade da recorrida.

7. Após o devido processo legal, o recorrente obteve deferimento de praças, com a finalidade de expropriação da unidade autônoma que originou os débitos condominiais perseguidos pelo credor recorrente.

8. Infelizmente, a Prefeitura Municipal de Guarujá, terceira em relação ao feito, postulou o pagamento preferencial de seu crédito.

9. E embora tenha inicialmente lhe sido indeferida esta pretensão em primeiro grau de jurisdição, agravou a Municipalidade ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que inadvertidamente lhe deferiu a preferência no produto das praças. E houve embargos de declaração, improvidos.

10. Eis transcrição da ementa acórdão recorrido:

> ***"DESPESAS CONDOMINIAIS** Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN Reconhecimento Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados."* - *GRIFAMOS*

11. Ou seja, o condomínio recorrente há 8 (oito) anos promove os atos processuais pertinentes na ação que possui contra o condômino e os custeia, mas, no momento dos leilões, a Prefeitura, terceira alheia à lide, e sem penhora do mesmo bem, receberá o produto da praça, sem nada ser pago ao condomínio credor. Despautérios.

12. Como dito, desviando-se da correta aplicação da legislação em vigor, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao agravo da Prefeitura na parte conhecida, o que na prática significa negar ao condomínio recorrente o direito de receber seu crédito após árduo processo!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE [illegible]LA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, [illegible]ocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

13. E embora diga que se trata de matéria não conhecida pelo Juízo "a quo", reconhece preferência textual ao crédito tributário!

14. Ocorre Exas., que esta decisão não pode perdurar, devendo ser modificada, vez que **nega vigência a dispositivos da legislação federal em vigor,** detalhados a seguir.

15. Em primeiro lugar, tal decisão desvirtua a especial natureza jurídica "*propter rem*" da obrigação condominial, que tem sua satisfação vinculada à unidade autônoma que a ensejou, fazendo com que, quem a adquirir, o faça no estado em que se encontra, tornando-se condômino e imediato devedor dos débitos que sobre ela pesam, cf. disciplina do **art. 1.345 do Código Civil** em vigor, **cuja vigência é negada claramente pelo acórdão recorrido:**

16. Tal dispositivo legal estatui "*in verbis*":

> *Art. 1.345. O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.*

17. Em última análise, a Prefeitura Municipal de Guarujá, é terceiro alheio à lide, e pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual, o que não pode ser admitido!!!

18. Não se pode perder de vista que não está descartada a hipótese de, com a inércia da Prefeitura em executar seus créditos, parte dele esteja prescrita!

19. Consigne-se desde logo que o crédito condominial detém preferência sobre qualquer outro crédito, privilégio decorrente de sua especial natureza "*propter rem*", cf. reconhecido pelo Juízo de primeiro grau no despacho atacado.

20. Solução diversa **desvirtuaria a própria natureza da obrigação condominial**, tratada como obrigação "*propter rem*" pelo ordenamento jurídico, justamente por dizer respeito à conservação do próprio imóvel e à própria integridade do bem.

21. É cediço que a própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial, e é desta especial natureza que advém a preferência do crédito condominial sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja tributário, hipotecário, alimentício, de natureza falimentar, etc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

22. Tal especial natureza foi garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, sendo certo que o Código Civil de 2002 passou a retratá-la inclusive ao autorizar a penhorabilidade de unidade autônoma condominial, ainda que seja bem de família (art. 1.715 do CC).

23. Por este mesmo motivo a esmagadora jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo tem decidido no sentido da preferência do crédito condominial a qualquer crédito, cf. abaixo transcrito:

> ***" Agravo de Instrumento 1251686000***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *São Vicente*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *04/05/2009*
> ***Data de registro:*** *04/06/2009*
> ***Ementa:*** *Créditos condominiais e fiscais -* ***Preferência*** *do crédito* ***condominial*** *-* ***O crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem", prefere ao crédito fiscal. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil, depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Precedentes do STJ. (REsp. 65465 l/SP - AgRg no Ag 684787/RS) - Agravo provido, v.u. – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

24. Neste mesmo sentido:

> ***"Agravo de Instrumento 1155534001***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *18/02/2008*
> ***Data de registro:*** *21/02/2008*
> ***Ementa:*** *Despesas condominiais. - Constituição de usufruto sobre o imóvel que originou tais despesas. - Alegação de que os rendimentos obtidos com a locação do imóvel destinam-se à sobrevivência do executado e de sua família. -* ***Preferência do crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem". - Decisão mantida. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE ... JLA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, ... ocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

crédito, seja hipotecário, fiscal*, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Agravo não provido, por v.u. – Grifou-se – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09."*

25. Tem-se, pois, como inaplicável ao caso concreto os artigos do CTN invocados no acórdão recorrido, APLICÁVEIS APENAS NA SEDE DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA!

26. Na verdade, se analisarmos os contornos fáticos desta discussão, chegamos à segura conclusão de que o tratamento legal do crédito condominial não poderia ser diferente.

27. Ao nos debruçarmos sobre a origem e destinação do numerário cobrado neste feito, quotas condominiais regularmente rateadas, verificaremos que se tratam de valores destinados à conservação da coisa comum: pagamento de salários dos funcionários do edifício, pagamento de contas de água, consumo de luz elétrica das áreas comuns, aquisição de produtos de limpeza e conservação etc..

28. Desta feita, se de um lado a municipalidade reclama a preferência de seu crédito, no caso concreto não se tem da outra ponta interesse coletivo, da massa condominial, de coletividade de pessoas que se encontram inegavelmente oneradas pela contumácia da unidade devedora, por sustentarem por longos anos aquilo que a executada não pagou.

29. A remota hipótese do produto da praça ter destino diverso, em última análise, enterra qualquer pretensão desta coletividade de cidadãos de bem, que esperam do Judiciário as medidas necessárias para recebimento do crédito comum, desprezando a legislação em vigor e a segurança jurídica que esperam do Estado.

30. O Tribunal de Justiça de São Paulo por diversas vezes já teve a oportunidade de decidir a respeito, manifestando-se expressamente pela prevalência do interesse da massa condominial:

Agravo de Instrumento 1035426600
Relator(a): *Mendes Gomes*
Comarca: *Guarujá*
Órgão julgador: *35ª Câmara do D.OITAVO Grupo (Ext. 2° TAC)*
Data do julgamento: *13/11/2006*
Data de registro: *14/11/2006*
Ementa: *DESPESAS DE* ***CONDOMÍNIO*** *COBRANÇA - EXECUÇÃO - ARREMATAÇÃO - INTERVENÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO FISCAL SOBRE O VALOR APURADO*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

*EM HASTA PÚBLICA - INADMISSIBILIDADE. **A idéia de comunidade que o condomínio impõe é muito forte, sobretudo o vertical. Não teria sentido que toda a dívida causada por uma unidade condominial fosse suportada pelos demais condôminos, apenas porque o Fisco, seja de qualquer esfera administrativa, opõe crédito**. (TJ/Sp in www.tj.sp.gov.br). Grifo nosso – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09.*

31. Neste mesmo sentido:

"Agravo de Instrumento 1219074007

***Relator(a):** Luís de Carvalho*
***Comarca:** Guarujá*
***Órgão julgador:** 29ª Câmara de Direito Privado*
***Data do julgamento:** 22/10/2008*
***Data de registro:** 03/11/2008*
***Ementa:** AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS - PRETENSÃO DA MUNICIPALIDADE DE RE SERVA DE NUMERÁRIO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS INADIMPLIDOS - UNIDADE CONDOMINIAL ARREMATADA EM HASTA PÚBLICA- IMPOSSIBILIDADE - VALOR QUE PERTENCE A TODOS OS CONDÔMINOS E NÃO APENAS AO QUE TEVE SUA UNIDADE ARREMATADA - RECURSO IMPROVIDO. Em face da ausência de personalidade jurídica do **condomínio** edilício, o valor relativo às despesas condominiais que arrecada pertence a todos os condôminos. Destarte, arrematada em hasta pública determinada unidade devedora de despesas, o valor respectivo pertence aos condôminos. **Assim, não pode a Municipalidade pretender cobrar-se de tributos inadimplidos pelo titular da unidade levada a hasta pública com o numerário advindo da arrematação, pois se trata de valor relativo a despesas condominiais, do qual todos os condôminos são titulares." - Grifou-se** –in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

32. Justamente por causa destas nuances, o tratamento jurídico do crédito condominial o sobrepõe em preferência inclusive ao interesse público, como se verifica no seguinte acórdão do extinto 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, proferido em agravo interposto de decisão da 2ª Vara Cível da Comarca de Guarujá, no qual se sobrepôs a crédito do INSS, órgão público:

" EXECUÇÃO - CONDOMÍNIO - DESPESAS CONDOMINIAIS - PREFERÊNCIA DE CRÉDITO - TERCEIRO INTERESSADO - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CREDOR DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EM EXECUÇÃO FISCAL PARALELA DE EMPRESA DO CONDÔMINO EXECUTADO - NÃO RECONHECIMENTO - O crédito do condomínio é superior ao

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE ...LA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, ...colado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

do Instituto Nacional do Seguro Social por contribuições sociais em execuções fiscais paralelas. Exame dos artigos 51 e 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, custeio da Seguridade Social. (AI 816.332-00/9 - 9ª Câm. , Rel. Juiz EROS PICELI - J. 3.3.2004, 'in' JTA (LEX) 206/427)."

33. Inequívoca, ainda, a preferência quanto a crédito hipotecário:

Agravo de Instrumento 990100890298
Relator(a): *Rosa Maria de Andrade Nery*
Comarca: *Diadema*
Órgão julgador: *34ª Câmara de Direito Privado*
Data do julgamento: *03/05/2010*
Data de registro: *06/05/2010*
Ementa: *Despesas de condomínio. Cobrança. Execução. A preferência do crédito garantido por hipoteca não se aplica ao crédito proveniente de despesas propter rem. Precedentes do STJ. As despesas de condomínio são de conservação da coisa pelo que o credor hipotecário responde, também. Agravo provido.*

34. E mais, o entendimento defendido pela agravante **nega vigência ao art. 612 do Código de Processo Civil**, em vigor à época do proferimento do acórdão que estatuía:

"Art. 612. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados."

35. Prevalecendo o entendimento do acórdão recorrido, a execução estaria sendo realizada para o interesse de terceiros!!!

36. A manutenção do acórdão desembocaria na inaceitável situação das Fazendas Públicas permanecerem inertes em relação aos seus créditos, esperando pacientemente que os condomínios edilícios executassem as quotas condominiais devidas pelas unidades, custeando o condomínio todo o feito, e, ao final, o fisco, somente teria o trabalho de fazer uma única petição para levantar preferencialmente o produto da praça realizada pelo condomínio, que sairia de mãos abanando do próprio processo...

37. Assim, a satisfação do crédito condominial está intrinsecamente ligada ao produto da venda judicial da unidade autônoma que o ensejou, ligada por força legal à satisfação deste crédito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

38. E sendo o condomínio exequente o credor da execução quem suportou todos os ônus processuais até a arrematação, esta deve ser efetivada a seu proveito e não de terceiros, ainda que se trate do poder público.

39. É impossível, portanto, dar outro destino prioritário ao produto da venda judicial da unidade autônoma ensejadora do débito, a não ser a satisfação do crédito do condomínio exequente, especialmente na sede do processo movido pelo condomínio.

40. Há de se ponderar, ainda, que não foi suficientemente demonstrada pela Municipalidade sequer a existência e o status de execuções fiscais, nem tão pouco a existência de penhora para garantia de seus créditos, o que seria exigível para esta discussão.

b) <u>DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL:</u>

41. Quanto à equivocada interpretação do Tribunal de Justiça de São Paulo, aplicando inadvertidamente o art. 130 do CTN ao caso concreto, verifica-se a existência de verdadeiro dissídio jurisprudencial, vez que acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu interpretação diversa à matéria.

42. Sobre a preferência do crédito condominial sobre o crédito tributário, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu expressamente em caso idêntico:

> *"EXECUÇÃO - DESPESAS CONDOMINIAIS - I.P.T.U. -VENDA EM HASTA PUBLICA DIREITO DE PREFERENCIA - Direito Processual Civil. Em anterior Agravo de Instrumento, interposto pela arrematante do bem, houve o estabelecimento de premissas que não podem ser afastadas em novo julgamento, no sentido de que, do produto da venda do bem em hasta publica, sejam deduzidos os débitos de condomínio e IPTU, autorizando o levantamento pelo credor. Embora a decisão anterior não tenha, expressamente, estabelecido de quem a preferência, se do condomínio exeqüente ou do Município, fê-lo em ordem que prioriza a preferência do Exeqüente.* ***<u>Na forma do disposto no art. 612 do C.P.C., a execução é realizada no interesse do credor que, pela penhora, adquire o direito de preferência sobre os bens penhorados. Se a execução foi instaurada pelo condomínio para cobrar contribuição condominial devida pelo condômino, a obrigação é "propter rem" e, assim, é a própria coisa que</u>***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE LA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

garante e responde pelo seu cumprimento. A regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente. *Recurso conhecido e provido para, cassando a decisão agravada, restabelecer a decisão proferida pelo Tribunal em sede de Agravo de Instrumento, deferir, ao Agravante, a preferência na satisfação de seu credito." Grifo nosso - (TJ/RJ, 2002.002.14798 - AGRAVO DE INSTRUMENTO, DES. MAURILIO PASSOS BRAGA - Julgamento: 28/05/2003 - DECIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL Grifou-se. In www.tj.rj.gov.br).*

43. A similitude fática e jurídica entre os acórdãos é evidente, sendo demonstrada no quadro a seguir, no qual está demonstrado igualmente a interpretação diversa da mesma matéria:

ACÓRDÃO RECORRIDO	ACÓRDÃO PARADIGMA
• Há pretensão de recebimento preferencial de crédito tributário municipal no produto de praças realizadas em ação de cobrança de quotas condominiais;	• Há pretensão de recebimento preferencial de crédito tributário municipal no produto de praças realizadas em ação de cobrança de quotas condominiais;
• Argumenta-se a aplicação do CTN ao caso concreto, mesmo sendo execução de terceiros;	• Argumenta-se a aplicação do CTN ao caso concreto, mesmo sendo execução de terceiros;
• Ignora a aplicação do art. 612 do CPC para priorizar o crédito Municipal, de terceiro, em detrimento do crédito condominial, do exequente da ação;	• Aplica o art. 612 do CPC para priorizar o crédito condominial, do exequente da ação, em detrimento do crédito Municipal;
• Entende que regra do art. 130 do C.T.N. aplica-se em sede de execução não fiscal, negando a preferência ao Exequente;	• Entende que regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente.
• Ignora a natureza "propter rem" da obrigação condominial, desligando o cumprimento desta do imóvel que a ensejou.	• Reconhece a natureza "propter rem" da obrigação condominial, ligando o cumprimento desta do imóvel que a ensejou.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

44. E para comprovar o dissídio jurisprudencial, o recorrente anexa a este feito cópia dos acórdão paradigma, assim como os dados de suas respectivas publicações (cf. http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0003C3523A7A7F1F438A9F7207643014234358C5C3165B4A , acesso em 30/06/16).

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, REQUER V.EXAS. REFORMEM A DECISÃO DE FLS. PARA ALTERAR A DECISÃO GUERREADA, DEFERINDO-SE A PREFERÊNCIA DO DÉBITO CONDOMINIAL E DETERMINANDO O IMEDIATO LEVANTAMENTO DO PRODUTO DA PRAÇA PELO CONDOMÍNIO RECORRENTE, SENDO ESTA MEDIDA DA COSTUMEIRA

J U S T I Ç A ! ! !

P. Deferimento.
Guarujá, 18 de dezembro de 2017.

p.p.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A56.

Utilize folhas A4 (210x297mm)
Documento em formato PDF

Superior Tribunal de Justiça — TESOURO NACIONAL

RECIBO DE SACADO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02941.991008 02033.655172 7 73970000017423**

Local de Pagamento
Pagável em qualquer Banco até o vencimento. Após, gere novo boleto no site www.stj.jus.br.

Vencimento
07/01/2018

Nome do Cedente (CPF/CNPJ)
SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 00.488.478/0001-02

Agência / Código do Cedente
4200-5 / 333.030-3

Endereço do Cedente
SAFS Qd 06 Lt 01 Trecho III ASA SUL 70095-900, Brasília - DF

Nosso Número
29419910002033655

Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	(=) Valor do Documento
18/12/2017	2033655	RC	N	18/12/2017	R$ 174,23

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(-) Desconto / Abatimento
	17	R$			

Instruções / Observações:
RECURSO INTERPOSTO EM INSTÂNCIA INFERIOR, RECURSO ESPECIAL.
Unidade Federativa: SAO PAULO, outras origens.
Processo na Origem: 2112349-19.2017.8.26.0000/5000.
Valor da custa judicial: R$ 174,23.
Não pagar após o vencimento, o cancelamento é automático.
As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte.

(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado
R$ 174,23

Pagador
Autor/Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE (CPF/CNPJ: 05.496.572/0001-27)
Endereço: AV. DOM PEDRO I Nº 719 (GUARUJA,SP). CEP 11440000.
Réu/Recorrido: ADÃO MARCIO BERGAMIN E OUTRA

Cedente/Sacador
Autenticação Mecânica

19/12/2017 - BANCO DO BRASIL - 15:52:02
838414113 1316

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090294199100020336551727739700001742 3
234199100020336551 02941991

NOSSO NUMERO 4200/00333030
CONVENIO 08/01/2018
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIDA 16/12/2017
AG/COD. BENEFICIARIO 174,23
DATA DE VENCIMENTO 174,23
DATA DO PAGAMENTO
VALOR DO DOCUMENTO
VALOR COBRADO

AUTENTICACAO 8.391.FDB.629.690.9B1
NR.AUTENTICACAO
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A57.

Utilize folhas A4 (210x297mm)
Documento em formato PDF

PODER JUDICIÁRIO

Superior Tribunal de Justiça

TESOURONACIONAL

RECIBO DE SACADO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02941.991008 02033.655172 7 73970000017423**

Local de Pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento. Após, gere novo boleto no site www.stj.jus.br.	Vencimento **07/01/2018**
Beneficiário (nome, CPF/CNPJ) SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 00.488.478/0001-02 Beneficiário (endereço) SAFS Qd 06 Lt 01 Trecho III ASA SUL 70095-900, Brasília - DF	Agência / Código do Beneficiário 4200-5 / 333.030-3 Nosso Número 29419910002033655

Data Documento	N° do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	(=) Valor do Documento
18/12/2017	2033655	RC	N	18/12/2017	R$ 174,23

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(-) Desconto / Abatimento
	17	R$			

Instruções / Observações

RECURSO INTERPOSTO EM INSTÂNCIA INFERIOR, RECURSO ESPECIAL.
Unidade Federativa: SAO PAULO, outras origens.
Processo na Origem: 2112349-19.2017.8.26.0000/5000.
Valor da custa judicial: R$ 174,23.
Não pagar após o vencimento, o cancelamento é automático.
As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte.

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado
R$ 174,23

Pagador
Autor/Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE (CPF/CNPJ: 05.496.572/0001-27)
Endereço: AV. DOM PEDRO I Nº 719 (GUARUJA,SP). CEP 11440000.
Réu/Recorrido: ADÃO MARCIO BERGAMIN E OUTRA

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02941.991008 02033.655172 7 73970000017423**

Local de Pagamento
Pagável em qualquer Banco até o vencimento. Após, gere novo boleto no site www.stj.jus.br.

Vencimento
07/01/2018

Beneficiário (nome, CPF/CNPJ)
SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 00.488.478/0001-02
Beneficiário (endereço)
SAFS Qd 06 Lt 01 Trecho III ASA SUL 70095-900, Brasília - DF

Agência / Código do Beneficiário
4200-5 / 333.030-3
Nosso Número
29419910002033655

Data Documento	N° do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	(=) Valor do Documento
18/12/2017	2033655	RC	N	18/12/2017	R$ 174,23

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(-) Desconto / Abatimento
	17	R$			

Instruções / Observações

RECURSO INTERPOSTO EM INSTÂNCIA INFERIOR, RECURSO ESPECIAL.
Unidade Federativa: SAO PAULO, outras origens.
Processo na Origem: 2112349-19.2017.8.26.0000/5000.
Valor da custa judicial: R$ 174,23.
Não pagar após o vencimento, o cancelamento é automático.
As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte.

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado
R$ 174,23

Pagador
Autor/Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE (CPF/CNPJ: 05.496.572/0001-27)
Endereço: AV. DOM PEDRO I Nº 719 (GUARUJA,SP). CEP 11440000.
Réu/Recorrido: ADÃO MARCIO BERGAMIN E OUTRA

Código de Baixa

Autenticação Mecânica **FICHA DE COMPENSAÇÃO**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paul rotocolado em 19/12/2017 às 17:38 , sob o número WPRO17010478481.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7719A58.

523

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante:	**Município de Guaruja**
Agravado:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 1º de março de 2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/03/2018 às 22:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7D5757F.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº 2112349-19.2017.8.26.0000
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo
Processo originário nº 0010479-53.2009.8.26.0000
Comarca de Origem: 1ª Vara Cível de Guarujá/SP

RECORRENTE: Condomínio Residencial Mussa Gaze
RECORRIDO: Município de Guarujá

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora, nos autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO** interposto, apresentar suas **CONTRARRAZÕES DE RECURSO ESPECIAL,** requerendo seu recebimento e posterior encaminhamento ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Termos em que

Pede deferimento.

Guarujá, 26 de fevereiro de 2018.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA RANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 27/02/2018 às 17:21 , sob o número WPRO18001467686.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7D5757C.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 681 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ESPECIAL

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLENDA TURMA,

ÍNCLITOS MINISTROS!

DA TEMPESTIVIDADE

A intimação para a agravante apresentar suas contrarrazões foi disponibilizada no DJE em 01/02/2018, por não ter havido expediente em 1ª e em 2ª instâncias em 12 e 13 de fevereiro, nos termos do Provimento CSM nº 2457/17, constata-se a tempestividade das contrarrazões.

PRELIMINARMENTE

DA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA O RECURSO ESPECIAL

Consoante a doutrina e a jurisprudência mais apurada, a utilização desse instituto é possível somente em casos onde é demonstrada, cabalmente comprovada a existência de violação de lei federal, o que não ocorreu no caso em tela.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/02/2018 às 17:21 , sob o número WPRO18001467686.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7D5757C.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Constata-se que o recorrente não se desincumbiu do seu ônus, senão vejamos.

Em suas extensas razões, o recorrente deixa de apontar eventual norma federal que, em seu entendimento, teria sido violada, deixando de cumprir o requisito para sua admissibilidade.

Constata-se apenas o seu inconformismo, desprovido de base legal, caracterizando verdadeiro apelo.

Não basta alegar a contrariedade ou negativa de vigência da lei federal, sem comprovar sua ocorrência.

O referido pleito não constitui matéria que possa ser analisada no âmbito do recurso especial pois a decisão recorrida não se aplica a nenhuma das hipóteses de cabimento deste recurso.

Desta forma, de rigor seja negado seguimento ao recurso especial interposto, por total descumprimento dos requisitos de admissibilidade, na forma legal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSI... ORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de ... Paulo, protocolado em 27/02/2018 às 17:21 , sob o número WPRO18001467686.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7D5757C.

527

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 681 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EM RELAÇÃO AO MÉRITO

A decisão recorrida está correta, não sendo o caso de ser reformada como pretende o recorrente pois não existe nenhuma condição, muito menos prevista em lei, para a descabida exigência do MM. Juiz de primeira instância.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, diante das relevantes razões recursais expendidas, requer seja improvido o presente recurso especial, para que prevaleça a desnecessidade de arresto ou penhora no rosto dos autos com o reconhecimento da preferência do crédito tributário sobre o crédito condominial.

Guarujá, 26 de fevereiro de 2018.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/02/2018 às 17:21 , sob o número WPRO18001467686.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 7D5757C.

2112349-19.2017.8.26.0000
M322045

Recurso especial nº 2112349-19.2017.8.26.0000.

I. Trata-se de recurso especial interposto por Condomínio Residencial Mussa Gaze, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 31ª Câmara de Direito Privado.

II. O recurso não reúne condições de admissibilidade pela alínea "a".

Alegada violação ao art. 1.345 do CC e art. 612 do CPC:

Não ficou demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos arrolados, pois as exigências legais na solução das questões de fato e de direito da lide foram atendidas pelo acórdão ao declinar as premissas nas quais assentada a decisão.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que *"a simples referência aos dispositivos legais desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal não é suficiente para o conhecimento do recurso especial"* (Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 601358/PE, relator o ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, in DJe de 02.9.2016).

III. Tampouco pela alínea "c" poderá o recurso ser

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GASTAO T. DO DE CAMPOS MELLO FILHO, liberado nos autos em /04/2018 às 10:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8382F0C.

528

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2112349-19.2017.8.26.0000
M322045

admitido.

O dissenso jurisprudencial deve ser comprovado por certidão, ou cópia, ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução do julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, devendo ser demonstrado de forma analítica, mediante o confronto das partes idênticas ou semelhantes do acórdão recorrido e daqueles eventualmente trazidos à colação, na forma exigida pelo artigo 1.029, §1°, do Código de Processo Civil, com a transcrição dos trechos que configurem o dissídio, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados (confira-se: agravo regimental no agravo em recurso especial 813962/SP, relator ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, in DJe de 11.2.2016).

Assim, necessária era a transcrição do trecho do v. acórdão hostilizado e o devido confronto analítico entre este e os paradigmas arrolados, de molde a demonstrar a identidade de situações geradoras das decisões conflitantes.

IV. Pelo exposto, **INADMITO** o recurso especial com base no art. 1.030, V, do CPC.

São Paulo, 17 de abril de 2018.

Gastão Toledo de Campos Mello Filho
Presidente da Seção de Direito Privado

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GASTAO TOLEDO DE CAMPOS MELLO FILHO, liberado nos autos em 17/04/2018 às 10:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8382F0C.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante:	**Município de Guaruja**
Agravado:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 11 de maio de 2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de ...tica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 11/... /2018 às 23:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64D.

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.200/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

AGRAVO EM DESPACHO DENEGATÓRIO DE RECURSO ESPECIAL
Agravo nº 2112349-19.2017.8.26.0000

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, por seu procurador ao final assinado, nos autos do Recurso em epígrafe, no intuito de fazer seguir RECURSO ESPECIAL, no qual consta como recorrida **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ e ADÃO MARCIO BERGANIM,** vem respeitosa e tempestivamente à presença de V. Exa. para interpor

AGRAVO AO TRIBUNAL SUPERIOR
(ARTS. 1.030, V, § 1º c.c 1.042 DO CPC)

o que faz pelos fundamentos que passa a aduzir:

I- DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO:

1. Verifica-se que o presente recurso é tempestivo.

2. A decisão agravada foi disponibilizada no DOE em 07/05/17 (segunda-feira), considerando-se 08/05/17 (terça-feira) o dia de sua publicação.

3. Portanto, contando-se 15 (quinze) dias úteis, é o dia 29/05/18 (terça-feira) o termo final do prazo para a interposição deste recurso.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

4. O cabimento do presente é assegurado pelo art. 1.030, V, § 1º do CPC:

> *"Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)*
>
> ...
>
> *V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)*
>
> ...
>
> *§ 1º Da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)"*

II. DAS RAZÕES DO RECEBIMENTO E PROVIMENTO DO PRESENTE AGRAVO:

1. Insurge-se o agravante contra decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, com base no art. 1.030 V do CPC.

2. Aduz o douto Relator que o Recurso não reuniria condições de admissibilidade, pois não teria havido demonstração da violação dos dispositivos legais mencionados, nem teria havido demonstração do dissídio jurisprudencial.

3. Ocorre que o presente agravo merece conhecimento e provimento, pois o Recurso Especial do agravante preenche sim as condições básicas de sua admissibilidade, já que apontou e demonstrou de modo inequívoco a ofensa à legislação federal invocada, assim como demonstrou o dissídio jurisprudencial.

4. Assim, o Recurso Especial deve ser conhecido, julgado e provido, conforme se verá:

5. Para que melhor se possa compreender os contornos da lide, passa o agravante a fazer um breve relato dos atos processuais havidos em primeiro grau, do teor do acórdão recorrido e da necessidade de sua modificação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Pau, rotocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

530

6. Em apertada síntese, o presente feito cuida-se de Ação de Cobrança de Quotas Condominiais, movida pelo condomínio agravante há **8 (oito) longos anos**, no intuito de receber as quotas vencidas e não pagas, incidentes sobre a unidade do condômino agravado.

7. Após o devido processo legal, o agravante obteve deferimento de praças, com a finalidade de expropriação da unidade autônoma que originou os débitos condominiais perseguidos pelo credor agravante.

8. Infelizmente, a Prefeitura Municipal de Guarujá, terceira em relação ao feito, postulou o pagamento preferencial de seu crédito.

9. E embora tenha inicialmente lhe sido indeferida esta pretensão em primeiro grau de jurisdição, agravou a Municipalidade ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que inadvertidamente lhe deferiu a preferência no produto das praças. E houve embargos de declaração, improvidos.

10. Eis transcrição da ementa acórdão recorrido:

> ***"DESPESAS CONDOMINIAIS: Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN Reconhecimento Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados."*** *- GRIFAMOS*

11. Ou seja, o condomínio agravante há 8 (oito) anos promove os atos processuais pertinentes na ação que possui contra o condômino e os custeia, mas, no momento dos leilões, a Prefeitura, terceira alheia à lide, e sem penhora do mesmo bem, receberá o produto da praça, sem nada ser pago ao condomínio credor. Despautérios.

12. Como dito, desviando-se da correta aplicação da legislação em vigor, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao agravo da Prefeitura na parte conhecida, o que na prática significa negar ao condomínio agravante o direito de receber seu crédito após árduo processo!

13. E embora diga que se trata de matéria não conhecida pelo Juízo "a quo", reconhece preferência textual ao crédito tributário!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

14. Ocorre Exas., que esta decisão não pode perdurar, devendo ser modificada, vez que **nega vigência a dispositivos da legislação federal em vigor,** vulneração perfeitamente demonstrada na interposição do Recurso Especial, como se verifica abaixo.

15. Em primeiro lugar, tal decisão desvirtua a especial natureza jurídica "*propter rem*" da obrigação condominial, que tem sua satisfação vinculada à unidade autônoma que a ensejou, fazendo com que, quem a adquirir, o faça no estado em que se encontra, tornando-se condômino e imediato devedor dos débitos que sobre ela pesam, cf. disciplina do **art. 1.345 do Código Civil** em vigor, **cuja vigência é negada claramente pelo acórdão recorrido:**

16. Tal dispositivo legal estatui "*in verbis*":

> *Art. 1.345. O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.*

17. Em última análise, a Prefeitura Municipal de Guarujá agravada, é terceiro alheio à lide, e pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual, o que não pode ser admitido!!!

18. Não se pode perder de vista que não está descartada a hipótese de, com a inércia da Prefeitura em executar seus créditos, parte dele esteja prescrita!

19. Consigne-se desde logo que o crédito condominial detém preferência sobre qualquer outro crédito, privilégio decorrente de sua especial natureza "*propter rem*", cf. reconhecido pelo Juízo de primeiro grau no despacho atacado.

20. Solução diversa **desvirtuaria a própria natureza da obrigação condominial**, tratada como obrigação "*propter rem*" pelo ordenamento jurídico, justamente por dizer respeito à conservação do próprio imóvel e à própria integridade do bem.

21. É cediço que a própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial, e é desta especial natureza que advém a preferência do crédito condominial sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja tributário, hipotecário, alimentício, de natureza falimentar, etc.

22. Tal especial natureza foi garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, sendo certo que o Código Civil de 2002 passou a retratá-la inclusive ao autorizar a penhorabilidade de unidade autônoma condominial, ainda que seja bem de família (art. 1.715 do CC).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA. MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Pau., rotocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

23. Por este mesmo motivo a esmagadora jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo tem decidido no sentido da preferência do crédito condominial a qualquer crédito, cf. abaixo transcrito:

> ***" Agravo de Instrumento 1251686000***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *São Vicente*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *04/05/2009*
> ***Data de registro:*** *04/06/2009*
> ***Ementa:*** *Créditos condominiais e fiscais -* ***Preferência*** *do crédito* ***condominial - O crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem", prefere ao crédito fiscal. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil, depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Precedentes do STJ. (REsp. 65465 l/SP - AgRg no Ag 684787/RS) - Agravo provido, v.u. – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

24. Neste mesmo sentido:

> ***"Agravo de Instrumento 1155534901***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *18/02/2008*
> ***Data de registro:*** *21/02/2008*
> ***Ementa:*** *Despesas condominiais. - Constituição de usufruto sobre o imóvel que originou tais despesas. - Alegação de que os rendimentos obtidos com a locação do imóvel destinam-se à sobrevivência do executado e de sua família. -* ***Preferência do crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem". - Decisão mantida. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja hipotecário, fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Agravo não provido, por v.u. – Grifou-se – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09."*

25. Tem-se, pois, como inaplicável ao caso concreto os artigos do CTN invocados no acórdão recorrido, APLICÁVEIS APENAS NA SEDE DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA!

26. Na verdade, se analisarmos os contornos fáticos desta discussão, chegamos à segura conclusão de que o tratamento legal do crédito condominial não poderia ser diferente.

27. Ao nos debruçarmos sobre a origem e destinação do numerário cobrado neste feito, quotas condominiais regularmente rateadas, verificaremos que se tratam de valores destinados à

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

conservação da coisa comum: pagamento de salários dos funcionários do edifício, pagamento de contas de água, consumo de luz elétrica das áreas comuns, aquisição de produtos de limpeza e conservação etc..

28. Desta feita, se de um lado a municipalidade reclama a preferência de seu crédito, no caso concreto não se tem da outra ponta interesse coletivo, da massa condominial, de coletividade de pessoas que se encontram inegavelmente oneradas pela contumácia da unidade devedora, por sustentarem por longos anos aquilo que a executada não pagou.

29. A remota hipótese do produto da praça ter destino diverso, em última análise, enterra qualquer pretensão desta coletividade de cidadãos de bem, que esperam do Judiciário as medidas necessárias para recebimento do crédito comum, desprezando a legislação em vigor e a segurança jurídica que esperam do Estado.

30. O Tribunal de Justiça de São Paulo por diversas vezes já teve a oportunidade de decidir a respeito, manifestando-se expressamente pela prevalência do interesse da massa condominial:

> *Agravo de Instrumento 1035426600*
> ***Relator(a):*** *Mendes Gomes*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara do D.OITAVO Grupo (Ext. 2° TAC)*
> ***Data do julgamento:*** *13/11/2006*
> ***Data de registro:*** *14/11/2006*
> ***Ementa:*** *DESPESAS DE* ***CONDOMÍNIO*** *COBRANÇA - EXECUÇÃO - ARREMATAÇÃO - INTERVENÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO FISCAL SOBRE O VALOR APURADO EM HASTA PÚBLICA - INADMISSIBILIDADE.* ***A idéia de comunidade que o condomínio impõe é muito forte, sobretudo o vertical. Não teria sentido que toda a dívida causada por uma unidade condominial fosse suportada pelos demais condôminos, apenas porque o Fisco, seja de qualquer esfera administrativa, opõe crédito****. (TJ/Sp in www.tj.sp.gov.br). Grifo nosso – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09.*

31. Neste mesmo sentido:

> *"Agravo de Instrumento 1219074007*
> ***Relator(a):*** *Luis de Carvalho*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *29ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *22/10/2008*
> ***Data de registro:*** *03/11/2008*
> ***Ementa:*** *AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS - PRETENSÃO DA MUNICIPALIDADE DE RE SERVA DE NUMERÁRIO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS INADIMPLIDOS - UNIDADE CONDOMINIAL ARREMATADA EM HASTA PÚBLICA- IMPOSSIBILIDADE - VALOR QUE PERTENCE A TODOS OS CONDÔMINOS E NÃO APENAS AO QUE TEVE SUA UNIDADE ARREMATADA - RECURSO IMPROVIDO. Em face da ausência de personalidade jurídica do* ***condomínio*** *edilício, o valor relativo*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA... MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paul... otocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

às despesas condominiais que arrecada pertence a todos os condôminos. Destarte, arrematada em hasta pública determinada unidade devedora de despesas, o valor respectivo pertence aos condôminos. ***Assim, não pode a Municipalidade pretender cobrar-se de tributos inadimplidos pelo titular da unidade levada a hasta pública com o numerário advindo da arrematação, pois se trata de valor relativo a despesas condominiais, do qual todos os condôminos são titulares." - Grifou-se*** *–in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

32. Justamente por causa destas nuances, o tratamento jurídico do crédito condominial o sobrepõe em preferência inclusive ao interesse público, como se verifica no seguinte acórdão do extinto 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, proferido em agravo interposto de decisão da 2ª Vara Cível da Comarca de Guarujá, no qual se sobrepôs a crédito do INSS, órgão público:

" EXECUÇÃO - CONDOMÍNIO - DESPESAS CONDOMINIAIS - PREFERÊNCIA DE CRÉDITO - TERCEIRO INTERESSADO - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CREDOR DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EM EXECUÇÃO FISCAL PARALELA DE EMPRESA DO CONDÔMINO EXECUTADO - NÃO RECONHECIMENTO - O crédito do condomínio é superior ao do Instituto Nacional do Seguro Social por contribuições sociais em execuções fiscais paralelas. Exame dos artigos 51 e 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, custeio da Seguridade Social. (AI 816.332-00/9 - 9º Câm. - Rel. Juiz EROS PICELI - J. 3.3.2004, 'in' JTA (LEX) 206/427)."

33. Inequívoca, ainda, a preferência quanto a crédito hipotecário:

Agravo de Instrumento 990100890298
Relator(a): *Rosa Maria de Andrade Nery*
Comarca: *Diadema*
Órgão julgador: *34ª Câmara de Direito Privado*
Data do julgamento: *03/05/2010*
Data de registro: *06/05/2010*
Ementa: *Despesas de condomínio. Cobrança. Execução. A preferência do crédito garantido por hipoteca não se aplica ao crédito proveniente de despesas propter rem. Precedentes do STJ. As despesas de condomínio são de conservação da coisa pelo que o credor hipotecário responde, também. Agravo provido.*

34. E mais, o entendimento defendido pela agravante **nega vigência ao art. 612 do Código de Processo Civil**, em vigor à época do proferimento do acórdão que estatuía:

"Art. 612. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

35. Prevalecendo o entendimento do acórdão recorrido, a execução estaria sendo realizada para o interesse de terceiros!!!

36. A manutenção do acórdão desembocaria na inaceitável situação das Fazendas Públicas permanecerem inertes em relação aos seus créditos, esperando pacientemente que os condomínios edilícios executassem as quotas condominiais devidas pelas unidades, custeando o condomínio todo o feito, e, ao final, o fisco, somente teria o trabalho de fazer uma única petição para levantar preferencialmente o produto da praça realizada pelo condomínio, que sairia de mãos abanando do próprio processo...

37. Assim, a satisfação do crédito condominial está intrinsecamente ligada ao produto da venda judicial da unidade autônoma que o ensejou, ligada por força legal à satisfação deste crédito.

38. E sendo o condomínio exequente o credor da execução quem suportou todos os ônus processuais até a arrematação, esta deve ser efetivada a seu proveito e não de terceiros, ainda que se trate do poder público.

39. É impossível, portanto, dar outro destino prioritário ao produto da venda judicial da unidade autônoma ensejadora do débito, a não ser a satisfação do crédito do condomínio exequente, especialmente na sede do processo movido pelo condomínio.

40. Há de se ponderar, ainda, que não foi suficientemente demonstrada pela Municipalidade sequer a existência e o status de execuções fiscais, nem tão pouco a existência de penhora para garantia de seus créditos, o que seria exigível para esta discussão.

a) <u>DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL:</u>

41. Quanto à equivocada interpretação do Tribunal de Justiça de São Paulo, aplicando inadvertidamente o art. 130 do CTN ao caso concreto, verifica-se a existência de verdadeiro dissídio jurisprudencial, vez que acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu interpretação diversa à matéria.

42. Sobre a preferência do crédito condominial sobre o crédito tributário, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu expressamente em caso idêntico:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paul, otocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

"EXECUÇÃO - DESPESAS CONDOMINIAIS - I.P.T.U. -VENDA EM HASTA PUBLICA DIREITO DE PREFERENCIA - Direito Processual Civil. Em anterior Agravo de Instrumento, interposto pela arrematante do bem, houve o estabelecimento de premissas que não podem ser afastadas em novo julgamento, no sentido de que, do produto da venda do bem em hasta publica, sejam deduzidos os débitos de condomínio e IPTU, autorizando o levantamento pelo credor. Embora a decisão anterior não tenha, expressamente, estabelecido de quem a preferência, se do condomínio exeqüente ou do Município, fê-lo em ordem que prioriza a preferência do Exeqüente. ***Na forma do disposto no art. 612 do C.P.C., a execução é realizada no interesse do credor que, pela penhora, adquire o direito de preferência sobre os bens penhorados. Se a execução foi instaurada pelo condomínio para cobrar contribuição condominial devida pelo condômino, a obrigação é "propter rem" e, assim, é a própria coisa que garante e responde pelo seu cumprimento. A regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente****. Recurso conhecido e provido para, cassando a decisão agravada, restabelecer a decisão proferida pelo Tribunal em sede de Agravo de Instrumento, deferir, ao Agravante, a preferência na satisfação de seu credito." Grifo nosso - (TJ/RJ, 2002.002.14798 - AGRAVO DE INSTRUMENTO, DES. MAURILIO PASSOS BRAGA - Julgamento: 28/05/2003 - DECIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifou-se. In www.tj.rj.gov.br).*

43. A similitude fática e jurídica entre os acórdãos é evidente, sendo demonstrada no quadro a seguir, no qual está demonstrado igualmente a interpretação diversa da mesma matéria:

ACÓRDÃO RECORRIDO	ACÓRDÃO PARADIGMA
Há pretensão de recebimento preferencial de crédito tributário municipal no produto de praças realizadas em ação de cobrança de quotas condominiais;	Há pretensão de recebimento preferencial de crédito tributário municipal no produto de praças realizadas em ação de cobrança de quotas condominiais;
Argumenta-se a aplicação do CTN ao caso concreto, mesmo sendo execução de terceiros;	Argumenta-se a aplicação do CTN ao caso concreto, mesmo sendo execução de terceiros;
Ignora a aplicação do art. 612 do CPC para priorizar o crédito Municipal, de terceiro, em detrimento do crédito condominial, do exequente da ação;	Aplica o art. 612 do CPC para priorizar o crédito condominial, do exequente da ação, em detrimento do crédito Municipal;
Entende que regra do art. 130 do C.T.N. aplica-se em sede de execução não fiscal, negando a preferência ao Exequente;	Entende que regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente.
Ignora a natureza "propter rem" da obrigação condominial, desligando o cumprimento desta do imóvel que a ensejou.	Reconhece a natureza "propter rem" da obrigação condominial, ligando o cumprimento desta do imóvel que a ensejou.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

44. E para comprovar o dissídio jurisprudencial, o agravante anexou a este feito cópia dos acórdão paradigma, assim como os dados de suas respectivas publicações (cf. fls.).

Diante de todo o exposto, requer na forma do art. 1.042 do CPC, V.Exa. receba o presente agravo e:

a) em sede de juízo de retratação lhe dê provimento para reconsiderar a decisão de fls.;

b) não havendo retratação, determine após ouvir-se o agravado no prazo legal, seja o presente remetido ao STJ, DE MODO A DAR PROVIMENTO AO PRESENTE AGRAVO PARA PROCESSAMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL, SENDO ESTA MEDIDA DE

JUSTIÇA!!!

P. Deferimento.
Guarujá, 11 de maio de 2018.

MARIO DE PAULA MACHADO
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PA[illegible] MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Pau[illegible] rotocolado em 11/05/2018 às 10:25 , sob o número WPRO18004218946.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 871E64C.

534

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante:	**Município de Guarujá**
Agravado:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 15 de julho de 2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/07/2018 às 17:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC585.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Processo nº 2112349-19.2017.8.26.0000

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de V. Exa. por sua procuradora, nos autos do presente **AGRAVO,** apresentar suas ***CONTRARRAZÕES,*** nos seguintes termos:

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLENDA TURMA,

ÍNCLITOS MINISTROS!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA ... ANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de S... aulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

DA TEMPESTIVIDADE

A intimação para o recorrido apresentar suas contrarrazões foi disponibilizada no DJE de 21/06/2018, por não ter havido expediente em 1ª e em 2ª instâncias em 09 de julho, nos termos do Provimento CSM nº 2457/17, constata-se a tempestividade das contrarrazões.

PRELIMINARMENTE

DA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A PROCEDÊNCIA DO RECURSO

Primeiramente deve ser ressaltado que o condomínio ora agravante desrespeita o requisito do parágrafo 1º do artigo 1.021 do CPC, o qual prevê que o recorrente deve impugnar de modo específico os fundamentos da decisão agravada, materializando, para este recurso, o princípio da dialeticidade.

Em resumo, o ora agravante divaga no seu entendimento de não ser reconhecida a preferência do crédito tributário sobre o condominial, apesar da expressa previsão do artigo 186 do Código Tributário Nacional.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Ocorre que a decisão que originou todos os recursos destes autos, que foi objeto do agravo de instrumento interposto pelo Município, refere-se apenas à necessidade ou não de o Município efetuar prévia penhora no rosto dos autos para poder ser apreciado o seu pedido de habilitação do crédito no processo em que o imóvel será leiloado.

Portanto, não tem nenhuma relação com a extensa argumentação do condomínio ora recorrente sobre qual dos dois teria preferência no recebimento dos seus créditos.

Ainda não há decisão sobre a preferência entre os credores neste processo. Futuramente, quando houver, será objeto de novo recurso do Município, já que o juiz desta vara não reconhece a preferência que a Fazenda Pública Municipal possui sobre o condomínio. Mas por enquanto a discussão tem que se restringir apenas à necessidade ou não de o Município ter que providenciar as penhoras no rosto dos autos para poder ser apreciado o seu pedido de habilitação de crédito.

O MM. Juiz de primeira instância não aceitou o pedido de habilitação do crédito municipal, condicionando sua apreciação à existência de penhora nos rosto dos autos. Foi somente este o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA ...JANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de S... Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

objeto deste agravo. Porém o ora recorrente está estendendo a discussão para o objeto de futuro agravo a ser oportunamente interposto.

Segundo leciona Araken de Assis, entende-se por princípio da dialeticidade o ônus de o recorrente motivar o recurso no ato de interposição:

" (...) Entende-se por impugnação específica a explicitação dos elementos de fato e as razões de direito que permitam ao órgão ad quem individuar com precisão o error in iudicando ou o error in procedendo objeto do recurso."

Exige-se que fique claro no recurso quais são os pontos da decisão que estão sendo impugnados e por quais razões, devendo-se evitar a repetição de argumentos postos como nas manifestações anteriores do agravante (conduta sempre refutada pelos tribunais), o que não foi respeitado, ocasionando a inexistência de impugnação específica, caracterizando-o como manifestamente inadmissível.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Constata-se que o ora recorrente se utiliza do presente recurso mais para reclamar do direito, da preferência que privilegia o Poder Público, questionando e queixando-se de matérias que nem foram objeto do recurso, ao invés de focar no cerne da discussão que é a desnecessidade de penhora no rosto dos autos para ser apreciado o pedido de habilitação do crédito tributário.

Apesar de o objeto exclusivo do recurso ser a apreciação do pedido de habilitação do crédito tributário municipal nos autos em que o imóvel está indo a leilão, sem ter que serem efetuadas as penhoras no rosto dos autos de todas as execuções fiscais, o recorrente menciona na quase totalidade do recurso a pretendida mas inexistente preferência do crédito do condomínio sobre o crédito tributário, ou seja, matéria que não foi apreciada no agravo de instrumento.

Desta forma fica plenamente caracterizado o descumprimento da principal condição do recurso.

De rigor seja declarado manifestamente inadmissível ou totalmente improcedente o presente recurso por total descumprimento dos requisitos de admissibilidade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA RANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EM RELAÇÃO AO MÉRITO

Consoante a doutrina mais apurada, a utilização desse instituto é possível somente em casos onde é demonstrada, cabalmente comprovada a ilegalidade.

Porém não é o que ocorre no presente caso. Observa-se que o recorrente não se desincumbiu do seu ônus, senão vejamos.

Não obstante o impedimento de o STJ analisar provas, como este agravo menciona quase em sua totalidade fatos e não demonstra a violação da lei, pelo contrário, o reconhecimento da preferência do crédito tributário sobre o condominial cumpre estritamente o artigo 186 do Código Tributário Nacional e o artigo 908 do Código de Processo Civil, o ora recorrido não tem outra opção que não seja demonstrar a realidade, ou seja, o entendimento jurisprudencial sobre o tema.

Transcreve-se abaixo a ementa do Agravo em Recurso Especial nº 490.323 :

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

"Tributário. Processual Civil. Ausência de violação do art. 535 do CPC. Crédito tributário. Direito de preferência. Art. 186 do CTN. Penhora anterior sobre o mesmo imóvel. Desnecessidade. Agravo conhecido. Recurso especial provido. (Agravo em Recurso Especial nº 490.323 – SP (2014/0061414-6)

O mesmo entendimento foi recentemente reconhecido no Recurso Especial nº 1.503.400-SP, onde foram citados outros recursos no Superior Tribunal de Justiça em que prevalece este entendimento, a seguir arrolados:

1) REsp n. 280.871/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/2/2009, DJe 23/3/2009;

2) REsp n. 1.455.342/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE de 8/9/2016;

3) REsp n. 1.347.509/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJE de 8/9/2016;

4) AREsp n. 637.048/SP, Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE de 8/6/2015;

5) AREsp n. 548.942-SP, Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, DJE 27/09/2016;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA ... ANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Si... aulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

6) REsp n. 1.443.327-SP, Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJE 20/09/2016;

7) AREsp n. 648.318, Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJE 03/03/2015;

8) REsp n. 1.407.783. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJE 08/09/2016;

9) AREsp n. 1.031.134, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJE 15/02/2017;

10) AgRg no REsp 1.334.412/SP, Ministro MASSAMI UYEDA, DJE 13/11/2012.

O recorrente também criou uma exigência inexistente, de que para haver concurso de credores seria necessária a existência de penhora em favor do Município. Ocorre que estes argumentos não prosperam em decorrência do disposto no artigo 908 do Código de Processo Civil.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

O parágrafo 2º do artigo 908 do CPC prevê que apenas na hipótese de não existir credor com preferência legal, será observada a anterioridade das penhoras. Portanto, tendo a Fazenda Pública preferência legal, não há que se exigir penhora, nem ser analisada a anterioridade.

> *"(...)*
> *§ 2º. **Não havendo título legal à preferência**, o dinheiro será distribuído entre os concorrentes, observando-se a anterioridade de cada penhora." (g.n.)*

Em relação ao pedido que é objeto do agravo interposto pelo Município, há recentes julgados reconhecendo a desnecessidade de arresto ou penhora no rosto dos autos, cujas ementas seguem:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. Abordagem de credor tributário, a invocar preferência na liquidação de produto de arrematação de unidade condominial em débito. Inteligência do artigo 186, do Código Tributário Nacional, e do artigo 908, do Código de Processo Civil. Desnecessidade de penhora no rosto dos autos. Recurso provido, com observação.(Agravo de instrumento n º 2157790

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA ...ANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de ... Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

-57.2016.8.26.0000 da 30ª Câmara de Direito Privado, j. em 26/10/2016)"

" AGRAVO DE INSTRUMENTO. Cumprimento de sentença. Habilitação de crédito tributário. Débito de IPTU. Prévia penhora no rosto dos autos. Desnecessidade.Título legal à preferência. Art. 711 do CPC/1973. Recurso provido, na parte conhecida, com observação.(Agravo de instrumento nº 2047160-31.2016.8.26.0000 da 9ª Câmara de Direito Privado, j. em 31/01/2017)"

Também corrobora o descumprimento dos requisitos para este recurso o recorrente ficar divagando sobre prescrição, e outras matérias que considera justas ou injustas pois não condizem com a matéria objeto do recurso que é a decisão judicial sobre a desnecessidade de penhora no rosto dos autos para ser apreciado o pedido de habilitação do Município e posteriormente a sua preferência determinada em lei.

Diante do exposto, como as alegações do recorrente são totalmente infundadas e o presente recurso não atinge o pressuposto processual de cabimento, requer que seja declarado manifestamente inadmissível ou improcedente de forma unânime.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Termos em que

Pede deferimento.

Guarujá, 13 de julho de 2018.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELLA DE CASSIA R. ANDI REIS GONCALVES e Tribunal de Justica do Estado de Sa. aulo, protocolado em 13/07/2018 às 16:52 , sob o número WPRO18006526508.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 8FCC584.

540

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 3

Processo nº 2112349-19.2017.8.26.0000

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Seção de Direito Privado.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.

Marco Aurelio Izidoro Da Silva, Matr. M110209
Escrevente-Chefe

Processo nº 2112349-19.2017.8.26.0000

Vistos.

1. Nos termos do artigo 1042, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil atual, mantenho a(s) decisão(ões) agravada(s) por seus próprios fundamentos.

2. Subam os autos.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.

GASTÃO TOLEDO DE CAMPOS MELLO FILHO
Presidente da Seção de Direito Privado

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GASTAO TOLEDO DE CAMPOS MELLO FILHO, liberado nos autos em 10/08/2018 às 18:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 9427176.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

REMESSA

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante	**Município de Guaruja**
Agravado	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**
Relator(a):	**Carlos Nunes**
Órgão Julgador:	**31ª Câmara de Direito Privado**

Remeto os presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça.

São Paulo, 14 de agosto de 2018.

Marco Aurelio Izidoro Da Silva - Matrícula: M110209
Escrevente-Chefe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCO AU. IO IZIDORO DA SILVA, liberado nos autos em 14/08/2 às 13:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código 9486A0A.

Superior Tribunal de Justiça

541

Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados e autuados no dia 17/08/2018 na forma abaixo:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1347267 (2018/0209834-6 Número Único: 2112349-19.2017.8.26.0000)

Origem : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO
Localidade : SAO PAULO / SP
Nº. na Origem : 21123491920178260 00104795320098260 05086950820148260 22301201252007610 22301200951807230 22301200751002660 05180727620098260 05086980820148260 05100266920078260 05200768120128260 15125946020158260 2230120125200761 2230120075100266 1060507 05161812 22320140143169 2230120095180723 29992009 04597309 01070414

Nºs. Conexos: :

Nº de Folhas : 231 Nº. de Volumes: 1 Nº de Apensos: 0

AGRAVANTE	CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

CERTIDÃO

Certifico que, no Cadastro de Feitos deste Tribunal, foi verificada a existência de processos relacionados ao **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1347267 (2018/0209834-6 Número Único: 2112349-19.2017.8.26.0000)**

Processos com UF e Partes comuns: *1 Processo(s).*

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1338746 (2018/0193955-6NU: 2217403-71.2017.8.26.0000)

Origem : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO
Localidade : SAO PAULO / SP

AGRAVANTE	CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADOS	MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
	SILVIA PAULA MONTEIRO DA COSTA - SP142752
AGRAVADO	MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	CASSIUS BAESSO FRANCO BARBOSA - SP296703
INTERES.	MARIA LUCIA AMARAL THOMAZ

Nº. na Origem : 00072375220108260 22174037120178260 7652010 76510

Documento eletrônico juntado ao processo em 27/08/2018 às 18:24:38 pelo usuário: PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES CRUZ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1347267 (2018/0209834-6 Número Único: 2112349-19.2017.8.26.0000)

Assunto: DIREITO CIVIL - Coisas - Propriedade - Condomínio em Edifício - Despesas Condominiais

Distribuição em 17/08/2018
Ministro Relator : MARIA ISABEL GALLOTTI QUARTA TURMA
Ministro Relator para Acórdao :
Ministro Revisor :

Fase Atual

17/08/2018 Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a) MARIA ISABEL GALLOTTI (Relatora) - pela SJD

Quantidade de Outros Processos com a Parte:

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE - CPF/CNPJ: 05.496.572/0001-27	1
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - CPF/CNPJ: 44.959.021/0001-04	717
ADAO MARCIO BERGAMIN - CPF/CNPJ: 809.321.698-72	0

Quantidade de Outros Processos com o Número de Origem:

21123491920178260000	0
00104795320098260223	0
05086950820148260223	0
2230120125200761	0
22301201252007610000000000000	0
2230120095180723	0
223012009518072300000000	0
2230120075100266	0
22301200751002660000	0
29992009	3
05100266920078260223	0
1060507	0
05180727620098260223	0
04597309	0
05200768120128260223	0
05161812	0
05086980820148260223	0
01070414	0
15125946020158260223	0
22320140143169	0

Brasília-DF, 27 de agosto de 2018.

COORDENADORIA DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE TEMAS JURÍDICOS E

Documento eletrônico juntado ao processo em 27/08/2018 às 18:21:38 pelo usuário: PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES CRUZ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUKO AYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

Superior Tribunal de Justiça

Fls. 542

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1347267 / SP (2018/0209834-6)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 27/08/2018 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO CIVIL - Coisas - Propriedade - Condomínio em Edifício - Despesas Condominiais e distribuído ao Exmo. Sr. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA.

Encaminhamento

Aos 27 de agosto de 2018 ,

vão estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais

Recebido no Gabinete do Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA em _____/_____/20_____.

Documento eletrônico juntado ao processo em 27/08/2018 às 18:35:10 pelo usuário: BENJAMIM DE OLIVEIRA NETO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.267 - SP (2018/0209834-6)

RELATOR	:	**MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE	:	CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	:	MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	:	MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	:	DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	:	ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	:	ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	:	MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	:	GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

> *"DESPESAS CONDOMINIAIS - Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença - Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN - Reconhecimento - Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados"* (fl. 143 e-STJ).

Nas razões do especial, o agravante alegou violação dos arts. 1.345 do Código Civil e art. 612 do Código de Processo Civil de 1973.

Aduziu que a obrigação condominial, por possuir natureza *propter rem*, tem sua satisfação vinculada à unidade autônoma que a ensejou.

Sustentou que o Município do Guarujá, terceiro alheio à demanda, pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual e custo.

Pugnou pelo reconhecimento de que o crédito condominial possui preferência a qualquer outro crédito.

Afirmou que os artigos do Código Tributário Nacional são aplicáveis apenas a esfera tributária.

Invocou dissídio jurisprudencial em relação ao artigo 130 do CTN, aduzindo que o crédito condominial tem preferência ao tributário.

Documento eletrônico juntado ao processo em 18/09/2018 às 05:28:04 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUKO AYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.
Documento eletrônico VDA19871889 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 09-13-2018 18:44:34
Publicação no DJe/STJ nº 2516 de 18/09/2018. Código de Controle do Documento: 66C5869C-B952-47D0-B153-7AA83AB203A2

543

Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Município do Guarujá contra a decisão que, nos autos de ação de cobrança de despesas condominiais ora em fase de cumprimento de sentença, determinou que o crédito fazendário seja instrumentalizado por penhora ou arresto no rosto dos autos.

O Tribunal local, deu provimento ao recurso por entender que o crédito tributário, exigido pela Fazenda Municipal, ostenta preferência sobre o condominial, por se tratar de débito fiscal.

Irresignado, alega o recorrente que o crédito condominial tem preferência ao tributário e que a execução se dá no interesse do credor.

No entanto, a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que *"o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial"* (AgRg no REsp nº 1.456.188/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/9/2016).

Nessa esteira ainda:

> *"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO AO CONDOMINIAL.*
> *1. Ação ajuizada em 15/12/2008. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.*
> *2. O propósito recursal é definir se há - sobre o produto da alienação do bem do executado - preferência do crédito tributário em face do crédito condominial.*
> *3. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial.*
> *4. Recurso especial conhecido e provido"*
> (REsp 1.584.162/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/5/2017, DJe 16/5/2017).

> *"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO PROMOVIDA PELO CONDOMÍNIO. PEDIDO DE RESERVA DO PRODUTO DA ARREMATAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA. PREFERÊNCIA DO*

Documento eletrônico juntado ao processo em 18/09/2018 às 05:28:04 por Usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .

Documento eletrônico VDA19871889 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 09-13-2018 18:44:34
Publicação no DJe/STJ nº 2516 de 18/09/2018. Código de Controle do Documento: 66C5869C-B952-47D0-B153-7AA83AB203A2

CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. PRECEDENTES.
1. A jurisprudência desta Corte orienta que, no concurso de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
2. Agravo interno a que se nega provimento"
(AgInt no AREsp 633.043/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 24/4/2017).

Incide, portanto, o entendimento do enunciado nº 568 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de aplicar o artigo 85, § 11, do CPC/2015 pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de agosto de 2018.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

Documento eletrônico juntado ao processo em 18/09/2018 às 05:28:04 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA19871889 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 09-13-2018 18:44:34
Publicação no DJe/STJ nº 2516 de 18/09/2018. Código de Controle do Documento: 66C5869C-B952-47D0-B153-7AA83AB203A2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYU[illegible] HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

544

S.T.J.
FL. _____

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1.347.267/SP

JUNTADA

Junto aos presentes autos a petição nº 544262/2018 - AGRAVO INTERNO .

Brasília, 26 de setembro de 2018.

STJ - COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA
*Assinado por DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA
em 26 de setembro de 2018 às 10:47:48

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Documento eletrônico juntado ao processo em 26/09/2018 às 10:48:05 pelo usuário: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro, 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. MINISTRO RELATOR DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1.347.267 - SP - TERCEIRA TURMA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Agravo em Recurso Especial n. 1.347.267- SP

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, por seu procurador ao final assinado, nos autos do Recurso em epígrafe, oriundo da Ação de Cobrança de Quotas Condominiais que promove a **ADÃO MARCOS BERGAMIN - 95A**, tendo como recorrente a **Prefeitura Municipal de Guarujá**, vem respeitosa e tempestivamente à presença de V. Exa. para interpor

AGRAVO INTERNO

para ver reformulada a decisão de V.Exa. que deu provimento ao Agravo para negar provimento ao Recurso Especial do agravante, com fundamento no art. 259 do Regimento Interno do STJ c.c. o art. 1.021 CPC/15 e demais legislação aplicável, o que faz pelos fundamentos que passa a aduzir:

I. DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DO PRESENTE AGRAVO REGIMENTAL:

1. Verifica-se que o presente recurso é tempestivo.

2. A decisão guerreada foi publicada no DOE de 18/09/18, terça-feira, tendo como prazo final de interposição de agravo interno o dia 25/09/18, terça-feira, contando-se os prazos em dias úteis.

3. O presente recurso preenche igualmente os requisitos legais de sua admissão, vez que interposto contra decisão de relator, e não exige preparo.

Petição Eletrônica juntada ao processo em 20/09/2018 ?s 10.47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI AYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

545
9

II. DAS RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL:

4. V.Exa. achou por bem, por decisão monocrática, dar provimento ao Agravo do agravante, porém, negou provimento ao Recurso Especial do condomínio, de modo a manter a decisão anterior do Tribunal de Justiça, e reconhecer a preferência inexistente do débito tributário sobre o condominial no produto das praças, na sede da ação movida pelo condomínio.

5. Em que pese o brilhantismo do julgador monocrático, entende a necessidade de discussão da matéria pelo órgão colegiado.

6. Eis transcrição de parte da decisão ora agravada:

> *" [...] Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado: " DESPESAS CONDOMINIAIS - Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença - Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN - Reconhecimento - Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados" (fl. 143 e-STJ). Nas razões do especial, o agravante alegou violação dos arts. 1.345 do Código Civil e art. 612 do Código de Processo Civil de 1973. Aduziu que a obrigação condominial, por possuir natureza propter rem, tem sua satisfação vinculada à unidade autônoma que a ensejou. Sustentou que o Município do Guarujá, terceiro alheio à demanda, pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual e custo. Pugnou pelo reconhecimento de que o crédito condominial possui preferência a qualquer outro crédito. Afirmou que os artigos do Código Tributário Nacional são aplicáveis apenas a esfera tributária. Invocou dissídio jurisprudencial em relação ao artigo 130 do CTN, aduzindo que o crédito condominial tem preferência ao tributário. Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre. É o relatório. DECIDO. Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial. O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n"s 2 e 3/STJ). A irresignação não merece prosperar. Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Município do Guarujá contra a decisão que, nos autos de ação de cobrança de despesas condominiais ora em fase de cumprimento de sentença, determinou que o crédito fazendário seja instrumentalizado por penhora ou arresto no rosto dos autos. O Tribunal local, deu provimento ao recurso por entender que o crédito tributário, exigido pela Fazenda Municipal, ostenta preferência sobre o condominial, por se*

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo us?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

tratar de débito fiscal. Irresignado, alega o recorrente que o crédito condominial tem preferência ao tributário e que a execução se dá no interesse do credor. No entanto, a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que "o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial"(AgRg no REsp nº 1.456.188/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/9/2016). Nessa esteira ainda: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO AO CONDOMINIAL. 1. Ação ajuizada em 15/12/2008. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73. 2. O propósito recursal é definir se há - sobre o produto da alienação do bem do executado - preferência do crédito tributário em face do crédito condominial. 3. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial. 4. Recurso especial conhecido e provido" (REsp 1.584.162/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/5/2017, DJe 16/5/2017). "AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO PROMOVIDA PELO CONDOMÍNIO. PEDIDO DE RESERVA DO PRODUTO DA ARREMATAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência desta Corte orienta que, no concurso de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. 2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 633.043/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 24/4/2017). Incide, portanto, o entendimento do enunciado nº 568 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Deixo de aplicar o artigo 85, § 11, do CPC/2015 pela ausência de prévia fixação na origem. Publique-se. Intimem-se".

7. Como transcrito, a decisão monocrática negou provimento ao Recurso Especial por entender que haveria preferência pacificada do crédito tributário.

8. Porém, deixou o julgador de debruçar-se sobre a especial natureza "propter rem" da obrigação condominal e sobre o fato de que entregar o produto das praças a Municipalidade é impor à massa condominial o pagamento do débito tributário de terceiro!

IV. DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL:

9. Para que melhor se possa compreender os contornos da lide, passa o agravante a fazer um breve relato dos atos processuais havidos em primeiro grau, do teor do acórdão recorrido e da necessidade de sua modificação.

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI AYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

546

10. Em apertada síntese, o presente feito cuida-se de Ação de Cobrança de Quotas Condominiais, movida pelo condomínio agravante há **9 (nove) longos anos**, no intuito de receber as quotas vencidas e não pagas, incidentes sobre a unidade do agravado.

11. Após o devido processo legal, o agravante obteve deferimento de praças, com a finalidade de expropriação da unidade autônoma que originou os débitos condominiais perseguidos pelo credor agravante.

12. A Prefeitura Municipal de Guarujá, terceira em relação ao feito, postulou o pagamento preferencial de seu crédito.

13. E inadvertidamente foi deferida à Municipalidade esta pretensão em primeiro grau de jurisdição, do que tempestivamente agravou o condomínio, agravo este improvido pelo Tribunal "a quo". E houve embargos de declaração, também improvidos.

14. Eis transcrição da ementa acórdão recorrido:

> ***"Cobrança de despesas condominiais - Fase de cumprimento de sentença. Reconhecimento de preferência da Municipalidade de Guarujá no recebimento do seu crédito tributário - Privilégio do crédito tributário, nos termos do art. 130, parágrafo único,e 186 do Código Tributário Nacional, havendo preferência em relação a crédito condominial. Levantamento de valor, porém, condicionado ao exame da exigibilidade do crédito a ser feita pelo juízo da execução fiscal, que verificará a existência do crédito e o seu valor – Recurso não provido, com determinação"- GRIFAMOS***

15. Ou seja, o condomínio agravante há 8 (oito) anos promove os atos processuais pertinentes na ação que possui contra o condômino e os custeia, mas, no momento da venda judicial, a Prefeitura, terceira alheia à lide, e sem penhora do mesmo bem, receberá o produto da praça, sem nada ser pago ao condomínio credor. Despautérios.

16. Como dito, desviando-se da correta aplicação da legislação em vigor, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao agravo da Prefeitura na parte conhecida, o que na prática significa negar ao condomínio agravante o direito de receber seu crédito após árduo processo!

17. E embora diga que se trata de matéria não conhecida pelo Juízo "a quo", reconhece preferência textual ao crédito tributário!

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

18. Ocorre Exas., que esta decisão não pode perdurar, devendo ser modificada, vez que **nega vigência a dispositivos da legislação federal em vigor,** detalhados a seguir.

19. Em primeiro lugar, tal decisão desvirtua a especial natureza jurídica "*propter rem*" da obrigação condominial, que tem sua satisfação vinculada à unidade autônoma que a ensejou, fazendo com que, quem a adquirir, o faça no estado em que se encontra, tornando-se condômino e imediato devedor dos débitos que sobre ela pesam, cf. disciplina do **art. 1.345 do Código Civil** em vigor, **cuja vigência é negada claramente pelo acórdão recorrido:**

20. Tal dispositivo legal estatui "*in verbis*":

> *Art. 1.345. O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.*

21. Em última análise, a Prefeitura Municipal de Guarujá, é terceiro alheio à lide, e pretende o recebimento de seu crédito sem qualquer esforço processual, o que não pode ser admitido!!!

22. Não se pode perder de vista que não está descartada a hipótese de, com a inércia da Prefeitura em executar seus créditos, parte dele esteja prescrita!

23. Consigne-se desde logo que o crédito condominial detém preferência sobre qualquer outro crédito, privilégio decorrente de sua especial natureza "*propter rem*", cf. reconhecido pelo Juízo de primeiro grau no despacho atacado.

24. Solução diversa **desvirtuaria a própria natureza da obrigação condominial**, tratada como obrigação "*propter rem*" pelo ordenamento jurídico, justamente por dizer respeito à conservação do próprio imóvel e à própria integridade do bem.

25. É cediço que a própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial, e é desta especial natureza que advém a preferência do crédito condominial sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja tributário, hipotecário, alimentício, de natureza falimentar, etc.

26. Tal especial natureza foi garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, sendo certo que o Código Civil de 2002 passou a retratá-la inclusive ao autorizar a penhorabilidade de unidade autônoma condominial, ainda que seja bem de família (art. 1.715 do CC).

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI AYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

547

27. Por este mesmo motivo a esmagadora jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo tem decidido no sentido da preferência do crédito condominial a qualquer crédito, cf. abaixo transcrito:

> ***" Agravo de Instrumento 12516***[illegible]***000***
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *São Vicente*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *04/05/2009*
> ***Data de registro:*** *04/06/2009*
> ***Ementa:*** *Créditos condominiais e fiscais -* ***Preferência*** *do crédito* ***condominial*** *-* ***O crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem", prefere ao crédito fiscal. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil, depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Precedentes do STJ. (REsp. 65465 l/SP - AgRg no Ag 684787/RS) - Agravo provido, v.u. – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

28. Neste mesmo sentido:

> **"Agravo de Instrumento 1155534001**
> ***Relator(a):*** *Manoel Justino Bezerra Filho*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *18/02/2008*
> ***Data de registro:*** *21/02/2008*
> ***Ementa:*** *Despesas condominiais. - Constituição de usufruto sobre o imóvel que originou tais despesas. - Alegação de que os rendimentos obtidos com a locação do imóvel destinam-se à sobrevivência do executado e de sua família. -* ***Preferência do crédito condominial, tendo em vista sua natureza "propter rem". - Decisão mantida. A própria continuação da existência do imóvel como bem útil depende do recebimento do débito condominial e, por isto mesmo, este tem preferência sobre todo e qualquer tipo de crédito, seja hipotecário, fiscal****, alimentício, de natureza falimentar, etc. - Agravo não provido, por v.u. – Grifou-se – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09."*

29. Tem-se, pois, como inaplicável ao caso concreto os artigos do CTN invocados no acórdão recorrido, APLICÁVEIS APENAS NA SEDE DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA!

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 às 10:47:41 pelo usuário: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

30. Na verdade, se analisarmos os contornos fáticos desta discussão, chegamos à segura conclusão de que o tratamento legal do crédito condominial não poderia ser diferente.

31. Ao nos debruçarmos sobre a origem e destinação do numerário cobrado neste feito, quotas condominiais regularmente rateadas, verificaremos que se tratam de valores destinados à conservação da coisa comum: pagamento de salários dos funcionários do edifício, pagamento de contas de água, consumo de luz elétrica das áreas comuns, aquisição de produtos de limpeza e conservação etc..

32. Desta feita, se de um lado a municipalidade reclama a preferência de seu crédito, no caso concreto não se tem da outra ponta interesse coletivo, da massa condominial, de coletividade de pessoas que se encontram inegavelmente oneradas pela contumácia da unidade devedora, por sustentarem por longos anos aquilo que a executada não pagou.

33. A remota hipótese do produto da praça ter destino diverso, em última análise, enterra qualquer pretensão desta coletividade de cidadãos de bem, que esperam do Judiciário as medidas necessárias para recebimento do crédito comum, desprezando a legislação em vigor e a segurança jurídica que esperam do Estado.

34. O Tribunal de Justiça de São Paulo por diversas vezes já teve a oportunidade de decidir a respeito, manifestando-se expressamente pela prevalência do interesse da massa condominial:

> Agravo de Instrumento 1035426600
> ***Relator(a):*** *Mendes Gomes*
> ***Comarca:*** *Guarujá*
> ***Órgão julgador:*** *35ª Câmara do D.OITAVO Grupo (Ext. 2° TAC)*
> ***Data do julgamento:*** *13/11/2006*
> ***Data de registro:*** *14/11/2006*
> ***Ementa:*** *DESPESAS DE* ***CONDOMÍNIO*** *COBRANÇA - EXECUÇÃO - ARREMATAÇÃO - INTERVENÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO FISCAL SOBRE O VALOR APURADO EM HASTA PÚBLICA - INADMISSIBILIDADE.* ***A idéia de comunidade que o condomínio impõe é muito forte, sobretudo o vertical. Não teria sentido que toda a dívida causada por uma unidade condominial fosse suportada pelos demais condôminos, apenas porque o Fisco, seja de qualquer esfera administrativa, opõe crédito****. (TJ/Sp in www.tj.sp.gov.br). Grifo nosso – in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09.*

Petição Eletrônica juntada ao processo em 20/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio. DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUI AYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

548

35. Neste mesmo sentido:

> *"Agravo de Instrumento 1219074007*
> ***Relator(a):** Luís de Carvalho*
> ***Comarca:** Guarujá*
> ***Órgão julgador:** 29ª Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:** 22/10/2008*
> ***Data de registro:** 03/11/2008*
> ***Ementa:** AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS - PRETENSÃO DA MUNICIPALIDADE DE RESERVA DE NUMERÁRIO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS INADIMPLIDOS - UNIDADE CONDOMINIAL ARREMATADA EM HASTA PÚBLICA- IMPOSSIBILIDADE - VALOR QUE PERTENCE A TODOS OS CONDÔMINOS E NÃO APENAS AO QUE TEVE SUA UNIDADE ARREMATADA - RECURSO IMPROVIDO. Em face da ausência de personalidade jurídica do **condomínio** edilício, o valor relativo às despesas condominiais que arrecada pertence a todos os condôminos. Destarte, arrematada em hasta pública determinada unidade devedora de despesas, o valor respectivo pertence aos condôminos. **Assim, não pode a Municipalidade pretender cobrar-se de tributos inadimplidos pelo titular da unidade levada a hasta pública com o numerário advindo da arrematação, pois se trata de valor relativo a despesas condominiais, do qual todos os condôminos são titulares."** - **Grifou-se** –in www.tj.sp.gov.br acesso em 09/10/09".*

36. Justamente por causa destas nuances, o tratamento jurídico do crédito condominial o sobrepõe em preferência inclusive ao interesse público, como se verifica no seguinte acórdão do extinto 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, proferido em agravo interposto de decisão da 2ª Vara Cível da Comarca de Guarujá, no qual se sobrepôs a crédito do INSS, órgão público:

> *" EXECUÇÃO - CONDOMÍNIO - DESPESAS CONDOMINIAIS - PREFERÊNCIA DE CRÉDITO - TERCEIRO INTERESSADO - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CREDOR DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EM EXECUÇÃO FISCAL PARALELA DE EMPRESA DO CONDÔMINO EXECUTADO - NÃO RECONHECIMENTO - O crédito do condomínio é superior ao do Instituto Nacional do Seguro Social por contribuições sociais em execuções fiscais paralelas. Exame dos artigos 51 e 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, custeio da Seguridade Social. (AI 816.332-00/9 - 9ª Câm. - Rel. Juiz EROS PICELI - J. 3.3.2004, 'in' JTA (LEX) 206/427)."*

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo ?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

37. Inequívoca, ainda, a preferência quanto a crédito hipotecário:

> **Agravo de Instrumento 990100890298**
> ***Relator(a):*** *Rosa Maria de Andrade Nery*
> ***Comarca:*** *Diadema*
> ***Órgão julgador:*** *34º Câmara de Direito Privado*
> ***Data do julgamento:*** *03/05/2010*
> ***Data de registro:*** *06/05/2010*
> ***Ementa:*** *Despesas de condomínio. Cobrança. Execução. A preferência do crédito garantido por hipoteca não se aplica ao crédito proveniente de despesas propter rem. Precedentes do STJ. As despesas de condomínio são de conservação da coisa pelo que o credor hipotecário responde, também. Agravo provido.*

38. E mais, o entendimento defendido pela agravante **nega vigência ao art. 612 do Código de Processo Civil**, em vigor à época do proferimento do acórdão que estatuía:

> *"Art. 612. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados."*

39. Prevalecendo o entendimento do acórdão recorrido, a execução estaria sendo realizada para o interesse de terceiros!!!

40. A manutenção do acórdão desembocaria na inaceitável situação das Fazendas Públicas permanecerem inertes em relação aos seus créditos, esperando pacientemente que os condomínios edilícios executassem as quotas condominiais devidas pelas unidades, custeando o condomínio todo o feito, e, ao final, o fisco, somente teria o trabalho de fazer uma única petição para levantar preferencialmente o produto da praça realizada pelo condomínio, que sairia de mãos abanando do próprio processo...

41. Assim, a satisfação do crédito condominial está intrinsecamente ligada ao produto da venda judicial da unidade autônoma que o ensejou, ligada por força legal à satisfação deste crédito.

42. E sendo o condomínio exequente o credor da execução quem suportou todos os ônus processuais até a arrematação, esta deve ser efetivada a seu proveito e não de terceiros, ainda que se trate do poder público.

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYU HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

549

43. É impossível, portanto, dar outro destino prioritário ao produto da venda judicial da unidade autônoma ensejadora do débito, a não ser a satisfação do crédito do condomínio exequente, especialmente na sede do processo movido pelo condomínio.

44. Há de se ponderar, ainda, que não foi suficientemente demonstrada pela Municipalidade sequer a existência e o status de execuções fiscais, nem tão pouco a existência de penhora para garantia de seus créditos, o que seria exigível para esta discussão.

45. Quanto à equivocada interpretação do Tribunal de Justiça de São Paulo, aplicando inadvertidamente o art. 130 do CTN ao caso concreto, verifica-se a existência de verdadeiro dissídio jurisprudencial, vez que acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu interpretação diversa à matéria.

46. Sobre a preferência do crédito condominial sobre o crédito tributário, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu expressamente em caso idêntico:

> *"EXECUÇÃO - DESPESAS CONDOMINIAIS - I.P.T.U. -VENDA EM HASTA PUBLICA DIREITO DE PREFERENCIA - Direito Processual Civil. Em anterior Agravo de Instrumento, interposto pela arrematante do bem, houve o estabelecimento de premissas que não podem ser afastadas em novo julgamento, no sentido de que, do produto da venda do bem em hasta publica, sejam deduzidos os débitos de condomínio e IPTU, autorizando o levantamento pelo credor. Embora a decisão anterior não tenha, expressamente, estabelecido de quem a preferência, se do condomínio exeqüente ou do Município, fê-lo em ordem que prioriza a preferência do Exeqüente. **Na forma do disposto no art. 612 do C.P.C., a execução é realizada no interesse do credor que, pela penhora, adquire o direito de preferência sobre os bens penhorados. Se a execução foi instaurada pelo condomínio para cobrar contribuição condominial devida pelo condômino, a obrigação é "propter rem" e, assim, é a própria coisa que garante e responde pelo seu cumprimento. A regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente**. Recurso conhecido e provido para, cassando a decisão agravada, restabelecer a decisão proferida pelo Tribunal em sede de Agravo de Instrumento, deferir, ao Agravante, a preferência na satisfação de seu credito." Grifo nosso - (TJ/RJ, 2002.002.14798 - AGRAVO DE INSTRUMENTO, DES. MAURILIO PASSOS BRAGA - Julgamento: 28/05/2003 - DECIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifou-se. In www.tj.rj.gov.br).*

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

47. A similitude fática e jurídica entre os acórdãos é evidente, sendo demonstrada no quadro a seguir, no qual está demonstrado igualmente a interpretação diversa da mesma matéria:

ACÓRDÃO RECORRIDO	ACÓRDÃO PARADIGMA
• Há pretensão de recebimento preferencial de crédito tributário municipal no produto de praças realizadas em ação de cobrança de quotas condominiais;	• Há pretensão de recebimento preferencial de crédito tributário municipal no produto de praças realizadas em ação de cobrança de quotas condominiais;
• Argumenta-se a aplicação do CTN ao caso concreto, mesmo sendo execução de terceiros;	• Argumenta-se a aplicação do CTN ao caso concreto, mesmo sendo execução de terceiros;
• Ignora a aplicação do art. 612 do CPC para priorizar o crédito Municipal, de terceiro, em detrimento do crédito condominial, do exequente da ação;	• Aplica o art. 612 do CPC para priorizar o crédito condominial, do exequente da ação, em detrimento do crédito Municipal;
• Entende que regra do art. 130 do C.T.N. aplica-se em sede de execução não fiscal, negando a preferência ao Exequente;	• Entende que regra do art. 130 do C.T.N. só tem aplicação em execução fiscal, não se prestando a afastar, em sede de execução não fiscal, a preferência garantida ao Exequente.
• Ignora a natureza "propter rem" da obrigação condominial, desligando o cumprimento desta do imóvel que a ensejou.	• Reconhece a natureza "propter rem" da obrigação condominial, ligando o cumprimento desta do imóvel que a ensejou.

48. E para comprovar o dissídio jurisprudencial, o agravante anexa a este feito cópia dos acórdão paradigma, assim como os dados de suas respectivas publicações (cf. http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0003C3523A7A7F1F438A9F72076430142343 58C5C3165B4A, acesso em 30/06/16).

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usu?rio: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYU[illegible]IAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

STJ-Petição Eletrônica (AgInt) 00544262/2018 recebida em 25/09/2018 10:43:16

550

Diante de todo o exposto, requer V.Exa. receba o presente agravo regimental e, em sede de juízo de retratação lhe dê provimento para reconsiderar a decisão de fls., ou, não havendo reconsideração, determine seja o presente submetido à Turma Competente para seu processamento e provimento, DE MODO A DAR PROVIMENTO AO AGRAVO, PARA JULGAR PROVIDO O RECURSO ESPECIAL DO CONDOMÍNIO, SENDO ESTA MEDIDA DE

JUSTIÇA !!!

P. Deferimento.
Guarujá, 25 de setembro de 2018.

p.p
MARIO DE PAULA MACHADO
OAB/SP 76.500

Petição Eletrônica juntada ao processo em 26/09/2018 ?s 10:47:41 pelo usuário: DYVILSON EDSON DE OLIVEIRA

Documento eletrônico e-Pet nº 3291203 com assinatura digital
Signatário(a): MARIO DE PAULA MACHADO:73226343815 Nº Série Certificado: 20097093501023320568
Id Carimbo de Tempo: 100543981485197 Data e Hora: 25/09/2018 10:43:16hs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112340-19.2017.8.26.0000 e código CCEN037

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1347267 (2018/0209834-6)

TERMO DE CIÊNCIA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ intimado(a) eletronicamente em 27/09/2018 do(a) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint publicado(a) no DJe em 27/09/2018.

Brasília - DF, 27 de Setembro de 2018

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento eletrônico juntado ao processo em 27/09/2018 às 16:43:34 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYU[illegible] HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

551
9.

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1347267

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 28/09/2018 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 237 publicado(a) no DJe em 18/09/2018.

Brasília - DF, 28 de Setembro de 2018

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento eletrônico juntado ao processo em 28/09/2018 às 01:31:33 p usuário: SISTEMA JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1347267/SP (2018/0209834-6)

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo para impugnação.

Brasília, 29 de janeiro de 2019

COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA
*Assinado por MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA
em 29 de janeiro de 2019 às 12:40:42

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/01/2019 às 12:40:44 pelo usuário: MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYL HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

552

S.T.J.
FL. _____

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1.347.267/SP

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos para julgamento ao Exmo. Senhor Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA** (Relator) com agravo interno.
Brasília, 29 de janeiro de 2019.

STJ - COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA
*Assinado por MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA, Coordenadora,
em 29 de janeiro de 2019

(em 1 vol. e 0 apenso(s))

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/01/2019 às 12:41:03 pelo usuário: MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Documento eletrônico VDA20696601 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA, COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA Assinado em: 01-29-2019 12:41:03
Código de Controle do Documento: 0C7C04A2-00BA-43AA-8E5C-2CB103655861

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1347267 - SP (2018/0209834-6)

RELATOR	**: MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE	: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	: MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	: DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	: ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	: ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PREFERÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. NATUREZA PRIVILEGIADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Nos termos da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, o crédito tributário tem preferência sobre o condominial, haja vista a natureza privilegiada dos débitos fiscais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 27 de Maio de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

Documento eletrônico VDA21965080 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Assinado em: 05-28-2019 13:15:35
Publicação no DJe/STJ nº 2678 de 29/05/2019. Código de Controle do Documento: CAF8E0BB-C209-4366-878E-9D9E169F3659

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 0[illegible].
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

553

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.267 - SP (2018/0209834-6)

AGRAVANTE	:	CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	:	MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	:	MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	:	DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	:	ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	:	ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	:	MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	:	GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator):

Trata-se de agravo interno interposto por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE contra a decisão (fls. 237/239 e-STJ) que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Naquela oportunidade, entendeu-se pela aplicação da Súmula nº 568/STJ, visto que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que *"'o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial' (AgRg no REsp nº 1.456.188/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/9/2016)"* (fl. 238 e-STJ).

Em suas razões, o agravante alega, em síntese, que o crédito condominial tem preferência sobre o tributário.

Sustenta que o Município do Guarujá, terceiro alheio à demanda, pretende o recebimento de seu crédito sem nenhum esforço processual e custo.

Ao final, requer a reforma da decisão atacada.

Devidamente intimada, a parte contrária não ofereceu impugnação (fl. 259 e-STJ).

É o relatório.

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/05/2019 às 05:08:28 por usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.
Documento eletrônico VDA21803069 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Assinado em: 05-20-2019 16:18:59
Código de Controle do Documento: CBC49DB6-D07F-4912-B108-CEF543650D71

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.267 - SP (2018/0209834-6)

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PREFERÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. NATUREZA PRIVILEGIADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. Nos termos da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, o crédito tributário tem preferência sobre o condominial, haja vista a natureza privilegiada dos débitos fiscais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/05/2019 às 05:08:28 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYL HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

Documento eletrônico VDA21803069 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Assinado em: 05-20-2019 16::.8:59
Código de Controle do Documento: CBC49DB6-D07F-4912-B108-CEF543650D71

554

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator): O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece acolhida.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto pelo Município do Guarujá contra a decisão que, nos autos de ação de cobrança de despesas condominiais, determinou que o crédito fazendário seja instrumentalizado por penhora ou arresto no rosto dos autos.

O tribunal local deu provimento ao recurso por entender que o crédito tributário, exigido pela Fazenda Municipal, ostenta preferência sobre o condominial por se tratar de débito fiscal.

O acórdão restou assim ementado:

> *"DESPESAS CONDOMINIAIS - Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença - Decisão de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de reconhecimento de preferência do crédito tributário, exigindo a prévia realização de penhora ou arresto no rosto dos autos para sua análise - A preferência do crédito tributário é determinada por lei, de modo que se trata de uma obrigatoriedade e não mera faculdade, nos termos dos arts. 130 e 186 do CTN - Reconhecimento - Preferência do crédito tributário municipal sobre o condominial, em vista da natureza privilegiada dos débitos fiscais - Recurso provido, nos termos mencionados"* (fl. 143 e-STJ).

Irresignado, o recorrente alegou que o crédito condominial tem preferência sobre o tributário. Sustentou, ainda, que o Município do Guarujá, terceiro alheio à demanda, pretende o recebimento de seu crédito sem nenhum esforço processual e custo.

No entanto, conforme afirmado na decisão agravada, a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que *"o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial"* (AgRg no REsp n° 1.456.188/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/9/2016).

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PREFERÊNCIA SOBRE O PRODUTO DA EXECUÇÃO.

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/05/2019 às 05:08:28 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.
Documento eletrônico VDA21803069 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Assinado em: 05-20-2019 16:18:59
Código de Controle do Documento: CBC49DB6-D07F-4912-B108-CEF543650D71

CRÉDITO TRIBUTÁRIO X CRÉDITO CONDOMINIAL.
1. Controvérsia em torno da preferência do crédito tributário em face do crédito condominial sobre o produto da alienação do bem do executado.
2. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial.
3. Não apresentação pelas partes agravantes de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.
4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO."
(AgInt no REsp 1.604.890/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 1°/02/2019)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO AO CONDOMINIAL.
1. Ação ajuizada em 15/12/2008. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.
2. O propósito recursal é definir se há - sobre o produto da alienação do bem do executado - preferência do crédito tributário em face do crédito condominial.
3. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial.
4. Recurso especial conhecido e provido"
(REsp 1.584.162/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/5/2017, DJe 16/5/2017).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO PROMOVIDA PELO CONDOMÍNIO. PEDIDO DE RESERVA DO PRODUTO DA ARREMATAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. PRECEDENTES.
1. A jurisprudência desta Corte orienta que, no concurso de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
2. Agravo interno a que se nega provimento"
(AgInt no AREsp 633.043/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 24/4/2017).

Incide, portanto, o entendimento da Súmula n° 568/STJ.

Dessa forma, as razões do agravante são insuficientes para reformar a decisão atacada.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo interno.

É o voto.

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/05/2019 às 05:08:28 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYL[illegible]HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.
Documento eletrônico VDA21803069 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Assinado em: 05-20-2019 16:18:59
Código de Controle do Documento: CBC49DB6-D07F-4912-B108-CEF543650D71

555

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA

AgInt no AREsp 1.347.267 / SP

Número Registro: 2018/0209834-6

PROCESSO ELETRÔNICO

Número de Origem:
21123491920178260000 00104795320098260223 05086950820148260223 2230120125200761 22301201252007610000000000000 2230120095180723 22301200951807230000000000 2230120075100266 22301200751002660000 29992009 05100266920078260223 1060507 05180727620098260223 04597309 05200768120128260223 05161812 05086980820148260223 01070414 15125946020158260223 22320140143169

Sessão Virtual de 21/05/2019 a 27/05/2019

Relator do AgInt
Exmo. Sr. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro MOURA RIBEIRO

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE	: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	: MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	: DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	: ADAO MARCIO BERGAMIN
ADVOGADO	: ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES.	: MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES.	: GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

ASSUNTO : DIREITO CIVIL - COISAS - PROPRIEDADE - CONDOMÍNIO EM EDIFÍCIO - DESPESAS CONDOMINIAIS

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE	: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE
ADVOGADO	: MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	: DANIELLA DE CASSIA MORANDI REIS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP147786
AGRAVADO	: ADAO MARCIO BERGAMIN

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/05/2019 às 05:09:29 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA21958594 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SERVIÇO AUTOMÁTICO DO SISTEMA JUSTIÇA Assinado em: 05-28-2019 00:18:24
Código de Controle do Documento: 77899483-30bf-427c-b4c7-7e53c5d51b03

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

ADVOGADO : ALEXANDRE FERNANDES ANDRADE - SP272017
INTERES. : MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS
INTERES. : GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA

TERMO

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 28 de Maio de 2019

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/05/2019 às 05:08:29 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA21958594 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SERVIÇO AUTOMÁTICO DO SISTEMA JUSTIÇA Assinado em: 05-28-2019 00:18:24
Código de Controle do Documento: 77899483-30bf-427c-b4c7-7e53c5d51b03

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 0[illegible]3 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

556

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AREsp 1347267/SP (2018/0209834-6)

PUBLICAÇÃO

Certifico que foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 28/05/2019, EMENTA / ACORDÃO de fls. 262 e considerado publicado em 29 de Maio de 2019, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

TERCEIRA TURMA

Código de Controle do Documento: 2660f14e-5744-4f6d-85b8-b55062f1a9e3

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1347267

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 10/06/2019 do(a) Ementa / Acordão de fl.(s) 262 publicado(a) no DJe em 29/05/2019.

Brasília - DF, 10 de Junho de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento eletrônico juntado ao processo em 10/06/2019 às 01:37:26 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYL HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

fls. 661

557

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1347267

TERMO DE CIÊNCIA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ intimado(a) eletronicamente em 10/06/2019 do(a) Ementa / Acordão de fl.(s) 262 publicado(a) no DJe em 29/05/2019.

Brasília - DF, 10 de Junho de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento eletrônico juntado ao processo em 10/06/2019 às 01:40:20 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYUMI HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

Superior Tribunal de Justiça

S.T.J.
FL. _____

AREsp 1347267/SP

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE BAIXA

Certifico que o v. acórdão retro transitou em julgado no dia 21 de junho de 2019.

Registro a baixa destes autos à(o) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO .

Brasília - DF, 26 de junho de 2019

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PRIVADO

*Assinado por VOLNEY ALVES FEITOSA SILVA
em 26 de junho de 2019 às 18:43:16

1 Volume(s)
0 Apenso(s)

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VILMA AYL... HAYASHI, liberado nos autos em 17/07/2019 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CCF0A27.

558

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Processo nº:	**2112349-19.2017.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Despesas Condominiais**
Agravante	**Município de Guaruja**
Agravado	**Condomínio Residencial Mussa Gaze e outros**

Certifico que, nesta data, enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 17 de julho de 2019.

Tamiris Regine Camilo Silva Matrícula: M371568
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TAMIRIS REGINE CAMILO SILVA, liberado nos autos em 17/07/2019 às 18:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2112349-19.2017.8.26.0000 e código CD2AE01.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente: **Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido: **Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Em 16/08/2019 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Adailton da Silva Coelho Junior) Estagiário nível superior, subscrevo. – (Número de ordem:**2999/2009)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls.501/558: Manifeste-se o autor em termos de prosseguimento.

Intime-se.

Guaruja, 16 de agosto de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 639/2019** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 16/08/2019. Estagiario : _____ (Adailton da Silva Coelho Junior).

▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **22/08/2019**
▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia:.....**23/08/2019**
Inicio do prazo **26/08/2019**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000003XLYW.

JUNTADA

Em ___ de 03 SET 2019 2019, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Eduardo),(_____)
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

cx27
2999/09

561
fls. 666

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mprnadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJA/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº2999/09

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN – 95A** que tramita por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu(sua) advogado(a) ao final assinado(a), requerer a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias, a fim de que possa o condomínio deliberar a forma de expropriação do bem do devedor.

P. Deferimento.
Guarujá, 30 de agosto de 2019.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Silvia Paula Monteiro da Costa
OAB/SP 142.752

Certifico que no SAJ/PG5:
[X] Cadastrei Incid/Petição/Gu...
[ ] Incluí/excluí Apa...
[ ] Registrei ... 2019

1

562

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Em 06/09/2019 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Adailton da Silva Coelho Junior) Estagiário nível superior, subscrevo. – (Número de ordem:**2999/2009**)

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Aguarde-se pelo prazo requerido.

Intime-se.

Guaruja, 06 de setembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 712/2019** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 06/09/2019. Estagiario : _____ (Adailton da Silva Coelho Junior).

- ▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **12/09/2019**
- ▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: **13/09/2019**

Inicio do prazo **16/09/2019**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000003YVZE.

JUNTADA

Em 17 de Outubro 2019, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Elias),( )

Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

cx 28.
2999/09

fls. 669

564

PRADO & REI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

(Pasta 2414)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

As Advogadas, **DRA. LESLIE MATOS REI e DRA. VANILDA FERNANDES PRADO REI**, devidamente constituídos por Adão Marcio Bergamim, nos autos da Ação de Cobrança, vem, apresentar a **RENÚNCIA** aos poderes que lhes foram outorgados por motivo de foro íntimo, conforme possibilita o artigo 112 do Código de Processo Civil.

Esclarece que a parte foi devidamente cientificada da renúncia dessas patronas, conforme comprova o documento em anexo.

Cabe ressaltar que a parte continuará sendo representada, apesar da renúncia destas patronas.

Por fim, requer a exclusão do nome dessas patronas da contracapa dos autos, bem como, a cessação de publicações referente ao processo supra.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Guarujá, 14 de outubro de 2019.

DRA. LESLIE M. REI
OAB/SP Nº 248.205

DRA. VANILDA F. DO PRADO REI
OAB/SP Nº 286.383

R. Comendador Vicente Gagliano, 29 / Sl. 55 / Centro / Guarujá/SP
13. 3395 8216 / 13. 99601 0312 / 13. 3371 6466
pradoreiadvogados@hotmail.com

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outr
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 17 OUT 2019

625 FOLHA 19 60052629-0 1/1017 1851 948

/ /	Hora h	MA941789432BR 49361
Nível do Recebedor		
Nº do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 09/10/2019 14:49

565
fls. 670

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropo...
0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse corr...

MENSAGEM
<<Guarujá, 09 de outubro de 2019
NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA AO MANDATO
Notificado: Adão Marcio Bergamim (CPF: 809.321.698-72).
Pela presente, para notificá-la que as Advogadas, Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB/SP nº 286.383) e Leslie Matos Rei (OAB/SP nº 248.205), por motivo de foro íntimo, renunciam ao mandato que foi outorgado por meio de Procuração AD Judicial no processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223, em trâmite na 1ª Vara Cível de Guarujá/SP, nos autos da Ação de Cobrança, interposta por Condomínio Residencial Mussa Gaze.
Assim, fica notificado da renúncia acima expressa, sendo certo que tem a partir do recebimento desta, o prazo legal de 10 dias, para contratar novo advogado para defendê-lo nos autos.>>

CÓPIA CONFIRMATÓRIA AO REMETENTE

REMETENTE
VANILDA FERNANDES DO PRADO REI
Rua Comendador Vicente Gagliano 29 SL 55
Pitangueiras
11410-200 - Guarujá/SP

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: _____
5 Outros (Especificar) _____
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indic...

DESTINATÁRIO
ADÃO MARCIO BERGAMIM
Avenida Dom Pedro I 719
Enseada
11441-000 - Guarujá/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA MA941789432BR 49361
DHP 09/10/2019 14:49

566

Data / /	Hora h	MA941870479BR
Nome Legível do Recebedor		
Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 10/10/2019 05:05

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas)
0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<< Seu telegrama no. MB219185620, remetido dia 09 de outubro de 2019
destinado a:

ADAO MARCIO BERGAMIM
Avenida Dom Pedro I, 719
Enseada
Guarujá/SP
11440-000

Foi entregue às 17:58 do dia 09 de outubro de 2019.
O recibo de entrega foi assinado por: carlos eduardo

Atenciosamente, CDD GUARUJA>>

REMETENTE

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: _____
5 Outros (Especificar) _____
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

VANILDA FERNANDES DO PRADO REI
Rua Comendador Vicente Gagliano 29 SL 55
Pitangueiras
11410-200 - Guarujá/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA MA941870479BR 49377

DHP 10/10/2019 05:05

JUNTADA

Em ___ de 30 OUT 2019 2019, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(E Cursi),( )

Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

JP
2999/09

fls. 673 568

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

223 FGJA.19.00055069-4 241019 1630 64

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MARCIO BERGAMIN – 95A,** que tramita por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu(sua) advogado(a) ao final assinado(a), requerer a suspensão do feito por mais 30 (TRINTA) dias, período necessário para que o condomínio realize assembleia para definir se deseja outra forma de expropriação do bem do devedor.

P. Deferimento.
Guarujá, 24 de outubro de 2019.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Silvia Paula Monteiro da Costa
OAB/SP 142.752

Cadastrei Incid/Petição/Outros
Incluí/excluí Advogado(s)
Registrei Sentença
Data 30 OUT 2019 Escr

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Em 14/11/2019 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Adailton da Silva Coelho Junior) Estagiário nível superior, subscrevo. (Número de ordem:**2999/2009)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 568: Defiro. Aguarde-se por mais trinta dias, para os devidos fins colimados.

Intime-se.

Guaruja, 14 de novembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 940/2019** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 14/11/2019. Estagiario : _____ (Adailton da Silva Coelho Junior).

- ▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **21/11/2019**
- ▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia:.....**22/11/2019**

Inicio do prazo 25/11/2019

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000430NO.

JUNTADA

Em ___ de 05 DEZ 2019 2019, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Elias),( )

Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Cx 20
2999/09

fls. 676

PRADO & REI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

(Pasta 2414)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ/SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

As Advogadas, **DRA. LESLIE MATOS REI e DRA. VANILDA FERNANDES PRADO REI**, vem, mui respeitosamente perante o Ilustre Magistrado, em cumprimento ao r. despacho, **REITERAR A RENÚNCIA** aos poderes que lhes foram outorgados por motivo de foro íntimo, conforme possibilita o artigo 112 do Código de Processo Civil.

Esclarece que a parte foi devidamente cientificada da renúncia destas patronas, conforme comprova o documento em anexo.

Cabe ressaltar que a parte continuará sendo representada, apesar da renúncia destas patronas.

Por fim, requer a exclusão do nome dessas patronas da contracapa dos autos, bem como, a cessação de publicações referente ao processo supra.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Guarujá, 28 de novembro de 2019.

DRA. LESLIE M. REI
OAB/SP Nº 248.205

DRA. VANILDA F. DO PRADO REI
OAB/SP Nº 286.383

R. Comendador Vicente Gagliano, 29 / Sl. 55 / Centro / Guarujá/SP
13. 3395 8216 / 13. 99601 0312 / 13. 3371 6466
pradoreiadvogados@hotmail.com

...ico que no SAJ/PG5:
Cadastrei Incid/Petição/Outros
Inclui/excluí Advogado(s)
Registrei Sentença
Data 04 DEZ 2019 Escr.

Recibo de Telegrama	Data ___/___/___	Hora ___ h ___	MA941789432BR 49361
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 09/10/2019 14:49

fls. 577

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Guarujá, 09 de outubro de 2019

NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA AO MANDATO

Prezado: Adão Marcio Bergamim (CPF: 809.321.698-72).

Serve a presente, para notificá-la que as Advogadas, Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB/SP nº 286.383) e Leslie Matos Rei (OAB/SP nº 248.205), por motivo de foro íntimo, renunciam ao mandato que foi outorgado por meio de Procuração AD Judicial no processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223, em trâmite na 1ª Vara Cível de Guarujá/SP, nos autos da Ação de Cobrança, interposta por Condomínio Residencial Mussa Gaze.

Assim, fica notificado da renúncia acima expressa, sendo certo que tem a partir do recebimento desta, o prazo legal de 10 dias, para contratar novo advogado para defendê-lo nos autos.>>

CÓPIA CONFIRMATÓRIA AO REMETENTE

REMETENTE

VANILDA FERNANDES DO PRADO REI
Rua Comendador Vicente Gagliano 29 SL 55
Pitangueiras
11410-200 - Guarujá/SP

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1	Mudou-se	6	Recusado
2	Ausente	7	Falecido
3	Desconhecido	8	Não existe o número indicado
4	Endereço insuficiente. Faltou:		
5	Outros (Especificar)		

DESTINATÁRIO

ADÃO MARCIO BERGAMIM
Avenida Dom Pedro I 719
Pitangueiras
11440-000 - Guarujá/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA MA941789432BR 49361

DHP 09/10/2019 14:49

Recibo de Telegrama	Data ___/___/___	Hora ___ h ___	MA941870479BR 49377
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 10/10/2019 05:05

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Seu telegrama no. MB219185620, remetido dia 09 de outubro de 2019 destinado a:

ADÃO MARCIO BERGAMIM
Avenida Dom Pedro I, 719
Enseada
Guarujá/SP
11440-000

Foi entregue às 17:58 do dia 09 de outubro de 2019.
O recibo de entrega foi assinado por: carlos eduardo

Atenciosamente, CDD GUARUJA>>

REMETENTE

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: _____
5 Outros (Especificar) _____
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

VANILDA FERNANDES DO PRADO REI
Rua Comendador Vicente Gagliano 29 SL 55
Pitangueiras
11410-200 - Guarujá/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA
MA941870479BR 49377

DHP 10/10/2019 05:05

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO
Em 12/12/2019 promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Adailton da Silva Coelho Junior) Estagiário nível superior, subscrevo. (Número de ordem:**2999/2009)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 571/572: Anote-se a renúncia das patronas Dra. Leslie Matos Rei e Dra. Vanilda Fernandes Prado Rei, providenciando a serventia o necessário.

No mais, fica intimado o requerido Adão Marcio Bergamim, para que no prazo de dez dias, regularize sua representação processual.

Intime-se.

Guaruja, 12 de dezembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório OU despacho/decisão supra/retro foi incluído na **RELAÇÃO Nº. 1043/2019** e encaminhado à Imprensa Oficial p/ intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 12/12/2019. Estagiario : _____ (Adailton da Silva Coelho Junior).

▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: **18/12/2019**

▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia:.....**19/12/2019**

Inicio do prazo **21/01/2020**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000044SVT.

574

JUNTADA

Em 10 de Janeiro 2020, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO( ) MLJ ( ) OFÍCIO

( ) CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,( ),( )
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

SR 00N Cx 26
2999/09

fls. 681 575

MARIO DE PAULA MACHADO

Sociedade de Advogados

CNPJ/MF 10.687.260/0001-30

Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526

e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN-95A**, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, diante da ausência de licitantes, requerer o regular prosseguimento do feito com designação de novas datas para a realização de **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO**.

Requer, ainda:

a) A intimação do devedor na pessoa de seu procurador, pela imprensa oficial, na forma autorizada pela legislação em vigor;

b) A intimação pessoal da co-titular do bem, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, por meio de mandado à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 – Guarujá/SP;

c) A intimação postal da titular do domínio Guarujá Veículos Construções Ltda., à Av. Dom Pedro I nº 1783 – sala 501 – Guarujá/SP;

d) Seja expedido edital para intimação das pessoas acima indicadas, e dos demais interessados, na forma da lei.

P. Deferimento.

Guarujá, 10 de dezembro de 2019.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500
Silvia Paula Monteiro da Costa
Advogada
OAB/SP 142752

Cadastrei Incid/Petição/Outros
X Incluí/excluí Advogado(s)
Registrei Sentença
Data 17.12.19 Escr

223 FOLHA 19.000A659-0 MIRIAM ASSU 223

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ FORO DE GUARUJÁ 1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 29/06/2021, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo.
Numero de ordem 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Tendo em vista o comunicado **CG Nº 1082/2021 - CPA Nº 2020/50247,** no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se o exequente se ultimará pessoalmente o procedimento, ou se o fará por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado no juízo.

No mesmo prazo, providencie a parte exequente a atualização do valor de avaliação, desde a data de sua emissão, bem como tudo o que for necessário para o cumprimento do disposto no art. 889, do Código de Processo Civil, comprovando o recolhimento das despesas e indicando os endereços de intimação.

Serão considerados habilitados e cadastrados para intermediar a alienação por iniciativa particular os corretores e leiloeiros que promoverem seu credenciamento no juízo da execução.

Decorrido o prazo sem manifestação, caberá a este juízo a indicação de profissional para sua realização.

Oportunamente, tornem conclusos.

Intime-se.

Guaruja, 29 de junho de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Certifico e dou fé que o despacho/decisão supra/retro foi incluído na **Relação nº. 93/2021** para encaminhamento à Imprensa Oficial e efetiva intimação das partes através dos respectivos advogados. O referido é verdade. Guarujá, 29/06/2021. Escrevente Técnico Judiciário _____ (Antônio César do Monte).

▶ Data de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico: ..... _____/2021

▶ Considera-se data de publicação (Lei n.11.419/06) o dia: ..... _____/2021

obs: contagem dos prazos processuais a partir do 1° dia útil seguinte da data de publicação, ou seja: ..... _____/2021

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000004WQ79.

JUNTADA

Em 02 de setembro 2021, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal);(_____)
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

2222/08

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE e MARIO DE PAULA MACHADO nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a ADÃO MARCIO BERGAMIN – 95A, em curso por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, expor e requerer o seguinte:

I- DA NOMEAÇÃO DE GESTORA PARA A REALIZAÇÃO DAS PRAÇAS:

1. Para a realização do LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO deferido por esse R. Juízo, requer a nomeação da gestora: LANCE JUDICIAL – LANCE ALIENAÇÕES VIRTUAIS LTDA., inscrita sob o CNPJ 23.341.409/0001-77– Tel – 0800.780.8000 / (13) 3384.8000 em conjunto ao Leiloeiro Oficial JOSÉ VALERO SANTOS JÚNIOR, matriculado na JUCESP nº 809 (www.lancejudicial.com.br), devidamente habilitada perante o TJ/SP.

2. Requer seja intimada para designar datas para a hasta pública no e-mail: contato@lancejudicial.com.br.

II – DA PREFERÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

1. Anota que os honorários advocatícios possuem natureza preferencial, mesmo diante dos créditos tributários, POR EQUIPARAR-SE POR FORÇA DE LEI AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS, preferência que requer seja desde logo reconhecida.

2. Trata-se de mera aplicação da legislação em vigor, vez que ainda que o CTN admita a preferência do crédito tributário sobre outros créditos (exceto o condominial no caso concreto), faz ressalva em relação aos créditos decorrentes da legislação de trabalho ou de acidente de trabalho:

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. *(Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)*

Certifico que no SAJ/PGS:
☑ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 29/07 Escr.

223 FGJA.21.000124655-0 190721 1358 028

3. E o CPC/2015 assim determina:

Art. 85. [...]
§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.- grifamos.

4. Assim têm decidido mais recentemente os tribunais, merecendo transcrição os seguintes acórdãos do STJ, pacificando a jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 1.022DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA JURÍDICA ALIMENTAR.EQUIPARAÇÃO A CRÉDITO TRABALHISTA. PREFERÊNCIA SOBRE O CRÉDITOTRIBUTÁRIO.
1. Não se configurou ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deveapenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à suaresolução.
2. A Corte Especial, quando da apreciação do EREsp 1.351.256/PR,Rel. Ministro Mauro Cambpell Marques, DJe 19.12.2014, ratificou o entendimento proferido no REsp 1.152.218/RS, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, julgado sob o rito dos Recursos Repetitivos, de que os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência.
3. O STJ, ao analisar os Embargos de Declaração nos EREsp1.351.256/PR, consignou que a "controvérsia a ser analisada diz respeito à classificação do crédito relativo a honorários advocatícios no concurso de credores em sede de execução fiscal". Dessa forma, não há mais dúvidas de que os honorários advocatícios estão incluídos na ressalva do art. 186 do CTN." (REsp 1800273/RS 2ª Turma rel. Ministro Herman Benjamin j. 11/04/2019 DJe 31/05/2019)"

5. No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOSADVOCATÍCIOS. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. CRÉDITO DE NATUREZAALIMENTAR. ART. 24 DA LEI 8.906/1994. EQUIPARAÇÃO A CRÉDITOTRABALHISTA. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE ESPECIAL NOJULGAMENTO DOS EDCL NOS ERESP 1.351.256/PR.
1. É assente no STJ que a verba honorária não perde seu caráter alimentar em virtude de ser destinada a sociedade de advogados. Precedentes: AgRgno AREsp 715.524/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe25.9.2015; REsp 1.358.331/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma,DJe 26.2.2013; AgRg no REsp 1.228.428/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, PrimeiraTurma, DJe 29.6.2011.
*2. **A Corte Especial adotou o novel entendimento de que os honorários advocatícios ostentam natureza alimentar e detêm privilégio geral em concursode credores, equiparando-se ao crédito trabalhista, mesmo em se tratando de ExecuçãoFiscal.** Precedente: EDcl nos EREsp 1.351.256/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques,Corte Especial, DJe 20.3.2015.3. Recurso Especial provido." (REsp 1749491/RS 2ª Turma rel.Ministro Herman Benjamin j. 06/11/2018 DJe 19/11/2018)"*

6. Nesta esteira também está a recente jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Agravo de instrumento. Ação de execução de título extrajudicial. Prestação de serviços advocatícios. Decisão agravada que indeferiu o pedido de preferência dos créditos alimentares do exequente sobre aquele de natureza tributária do Município. Crédito exequendo consistente em ***honorários advocatícios que possui inegável natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, conforme artigo 85, § 14, do CPC.*** *Artigo 186 do CTN que prevê a preferência dos créditos tributários sobre qualquer outro, ressalvado aqueles decorrentes da legislação do trabalho. Honorários advocatícios que possuem privilégio sobre o crédito tributário. Decisão reformada. Recurso provido." (Agravo de instrumento n. 2030728-29.2019.8.26.0000 32ª Câm. de Direito Privado rel. Des. Ruy Coppola j. 08/04/2019)"*

7. Também:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO COBRANÇA DE DESPESASCONDOMINIAIS CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Insurgência recursal contra o r. pronunciamento que deixou de elencar os honorários advocatícios devidos aos agravantes como crédito privilegiado na ordem de destinação do produto da arrematação aos credores. ***Hipótese em que deve ser reconhecida a preferência do crédito aos recorrentes -Inteligência do art. 85,§14, do Código de Processo Civil Precedentes jurisprudenciais no sentido de reconhecer a natureza alimentar dos honorários advocatícios, equiparando-os aos créditos trabalhistas, quando houver concurso de credores*** *Decisão que deve ser modificada para o fim declarar a preferência do crédito decorrente de honorários advocatícios devidos aos agravantes, em relação aos créditos tributários RECURSOPROVIDO EM PARTE."(Agravo de Instrumento 2111924-55.2018.8.26.0000 rel. Des.Sergio Alfieri - 35ª Câmara de Direito Privado J. 26/06/2019"*

8. Igualmente:

"Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Decisão agravada que reconheceu a preferência do crédito tributário em relação aos demais. Insurgência da agravante buscando receber crédito consistente em honorários advocatícios sucumbenciais. ***Crédito de natureza alimentar, equiparado aos créditos trabalhistas, e que detém privilégio sobre o crédito tributário. Art. 85, § 14, e 908, do CPC. Recurso provido. Os honorários advocatícios de sucumbência têm caráter alimentar e gozam também de privilégio, sendo equiparados aos créditos trabalhistas (art. 85, § 14, do CPC), razão pela qual têm privilégio em relação ao crédito tributário****.*
(TJSP; Agravo de Instrumento 2124359-27.2019.8.26.0000; Relator (a): Kioitsi Chicuta; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Araraquara - 2ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 31/07/2019; Data de Registro: 31/07/2019)"

P. Deferimento.
Guarujá, 16 de julho de 2021.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CONCLUSÃO

Em 23/03/2022, promovo os presentes autos conclusos ao excelentíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Leandro C. Sardenberg), Chefe de Seção Judiciário, digitei. Número de Ordem: 2999/09

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

1.Defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico.

2.O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo.

3.No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.

4.Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

5.No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada, devendo ser observado no caso de bem de incapaz, o disposto no art. 896 do CPC e art. 262 das NSCGJ. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

6.O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro(a), através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7.

7.De acordo com o objetivo rodízio estabelecido pelo juízo, nomeio o(a) leiloeiro(a) oficial Leonardo de Campos Penin, OAB/SP 177.754, Matrícula na Jucesp nº 927 - e-mail contato@lecape.com.br, para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado com divulgação e captação de lances em tempo real.

8.O(A) leiloeiro(a) poderá dispor de plataforma eletrônica própria ou contratada

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000SBTB4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

para a realização dos trabalhos. Neste caso, ou seja, se o(a) leiloeiro(a) público fizer a opção de recorrer a empresas para que prestem auxílio destinado à realização do leilão, a medida será adotada sob sua exclusiva responsabilidade (NSCGJ, § 1º do art. 251-B).

9.Desde logo, fixo a comissão do(a) leiloeiro(a)em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante **também através de depósito em conta judicial**, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

10.O leilão será presidido pelo(a) leiloeiro(a) oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

11.Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

12.Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

13.Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

14.O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao(à) leiloeiro(a) efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico.

15.O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil, **sem quaisquer acréscimos ou exclusões**.

16.Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

- os débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, ficam sub-rogados no preço da arrematação.

- o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar:

(i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação;

(ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

17.Em qualquer caso, a proposta deverá observar os exatos termos do art. 895 do CPC.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000SBTB4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

18.A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

19.Ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

20.Igualmente, ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

21.Para a garantia da higidez do negócio, **providencie o(a) leiloeiro(a) acima nomeado(a)** a intimação das pessoas elencadas no art. 889, do Código de Processo Civil constantes na matrícula, COM PELO MENOS 05 (CINCO) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, juntando, posteriormente, os comprovantes de intimação aos autos. Deverá ainda peticionar aos juízos titulares de penhoras averbadas, comunicando-se a realização do leilão.

22.O executado será intimado pelo DJE, na pessoa do seu advogado, ou na ausência, quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. A Municipalidade será cientificada via portal eletrônico ou mandado, caso necessário.

23.Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

24.Por ocasião da elaboração do Auto de Arrematação, **deverá ser observado o teor do art. 269 das NSCGJ**.

25.A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do(a) leiloeiro(a) possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

26.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Guaruja, 23 de março de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000005BTB4.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0228/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 28/03/2022. Considera-se a data de publicação em 29/03/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1.Defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico. 2.O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo. 3.No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. 4.Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. 5.No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada, devendo ser observado no caso de bem de incapaz, o disposto no art. 896 do CPC e art. 262 das NSCGJ. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. 6.O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro(a), através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7. 7.De acordo com o objetivo rodízio estabelecido pelo juízo, nomeio o(a) leiloeiro(a) oficial Leonardo de Campos Penin, OAB/SP 177.754, Matrícula na Jucesp nº 927 - e-mail contato@lecape.com.br, para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado com divulgação e captação de lances em tempo real. 8.O(A) leiloeiro(a) poderá dispor de plataforma eletrônica própria ou contratada para a realização dos trabalhos. Neste caso, ou seja, se o(a) leiloeiro(a) público fizer a opção de recorrer a empresas para que prestem auxílio destinado à realização do leilão, a medida será adotada sob sua exclusiva responsabilidade (NSCGJ, § 1º do art. 251-B). 9.Desde logo, fixo a comissão do(a) leiloeiro(a)em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante também através de depósito em conta judicial, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. 10.O leilão será presidido pelo(a) leiloeiro(a) oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. 11.Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. 12.Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. 13.Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. 14.O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao(à) leiloeiro(a) efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico. 15.O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil, sem quaisquer acréscimos ou exclusões. 16.Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. - os débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, ficam sub-rogados no preço da arrematação. - o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado. 17.Em qualquer caso, a proposta deverá observar os exatos termos do art. 895 do CPC. 18.A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. 19.Ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. 20.Igualmente, ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a),

devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. 21.Para a garantia da higidez do negócio, providencie o(a) leiloeiro(a) acima nomeado(a) a intimação das pessoas elencadas no art. 889, do Código de Processo Civil constantes na matrícula, COM PELO MENOS 05 (CINCO) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, juntando, posteriormente, os comprovantes de intimação aos autos. Deverá ainda peticionar aos juízos titulares de penhoras averbadas, comunicando-se a realização do leilão. 22.O executado será intimado pelo DJE, na pessoa do seu advogado, ou na ausência, quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. A Municipalidade será cientificada via portal eletrônico ou mandado, caso necessário. 23.Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. 24.Por ocasião da elaboração do Auto de Arrematação, deverá ser observado o teor do art. 269 das NSCGJ. 25.A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do(a) leiloeiro(a) possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. 26.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Intime-se."

Guarujá, 28 de março de 2022.

Raquel Cristina Formento da Mota
Estagiário Nível Superior

581

JUNTADA

Em 12 de abril 2022, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal),(_____)
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE,
nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA que promove a **ADÃO MARCIO BERGAMIM – 95 A,** que tramita por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu(sua) advogado(a) ao final assinado(a), requerer a juntada da certidão de matrícula do imóvel atualizada e do cálculo atualizado da dívida.

P. Deferimento.
Guarujá, 08 de abril de 2022.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Silvia Paula Monteiro da Costa
OAB/SP 142.752

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 08/04/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
				PRINCIPAL - CUSTAS					
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	1.268,07			0,00	1.268,07
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	77,50			0,00	77,50
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	74,89			0,00	74,89
25/03/2011	Custas	36,36		44.834327	69,93			0,00	69,93
21/10/2011	Custas	20,00		46.214289	37,31			0,00	37,31
09/02/2012	Custas	20,00		47.103239	36,61			0,00	36,61
23/08/2012	Custas	40,95		48.268754	73,15			0,00	73,15
03/09/2012	Custas	40,74		48.485963	72,45			0,00	72,45
17/12/2014	Custas	50,00		55.465502	77,73			0,00	77,73
08/01/2015	custas	127,50		55.809388	196,99			0,00	196,99
05/09/2017	Custas	1.111,23		67.026129	1.429,59			0,00	1.429,59
	Subtotal:	**2.125,42**			**3.414,22**			**0,00**	**3.414,22**
				PRINCIPAL - DÉBITO CONDOMINIAL					
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	890,07	01/12/2004	208,0000%	1.888,36	2.796,23
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	882,48	01/01/2005	207,0000%	1.863,24	2.763,36
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	877,48	01/02/2005	206,0000%	1.843,74	2.738,76
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	873,63	01/03/2005	205,0000%	1.826,75	2.717,85
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	864,88	01/04/2005	204,0000%	1.799,62	2.681,79
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	733,79	01/06/2005	202,0000%	1.511,88	2.260,34
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	801,92	01/09/2005	199,0000%	1.627,72	2.445,67
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	1.086,45	01/12/2005	196,0000%	2.172,01	3.280,18
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	1.058,53	01/01/2006	195,0000%	2.105,41	3.185,11
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	937,11	01/02/2006	194,0000%	1.854,34	2.810,19
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	934,96	01/03/2006	193,0000%	1.840,54	2.794,19
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	898,56	01/05/2006	191,0000%	1.750,57	2.667,10
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	897,39	01/06/2006	190,0000%	1.739,12	2.654,45
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	930,77	01/07/2006	189,0000%	1.794,32	2.743,70
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	929,75	01/08/2006	188,0000%	1.782,87	2.731,21
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	929,93	01/09/2006	187,0000%	1.773,73	2.722,25
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	928,45	01/10/2006	186,0000%	1.761,43	2.708,44
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	920,61	01/12/2006	184,0000%	1.727,79	2.666,81
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	914,93	01/01/2007	183,0000%	1.707,79	2.641,01
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	988,99	01/02/2007	182,0000%	1.835,94	2.844,70
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	952,95	01/03/2007	181,0000%	1.759,32	2.731,32
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	1.012,35	01/04/2007	180,0000%	1.858,66	2.891,25
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	977,78	01/05/2007	179,0000%	1.785,22	2.782,55
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	943,86	01/06/2007	178,0000%	1.713,65	2.676,38
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	972,45	01/07/2007	177,0000%	1.755,64	2.747,53
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	969,34	01/08/2007	176,0000%	1.740,14	2.728,86
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	963,66	01/09/2007	175,0000%	1.720,12	2.703,05
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	961,25	01/10/2007	174,0000%	1.706,01	2.686,48
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	958,38	01/11/2007	173,0000%	1.691,14	2.668,68
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	954,28	01/12/2007	172,0000%	1.674,17	2.647,53
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	1.050,11	01/01/2008	171,0000%	1.831,59	2.902,70
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	1.042,92	01/02/2008	170,0000%	1.808,40	2.872,17
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	1.037,94	01/03/2008	169,0000%	1.789,18	2.847,87
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	1.032,67	01/04/2008	168,0000%	1.769,57	2.822,89
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	923,50	01/05/2008	167,0000%	1.573,08	2.515,05
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	1.016,34	01/06/2008	166,0000%	1.720,85	2.757,51
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	1.001,37	01/08/2008	164,0000%	1.675,07	2.696,46
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	899,35	01/09/2008	163,0000%	1.495,24	2.412,57
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	898,00	01/10/2008	162,0000%	1.483,85	2.399,81
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	893,54	01/11/2008	161,0000%	1.467,37	2.378,78
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	974,14	01/01/2009	159,0000%	1.579,85	2.573,47
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	83,94	05/01/2009	159,0000%	136,11	221,72
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	909,83	01/06/2009	154,0000%	1.429,15	2.357,17
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	906,02	01/07/2009	153,0000%	1.413,93	2.338,07
10/06/2010	Condomínio	478,45	2%	42.946746	960,63	10/06/2010	142,0000%	1.391,37	2.371,21
10/07/2010	Condomínio	478,65	2%	42.899504	962,09	10/07/2010	141,0000%	1.383,67	2.365,00
10/08/2010	Condomínio	430,85	2%	42.869474	866,62	10/08/2010	140,0000%	1.237,53	2.121,48
10/09/2010	Condomínio	434,06	2%	42.839465	873,69	10/09/2010	139,0000%	1.238,71	2.129,87
10/10/2010	Condomínio	431,52	2%	43.070798	863,91	10/10/2010	138,0000%	1.216,02	2.097,20
10/11/2010	Condomínio	432,04	2%	43.467049	857,07	10/11/2010	137,0000%	1.197,66	2.071,87
10/12/2010	Condomínio	430,36	2%	43.914759	845,03	10/12/2010	136,0000%	1.172,22	2.034,15
10/01/2011	Condomínio	514,68	2%	44.178247	1.004,57	10/01/2011	135,0000%	1.383,29	2.407,95

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 08/04/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
10/02/2011	Condomínio	486,86	2%	44.593522	941,42	10/02/2011	134,0000%	1.286,72	2.246,96
10/03/2011	Condomínio	481,85	2%	44.834327	926,73	10/03/2011	133,0000%	1.257,19	2.202,45
10/04/2011	Condomínio	476,43	2%	45.130233	910,30	10/04/2011	132,0000%	1.225,62	2.154,12
02/08/2011	Condomínio	464,70	2%	45.814835	874,62	02/08/2011	128,0000%	1.141,90	2.034,01
07/10/2011	Condomínio	464,70	2%	46.214289	867,06	07/10/2011	126,0000%	1.114,34	1.998,74
01/03/2012	Condomínio	738,83	2%	47.286941	1.347,27	01/03/2012	121,0000%	1.662,79	3.037,00
01/12/2012	Condomínio	641,29	2%	49.403187	1.119,31	01/12/2012	112,0000%	1.278,69	2.420,38
01/01/2013	Condomínio	707,71	2%	49.76877	1.226,17	01/01/2013	111,0000%	1.388,26	2.638,95
01/02/2013	Condomínio	707,71	2%	50.226642	1.214,99	01/02/2013	110,0000%	1.363,20	2.602,48
01/04/2013	Condomínio	764,49	2%	50.790746	1.297,90	01/04/2013	108,0000%	1.429,75	2.753,60
01/05/2013	Condomínio	707,71	2%	51.090411	1.194,45	01/05/2013	107,0000%	1.303,61	2.521,94
01/06/2013	Condomínio	707,71	2%	51.269227	1.190,29	01/06/2013	106,0000%	1.286,93	2.501,02
01/07/2013	Condomínio	707,71	2%	51.41278	1.186,96	01/07/2013	105,0000%	1.271,22	2.481,91
01/08/2013	Condomínio	707,71	2%	51.345943	1.188,51	01/08/2013	104,0000%	1.260,77	2.473,05
01/09/2013	Condomínio	707,71	2%	51.428096	1.186,61	01/09/2013	103,0000%	1.246,65	2.456,99
01/10/2013	Condomínio	707,71	2%	51.566951	1.183,41	01/10/2013	102,0000%	1.231,21	2.438,28
01/11/2013	Condomínio	707,71	2%	51.881509	1.176,24	01/11/2013	101,0000%	1.211,75	2.411,51
01/12/2013	Condomínio	707,71	2%	52.161669	1.169,92	01/12/2013	100,0000%	1.193,31	2.386,62
01/01/2014	Condomínio	757,23	2%	52.537233	1.242,83	01/01/2014	99,0000%	1.255,00	2.522,68
01/02/2014	Condomínio	757,23	2%	52.868217	1.235,05	01/02/2014	98,0000%	1.234,55	2.494,30
01/03/2014	Condomínio	757,23	2%	53.206573	1.227,20	01/03/2014	97,0000%	1.214,18	2.465,92
01/04/2014	Condomínio	757,23	2%	53.642866	1.217,22	01/04/2014	96,0000%	1.191,89	2.433,45
01/05/2014	Condomínio	757,23	2%	54.06128	1.207,80	01/05/2014	95,0000%	1.170,35	2.402,30
01/06/2014	Condomínio	757,23	2%	54.385647	1.200,59	01/06/2014	94,0000%	1.151,12	2.375,72
01/07/2014	Condomínio	782,13	2%	54.527049	1.236,86	01/07/2014	93,0000%	1.173,27	2.434,86
01/08/2014	Condomínio	757,23	2%	54.597934	1.195,93	01/08/2014	92,0000%	1.122,25	2.342,09
01/09/2014	Condomínio	757,23	2%	54.69621	1.193,78	01/09/2014	91,0000%	1.108,06	2.325,71
01/10/2014	Condomínio	757,23	2%	54.964221	1.187,96	01/10/2014	90,0000%	1.090,53	2.302,24
01/10/2014	Condomínio	337,29	2%	54.964221	529,14	01/10/2014	90,0000%	485,74	1.025,46
01/11/2014	Condomínio	757,23	2%	55.173085	1.183,46	01/11/2014	89,0000%	1.074,33	2.281,45
01/11/2014	Condomínio	337,29	2%	55.173085	527,14	01/11/2014	89,0000%	478,53	1.016,21
07/12/2014	Condomínio	757,23	2%	55.465502	1.177,22	07/12/2014	88,0000%	1.056,66	2.257,42
07/01/2015	Condomínio	757,23	2%	55.809388	1.169,97	07/01/2015	87,0000%	1.038,22	2.231,58
07/02/2015	Condomínio	757,23	2%	56.635366	1.152,90	07/02/2015	86,0000%	1.011,31	2.187,26
07/03/2015	Condomínio	757,23	2%	57.292336	1.139,68	07/03/2015	85,0000%	988,09	2.150,56
07/04/2015	Condomínio	757,23	2%	58.15745	1.122,73	07/04/2015	84,0000%	961,95	2.107,13
07/05/2015	Condomínio	757,23	2%	58.570367	1.114,81	07/05/2015	83,0000%	943,79	2.080,89
07/06/2015	Condomínio	774,73	2%	59.150213	1.129,40	07/06/2015	82,0000%	944,62	2.096,60
07/07/2015	Condomínio	757,23	2%	59.605669	1.095,45	07/07/2015	81,0000%	905,05	2.022,40
07/08/2015	Condomínio	757,23	2%	59.951381	1.089,13	07/08/2015	80,0000%	888,72	1.999,63
07/09/2015	Condomínio	757,23	2%	60.101259	1.086,42	07/09/2015	79,0000%	875,43	1.983,57
07/10/2015	Condomínio	757,23	2%	60.407775	1.080,90	07/10/2015	78,0000%	859,95	1.962,46
07/11/2015	Condomínio	757,23	2%	60.872914	1.072,65	07/11/2015	77,0000%	842,45	1.936,55
07/12/2015	Condomínio	757,23	2%	61.548603	1.060,87	07/12/2015	76,0000%	822,38	1.904,46
07/01/2016	Condomínio	757,23	2%	62.10254	1.051,41	07/01/2016	75,0000%	804,32	1.876,75
07/02/2016	Condomínio	757,23	2%	63.040288	1.035,77	07/02/2016	74,0000%	781,79	1.838,27
07/03/2016	Condomínio	757,23	2%	63.63917	1.026,07	07/03/2016	73,0000%	763,97	1.810,51
07/04/2016	Condomínio	757,23	2%	63.919182	1.021,52	07/04/2016	72,0000%	750,20	1.792,15
07/05/2016	Condomínio	757,23	2%	64.328264	1.015,03	07/05/2016	71,0000%	735,08	1.770,41
07/06/2016	Condomínio	757,23	2%	64.95868	1.005,18	07/06/2016	70,0000%	717,69	1.742,97
07/07/2016	Condomínio	757,23	2%	65.263985	1.000,48	07/07/2016	69,0000%	704,13	1.724,61
07/08/2016	Condomínio	757,23	2%	65.681674	994,11	07/08/2016	68,0000%	689,51	1.703,50
07/09/2016	Condomínio	757,23	2%	65.885287	991,04	07/09/2016	67,0000%	677,27	1.688,13
07/10/2016	Condomínio	757,23	2%	65.937995	990,25	07/10/2016	66,0000%	666,63	1.676,68
07/11/2016	Condomínio	757,23	2%	66.050089	988,57	07/11/2016	65,0000%	655,42	1.663,76
07/12/2016	Condomínio	757,23	2%	66.096324	987,88	07/12/2016	64,0000%	644,88	1.652,51
07/01/2017	Condomínio	757,23	2%	66.188858	986,50	07/01/2017	63,0000%	633,92	1.640,15
07/02/2017	Condomínio	757,23	2%	66.466851	982,37	07/02/2017	62,0000%	621,24	1.623,25
07/03/2017	Condomínio	757,23	2%	66.626371	980,02	07/03/2017	61,0000%	609,76	1.609,38
07/04/2017	Condomínio	757,23	2%	66.839575	976,89	07/04/2017	60,0000%	597,85	1.594,27
07/05/2017	Condomínio	757,23	2%	66.893046	976,11	07/05/2017	59,0000%	587,42	1.583,05
07/06/2017	Condomínio	757,23	2%	67.13386	972,61	07/06/2017	58,0000%	575,39	1.567,45
07/07/2017	Condomínio	757,23	2%	66.932458	975,54	07/07/2017	57,0000%	567,17	1.562,22
07/08/2017	Condomínio	757,23	2%	67.046245	973,88	07/08/2017	56,0000%	556,27	1.549,62
07/09/2017	Condomínio	757,23	2%	67.026129	974,17	07/09/2017	55,0000%	546,50	1.540,15
07/10/2017	Condomínio	757,23	2%	67.012723	974,37	07/10/2017	54,0000%	536,67	1.530,52
07/11/2017	Condomínio	757,23	2%	67.26067	970,78	07/11/2017	53,0000%	524,80	1.514,99

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 08/04/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
07/12/2017	Condomínio	757,23	2%	67.381739	969,03	07/12/2017	52,0000%	513,97	1.502,38
07/01/2018	Condomínio	757,23	2%	67.556931	966,52	07/01/2018	51,0000%	502,78	1.488,63
07/02/2018	Condomínio	757,23	2%	67.712311	964,30	07/02/2018	50,0000%	491,79	1.475,37
07/03/2018	Condomínio	757,23	2%	67.834193	962,57	07/03/2018	49,0000%	481,09	1.462,91
07/04/2018	Condomínio	757,23	2%	67.881676	961,89	07/04/2018	48,0000%	470,93	1.452,05
07/05/2018	Condomínio	757,23	2%	68.024227	959,88	07/05/2018	47,0000%	460,16	1.439,23
07/06/2018	Condomínio	757,23	2%	68.316731	955,77	07/06/2018	46,0000%	448,44	1.423,32
07/07/2018	Condomínio	757,23	2%	69.29366	942,29	07/07/2018	45,0000%	432,50	1.393,63
07/08/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	939,94	07/08/2018	44,0000%	421,84	1.380,57
07/09/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	939,94	07/09/2018	43,0000%	412,25	1.370,98
07/10/2018	Condomínio	757,23	2%	69.675294	937,13	07/10/2018	42,0000%	401,46	1.357,33
07/11/2018	Condomínio	757,23	2%	69.953995	933,40	07/11/2018	41,0000%	390,34	1.342,40
07/12/2018	Condomínio	757,23	2%	69.77911	935,74	07/12/2018	40,0000%	381,78	1.336,23
07/01/2019	Condomínio	757,23	2%	69.8768	934,43	07/01/2019	39,0000%	371,71	1.324,82
07/02/2019	Condomínio	757,23	2%	70.128356	931,08	07/02/2019	38,0000%	360,88	1.310,58
07/03/2019	Condomínio	757,23	2%	70.507049	926,08	07/03/2019	37,0000%	349,50	1.294,10
07/04/2019	Condomínio	757,23	2%	71.049953	919,08	07/04/2019	36,0000%	337,45	1.274,83
07/05/2019	Condomínio	757,23	2%	71.476252	913,52	07/05/2019	35,0000%	326,12	1.257,91
07/06/2019	Condomínio	757,23	2%	71.583466	912,15	07/06/2019	34,0000%	316,33	1.246,72
07/07/2019	Condomínio	757,23	2%	71.590624	912,06	07/07/2019	33,0000%	306,99	1.237,29
07/08/2019	Condomínio	757,23	2%	71.662214	911,15	07/08/2019	32,0000%	297,39	1.226,76
07/09/2019	Condomínio	757,23	2%	71.748208	910,06	07/09/2019	31,0000%	287,76	1.216,02
07/10/2019	Condomínio	757,23	2%	71.712333	910,51	07/10/2019	30,0000%	278,61	1.207,33
07/11/2019	Condomínio	757,23	2%	71.741017	910,15	07/11/2019	29,0000%	269,22	1.197,57
07/12/2019	Condomínio	757,23	2%	72.128418	905,26	07/12/2019	28,0000%	258,54	1.181,90
07/01/2020	Condomínio	757,23	2%	73.008384	894,35	07/01/2020	27,0000%	246,30	1.158,53
07/02/2020	Condomínio	757,23	2%	73.147099	892,65	07/02/2020	26,0000%	236,73	1.147,23
07/03/2020	Condomínio	757,23	2%	73.271449	891,14	07/03/2020	25,0000%	227,24	1.136,20
07/04/2020	Condomínio	757,23	2%	73.403337	889,54	07/04/2020	24,0000%	217,75	1.125,08
07/05/2020	Condomínio	757,23	2%	73.234509	891,59	07/05/2020	23,0000%	209,16	1.118,58
07/06/2020	Condomínio	757,23	2%	73.051422	893,82	07/06/2020	22,0000%	200,57	1.112,26
07/07/2020	Condomínio	757,23	2%	73.270576	891,15	07/07/2020	21,0000%	190,88	1.099,85
07/08/2020	Condomínio	757,23	2%	73.592966	887,24	07/08/2020	20,0000%	180,99	1.085,97
07/09/2020	Condomínio	757,23	2%	73.8579	884,06	07/09/2020	19,0000%	171,33	1.073,07
07/10/2020	Condomínio	757,23	2%	74.500463	876,44	07/10/2020	18,0000%	160,91	1.054,87
07/11/2020	Condomínio	757,23	2%	75.163517	868,71	07/11/2020	17,0000%	150,63	1.036,71
07/12/2020	Condomínio	757,23	2%	75.87757	860,53	07/12/2020	16,0000%	140,43	1.018,17
07/01/2021	Condomínio	757,23	2%	76.985382	848,15	07/01/2021	15,0000%	129,76	994,87
07/02/2021	Condomínio	757,23	2%	77.193242	845,86	07/02/2021	14,0000%	120,78	983,55
07/03/2021	Condomínio	757,23	2%	77.826226	838,98	07/03/2021	13,0000%	111,24	966,99
07/04/2021	Condomínio	757,23	2%	78.495531	831,83	07/04/2021	12,0000%	101,81	950,27
07/05/2021	Condomínio	757,23	2%	78.793814	828,68	07/05/2021	11,0000%	92,97	938,22
07/06/2021	Condomínio	757,23	2%	79.550234	820,80	07/06/2021	10,0000%	83,72	920,93
07/07/2021	Condomínio	757,23	2%	80.027535	815,91	07/07/2021	9,0000%	74,89	907,11
07/08/2021	Condomínio	757,23	2%	80.843815	807,67	07/08/2021	8,0000%	65,90	889,72
07/09/2021	Condomínio	757,22	2%	81.55524	800,61	07/09/2021	7,0000%	57,16	873,78
07/10/2021	Condomínio	757,22	2%	82.533902	791,12	07/10/2021	6,0000%	48,41	855,35
07/11/2021	Condomínio	757,22	2%	83.491295	782,05	07/11/2021	5,0000%	39,88	837,57
07/12/2021	Condomínio	842,24	2%	84.192621	862,61	07/12/2021	4,0000%	35,19	915,05
07/01/2022	Condomínio	1.192,34	2%	84.807227	1.212,33	07/01/2022	3,0000%	37,09	1.273,66
07/02/2022	Condomínio	1.192,34	2%	85.375435	1.204,26	07/02/2022	2,0000%	24,56	1.252,90
07/03/2022	Condomínio	1.192,34	2%	86.229189	1.192,34	07/03/2022	1,0000%	12,16	1.228,34
	Subtotal:	**109.426,76**			**167.248,28**			**161.933,43**	**332.525,84**

Padrão de Cálculo:
CORREÇÃO MONETÁRIA
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 30/04/2022
- Multiplicador do Cálculo: 86.229189

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 30/04/2022.
- Taxa: 1% ao Mês Simples

Total do Principal Corrigido: 170.662,50
Total de Multas: 3.344,13

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 08/04/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt Juros	% Juros	V. Juros	Total

C. Finais:
- Taxa Judiciária (R$3.359,40) Total Taxas: 3.359,40

Total de Juros:	161.933,43
Total de Despesas Processuais:	0,00
Subtotal:	335.940,06
+ C. Finais	3.359,40
+ Honorários 20%	66.505,16
Total do Cálculo:	**405.804,62**
+ Multa 10% CPC Art.523	40.580,45
Total do Cálculo com Art.523:	**446.385,07**

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

SP 2

Matrícula	Ficha
61.360	23

Guarujá, 01 de setembro de 2009

01 de setembro de 2009

Por escritura datada de 10 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho – Guarujá – SP, livro 378, fls. 101, a GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada, VENDEU a fração ideal de terreno de 0,946324%, que corresponderá ao Apartamento nº 105-A do Condomínio Residencial Mussa Gaze, a ADÃO MARCIO BERTIN, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG nº 14.386-SSP-SP, CPF/MF. nº 809.321.698-72; e MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, brasileira, solteira, maior, vendedora autônoma, RG. nº 20.588.336-SSP-SP, CPF/MF. nº 069.955.038-64, ambos domiciliados e residentes em Guarujá – SP, na Avenida Severino Prieto Alves nº 120, Jardim Acapulco, pelo preço de R$ 1.091,72. A vendedora declarou que deixou de apresentar a Certidão Negativa de Débito-CND., expedida pelo INSS., bem como a Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal em virtude de exercer a atividade de comercialização de imóveis, e que o imóvel ora transacionado, não faz parte de seu ativo permanente. Valor venal de 2009 – fração ideal – R$ 11.690,11).

Registrado por Robert de Jesus Giannella
Substituto do Oficial

jjs

R.6/

01 de setembro de 2009

Por escritura datada de 04 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho – Guarujá – SP, livro 378, fls. 83, a GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada, VENDEU a fração ideal de terreno de 0,946324%, que corresponderá ao Apartamento nº 105-A do Condomínio Residencial Mussa Gaze, a AFONSO BAZZALI, brasileiro, economista, separado judicialmente, RG nº 11.481.916-SSP-SP, CPF/MF. nº 011.184.928-46, domiciliado e

(continua no verso)

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis (www.registradores.org.br) - Atualizado em:08/04/2022 12:13:20

SP 3

matrícula 61380 | ficha 01 verso

04 de novembro de 1996

Por escritura de 15 de outubro de 1996, do 3o. Cartório de Notas de San... -SP., livro 590, fls. 269, **NACIM MUSSA GAZE**, empresário, e sua ... **TEREZA GIL GAZE**, do lar, brasileiros, casados pelo regime ... comunhão universal de bens, antes da Lei no. 6515/77, residente... domiciliados em Guarujá-SP., à **Avenida Marechal** Deodoro da ... eca no. 1644, apto. 41, Bairro Barra Funda, RG. nos. 1.622.531-SS... e 3.917.290-SSP-SP., CIC. em comum no. 017.780.998-15, ... **ansmitiram o Imóvel objeto desta matrícula, por** Conferência de ..., **para integralização de capital**, à **GUARUJÁ** VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, sobreloja, Jardim Santa Maria, CGC/MF. no. 01.444.010/0001-89, pelo valor de R$1.232.500,00. (valor venal-1996/atualizado: R$1.284.../...,97). Registrado por: Escrevente.

wfs

R.05 13 de janeiro de 1997

Por requerimento datado de 27 de novembro de 1996, da **GUARUJÁ** VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., com ... em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, Sobreloja, ... rdim Santa Maria, inscrita no CGC/MF. sob no. 01.444.010/0001-89 ... companhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, fica ... strada a Incorporação Imobiliária do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE", à ser construído sobre o terreno objeto desta matrícula, consoante Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Guarujá, através do Processo no. 20120/106996/96, alvará no. 469/96 em data de 27 de novembro de 1996. O Edifício será composto de 02 (dois) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com sub-solo, (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e ático, dividindo-se o empreendimento em duas partes distintas, a saber:

continua na ficha 02

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis (www.... ...) Visualizado em:0... /2022 12:13:20

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	02

Guarujá, 15 de janeiro de 19 97

... Partes Comuns: Serão partes de propriedade e uso comum dos co...minos, inalienáveis, indivisíveis e indissoluvelmente ligadas às ...dades autônomas, todas aquelas elencadas no Artigo 3o. da Lei no. ... de 16 de dezembro de 1964 e as seguintes - o terreno onde se ass...a o empreendimento, os muros limítrofes do terreno, as fundações, ...licerces, as vigas e colunas de sustentação, as lajes de concret...ado, as paredes de meação entre as unidades. No sub-solo (comum ...dos os blocos); 04 (quatro) poços de elevadores e respectivos ha... 02 (duas) caixas de escadas, 02 (dois) locais para elevadores, ...2 (dois) elmários, cabine primária e ...., rampa de acesso de a...s e 110 (cento e dez) Vagas de Garagem, individuais e indeter...nadas. No Andar Térreo do Bloco "A": hall nobre, sala de espera, ... (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de eleve...res, vazio, hall de circulação, WC., depósito, banheiro, local para elevador, vestiário masculino, vestiário feminino, escadas, sauna, ducha, salão de ...stas com copa e WC. No Andar Térreo ... Bloco "B": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jog... hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, local para el...dor, hall de circulação, 02 (dois) WCs., apartamento do ze... (composto de sala, um dormitório, hall, circulação, banheir... cozinha e área de serviço), dormitório de funcionários, vestiário de funcionário com 02 (dois) WCs., salão de festas com WC. Andar Térre... - Área Descoberta (fora da projeção dos blocos): play ground, deck ... piscinas de adulto e infantil. Anderes Superiores dos Blocos "A" e "B": hall social, hall de circulação, local para elevador e 02 (dois) poços de elevadores. Ático dos Blocos "A" e "B": Casa de máquinas, lajes impermeabilizadas e 02 (duas) caixas d'água. b) Partes exclusivas: Serão partes de propriedade e uso exclusivo dos co...nos, as Unidades Autônomas consistentes dos "APARTAMENTOS", localizados e numerados da seguinte forma: BLOCO "A" - 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-A, 12-A, 13-A, 14-A, 15-A; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-A, 22-A, 23-A, 24 A, 25-A; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos ti...os.31-A,

continua no verso

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis (www.ridigital.org.br) e Registradores de Imóveis do Estado de São Paulo - Assinatura digital utilizada.

Matrícula 61,360 | Ficha 02 Verso

A, 33-A, 34-A, 35-A; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos nos. 41-A, 42-A, 43-A, 44-A, 45-A; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-A, 52-A, 53-A, 54-A, 55-A; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-A, 62-A, 63-A, 64-A, 65-A; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-A, 72-A, 73-A, 74-A, 75-A; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-A, 82-A, 83-A, 84-A, 85-A; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 91-A, 92-A, 93-A, 94-A, 95-A; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-A, 102-A, 103-A, 104-A, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 112-A e 113-A. BLOCO "B": 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-B, 12-B, 13-B, 14-B, 15-B; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-B, 22-B, 23-B, 24-B, 25-B; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 31-B, 32-B, 33-B, 34-B, 35-B; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-B, 52-B, 53-B, 54-B, 55-B; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-B, 62-B, 63-B, 64-B, 65-B; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-B, 72-B, 73-B, 74-B, 75-B; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-B, 82-B, 83-B, 84-B, 85-B; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 91-B, 92-B, 93-B, 94-B, 95-B; 10o. Andar ou 11o. Pavimento. Apartamentos tipo nos. 101-B, 102-B, 103-B, 104-B, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-B, 112-B e 113-B. Áreas e Frações Ideais de Terreno das Unidades: Cada um dos Apartamentos tipo de finais "1" e "2", terá a área útil de 73,460ms2., a área comum de 41,248ms2., a área total construída de 115,708ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 2,2108%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "3", terá a área útil de 74,440ms2., a área comum de 43,077ms2., a área total construída de 117,517ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,9406%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "4", terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de

continua na ficha 03

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ [illegible]
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	03

Guarujá, 13 de Janeiro de 1997

889ms2., a área total construída de 111,429ms2., a fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,5498%. Cada um dos Apartamentos tipo de final terá a área útil de 74,900ms2., a área comum de 43,270ms2., a área total construída de 118,170ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,946324%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A e 111-B, terá a área útil de 147.900ms2., a área comum de 72,111ms2., a área total construída de 220,011ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,466207%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, terá a área útil de 148,140ms2., a área comum de 38,853ms2., a área total construída de 186,993ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,815345%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 113-A e 113-B, terá a área útil de 148,360ms2., a área comum de 49,804ms2., a área total construída de 220,664ms2., e fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,471916%. **GARAGEM:** Da Declaração à que se refere a alínea "P", do Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, constou que, a garagem do empreendimento localizar-se-á no subsolo e será coletiva, considerada área comum do condomínio, com um total de 110 (cento e dez) vagas, individuais e indeterminadas, conforme no projeto aprovado apenas para efeito de identidade, destinadas ao estacionamento de 01 (um) veículo de passeio cada, proporcionando de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídos os apartamentos da seguinte forma: À cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nos. 112 A e 112-B, corresponderão 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas. Valor Global da Obra: R$5.912.769,00 Valor Venal-1996/terreno avaliado: R$1.284.706,97. Registrado por: [illegible]. Emolumentos: [illegible]

c/ verso

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá

Dr. Gumercindo Muniz Sampaio
Oficial Vitalício

matrícula 61360 | ficha 01

Guarujá, 09 de dezembro de 1987

DESCRIÇÃO: UM TERRENO constituido pelos lotes nºs 12, 13 e 18 da quadra "L", do loteamento Jardim São Miguel, localizado nesta cidade, município e comarca de Guarujá SP. De formato irregular, medindo 66,50 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; por 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01; por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade; nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-003.

PROPRIETÁRIA: ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA com sede e foro em São Paulo, Capital, à Rua Wenceslau Brás nº 16 - 1º andar, conjunto 103, inscrita no CGC/MF sob nº 056.822.001/0001-74.

REGISTRO ANTERIOR: R.01 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, R.03 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório.

Escrevente autorizado

Av.01 — 09 de dezembro de 1987.
O imóvel acima descrito possui a atual descrição em virtude da anexação, conforme Av.03 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830, Av.04 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório, a requerimento da proprietária acima, datado de 24 de novembro de 1987. Averbado por escrevente autorizado.

psp.

Av.02 — 26 de abril de 1989
Por escritura de 30 de março de 1989, do 1º Ofício de Notas de Guarujá-SP, livro 615, fls. 69vº, foi autorizada a presente averbação para ficar constando que a ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, teve sua denominação social alterada para ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, conforme instrumento particular de Alteração Contrato Social datado de 13 de julho de 1988, registrado sob nº 28.057, em março de 1989, no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo-SP. Averbado por escrevente autorizado.

CZ

R.03 — 26 de abril de 1989
Pela mesma escritura datada de 30 de março de 1989, acima mencionada, ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, com sede em São Paulo-SP, à Avenida Paulista nº 2.202, 8º andar, inscrita no CGC/MF. sob nº 056.822.001/0001-74, VENDEU o imóvel acima descrito à NACIM MUSSA GAZE, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.628.531-SSP-SP e inscrito no CPF/MF. sob nº 017.780.998-15, casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da lei 6.515/77, com Tereza Gil Gaze, brasileira, do lar, portadora do RG numero/ 3.917.290-SSP-SP, residente e domiciliado em Guarujá-SP, à Rua Deputado Emilio Carlos nº 336, pelo preço de NCz$70.000,00 (valor venal - 1989 - NCz$60.380,90). Registrado por escrevente autorizado.

continua no verso

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis (www.centralregistradores.org.br) gerado em 08/04/2022 12:13:20

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ FORO DE GUARUJÁ 1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 18/04/2022, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. Numero de ordem 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **THOMAZ CORREA FARQUI**

Vistos.

Fls. 587 e seguintes: Ciência às partes.

Intime-se o leiloeiro oficial para designar praça (Fls. 581 – item 7)

Intime-se.

Guaruja, 18 de abril de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THOMAZ CORREA FARQUI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000SDI5R.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0297/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 26/04/2022. Considera-se a data de publicação em 27/04/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 587 e seguintes: Ciência às partes. Intime-se o leiloeiro oficial para designar praça (Fls. 581 item 7) Intime-se."

Guarujá, 26 de abril de 2022.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

fls. 706

Leilão processo nº 2999/09

ANA CRISTINA NOSSACK PRICOLI <apricoli@tjsp.jus.br>

Ter, 26/04/2022 15:15

Para: contato@lecape.com.br <contato@lecape.com.br>

1 anexos (308 KB)

despacho 2999.pdf;

Boa tarde.

Em cumprimento á r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, intimo Vossa Senhoria da decisão que segue anexo :

Esclareço à Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art 237, redação dada pela lei nº 11.419, de 2006).

ANA CRISTINA NOSSACK

Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

CERTIFICO E DOU FÉ QUE NESTA DATA ORGANIZEI O VOLUME DESTES AUTOS DE Nº 2999109, ENCERRANDO-SE ESTE VOLUME ÀS FLS. 600.
GUARUJÁ, 17 DE 10 DE 2023.

escrevente técnico judiciário

CHECK-9020010250501

IRON MOUNTAIN®

CHECK-9020010250501

INFORMAÇÃO DE IRREGULARIDADE QUANTO À NUMERAÇÃO DO PROCESSO FÍSICO EXISTÊNCIA DE OBJETOS NÃO DIGITALIZÁVEIS

Fica aqui registrado que foi(foram) identificada(s) a(s) seguinte(s) irregularidade(s) quanto à numeração e ordenação deste volume e/ou a existência de objeto(s) não digitalizáveis:

( ) Falta de página(s) _____
( ) Erro na sequência da numeração a partir da página _____
(X) Página(s) sem número entre as folhas 418 e 419
(X) Numeração repetida 424
( ) Página rasgada/deteriorada _____
( ) Outros_____
( ) Objeto não digitalizável:
Descrição do(s) objeto(s) _____
Página referência: _____

Jandira, 14/11/2023

266589
Matrícula do Colaborador

Número Único: 00104795320098260223

CHECK-9020010250501

CHECK-9020010250501

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

S P

1 DE FEVEREIRO DE 1874

SÃO PAULO

4º VOL

JUÍZO DE DIREITO DA _____

IMB – GS – 1

9020010250500

CARTÓRIO DO _____º OFÍCIO _____

ESCRIVÃO(Ã) DIRETOR(A) _____

Foro de Guarujá / 1ª Vara Cível

0010479-53.2009.8.26.0223

Classe	:	Procedimento Sumário
Assunto principal	:	Despesas Condominiais
Competência	:	Cível
Valor da ação	:	R$ 26.006,42
Volume	:	1/4
Reqte	:	**Condomínio Residencial Mussa Gaze**
Advogada	:	Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB: 309804/SP) e outro
Reqdo	:	**Adão Marcio Borgamim**
Advogado	:	Alexandre Fernandes Andrade (OAB: 272017/SP) e outro
TerIntCer	:	Município de Guarujá (Procurador)
Advogada	:	Daniella do Cassia Morandi Reis Gonçalves

AUTUAÇÃO

Em _____ de _____ de _____, autuo neste Ofício _____ que segue(m) e lavro este termo.

Eu, _____ (_____), Escr., subscr.

REG. SOB nº 2999

LIVRO nº _____ - Fls. _____

09

2999

CERTIDÃO DE ABERTURA DE VOLUME

CERTIFICO E DOU FÉ QUE NESTA DATA PROCEDI A ABERTURA DO 2º VOLUME DESTES AUTOS DE Nº 2999109, QUE INICIA-SE ÀS FLS. 601, PROSSEGUINDO-SE NA FORMA QUE SEGUE.

GUARUJÁ, 17 DE 10 2023 .

escrevente técnico judiciário

JUNTADA

Em 05 de maio 2022, junto a estes autos:

(x) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal),(_____)
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Certifico que no SAJ/PG5:
[X] Cadastrei Incid/Petição/Outros
[ ] Cadastrei Exclui Advogado(s)
[ ] Cadastrei Sentença
05/05/22

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº: 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que e promove a ADÃO MARCIO BENJAMIM – 954, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, expor e requerer o seguinte:

1. Em 27/04/2022, o condomínio credor foi intimado do despacho de fls., a saber:

> *"Vistos. Fls. 587 e seguintes: Ciência às partes. Intime-se o leiloeiro oficial para designar praça (Fls. 581 item 7) Intime-se."*

2. Porém, conforme andamento processual no esaj, os autos permanecem em carga com o leiloeiro desde 27/04/2022, inviabilizando eventual manifestação do credor, especialmente quanto à petição/documentos de fls. 587 e ss.

3. Requer, pois, a devolução do prazo de manifestação quanto ao teor do referido despacho, contando-se novo prazo após a intimação do deferimento deste pedido por V.Exa..

P. Deferimento.
Guarujá, 02 de maio de 2022.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

223 FOLHA 02 [illegible]

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Certifico que no SAJ/PG5:
[ ] Cadastrei Inicial/Petição/Outros
[ ] Incluí/excluí Advogado(s)
[ ] Registrei Sentença
Em 05/05/22 Escr

223 FOLHA 22.0000548-6 000522 2017 176

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

LECAPE LEILÕES, já qualificada, vem requerer a juntada do edital, e das Condições de Venda e Pagamento do procedimento, bem como, seu deferimento, com as adequações feitas de acordo com o Novo Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a juntada da certidão de débito municipal e do valor da avaliação atualizado.

Informa, também, que junta cópia do edital para fixação no quadro de aviso, e que a publicação deste será realizada na rede mundial de computadores.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 02 de maio de 2022.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

fls. 724

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS. Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 01/07/2022 as 15:00h, com encerramento no dia 04/07/2022 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 04/07/2022 as 15:01h, e encerramento dia 26/07/2022 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pela **LECAPE LEILÕES** (habilitada pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito em conta judicial no Banco Brasil, agência 6687-7 em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 (R. 63) do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 645.050,82** (seiscentos e quarenta e cinco mil, cinquenta reais e oitenta e dois centavos) para 05/2022. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 446.385,07** (quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) (04/2022 – fls. 588/591). Consta débito de IPTU no valor de **R$216.818,97** (duzentos e dezesseis mil oitocentos e dezoito reais e noventa e sete centavos) (05/2022). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 02 de maio de 2022.

LECAPE LEILÕES

fls. 716

Condições de Venda e Pagamento

DAS REGRAS DO LEILÃO/PRAÇA – As regras aqui dispostas são estabelecidas pelo MM. Juiz de Direito comitente destas praças públicas, de acordo com a legislação pertinente e/ou normas referentes a leilões judiciais eletrônicos.

DA ACEITAÇÃO DESTAS REGRAS – Para participar dos leilões/praças divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES, o usuário deverá ACEITAR os termos e condições adiante estabelecidos:

DAS CONDIÇÕES PARA EFETUAR LANCES – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor – menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões/praças. O usuário declara ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES.

Não poderão ofertar lances:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

- do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

- dos advogados de qualquer das partes.

DO IMÓVEL – O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Através do portal www.lecape.com.br o usuário tem acesso às fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que o mesmo se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas ao imóvel apregoado pelas legislações municipal, estadual e federal, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do imóvel.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados em participar da praça vistoriar o imóvel a ser apregoado antes da arrematação. As visitas deverão ser agendadas junto a LECAPE LEILÕES, mediante o envio de solicitação formal via e-mail contato@lecape.com.br , com a informação do bem de interesse, nome, telefone, RG e CPF do visitante.

DA PRAÇA – O leilão/praça será realizado por meio eletrônico, através do portal www.lecape.com.br . **O 1ª PRAÇA terá início no dia 01/07/2022 as 15:00h, com encerramento no dia 04/07/2022 as 15:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 04/07/2022 as 15:01h, e encerramento dia 26/07/2022 as 15:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

DO GESTOR LEILOEIRO – O leilão será presidido pela LECAPE LEILÕES, por seu leiloeiro Leonardo de Campos Penin, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e será realizado por meio eletrônico através do portal www.lecape.com.br .

DOS LANCES – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.lecape.com.br .

Durante a praça, profissionais da Gestora Judicial LECAPE LEILÕES poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (13) 32192042 ou e-mail contato@lecape.com.br .

DO LANCE AUTOMÁTICO – É uma facilidade do portal LECAPE LEILÕES a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento da praça.

DA IRRETRATABILIDADE DO LANCE – Os lances ofertados são irretratáveis.

DO TEMPO EXTRA – Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 3 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido um tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do portal LECAPE LEILÕES A 3 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

DA COMISSÃO DO GESTOR JUDICIAL – O arrematante deverá pagar a LECAPE LEILÕES, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel.

A comissão da gestora não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO – O auto de arrematação será assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz após a comprovação efetiva do pagamento do valor da arrematação e da comissão da LECAPE LEILÕES, conforme dispõe o art. 903 do novo CPC.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LECAPE LEILÕES, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas.

DO ENVIO DO COMPROVANTE – Após a realização do depósito judicial, o arrematante deverá encaminhar o comprovante respectivo por e-mail (contato@lecape.com.br) para que esse documento seja juntado aos autos do processo.

Assim que forem confirmados os pagamentos, e cumpridos os trâmites legais, será enviado o auto de arrematação para o arrematante, por e-mail, devendo ser assinado e devolvido (pessoalmente ou por e-mail), para posterior expedição da carta de arrematação, para que sejam efetuados os devidos registros públicos (art. 140, parágrafo quarto da Lei nº 11.101/2005).

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão integralmente restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão da LECAPE LEILÕES.

DA FALTA DE PAGAMENTO – O não pagamento do preço do imóvel arrematado e da comissão da LECAPE LEILÕES, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do Novo Código de Processo Civil), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida a GESTORA JUDICIAL.

A LECAPE LEILÕES poderá emitir titulo de crédito para a cobrança da sua comissão, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

DA ENTREGA DOS BENS – A transferência do registro do imóvel para o nome do arrematante ocorrerá após a retirada em cartório da ordem judicial determinando tal fato, nos termos do art. 901 e § 1º do Novo Código de Processo Civil.

DA RETIRADA – Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos a remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s).

Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de entrega do bem".

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns), o adjudicante ficará responsável pela comissão devida ao gestor.

DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO – Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação.

A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no parágrafo primeiro do art. 903 do Novo Código de Processo Civil.

As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil e o caput do art. 335, do Código Penal.

Cálculo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios disponibiliza planilha de cálculo de atualização monetária com os índices definidos a partir de março de 1965, com o intuito de auxiliar as partes, advogados e demais interessados que precisem calcular valores nas demandas judiciais.

Atenção!

- **A rotina de atualização monetária não atende as regras dos cálculos fazendários.**
- Caso necessite que o percentual de juros de mora comece a incidir após ou entre as datas das parcelas selecione **"Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)"**, e **"Antes do(s) Valor(es) Devido(s)"** para os juros começarem a incidir antes das datas das parcelas.
- Caso o usuário preencha o campo "Valor Devido" com valor de um resultado onde já tenha sido aplicado os juros de mora, o resultado do presente cálculo incorrerá na capitalização de juros.
- Correção Monetária a partir de março de 1965 (atualmente **INPC** - **clique** em **índices da contadoria** para consultar histórico de índices).
- Todos os dados informados são de inteira responsabilidade do usuário, o qual assume total responsabilidade por eventuais omissões, inverdades ou incorreções que vierem a ser detectadas.
- Antes de **imprimir** confira os dados. Pense em sua responsabilidade e compromisso com o **meio ambiente**.

Resultado do Cálculo (em Real)

Correção Monetária

Atualizado até: 02/05/2022

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: 0,00%

Valores Devidos

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
03/06/2014	400.000,00	1,61262705	645.050,82	0,00%	0	645.050,82
Subtotal						645.050,82

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
Total Geral						645.050,82

editar cálculo novo cálculo

Prefeitura do Guarujá

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Proprietário ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido R$ 216.818,97

Zona	Ano Base	Exerc.	Tributo	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp. Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Imp. Predial	Execut Cód 9	19900/2003	1.739,99	1.025,64	11.487,17	3.388,21	17.641,01	1.764,10	13,87	19.418,98	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2004	2004	Imp. Predial	Execut Cód 9	19912/2004	2.201,52	1.198,56	12.854,56	3.791,40	20.046,04	2.004,60	0,00	22.050,64	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2005	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	9110/2008	2.410,92	1.243,44	12.590,81	3.806,60	20.051,77	2.005,17	8,07	22.065,01	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2006	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	46899/2008	2.553,72	1.251,24	11.913,76	3.702,77	19.421,49	1.942,14	0,00	21.363,63	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2009	2009	Imp. Predial	Execut Cód 9	50802/2009	2.832,66	1.213,44	9.374,56	3.235,09	16.655,75	1.665,57	7,84	18.329,16	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2011	2011	Imp. Predial	Execut Cód 9	46294/2011	526,66	205,42	1.294,15	500,44	2.526,67	252,66	0,00	2.779,33	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2012	2012	Imp. Predial	Execut Cód 9	14716/2012	1.404,00	514,30	2.957,45	1.167,70	6.043,45	604,34	8,19	6.655,98	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

3	2013	2013	Imp. Predial	Execut Cód 9	24410/2013	3.569,80	1.238,28	6.594,24	2.621,93	14.024,25	1.402,42	0,00	15.426,67	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	
3	2014	2014	Imp. Predial	Execut Cód 9	7670/2015	3.612,55	1.189,92	5.622,82	2.337,49	12.762,78	1.276,27	21,05	14.060,10	
													Proc. Unificado: 15125946020158260223	
3	2015	2015	Imp. Predial	Execut Cód 9	10428/2016	3.841,42	1.190,28	4.910,28	2.110,38	12.052,36	1.205,23	21,05	13.278,64	
													Proc. Unificado: 15033559520168260223	
3	2016	2016	Imp. Predial	Execut Cód 9	9522/2017	4.238,00	1.190,76	4.197,76	1.716,40	11.342,92	1.134,29	19,44	12.496,65	
													Proc. Unificado: 15073508220178260223	
3	2017	2017	Imp. Predial	Execut Cód 9	9878/2018	4.597,05	1.193,40	3.490,71	1.369,95	10.651,11	1.065,11	17,60	11.733,82	
													Proc. Unificado: 15059921420198260223	
3	2018	2018	Imp. Predial	Execut Cód 9	9413/2019	4.832,90	1.195,08	2.778,82	1.143,02	9.949,82	994,98	0,00	10.944,80	
													Proc. Unificado: 15059921420198260223	
3	2019	2019	Imp. Predial	Execut Cód 9	9312/2020	4.876,83	1.144,56	1.974,54	846,49	8.842,42	884,24	16,93	9.743,59	
													Proc. Unificado: 15070918220208260223	
3	2020	2020	Imp. Predial	Execut Cód 9	9646/2021	5.068,69	1.145,04	1.288,29	657,14	8.159,16	815,91	16,30	8.991,37	
													Proc. Unificado: 15064453820218260223	
3	2021	2021	Imp. Predial	Simples	10001/2022	5.264,59	1.146,36	601,89	467,76	7.480,60	0,00	0,00	7.480,60	
Total						**53.571,30**	**17.285,72**	**93.931,81**	**32.862,77**	**197.651,60**	**19.017,03**	**150,34**	**216.818,97**	
TOTAL EM DÉBITO													**216.818,97**	

O valor do DARE-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Este documento foi gerado pelo SCIM em Segunda-feira, 2 de Maio de 2022 às 10h32m

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 10/05/2022, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo.NUMERO DE ORDEM 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 603/613: Indefiro o edital, conforme **comunicado CG Nº 1082/2021 - CAPA Nº 2020/50247** somente pessoa física pode ser nomeada como leiloeiro público para realização de leilão

Dessa forma, intime-se, via e-mail, o leiloeiro nomeado para adequação do edital de leilão aos moldes do referido comunicado.

Intime-se.

Guaruja, 10 de maio de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000005EZ5M.

615

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0349/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 12/05/2022. Considera-se a data de publicação em 13/05/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 603/613: Indefiro o edital, conforme comunicado CG Nº 1082/2021 -CAPA Nº 2020/50247 somente pessoa física pode ser nomeada como leiloeiro público para realização de leilão Dessa forma, intime-se, via e-mail, o leiloeiro nomeado para adequação do edital de leilão aos moldes do referido comunicado. Intime-se."

Guarujá, 12 de maio de 2022.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

JUNTADA

Em 23 de maio 2022, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal),(_____)
Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

229 FSJA.22.0014156-4 230572 1040 43

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Leonardo de Campos Penin, leiloeiro oficial, vem requerer a juntada do edital, e das Condições de Venda e Pagamento do procedimento, bem como, seu deferimento, com as adequações feitas de acordo com o Novo Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a juntada da certidão de débito municipal e do valor da avaliação atualizado.

Informa, também, que junta cópia do edital para fixação no quadro de aviso, e que a publicação deste será realizada na rede mundial de computadores.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 13 de maio de 2022.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS. Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 15/07/2022 as 16:00h, com encerramento no dia 18/07/2022 as 16:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 18/072022 as 16:01h, e encerramento dia 09/08/2022 as 16:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pelo leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin (habilitado pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão ao leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito em conta judicial no Banco Brasil, agência 6687-7 em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS –**

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 (R. 63) do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 651.759,35** (seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para 05/2022. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 446.385,07** (quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) (04/2022 – fls. 588/591). Consta débito de IPTU no valor de **R$ 217.414,30** (duzentos e dezessete mil quatrocentos e quatorze reais e noventa e trinta centavos) (05/2022). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 13 de maio de 2022.

LECAPE LEILÕES

Condições de Venda e Pagamento

DAS REGRAS DO LEILÃO/PRAÇA – As regras aqui dispostas são estabelecidas pelo MM. Juiz de Direito comitente destas praças públicas, de acordo com a legislação pertinente e/ou normas referentes a leilões judiciais eletrônicos.

DA ACEITAÇÃO DESTAS REGRAS – Para participar dos leilões/praças divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES, o usuário deverá ACEITAR os termos e condições adiante estabelecidos:

DAS CONDIÇÕES PARA EFETUAR LANCES – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor – menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões/praças. O usuário declara ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES.

Não poderão ofertar lances:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

- do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

- dos advogados de qualquer das partes.

DO IMÓVEL – O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Através do portal www.lecape.com.br o usuário tem acesso às fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que o mesmo se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas ao imóvel apregoado pelas legislações municipal, estadual e federal, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do imóvel.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados em participar da praça vistoriar o imóvel a ser apregoado antes da arrematação. As visitas deverão ser agendadas junto a LECAPE LEILÕES, mediante o envio de solicitação formal via e-mail contato@lecape.com.br , com a informação do bem de interesse, nome, telefone, RG e CPF do visitante.

DA PRAÇA – O leilão/praça será realizado por meio eletrônico, através do portal www.lecape.com.br . **O 1ª PRAÇA terá início no dia 15/07/2022 as 16:00h, com encerramento no dia 18/07/2022 as 16:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 18/072022 as 16:01h, e encerramento dia 09/08/2022 as 16:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

DO GESTOR LEILOEIRO – O leilão será presidido pelo leiloeiro Leonardo de Campos Penin, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e será realizado por meio eletrônico através do portal www.lecape.com.br .

DOS LANCES – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.lecape.com.br .

Durante a praça, profissionais da Gestora Judicial LECAPE LEILÕES poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (13) 32192042 ou e-mail contato@lecape.com.br .

DO LANCE AUTOMÁTICO – É uma facilidade do portal LECAPE LEILÕES a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento da praça.

DA IRRETRATABILIDADE DO LANCE – Os lances ofertados são irretratáveis.

DO TEMPO EXTRA – Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 3 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido um tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do portal LECAPE LEILÕES A 3 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

DA COMISSÃO DO GESTOR JUDICIAL – O arrematante deverá pagar ao leiloeiro Leonardo de Campos Penin, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel.

A comissão da gestora não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO – O auto de arrematação será assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz após a comprovação efetiva do pagamento do valor da arrematação e da comissão do leiloeiro Leonardo de Campos Penin, conforme dispõe o art. 903 do novo CPC.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão ao leiloeiro Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas.

DO ENVIO DO COMPROVANTE – Após a realização do depósito judicial, o arrematante deverá encaminhar o comprovante respectivo por e-mail (contato@lecape.com.br) para que esse documento seja juntado aos autos do processo.

Assim que forem confirmados os pagamentos, e cumpridos os trâmites legais, será enviado o auto de arrematação para o arrematante, por e-mail, devendo ser assinado e devolvido (pessoalmente ou por e-mail), para posterior expedição da carta de arrematação, para que sejam efetuados os devidos registros públicos (art. 140, parágrafo quarto da Lei nº 11.101/2005).

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão integralmente restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão da LECAPE LEILÕES.

DA FALTA DE PAGAMENTO – O não pagamento do preço do imóvel arrematado e da comissão do leiloeiro Leonardo de Campos Penin, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do Novo Código de Processo Civil), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida ao leiloeiro Leonardo de Campos Penin.

O leiloeiro Leonardo de Campos Penin poderá emitir título de crédito para a cobrança da sua comissão, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

DA ENTREGA DOS BENS – A transferência do registro do imóvel para o nome do arrematante ocorrerá após a retirada em cartório da ordem judicial determinando tal fato, nos termos do art. 901 e § 1º do Novo Código de Processo Civil.

DA RETIRADA – Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos a remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s).

Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de entrega do bem".

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns), o adjudicante ficará responsável pela comissão devida ao gestor.

DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO – Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação.

A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no parágrafo primeiro do art. 903 do Novo Código de Processo Civil.

As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil e o caput do art. 335, do Código Penal.

Cálculo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios disponibiliza planilha de cálculo de atualização monetária com os índices definidos a partir de março de 1965, com o intuito de auxiliar as partes, advogados e demais interessados que precisem calcular valores nas demandas judiciais.

Atenção!

- **A rotina de atualização monetária não atende as regras dos cálculos fazendários.**
- Caso necessite que o percentual de juros de mora comece a incidir após ou entre as datas das parcelas selecione **"Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)"**, e **"Antes do(s) Valor(es) Devido(s)"** para os juros começarem a incidir antes das datas das parcelas.
- Caso o usuário preencha o campo "Valor Devido" com valor de um resultado onde já tenha sido aplicado os juros de mora, o resultado do presente cálculo incorrerá na capitalização de juros.
- Correção Monetária a partir de março de 1965 (atualmente **INPC** - **clique** em **índices da contadoria** para consultar histórico de índices).
- Todos os dados informados são de inteira responsabilidade do usuário, o qual assume total responsabilidade por eventuais omissões, inverdades ou incorreções que vierem a ser detectadas.
- Antes de **imprimir** confira os dados. Pense em sua responsabilidade e compromisso com o **meio ambiente**.

Resultado do Cálculo (em Real)

Correção Monetária

Atualizado até: 17/05/2022

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: 0,00%

Valores Devidos

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
03/06/2014	400.000,00	1,62939838	651.759,35	0,00%	0	651.759,35
Subtotal						651.759,35

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
Total Geral						651.759,35

editar cálculo novo cálculo

Prefeitura do Guarujá

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Proprietário ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido R$ 217.414,30

Zona	Ano Base	Exerc.	Tributo	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp. Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Imp. Predial	Execut Cód 9	19900/2003	1.739,99	1.025,64	11.494,49	3.388,21	17.648,33	1.764,83	13,87	19.427,03	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2004	2004	Imp. Predial	Execut Cód 9	19912/2004	2.201,52	1.198,58	12.859,81	3.791,40	20.051,31	2.005,13	0,00	22.056,44	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2005	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	9110/2008	2.410,92	1.243,41	12.595,66	3.806,60	20.056,59	2.005,65	8,07	22.070,31	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2006	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	46899/2008	2.553,72	1.251,21	11.923,82	3.702,77	19.431,52	1.943,15	0,00	21.374,67	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2009	2009	Imp. Predial	Execut Cód 9	50802/2009	2.832,66	1.213,46	9.374,68	3.235,09	16.655,89	1.665,58	7,84	18.329,31	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2011	2011	Imp. Predial	Execut Cód 9	46294/2011	526,66	205,42	1.299,28	500,44	2.531,80	253,18	0,00	2.784,98	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2012	2012	Imp. Predial	Execut Cód 9	14716/2012	1.404,00	514,30	2.983,17	1.167,70	6.069,17	606,91	8,19	6.684,27	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	

929

Prefeitura de Guarujá

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

3	2013	2013	Imp. Predial	Execut Cód 9	24410/2013	3.569,80	1.238,28	6.650,96	2.621,93	14.080,97	1.408,09	0,00	15.489,06	010704/2014
													Proc. Unificado:	05086950820148260223
3	2014	2014	Imp. Predial	Execut Cód 9	7670/2015	3.612,55	1.189,92	5.677,32	2.337,49	12.817,28	1.281,72	21,05	14.120,05	
													Proc. Unificado:	15125946020158260223
3	2015	2015	Imp. Predial	Execut Cód 9	10428/2016	3.841,42	1.190,27	4.964,77	2.110,38	12.106,84	1.210,68	21,05	13.338,57	
													Proc. Unificado:	15033559520168260223
3	2016	2016	Imp. Predial	Execut Cód 9	9522/2017	4.238,00	1.190,79	4.252,44	1.716,40	11.397,63	1.139,76	19,44	12.556,83	
													Proc. Unificado:	15073508220178260223
3	2017	2017	Imp. Predial	Execut Cód 9	9878/2018	4.597,05	1.193,40	3.545,41	1.369,95	10.705,81	1.070,58	17,60	11.793,99	
													Proc. Unificado:	15059921420198260223
3	2018	2018	Imp. Predial	Execut Cód 9	9413/2019	4.832,90	1.195,09	2.833,62	1.143,02	10.004,63	1.000,46	0,00	11.005,09	
													Proc. Unificado:	15059921420198260223
3	2019	2019	Imp. Predial	Execut Cód 9	9312/2020	4.876,83	1.144,57	2.027,02	846,49	8.894,91	889,49	16,93	9.801,33	
													Proc. Unificado:	15070918220208260223
3	2020	2020	Imp. Predial	Execut Cód 9	9646/2021	5.068,69	1.145,07	1.340,82	657,14	8.211,72	821,17	16,30	9.049,19	
													Proc. Unificado:	15064453820218260223
3	2021	2021	Imp. Predial	Simples	10001/2022	5.264,59	1.146,38	654,45	467,76	7.533,18	0,00	0,00	7.533,18	
Total						**53.571,30**	**17.285,79**	**94.477,72**	**32.862,77**	**198.197,58**	**19.066,38**	**150,34**	**217.414,30**	
TOTAL EM DÉBITO													**217.414,30**	

O valor do DARE-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Este documento foi gerado pelo SCIM em Terça-feira, 17 de Maio de 2022 às 13h45m

628

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Físico nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente: **Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido: **Adão Marcio Bergamim**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o **dia 15/07/2022 às 16h00min.**, e encerramento no **dia 18/07/2022 às 16h00min.**, não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no **dia 18/07/2022 às 16h01min.**, que se encerrará em no **dia 09/08/2022 às 16h00min.**, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Intime-se os demais executado por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Dê-se ciência à PMG. Intime-se.

Nada Mais. Guaruja, 25 de maio de 2022. Eu, Antônio César do Monte, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIO CESAR DO MONTE. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000005G471.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0395/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 27/05/2022. Considera-se a data de publicação em 30/05/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 15/07/2022 às 16h00min., e encerramento no dia 18/07/2022 às 16h00min., não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 18/07/2022 às 16h01min., que se encerrará em no dia 09/08/2022 às 16h00min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Intime-se os demais executado por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Dê-se ciência à PMG. Intime-se."

Guarujá, 27 de maio de 2022.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2022/016040-0**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Município de Guarujá Procurador
Avenida Santos Dumont, 800
11432-501. Outros endereços: 11460-000 - Guaruja

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), nos termos do artigo 269, § 3º do Código de Processo Civil, para os atos e termos da ação proposta, cuja cópia da petição inicial e documentos seguem anexos e deste fazem parte integrante, e de acordo com o r. despacho de seguinte teor: "Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 15/07/2022 às 16h00min., e encerramento no dia 18/07/2022 às 16h00min., não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 18/07/2022 às 16h01min., que se encerrará em no dia 09/08/2022 às 16h00min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Intime-se os demais executado por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Dê-se ciência à PMG. Intime-se.".

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 27 de maio de 2022. Elder Quirino Da Silva Batista, Coordenador.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado
Telefone Comercial: (13)33554526

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000005GABB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Recomendação 111/2021 do CNJ: É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil Art. 227 da CF). Denúncias sobre maus-tratos, violência, ou abusos contra crianças e adolescentes podem ser realizadas por meio do Disque 100 (Serviço do Ministério da Justiça), por qualquer cidadão. A ligação é gratuita. O serviço funciona para todo o país, todos os dias da semana, das 8 às 22 horas, inclusive nos feriados. Não é preciso identificar-se.

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*
Art. 212, do CPC: *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*
§ 2º *Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.*
Artigo 5º, inciso XI, da CF: *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos proc ais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000005GABB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280 - Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

A(o)
Adão Marcio Bergamim

Avenida Dom Pedro I, 719, apto. 95 A - Jardim Tres Marias
11440-001 Guaruja - SP

Em cumprimento à determinação do(a) Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Estado de São Paulo, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** para os atos e termos da ação em epígrafe, nos termos do seguinte r. despacho: "Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 15/07/2022 às 16h00min., e encerramento no dia 18/07/2022 às 16h00min., não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 18/07/2022 às 16h01min., que se encerrará em no dia 09/08/2022 às 16h00min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Intime-se os demais executado por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Dê-se ciência à PMG. Intime-se.".

Esclareço a Vossa Senhoria que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Ana Cristina Nossack, Escrevente Técnico Judiciário. Guaruja, 27 de maio de 2022.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000005GACF.

CORREIOS **AR** ***AVISO DE RECEBIMENTO***

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

AR 9912280497/2020-SE/SPM TJSP Correios

Reservado espaço à menção MP

DESTINATÁRIO
Adão Marcio Bergamim

Avenida Dom Pedro I, 719, apto. 95 A
11440-001 - Guaruja - SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Guarujá - Cartório da 1ª Vara Cível
Rua Silvio Daige, 280
11440-900 Guaruja-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª ___/___/_____ ____:____h
2ª ___/___/_____ ____:____h
3ª ___/___/_____ ____:____h
ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 0010479-53.2009.8.26.0223**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ___/___/_____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA ___/___/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

Adão Marcio Bergamim

Avenida Dom Pedro I, 719, apto. 95 A
11440-001 - Guaruja - SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000005GACF.

fls. 622 644

Carga mandado físico 2999-09

ANA CRISTINA NOSSACK PRICOLI <apricoli@tjsp.jus.br>

Qui, 02/06/2022 09:59

Para: GUARUJA - DISTRIBUICAO DE MANDADOS <guarujasadm@tjsp.jus.br>

2 anexos (894 KB)

carga 2999.pdf; mandado 2999.pdf;

JUNTADA

Em 05 de julho 2022, junto a estes autos:

( ) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

(X) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (X) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

(X) DOCUMENTOS DIVERSOS:

(X) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal) Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Físico 2999/2009 cx 02

694

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2022/016040-0**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Município de Guarujá Procurador
Avenida Santos Dumont, 800
11432-501. Outros endereços: 11460-000 - Guaruja

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), nos termos do artigo 269, § 3º do Código de Processo Civil, para os atos e termos da ação proposta, cuja cópia da petição inicial e documentos seguem anexos e deste fazem parte integrante, e de acordo com o r. despacho de seguinte teor: "Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 15/07/2022 às 16h00min., e encerramento no dia 18/07/2022 às 16h00min., não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 18/07/2022 às 16h01min., que se encerrará em no dia 09/08/2022 às 16h00min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Intime-se os demais executado por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Dê-se ciência à PMG. Intime-se.".

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 27 de maio de 2022. Elder Quirino Da Silva Batista, Coordenador.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado
Telefone Comercial: (13)33554526

Recebido em 09/06/2022

Eduardo Spolon
OAB/SP nº 298.541
Procurador Municipal
Prontuário nº 21366

Aviso Fiscal PMG - R: Azul Lourenço, 623

Lote 7541 - 2/3.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000005GABB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Walter Penteado Cotrim (26927)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2022/016040-0 dirigi-me ao endereço: Avenida Santos Dumont, nº 800 - Vila Santo Antonio - Guarujá,

e aí sendo fui informado que o mandado deveria ser entregue no Anexo Fiscal PMG-Prefeitura Municipal do Guarujá, Rua Azuil Loureiro, N°693, Santa Rosa, Guarujá, onde diligenciei e procedi a INTIMAÇÃO do Dr.EDUARDO SPOLON, Procurador Municipal, que recebeu a contrafé e exarou seu ciente.

O referido é verdade e dou fé.

Guaruja, 11 de junho de 2022.

Número de Cotas:02

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por WALTER PENTEADO COTRIM. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000005HG29.

ex 02 2999 / 09

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

AR 99122604972020-SE/SPM TJSP Correios

Reservado espaço à menção MP

BR 53137999 8 BR

DESTINATÁRIO
Adão Marcio Bergamim

Avenida Dom Pedro I, 719, apto. 95 A
11440-001 - Guaruja - SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Guarujá - Cartório da 1ª Vara Cível
Rua Silvio Daige, 280
11440-900 Guaruja-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

GUARUJÁ 24 JUN 2022 SPM

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ___/___/_____ ____:____h
2º ___/___/_____ ____:____h
3º ___/___/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 0010479-53.2009.8.26.0223**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Fabio De Oliveira S. Soares
Matr.: 8.921.223-1
Carteiro

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ___/___/_____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

24/06/22

Nº DO DOCUMENTO

os processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo

JUNTADA

Em 12 de julho 2022, junto a estes autos:

(x) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal),( ) Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA que promove a **ADÃO MARCIO BERGAMIM – 95 A,** que tramita por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu(sua) advogado(a) ao final assinado(a), requerer a juntada do cálculo atualizado da dívida.

P. Deferimento.
Guarujá, 07 de julho de 2022.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 05/07/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
				PRINCIPAL - CUSTAS					
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	1.309,03			0,00	1.309,03
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	80,01			0,00	80,01
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	77,31			0,00	77,31
25/03/2011	Custas	36,36		44.834327	72,18			0,00	72,18
21/10/2011	Custas	20,00		46.214289	38,52			0,00	38,52
09/02/2012	Custas	20,00		47.103239	37,79			0,00	37,79
23/08/2012	Custas	40,95		48.268754	75,51			0,00	75,51
03/09/2012	Custas	40,74		48.485963	74,79			0,00	74,79
17/12/2014	Custas	50,00		55.465502	80,24			0,00	80,24
08/01/2015	custas	127,50		55.809388	203,35			0,00	203,35
05/09/2017	Custas	1.111,23		67.026129	1.475,77			0,00	1.475,77
	Subtotal:	**2.125,42**			**3.524,50**			**0,00**	**3.524,50**
				PRINCIPAL - DÉBITO CONDOMINIAL					
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	918,82	01/12/2004	211,0000%	1.977,47	2.914,66
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	910,98	01/01/2005	210,0000%	1.951,29	2.880,48
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	905,82	01/02/2005	209,0000%	1.931,01	2.854,94
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	901,85	01/03/2005	208,0000%	1.913,35	2.833,23
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	892,82	01/04/2005	207,0000%	1.885,08	2.795,75
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	757,49	01/06/2005	205,0000%	1.583,89	2.356,52
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	827,82	01/09/2005	202,0000%	1.705,62	2.549,99
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	1.121,54	01/12/2005	199,0000%	2.276,50	3.420,47
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	1.092,73	01/01/2006	198,0000%	2.206,86	3.321,44
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	967,39	01/02/2006	197,0000%	1.943,85	2.930,58
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	965,17	01/03/2006	196,0000%	1.929,56	2.914,03
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	927,58	01/05/2006	194,0000%	1.835,49	2.781,62
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	926,38	01/06/2006	193,0000%	1.823,65	2.768,55
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	960,84	01/07/2006	192,0000%	1.881,69	2.861,74
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	959,78	01/08/2006	191,0000%	1.869,83	2.848,80
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	959,97	01/09/2006	190,0000%	1.860,40	2.839,56
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	958,44	01/10/2006	189,0000%	1.847,66	2.825,26
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	950,34	01/12/2006	187,0000%	1.812,66	2.782,00
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	944,49	01/01/2007	186,0000%	1.791,86	2.755,23
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	1.020,94	01/02/2007	185,0000%	1.926,49	2.967,84
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	983,73	01/03/2007	184,0000%	1.846,25	2.849,65
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	1.045,05	01/04/2007	183,0000%	1.950,68	3.016,63
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	1.009,37	01/05/2007	182,0000%	1.873,78	2.903,33
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	974,35	01/06/2007	181,0000%	1.798,83	2.792,66
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	1.003,86	01/07/2007	180,0000%	1.843,07	2.867,00
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	1.000,66	01/08/2007	179,0000%	1.826,99	2.847,66
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	994,79	01/09/2007	178,0000%	1.806,13	2.820,81
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	992,31	01/10/2007	177,0000%	1.791,50	2.803,65
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	989,34	01/11/2007	176,0000%	1.776,05	2.785,17
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	985,10	01/12/2007	175,0000%	1.758,40	2.763,20
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	1.084,04	01/01/2008	174,0000%	1.923,95	3.029,67
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	1.076,61	01/02/2008	173,0000%	1.899,78	2.997,92
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	1.071,46	01/03/2008	172,0000%	1.879,75	2.972,63
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	1.066,03	01/04/2008	171,0000%	1.859,36	2.946,71
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	953,33	01/05/2008	170,0000%	1.653,06	2.625,45
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	1.049,18	01/06/2008	169,0000%	1.808,57	2.878,73
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	1.033,72	01/08/2008	167,0000%	1.760,83	2.815,22
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	928,40	01/09/2008	166,0000%	1.571,95	2.518,91
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	927,01	01/10/2008	165,0000%	1.560,15	2.505,70
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	922,40	01/11/2008	164,0000%	1.542,97	2.483,81
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	1.005,61	01/01/2009	162,0000%	1.661,66	2.687,38
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	86,65	05/01/2009	162,0000%	143,17	231,55
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	939,21	01/06/2009	157,0000%	1.504,04	2.462,03
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	935,29	01/07/2009	156,0000%	1.488,22	2.442,21
10/06/2010	Condomínio	478,45	2%	42.946746	991,67	10/06/2010	145,0000%	1.466,67	2.478,17
10/07/2010	Condomínio	478,65	2%	42.899504	993,17	10/07/2010	144,0000%	1.458,76	2.471,79
10/08/2010	Condomínio	430,85	2%	42.869474	894,62	10/08/2010	143,0000%	1.304,88	2.217,39
10/09/2010	Condomínio	434,06	2%	42.839465	901,91	10/09/2010	142,0000%	1.306,31	2.226,25
10/10/2010	Condomínio	431,52	2%	43.070798	891,82	10/10/2010	141,0000%	1.282,60	2.192,25
10/11/2010	Condomínio	432,04	2%	43.467049	884,75	10/11/2010	140,0000%	1.263,41	2.165,85
10/12/2010	Condomínio	430,36	2%	43.914759	872,33	10/12/2010	139,0000%	1.236,78	2.126,55
10/01/2011	Condomínio	514,68	2%	44.178247	1.037,02	10/01/2011	138,0000%	1.459,70	2.517,46

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 05/07/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
10/02/2011	Condomínio	486,86	2%	44.593522	971,83	10/02/2011	137,0000%	1.358,02	2.349,28
10/03/2011	Condomínio	481,85	2%	44.834327	956,67	10/03/2011	136,0000%	1.327,08	2.302,88
10/04/2011	Condomínio	476,43	2%	45.130233	939,70	10/04/2011	135,0000%	1.293,96	2.252,45
02/08/2011	Condomínio	464,70	2%	45.814835	902,87	02/08/2011	131,0000%	1.206,40	2.127,32
07/10/2011	Condomínio	464,70	2%	46.214289	895,07	07/10/2011	129,0000%	1.177,73	2.090,70
01/03/2012	Condomínio	738,83	2%	47.286941	1.390,79	01/03/2012	124,0000%	1.759,06	3.177,66
01/12/2012	Condomínio	641,29	2%	49.403187	1.155,47	01/12/2012	115,0000%	1.355,35	2.533,92
01/01/2013	Condomínio	707,71	2%	49.76877	1.265,78	01/01/2013	114,0000%	1.471,84	2.762,93
01/02/2013	Condomínio	707,71	2%	50.226642	1.254,24	01/02/2013	113,0000%	1.445,63	2.724,95
01/04/2013	Condomínio	764,49	2%	50.790746	1.339,82	01/04/2013	111,0000%	1.516,93	2.883,54
01/05/2013	Condomínio	707,71	2%	51.090411	1.233,04	01/05/2013	110,0000%	1.383,47	2.641,17
01/06/2013	Condomínio	707,71	2%	51.269227	1.228,73	01/06/2013	109,0000%	1.366,09	2.619,39
01/07/2013	Condomínio	707,71	2%	51.41278	1.225,30	01/07/2013	108,0000%	1.349,78	2.599,58
01/08/2013	Condomínio	707,71	2%	51.345943	1.226,90	01/08/2013	107,0000%	1.339,03	2.590,46
01/09/2013	Condomínio	707,71	2%	51.428096	1.224,94	01/09/2013	106,0000%	1.324,39	2.573,82
01/10/2013	Condomínio	707,71	2%	51.566951	1.221,64	01/10/2013	105,0000%	1.308,37	2.554,44
01/11/2013	Condomínio	707,71	2%	51.881509	1.214,23	01/11/2013	104,0000%	1.288,05	2.526,56
01/12/2013	Condomínio	707,71	2%	52.161669	1.207,71	01/12/2013	103,0000%	1.268,81	2.500,67
01/01/2014	Condomínio	757,23	2%	52.537233	1.282,98	01/01/2014	102,0000%	1.334,80	2.643,43
01/02/2014	Condomínio	757,23	2%	52.868217	1.274,95	01/02/2014	101,0000%	1.313,44	2.613,88
01/03/2014	Condomínio	757,23	2%	53.206573	1.266,84	01/03/2014	100,0000%	1.292,17	2.584,34
01/04/2014	Condomínio	757,23	2%	53.642866	1.256,54	01/04/2014	99,0000%	1.268,85	2.550,52
01/05/2014	Condomínio	757,23	2%	54.06128	1.246,81	01/05/2014	98,0000%	1.246,30	2.518,04
01/06/2014	Condomínio	757,23	2%	54.385647	1.239,38	01/06/2014	97,0000%	1.226,23	2.490,39
01/07/2014	Condomínio	782,13	2%	54.527049	1.276,81	01/07/2014	96,0000%	1.250,24	2.552,58
01/08/2014	Condomínio	757,23	2%	54.597934	1.234,56	01/08/2014	95,0000%	1.196,28	2.455,53
01/09/2014	Condomínio	757,23	2%	54.69621	1.232,34	01/09/2014	94,0000%	1.181,56	2.438,54
01/10/2014	Condomínio	757,23	2%	54.964221	1.226,33	01/10/2014	93,0000%	1.163,29	2.414,14
01/10/2014	Condomínio	337,29	2%	54.964221	546,24	01/10/2014	93,0000%	518,15	1.075,31
01/11/2014	Condomínio	757,23	2%	55.173085	1.221,69	01/11/2014	92,0000%	1.146,43	2.392,55
01/11/2014	Condomínio	337,29	2%	55.173085	544,17	01/11/2014	92,0000%	510,64	1.065,69
07/12/2014	Condomínio	757,23	2%	55.465502	1.215,25	07/12/2014	91,0000%	1.127,99	2.367,54
07/01/2015	Condomínio	757,23	2%	55.809388	1.207,76	07/01/2015	90,0000%	1.108,71	2.340,62
07/02/2015	Condomínio	757,23	2%	56.635366	1.190,14	07/02/2015	89,0000%	1.080,40	2.294,34
07/03/2015	Condomínio	757,23	2%	57.292336	1.176,50	07/03/2015	88,0000%	1.056,02	2.256,05
07/04/2015	Condomínio	757,23	2%	58.15745	1.159,00	07/04/2015	87,0000%	1.028,49	2.210,67
07/05/2015	Condomínio	757,23	2%	58.570367	1.150,82	07/05/2015	86,0000%	1.009,49	2.183,32
07/06/2015	Condomínio	774,73	2%	59.150213	1.165,88	07/06/2015	85,0000%	1.010,81	2.200,00
07/07/2015	Condomínio	757,23	2%	59.605669	1.130,84	07/07/2015	84,0000%	968,89	2.122,34
07/08/2015	Condomínio	757,23	2%	59.951381	1.124,31	07/08/2015	83,0000%	951,83	2.098,62
07/09/2015	Condomínio	757,23	2%	60.101259	1.121,51	07/09/2015	82,0000%	938,03	2.081,97
07/10/2015	Condomínio	757,23	2%	60.407775	1.115,82	07/10/2015	81,0000%	921,88	2.060,01
07/11/2015	Condomínio	757,23	2%	60.872914	1.107,29	07/11/2015	80,0000%	903,54	2.032,97
07/12/2015	Condomínio	757,23	2%	61.548603	1.095,14	07/12/2015	79,0000%	882,46	1.999,50
07/01/2016	Condomínio	757,23	2%	62.10254	1.085,37	07/01/2016	78,0000%	863,51	1.970,58
07/02/2016	Condomínio	757,23	2%	63.040288	1.069,22	07/02/2016	77,0000%	839,76	1.930,36
07/03/2016	Condomínio	757,23	2%	63.63917	1.059,16	07/03/2016	76,0000%	821,05	1.901,39
07/04/2016	Condomínio	757,23	2%	63.919182	1.054,52	07/04/2016	75,0000%	806,70	1.882,31
07/05/2016	Condomínio	757,23	2%	64.328264	1.047,82	07/05/2016	74,0000%	790,88	1.859,65
07/06/2016	Condomínio	757,23	2%	64.95868	1.037,65	07/06/2016	73,0000%	772,63	1.831,03
07/07/2016	Condomínio	757,23	2%	65.263985	1.032,79	07/07/2016	72,0000%	758,47	1.811,91
07/08/2016	Condomínio	757,23	2%	65.681674	1.026,23	07/08/2016	71,0000%	743,19	1.789,94
07/09/2016	Condomínio	757,23	2%	65.885287	1.023,05	07/09/2016	70,0000%	730,45	1.773,96
07/10/2016	Condomínio	757,23	2%	65.937995	1.022,24	07/10/2016	69,0000%	719,44	1.762,12
07/11/2016	Condomínio	757,23	2%	66.050089	1.020,50	07/11/2016	68,0000%	707,81	1.748,72
07/12/2016	Condomínio	757,23	2%	66.096324	1.019,79	07/12/2016	67,0000%	696,92	1.737,10
07/01/2017	Condomínio	757,23	2%	66.188858	1.018,36	07/01/2017	66,0000%	685,55	1.724,27
07/02/2017	Condomínio	757,23	2%	66.466851	1.014,10	07/02/2017	65,0000%	672,34	1.706,72
07/03/2017	Condomínio	757,23	2%	66.626371	1.011,67	07/03/2017	64,0000%	660,41	1.692,31
07/04/2017	Condomínio	757,23	2%	66.839575	1.008,45	07/04/2017	63,0000%	648,02	1.676,63
07/05/2017	Condomínio	757,23	2%	66.893046	1.007,64	07/05/2017	62,0000%	637,22	1.665,01
07/06/2017	Condomínio	757,23	2%	67.13386	1.004,03	07/06/2017	61,0000%	624,70	1.648,81
07/07/2017	Condomínio	757,23	2%	66.932458	1.007,05	07/07/2017	60,0000%	616,31	1.643,50
07/08/2017	Condomínio	757,23	2%	67.046243	1.005,34	07/08/2017	59,0000%	605,00	1.630,44
07/09/2017	Condomínio	757,23	2%	67.026129	1.005,64	07/09/2017	58,0000%	594,93	1.620,68
07/10/2017	Condomínio	757,23	2%	67.012723	1.005,84	07/10/2017	57,0000%	584,79	1.610,74
07/11/2017	Condomínio	757,23	2%	67.26067	1.002,13	07/11/2017	56,0000%	572,41	1.594,58

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 05/07/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
07/12/2017	Condomínio	757,23	2%	67.381739	1:000,33	07/12/2017	55,0000%	561,18	1.581,51
07/01/2018	Condomínio	757,23	2%	67.556931	997,74	07/01/2018	54,0000%	549,55	1.567,24
07/02/2018	Condomínio	757,23	2%	67.712311	995,45	07/02/2018	53,0000%	538,13	1.553,48
07/03/2018	Condomínio	757,23	2%	67.834193	993,66	07/03/2018	52,0000%	527,03	1.540,56
07/04/2018	Condomínio	757,23	2%	67.881676	992,97	07/04/2018	51,0000%	516,53	1.529,35
07/05/2018	Condomínio	757,23	2%	68.024227	990,89	07/05/2018	50,0000%	505,35	1.516,05
07/06/2018	Condomínio	757,23	2%	68.316731	986,64	07/06/2018	49,0000%	493,12	1.499,49
07/07/2018	Condomínio	757,23	2%	69.29366	972,73	07/07/2018	48,0000%	476,24	1.468,42
07/08/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	970,31	07/08/2018	47,0000%	465,16	1.454,87
07/09/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	970,31	07/09/2018	46,0000%	455,26	1.444,97
07/10/2018	Condomínio	757,23	2%	69.675294	967,40	07/10/2018	45,0000%	444,03	1.430,77
07/11/2018	Condomínio	757,23	2%	69.953995	963,55	07/11/2018	44,0000%	432,44	1.415,26
07/12/2018	Condomínio	757,23	2%	69.77911	965,96	07/12/2018	43,0000%	423,66	1.408,93
07/01/2019	Condomínio	757,23	2%	69.8768	964,61	07/01/2019	42,0000%	413,23	1.397,13
07/02/2019	Condomínio	757,23	2%	70.128356	961,15	07/02/2019	41,0000%	401,95	1.382,32
07/03/2019	Condomínio	757,23	2%	70.507049	955,99	07/03/2019	40,0000%	390,04	1.365,14
07/04/2019	Condomínio	757,23	2%	71.049953	948,69	07/04/2019	39,0000%	377,38	1.345,04
07/05/2019	Condomínio	757,23	2%	71.476252	943,03	07/05/2019	38,0000%	365,51	1.327,40
07/06/2019	Condomínio	757,23	2%	71.583466	941,62	07/06/2019	37,0000%	355,36	1.315,81
07/07/2019	Condomínio	757,23	2%	71.590624	941,52	07/07/2019	36,0000%	345,72	1.306,07
07/08/2019	Condomínio	757,23	2%	71.662214	940,58	07/08/2019	35,0000%	335,78	1.295,17
07/09/2019	Condomínio	757,23	2%	71.748208	939,45	07/09/2019	34,0000%	325,79	1.284,02
07/10/2019	Condomínio	757,23	2%	71.712333	939,92	07/10/2019	33,0000%	316,37	1.275,08
07/11/2019	Condomínio	757,23	2%	71.741017	939,55	07/11/2019	32,0000%	306,66	1.265,00
07/12/2019	Condomínio	757,23	2%	72.128418	934,50	07/12/2019	31,0000%	295,48	1.248,67
07/01/2020	Condomínio	757,23	2%	73.008384	923,24	07/01/2020	30,0000%	282,51	1.224,21
07/02/2020	Condomínio	757,23	2%	73.147099	921,49	07/02/2020	29,0000%	272,57	1.212,48
07/03/2020	Condomínio	757,23	2%	73.271449	919,92	07/03/2020	28,0000%	262,72	1.201,03
07/04/2020	Condominio	757,23	2%	73.403337	918,27	07/04/2020	27,0000%	252,89	1.189,52
07/05/2020	Condomínio	757,23	2%	73.234509	920,39	07/05/2020	26,0000%	244,08	1.182,87
07/06/2020	Condomínio	757,23	2%	73.051422	922,69	07/06/2020	25,0000%	235,28	1.176,42
07/07/2020	Condomínio	757,23	2%	73.270576	919,93	07/07/2020	24,0000%	225,19	1.163,51
07/08/2020	Condomínio	757,23	2%	73.592966	915,90	07/08/2020	23,0000%	214,86	1.149,07
07/09/2020	Condomínio	757,23	2%	73.8579	912,62	07/09/2020	22,0000%	204,79	1.135,66
07/10/2020	Condomínio	757,23	2%	74.500463	904,75	07/10/2020	21,0000%	193,79	1.116,63
07/11/2020	Condomínio	757,23	2%	75.163517	896,77	07/11/2020	20,0000%	182,94	1.097,64
07/12/2020	Condomínio	757,23	2%	75.87757	888,33	07/12/2020	19,0000%	172,15	1.078,24
07/01/2021	Condomínio	757,23	2%	76.985382	875,54	07/01/2021	18,0000%	160,74	1.053,79
07/02/2021	Condomínio	757,23	2%	77.193242	873,19	07/02/2021	17,0000%	151,41	1.042,06
07/03/2021	Condomínio	757,23	2%	77.826226	866,09	07/03/2021	16,0000%	141,34	1.024,75
07/04/2021	Condomínio	757,23	2%	78.495531	858,70	07/04/2021	15,0000%	131,38	1.007,25
07/05/2021	Condominio	757,23	2%	78.793814	855,45	07/05/2021	14,0000%	122,15	994,70
07/06/2021	Condomínio	757,23	2%	79.550234	847,32	07/06/2021	13,0000%	112,35	976,61
07/07/2021	Condomínio	757,23	2%	80.027535	842,26	07/07/2021	12,0000%	103,09	962,19
07/08/2021	Condomínio	757,23	2%	80.843815	833,76	07/08/2021	11,0000%	93,54	943,97
07/09/2021	Condomínio	757,22	2%	81.55524	826,47	07/09/2021	10,0000%	84,29	927,28
07/10/2021	Condomínio	757,22	2%	82.533902	816,67	07/10/2021	9,0000%	74,97	907,97
07/11/2021	Condomínio	757,22	2%	83.491295	807,31	07/11/2021	8,0000%	65,87	889,32
07/12/2021	Condomínio	842,24	2%	84.192621	890,47	07/12/2021	7,0000%	63,57	971,84
07/01/2022	Condomínio	1.192,24	2%	84.807227	1.251,38	07/01/2022	6,0000%	76,58	1.352,98
07/02/2022	Condomínio	1.192,24	2%	85.375435	1.243,05	07/02/2022	5,0000%	63,39	1.331,30
07/03/2022	Condomínio	1.192,24	2%	86.229189	1.230,75	07/03/2022	4,0000%	50,21	1.305,57
07/04/2022	Condomínio	842,24	2%	87.703708	854,82	07/04/2022	3,0000%	26,15	898,06
07/05/2022	Condomínio	842,24	2%	88.615826	846,03	07/05/2022	2,0000%	17,25	880,20
07/06/2022	Condomínio	842,24	2%	89.014597	842,24	07/06/2022	1,0000%	8,59	867,67
	Subtotal:	**111.953,18**			**175.193,55**			**172.499,45**	**351.195,99**

Padrão de Cálculo:

CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/07/2022
- Multiplicador do Cálculo: 89.014597

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/07/2022.

Total do Principal Corrigido: 178.718,05
Total de Multas: 3.502,99

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 05/07/2022 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total

- Taxa: 1% ao Mês Simples.

C. FINAIS:
- Taxa Judiciária (R$3.547,20) + Despesas (R$1.241,96) Total Taxas: 4.789,16

Total de Juros:	172.499,45
Total de Despesas Processuais:	0,00
Subtotal:	354.720,49
+ C. Finais	4.789,16
+ Honorários 10%	35.119,59
Total do Cálculo:	**394.629,24**
+ Multa 10% CPC Art.523	39.462,89
+ Honorários 10% CPC Art.523	39.462,89
Total do Cálculo com Art.523:	**473.555,02**

643

JUNTADA

Em 29 de 07 2022, junto a estes autos:

(X) PETIÇÕES DIVERSAS

( ) CONTESTAÇÃO

( ) RECURSO (Apelação, Recurso Adesivo e Embargos de Declaração)

( ) CONTRARRAZÕES DE RECURSO

( ) MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( ) positivo ( ) negativo

( ) LAUDO PERICIAL

( ) CARTA PRECATÓRIA ( ) positiva ( ) negativa

( ) DOCUMENTOS DIVERSOS:

( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) MLJ ( ) OFÍCIO

() CARTA DEVOLVIDA PELO CORREIO NEGATIVA

Eu,(Alice Maria S. Reginal),( ) Coordenador/Chefe de Seção/Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 – Santa Rosa – Guarujá/SP – CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 – CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 28/07/2022 Escr.

Processo nº: 0010479-53.2009.8.26.0223

Partes: CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE em face de **ADÃO MARCIO BERGAMIM**

REF. CADASTRO Nº: 3-0027-001-045

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora, nos autos da ação de **PROCEDIMENTO SUMÁRIO** movido por **CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** em face de **ADÃO MARCIO BERGAMIM,** diante da designação de novo leilão do imóvel para **15/07/2022**, requerer a juntada dos demonstrativos de débitos atualizados que seguem em anexo e comprovar a distribuição de novas execuções fiscais.

Cadastro **3-0027-001-045:**

- **1507350-82.2017.8.26.0223;**
- **1505992-14.2019.8.26.0223;**
- **1507091-82.2020.8.26.0223;**
- **1506445-38.2021.8.26.0223.**

Informa e comprova que atualmente o **débito tributário** do cadastro **3-0027-001-045** é de **R$ 225.880,24 (duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)** composto de **R$ 219.274,43 (duzentos e dezenove mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos) já inscritos em dívida ativa** e **R$ 6.605,81 (seis mil seiscentos e cinco reais e oitenta e um centavos)** referente IPTU do ao ano de 2022, valores atualizados até julho de 2022, **sem prejuízo do acréscimo de eventuais valores devidos até a data do efetivo levantamento.**

Termos em que
Pede deferimento.

Guarujá, 15 de julho de 2022.

Eduardo Spolon
OAB/SP nº 298.541
Procurador Municipal
Prontuário nº 21366

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

João Vitor dos Santos Vieira
Estagiário da Procuradoria Municipal

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Proprietário ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido R$ 219.274,43

Zona	Ano Base	Exerc.	Tributo	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp. Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Imp. Predial	Execut Cód 9	19900/2003	1.739,99	1.025,64	11.589,73	3.388,21	17.743,57	1.774,35	13,87	19.531,79	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: **05100266920078260223**	
3	2004	2004	Imp. Predial	Execut Cód 9	19912/2004	2.201,52	1.198,58	12.979,67	3.791,40	20.171,17	2.017,11	0,00	22.188,28	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: **05100266920078260223**	
3	2005	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	9110/2008	2.410,92	1.243,41	12.720,00	3.806,60	20.180,93	2.018,09	8,07	22.207,09	045973/2009
													Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**	
3	2006	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	46899/2008	2.553,72	1.251,21	12.043,73	3.702,77	19.551,43	1.955,14	0,00	21.506,57	045973/2009
													Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**	
3	2009	2009	Imp. Predial	Execut Cód 9	50802/2009	2.832,66	1.213,46	9.496,03	3.235,09	16.777,24	1.677,72	7,84	18.462,80	021618/2012
													Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**	
3	2011	2011	Imp. Predial	Execut Cód 9	46294/2011	526,66	205,42	1.314,69	500,44	2.547,21	254,72	0,00	2.801,93	021618/2012
													Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**	
3	2012	2012	Imp. Predial	Execut Cód 9	14716/2012	1.404,00	514,30	3.034,60	1.167,70	6.120,60	612,06	8,19	6.740,85	010704/2014
													Proc. Unificado: **05086950820148260223**	
3	2013	2013	Imp. Predial	Execut Cód 9	24410/2013	3.569,80	1.238,28	6.774,80	2.621,93	14.204,81	1.420,48	0,00	15.625,29	010704/2014
													Proc. Unificado: **05086950820148260223**	
3	2014	2014	Imp.	Execut	7670/2015	3.612,55	1.189,92	5.796,33	2.337,49	12.936,29	1.293,62	21,05	14.250,96	

647

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

			Predial	Cód 9									
												Proc. Unificado: **15125946020158260223**	
3	2015	2015	Imp. Predial	Execut Cód 9	10428/2016	3.841,42	1.190,27	5.083,81	2.110,38	12.225,88	1.222,58	21,05	13.469,51
												Proc. Unificado: **15033559520168260223**	
3	2016	2016	Imp. Predial	Execut Cód 9	9522/2017	4.238,00	1.190,79	4.371,52	1.716,40	11.516,71	1.151,67	19,44	12.687,82
												Proc. Unificado: **15073508220178260223**	
3	2017	2017	Imp. Predial	Execut Cód 9	9878/2018	4.597,05	1.193,40	3.664,75	1.369,95	10.825,15	1.082,51	17,60	11.925,26
												Proc. Unificado: **15059921420198260223**	
3	2018	2018	Imp. Predial	Execut Cód 9	9413/2019	4.832,90	1.195,09	2.953,12	1.143,02	10.124,13	1.012,41	0,00	11.136,54
												Proc. Unificado: **15059921420198260223**	
3	2019	2019	Imp. Predial	Execut Cód 9	9312/2020	4.876,83	1.144,57	2.131,96	846,49	8.999,85	899,98	16,93	9.916,76
												Proc. Unificado: **15070918220208260223**	
3	2020	2020	Imp. Predial	Execut Cód 9	9646/2021	5.068,69	1.145,07	1.455,33	657,14	8.326,23	832,62	16,30	9.175,15
												Proc. Unificado: **15064453820218260223**	
3	2021	2021	Imp. Predial	Simples	10001/2022	5.264,59	1.146,38	769,10	467,76	7.647,83	0,00	0,00	7.647,83
Total						**53.571,30**	**17.285,79**	**96.179,17**	**32.862,77**	**199.899,03**	**19.225,06**	**150,34**	**219.274,43**
TOTAL EM DÉBITO													**219.274,43**

O valor do DARE-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

624

Cobranças 2ª Via - Impressão de Segunda Via de IPTU

Emissão 0 de 2022

Cadastro	3-0027-001-045
Exercício	2022
Ano Base	2022
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário / Outros	
Endereço do Imóvel	AV DOM PEDRO I, 719 - APTO 95 - GUARUJA/SP
Nº Parcelas	12
Status	Emitido

Contribuição Voluntária

Tipo	Data de Vencimento	Valor Lançado	
BEM ESTAR ANIMAL	23/12/2022	R$ 12,00	**Boleto**

Parcelas

☐	Parcela	Data de Vencimento	Valor Lançado	Valor Devido	
	ÚNICA	04/02/2022	R$ 5.889,39	R$ 5.889,39	Expirada
☐	1	04/02/2022	R$ 490,81	R$ 618,41	**Boleto**
☐	2	15/02/2022	R$ 490,78	R$ 613,46	**Boleto**
☐	3	15/03/2022	R$ 490,78	R$ 608,56	**Boleto**
☐	4	12/04/2022	R$ 490,78	R$ 608,56	**Boleto**
☐	5	10/05/2022	R$ 490,78	R$ 603,65	**Boleto**
☐	6	09/06/2022	R$ 490,78	R$ 598,74	**Boleto**
☐	7	12/07/2022	R$ 490,78	R$ 500,53	**Boleto**
☐	8	10/08/2022	R$ 490,78	R$ 490,78	**Boleto**
☐	9	08/09/2022	R$ 490,78	R$ 490,78	**Boleto**
☐	10	11/10/2022	R$ 490,78	R$ 490,78	**Boleto**
☐	11	10/11/2022	R$ 490,78	R$ 490,78	**Boleto**
☐	12	08/12/2022	R$ 490,78	R$ 490,78	**Boleto**

Forma de pagamento disponível para as parcelas selecionadas: Cartão de crédito

Todos os Boletos (Parcelas em Aberto)

IPTU Digital

Imprimir Folhas de Informações - 2022

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com Mozilla Firefox

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
44.959.021/0001-04
Rua Azuil Loureiro, 691, Santa Rosa - CEP -, GUARUJÁ-SP

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ,** CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL **3-0027-001-045**

EXECUTADO: Adao Marcio Bergamin CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
Adao Marcio Bergamin	CPF 809.321.698-72	Avenida Dom Pedro I 719 Apto 95 Bairro:Jd. Sao Miguel Guarujá/SP 11440-000
Adao Marcio Bergamin	CPF 809.321.698-72	Av Dom Pedro I 00719 Apto 95 Bairro:Jd. Sao Miguel Guarujá/SP 11440-000

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	9.522/2017	2016	2016	4.238,00	5.986,39
			TOTAL	4.238,00	5.986,39

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos temos do art. 172, § 2º, do Código de processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.
A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o bloqueio no BACENJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s)
B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, arresto no BACENJUD arresto on line do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art. 653, CPC), com posterior conversão em penhora.
C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.
D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da panhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). CAso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel
E) A fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio deósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. GUARUJÁ, 05/05/2017

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal - OAB/SP Nº 197.737

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO HENRIQUE TETTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 15/05/2017 às 11:02 , sob o número 15073508220178260223.

650

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.522/2017

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
9.522/2017	21/01/2017	593	281

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
Adao Marcio Bergamin	**3-0027-001-045**	**48468**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **Av Dom Pedro I, 00719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP 11440-000**	**2016**	**2016**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
Adao Marcio Bergamin	CPF 809.321.698-72	Av Dom Pedro I 00719 Apto 95 Bairro:Jd. Sao Miguel Guarujá/SP 11440-000
Adao Marcio Bergamin	CPF 809.321.698-72	Avenida Dom Pedro I 719 Apto 95 Bairro:Jd. Sao Miguel Guarujá/SP 11440-000

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	4.238,00	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
21/01/2017			REAL (R$)
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
6	13/06/2016	353,17	29,10	76,45	30,58	489,30
1	22/01/2016	353,13	29,23	76,45	45,87	504,68
2	11/02/2016	353,17	29,10	76,45	45,87	504,59
3	11/03/2016	353,17	29,10	76,45	42,05	500,77
4	11/04/2016	353,17	29,10	76,45	38,23	496,95
5	11/05/2016	353,17	29,10	76,45	34,40	493,12
7	11/07/2016	353,17	29,10	76,45	26,76	485,48
11	11/11/2016	353,17	29,10	76,45	11,47	470,19
8	11/08/2016	353,17	29,10	76,45	22,94	481,66
9	12/09/2016	353,17	29,10	76,45	19,11	477,83
10	11/10/2016	353,17	29,10	76,45	15,29	474,01
12	12/12/2016	353,17	29,10	76,45	7,65	466,37
TOTAL		**4.238,00**	**349,33**	**917,40**	**340,22**	**5.844,95**

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.522/2017

DATA: 09 de maio de 2017

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

652

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
44.959.021/0001-04
Rua Azuil Loureiro, 691, Santa Rosa, Guarujá/SP, CEP 11430-110

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ,** CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL 3-0027-001-045

EXECUTADO:Adao Marcio Bergamin CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	9413/2019	2018	2018	R$ 4.832,90	R$ 6.589,53
IMP. PREDIAL	9878/2018	2017	2017	R$ 4.597,05	R$ 6.345,28
			TOTAL	R$ 9.429,95	R$ 12.934,81

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos temos do art. 172, § 2º, do Código de processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.
A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, o bloqueio no BACENJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s)
B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, arresto no BACENJUD arresto on line do imóvel, preferencialmente aquele relacionado à tributação, se o caso, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art. 653, CPC), com posterior conversão em penhora.
C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.
D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da penhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). Caso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel
E) A Fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio depósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. Guarujá. 20/03/2019.

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal –OAB/SP Nº 197.737

ste documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO HENRIQUE TETTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/03/2019 às 14:11 , sob o número 15059921420198260022

653

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.878/2018

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
9.878/2018	08/01/2018	633	70

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
Adao Marcio Bergamin	**3-0027-001-045**	**48837**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **Av Dom Pedro I, 00719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP 11440-000**	**2017**	**2017**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	4.597,05	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO REAL (R$)
08/01/2018			
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	27/01/2017	383,06	19,05	80,42	48,25	530,78
2	10/02/2017	383,09	19,02	80,42	44,23	526,76
3	10/03/2017	383,09	19,02	80,42	40,21	522,74
4	11/04/2017	383,09	19,02	80,42	36,19	518,72
5	11/05/2017	383,09	19,02	80,42	32,17	514,70
6	13/06/2017	383,09	19,02	80,42	28,15	510,68
7	13/07/2017	383,09	19,02	80,42	24,13	506,66
8	11/08/2017	383,09	19,02	80,42	20,11	502,64
9	12/09/2017	383,09	19,02	80,42	16,08	498,61
10	11/10/2017	383,09	19,02	80,42	12,06	494,59
11	10/11/2017	383,09	19,02	80,42	8,04	490,57
	11/12/2017	383,09	19,02	37,15	4,02	443,28
TOTAL		**4.597,05**	**228,27**	**921,77**	**313,64**	**6.060,73**

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 20 de março de 2019

654

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.878/2018

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

655

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.413/2019

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
9.413/2019	08/01/2019	672	254

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
Adao Marcio Bergamin	**3-0027-001-045**	**49445**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **Avenida Dom Pedro I, 719, Apto 95, Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP 00000-000**	**2018**	**2018**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **Av Dom Pedro I, Nº.: 00719, Apto 95, Bairro: Jd. Sao Miguel, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	4.832,90	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO REAL (R$)
08/01/2019			
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	24/01/2018	402,76	21,58	84,86	50,92	560,12
2	09/02/2018	402,74	21,57	84,86	46,67	555,84
3	09/03/2018	402,74	21,57	84,86	42,43	551,60
4	10/04/2018	402,74	21,57	84,86	38,19	547,36
5	09/05/2018	402,74	21,57	84,86	33,94	543,11
6	08/06/2018	402,74	21,57	84,86	29,70	538,87
7	10/07/2018	402,74	21,57	84,86	25,46	534,63
8	09/08/2018	402,74	21,57	84,86	21,22	530,39
9	11/09/2018	402,74	21,57	84,86	16,97	526,14
10	09/10/2018	402,74	21,57	84,86	12,73	521,90
11	09/11/2018	402,74	21,57	84,86	8,49	517,66
	11/12/2018	402,74	21,57	39,20	4,24	467,75
TOTAL		**4.832,90**	**258,85**	**972,66**	**330,96**	**6.395,37**

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 20 de março de 2019

656

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.413/2019

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

PREFEITURA DE Guarujá

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

657

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ,** CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL 3-0027-001-045

EXECUTADO:ADAO MARCIO BERGAMIN CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: AV DOM PEDRO I, Nº.: 00719, APTO 95, Bairro: JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	9312/2020	2019	2019	R$ 4.876,83	R$ 6.607,21
			TOTAL	R$ 4.876,83	R$ 6.607,21

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, autorizando, se necessário a realização das diligências nos temos do art. 172, § 2º, do Código de processo Civil, além do previsto no art. 7º da LEF.
A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, **penhora *on line* (ofício eletrônico) do imóvel**, preferencialmente aquele relacionado à tributação (Ex.: IPTU, taxas, ITBI, contribuição de melhorias, etc), se o caso, o bloqueio no BACENJUD, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s).
B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, **penhora *on line* (ofício eletrônico) do imóvel**, preferencialmente aquele relacionado à tributação (Ex.: IPTU, taxas, ITBI, contribuição de melhorias, etc), se o caso, o bloqueio no BACENJUD, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (art. 653, CPC), com posterior conversão em penhora.
C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.
D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da penhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). Caso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel
E) A Fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio depósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se a causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. Guarujá. 20/10/2020.

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal –OAB/SP Nº 197.737

este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO HENRIQUE TETTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/10/2020 às 14:06 , sob o número 15070918220208260022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.312/2020

658

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
9.312/2020	17/01/2020	714	228

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**49530**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **AVENIDA DOM PEDRO I, 719, APTO 95, JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP 11440-000**	**2019**	**2019**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **AV DOM PEDRO I, Nº.: 00719, APTO 95, Bairro: JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	4.876,83	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
17/01/2020			REAL (R$)
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	29/01/2019	406,43	15,79	84,43	50,66	557,31
2	15/02/2019	406,40	15,79	84,43	50,66	557,28
3	15/03/2019	406,40	15,79	84,43	46,44	553,06
4	10/04/2019	406,40	15,79	84,43	42,22	548,84
5	09/05/2019	406,40	15,79	84,43	38,00	544,62
6	07/06/2019	406,40	15,79	84,43	33,78	540,40
7	10/07/2019	406,40	15,79	84,43	29,55	536,17
8	09/08/2019	406,40	15,79	84,43	25,33	531,95
9	11/09/2019	406,40	15,79	84,43	21,11	527,73
10	09/10/2019	406,40	15,79	84,43	16,89	523,51
11	08/11/2019	406,40	15,79	84,43	12,67	519,29
12	11/12/2019	406,40	15,79	84,43	8,44	515,06
TOTAL		**4.876,83**	**189,48**	**1.013,16**	**375,75**	**6.455,22**

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 20 de outubro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.312/2020

659

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

PREFEITURA DE Guarujá

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

660

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ,** CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL 3-0027-001-045

EXECUTADO:ADAO MARCIO BERGAMIN CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: AV DOM PEDRO I, Nº.: 00719, APTO 95, Bairro: JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	9646/2021	2020	2020	R$ 5.068,69	R$ 6.910,30
			TOTAL	R$ 5.068,69	R$ 6.910,30

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, realizando, se necessário, as diligências nos temos do **art. 212, § 2º**, do CPC, além do previsto no art. 7º da LEF.

A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, **penhora *on line* (ofício eletrônico) do imóvel**, preferencialmente aquele relacionado à tributação (Ex.: IPTU, taxas, ITBI, contribuição de melhorias, etc), se o caso, o bloqueio no BACENJUD, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s).

B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, **penhora *on line* (ofício eletrônico) do imóvel**, preferencialmente aquele relacionado à tributação (Ex.: IPTU, taxas, ITBI, contribuição de melhorias, etc), se o caso, o bloqueio no BACENJUD, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (**art. 830, CPC**), com posterior conversão em penhora.

C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.

D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da penhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). Caso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel

E) A Fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio depósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se à causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. Guarujá. 10/06/2021.

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal –OAB/SP Nº 197.737

te documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME HENRIQUE DE ABREU IMAKAWA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2021 às 12:35 , sob o número 15064453820218260022

661

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.646/2021

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
9.646/2021	20/01/2021	754	12

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**49704**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **AVENIDA DOM PEDRO I, 719, APTO 95, JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP 11440-000**	**2020**	**2020**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **AV DOM PEDRO I, Nº.: 00719, APTO 95, Bairro: JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	5.068,69	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
20/01/2021		**[nuProcessoAdm]**	REAL (R$)
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	23/01/2020	422,51	15,82	87,63	52,58	578,54
2	13/02/2020	422,38	15,81	87,63	52,58	578,40
3	12/03/2020	422,38	15,81	87,63	48,20	574,02
4	08/04/2020	422,38	15,81	87,63	43,82	569,64
5	07/05/2020	422,38	15,81	87,63	39,44	565,26
6	09/06/2020	422,38	15,81	87,63	35,06	560,88
7	08/07/2020	422,38	15,81	87,63	30,67	556,49
8	11/08/2020	422,38	15,81	87,63	26,29	552,11
9	10/09/2020	422,38	15,81	87,63	21,91	547,73
10	08/10/2020	422,38	15,81	87,63	17,53	543,35
11	10/11/2020	422,38	15,81	87,63	13,15	538,97
12	10/12/2020	422,38	15,81	87,63	8,76	534,58
TOTAL		**5.068,69**	**189,73**	**1.051,56**	**389,99**	**6.699,97**

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 10 de junho de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.646/2021

668

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

663

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

C.D.A. Nº 10001 / 2022

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
10001	12/01/2022	795	101

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV.NOTIFICAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**49920**	**0**
CNPJ/CPF Nº 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **AV DOM PEDRO I, 00719**	**2021**	**2021**	
APTO 95	NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL
JD. SAO MIGUEL GUARUJÁ-SP 11440-000	**2-IMP.PREDIAL URBANO**	**R$ 4.684,99**	**LC 38/97 7 A 39**
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**3-TX REMOCAO LIXO**	**R$ 579,60**	**LC 38/97 160 A 178**
AV DOM PEDRO I, 00719 APTO 95			
JD. SAO MIGUEL GUARUJA-SP 11440-000			
CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO			
CNPJ/CPF Nº			
	DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	**12/01/2022**		MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
	PROC.ADM.Nº	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	REAL (R$)
OBSERVAÇÃO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	21/01/2021	438,78	38,98	95,55	57,33	630,64
2	11/02/2021	438,71	38,98	95,53	57,32	630,54
3	11/03/2021	438,71	38,98	95,53	52,55	625,77
4	08/04/2021	438,71	38,98	95,53	47,77	620,99
5	11/05/2021	438,71	38,98	95,53	42,99	616,21
6	10/06/2021	438,71	38,98	95,53	38,22	611,44
7	08/07/2021	438,71	38,98	95,53	33,44	606,66
8	10/08/2021	438,71	38,98	95,53	28,66	601,88
9	09/09/2021	438,71	38,98	95,53	23,88	597,10
10	07/10/2021	438,71	38,98	95,53	19,11	592,33
11	10/11/2021	438,71	38,98	95,53	14,33	587,55
12	09/12/2021	438,71	38,98	95,53	9,55	582,77
TOTAL		5.264,59	467,76	1.146,38	425,15	7.303,88

LEGISLAÇÃO

BASE LEGAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97

CORREÇÃO MONETÁRIA

É A VARIAÇÃO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJÁ) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97

MULTA

MULTA MORATÓRIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRÊS CENTÉSIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATÉ O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CRÉDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE

JUROS

1% (UM POR CENTO) AO MÊS OU FRAÇÃO, SOBRE O VALOR ORIGINÁRIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA:

Emitente: Reginaldo Oliveira dos Santos
Superintendente de Arrecadação e Escrituração da Dívida Ativa

664

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS. Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – que COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 15/07/2022 as 16:00h, com encerramento no dia 18/07/2022 as 16:00h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 18/072022 as 16:01h, e encerramento dia 09/08/2022 as 16:00h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pelo leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin (habilitado pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão ao leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito em conta judicial no Banco Brasil, agência 6687-7 em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 (R. 63) do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 651.759,35** (seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para 05/2022. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 446.385,07** (quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) (04/2022 – fls. 588/591). Consta débito de IPTU no valor de **R$ 217.414,30** (duzentos e dezessete mil quatrocentos e quatorze reais e noventa e trinta centavos) (05/2022). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 13 de maio de 2022.

C.T.M. - Cadastro imobiliário - Todas as inscrições

Filtros (+) **Zona:** 3 | **Setor:** 0027 | **Lote:** 001 | **Unidade:** 045

| Página 1 de 1 | Total de 1 registros |

Inscrição	Proprietário	Compromissário / Outros	Endereço	Uso	
3.0027.001.045	ADAO MARCIO BERGAMIN		AV DOM PEDRO I, NUM: 719, EMPL: 00719 - APTO 95	05 - Edificado	

<< Anterior | Próxima >>

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com Mozilla Firefox

667

JUNTADA

Em 17 de AGOSTO de 2022, junto a estes autos:

(X) a petição
( ) o ofício
( ) a carta precatória
( ) o aviso de recebimento
( ) o mandado
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento
que segue(m).

Eu, _____, escrevente, subscrevi.

2999/08

fls. 780

668

LECAPE LEILÕES

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 2ª PRAÇA

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Nº de ordem 2999/2009
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Em nove de agosto de dois mil e vinte e dois foi levado à leilão através do portal do Gestor LECAPE LEILÕES (www.lecape.com.br), o bem penhorado no processo em epígrafe, ao seu final, restando **SEM LANCES**.

É o que cumpria informar.

Guarujá, 11 de agosto de 2022.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

Certifico que no Cad/PAS:
Cadastro Unificado/Outro
Curtui/Exclui Cadastrado
Registrei Sentença

669 fls. 781

JUNTADA

Em 04 de ____ de 2022, junto a estes autos:

(X) a petição
( ) o ofício
( ) a carta precatória
( ) o aviso de recebimento
( ) o mandado
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento
que segue(m).

Eu, Pedro Daniel, escrevente, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Ordem nº 2999/09

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a **ADÃO MÁRCIO BERGAMIN-95A**, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, diante da ausência de licitantes, requerer o regular prosseguimento do feito com designação de novas datas para a realização de **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO**.

Requer, ainda:

a) A intimação do devedor na pessoa de seu procurador, pela imprensa oficial, na forma autorizada pela legislação em vigor;

b) A intimação pessoal da co-titular do bem, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, por meio de mandado à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 – Guarujá/SP;

c) A intimação postal da titular do domínio Guarujá Veículos Construções Ltda., à Av. Dom Pedro I nº 1783 – sala 501 – Guarujá/SP;

d) Seja expedido edital para intimação das pessoas acima indicadas, e dos demais interessados, na forma da lei.

P. Deferimento.
Guarujá, 30 de setembro de 2022.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Certifico que no SAJ/PG5:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/Excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 20220122 Escr

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ FORO DE GUARUJÁ 1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 08/11/2022, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. NUMERO DE ORDEM 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 670: Intime-se o leiloeiro LEONARDO DE CAMPOS PENIN, para agendar novas data para realização das praças.

Intime-se.

Guaruja, 08 de novembro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000005S3G3.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0897/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 10/11/2022. Considera-se a data de publicação em 11/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
14/11/2022 à 14/11/2022 - Suspensão de expediente (Prov. CSM 2641/2021) - Suspensão
15/11/2022 - Proclamação da República (Prov. CSM 2641/2021) - Prorrogação

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 670: Intime-se o leiloeiro LEONARDO DE CAMPOS PENIN, para agendar novas data para realização das praças. Intime-se."

Guarujá, 10 de novembro de 2022.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

fls. 789
679

Despacho processo 0012410-57.2010.8.26.0223

ANA CRISTINA NOSSACK <apricoli@tjsp.jus.br>
Seg, 21/11/2022 15:14
Para: dalma.ferreira@adv.oabsp.org.br <dalma.ferreira@adv.oabsp.org.br>

Boa tarde!

Em cumprimento á r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, intimo Vossa Senhoria da decisão que segue

"*Vistos.*

Fls. 328: Pedido de digitalização dos autos, ciência às partes.

Solicite-se, por e-mail, esclarecimentos quanto ao pedido de digitalização dos autos, uma vez que não consta nos autos procuração em favor da peticionária.

Intime-se."

Esclareço à Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art 237, redação dada pela lei nº 11.419, de 2006).

att.
Ana Cristina Nossack
Escrevente técnico judiciário

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ- SP.

Leonardo de Campos Penin, leiloeiro oficial do Estado de São Paulo, matriculado na JUCESP sob nº 927, advogado inscrito na OAB/SP nº 177.754, com endereço a Rua Oswaldo Cochrane, 289 no Embaré em Santos-SP, tel. (13) 3219-2042, vem, através desta autorizar **RAFAELLA GIRARDELI E SOUSA**, estagiária, inscrita no CPF n° 509.603.558-12, a retirar em seu nome em carga o processo 0010479-53.2009.8.26.0223.

Termos em que,

pede deferimento.

Guarujá, 18 de novembro de 2022.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN

OAB 177.754

Foro de Guarujá
Comprovante de Remessa

Emitido em : 23/11/2022 - 13:47:40
Página: 1 de 1

Lote : 223.2022.00019411
Remetido : 23/11/2022

Origem : Cartório da 1ª Vara Cível
Destino : Leonardo de Campos Penin

Tipo de carga: Processo

Ord	Processo	Classe	Partes principais	Volumes	Folhas
1	0010479-53.2009.8.26.0223	Procedimento Sumário	Condominio Residencial Mussa Gaze x Adão Marcio Bergamim	3	

Total : 1

Recebido em 08/12/22 Hora : 14 : 57 Por : Pedro Daniel Assinatura : Rafaella G.

Observação : Carga retirada pela estagiária Rafaella Girardeli e Souza, devidamente autorizada pelo leiloeiro, Dr. Leonardo de Campos Penin. Retirado os autos e volumes.

JUNTADA

Em 12 de 12 de 22, junto a estes autos:

(X) a petição
( ) o ofício
( ) a carta precatória
( ) o aviso de recebimento
( ) o mandado
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) as peças do agravo de instrumento
que segue(m).

Eu, Fabio David, escrevente, subscrevi.

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

223 FGJA.22.00024559-9 081222 1426 648

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Leonardo de Campos Penin, leiloeiro oficial, vem informar que compulsando os autos verificou-se a falta da matrícula atualizada e do cálculo atualizado da dívida, para confecção do edital marcando as datas das praças.

Requer que o patrono do autor seja intimado a juntar aos autos tais documentos, bem como para agilizar o andamento processual que seja encaminhada essa documentação para o e-mail contato@lecape.com.br.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 29 de novembro de 2022.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 03/05/2023, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. Numero de ordem 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gustavo Gonçalves Alvarez**

Vistos.

Fls. 677: Providencie o autor matricula atualizada do imóvel, bem como calculo atualizado da divida para confecção do edital.

Sem prejuízo, para agilizar o andamento processual encaminhar cópia da documentação para o e-mail: contato@lecape.com.br.

Intime-se.

Guaruja, 03 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THOMAZ CORREA FARQUI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000634V8.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0350/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 05/05/2023. Considera-se a data de publicação em 08/05/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 677: Providencie o autor matricula atualizada do imóvel, bem como calculo atualizado da divida para confecção do edital. Sem prejuízo, para agilizar o andamento processual encaminhar cópia da documentação para o e-mail: contato@lecape.com.br. Intime-se."

Guarujá, 8 de maio de 2023.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO E3TADO DE SÂO PAULO

Juízo de Direito da 1° Vara Cível de Guarujá

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá - tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 29 de 05 de **2023**, junto a estes autos:

(X) _____petição(ões)

( ) a contestação apresentada (advogado cadastrado no SAJ nesta data)

( ) o ofício

( ) a carta precatória ( ) positiva ( ) negativa

( ) o aviso de recebimento ( ) citação ( ) intimação

( ) positivo ( ) negativo

( ) o mandado ( ) positivo ( ) negativo

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial liquidado

( ) o laudo pericial

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) mensagem eletrônica (email)

( ) outros (_____)

Eu, Pedro Daniel (Pedro Daniel) Estagiário de Nível Superior, subscrevi.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA que promove em desfavor de **ADÃO MARCIO BERGAMIM – 95A,** que tramita por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, requerer a juntada da certidão de matrícula do imóvel atualizada e do cálculo atualizado da dívida e informar que encaminhou para o e-mail contato@lecape.com.br.

P. Deferimento.
Guarujá, 12 de maio de 2023.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

223 FOLHA.23.00008875-0 18/05/23 16:33 478

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
				PRINCIPAL - CUSTAS					
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	1.346,00			0,00	1.346,00
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	82,27			0,00	82,27
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	79,50			0,00	79,50
25/03/2011	Custas	36,36		44.834327	74,22			0,00	74,22
21/10/2011	Custas	20,00		46.214289	39,61			0,00	39,61
09/02/2012	Custas	20,00		47.103239	38,86			0,00	38,86
23/08/2012	Custas	40,95		48.268754	77,65			0,00	77,65
03/09/2012	Custas	40,74		48.485963	76,90			0,00	76,90
17/12/2014	Custas	50,00		55.465502	82,50			0,00	82,50
08/01/2015	custas	127,50		55.809388	209,10			0,00	209,10
05/09/2017	Custas	1.111,23		67.026129	1.517,45			0,00	1.517,45
	Subtotal:	**2.125,42**			**3.624,06**			**0,00**	**3.624,06**
				PRINCIPAL - DÉBITO CONDOMINIAL					
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	944,77	01/12/2004	221,0000%	2.129,68	3.093,34
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	936,71	01/01/2005	220,0000%	2.101,96	3.057,40
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	931,40	01/02/2005	219,0000%	2.080,54	3.030,56
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	927,32	01/03/2005	218,0000%	2.061,97	3.007,83
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	918,04	01/04/2005	217,0000%	2.031,98	2.968,38
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	778,88	01/06/2005	215,0000%	1.708,06	2.502,51
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	851,20	01/09/2005	212,0000%	1.840,62	2.708,84
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	1.153,22	01/12/2005	209,0000%	2.458,42	3.634,70
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	1.123,59	01/01/2006	208,0000%	2.383,80	3.529,86
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	994,71	01/02/2006	207,0000%	2.100,22	3.114,82
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	992,42	01/03/2006	206,0000%	2.085,25	3.097,51
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	953,78	01/05/2006	204,0000%	1.984,61	2.957,46
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	952,54	01/06/2006	203,0000%	1.972,32	2.943,91
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	987,97	01/07/2006	202,0000%	2.035,59	3.043,31
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	986,89	01/08/2006	201,0000%	2.023,30	3.029,92
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	987,09	01/09/2006	200,0000%	2.013,66	3.020,49
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	985,51	01/10/2006	199,0000%	2.000,38	3.005,60
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	977,18	01/12/2006	197,0000%	1.963,53	2.960,25
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	971,16	01/01/2007	196,0000%	1.941,53	2.932,11
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	1.049,77	01/02/2007	195,0000%	2.087,98	3.158,74
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	1.011,51	01/03/2007	194,0000%	2.001,57	3.033,31
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	1.074,57	01/04/2007	193,0000%	2.115,39	3.211,45
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	1.037,87	01/05/2007	192,0000%	2.032,55	3.091,17
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	1.001,87	01/06/2007	191,0000%	1.951,82	2.973,72
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	1.032,21	01/07/2007	190,0000%	2.000,41	3.053,26
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	1.028,92	01/08/2007	189,0000%	1.983,53	3.033,02
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	1.022,88	01/09/2007	188,0000%	1.961,46	3.004,79
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	1.020,33	01/10/2007	187,0000%	1.946,16	2.986,89
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	1.017,28	01/11/2007	186,0000%	1.929,97	2.967,59
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	1.012,92	01/12/2007	185,0000%	1.911,36	2.944,53
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	1.114,65	01/01/2008	184,0000%	2.091,96	3.228,90
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	1.107,01	01/02/2008	183,0000%	2.066,34	3.195,49
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	1.101,72	01/03/2008	182,0000%	2.045,22	3.168,97
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	1.096,13	01/04/2008	181,0000%	2.023,67	3.141,72
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	980,25	01/05/2008	180,0000%	1.799,73	2.799,58
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	1.078,81	01/06/2008	179,0000%	1.969,68	3.070,06
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	1.062,91	01/08/2008	177,0000%	1.918,96	3.003,12
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	954,62	01/09/2008	176,0000%	1.713,72	2.687,43
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	953,19	01/10/2008	175,0000%	1.701,43	2.673,68
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	948,45	01/11/2008	174,0000%	1.683,29	2.650,70
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	1.034,01	01/01/2009	172,0000%	1.814,06	2.868,75
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	89,10	05/01/2009	172,0000%	156,31	247,19
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	965,74	01/06/2009	167,0000%	1.645,03	2.630,08
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	961,70	01/07/2009	166,0000%	1.628,34	2.609,27
10/06/2010	Condomínio	478,45	2%	42.946746	1.019,67	10/06/2010	155,0000%	1.612,09	2.652,15
10/07/2010	Condomínio	478,65	2%	42.899504	1.021,22	10/07/2010	154,0000%	1.604,12	2.645,76
10/08/2010	Condomínio	430,85	2%	42.869474	919,88	10/08/2010	153,0000%	1.435,55	2.373,82
10/09/2010	Condomínio	434,06	2%	42.839465	927,38	10/09/2010	152,0000%	1.437,79	2.383,71
10/10/2010	Condomínio	431,52	2%	43.070798	917,01	10/10/2010	151,0000%	1.412,37	2.347,72
10/11/2010	Condomínio	432,04	2%	43.467049	909,74	10/11/2010	150,0000%	1.391,89	2.319,82
10/12/2010	Condomínio	430,36	2%	43.914759	896,97	10/12/2010	149,0000%	1.363,20	2.278,10
10/01/2011	Condomínio	514,68	2%	44.178247	1.066,31	10/01/2011	148,0000%	1.609,69	2.697,32

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
10/02/2011	Condomínio	486,86	2%	44.593522	999,28	10/02/2011	147,0000%	1.498,31	2.517,57
10/03/2011	Condomínio	481,85	2%	44.834327	983,68	10/03/2011	146,0000%	1.464,89	2.468,24
10/04/2011	Condomínio	476,43	2%	45.130233	966,24	10/04/2011	145,0000%	1.429,06	2.414,62
02/08/2011	Condomínio	464,70	2%	45.814835	928,37	02/08/2011	141,0000%	1.335,17	2.282,10
07/10/2011	Condomínio	464,70	2%	46.214289	920,34	07/10/2011	139,0000%	1.304,84	2.243,58
01/03/2012	Condomínio	738,83	2%	47.286941	1.430,07	01/03/2012	134,0000%	1.954,61	3.413,28
01/12/2012	Condomínio	641,29	2%	49.403187	1.188,10	01/12/2012	125,0000%	1.514,82	2.726,68
01/01/2013	Condomínio	707,71	2%	49.76877	1.301,53	01/01/2013	124,0000%	1.646,17	2.973,73
01/02/2013	Condomínio	707,71	2%	50.226642	1.289,66	01/02/2013	123,0000%	1.618,00	2.933,45
01/04/2013	Condomínio	764,49	2%	50.790746	1.377,66	01/04/2013	121,0000%	1.700,30	3.105,51
01/05/2013	Condomínio	707,71	2%	51.090411	1.267,86	01/05/2013	120,0000%	1.551,85	2.845,06
01/06/2013	Condomínio	707,71	2%	51.269227	1.263,44	01/06/2013	119,0000%	1.533,55	2.822,25
01/07/2013	Condomínio	707,71	2%	51.41278	1.259,91	01/07/2013	118,0000%	1.516,41	2.801,51
01/08/2013	Condomínio	707,71	2%	51.345943	1.261,55	01/08/2013	117,0000%	1.505,53	2.792,31
01/09/2013	Condomínio	707,71	2%	51.428096	1.259,53	01/09/2013	116,0000%	1.490,27	2.774,99
01/10/2013	Condomínio	707,71	2%	51.566951	1.256,14	01/10/2013	115,0000%	1.473,44	2.754,70
01/11/2013	Condomínio	707,71	2%	51.881509	1.248,53	01/11/2013	114,0000%	1.451,79	2.725,29
01/12/2013	Condomínio	707,71	2%	52.161669	1.241,82	01/12/2013	113,0000%	1.431,31	2.697,96
01/01/2014	Condomínio	757,23	2%	52.537233	1.319,21	01/01/2014	112,0000%	1.507,06	2.852,65
01/02/2014	Condomínio	757,23	2%	52.868217	1.310,96	01/02/2014	111,0000%	1.484,25	2.821,42
01/03/2014	Condomínio	757,23	2%	53.206573	1.302,62	01/03/2014	110,0000%	1.461,53	2.790,20
01/04/2014	Condomínio	757,23	2%	53.642866	1.292,02	01/04/2014	109,0000%	1.436,46	2.754,32
01/05/2014	Condomínio	757,23	2%	54.06128	1.282,02	01/05/2014	108,0000%	1.412,27	2.719,93
01/06/2014	Condomínio	757,23	2%	54.385647	1.274,38	01/06/2014	107,0000%	1.390,85	2.690,71
01/07/2014	Condomínio	782,13	2%	54.527049	1.312,87	01/07/2014	106,0000%	1.419,46	2.758,58
01/08/2014	Condomínio	757,23	2%	54.597934	1.269,42	01/08/2014	105,0000%	1.359,54	2.654,34
01/09/2014	Condomínio	757,23	2%	54.69621	1.267,14	01/09/2014	104,0000%	1.344,17	2.636,65
01/10/2014	Condomínio	757,23	2%	54.964221	1.260,96	01/10/2014	103,0000%	1.324,75	2.610,92
01/10/2014	Condomínio	337,29	2%	54.964221	561,66	01/10/2014	103,0000%	590,07	1.162,96
01/11/2014	Condomínio	757,23	2%	55.173085	1.256,19	01/11/2014	102,0000%	1.306,93	2.588,24
01/11/2014	Condomínio	337,29	2%	55.173085	559,54	01/11/2014	102,0000%	582,14	1.152,87
07/12/2014	Condomínio	757,23	2%	55.465502	1.249,57	07/12/2014	101,0000%	1.287,30	2.561,86
07/01/2015	Condomínio	757,23	2%	55.809388	1.241,87	07/01/2015	100,0000%	1.266,70	2.533,40
07/02/2015	Condomínio	757,23	2%	56.635366	1.223,76	07/02/2015	99,0000%	1.235,74	2.483,97
07/03/2015	Condomínio	757,23	2%	57.292336	1.209,72	07/03/2015	98,0000%	1.209,23	2.443,14
07/04/2015	Condomínio	757,23	2%	58.15745	1.191,73	07/04/2015	97,0000%	1.179,09	2.394,65
07/05/2015	Condomínio	757,23	2%	58.570367	1.183,33	07/05/2015	96,0000%	1.158,71	2.365,70
07/06/2015	Condomínio	774,73	2%	59.150213	1.198,81	07/06/2015	95,0000%	1.161,64	2.384,42
07/07/2015	Condomínio	757,23	2%	59.605669	1.162,77	07/07/2015	94,0000%	1.114,85	2.300,87
07/08/2015	Condomínio	757,23	2%	59.951381	1.156,07	07/08/2015	93,0000%	1.096,64	2.275,83
07/09/2015	Condomínio	757,23	2%	60.101259	1.153,18	07/09/2015	92,0000%	1.082,14	2.258,38
07/10/2015	Condomínio	757,23	2%	60.407775	1.147,33	07/10/2015	91,0000%	1.064,94	2.235,21
07/11/2015	Condomínio	757,23	2%	60.872914	1.138,57	07/11/2015	90,0000%	1.045,20	2.206,54
07/12/2015	Condomínio	757,23	2%	61.548603	1.126,07	07/12/2015	89,0000%	1.022,24	2.170,83
07/01/2016	Condomínio	757,23	2%	62.10254	1.116,02	07/01/2016	88,0000%	1.001,73	2.140,07
07/02/2016	Condomínio	757,23	2%	63.040288	1.099,42	07/02/2016	87,0000%	975,61	2.097,01
07/03/2016	Condomínio	757,23	2%	63.63917	1.089,08	07/03/2016	86,0000%	955,33	2.066,19
07/04/2016	Condomínio	757,23	2%	63.919182	1.084,30	07/04/2016	85,0000%	940,08	2.046,06
07/05/2016	Condomínio	757,23	2%	64.328264	1.077,41	07/05/2016	84,0000%	923,11	2.022,06
07/06/2016	Condomínio	757,23	2%	64.95868	1.066,95	07/06/2016	83,0000%	903,27	1.991,55
07/07/2016	Condomínio	757,23	2%	65.263985	1.061,96	07/07/2016	82,0000%	888,21	1.971,40
07/08/2016	Condomínio	757,23	2%	65.681674	1.055,21	07/08/2016	81,0000%	871,81	1.948,12
07/09/2016	Condomínio	757,23	2%	65.885287	1.051,95	07/09/2016	80,0000%	858,38	1.931,36
07/10/2016	Condomínio	757,23	2%	65.937995	1.051,11	07/10/2016	79,0000%	846,98	1.919,11
07/11/2016	Condomínio	757,23	2%	66.050089	1.049,32	07/11/2016	78,0000%	834,83	1.905,13
07/12/2016	Condomínio	757,23	2%	66.096324	1.048,59	07/12/2016	77,0000%	823,56	1.893,12
07/01/2017	Condomínio	757,23	2%	66.188858	1.047,12	07/01/2017	76,0000%	811,72	1.879,78
07/02/2017	Condomínio	757,23	2%	66.466851	1.042,74	07/02/2017	75,0000%	797,69	1.861,28
07/03/2017	Condomínio	757,23	2%	66.626371	1.040,25	07/03/2017	74,0000%	785,17	1.846,22
07/04/2017	Condomínio	757,23	2%	66.839575	1.036,93	07/04/2017	73,0000%	772,09	1.829,75
07/05/2017	Condomínio	757,23	2%	66.893046	1.036,10	07/05/2017	72,0000%	760,91	1.817,73
07/06/2017	Condomínio	757,23	2%	67.13386	1.032,38	07/06/2017	71,0000%	747,64	1.800,66
07/07/2017	Condomínio	757,23	2%	66.932458	1.035,49	07/07/2017	70,0000%	739,33	1.795,52
07/08/2017	Condomínio	757,23	2%	67.046243	1.033,73	07/08/2017	69,0000%	727,53	1.781,93
07/09/2017	Condomínio	757,23	2%	67.026129	1.034,04	07/09/2017	68,0000%	717,20	1.771,92
07/10/2017	Condomínio	757,23	2%	67.012723	1.034,25	07/10/2017	67,0000%	706,80	1.761,73
07/11/2017	Condomínio	757,23	2%	67.26067	1.030,44	07/11/2017	66,0000%	693,68	1.744,72

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
07/12/2017	Condomínio	757,23	2%	67.381739	1.028,58	07/12/2017	65,0000%	681,94	1.731,09
07/01/2018	Condomínio	757,23	2%	67.556931	1.025,92	07/01/2018	64,0000%	669,71	1.716,14
07/02/2018	Condomínio	757,23	2%	67.712311	1.023,56	07/02/2018	63,0000%	657,73	1.701,76
07/03/2018	Condomínio	757,23	2%	67.834193	1.021,72	07/03/2018	62,0000%	646,13	1.688,28
07/04/2018	Condomínio	757,23	2%	67.881676	1.021,01	07/04/2018	61,0000%	635,27	1.676,70
07/05/2018	Condomínio	757,23	2%	68.024227	1.018,87	07/05/2018	60,0000%	623,54	1.662,78
07/06/2018	Condomínio	757,23	2%	68.316731	1.014,51	07/06/2018	59,0000%	610,53	1.645,33
07/07/2018	Condomínio	757,23	2%	69.29366	1.000,20	07/07/2018	58,0000%	591,71	1.611,91
07/08/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	997,71	07/08/2018	57,0000%	580,06	1.597,72
07/09/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	997,71	07/09/2018	56,0000%	569,88	1.587,54
07/10/2018	Condomínio	757,23	2%	69.675294	994,73	07/10/2018	55,0000%	558,04	1.572,66
07/11/2018	Condomínio	757,23	2%	69.953995	990,76	07/11/2018	54,0000%	545,70	1.556,27
07/12/2018	Condomínio	757,23	2%	69.77911	993,25	07/12/2018	53,0000%	536,94	1.550,05
07/01/2019	Condomínio	757,23	2%	69.8768	991,86	07/01/2019	52,0000%	526,07	1.537,76
07/02/2019	Condomínio	757,23	2%	70.128356	988,30	07/02/2019	51,0000%	514,11	1.522,17
07/03/2019	Condomínio	757,23	2%	70.507049	982,99	07/03/2019	50,0000%	501,32	1.503,96
07/04/2019	Condomínio	757,23	2%	71.049953	975,48	07/04/2019	49,0000%	487,54	1.482,52
07/05/2019	Condomínio	757,23	2%	71.476252	969,66	07/05/2019	48,0000%	474,74	1.463,79
07/06/2019	Condomínio	757,23	2%	71.583466	968,21	07/06/2019	47,0000%	464,15	1.451,72
07/07/2019	Condomínio	757,23	2%	71.590624	968,11	07/07/2019	46,0000%	454,23	1.441,70
07/08/2019	Condomínio	757,23	2%	71.662214	967,15	07/08/2019	45,0000%	443,92	1.430,41
07/09/2019	Condomínio	757,23	2%	71.748208	965,99	07/09/2019	44,0000%	433,53	1.418,83
07/10/2019	Condomínio	757,23	2%	71.712333	966,47	07/10/2019	43,0000%	423,88	1.409,67
07/11/2019	Condomínio	757,23	2%	71.741017	966,08	07/11/2019	42,0000%	413,86	1.399,26
07/12/2019	Condomínio	757,23	2%	72.128418	960,89	07/12/2019	41,0000%	401,84	1.381,94
07/01/2020	Condomínio	757,23	2%	73.008384	949,31	07/01/2020	40,0000%	387,31	1.355,60
07/02/2020	Condomínio	757,23	2%	73.147099	947,51	07/02/2020	39,0000%	376,91	1.343,37
07/03/2020	Condomínio	757,23	2%	73.271449	945,90	07/03/2020	38,0000%	366,62	1.331,43
07/04/2020	Condomínio	757,23	2%	73.403337	944,20	07/04/2020	37,0000%	356,33	1.319,41
07/05/2020	Condomínio	757,23	2%	73.234509	946,38	07/05/2020	36,0000%	347,50	1.312,80
07/06/2020	Condomínio	757,23	2%	73.051422	948,75	07/06/2020	35,0000%	338,70	1.306,42
07/07/2020	Condomínio	757,23	2%	73.270576	945,92	07/07/2020	34,0000%	328,04	1.292,87
07/08/2020	Condomínio	757,23	2%	73.592966	941,77	07/08/2020	33,0000%	316,99	1.277,59
07/09/2020	Condomínio	757,23	2%	73.8579	938,39	07/09/2020	32,0000%	306,28	1.263,43
07/10/2020	Condomínio	757,23	2%	74.500463	930,30	07/10/2020	31,0000%	294,15	1.243,05
07/11/2020	Condomínio	757,23	2%	75.163517	922,09	07/11/2020	30,0000%	282,15	1.222,68
07/12/2020	Condomínio	757,23	2%	75.87757	913,42	07/12/2020	29,0000%	270,18	1.201,86
07/01/2021	Condomínio	757,23	2%	76.985382	900,27	07/01/2021	28,0000%	257,11	1.175,38
07/02/2021	Condomínio	757,23	2%	77.193242	897,85	07/02/2021	27,0000%	247,26	1.163,06
07/03/2021	Condomínio	757,23	2%	77.826226	890,55	07/03/2021	26,0000%	236,17	1.144,53
07/04/2021	Condomínio	757,23	2%	78.495531	882,95	07/04/2021	25,0000%	225,15	1.125,75
07/05/2021	Condomínio	757,23	2%	78.793814	879,61	07/05/2021	24,0000%	215,32	1.112,52
07/06/2021	Condomínio	757,23	2%	79.550234	871,25	07/06/2021	23,0000%	204,39	1.093,06
07/07/2021	Condomínio	757,23	2%	80.027535	866,05	07/07/2021	22,0000%	194,34	1.077,71
07/08/2021	Condomínio	757,23	2%	80.843815	857,30	07/08/2021	21,0000%	183,63	1.058,07
07/09/2021	Condomínio	757,22	2%	81.55524	849,81	07/09/2021	20,0000%	173,36	1.040,16
07/10/2021	Condomínio	757,22	2%	82.533902	839,74	07/10/2021	19,0000%	162,74	1.019,27
07/11/2021	Condomínio	757,22	2%	83.491295	830,11	07/11/2021	18,0000%	152,40	999,11
07/12/2021	Condomínio	842,24	2%	84.192621	915,62	07/12/2021	17,0000%	158,76	1.092,69
07/01/2022	Condomínio	1.192,24	2%	84.807227	1.286,72	07/01/2022	16,0000%	209,99	1.522,44
07/02/2022	Condomínio	1.192,24	2%	85.375435	1.278,16	07/02/2022	15,0000%	195,55	1.499,27
07/03/2022	Condomínio	1.192,24	2%	86.229189	1.265,51	07/03/2022	14,0000%	180,71	1.471,53
07/04/2022	Condomínio	842,24	2%	87.703708	878,97	07/04/2022	13,0000%	116,55	1.013,09
07/05/2022	Condomínio	842,24	2%	88.615826	869,92	07/05/2022	12,0000%	106,47	993,78
07/06/2022	Condomínio	842,24	2%	89.014597	866,02	07/06/2022	11,0000%	97,16	980,50
07/07/2022	Condomínio	842,24	2%	89.566487	860,69	07/07/2022	10,0000%	87,79	965,69
07/08/2022	Condomínio	842,24	2%	89.029088	865,88	07/08/2022	9,0000%	79,48	962,67
07/09/2022	Condomínio	842,24	2%	88.753097	868,57	07/09/2022	8,0000%	70,87	956,81
07/10/2022	Condomínio	842,24	2%	88.469087	871,36	07/10/2022	7,0000%	62,21	950,99
07/11/2022	Condomínio	842,24	2%	88.884891	867,29	07/11/2022	6,0000%	53,07	937,70
07/12/2022	Condomínio	1.816,29	2%	89.222653	1.863,23	07/12/2022	5,0000%	95,02	1.995,51
07/01/2023	Condomínio	968,57	2%	89.838289	986,79	07/01/2023	4,0000%	40,26	1.046,78
07/02/2023	Condomínio	968,57	2%	90.251545	982,27	07/02/2023	3,0000%	30,05	1.031,96
07/03/2023	Condomínio	968,57	2%	90.946481	974,76	07/03/2023	2,0000%	19,88	1.014,13
07/04/2023	Condomínio	968,57	2%	91.528538	968,57	07/04/2023	1,0000%	9,87	997,81
	Subtotal:	**121.854,95**			**190.250,73**			**196.294,03**	**390.348,89**

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total

Padrão de Cálculo:
CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/05/2023
- Multiplicador do Cálculo: 91.528538

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/05/2023.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

C. FINAIS:
- Taxa Judiciária (R$3.939,72) + Despesas (R$1.241,96) Total Taxas: 5.181,68

Total do Principal Corrigido:	193.874,79
Total de Multas:	3.804,13
Total de Juros:	196.294,03
Total de Despesas Processuais:	0,00
Subtotal:	393.972,95
+ C. Finais	5.181,68
+ Honorários 10%	39.034,88
Total do Cálculo:	**438.189,51**
+ Multa 10% CPC Art.523	43.818,92
+ Honorários 10% CPC Art.523	43.818,92
Total do Cálculo com Art.523:	**525.827,35**

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá

Dr. Gumercindo Muniz Sampaio
Oficial Vitalício

matrícula 61360 | ficha 01

Guarujá, 09 de dezembro de 1987

IMÓVEL: UM TERRENO constituido pelos lotes nºs 12, 13 e 18 da quadra "L", do loteamento Jardim São Miguel, localizado nesta cidade, município e comarca de Guarujá SP., de formato irregular, medindo 66,50 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; por 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01; por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade; nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-000.

PROPRIETÁRIA: ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA com sede e foro em São Paulo, Capital, à Rua Venceslau Brás nº 16 - 1º andar, conjunto 103, inscrita no CGC/MF sob nº 056.822.851/0001-74.

REGISTRO ANTERIOR: R.01 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, R.03 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório.

Escrevente autorizado

Av.01 — 09 de dezembro de 1987.

O imovel acima descrito possui a atual descrição em virtude de anexação, conforme Av.03 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, Av.04 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartorio, a requerimento da proprietária acima, datado de 24 de novembro de 1987. Averbado por escrevente autorizado.

psp.

Av.02 — 26 de abril de 1989

Por escritura de 30 de março de 1989, do 1º Cartório de Notas de Guarujá-SP, livro 615, fls. 69vº, foi autorizada a presente averbação para ficar constando que a ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, teve sua denominação social alterada para ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, conforme instrumento particular de Alteração de Contrato Social datado de 13 de julho de 1988, registrado sob nº 28.037, em 20 de março de 1989, no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo-SP. Averbado por escrevente autorizado.

CL

R.03 — 26 de abril de 1989

Pela mesma escritura datada de 30 de março de 1989, acima mencionada, ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, com sede em São Paulo-SP, à Avenida Paulista nº 2.202, 8º andar, inscrita no CGC/MF. sob nº 056.822.851/0001-74, VENDEU o imóvel acima descrito à NACIM MUSSA GAZE, brasileiro, emrpesario, portador da cédula de identidade RG nº 1.628.531-SSP-SP e inscrito no CPF/MF. sob nº 017.780.998-15, casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da lei 6.515/77, com Tereza Gil Gaze, brasileira, do lar, portadora do RG numero 3.917.290-SSP-SP, residente e domiciliado em Guarujá-SP, à Rua Deputado Emilio Carlos nº 336, pelo preço de NCz$70.000,00. (valor venal - 1989 - NCz$60.388,90). Registrado por escrevente autorizado.

CL

continua no verso

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em 12/05/2023 16:10:47

matrícula 61380 | ficha 01 verso

R.04 04 de novembro de 1996

Por Escritura de 15 de outubro de 1996, do 3o. Cartório de Notas de Santos-SP., livro 590, fls. 269, **NACIM MUSSA GAZE**, empresário, e sua esposa **TEREZA GIL GAZE**, do lar, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da Lei no. 6515/77, residentes e domiciliados em Guarujá-SP., à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca no. 1644, apto. 41, Bairro Barra Funda, RG. nos. 1.622.531-SSP-SP. e 3.917.290-SSP-SP., CIC. em comum no. 017.780.998-15, **Transmitiram o Imóvel objeto desta matrícula, por Conferência de Bens, para integralização de capital, à GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, sobreloja, Jardim Santa Maria, CGC/MF. no. 01.444.010/0001-89, pelo valor de R$1.232.500,00. (valor venal-1996/atualizado: R$1.284.706,97). Registrado por: Escrevente.

wfs

R.05 13 de janeiro de 1997

Por requerimento datado de 27 de novembro de 1996, da **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, Sobreloja, Jardim Santa Maria, inscrita no CGC/MF. sob no. 01.444.010/0001-89, acompanhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, fica registrada a Incorporação Imobiliária do empreendimento denominado **"CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE"**, à ser construído sobre o terreno objeto desta matrícula, consoante Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Guarujá, através do Processo no. 20120/106996/96, alvará no. 469/96, em data de 27 de novembro de 1996. O Edifício será composto de 02 (dois) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com sub-solo, (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e ático, dividindo-se o empreendimento em duas partes distintas, a saber:

continua na ficha 02

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em 12/05/2023 16:10:17

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	02

Guarujá, 13 de janeiro de 19 97

a) **Partes Comuns:** Serão partes de propriedade e uso comum dos condôminos, inalienáveis, indivisíveis e indissoluvelmente ligadas às unidades autônomas, todas aquelas elencadas no Artigo 3o. da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964 e as seguintes - o terreno onde se assentará o empreendimento, os muros limítrofes do terreno, as fundações e alicerces, as vigas e colunas de sustentação, as lajes de concreto armado, as paredes de meação entre as unidades. No subsolo (comum a ambos os blocos); 04 (quatro) poços de elevadores e respectivos halls, 02 (duas) caixas de escadas, 02 (dois) locais para elevadores, 02 (dois) armários, cabine primária e AC., rampa de acesso de autos e 110 (cento e dez) vagas de Garagem, individuais e indeterminadas. No Andar Térreo do Bloco "A": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, hall de circulação, WC., depósito, banheiro, local para elevador, vestiário masculino, vestiário feminino, escadarias, sauna, ducha, salão de festas com copa e WC. No Andar Térreo do Bloco "B": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, local para elevador, hall de circulação, 02 (dois) WCs., apartamento do zelador (composto de sala, um dormitório, hall, circulação, banheiro, cozinha e área de serviço), dormitório de funcionários, vestiário de funcionário com 02 (dois) WCs., salão de festas com WC. Andar Térreo - Área Descoberta (fora da projeção dos blocos): play ground, deck e piscinas de adulto e infantil. Andares Superiores dos Blocos "A" e "B": hall social, hall de circulação, local para elevador e 02 (dois) poços de elevadores. Ático dos Blocos "A" e "B": Casa de máquinas, lajes impermeabilizadas e 02 (duas) caixas d'água. b) **Partes Exclusivas:** Serão partes de propriedade e uso exclusivo dos condôminos, as Unidades Autônomas consistentes dos "APARTAMENTOS", localizados e numerados da seguinte forma: BLOCO "A" - 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-A, 12-A, 13-A, 14-A, 15-A; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-A, 22-A, 23-A, 24-A, 25-A; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos.31-A,

continua no verso

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br) Visualizado em 12/05/2023 16:10:17

Matrícula	Ficha
61.360	02 Verso

32-A, 33-A, 34-A, 35-A; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-A, 42-A, 43-A, 44-A, 45-A; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-A, 52-A, 53-A, 54-A, 55-A; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-A, 62-A, 63-A, 64-A, 65-A; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-A, 72-A, 73-A, 74-A, 75-A; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-A, 82-A, 83-A, 84-A, 85-A; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tpo nos. 91-A, 92-A, 93-A, 94-A, 95-A; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-A, 102-A, 103-A, 104-A, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 112-A e 113-A. BLOCO "B": 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-B, 12-B, 13-B, 14-B, 15-B; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-B, 22-B, 23-B, 24-B, 25-B; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 31-B, 32-B, 33-B, 34-B, 35-B; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-B, 52-B, 53-B, 54-B, 55-B; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-B, 62-B, 63-B, 64-B, 65-B; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-B, 72-B, 73-B, 74-B, 75-B; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-B, 82-B, 83-B, 84-B, 85-B; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tpo nos. 91-B, 92-B, 93-B, 94-B, 95-B; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-B, 102-B, 103-B, 104-B, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-B, 112-B e 113-B. **Áreas e Frações Ideais de Terreno das Unidades:** Cada um dos Apartamentos tipo de finais "1" e "2", terá a área útil de 73,460ms2., a área comum de 42,248ms2., a área total construída de 115,708ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,916108%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "3", terá a área útil de 74,440ms2., a área comum de 43,077ms2., a área total construída de 117,517ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,940616%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "4", terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de

continua na ficha 03

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br) Visualizado em 12/05/2023 16:10:17

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	03

Guarujá, 13 de Janeiro de 1997

41,889ms2., a área total construída de 111,429ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,905498%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "5", terá a área útil de 74,900ms2., a área comum de 43,270ms2., a área total construída de 118,170ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,946324%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A e 111-B, terá a área útil de 147.900ms2., a área comum de 72,111ms2., a área total construída de 220,011ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,466207%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de 38,838ms2., a área total construída de 108,378ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,815345%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 113-A e 113-B, terá a área útil de 148,360ms2., a área comum de 49,804ms2., a área total construída de 220,664ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,471915%. **GARAGEM**: Da Declaração à que se refere a alínea "P", do Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, constou que, a garagem do empreendimento localizar-se-á no sub-solo, será coletiva, considerada área comum do condomínio, com um total de 110 (cento e dez) vagas, individuais e indeterminadas, numeradas no projeto aprovado apenas para efeito de quantidade, destinadas ao estacionamento de 01 (um) veículo de passeio cada, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídas entre os apartamentos da seguinte forma: À cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, corresponderá 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas. Custo Global da Obra: R$5.912.769,00. Valor Venal-1996/terreno atualizado: R$1.284.706,97. Registrado por: Escrevente.

wfs

continua no verso

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br) Visualizado em 12/05/2023 16:10:17

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	23

Guarujá, 01 de setembro de 2009

R.63 01 de setembro de 2009

Por escritura datada de 10 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho – Guarujá – SP, livro 378, fls. 101, a GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada, **VENDEU a fração ideal de terreno de 0,946324%, que corresponderá ao Apartamento nº 95-A do Condomínio Residencial Mussa Gaze**, a **ADÃO MARCIO BERGAMIN**, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG. nº 5.674.386-SSP-SP, CPF/MF. nº 809.321.698-72; e **MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS**, brasileira, solteira, maior, vendedora autônoma, RG. nº 20.588.336-SSP-SP, CPF/MF. nº 069.955.038-64, ambos domiciliados e residentes em Guarujá – SP, na Avenida Severino Prieto Alvarez nº 120, Jardim Acapulco, pelo preço de R$1.091,72. A vendedora declarou que deixou de apresentar a Certidão Negativa de Débito-CND., expedida pelo INSS., bem como a Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, em virtude de exercer a atividade de comercialização de imóveis, e que o imóvel ora transacionado, não faz parte de seu ativo permanente. (valor venal de 2009 – fração ideal – R$14.690,11).-

Registrado por Roberto de Jesus Giannella
Substituto da Oficial

jjs

R.64 01 de setembro de 2009

Por escritura datada de 04 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho – Guarujá – SP, livro 378, fls. 83, a GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada, **VENDEU a fração ideal de terreno de 0,946324%, que corresponderá ao Apartamento nº 105-A do Condomínio Residencial Mussa Gaze**, a **AFONSO BAZZALI**, brasileiro, economista, separado judicialmente, RG. nº 11.481.916-SSP-SP, CPF/MF. nº 011.184.928-46, domiciliado e

(continua no verso)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em 12/05/2023 16:10:17

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO E3TADO DE SÂO PAULO

Juízo de Direito da 1° Vara Cível de Guarujá

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá - tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 05 de 06 de **2023**, junto a estes autos:

(x) petição(ões)

( ) a contestação apresentada (advogado cadastrado no SAJ nesta data)

( ) o ofício

( ) a carta precatória ( ) positiva ( ) negativa

( ) o aviso de recebimento ( ) citação ( ) intimação

( ) positivo ( ) negativo

( ) o mandado ( ) positivo ( ) negativo

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial liquidado

( ) o laudo pericial

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) mensagem eletrônica (email)

( ) outros (_____)

Eu, Pedro Daniel (Pedro Daniel) Estagiário de Nível Superior, subscrevi.

fls. 803

LECAPE LEILÕES

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

223 FGJA.23.00009205

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Leonardo de Campos Penin, leiloeiro oficial, vem requerer a juntada do edital, e das Condições de Venda e Pagamento do procedimento, bem como, seu deferimento, com as adequações feitas de acordo com o Novo Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a juntada da certidão de débito municipal e do valor da avaliação atualizado, e da matrícula atualizada e do cálculo da dívida encaminhados pelo patrono do autor.

Informa, também, que junta cópia do edital para fixação no quadro de aviso, e que a publicação deste será realizada na rede mundial de computadores.

Termos em que,
pede deferimento.
Guarujá, 23 de maio de 2023.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

223 FGJA.23.00009205-7 250523 1554 72K

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS. Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 24/07/2023 as 16:20h, com encerramento no dia 27/07/2023 as 16:20h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 27/07/2023 as 16:21h, e encerramento dia 16/08/2023 as 16:20h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pelo leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin (habilitado pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão ao leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito em conta judicial no Banco Brasil, agência 6687-7 em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 (R. 63) do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 676.749,92** (seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos) para 05/2023. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 525.827,35** (quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos) (05/2023). Consta débito de IPTU no valor de **R$ 259.056,13** (duzentos e cinquenta e nove mil cinquenta e seis reais e treze centavos) (05/2023). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 23 de maio de 2023.

LECAPE LEILÕES

Condições de Venda e Pagamento

DAS REGRAS DO LEILÃO/PRAÇA – As regras aqui dispostas são estabelecidas pelo MM. Juiz de Direito comitente destas praças públicas, de acordo com a legislação pertinente e/ou normas referentes a leilões judiciais eletrônicos.

DA ACEITAÇÃO DESTAS REGRAS – Para participar dos leilões/praças divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES, o usuário deverá ACEITAR os termos e condições adiante estabelecidos:

DAS CONDIÇÕES PARA EFETUAR LANCES – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor – menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões/praças. O usuário declara ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal da LECAPE LEILÕES.

Não poderão ofertar lances:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

- do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

- dos advogados de qualquer das partes.

DO IMÓVEL – O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Através do portal www.lecape.com.br o usuário tem acesso às fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que o mesmo se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas ao imóvel apregoado pelas legislações municipal, estadual e federal, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do imóvel.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados em participar da praça vistoriar o imóvel a ser apregoado antes da arrematação. As visitas deverão ser agendadas junto a LECAPE LEILÕES, mediante o envio de solicitação formal via e-mail contato@lecape.com.br , com a informação do bem de interesse, nome, telefone, RG e CPF do visitante.

DA PRAÇA – O leilão/praça será realizado por meio eletrônico, através do portal www.lecape.com.br . **O 1ª PRAÇA terá início no dia 24/07/2023 as 16:20h, com encerramento no dia 27/07/2023 as 16:20h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 27/07/2023 as 16:21h, e encerramento dia 16/08/2023 as 16:20h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial.

DO GESTOR LEILOEIRO – O leilão será presidido pelo leiloeiro Leonardo de Campos Penin, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e será realizado por meio eletrônico através do portal www.lecape.com.br .

DOS LANCES – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.lecape.com.br .

Durante a praça, profissionais da Gestora Judicial LECAPE LEILÕES poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (13) 32192042 ou e-mail contato@lecape.com.br .

DO LANCE AUTOMÁTICO – É uma facilidade do portal LECAPE LEILÕES a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento da praça.

DA IRRETRATABILIDADE DO LANCE – Os lances ofertados são irretratáveis.

DO TEMPO EXTRA – Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 3 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido um tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do portal LECAPE LEILÕES A 3 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

DA COMISSÃO DO GESTOR JUDICIAL – O arrematante deverá pagar ao leiloeiro Leonardo de Campos Penin, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do imóvel.

A comissão da gestora não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO – O auto de arrematação será assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz após a comprovação efetiva do pagamento do valor da arrematação e da comissão do leiloeiro Leonardo de Campos Penin, conforme dispõe o art. 903 do novo CPC.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão ao leiloeiro Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas.

DO ENVIO DO COMPROVANTE – Após a realização do depósito judicial, o arrematante deverá encaminhar o comprovante respectivo por e-mail (contato@lecape.com.br) para que esse documento seja juntado aos autos do processo.

Assim que forem confirmados os pagamentos, e cumpridos os trâmites legais, será enviado o auto de arrematação para o arrematante, por e-mail, devendo ser assinado e devolvido (pessoalmente ou por e-mail), para posterior expedição da carta de arrematação, para que sejam efetuados os devidos registros públicos (art. 140, parágrafo quarto da Lei nº 11.101/2005).

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão integralmente restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão da LECAPE LEILÕES.

DA FALTA DE PAGAMENTO – O não pagamento do preço do imóvel arrematado e da comissão do leiloeiro Leonardo de Campos Penin, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do Novo Código de Processo Civil), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida ao leiloeiro Leonardo de Campos Penin.

O leiloeiro Leonardo de Campos Penin poderá emitir título de crédito para a cobrança da sua comissão, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

DA ENTREGA DOS BENS – A transferência do registro do imóvel para o nome do arrematante ocorrerá após a retirada em cartório da ordem judicial determinando tal fato, nos termos do art. 901 e § 1º do Novo Código de Processo Civil.

DA RETIRADA – Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos a remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s).

Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de entrega do bem".

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns), o adjudicante ficará responsável pela comissão devida ao gestor.

DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO – Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação.

A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no parágrafo primeiro do art. 903 do Novo Código de Processo Civil.

As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil e o caput do art. 335, do Código Penal.

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Proprietário ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido R$ 259.056,13

Zona	Ano Base	Exerc.	Tributo	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp. Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Imp. Predial	Execut Cód 9	19900/2003	1.739,99	1.114,61	13.192,21	3.833,06	19.879,87	1.987,98	13,87	21.881,72	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2004	2004	Imp. Predial	Execut Cód 9	19912/2004	2.201,52	1.302,51	14.816,56	4.311,25	22.631,84	2.263,18	0,00	24.895,02	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: 05100266920078260223	
3	2005	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	9110/2008	2.410,92	1.351,29	14.555,24	4.345,87	22.663,32	2.266,33	8,77	24.938,42	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2006	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	46899/2008	2.553,72	1.359,80	13.830,73	4.245,50	21.989,75	2.198,97	0,00	24.188,72	045973/2009
													Proc. Unificado: 05180727620098260223 *Outros:* 223012009518072	
3	2009	2009	Imp. Predial	Execut Cód 9	50802/2009	2.832,66	1.318,70	10.995,44	3.761,31	18.908,11	1.890,81	8,52	20.807,44	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2011	2011	Imp. Predial	Execut Cód 9	46294/2011	526,66	223,24	1.551,52	589,54	2.890,96	289,09	0,00	3.180,05	021618/2012
													Proc. Unificado: 05200768120128260223 *Outros:* 223012012520076	
3	2012	2012	Imp. Predial	Execut Cód 9	14716/2012	1.404,00	558,95	3.577,30	1.390,75	6.931,00	693,10	8,90	7.633,00	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

3	2013	2013	Imp. Predial	Execut Cód 9	24410/2013	3.569,80	1.345,68	8.040,97	3.159,04	16.115,49	1.611,54	0,00	17.727,03	010704/2014
													Proc. Unificado: 05086950820148260223	
3	2014	2014	Imp. Predial	Execut Cód 9	7670/2015	3.612,55	1.293,12	6.950,99	2.853,49	14.710,15	1.471,01	22,87	16.204,03	
													Proc. Unificado: 15125946020158260223	
3	2015	2015	Imp. Predial	Execut Cód 9	10428/2016	3.841,42	1.293,58	6.176,98	2.626,62	13.938,60	1.393,86	22,87	15.355,33	
													Proc. Unificado: 15033559520168260223	
3	2016	2016	Imp. Predial	Execut Cód 9	9522/2017	4.238,00	1.294,11	5.403,19	2.232,88	13.168,18	1.316,81	21,12	14.506,11	
													Proc. Unificado: 15073508220178260223	
3	2017	2017	Imp. Predial	Execut Cód 9	9878/2018	4.597,05	1.296,84	4.631,06	1.887,51	12.412,46	1.241,24	19,12	13.672,82	
													Proc. Unificado: 15059921420198260223	
3	2018	2018	Imp. Predial	Execut Cód 9	9413/2019	4.832,90	1.298,77	3.858,71	1.661,42	11.651,80	1.165,18	0,00	12.816,98	
													Proc. Unificado: 15059921420198260223	
3	2019	2019	Imp. Predial	Execut Cód 9	9312/2020	4.876,83	1.243,93	2.949,21	1.342,93	10.412,90	1.041,29	18,40	11.472,59	
													Proc. Unificado: 15070918220208260223	
3	2020	2020	Imp. Predial	Execut Cód 9	9646/2021	5.068,69	1.244,43	2.208,97	1.153,72	9.675,81	967,58	17,72	10.661,11	
													Proc. Unificado: 15064453820218260223	
3	2021	2021	Imp. Predial	Execut Cód 9	10001/2022	5.264,59	1.245,86	1.463,94	964,93	8.939,32	893,93	16,27	9.849,52	
													Proc. Unificado: 15047805020228260223	
3	2022	2022	Imp. Predial	Execut Cód 9	9351/2023	5.889,39	1.279,93	730,64	510,26	8.410,22	841,02	15,00	9.266,24	
													Proc. Unificado: 15019420320238260223	
Total						**59.460,69**	**20.065,35**	**114.933,66**	**40.870,08**	**235.329,78**	**23.532,92**	**193,43**	**259.056,13**	
TOTAL EM DÉBITO													**259.056,13**	

702

Prefeitura de Guarujá

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

O valor do DARE-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Este documento foi gerado pelo SCIM em Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 às 11h51m

fls. 815
703

Cálculo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios disponibiliza planilha de cálculo de atualização monetária com os índices definidos a partir de março de 1965, com o intuito de auxiliar as partes, advogados e demais interessados que precisem calcular valores nas demandas judiciais.

Atenção!

- **A rotina de atualização monetária não atende as regras dos cálculos fazendários.**
- Caso necessite que o percentual de juros de mora comece a incidir após ou entre as datas das parcelas selecione **"Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)"**, e **"Antes do(s) Valor(es) Devido(s)"** para os juros começarem a incidir antes das datas das parcelas.
- Caso o usuário preencha o campo "Valor Devido" com valor de um resultado onde já tenha sido aplicado os juros de mora, o resultado do presente cálculo incorrerá na capitalização de juros.
- Correção Monetária a partir de março de 1965 (atualmente **INPC** - **clique** em **índices da contadoria** para consultar histórico de índices).
- Todos os dados informados são de inteira responsabilidade do usuário, o qual assume total responsabilidade por eventuais omissões, inverdades ou incorreções que vierem a ser detectadas.
- Antes de **imprimir** confira os dados. Pense em sua responsabilidade e compromisso com o **meio ambiente**.

Resultado do Cálculo (em Real)

Correção Monetária

Atualizado até: 24/05/2023

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: 0,00%

Valores Devidos

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
03/06/2014	400.000,00	1,69187480	676.749,92	0,00%	0	676.749,92
Subtotal						676.749,92

704

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R$	Corrigido+Juros R$
Total Geral						676.749,92

editar cálculo novo cálculo

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá

Dr. Gumercindo Muniz Sampaio
Oficial Vitalício

matrícula **61360** | ficha 01

Guarujá, 09 de dezembro de 1987

IMÓVEL: UM TERRENO constituido pelos lotes nºs 12, 13 e 18 da quadra "L", do loteamento Jardim São Miguel, localizado nesta cidade, município e comarca de Guarujá SP., de formato irregular, medindo 66,50 metros de frente para a Avenida D. Pedro I; por 48,00 metros pelo lado esquerdo, confrontando com o lote nº 01; por 34,00 metros pelo lado direito, confrontando com a Avenida da Saudade; nos fundos mede 20,00 metros em linha reta, mais 15,00 metros em linha vertical, mais 40,00 metros em linha horizontal, confrontando com o lote nº 23 e parte do lote nº 02, encerrando a área de 2.665,00 metros quadrados. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá sob nº ZL-0027-001-000.

PROPRIETÁRIA: ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA com sede e foro em São Paulo, Capital, à Rua Venceslau Brás nº 16 - 1º ander, conjunto 103, inscrita no CGC/MF sob nº 056.822.851/0001-74.

REGISTRO ANTERIOR: R.01 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, R.03 na matrícula nº 02.341, todas desta Cartório.

Escrevente autorizado

Av.01 — 09 de dezembro de 1987.

O imovel acima descrito possui a atual descrição em virtude da anexação, conforme Av.03 nas matrículas nºs 56.829 e 56.830; e, Av.04 na matrícula nº 02.341, todas deste Cartório, a requerimento da proprietária acima, datado de 24 de novembro de 1987. Averbado por escrevente autorizado.

psp.

Av.02 — 26 de abril de 1989

Por escritura de 30 de março de 1989, do 1º Cartório de Notas de Guarujá-SP, livro 615, fls. 69vº, foi autorizada a presente averbação para ficar constando que a ESTEFNO, NEVES & FIGUEIREDO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, teve sua denominação social alterada para ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, conforme instrumento particular de Alteração de Contrato Social datado de 13 de julho de 1988, registrado sob nº 28.037, em 20 de março de 1989, no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo-SP. Averbado por escrevente autorizado.

CL

R.03 — 26 de abril de 1989

Pela mesma escritura datada de 30 de março de 1989, acima mencionada, ESTEFNO & HADDAD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA, com sede em São Paulo-SP, à Avenida Paulista nº 2.202, 8º andar, inscrita no CGC/MF. sob nº 056.822.851/0001-74, VENDEU o imóvel acima descrito à NACIM MUSSA GAZE, brasileiro, emrpesário, portador da cédula de identidade RG nº 1.628.531-SSP-SP e inscrito no CPF/MF. sob nº 017.780.998-15, casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da lei 6.515/77, com Tereza Gil Gaze, brasileira, do lar, portadora do RG numero 3.917.290-SSP-SP, residente e domiciliado em Guarujá-SP, à Rua Deputado Emilio Carlos nº 336, pelo preço de NCz$70.000,00. (valor venal - 1989 - NCz$60.388,90). Registrado por escrevente autorizado.

CL

continua no verso

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/05/2023 16:10:17

matrícula 61380 | ficha 01 verso

R.04 04 de novembro de 1996

Por Escritura de 15 de outubro de 1996, do 3o. Cartório de Notas de Santos-SP., livro 590, fls. 269, **NACIM MUSSA GAZE**, empresário, e sua esposa **TEREZA GIL GAZE**, do lar, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da Lei no. 6515/77, residentes e domiciliados em Guarujá-SP., à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca no. 1644, apto. 41, Bairro Barra Funda, RG. nos. 1.622.531-SSP-SP. e 3.917.290-SSP-SP., CIC. em comum no. 017.780.998-15, **Transmitiram o Imóvel objeto desta matrícula, por Conferência de Bens, para integralização de capital, à GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, sobreloja, Jardim Santa Maria, CGC/MF. no. 01.444.010/0001-89, pelo valor de R$1.232.500,00. (valor venal-1996/atualizado: R$1.284.706,97). Registrado por: Escrevente.

wfs

R.05 13 de janeiro de 1997

Por requerimento datado de 27 de novembro de 1996, da **GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede em Guarujá-SP., à Avenida Adhemar de Barros no. 1660, Sobreloja, Jardim Santa Maria, inscrita no CGC/MF. sob no. 01.444.010/0001-89, acompanhado do Memorial de Incorporação e demais documentos exigidos pelo Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, fica registrada a Incorporação Imobiliária do empreendimento denominado **"CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE"**, à ser construído sobre o terreno objeto desta matrícula, consoante Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Guarujá, através do Processo no. 20120/106996/96, alvará no. 469/96, em data de 27 de novembro de 1996. O Edifício será composto de 02 (dois) Blocos, designados como Blocos "A" e "B", com sub-solo, (comum a ambos os blocos), possuindo cada bloco, andar térreo, 10 (dez) andares superiores, andar de cobertura e ático, dividindo-se o empreendimento em duas partes distintas, a saber:

continua na ficha 02

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/05/2023 16:10:17

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	02

Guarujá, 13 de Janeiro de 19 97

a) **Partes Comuns:** Serão partes de propriedade e uso comum dos condôminos, inalienáveis, indivisíveis e indissoluvelmente ligadas às unidades autônomas, todas aquelas elencadas no Artigo 3o. da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964 e as seguintes - o terreno onde se assentará o empreendimento, os muros limítrofes do terreno, as fundações e alicerces, as vigas e colunas de sustentação, as lajes de concreto armado, as paredes de meação entre as unidades. No subsolo (comum a ambos os blocos); 04 (quatro) poços de elevadores e respectivos halls, 02 (duas) caixas de escadas, 02 (dois) locais para elevadores, 02 (dois) armários, cabine primária e AC., rampa de acesso de autos e 110 (cento e dez) Vagas de Garagem, individuais e indeterminadas. No Andar Térreo do Bloco "A": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, hall de circulação, WC., depósito, banheiro, local para elevador, vestiário masculino, vestiário feminino, escadarias, sauna, ducha, salão de festas com copa e WC. No Andar Térreo do Bloco "B": hall nobre, sala de espera, 02 (duas) salas de jogos, hall social, 02 (dois) poços de elevadores, vazio, local para elevador, hall de circulação, 02 (dois) WCs., apartamento do zelador (composto de sala, um dormitório, hall, circulação, banheiro, cozinha e área de serviço), dormitório de funcionários, vestiário de funcionário com 02 (dois) WCs., salão de festas com WC. Andar Térreo - Área Descoberta (fora da projeção dos blocos): play ground, deck e piscinas de adulto e infantil. Andares Superiores dos Blocos "A" e "B": hall social, hall de circulação, local para elevador e 02 (dois) poços de elevadores. Ático dos Blocos "A" e "B": Casa de máquinas, lajes impermeabilizadas e 02 (duas) caixas d'água. **b) Partes Exclusivas:** Serão partes de propriedade e uso exclusivo dos condôminos, as Unidades Autônomas consistentes dos "APARTAMENTOS", localizados e numerados da seguinte forma: BLOCO "A" - 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-A, 12-A, 13-A, 14-A, 15-A; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-A, 22-A, 23-A, 24-A, 25-A; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos.31-A,

continua no verso

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/05/2023 16:10:17

Matrícula	Ficha
61.360	02 Verso

32-A, 33-A, 34-A, 35-A; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-A, 42-A, 43-A, 44-A, 45-A; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-A, 52-A, 53-A, 54-A, 55-A; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-A, 62-A, 63-A, 64-A, 65-A; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-A, 72-A, 73-A, 74-A, 75-A; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-A, 82-A, 83-A, 84-A, 85-A; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tpo nos. 91-A, 92-A, 93-A, 94-A, 95-A; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-A, 102-A, 103-A, 104-A, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 112-A e 113-A. BLOCO "B": 1o. Andar ou 2o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 11-B, 12-B, 13-B, 14-B, 15-B; 2o. Andar ou 3o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 21-B, 22-B, 23-B, 24-B, 25-B; 3o. Andar ou 4o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 31-B, 32-B, 33-B, 34-B, 35-B; 4o. Andar ou 5o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B; 5o. Andar ou 6o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 51-B, 52-B, 53-B, 54-B, 55-B; 6o. Andar ou 7o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 61-B, 62-B, 63-B, 64-B, 65-B; 7o. Andar ou 8o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 71-B, 72-B, 73-B, 74-B, 75-B; 8o. Andar ou 9o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 81-B, 82-B, 83-B, 84-B, 85-B; 9o. Andar ou 10o. Pavimento: Apartamentos tpo nos. 91-B, 92-B, 93-B, 94-B, 95-B; 10o. Andar ou 11o. Pavimento: Apartamentos tipo nos. 101-B, 102-B, 103-B, 104-B, 105-A; 11o. Andar ou 12o. Pavimento (Cobertura) Apartamentos de Cobertura nos. 111-B, 112-B e 113-B. **Áreas e Frações Ideais de Terreno das Unidades:** Cada um dos Apartamentos tipo de finais "1" e "2", terá a área útil de 73,460ms2., a área comum de 42,248ms2., a área total construída de 115,708ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,916108%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "3", terá a área útil de 74,440ms2., a área comum de 43,077ms2., a área total construída de 117,517ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,940616%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "4", terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de

continua na ficha 03

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/05/2023 16:10:17

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	03

Guarujá, 13 de Janeiro de 1997

41,889ms2., a área total construída de 111,429ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,905498%. Cada um dos Apartamentos tipo de final "5", terá a área útil de 74,900ms2., a área comum de 43,270ms2., a área total construída de 118,170ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,946324%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A e 111-B, terá a área útil de 147.900ms2., a área comum de 72,111ms2., a área total construída de 220,011ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,466207%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, terá a área útil de 69,540ms2., a área comum de 38,838ms2., a área total construída de 108,378ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,815345%. Cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 113-A e 113-B, terá a área útil de 148,360ms2., a área comum de 49,804ms2., a área total construída de 220,664ms2., e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 1,471915%. **GARAGEM**: Da Declaração à que se refere a alínea "P", do Artigo 32 da Lei no. 4.591 de 16 de dezembro de 1964, constou que, a garagem do empreendimento localizar-se-á no sub-solo, será coletiva, considerada área comum do condomínio, com um total de 110 (cento e dez) vagas, individuais e indeterminadas, numeradas no projeto aprovado apenas para efeito de quantidade, destinadas ao estacionamento de 01 (um) veículo de passeio cada, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista, distribuídas entre os apartamentos da seguinte forma: À cada um dos Apartamentos tipo e aos Apartamentos de Cobertura nos. 112-A e 112-B, corresponderá 01 (uma) vaga e à cada um dos Apartamentos de Cobertura nos. 111-A, 111-B, 113-A e 113-B, corresponderão 02 (duas) vagas. Custo Global da Obra: R$5.912.769,00. Valor Venal-1996/terreno atualizado: R$1.284.706,97. Registrado por: Escrevente.

wfs

continua no verso

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/05/2023 16:10:17

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ

Dra. ZULMIRA EUPHRÁSIA MUNIZ SAMPAIO
OFICIAL

Matrícula	Ficha
61.360	23

Guarujá, 01 de setembro de 2009

R.63 01 de setembro de 2009

Por escritura datada de 10 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho – Guarujá – SP, livro 378, fls. 101, a GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada, **VENDEU a fração ideal de terreno de 0,946324%, que corresponderá ao Apartamento nº 95-A do Condomínio Residencial Mussa Gaze**, a **ADÃO MARCIO BERGAMIN**, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, RG. nº 5.674.386-SSP-SP, CPF/MF. nº 309.321.698-72; e **MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS**, brasileira, solteira, maior, vendedora autônoma, RG. nº 20.588.336-SSP-SP, CPF/MF. nº 069.955.038-64, ambos domiciliados e residentes em Guarujá – SP, na Avenida Severino Prieto Alvarez nº 120, Jardim Acapulco, pelo preço de R$1.091,72. A vendedora declarou que deixou de apresentar a Certidão Negativa de Débito-CND., expedida pelo INSS., bem como a Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, em virtude de exercer a atividade de comercialização de imóveis, e que o imóvel ora transacionado, não faz parte de seu ativo permanente. (valor venal de 2009 – fração ideal – R$14.690,11).

Registrado por Roberto de Jesus Giannella
Substituto da Oficial

jjs

R.64 01 de setembro de 2009

Por escritura datada de 04 de agosto de 2009, lavrada no Cartório do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Vicente de Carvalho – Guarujá – SP, livro 378, fls. 83, a GUARUJÁ VEÍCULOS CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada, **VENDEU a fração ideal de terreno de 0,946324%, que corresponderá ao Apartamento nº 105-A do Condomínio Residencial Mussa Gaze**, a **AFONSO BAZZALI**, brasileiro, economista, separado judicialmente, RG. nº 11.481.916-SSP-SP, CPF/MF. nº 011.184.928-46, domiciliado e

(continua no verso)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/05/2023 10:10:17

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
				PRINCIPAL - CUSTAS					
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	1.346,00			0,00	1.346,00
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	82,27			0,00	82,27
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	79,50			0,00	79,50
25/03/2011	Custas	36,36		44.834327	74,22			0,00	74,22
21/10/2011	Custas	20,00		46.214289	39,61			0,00	39,61
09/02/2012	Custas	20,00		47.103239	38,86			0,00	38,86
23/08/2012	Custas	40,95		48.268754	77,65			0,00	77,65
03/09/2012	Custas	40,74		48.485963	76,90			0,00	76,90
17/12/2014	Custas	50,00		55.465502	82,50			0,00	82,50
08/01/2015	custas	127,50		55.809388	209,10			0,00	209,10
05/09/2017	Custas	1.111,23		67.026129	1.517,45			0,00	1.517,45
	Subtotal:	**2.125,42**			**3.624,06**			**0,00**	**3.624,06**
				PRINCIPAL - DÉBITO CONDOMINIAL					
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	944,77	01/12/2004	221,0000%	2.129,68	3.093,34
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	936,71	01/01/2005	220,0000%	2.101,96	3.057,40
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	931,40	01/02/2005	219,0000%	2.080,54	3.030,56
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	927,32	01/03/2005	218,0000%	2.061,97	3.007,83
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	918,04	01/04/2005	217,0000%	2.031,98	2.968,38
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	778,88	01/06/2005	215,0000%	1.708,06	2.502,51
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	851,20	01/09/2005	212,0000%	1.840,62	2.708,84
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	1.153,22	01/12/2005	209,0000%	2.458,42	3.634,70
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	1.123,59	01/01/2006	208,0000%	2.383,80	3.529,86
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	994,71	01/02/2006	207,0000%	2.100,22	3.114,82
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	992,42	01/03/2006	206,0000%	2.085,25	3.097,51
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	953,78	01/05/2006	204,0000%	1.984,61	2.957,46
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	952,54	01/06/2006	203,0000%	1.972,32	2.943,91
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	987,97	01/07/2006	202,0000%	2.035,59	3.043,31
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	986,89	01/08/2006	201,0000%	2.023,30	3.029,92
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	987,09	01/09/2006	200,0000%	2.013,66	3.020,49
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	985,51	01/10/2006	199,0000%	2.000,38	3.005,60
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	977,18	01/12/2006	197,0000%	1.963,53	2.960,25
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	971,16	01/01/2007	196,0000%	1.941,53	2.932,11
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	1.049,77	01/02/2007	195,0000%	2.087,98	3.158,74
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	1.011,51	01/03/2007	194,0000%	2.001,57	3.033,31
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	1.074,57	01/04/2007	193,0000%	2.115,39	3.211,45
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	1.037,87	01/05/2007	192,0000%	2.032,55	3.091,17
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	1.001,87	01/06/2007	191,0000%	1.951,82	2.973,72
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	1.032,21	01/07/2007	190,0000%	2.000,41	3.053,26
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	1.028,92	01/08/2007	189,0000%	1.983,53	3.033,02
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	1.022,88	01/09/2007	188,0000%	1.961,46	3.004,79
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	1.020,33	01/10/2007	187,0000%	1.946,16	2.986,89
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	1.017,28	01/11/2007	186,0000%	1.929,97	2.967,59
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	1.012,92	01/12/2007	185,0000%	1.911,36	2.944,53
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	1.114,65	01/01/2008	184,0000%	2.091,96	3.228,90
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	1.107,01	01/02/2008	183,0000%	2.066,34	3.195,49
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	1.101,72	01/03/2008	182,0000%	2.045,22	3.168,97
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	1.096,13	01/04/2008	181,0000%	2.023,67	3.141,72
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	980,25	01/05/2008	180,0000%	1.799,73	2.799,58
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	1.078,81	01/06/2008	179,0000%	1.969,68	3.070,06
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	1.062,91	01/08/2008	177,0000%	1.918,96	3.003,12
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	954,62	01/09/2008	176,0000%	1.713,72	2.687,43
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	953,19	01/10/2008	175,0000%	1.701,43	2.673,68
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	948,45	01/11/2008	174,0000%	1.683,29	2.650,70
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	1.034,01	01/01/2009	172,0000%	1.814,06	2.868,75
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	89,10	05/01/2009	172,0000%	156,31	247,19
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	965,74	01/06/2009	167,0000%	1.645,03	2.630,08
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	961,70	01/07/2009	166,0000%	1.628,34	2.609,27
10/06/2010	Condomínio	478,45	2%	42.946746	1.019,67	10/06/2010	155,0000%	1.612,09	2.652,15
10/07/2010	Condomínio	478,65	2%	42.899504	1.021,22	10/07/2010	154,0000%	1.604,12	2.645,76
10/08/2010	Condomínio	430,85	2%	42.869474	919,88	10/08/2010	153,0000%	1.435,55	2.373,82
10/09/2010	Condomínio	434,06	2%	42.839465	927,38	10/09/2010	152,0000%	1.437,79	2.383,71
10/10/2010	Condomínio	431,52	2%	43.070798	917,01	10/10/2010	151,0000%	1.412,37	2.347,72
10/11/2010	Condomínio	432,04	2%	43.467049	909,74	10/11/2010	150,0000%	1.391,89	2.319,82
10/12/2010	Condomínio	430,36	2%	43.914759	896,97	10/12/2010	149,0000%	1.363,20	2.278,10
10/01/2011	Condomínio	514,68	2%	44.178247	1.066,31	10/01/2011	148,0000%	1.609,69	2.697,32

fls. 124

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1

de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A

Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
10/02/2011	Condomínio	486,86	2%	44.593522	999,28	10/02/2011	147,0000%	1.498,31	2.517,57
10/03/2011	Condomínio	481,85	2%	44.834327	983,68	10/03/2011	146,0000%	1.464,89	2.468,24
10/04/2011	Condomínio	476,43	2%	45.130233	966,24	10/04/2011	145,0000%	1.429,06	2.414,62
02/08/2011	Condomínio	464,70	2%	45.814835	928,37	02/08/2011	141,0000%	1.335,17	2.282,10
07/10/2011	Condomínio	464,70	2%	46.214289	920,34	07/10/2011	139,0000%	1.304,84	2.243,58
01/03/2012	Condomínio	738,83	2%	47.286941	1.430,07	01/03/2012	134,0000%	1.954,61	3.413,28
01/12/2012	Condomínio	641,29	2%	49.403187	1.188,10	01/12/2012	125,0000%	1.514,82	2.726,68
01/01/2013	Condomínio	707,71	2%	49.76877	1.301,53	01/01/2013	124,0000%	1.646,17	2.973,73
01/02/2013	Condomínio	707,71	2%	50.226642	1.289,66	01/02/2013	123,0000%	1.618,00	2.933,45
01/04/2013	Condomínio	764,49	2%	50.790746	1.377,66	01/04/2013	121,0000%	1.700,30	3.105,51
01/05/2013	Condomínio	707,71	2%	51.090411	1.267,86	01/05/2013	120,0000%	1.551,85	2.845,06
01/06/2013	Condomínio	707,71	2%	51.269227	1.263,44	01/06/2013	119,0000%	1.533,55	2.822,25
01/07/2013	Condomínio	707,71	2%	51.41278	1.259,91	01/07/2013	118,0000%	1.516,41	2.801,51
01/08/2013	Condomínio	707,71	2%	51.345943	1.261,55	01/08/2013	117,0000%	1.505,53	2.792,31
01/09/2013	Condomínio	707,71	2%	51.428096	1.259,53	01/09/2013	116,0000%	1.490,27	2.774,99
01/10/2013	Condomínio	707,71	2%	51.566951	1.256,14	01/10/2013	115,0000%	1.473,44	2.754,70
01/11/2013	Condomínio	707,71	2%	51.881509	1.248,53	01/11/2013	114,0000%	1.451,79	2.725,29
01/12/2013	Condomínio	707,71	2%	52.161669	1.241,82	01/12/2013	113,0000%	1.431,31	2.697,96
01/01/2014	Condomínio	757,23	2%	52.537233	1.319,21	01/01/2014	112,0000%	1.507,06	2.852,65
01/02/2014	Condomínio	757,23	2%	52.868217	1.310,96	01/02/2014	111,0000%	1.484,25	2.821,42
01/03/2014	Condomínio	757,23	2%	53.206573	1.302,62	01/03/2014	110,0000%	1.461,53	2.790,20
01/04/2014	Condomínio	757,23	2%	53.642866	1.292,02	01/04/2014	109,0000%	1.436,46	2.754,32
01/05/2014	Condomínio	757,23	2%	54.06128	1.282,02	01/05/2014	108,0000%	1.412,27	2.719,93
01/06/2014	Condomínio	757,23	2%	54.385647	1.274,38	01/06/2014	107,0000%	1.390,85	2.690,71
01/07/2014	Condomínio	782,13	2%	54.527049	1.312,87	01/07/2014	106,0000%	1.419,46	2.758,58
01/08/2014	Condomínio	757,23	2%	54.597934	1.269,42	01/08/2014	105,0000%	1.359,54	2.654,34
01/09/2014	Condomínio	757,23	2%	54.69621	1.267,14	01/09/2014	104,0000%	1.344,17	2.636,65
01/10/2014	Condomínio	757,23	2%	54.964221	1.260,96	01/10/2014	103,0000%	1.324,75	2.610,92
01/10/2014	Condomínio	337,29	2%	54.964221	561,66	01/10/2014	103,0000%	590,07	1.162,96
01/11/2014	Condomínio	757,23	2%	55.173085	1.256,19	01/11/2014	102,0000%	1.306,93	2.588,24
01/11/2014	Condomínio	337,29	2%	55.173085	559,54	01/11/2014	102,0000%	582,14	1.152,87
07/12/2014	Condomínio	757,23	2%	55.465502	1.249,57	07/12/2014	101,0000%	1.287,30	2.561,86
07/01/2015	Condomínio	757,23	2%	55.809388	1.241,87	07/01/2015	100,0000%	1.266,70	2.533,40
07/02/2015	Condomínio	757,23	2%	56.635366	1.223,76	07/02/2015	99,0000%	1.235,74	2.483,97
07/03/2015	Condomínio	757,23	2%	57.292336	1.209,72	07/03/2015	98,0000%	1.209,23	2.443,14
07/04/2015	Condomínio	757,23	2%	58.15745	1.191,73	07/04/2015	97,0000%	1.179,09	2.394,65
07/05/2015	Condomínio	757,23	2%	58.570367	1.183,33	07/05/2015	96,0000%	1.158,71	2.365,70
07/06/2015	Condomínio	774,73	2%	59.150213	1.198,81	07/06/2015	95,0000%	1.161,64	2.384,42
07/07/2015	Condomínio	757,23	2%	59.605669	1.162,77	07/07/2015	94,0000%	1.114,85	2.300,87
07/08/2015	Condomínio	757,23	2%	59.951381	1.156,07	07/08/2015	93,0000%	1.096,64	2.275,83
07/09/2015	Condomínio	757,23	2%	60.101259	1.153,18	07/09/2015	92,0000%	1.082,14	2.258,38
07/10/2015	Condomínio	757,23	2%	60.407775	1.147,33	07/10/2015	91,0000%	1.064,94	2.235,21
07/11/2015	Condomínio	757,23	2%	60.872914	1.138,57	07/11/2015	90,0000%	1.045,20	2.206,54
07/12/2015	Condomínio	757,23	2%	61.548603	1.126,07	07/12/2015	89,0000%	1.022,24	2.170,83
07/01/2016	Condomínio	757,23	2%	62.10254	1.116,02	07/01/2016	88,0000%	1.001,73	2.140,07
07/02/2016	Condomínio	757,23	2%	63.040288	1.099,42	07/02/2016	87,0000%	975,61	2.097,01
07/03/2016	Condomínio	757,23	2%	63.63917	1.089,08	07/03/2016	86,0000%	955,33	2.066,19
07/04/2016	Condomínio	757,23	2%	63.919182	1.084,30	07/04/2016	85,0000%	940,08	2.046,06
07/05/2016	Condomínio	757,23	2%	64.328264	1.077,41	07/05/2016	84,0000%	923,11	2.022,06
07/06/2016	Condomínio	757,23	2%	64.95868	1.066,95	07/06/2016	83,0000%	903,27	1.991,55
07/07/2016	Condomínio	757,23	2%	65.263985	1.061,96	07/07/2016	82,0000%	888,21	1.971,40
07/08/2016	Condomínio	757,23	2%	65.681674	1.055,21	07/08/2016	81,0000%	871,81	1.948,12
07/09/2016	Condomínio	757,23	2%	65.885287	1.051,95	07/09/2016	80,0000%	858,38	1.931,36
07/10/2016	Condomínio	757,23	2%	65.937995	1.051,11	07/10/2016	79,0000%	846,98	1.919,11
07/11/2016	Condomínio	757,23	2%	66.050089	1.049,32	07/11/2016	78,0000%	834,83	1.905,13
07/12/2016	Condomínio	757,23	2%	66.096324	1.048,59	07/12/2016	77,0000%	823,56	1.893,12
07/01/2017	Condomínio	757,23	2%	66.188858	1.047,12	07/01/2017	76,0000%	811,72	1.879,78
07/02/2017	Condomínio	757,23	2%	66.466851	1.042,74	07/02/2017	75,0000%	797,69	1.861,28
07/03/2017	Condomínio	757,23	2%	66.626371	1.040,25	07/03/2017	74,0000%	785,17	1.846,22
07/04/2017	Condomínio	757,23	2%	66.839575	1.036,93	07/04/2017	73,0000%	772,09	1.829,75
07/05/2017	Condomínio	757,23	2%	66.893046	1.036,10	07/05/2017	72,0000%	760,91	1.817,73
07/06/2017	Condomínio	757,23	2%	67.13386	1.032,38	07/06/2017	71,0000%	747,64	1.800,66
07/07/2017	Condomínio	757,23	2%	66.932458	1.035,49	07/07/2017	70,0000%	739,33	1.795,52
07/08/2017	Condomínio	757,23	2%	67.046243	1.033,73	07/08/2017	69,0000%	727,53	1.781,93
07/09/2017	Condomínio	757,23	2%	67.026129	1.034,04	07/09/2017	68,0000%	717,20	1.771,92
07/10/2017	Condomínio	757,23	2%	67.012723	1.034,25	07/10/2017	67,0000%	706,80	1.761,73
07/11/2017	Condomínio	757,23	2%	67.26067	1.030,44	07/11/2017	66,0000%	693,68	1.744,72

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
07/12/2017	Condomínio	757,23	2%	67.381739	1.028,58	07/12/2017	65,0000%	681,94	1.731,09
07/01/2018	Condomínio	757,23	2%	67.556931	1.025,92	07/01/2018	64,0000%	669,71	1.716,14
07/02/2018	Condomínio	757,23	2%	67.712311	1.023,56	07/02/2018	63,0000%	657,73	1.701,76
07/03/2018	Condomínio	757,23	2%	67.834193	1.021,72	07/03/2018	62,0000%	646,13	1.688,28
07/04/2018	Condomínio	757,23	2%	67.881676	1.021,01	07/04/2018	61,0000%	635,27	1.676,70
07/05/2018	Condomínio	757,23	2%	68.024227	1.018,87	07/05/2018	60,0000%	623,54	1.662,78
07/06/2018	Condomínio	757,23	2%	68.316731	1.014,51	07/06/2018	59,0000%	610,53	1.645,33
07/07/2018	Condomínio	757,23	2%	69.29366	1.000,20	07/07/2018	58,0000%	591,71	1.611,91
07/08/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	997,71	07/08/2018	57,0000%	580,06	1.597,72
07/09/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	997,71	07/09/2018	56,0000%	569,88	1.587,54
07/10/2018	Condomínio	757,23	2%	69.675294	994,73	07/10/2018	55,0000%	558,04	1.572,66
07/11/2018	Condomínio	757,23	2%	69.953995	990,76	07/11/2018	54,0000%	545,70	1.556,27
07/12/2018	Condomínio	757,23	2%	69.77911	993,25	07/12/2018	53,0000%	536,94	1.550,05
07/01/2019	Condomínio	757,23	2%	69.8768	991,86	07/01/2019	52,0000%	526,07	1.537,76
07/02/2019	Condomínio	757,23	2%	70.128356	988,30	07/02/2019	51,0000%	514,11	1.522,17
07/03/2019	Condomínio	757,23	2%	70.507049	982,99	07/03/2019	50,0000%	501,32	1.503,96
07/04/2019	Condomínio	757,23	2%	71.049953	975,48	07/04/2019	49,0000%	487,54	1.482,52
07/05/2019	Condomínio	757,23	2%	71.476252	969,66	07/05/2019	48,0000%	474,74	1.463,79
07/06/2019	Condomínio	757,23	2%	71.583466	968,21	07/06/2019	47,0000%	464,15	1.451,72
07/07/2019	Condomínio	757,23	2%	71.590624	968,11	07/07/2019	46,0000%	454,23	1.441,70
07/08/2019	Condomínio	757,23	2%	71.662214	967,15	07/08/2019	45,0000%	443,92	1.430,41
07/09/2019	Condomínio	757,23	2%	71.748208	965,99	07/09/2019	44,0000%	433,53	1.418,83
07/10/2019	Condomínio	757,23	2%	71.712333	966,47	07/10/2019	43,0000%	423,88	1.409,67
07/11/2019	Condomínio	757,23	2%	71.741017	966,08	07/11/2019	42,0000%	413,86	1.399,26
07/12/2019	Condomínio	757,23	2%	72.128418	960,89	07/12/2019	41,0000%	401,84	1.381,94
07/01/2020	Condomínio	757,23	2%	73.008384	949,31	07/01/2020	40,0000%	387,31	1.355,60
07/02/2020	Condomínio	757,23	2%	73.147099	947,51	07/02/2020	39,0000%	376,91	1.343,37
07/03/2020	Condomínio	757,23	2%	73.271449	945,90	07/03/2020	38,0000%	366,62	1.331,43
07/04/2020	Condomínio	757,23	2%	73.403337	944,20	07/04/2020	37,0000%	356,33	1.319,41
07/05/2020	Condomínio	757,23	2%	73.234509	946,38	07/05/2020	36,0000%	347,50	1.312,80
07/06/2020	Condomínio	757,23	2%	73.051422	948,75	07/06/2020	35,0000%	338,70	1.306,42
07/07/2020	Condomínio	757,23	2%	73.270576	945,92	07/07/2020	34,0000%	328,04	1.292,87
07/08/2020	Condomínio	757,23	2%	73.592966	941,77	07/08/2020	33,0000%	316,99	1.277,59
07/09/2020	Condomínio	757,23	2%	73.8579	938,39	07/09/2020	32,0000%	306,28	1.263,43
07/10/2020	Condomínio	757,23	2%	74.500463	930,30	07/10/2020	31,0000%	294,15	1.243,05
07/11/2020	Condomínio	757,23	2%	75.163517	922,09	07/11/2020	30,0000%	282,15	1.222,68
07/12/2020	Condomínio	757,23	2%	75.87757	913,42	07/12/2020	29,0000%	270,18	1.201,86
07/01/2021	Condomínio	757,23	2%	76.985382	900,27	07/01/2021	28,0000%	257,11	1.175,38
07/02/2021	Condomínio	757,23	2%	77.193242	897,85	07/02/2021	27,0000%	247,26	1.163,06
07/03/2021	Condomínio	757,23	2%	77.826226	890,55	07/03/2021	26,0000%	236,17	1.144,53
07/04/2021	Condomínio	757,23	2%	78.495531	882,95	07/04/2021	25,0000%	225,15	1.125,75
07/05/2021	Condomínio	757,23	2%	78.793814	879,61	07/05/2021	24,0000%	215,32	1.112,52
07/06/2021	Condomínio	757,23	2%	79.550234	871,25	07/06/2021	23,0000%	204,39	1.093,06
07/07/2021	Condomínio	757,23	2%	80.027535	866,05	07/07/2021	22,0000%	194,34	1.077,71
07/08/2021	Condomínio	757,23	2%	80.843815	857,30	07/08/2021	21,0000%	183,63	1.058,07
07/09/2021	Condomínio	757,22	2%	81.55524	849,81	07/09/2021	20,0000%	173,36	1.040,16
07/10/2021	Condomínio	757,22	2%	82.533902	839,74	07/10/2021	19,0000%	162,74	1.019,27
07/11/2021	Condomínio	757,22	2%	83.491295	830,11	07/11/2021	18,0000%	152,40	999,11
07/12/2021	Condomínio	842,24	2%	84.192621	915,62	07/12/2021	17,0000%	158,76	1.092,69
07/01/2022	Condomínio	1.192,24	2%	84.807227	1.286,72	07/01/2022	16,0000%	209,99	1.522,44
07/02/2022	Condomínio	1.192,24	2%	85.375435	1.278,16	07/02/2022	15,0000%	195,55	1.499,27
07/03/2022	Condomínio	1.192,24	2%	86.229189	1.265,51	07/03/2022	14,0000%	180,71	1.471,53
07/04/2022	Condomínio	842,24	2%	87.703708	878,97	07/04/2022	13,0000%	116,55	1.013,09
07/05/2022	Condomínio	842,24	2%	88.615826	869,92	07/05/2022	12,0000%	106,47	993,78
07/06/2022	Condomínio	842,24	2%	89.014597	866,02	07/06/2022	11,0000%	97,16	980,50
07/07/2022	Condomínio	842,24	2%	89.566487	860,69	07/07/2022	10,0000%	87,79	965,69
07/08/2022	Condomínio	842,24	2%	89.029088	865,88	07/08/2022	9,0000%	79,48	962,67
07/09/2022	Condomínio	842,24	2%	88.753097	868,57	07/09/2022	8,0000%	70,87	956,81
07/10/2022	Condomínio	842,24	2%	88.469087	871,36	07/10/2022	7,0000%	62,21	950,99
07/11/2022	Condomínio	842,24	2%	88.884891	867,29	07/11/2022	6,0000%	53,07	937,70
07/12/2022	Condomínio	1.816,29	2%	89.222653	1.863,23	07/12/2022	5,0000%	95,02	1.995,51
07/01/2023	Condomínio	968,57	2%	89.838289	986,79	07/01/2023	4,0000%	40,26	1.046,78
07/02/2023	Condomínio	968,57	2%	90.251545	982,27	07/02/2023	3,0000%	30,05	1.031,96
07/03/2023	Condomínio	968,57	2%	90.946481	974,76	07/03/2023	2,0000%	19,88	1.014,13
07/04/2023	Condomínio	968,57	2%	91.528538	968,57	07/04/2023	1,0000%	9,87	997,81
	Subtotal:	**121.854,95**			**190.250,73**			**196.294,03**	**390.348,89**

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 12/05/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total

Padrão de Cálculo:

CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/05/2023
- Multiplicador do Cálculo: 91.528538

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/05/2023.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

C. FINAIS:
- Taxa Judiciária (R$3.939,72) + Despesas (R$1.241,96) Total Taxas: 5.181,68

Total do Principal Corrigido:	193.874,79
Total de Multas:	3.804,13
Total de Juros:	196.294,03
Total de Despesas Processuais:	0,00
Subtotal:	393.972,95
+ C. Finais	5.181,68
+ Honorários 10%	39.034,88
Total do Cálculo:	**438.189,51**
+ Multa 10% CPC Art.523	43.818,92
+ Honorários 10% CPC Art.523	43.818,92
Total do Cálculo com Art.523:	**525.827,35**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ FORO DE GUARUJÁ 1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 05/06/2023, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. Numero de ordem 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o **dia 24/07/2023 às 16h20min.**, e encerramento no **dia 27/07/2023 às 16h20min.**,entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial.

Caso não haja licitantes, , seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no **dia 27/07/2023 às 16h21min.**, que se encerrará em no **dia 16/08/2023 às 16h20min.**, sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial.

Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ.

Providencie o leiloeiro, a intimação dos demais executados por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC.

Os lances serão capitados por meio eletrônico, por intermédio do portal www.lecape.com.br.

Dê-se ciência à PMG.

Intime-se.

Guaruja, 05 de junho de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000667Q8.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0447/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 07/06/2023. Considera-se a data de publicação em 12/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 24/07/2023 às 16h20min., e encerramento no dia 27/07/2023 às 16h20min.,entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, , seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 27/07/2023 às 16h21min., que se encerrará em no dia 16/08/2023 às 16h20min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Providencie o leiloeiro, a intimação dos demais executados por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Os lances serão capitados por meio eletrônico, por intermédio do portal www.lecape.com.br. Dê-se ciência à PMG. Intime-se."

Guarujá, 7 de junho de 2023.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2023/017717-8**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Município de Guarujá Procurador
AV SANTOS DUMONT, 800. Outros endereços: Avenida Santos Dumont, 800
11432-502. Outros endereços: 11460-000 - Guaruja

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), nos termos do artigo 269, § 3º do Código de Processo Civil, para os atos e termos da ação proposta, cuja cópia da petição inicial e documentos seguem anexos e deste fazem parte integrante, e de acordo com o r. despacho de seguinte teor: "Vistos. Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 24/07/2023 às 16h20min., e encerramento no dia 27/07/2023 às 16h20min.,entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, , seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 27/07/2023 às 16h21min., que se encerrará em no dia 16/08/2023 às 16h20min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Providencie o leiloeiro, a intimação dos demais executados por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Os lances serão capitados por meio eletrônico, por intermédio do portal www.lecape.com.br. Dê-se ciência à PMG. Intime-se.".

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 12 de junho de 2023. Antônio César do Monte, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado
Telefone Comercial: (13)33554526

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000066MCF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Recomendação 111/2021 do CNJ: É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil Art. 227 da CF). Denúncias sobre maus-tratos, violência, ou abusos contra crianças e adolescentes podem ser realizadas por meio do Disque 100 (Serviço do Ministério da Justiça), por qualquer cidadão. A ligação é gratuita. O serviço funciona para todo o país, todos os dias da semana, das 8 às 22 horas, inclusive nos feriados. Não é preciso identificar-se.

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*

Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos; Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Art. 212, do CPC: *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*

§ 2º *Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.*

Artigo 5º, inciso XI, da CF: *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000666MCF.

Foro de Guarujá
Comprovante de Remessa

Emitido em : 19/06/2023 - 10.22.26

Lote 223 2023.00008002
Remetido : 19/06/2023

Origem : Cartório da 1ª Vara Cível
Destino : Seção Adm. de Dist. de Mand. da Comarca de Guarujá

Ord	Remessa	Processo	Mand. prisão	Mandado	Modelo	Prazo	Tipo	Situação	Audiência
1	19/06/2023 10:21	0010479-53.2009.8.26.0223		223.2023/017717-8	Mandado - Intima		Simples	Aguardando di	

Total 1

Recebido em ___/___/___ Hora : ___:___ Por : _____ Assinatura : _____

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO E3TADO DE SÂO PAULO

Juízo de Direito da 1° Vara Cível de Guarujá

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá - tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 18 de 07 de **2023**, junto a estes autos:

(X) petição(ões)

( ) a contestação apresentada (advogado cadastrado no SAJ nesta data)

( ) o ofício

( ) a carta precatória ( ) positiva ( ) negativa

( ) o aviso de recebimento ( ) citação ( ) intimação

( ) positivo ( ) negativo

( ) o mandado ( ) positivo ( ) negativo

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial liquidado

( ) o laudo pericial

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) mensagem eletrônica (email)

( ) outros (_____)

Eu Pedro Daniel (Pedro Daniel) Estagiário de Nível Superior, subscrevi.

120

MARIO DE PAULA MACHADO

Sociedade de Advogados

CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

7RA207
29991 2009

Atesto que no SAJ/PG5:
[X] Cadastrei Incid/Petição/Outros
[ ] Incluí/excluí Advogado(s)
[ ] Registrei Sentença
Data 19/07 Escr. WILLIAN

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP.

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA que promove **ADÃO MARCIO BERGAMIM, - 95A** que tramita por este R. Juízo, vem à presença de V.Exa., por seu advogado ao final assinado, requerer a juntada do cálculo atualizado da dívida.

P. Deferimento.
Guarujá, 07 de julho de 2023.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 07/07/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
				PRINCIPAL - CUSTAS					
08/10/2009	custas	605,07		41.144787	1.358,01			0,00	1.358,01
11/12/2009	custas	37,21		41.396135	83,00			0,00	83,00
22/02/2010	custas	36,36		41.860645	80,21			0,00	80,21
25/03/2011	Custas	36,36		44.834327	74,89			0,00	74,89
21/10/2011	Custas	20,00		46.214289	39,96			0,00	39,96
09/02/2012	Custas	20,00		47.103239	39,20			0,00	39,20
23/08/2012	Custas	40,95		48.268754	78,34			0,00	78,34
03/09/2012	Custas	40,74		48.485963	77,59			0,00	77,59
17/12/2014	Custas	50,00		55.465502	83,24			0,00	83,24
08/01/2015	custas	127,50		55.809388	210,96			0,00	210,96
05/09/2017	Custas	1.111,23		67.026129	1.530,99			0,00	1.530,99
	Subtotal:	**2.125,42**			**3.656,39**			**0,00**	**3.656,39**
				PRINCIPAL - DÉBITO CONDOMINIAL					
01/12/2004	condomínio	337,29	2%	32.676253	953,20	01/12/2004	223,0000%	2.168,13	3.140,39
01/01/2005	condomínio	337,29	2%	32.957268	945,07	01/01/2005	222,0000%	2.140,01	3.103,98
01/02/2005	condomínio	337,29	2%	33.145124	939,71	01/02/2005	221,0000%	2.118,28	3.076,78
01/03/2005	condomínio	337,29	2%	33.290962	935,59	01/03/2005	220,0000%	2.099,46	3.053,76
01/04/2005	condomínio	336,35	2%	33.533986	926,23	01/04/2005	219,0000%	2.069,00	3.013,75
01/06/2005	condomínio	289,98	2%	34.076019	785,83	01/06/2005	217,0000%	1.739,34	2.540,88
01/09/2005	condomínio	316,65	2%	34.048746	858,79	01/09/2005	214,0000%	1.874,55	2.750,51
01/12/2005	condomínio	434,47	2%	34.482804	1.163,50	01/12/2005	211,0000%	2.504,08	3.690,85
01/01/2006	condomínio	425,00	2%	34.620735	1.133,61	01/01/2006	210,0000%	2.428,18	3.584,46
01/02/2006	condomínio	377,68	2%	34.752293	1.003,58	01/02/2006	209,0000%	2.139,42	3.163,07
01/03/2006	condomínio	377,68	2%	34.832223	1.001,28	01/03/2006	208,0000%	2.124,30	3.145,60
01/05/2006	condomínio	364,39	2%	34.968181	962,29	01/05/2006	206,0000%	2.021,95	3.003,48
01/06/2006	condomínio	364,39	2%	35.013639	961,04	01/06/2006	205,0000%	2.009,53	2.989,79
01/07/2006	condomínio	377,68	2%	34.989129	996,79	01/07/2006	204,0000%	2.074,10	3.090,82
01/08/2006	condomínio	377,68	2%	35.027617	995,69	01/08/2006	203,0000%	2.061,66	3.077,26
01/09/2006	condomínio	377,68	2%	35.020611	995,89	01/09/2006	202,0000%	2.051,91	3.067,71
01/10/2006	condomínio	377,68	2%	35.076643	994,30	01/10/2006	201,0000%	2.038,50	3.052,68
01/12/2006	condomínio	377,68	2%	35.375427	985,90	01/12/2006	199,0000%	2.001,16	3.006,77
01/01/2007	condomínio	377,68	2%	35.594754	979,83	01/01/2007	198,0000%	1.978,85	2.978,27
01/02/2007	condomínio	410,25	2%	35.769168	1.059,13	01/02/2007	197,0000%	2.128,21	3.208,52
01/03/2007	condomínio	396,96	2%	35.919398	1.020,54	01/03/2007	196,0000%	2.040,26	3.081,21
01/04/2007	condomínio	423,56	2%	36.077443	1.084,15	01/04/2007	195,0000%	2.156,36	3.262,19
01/05/2007	condomínio	410,16	2%	36.171244	1.047,13	01/05/2007	194,0000%	2.072,05	3.140,12
01/06/2007	condomínio	396,96	2%	36.265289	1.010,80	01/06/2007	193,0000%	1.989,84	3.020,85
01/07/2007	condomínio	410,25	2%	36.377711	1.041,42	01/07/2007	192,0000%	2.039,50	3.101,74
01/08/2007	condomínio	410,25	2%	36.494119	1.038,09	01/08/2007	191,0000%	2.022,40	3.081,25
01/09/2007	condomínio	410,25	2%	36.709434	1.032,00	01/09/2007	190,0000%	2.000,01	3.052,65
01/10/2007	condomínio	410,25	2%	36.801207	1.029,43	01/10/2007	189,0000%	1.984,51	3.034,52
01/11/2007	condomínio	410,25	2%	36.91161	1.026,35	01/11/2007	188,0000%	1.968,11	3.014,98
01/12/2007	condomínio	410,25	2%	37.070329	1.021,96	01/12/2007	187,0000%	1.949,26	2.991,65
01/01/2008	condomínio	455,83	2%	37.429911	1.124,59	01/01/2008	186,0000%	2.133,56	3.280,64
01/02/2008	condomínio	455,83	2%	37.688177	1.116,89	01/02/2008	185,0000%	2.107,55	3.246,77
01/03/2008	condomínio	455,83	2%	37.86908	1.111,55	01/03/2008	184,0000%	2.086,15	3.219,93
01/04/2008	condomínio	455,83	2%	38.062212	1.105,91	01/04/2008	183,0000%	2.064,27	3.192,29
01/05/2008	condomínio	410,25	2%	38.30581	989,00	01/05/2008	182,0000%	1.835,97	2.844,75
01/06/2008	condomínio	455,83	2%	38.673545	1.088,43	01/06/2008	181,0000%	2.009,44	3.119,63
01/08/2008	condomínio	455,83	2%	39.251821	1.072,39	01/08/2008	179,0000%	1.957,95	3.051,78
01/09/2008	condomínio	410,25	2%	39.334249	963,14	01/09/2008	178,0000%	1.748,67	2.731,07
01/10/2008	condomínio	410,25	2%	39.39325	961,70	01/10/2008	177,0000%	1.736,24	2.717,17
01/11/2008	condomínio	410,25	2%	39.590216	956,91	01/11/2008	176,0000%	1.717,83	2.693,87
01/01/2009	condomínio	450,26	2%	39.855905	1.043,23	01/01/2009	174,0000%	1.851,51	2.915,60
05/01/2009	condomínio	38,80	2%	39.855905	89,89	05/01/2009	174,0000%	159,52	251,20
01/06/2009	condomínio	430,29	2%	40.780757	974,35	01/06/2009	169,0000%	1.679,57	2.673,40
01/07/2009	condomínio	430,29	2%	40.952036	970,28	01/07/2009	168,0000%	1.662,66	2.652,34
10/06/2010	Condomínio	478,45	2%	42.946746	1.028,77	10/06/2010	157,0000%	1.647,46	2.696,80
10/07/2010	Condomínio	478,65	2%	42.899504	1.030,33	10/07/2010	156,0000%	1.639,45	2.690,38
10/08/2010	Condomínio	430,85	2%	42.869474	928,09	10/08/2010	155,0000%	1.467,30	2.413,95
10/09/2010	Condomínio	434,06	2%	42.839465	935,66	10/09/2010	154,0000%	1.469,72	2.424,09
10/10/2010	Condomínio	431,52	2%	43.070798	925,18	10/10/2010	153,0000%	1.443,83	2.387,51
10/11/2010	Condomínio	432,04	2%	43.467049	917,86	10/11/2010	152,0000%	1.423,03	2.359,24
10/12/2010	Condomínio	430,36	2%	43.914759	904,97	10/12/2010	151,0000%	1.393,82	2.316,88
10/01/2011	Condomínio	514,68	2%	44.178247	1.075,82	10/01/2011	150,0000%	1.645,99	2.743,32

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 07/07/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
10/02/2011	Condomínio	486,86	2%	44.593522	1.008,19	10/02/2011	149,0000%	1.532,24	2.560,59
10/03/2011	Condomínio	481,85	2%	44.834327	992,46	10/03/2011	148,0000%	1.498,20	2.510,50
10/04/2011	Condomínio	476,43	2%	45.130233	974,86	10/04/2011	147,0000%	1.461,69	2.456,04
02/08/2011	Condomínio	464,70	2%	45.814835	936,65	02/08/2011	143,0000%	1.366,19	2.321,57
07/10/2011	Condomínio	464,70	2%	46.214289	928,55	07/10/2011	141,0000%	1.335,43	2.282,55
01/03/2012	Condomínio	738,83	2%	47.286941	1.442,83	01/03/2012	136,0000%	2.001,48	3.473,16
01/12/2012	Condomínio	641,29	2%	49.403187	1.198,70	01/12/2012	127,0000%	1.552,79	2.775,46
01/01/2013	Condomínio	707,71	2%	49.76877	1.313,14	01/01/2013	126,0000%	1.687,64	3.027,04
01/02/2013	Condomínio	707,71	2%	50.226642	1.301,17	01/02/2013	125,0000%	1.658,98	2.986,17
01/04/2013	Condomínio	764,49	2%	50.790746	1.389,95	01/04/2013	123,0000%	1.743,82	3.161,56
01/05/2013	Condomínio	707,71	2%	51.090411	1.279,17	01/05/2013	122,0000%	1.591,79	2.896,54
01/06/2013	Condomínio	707,71	2%	51.269227	1.274,71	01/06/2013	121,0000%	1.573,24	2.873,44
01/07/2013	Condomínio	707,71	2%	51.41278	1.271,15	01/07/2013	120,0000%	1.555,88	2.852,45
01/08/2013	Condomínio	707,71	2%	51.345943	1.272,80	01/08/2013	119,0000%	1.544,91	2.843,16
01/09/2013	Condomínio	707,71	2%	51.428096	1.270,77	01/09/2013	118,0000%	1.529,49	2.825,67
01/10/2013	Condomínio	707,71	2%	51.566951	1.267,35	01/10/2013	117,0000%	1.512,44	2.805,13
01/11/2013	Condomínio	707,71	2%	51.881509	1.259,66	01/11/2013	116,0000%	1.490,42	2.775,27
01/12/2013	Condomínio	707,71	2%	52.161669	1.252,90	01/12/2013	115,0000%	1.469,64	2.747,59
01/01/2014	Condomínio	757,23	2%	52.537233	1.330,98	01/01/2014	114,0000%	1.547,65	2.905,24
01/02/2014	Condomínio	757,23	2%	52.868217	1.322,65	01/02/2014	113,0000%	1.524,48	2.873,58
01/03/2014	Condomínio	757,23	2%	53.206573	1.314,24	01/03/2014	112,0000%	1.501,38	2.841,90
01/04/2014	Condomínio	757,23	2%	53.642866	1.303,55	01/04/2014	111,0000%	1.475,87	2.805,49
01/05/2014	Condomínio	757,23	2%	54.06128	1.293,46	01/05/2014	110,0000%	1.451,25	2.770,57
01/06/2014	Condomínio	757,23	2%	54.385647	1.285,74	01/06/2014	109,0000%	1.429,48	2.740,93
01/07/2014	Condomínio	782,13	2%	54.527049	1.324,58	01/07/2014	108,0000%	1.459,15	2.810,22
01/08/2014	Condomínio	757,23	2%	54.597934	1.280,75	01/08/2014	107,0000%	1.397,80	2.704,16
01/09/2014	Condomínio	757,23	2%	54.69621	1.278,44	01/09/2014	106,0000%	1.382,24	2.686,24
01/10/2014	Condomínio	757,23	2%	54.964221	1.272,21	01/10/2014	105,0000%	1.362,53	2.660,18
01/10/2014	Condomínio	337,29	2%	54.964221	566,67	01/10/2014	105,0000%	606,90	1.184,90
01/11/2014	Condomínio	757,23	2%	55.173085	1.267,39	01/11/2014	104,0000%	1.344,43	2.637,16
01/11/2014	Condomínio	337,29	2%	55.173085	564,53	01/11/2014	104,0000%	598,85	1.174,67
07/12/2014	Condomínio	757,23	2%	55.465502	1.260,71	07/12/2014	103,0000%	1.324,49	2.610,41
07/01/2015	Condomínio	757,23	2%	55.809388	1.252,94	07/01/2015	102,0000%	1.303,54	2.581,53
07/02/2015	Condomínio	757,23	2%	56.635366	1.234,67	07/02/2015	101,0000%	1.271,95	2.531,31
07/03/2015	Condomínio	757,23	2%	57.292336	1.220,51	07/03/2015	100,0000%	1.244,92	2.489,84
07/04/2015	Condomínio	757,23	2%	58.15745	1.202,36	07/04/2015	99,0000%	1.214,13	2.440,53
07/05/2015	Condomínio	757,23	2%	58.570367	1.193,88	07/05/2015	98,0000%	1.193,39	2.411,14
07/06/2015	Condomínio	774,73	2%	59.150213	1.209,50	07/06/2015	97,0000%	1.196,67	2.430,36
07/07/2015	Condomínio	757,23	2%	59.605669	1.173,14	07/07/2015	96,0000%	1.148,73	2.345,33
07/08/2015	Condomínio	757,23	2%	59.951381	1.166,38	07/08/2015	95,0000%	1.130,21	2.319,91
07/09/2015	Condomínio	757,23	2%	60.101259	1.163,47	07/09/2015	94,0000%	1.115,52	2.302,25
07/10/2015	Condomínio	757,23	2%	60.407775	1.157,57	07/10/2015	93,0000%	1.098,06	2.278,78
07/11/2015	Condomínio	757,23	2%	60.872914	1.148,72	07/11/2015	92,0000%	1.077,95	2.249,64
07/12/2015	Condomínio	757,23	2%	61.548603	1.136,11	07/12/2015	91,0000%	1.054,53	2.213,36
07/01/2016	Condomínio	757,23	2%	62.10254	1.125,98	07/01/2016	90,0000%	1.033,64	2.182,13
07/02/2016	Condomínio	757,23	2%	63.040288	1.109,23	07/02/2016	89,0000%	1.006,95	2.138,36
07/03/2016	Condomínio	757,23	2%	63.63917	1.098,79	07/03/2016	88,0000%	986,26	2.107,02
07/04/2016	Condomínio	757,23	2%	63.919182	1.093,98	07/04/2016	87,0000%	970,78	2.086,63
07/05/2016	Condomínio	757,23	2%	64.328264	1.087,02	07/05/2016	86,0000%	953,53	2.062,29
07/06/2016	Condomínio	757,23	2%	64.95868	1.076,47	07/06/2016	85,0000%	933,29	2.031,28
07/07/2016	Condomínio	757,23	2%	65.263985	1.071,43	07/07/2016	84,0000%	917,99	2.010,84
07/08/2016	Condomínio	757,23	2%	65.681674	1.064,62	07/08/2016	83,0000%	901,30	1.987,21
07/09/2016	Condomínio	757,23	2%	65.885287	1.061,33	07/09/2016	82,0000%	887,69	1.970,24
07/10/2016	Condomínio	757,23	2%	65.937995	1.060,48	07/10/2016	81,0000%	876,16	1.957,84
07/11/2016	Condomínio	757,23	2%	66.050089	1.058,68	07/11/2016	80,0000%	863,88	1.943,73
07/12/2016	Condomínio	757,23	2%	66.096324	1.057,94	07/12/2016	79,0000%	852,48	1.931,57
07/01/2017	Condomínio	757,23	2%	66.188858	1.056,46	07/01/2017	78,0000%	840,51	1.918,09
07/02/2017	Condomínio	757,23	2%	66.466851	1.052,04	07/02/2017	77,0000%	826,27	1.899,35
07/03/2017	Condomínio	757,23	2%	66.626371	1.049,52	07/03/2017	76,0000%	813,58	1.884,09
07/04/2017	Condomínio	757,23	2%	66.839575	1.046,18	07/04/2017	75,0000%	800,32	1.867,42
07/05/2017	Condomínio	757,23	2%	66.893046	1.045,34	07/05/2017	74,0000%	789,01	1.855,25
07/06/2017	Condomínio	757,23	2%	67.13386	1.041,59	07/06/2017	73,0000%	775,56	1.837,98
07/07/2017	Condomínio	757,23	2%	66.932458	1.044,72	07/07/2017	72,0000%	767,23	1.832,84
07/08/2017	Condomínio	757,23	2%	67.046243	1.042,95	07/08/2017	71,0000%	755,29	1.819,09
07/09/2017	Condomínio	757,23	2%	67.026129	1.043,26	07/09/2017	70,0000%	744,88	1.809,00
07/10/2017	Condomínio	757,23	2%	67.012723	1.043,47	07/10/2017	69,0000%	734,38	1.798,71
07/11/2017	Condomínio	757,23	2%	67.26067	1.039,63	07/11/2017	68,0000%	721,08	1.781,50

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 07/07/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
07/12/2017	Condomínio	757,23	2%	67.381739	1.037,76	07/12/2017	67,0000%	709,20	1.767,71
07/01/2018	Condomínio	757,23	2%	67.556931	1.035,07	07/01/2018	66,0000%	696,80	1.752,57
07/02/2018	Condomínio	757,23	2%	67.712311	1.032,69	07/02/2018	65,0000%	684,67	1.738,01
07/03/2018	Condomínio	757,23	2%	67.834193	1.030,84	07/03/2018	64,0000%	672,92	1.724,37
07/04/2018	Condomínio	757,23	2%	67.881676	1.030,12	07/04/2018	63,0000%	661,95	1.712,67
07/05/2018	Condomínio	757,23	2%	68.024227	1.027,96	07/05/2018	62,0000%	650,07	1.698,58
07/06/2018	Condomínio	757,23	2%	68.316731	1.023,56	07/06/2018	61,0000%	636,85	1.680,88
07/07/2018	Condomínio	757,23	2%	69.29366	1.009,13	07/07/2018	60,0000%	617,58	1.646,89
07/08/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	1.006,61	07/08/2018	59,0000%	605,77	1.632,51
07/09/2018	Condomínio	757,23	2%	69.466894	1.006,61	07/09/2018	58,0000%	595,50	1.622,24
07/10/2018	Condomínio	757,23	2%	69.675294	1.003,60	07/10/2018	57,0000%	583,49	1.607,16
07/11/2018	Condomínio	757,23	2%	69.953995	999,60	07/11/2018	56,0000%	570,97	1.590,56
07/12/2018	Condomínio	757,23	2%	69.77911	1.002,10	07/12/2018	55,0000%	562,17	1.584,31
07/01/2019	Condomínio	757,23	2%	69.8768	1.000,70	07/01/2019	54,0000%	551,18	1.571,89
07/02/2019	Condomínio	757,23	2%	70.128356	997,11	07/02/2019	53,0000%	539,03	1.556,08
07/03/2019	Condomínio	757,23	2%	70.507049	991,76	07/03/2019	52,0000%	526,02	1.537,61
07/04/2019	Condomínio	757,23	2%	71.049953	984,18	07/04/2019	51,0000%	511,96	1.515,82
07/05/2019	Condomínio	757,23	2%	71.476252	978,31	07/05/2019	50,0000%	498,93	1.496,80
07/06/2019	Condomínio	757,23	2%	71.583466	976,85	07/06/2019	49,0000%	488,22	1.484,60
07/07/2019	Condomínio	757,23	2%	71.590624	976,75	07/07/2019	48,0000%	478,21	1.474,49
07/08/2019	Condomínio	757,23	2%	71.662214	975,77	07/08/2019	47,0000%	467,78	1.463,06
07/09/2019	Condomínio	757,23	2%	71.748208	974,60	07/09/2019	46,0000%	457,28	1.451,37
07/10/2019	Condomínio	757,23	2%	71.712333	975,09	07/10/2019	45,0000%	447,56	1.442,15
07/11/2019	Condomínio	757,23	2%	71.741017	974,70	07/11/2019	44,0000%	437,44	1.431,63
07/12/2019	Condomínio	757,23	2%	72.128418	969,46	07/12/2019	43,0000%	425,20	1.414,04
07/01/2020	Condomínio	757,23	2%	73.008384	957,78	07/01/2020	42,0000%	410,31	1.387,24
07/02/2020	Condomínio	757,23	2%	73.147099	955,96	07/02/2020	41,0000%	399,77	1.374,84
07/03/2020	Condomínio	757,23	2%	73.271449	954,34	07/03/2020	40,0000%	389,36	1.362,78
07/04/2020	Condomínio	757,23	2%	73.403337	952,63	07/04/2020	39,0000%	378,95	1.350,63
07/05/2020	Condomínio	757,23	2%	73.234509	954,82	07/05/2020	38,0000%	370,08	1.343,99
07/06/2020	Condomínio	757,23	2%	73.051422	957,22	07/06/2020	37,0000%	361,25	1.337,61
07/07/2020	Condomínio	757,23	2%	73.270576	954,35	07/07/2020	36,0000%	350,43	1.323,86
07/08/2020	Condomínio	757,23	2%	73.592966	950,17	07/08/2020	35,0000%	339,20	1.308,37
07/09/2020	Condomínio	757,23	2%	73.8579	946,76	07/09/2020	34,0000%	328,33	1.294,02
07/10/2020	Condomínio	757,23	2%	74.500463	938,60	07/10/2020	33,0000%	315,93	1.273,30
07/11/2020	Condomínio	757,23	2%	75.163517	930,32	07/11/2020	32,0000%	303,65	1.252,57
07/12/2020	Condomínio	757,23	2%	75.87757	921,56	07/12/2020	31,0000%	291,39	1.231,38
07/01/2021	Condomínio	757,23	2%	76.985382	908,30	07/01/2021	30,0000%	277,93	1.204,39
07/02/2021	Condomínio	757,23	2%	77.193242	905,86	07/02/2021	29,0000%	267,95	1.191,92
07/03/2021	Condomínio	757,23	2%	77.826226	898,49	07/03/2021	28,0000%	256,60	1.173,05
07/04/2021	Condomínio	757,23	2%	78.495531	890,83	07/04/2021	27,0000%	245,33	1.153,97
07/05/2021	Condomínio	757,23	2%	78.793814	887,45	07/05/2021	26,0000%	235,34	1.140,53
07/06/2021	Condomínio	757,23	2%	79.550234	879,02	07/06/2021	25,0000%	224,15	1.120,75
07/07/2021	Condomínio	757,23	2%	80.027535	873,77	07/07/2021	24,0000%	213,89	1.105,13
07/08/2021	Condomínio	757,23	2%	80.843815	864,95	07/08/2021	23,0000%	202,91	1.085,15
07/09/2021	Condomínio	757,22	2%	81.55524	857,39	07/09/2021	22,0000%	192,39	1.066,92
07/10/2021	Condomínio	757,22	2%	82.533902	847,23	07/10/2021	21,0000%	181,47	1.045,64
07/11/2021	Condomínio	757,22	2%	83.491295	837,51	07/11/2021	20,0000%	170,85	1.025,11
07/12/2021	Condomínio	842,24	2%	84.192621	923,79	07/12/2021	19,0000%	179,02	1.121,28
07/01/2022	Condomínio	1.192,24	2%	84.807227	1.298,20	07/01/2022	18,0000%	238,34	1.562,50
07/02/2022	Condomínio	1.192,24	2%	85.375435	1.289,56	07/02/2022	17,0000%	223,60	1.538,95
07/03/2022	Condomínio	1.192,24	2%	86.229189	1.276,79	07/03/2022	16,0000%	208,37	1.510,69
07/04/2022	Condomínio	842,24	2%	87.703708	886,81	07/04/2022	15,0000%	135,68	1.040,22
07/05/2022	Condomínio	842,24	2%	88.615826	877,68	07/05/2022	14,0000%	125,33	1.020,56
07/06/2022	Condomínio	842,24	2%	89.014597	873,75	07/06/2022	13,0000%	115,85	1.007,07
07/07/2022	Condomínio	842,24	2%	89.566487	868,36	07/07/2022	12,0000%	106,28	992,00
07/08/2022	Condomínio	842,24	2%	89.029088	873,60	07/08/2022	11,0000%	98,01	989,08
07/09/2022	Condomínio	842,24	2%	88.753097	876,32	07/09/2022	10,0000%	89,38	983,22
07/10/2022	Condomínio	842,24	2%	88.469087	879,13	07/10/2022	9,0000%	80,70	977,41
07/11/2022	Condomínio	842,24	2%	88.884891	875,02	07/11/2022	8,0000%	71,40	963,92
07/12/2022	Condomínio	1.816,29	2%	89.222653	1.879,84	07/12/2022	7,0000%	134,22	2.051,65
07/01/2023	Condomínio	968,57	2%	89.838289	995,59	07/01/2023	6,0000%	60,93	1.076,43
07/02/2023	Condomínio	968,57	2%	90.251545	991,03	07/02/2023	5,0000%	50,54	1.061,39
07/03/2023	Condomínio	968,57	2%	90.946481	983,46	07/03/2023	4,0000%	40,12	1.043,24
07/04/2023	Condomínio	968,57	2%	91.528538	977,20	07/04/2023	3,0000%	29,90	1.026,64
07/05/2023	Condomínio	968,69	2%	92.013639	972,17	07/05/2023	2,0000%	19,83	1.011,44
07/06/2023	Condomínio	968,57	2%	92.344888	968,57	07/06/2023	1,0000%	9,87	997,81

MPM SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Telefax: 13-3355-4526

ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Emissão: 07/07/2023 Fls. 1
de 1

Autor: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE X Réu: ADÃO MÁRCIO BERGAMIN, AP. 95A
Processo: 0010479-53.2009.8.26.0223

Data	Descrição	V. Principal	Multa	Divisor	V. Corrigido	Dt.Juros	% Juros	V. Juros	Total
	Subtotal:	**123.792,21**			**193.888,44**			**201.990,42**	**399.755,73**

Padrão de Cálculo:
CORREÇÃO MONETÁRIA:
- Indexador: Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Valores Corrigidos até: 31/07/2023
- Multiplicador do Cálculo: 92.344888

JUROS:
- Contagem: A cada mudança de mês.
- Período: Da data da(s) parcela(s) até 31/07/2023.
- Taxa: 1% ao Mês Simples.

C. FINAIS:
- Taxa Judiciária (R$4.034,12) + Despesas (R$1.241,96) Total Taxas: 5.276,08

Total do Principal Corrigido:	197.544,83
Total de Multas:	3.876,87
Total de Juros:	201.990,42
Total de Despesas Processuais:	0,00
Subtotal:	403.412,12
+ C. Finais	5.276,08
+ Honorários 10%	39.975,57
Total do Cálculo:	**448.663,77**
+ Multa 10% CPC Art.523	44.866,35
+ Honorários 10% CPC Art.523	44.866,35
Total do Cálculo com Art.523:	**538.396,47**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
S P
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 21 de 07 de **2023**, junto a estes autos:

( ) _____ petição(ões)

( ) a contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**

( ) o ofício

( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**

( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**

( ) positivo ( ) negativo

(X) o mandado (X) **positivo ( ) negativo**

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial liquidado

( ) o laudo pericial

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) mensagem eletrônica (email)

( ) outros (_____)

Eu, Willian, (Willian Vinicius Ferreira) Estagiário de Nível Superior, subscrevi.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**223.2023/017717-8**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Município de Guarujá Procurador
AV SANTOS DUMONT, 800. Outros endereços: Avenida Santos Dumont, 800
11432-502. Outros endereços: 11460-000 - Guaruja

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Guarujá, Dr(a). Ricardo Fernandes Pimenta Justo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), nos termos do artigo 269, § 3º do Código de Processo Civil, para os atos e termos da ação proposta, cuja cópia da petição inicial e documentos seguem anexos e deste fazem parte integrante, e de acordo com o r. despacho de seguinte teor: "Vistos. Nos termos do inciso I, do art. 889 do NCPC, ficam os executados que tenham advogados constituídos nos autos intimados, por publicação no DJE, por intermédio de seus respectivos advogados, de que foi designada a 1ª Praça com início para o dia 24/07/2023 às 16h20min., e encerramento no dia 27/07/2023 às 16h20min.,entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, , seguir-se-á, a 2ª Praça com inicio no dia 27/07/2023 às 16h21min., que se encerrará em no dia 16/08/2023 às 16h20min., sendo o bem vendido pelo valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação judicial. Deverão as partes e credores apresentarem o valor atualizado do débito em até cinco dias antes da data da primeira praça, na forma do art. 247 das NSCGJ. Providencie o leiloeiro, a intimação dos demais executados por carta, bem como intime-se o rol dos interessados que constam no artigo 889 do CPC. Os lances serão capitados por meio eletrônico, por intermédio do portal www.lecape.com.br. Dê-se ciência à PMG. Intime-se.".

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Guaruja, 12 de junho de 2023. Antônio César do Monte, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Giovanna Mangini de Paula Machado
Telefone Comercial: (13)33554526

04 JUL. 2023
Raphael de Almeida Tripodi
Procurador Municipal
OAB/SP 268.319

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000066MCF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Recomendação 111/2021 do CNJ: É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil Art. 227 da CF). Denúncias sobre maus-tratos, violência, ou abusos contra crianças e adolescentes podem ser realizadas por meio do Disque 100 (Serviço do Ministério da Justiça), por qualquer cidadão. A ligação é gratuita. O serviço funciona para todo o país, todos os dias da semana, das 8 às 22 horas, inclusive nos feriados. Não é preciso identificar-se.

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*

Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Art. 212, do CPC: *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*

§ 2º *Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.*

Artigo 5º, inciso XI, da CF: *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000066MCF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Rosana Maria Olivar Di Gregorio (26906)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 223.2023/017717-8 dirigi-me ao endereço indicado, e aí sendo, PROCEDI à Intimação do Município de Guarujá, através do dr. Raphael de Almeida Tripodi, que recebeu a contrafé e exarou seu ciente. O referido é verdade e dou fé.

Guarujá, 04 de julho de 2023.

Número de Cotas:01

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ROSANA MARIA OLIVAR DI GREGORIO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 67000000068K9E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 17 de 08 de **2023**, junto a estes autos:

(X) 01 petição(ões)

( ) a contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**

( ) o ofício

( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**

( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**

( ) positivo ( ) negativo

( ) o mandado **( ) positivo ( ) negativo**

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial liquidado

( ) o laudo pericial

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) mensagem eletrônica (email)

( ) outros (_____)

Eu, _____, (Willian Vinicius Ferreira) Estagiário de Nível Superior, subscrevo.

fls. 1843 729

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP

JP 5v 140 29/09/09.

Certifico que no SAJ/PGS:
☒ Cadastrei Incid/Petição/Outros
☐ Incluí/excluí Advogado(s)
☐ Registrei Sentença
Data 17/08 Escr

223 FOLHA.23.000150B2-0 140823 1529 668

Processo nº: 0010479-53.2009.8.26.0223
Partes: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE em face de **ADÃO MARCIO BERGAMIM**
REF. CADASTRO Nº: 3-0027-001-045

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora, nos autos do **PROCEDIMENTO SUMÁRIO** movido por **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE** em face de **ADÃO MARCIO BERGAMIM,** diante da designação de novo leilão do imóvel para **24/07/2023**, requerer a juntada dos demonstrativos de débitos atualizados que seguem em anexo.

O imóvel continua com débitos fiscais decorrentes de tributos cujo o fato gerador é a propriedade, domínio útil ou posse de bens imóveis ou a estes estão vinculados, nos termos do que descreve o art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

Cumpre ressaltar, inclusive, que no intervalo de tempo entre a data designada para a realização da última praça e esta, foram ajuizadas novas execuções fiscais perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarujá.

Seguem cópias das referidas execuções fiscais:

- **1504780-50.2022.8.26.0223;**
- **1501942-03.2023.8.26.0223.**

Informa e comprova que atualmente o **débito tributário** do cadastro **3-0027-001-045** é de **R$268.434,97 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos)**, composto de **R$ 261.263,37 (duzentos e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos) já inscritos em dívida ativa** e **R$ 7.171,60 (sete mil, cento e setenta e um reais e sessenta centavos), referentes ao IPTU do ano de 2023**, atualizado até julho de 2023, **sem prejuízo do acréscimo de eventuais valores devidos até a data do efetivo levantamento.**

Termos em que
Pede deferimento.

Guarujá, 24 de julho de 2023.

Daniella de Cássia Morandi Reis Gonçalves
Procuradora Municipal
OAB/SP 147.786

Adrielle da Silva Espinhel
Estagiária da Procuradoria Municipal

Prefeitura do Guarujá

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

Dívida Ativa - Consulta de Débitos

Proprietário ADAO MARCIO BERGAMIN
Identificação da Dívida IPTU - 3-0027-001-045
Valor Total Devido R$ 261.263,37

Zona	Ano Base	Exerc.	Tributo	Situação	Inscr. D.A.	Saldo Débito Constituído	Multa	Juros	Correção	Valor Corrigido	Honorários	Desp. Proc.	Valor Devido	Exec.Fiscal Nº
3	2003	2003	Imp. Predial	Execut Cód 9	19900/2003	1.739,99	1.114,61	13.303,67	3.833,06	19.991,33	1.999,13	13,87	22.004,33	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: **05100266920078260223**	
3	2004	2004	Imp. Predial	Execut Cód 9	19912/2004	2.201,52	1.302,51	14.946,81	4.311,25	22.762,09	2.276,20	0,00	25.038,29	10605/2007 1-OF
													Proc. Unificado: **05100266920078260223**	
3	2005	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	9110/2008	2.410,92	1.351,29	14.690,38	4.345,87	22.798,46	2.279,84	8,77	25.087,07	045973/2009
													Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**	
3	2006	2008	Imp. Predial	Execut Cód 9	46899/2008	2.553,72	1.359,80	13.966,72	4.245,50	22.125,74	2.212,57	0,00	24.338,31	045973/2009
													Proc. Unificado: **05180727620098260223** *Outros:* **223012009518072**	
3	2009	2009	Imp. Predial	Execut Cód 9	50802/2009	2.832,66	1.318,70	11.127,32	3.761,31	19.039,99	1.903,99	8,52	20.952,50	021618/2012
													Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**	
3	2011	2011	Imp. Predial	Execut Cód 9	46294/2011	526,66	223,24	1.573,84	589,54	2.913,28	291,32	0,00	3.204,60	021618/2012
													Proc. Unificado: **05200768120128260223** *Outros:* **223012012520076**	
3	2012	2012	Imp. Predial	Execut Cód 9	14716/2012	1.404,00	558,95	3.633,18	1.390,75	6.986,88	698,68	8,90	7.694,46	010704/2014
													Proc. Unificado: **05086950820148260223**	
3	2013	2013	Imp. Predial	Execut Cód 9	24410/2013	3.569,80	1.345,68	8.175,55	3.159,04	16.250,07	1.625,00	0,00	17.875,07	010704/2014
													Proc. Unificado: **05086950820148260223**	
3	2014	2014	Imp. Predial	Execut Cód 9	7670/2015	3.612,55	1.293,12	7.080,31	2.853,49	14.839,47	1.483,94	22,87	16.346,28	

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÍVIDA ATIVA - CONSULTA DE DÉBITOS

ADAO MARCIO BERGAMIN - IPTU - 3-0027-001-045

													Proc. Unificado: **15125946020158260223**
3	2015	2015	Imp. Predial	Execut Cód 9	10428/2016	3.841,42	1.293,58	6.306,34	2.626,62	14.067,96	1.406,79	22,87	15.497,62
													Proc. Unificado: **15033559520168260223**
3	2016	2016	Imp. Predial	Execut Cód 9	9522/2017	4.238,00	1.294,11	5.532,61	2.232,88	13.297,60	1.329,76	21,12	14.648,48
													Proc. Unificado: **15073508220178260223**
3	2017	2017	Imp. Predial	Execut Cód 9	9878/2018	4.597,05	1.296,84	4.760,76	1.887,51	12.542,16	1.254,21	19,12	13.815,49
													Proc. Unificado: **15059921420198260223**
3	2018	2018	Imp. Predial	Execut Cód 9	9413/2019	4.832,90	1.298,77	3.988,60	1.661,42	11.781,69	1.178,16	0,00	12.959,85
													Proc. Unificado: **15059921420198260223**
3	2019	2019	Imp. Predial	Execut Cód 9	9312/2020	4.876,83	1.243,93	3.073,61	1.342,93	10.537,30	1.053,73	18,40	11.609,43
													Proc. Unificado: **15070918220208260223**
3	2020	2020	Imp. Predial	Execut Cód 9	9646/2021	5.068,69	1.244,43	2.333,42	1.153,72	9.800,26	980,02	17,72	10.798,00
													Proc. Unificado: **15064453820218260223**
3	2021	2021	Imp. Predial	Execut Cód 9	10001/2022	5.264,59	1.245,86	1.588,53	964,93	9.063,91	906,39	16,27	9.986,57
													Proc. Unificado: **15047805020228260223**
3	2022	2022	Imp. Predial	Execut Cód 9	9351/2023	5.889,39	1.279,93	858,62	510,26	8.538,20	853,82	15,00	9.407,02
													Proc. Unificado: **15019420320238260223**
Total						**59.460,69**	**20.065,35**	**116.940,27**	**40.870,08**	**237.336,39**	**23.733,55**	**193,43**	**261.263,37**
TOTAL EM DÉBITO													**261.263,37**

O valor do DARE-SP será acrescido aos débitos com Execução Fiscal.

Cobranças 2ª Via - Impressão de Segunda Via de IPTU

Emissão 0 de 2023

Cadastro	3-0027-001-045
Exercício	2023
Ano Base	2023
Proprietário	ADAO MARCIO BERGAMIN
Compromissário / Outros	
Endereço do Imóvel	AV DOM PEDRO I, 719 - APTO 95 - GUARUJA/SP
Nº Parcelas	12
Status	Emitido

Contribuição Voluntária

Tipo	Data de Vencimento	Valor Lançado	
BEM ESTAR ANIMAL	22/12/2023	R$ 12,00	**Boleto**

Parcelas

☐	Parcela	Data de Vencimento	Valor Lançado	Valor Devido	
	ÚNICA	27/03/2023	R$ 6.408,17	R$ 6.408,17	Expirada
☐	1	27/03/2023	R$ 534,17	R$ 662,36	**Boleto**
☐	2	14/04/2023	R$ 534,00	R$ 662,16	**Boleto**
☐	3	28/04/2023	R$ 534,00	R$ 656,82	**Boleto**
☐	4	15/05/2023	R$ 534,00	R$ 656,82	**Boleto**
☐	5	30/05/2023	R$ 534,00	R$ 651,48	**Boleto**
☐	6	13/06/2023	R$ 534,00	R$ 651,48	**Boleto**
☐	7	12/07/2023	R$ 534,00	R$ 560,48	**Boleto**
☐	8	10/08/2023	R$ 534,00	R$ 534,00	**Boleto**
☐	9	12/09/2023	R$ 534,00	R$ 534,00	**Boleto**
☐	10	11/10/2023	R$ 534,00	R$ 534,00	**Boleto**
☐	11	09/11/2023	R$ 534,00	R$ 534,00	**Boleto**

☐	12	07/12/2023	R$ 53[illegible]0	R$ 534,00	**Boleto**

Forma de pagamento disponível para as parcelas selecionadas: Cartão de crédito

Todos os Boletos (Parcelas em Aberto)

IPTU Digital

Imprimir Folhas de Informações - 2023

Atualização Cadastral **O PRAZO PARA PEDIDO DE ATUALIZAÇÃO É ATÉ O DIA 31/07 DO ANO CORRENTE.**

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

PREFEITURA DE Guarujá

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Advocacia Geral do Município
Procuradoria Geral do Município
Rua Azuil Loureiro, 691 - Santa Rosa - Guarujá/SP - CEP 11430-110
Telefone: (13) 3308-7000 - CNPJ/MF nº 44.959.021/0001-04

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARUJÁ

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, CNPJ:44.959.021/0001-04, por seu(sua) Procurador(a), com fundamento na legislação vigente e à vista da(s) inclusa(s) certidão(ões), vem promover a presente execução fiscal referente aos(s) débito(s) abaixo transcrito(s):

CADASTRO MUNICIPAL 3-0027-001-045

EXECUTADO:ADAO MARCIO BERGAMIN CPF/CNPJ: CPF 809.321.698-72
END.: AV DOM PEDRO I, Nº.: 719, APTO 95, Bairro: JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP. CEP: 11440-000

CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

TRIBUTO	INSCRIÇÃO	ANO BASE	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL	VALOR CORRIGIDO
IMP. PREDIAL	9351/2023	2022	2022	R$ 5.889,39	R$ 8.154,23
		TOTAL	R$ 5.889,39		R$ 8.154,23

Parcelamentos:

Assim, requer a citação por carta com aviso de recebimento (AR) do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 5 (cinco) dias, o débito apontado nas certidões acrescido de juros de mora, correção monetária, multa e custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa e, havendo exceção de pré-executividade, sejam fixados em 20% do valor da causa, sob pena de penhora, realizando, se necessário, as diligências nos temos do **art. 212, § 2º**, do CPC, além do previsto no art. 7º da LEF.

A) Caso o AR seja positivo e, decorrido o prazo sem pagamento, requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, **penhora *on line* (ofício eletrônico) do imóvel**, preferencialmente aquele relacionado à tributação (Ex.: IPTU, taxas, ITBI, contribuição de melhorias, etc), se o caso, o bloqueio no BACENJUD, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s).

B) Caso o AR seja negativo requer, sucessivamente até que se alcance o valor total do crédito, **penhora *on line* (ofício eletrônico) do imóvel**, preferencialmente aquele relacionado à tributação (Ex.: IPTU, taxas, ITBI, contribuição de melhorias, etc), se o caso, o bloqueio no BACENJUD, RENAJUD e, por fim, INFOJUD com a relação dos bens e informações pessoais do(s) executado(s); realizado o arresto sem comparecimento do (s) executado(s) aos autos, requer a expedição de mandado de citação (**art. 830, CPC**), com posterior conversão em penhora.

C) Em qualquer caso requer a avaliação do bem penhorado.

D) Se o AR tiver sido assinado pessoalmente pelo(s) executado(s) requer a intimação do cônjuge, se bem imóvel, com a respectiva averbação eletrônica da penhora (art. 7º, IV e 14 da LEF e provimento CG/TJSP 06/2009), com designação de praça/leilão (art. 12, LEF). Caso Contrário, requer a intimação da penhora pessoalmente ao(s) executado(s) (art. 12, § 3º da LEF) e de seu cônjuge se bem imóvel

E) A Fazenda está isenta do pagamento de custas, despesas, preparo ou prévio depósito nos termos do art. 7º, inciso IV e art. 39 ambos da LEF.

Dá-se à causa o valor total do crédito executado, a ser devidamente atualizado quando do efetivo pagamento.

P. Deferimento. Guarujá. 26/01/2023.

Guilherme Henrique de Abreu Imakawa
Procurador Municipal –OAB/SP Nº 197.737

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KELVIN DOS SANTOS FERREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/01/2023 às 18:45 , sob o número 15019420320238260223 e código 992037F.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1501942-03.2023.8.26.0223 e código 992037F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.351/2023

CERTIFICO QUE DOS ASSENTAMENTOS DO LIVRO E FOLHAS DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA SUPRA MENCIONADA CONSTAM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES

Nº DO TERMO	DATA INSCRIÇÃO	Nº DO LIVRO	Nº DA FOLHA
9.351/2023	23/01/2023	832	238

CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CADASTRO MUNICIPAL	AV. NOTIFICAÇÃO/AUTO DE INFRAÇÃO	EMISSÃO Nº
ADAO MARCIO BERGAMIN	**3-0027-001-045**	**49984**	**0**
CPF 809.321.698-72	ANO BASE	EXERCÍCIO	EDITAL Nº
LOGR: **AVENIDA DOM PEDRO I, 719, APTO 95, JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP 11440-000**	**2022**	**2022**	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA **AV DOM PEDRO I, Nº.: 719, APTO 95, Bairro: JD. SAO MIGUEL, Guarujá - SP. CEP: 11440-000**			

CONTRIBUINTE/CORRESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO	CPF/CNPJ	ENDEREÇO
		Bairro: / -

NATUREZA DA DÍVIDA	VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA	FUNDAMENTO LEGAL	
2-IMP. PREDIAL	5.889,39	LC 38/97 ART. 10	
DATA INSCRIÇÃO	Nº FOLHA/NOTIFICAÇÃO	PROC. ADM. Nº	MOEDA: PADRÃO MONETÁRIO
23/01/2023		**[nuProcessoAdm]**	REAL (R$)
OBSERVAÇÃO / PROC. ADMINISTRATIVO			

VENCIMENTOS E VALORES DAS PARCELAS

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL ATÉ A DATA DE INSCRIÇÃO
1	04/02/2022	490,81	42,54	106,67	64,00	704,02
2	15/02/2022	490,78	42,52	106,66	64,00	703,96
3	15/03/2022	490,78	42,52	106,66	58,66	698,62
4	12/04/2022	490,78	42,52	106,66	53,33	693,29
5	10/05/2022	490,78	42,52	106,66	48,00	687,96
6	09/06/2022	490,78	42,52	106,66	42,66	682,62
7	12/07/2022	490,78	42,52	106,66	37,33	677,29
8	10/08/2022	490,78	42,52	106,66	32,00	671,96
9	08/09/2022	490,78	42,52	106,66	26,67	666,63
10	11/10/2022	490,78	42,52	106,66	21,33	661,29
11	10/11/2022	490,78	42,52	106,66	16,00	655,96
12	08/12/2022	490,78	42,52	106,66	10,67	650,63
TOTAL		**5.889,39**	**510,26**	**1.279,93**	**474,65**	**8.154,23**

LEGISLAÇÃO
BASE LEGAL DA CORRECAO MONETARIA, MULTA MORATORIA E JUROS: ARTS. 36, 78, 110, 124 E 170 DO CTM - LC 38/97
CORREÇÃO MONETÁRIA
E A VARIACAO DA UF (UNIDADE FISCAL DO GUARUJA) OBTIDA ENTRE A DATA DO VENCIMENTO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA - C/C ART.402 LC 38/97
MULTA
MULTA MORATORIA CORRESPONDENTE A 0,33% (TRINTA E TRES CENTESIMOS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATE O LIMITE DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CREDITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE
JUROS
1% (UM POR CENTO) AO MES OU FRACAO, SOBRE O VALOR ORIGINARIO DE CADA PARCELA INSCRITA E ATUALIZADO. ART. 346. LC 38/97

DATA: 26 de janeiro de 2023

NN. 2023.01.001956

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por REGINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/01/2023 às 18:45 , sob o número 15019420320238260223
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1501942-03.2023.8.26.0223 e código 9920380.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
C.D.A Nº 9.351/2023

Diretor(a) de Execução e Controle Financeiro

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por REGINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/01/2023 às 18:45 , sob o número 15019420320238260223.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1501942-03.2023.8.26.0223 e código 9920380.

LECAPE LEILÕES

1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação do requerido ADÃO MARCIO BERGAMIN e da MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS. Dr. Ricardo Fernandes Pimenta Justo, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarujá/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Sumário – Despesas Condominiais – processo 0010479-53.2009.8.26.0223 número de ordem 2999/2009 – COND. RESIDENCIAL MUSSA GAZE move em face de ADÃO MARCIO BERGAMIN**, que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras: **DA PRAÇA** – Os lances serão captados por **MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lecape.com.br, a 1ª PRAÇA terá início no dia 24/07/2023 as 16:20h, com encerramento no dia 27/07/2023 as 16:20h,** entregando-o a quem mais oferecer valor igual ou superior ao da avaliação judicial. Caso não haja licitantes, fica desde já designada a **2ª PRAÇA com início em 27/07/2023 as 16:21h, e encerramento dia 16/08/2023 as 16:20h**, sendo vendido o bem pelo valor mínimo de 50% da avaliação judicial. **CONDIÇÕES DE VENDA** - O imóvel será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. As fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no site do gestor. **DA VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@lecape.com.br. **DO CONDUTOR DA PRAÇA** – A praça será conduzida pelo leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin (habilitado pelo TJ). **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão ao leiloeiro oficial Leonardo de Campos Penin, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito em conta judicial no Banco Brasil, agência 6687-7 em favor do juízo responsável, ambas enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante, deduzidas as despesas ocorridas. **DA DESOCUPAÇÃO** – ficará a ônus do arrematante o procedimento para desocupação do imóvel, caso o mesmo esteja ocupado. **RELAÇÃO DOS BENS** –

- Apartamento nº 95-A, localizado no 9º andar ou 10º pavimento, do Condomínio Residencial Mussa Gaze, situado a Av. Dom Pedro I nº 719, na cidade de Guarujá, com área útil de 74,900 m², área comum de 43,270 m², e área total de 118,170 m², e a fração ideal de terreno de 0,946324%; caberá ao referido apartamento o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 01 veículo de passeio, pela ordem de chegada e com auxílio de manobrista. Cadastrado na PMG sob nº 3-0027-001-045. Matrícula 61360 (R. 63) do CRI Guarujá. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 676.749,92** (seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos) para 05/2023. **DOS DÉBITOS**: Débito desta ação: **R$ 525.827,35** (quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos) (05/2023). Consta débito de IPTU no valor de **R$ 259.056,13** (duzentos e cinquenta e nove mil cinquenta e seis reais e treze centavos) (05/2023). Cabe ao interessado a verificação da existência de demais débitos incidentes sobre o imóvel. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Não consta nos autos ônus, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data. O interessado na arrematação na forma parcelada deverá realizar a proposta por escrito à gestora, nos termos do artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, que determina que o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% do valor da avaliação atualizado. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta apresentada ficará condicionada ao deferimento do MM. Juiz. Nos termos do artigo 889 parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, o(s) executado(s), cônjuges ou terceiros não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Guarujá, 23 de maio de 2023.

C.T.M. - Cadastro imobiliário - Todas as inscrições

Filtros (+) **Zona:** 3 | **Setor:** 0027 | **Lote:** 001 | **Unidade:** 045

| Página 1 de 1 | Total de 1 registros |

Inscrição	Proprietário	Compromissário / Outros	Endereço	Uso
3.0027.001.045	ADAO MARCIO BERGAMIN		AV DOM PEDRO I, NUM: 719, EMPL: 00719 - APTO 95	05 - Edificado

<< Anterior | Próxima >>

SCIM é de propriedade de Geometrus Sistemas e melhor visualizado com **Mozilla Firefox**

741

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, Guaruja-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Em, 04/09/2023, promovo os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá. Eu, _____ (Antonio César do Monte), Chefe de Seção Judiciário, digitei e subscrevo. NUMERO DE ORDEM 2999/2009
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

Fls. 720/724 e 729 e segs.: Ciência às partes.

Cobre-se informações acerca do resultado do leilão.

Intime-se.

Guaruja, 04 de setembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e o código 670000006D5JN.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0728/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 06/09/2023. Considera-se a data de publicação em 11/09/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 720/724 e 729 e segs.: Ciência às partes. Cobre-se informações acerca do resultado do leilão. Intime-se."

Guarujá, 6 de setembro de 2023.

Antônio César do Monte
Chefe de Seção Judiciário

fls. 857

343

Leilão processo nº 0010479-53.2009

ANA CRISTINA NOSSACK <apricoli@tjsp.jus.br>

Sex, 15/09/2023 11:42

Para:contato@lecape.com.br <contato@lecape.com.br>

Boa Tarde!

Em cumprimento á r. decisão do Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, proferido no processo supra mencionado, intimo Vossa Senhoria da decisão que segue:
"Vistos.

Fls. 720/724 e 729 e segs.: Ciência às partes.

Cobre-se informações acerca do resultado do leilão.

Intime-se.

Esclareço à Vossa Senhoria que este e-mail é elaborado conforme o disposto no § único, art 237, redação dada pela lei nº 11.419, de 2006).

ANA CRISTINA NOSSACK

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

1º Ofício Cível

Rua Sílvio Daige, 280, sala 3 - Jardim Tejereba - Guarujá/SP - CEP: 11440-900

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guarujá

Rua Silvio Daige, 280, Jd. Tejereba, Guarujá – tel (13) 33862950

JUNTADA

Em 17 de 10 de **2023**, junto a estes autos:

X 01 petição(ões)

( ) a contestação apresentada **(advogado cadastrado no SAJ nesta data)**

( ) o ofício

( ) a carta precatória **( ) positiva ( ) negativa**

( ) o aviso de recebimento **( ) citação ( ) intimação**

( ) positivo ( ) negativo

( ) o mandado **( ) positivo ( ) negativo**

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial liquidado

( ) o laudo pericial

( ) o edital

( ) as peças do agravo de instrumento que segue(m).

( ) mensagem eletrônica (email)

( ) outros (_____)

Eu, _____ (Willian Vinicius Ferreira) Estagiário de Nível Superior,

Cx 03
2399/2009

LECAPE LEILÕES

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 2ª PRAÇA

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ-SP.

223 FSTS.23.000029482-4 290923 1541 07

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223
Requerente: Cond. Residencial Mussa Gaze
Requerido: Adão Marcio Bergamin.

Em dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três foi levado à leilão através do portal do Gestor LECAPE LEILÕES (www.lecape.com.br), o bem penhorado no processo em epígrafe, ao seu final, restando **SEM LANCES**.

É o que cumpria informar.
Guarujá, 17 de agosto de 2023.

LEONARDO DE CAMPOS PENIN
OAB/SP 177.754
Leiloeiro nº 927

CHECK-9020010250500

IRON MOUNTAIN®

CHECK-9020010250500

INFORMAÇÃO DE IRREGULARIDADE QUANTO À NUMERAÇÃO DO PROCESSO FÍSICO EXISTÊNCIA DE OBJETOS NÃO DIGITALIZÁVEIS

Fica aqui registrado que foi(foram) identificada(s) a(s) seguinte(s) irregularidade(s) quanto à numeração e ordenação deste volume e/ou a existência de objeto(s) não digitalizáveis:

( ) Falta de página(s) _____
( ) Erro na sequência da numeração a partir da página _____
( ) Página(s) sem número entre as folhas _____
( ) Numeração repetida _____
( ) Página rasgada/deteriorada _____
( ) Outros_____
( ) Objeto não digitalizável:
Descrição do(s) objeto(s) _____
Página referência: _____

Jandira, 14/11/2023

266480

Matrícula do Colaborador

Número Único: 00104795320098260223

CHECK-9020010250500

CHECK-9020010250500

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(os) seguinte(s) ato(o) ordinatório(o):

Ficam as partes cientes de que estes autos foram digitalizados e sua forma de tramitação convertida para processo digital.
A partir dessa data o peticionamento eletrônico é obrigatório.
Ficam, também, intimadas a manifestarem, **no prazo de 30 (trinta) dias**, eventual desconformidade das peças digitalizadas, utilizando, se o caso, o tipo de petição intermediária "8302 – Indicação de erro na digitalização".

Nada Mais. Guaruja, 29 de janeiro de 2024. Eu, ___, Elder Quirino Da Silva Batista, Coordenador.

505150 - Ato Ordinatório – Ciência da Conversão para Autos Digitais – SEM ATO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELDER QUIRINO DA SILVA BATISTA, liberado nos autos em 29/01/2024 às 12:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código 36q7l37L.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0041/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)	D.J.E
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)	D.J.E
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)	D.J.E
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)	D.J.E
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)	D.J.E
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ficam as partes cientes de que estes autos foram digitalizados e sua forma de tramitação convertida para processo digital. A partir dessa data o peticionamento eletrônico é obrigatório. Ficam, também, intimadas a manifestarem, no prazo de 30 (trinta) dias, eventual desconformidade das peças digitalizadas, utilizando, se o caso, o tipo de petição intermediária "8302 Indicação de erro na digitalização"."

Guaruja, 29 de janeiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/01/2024 às 14:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código IdlNPVp7.

MARIO DE PAULA MACHADO
Sociedade de Advogados
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Telefax: 13-3355-4526
e-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJÁ/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE, nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS que promove a ADÃO MÁRCIO BERGAMIN-95A, em curso por este R. Juízo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado ao final assinado, ciente da digitalização dos autos, diante da ausência de licitantes conforme informado à fls. 859, requerer o regular prosseguimento do feito com designação de novas datas para a realização de LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO.

Todavia, requer nos termos do art. 883 do CPC seja nomeada gestora em substituição a empresa "GRUPO LANCE", LANCE ALIENAÇÕES ELETRÔNICAS LTDA., por intermédio de seus leiloeiros habilitados no TJSP – www.grupolance.com.br –3003-0577 (LEILOEIRO HABILITADO: Daniel Melo Cruz, JUCESP 1125), realizando-se o dito praceamento por meio eletrônico através do Portal www.grupolance.com.br.

Requer, ainda:

a) A intimação do devedor na pessoa de seu procurador, pela imprensa oficial, na forma autorizada pela legislação em vigor;

b) A intimação pessoal da co-titular do bem, Sra. MARIVALDA RODRIGUES DOS ANJOS, por meio de mandado à Av. Severino Prieto Alvarez nº 120 – Guarujá/SP;

c) A intimação postal da titular do domínio Guarujá Veículos Construções Ltda., à Av. Dom Pedro I nº 1783 – sala 501 – Guarujá/SP;

d) Seja expedido edital para intimação das pessoas acima indicadas, e dos demais interessados, na forma da lei.

P. Deferimento.
Guarujá, 01 de fevereiro de 2024.

Mario de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2024 às 18:59 , sob o número WGJA24700145803
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código 7mQ0Tim8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Guarujá
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
RUA SILVIO DAIGE, 280, GUARUJA-SP - CEP 11440-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). THOMAZ CORREA FARQUI

Vistos.

Para que se evite futura arguição de nulidade e prática de atos processuais inócuos aguarde-se, por ora, o decurso de prazo concedido para as partes se manifestarem acerca da digitalização dos autos.

Após manifestação das partes, ou decorrido o prazo respectivo, certifique-se e tornem conclusos para análise das questões pendentes.

Intime-se.

Guaruja, 02 de fevereiro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THOMAZ CORREA FARQUI, liberado nos autos em 02/02/2024 às 15:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código M9nG7VyJ.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0058/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)	D.J.E
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)	D.J.E
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)	D.J.E
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)	D.J.E
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)	D.J.E
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Para que se evite futura arguição de nulidade e prática de atos processuais inócuos aguarde-se, por ora, o decurso de prazo concedido para as partes se manifestarem acerca da digitalização dos autos. Após manifestação das partes, ou decorrido o prazo respectivo, certifique-se e tornem conclusos para análise das questões pendentes. Intime-se."

Guaruja, 5 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/02/2024 às 09:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código zqPr7MJA.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0058/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 06/02/2024. Considera-se a data de publicação em 07/02/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. Para que se evite futura arguição de nulidade e prática de atos processuais inócuos aguarde-se, por ora, o decurso de prazo concedido para as partes se manifestarem acerca da digitalização dos autos. Após manifestação das partes, ou decorrido o prazo respectivo, certifique-se e tornem conclusos para análise das questões pendentes. Intime-se."

Guarujá, 6 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/02/2024 às 01:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código YnqqSdE3.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0041/2024, foi disponibilizado na página 4844/4857 do Diário de Justiça Eletrônico em 04/03/2024. Considera-se a data de publicação em 05/03/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Ficam as partes cientes de que estes autos foram digitalizados e sua forma de tramitação convertida para processo digital. A partir dessa data o peticionamento eletrônico é obrigatório. Ficam, também, intimadas a manifestarem, no prazo de 30 (trinta) dias, eventual desconformidade das peças digitalizadas, utilizando, se o caso, o tipo de petição intermediária "8302 Indicação de erro na digitalização"."

Guarujá, 19 de março de 2024.

Elder Quirino Da Silva Batista
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELDER QUIRINO DA SILVA BATISTA, liberado nos autos em 19/03/2024 às 23:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código ej7bGt1V.

MARIO DE PAULA MACHADO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ/MF 10.687.260/0001-30
Rua Montenegro nº 196 – cj. 34 – Ed. Rotary - Guarujá/SP – CEP 11410-903 – Tel: 13-3355-4526
Whatsapp: 13-99717-4526 - E-mail: mpmadvocacia@aasp.org.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARUJA/SP

Processo nº 0010479-53.2009.8.26.0223

CONDOMINIO RESIDENCIAL MUSSA GAZE nos autos do Processo em epígrafe, AÇÃO ORDINARIA que promove a ADRÃO MARCIO BERGAMIN – 95A vem tempestivamente à presença de V.Exa., por seu (sua) advogado (a) ao final assinado, reiterar o pedido de fls. 863.

P. Deferimento.
Guarujá, 18 de junho de 2024.

Mário de Paula Machado
OAB/SP 76.500

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO DE PAULA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 18:36 , sob o número WGJA24701178870
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código BNpRqZFK.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010479-53.2009.8.26.0223**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
Requerente:	**Condominio Residencial Mussa Gaze**
Requerido:	**Adão Marcio Bergamim**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Fernandes Pimenta Justo**

Vistos.

1) Feita a digitalização dos autos e concedido prazo para manifestação das partes, não houve a indicação de qualquer irregularidade.

2) Desse modo, homologo a digitalização dos autos, passando o feito a tramitar apenas no formato digital.

3) Faculta-se que as partes interessadas providenciem a juntada de sumário indicativo das páginas dos principais documentos e atos processuais praticados, visando a facilitação do prosseguimento do feito.

4) 1.Defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico.

2.O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo.

3.No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.

4.Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

5.No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada, devendo ser observado no caso de bem de incapaz, o disposto no art. 896 do CPC e art. 262 das NSCGJ. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

6.O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro(a), através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7.

7.Conforme indicação de substituição pela parte autora, nomeio o(a) leiloeiro(a)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, liberado nos autos em 26/06/2024 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código D4I07KUK.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

oficial **Daniel Melo Cruz**, Matrícula na Jucesp nº 1125 - e-mail daniel@grupolance.com.br, para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado com divulgação e captação de lances em tempo real. O(a) leiloeiro(a) deverá realizar o peticionamento com observância do disposto no Comunicado Conjunto nº 315/2023.

8.O(A) leiloeiro(a) poderá dispor de plataforma eletrônica própria ou contratada para a realização dos trabalhos. Neste caso, ou seja, se o(a) leiloeiro(a) público fizer a opção de recorrer a empresas para que prestem auxílio destinado à realização do leilão, a medida será adotada sob sua exclusiva responsabilidade (NSCGJ, § 1º do art. 251-B).

9.Desde logo, fixo a comissão do(a) leiloeiro(a)em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante **também através de depósito em conta judicial**, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

10.O leilão será presidido pelo(a) leiloeiro(a) oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

11.Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

12.Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

13.Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

14.O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao(à) leiloeiro(a) efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico.

15.O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil, **sem quaisquer acréscimos ou exclusões**.

16.Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

- os débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, ficam sub-rogados no preço da arrematação.

- o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar:

(i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, liberado nos autos em 26/06/2024 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código D4I07KUK.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

(ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

17.Em qualquer caso, a proposta deverá observar os exatos termos do art. 895 do CPC.

18.A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

19.Ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

20.Igualmente, ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

21.Para a garantia da higidez do negócio, **providencie o(a) leiloeiro(a) acima nomeado(a)** a intimação das pessoas elencadas no art. 889, do Código de Processo Civil constantes na matrícula, COM PELO MENOS 05 (CINCO) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, juntando, posteriormente, os comprovantes de intimação aos autos. Deverá ainda peticionar aos juízos titulares de penhoras averbadas, comunicando-se a realização do leilão.

22.O executado será intimado pelo DJE, na pessoa do seu advogado, ou na ausência, quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. A Municipalidade será cientificada via portal eletrônico ou mandado, caso necessário.

23.Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

24.Por ocasião da elaboração do Auto de Arrematação, **deverá ser observado o teor do art. 269 das NSCGJ**.

25.**Frutífero o leilão**, o exequente e todos demais credores habilitados, incluindo-se titulares de eventuais penhoras no rosto dos autos, deverão apresentar a planilha atualizada do débito para a data da arrematação, **que será considerada para oportuna decisão de distribuição do valor do lance**.

26.A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do(a) leiloeiro(a) possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

27.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intimem-se.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, liberado nos autos em 26/06/2024 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código D4I07KUK.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARUJÁ
FORO DE GUARUJÁ
1ª VARA CÍVEL
Rua Silvio Daige, 280, sala 3, Jardim Tejereba - CEP 11440-900, Fone: (13) 33862950, Guaruja-SP - E-mail: Guaruja1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Guaruja, 26 de junho de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICARDO FERNANDES PIMENTA JUSTO, liberado nos autos em 26/06/2024 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código D4I07KUK.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0498/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)	D.J.E
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)	D.J.E
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)	D.J.E
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)	D.J.E
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)	D.J.E
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. 1) Feita a digitalização dos autos e concedido prazo para manifestação das partes, não houve a indicação de qualquer irregularidade. 2) Desse modo, homologo a digitalização dos autos, passando o feito a tramitar apenas no formato digital. 3) Faculta-se que as partes interessadas providenciem a juntada de sumário indicativo das páginas dos principais documentos e atos processuais praticados, visando a facilitação do prosseguimento do feito. 4) 1.Defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico. 2.O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo. 3.No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. 4.Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. 5.No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada, devendo ser observado no caso de bem de incapaz, o disposto no art. 896 do CPC e art. 262 das NSCGJ. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. 6.O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro(a), através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7. 7.Conforme indicação de substituição pela parte autora, nomeio o(a) leiloeiro(a) oficial Daniel Melo Cruz, Matrícula na Jucesp nº 1125 - e-mail daniel@grupolance.com.br, para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado com divulgação e captação de lances em tempo real. O(a) leiloeiro(a) deverá realizar o peticionamento com observância do disposto no Comunicado Conjunto nº 315/2023. 8.O(A) leiloeiro(a) poderá dispor de plataforma eletrônica própria ou contratada para a realização dos trabalhos. Neste caso, ou seja, se o(a) leiloeiro(a) público fizer a opção de recorrer a empresas para que prestem auxílio destinado à realização do leilão, a medida será adotada sob sua exclusiva responsabilidade (NSCGJ, § 1º do art. 251-B). 9.Desde logo, fixo a comissão do(a) leiloeiro(a)em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante também através de depósito em conta judicial, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. 10.O leilão será presidido pelo(a) leiloeiro(a) oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. 11.Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. 12.Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. 13.Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. 14.O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao(à) leiloeiro(a) efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico. 15.O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil, sem quaisquer acréscimos ou exclusões. 16.Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. - os débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, ficam sub-rogados no preço da arrematação. - o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado. 17.Em qualquer caso, a proposta deverá observar os exatos termos do art. 895 do CPC. 18.A publicação do edital

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2024 às 00:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código elqag3nf.

deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. 19.Ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. 20.Igualmente, ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. 21.Para a garantia da higidez do negócio, providencie o(a) leiloeiro(a) acima nomeado(a) a intimação das pessoas elencadas no art. 889, do Código de Processo Civil constantes na matrícula, COM PELO MENOS 05 (CINCO) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, juntando, posteriormente, os comprovantes de intimação aos autos. Deverá ainda peticionar aos juízos titulares de penhoras averbadas, comunicando-se a realização do leilão. 22.O executado será intimado pelo DJE, na pessoa do seu advogado, ou na ausência, quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. A Municipalidade será cientificada via portal eletrônico ou mandado, caso necessário. 23.Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. 24.Por ocasião da elaboração do Auto de Arrematação, deverá ser observado o teor do art. 269 das NSCGJ. 25.Frutífero o leilão, o exequente e todos demais credores habilitados, incluindo-se titulares de eventuais penhoras no rosto dos autos, deverão apresentar a planilha atualizada do débito para a data da arrematação, que será considerada para oportuna decisão de distribuição do valor do lance. 26.A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do(a) leiloeiro(a) possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. 27.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Intimem-se."

Guaruja, 27 de junho de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2024 às 00:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código elqag3nf.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0498/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 28/06/2024. Considera-se a data de publicação em 01/07/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Giovanna Mangini de Paula Machado (OAB 309804/SP)
Mario de Paula Machado (OAB 76500/SP)
Alexandre Fernandes Andrade (OAB 272017/SP)
Vanilda Fernandes do Prado Rei (OAB 286383/SP)
Leonardo de Campos Penin (OAB 177754/SP)
Daniella de Cassia Morandi Reis Gonçalves (OAB 147786/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Feita a digitalização dos autos e concedido prazo para manifestação das partes, não houve a indicação de qualquer irregularidade. 2) Desse modo, homologo a digitalização dos autos, passando o feito a tramitar apenas no formato digital. 3) Faculta-se que as partes interessadas providenciem a juntada de sumário indicativo das páginas dos principais documentos e atos processuais praticados, visando a facilitação do prosseguimento do feito. 4) 1.Defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico. 2.O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro e 20 dias o segundo. 3.No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. 4.Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. 5.No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada, devendo ser observado no caso de bem de incapaz, o disposto no art. 896 do CPC e art. 262 das NSCGJ. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. 6.O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro(a), através de depósito em conta judicial no Banco do Brasil S/A, agência 6687-7. 7.Conforme indicação de substituição pela parte autora, nomeio o(a) leiloeiro(a) oficial Daniel Melo Cruz, Matrícula na Jucesp nº 1125 - e-mail daniel@grupolance.com.br, para proceder a alienação eletrônica do bem imóvel penhorado com divulgação e captação de lances em tempo real. O(a) leiloeiro(a) deverá realizar o peticionamento com observância do disposto no Comunicado Conjunto nº 315/2023. 8.O(A) leiloeiro(a) poderá dispor de plataforma eletrônica própria ou contratada para a realização dos trabalhos. Neste caso, ou seja, se o(a) leiloeiro(a) público fizer a opção de recorrer a empresas para que prestem auxílio destinado à realização do leilão, a medida será adotada sob sua exclusiva responsabilidade (NSCGJ, § 1º do art. 251-B). 9.Desde logo, fixo a comissão do(a) leiloeiro(a)em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante também através de depósito em conta judicial, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. 10.O leilão será presidido pelo(a) leiloeiro(a) oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. 11.Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. 12.Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. 13.Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. 14.O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao(à) leiloeiro(a) efetuar a publicação do EDITAL em seu sítio eletrônico. 15.O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil, sem quaisquer acréscimos ou exclusões. 16.Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. - os débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, ficam sub-rogados no preço da arrematação. - o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado. 17.Em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2024 às 23:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código sDNd6KKH.

qualquer caso, a proposta deverá observar os exatos termos do art. 895 do CPC. 18.A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. 19.Ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. 20.Igualmente, ficam autorizados os funcionários do(a) leiloeiro(a), devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. 21.Para a garantia da higidez do negócio, providencie o(a) leiloeiro(a) acima nomeado(a) a intimação das pessoas elencadas no art. 889, do Código de Processo Civil constantes na matrícula, COM PELO MENOS 05 (CINCO) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, juntando, posteriormente, os comprovantes de intimação aos autos. Deverá ainda peticionar aos juízos titulares de penhoras averbadas, comunicando-se a realização do leilão. 22.O executado será intimado pelo DJE, na pessoa do seu advogado, ou na ausência, quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. A Municipalidade será cientificada via portal eletrônico ou mandado, caso necessário. 23.Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. 24.Por ocasião da elaboração do Auto de Arrematação, deverá ser observado o teor do art. 269 das NSCGJ. 25.Frutífero o leilão, o exequente e todos demais credores habilitados, incluindo-se titulares de eventuais penhoras no rosto dos autos, deverão apresentar a planilha atualizada do débito para a data da arrematação, que será considerada para oportuna decisão de distribuição do valor do lance. 26.A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do(a) leiloeiro(a) possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. 27.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Intimem-se."

Guarujá, 27 de junho de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2024 às 23:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código sDNd6KKH.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA(O) 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARUJÁ

Processo nº: **0010479-53.2009.8.26.0223**

Daniel Melo Cruz, JUCESP nº 1125, leiloeiro pelo Sistema **GRUPO LANCE** - devidamente habilitado por este E. Tribunal através do link www.grupolance.com.br**,** honrado com sua nomeação, por intermédio seu advogado infra assinado, **DR. ADRIANO PIOVEZAN FONTE, OAB SP 306.683**, nos autos em epigrafe, vem, permissa máxima vênia, a presença de Vossa Excelência, por meio desta petição apresentar as datas para realização de leilão no processo, como segue:

1. Datas do primeiro leilão:

Início do 1º Leilão:	06/08/2024 às 00:00
Encerramento do 1º Leilão:	**09/08/2024 às 13:35**

2. Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á sem interrupção ao segundo leilão, que se estenderá em aberto e se encerrará na data e horário marcado (todo, em horário de Brasília).

Início do 2º Leilão:	09/08/2024 às 13:35
Encerramento do 2º Leilão:	**29/08/2024 às 13:35**

3. Dessa forma, requer a aprovação das datas, para posterior juntada da minuta do edital de leilão.

4. Possuindo as partes, advogado constituído nos autos, com base no art. 889 do CPC, pede este Leiloeiro Oficial / Sistema do **GRUPO LANCE**, respeitosamente, que esta D. Vara realize a intimação(ões) eletrônica(s) dos advogados, via DJE.

5. De outra parte, informa que procederá a cientificação, caso existam, do(s) terceiro(s) envolvido(s) nestes autos, bem como do(s) credor(es) com ônus real e do executado caso o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/07/2024 às 09:08 , sob o número WGJA24701260622
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código GYm7mnYw.

mesmo não tenha advogado constituído nos autos, através de carta ou por petição para cientificação aos autos que foram expedidas as garantias sobre o(s) bem(ns) a ser(em) alienado(s), sendo estas posteriormente comprovadas.

6. No mais, informa que diante da redação do caput e parágrafos **§ 1º e 2o do art. 887 do CPC**, já em vigor, informa esta Gestora procederá a publicação do edital legal com antecedência mínima de 5 dias antes do início do pregão, dentro do seu sítio eletrônico, qual seja, www.grupolance.com.br, dispensando-se, portanto, as demais publicações legais, e, para fins de controle de prazo, a publicação será datada no dia que for anexado a minuta aos autos.

7. Requer, outrossim, que as futuras intimações relativas ao presente processo, quando houver necessidade de ciência do Leiloeiro e sua equipe, sejam enviadas por uma das seguintes opções a escolha deste M.M. Juízo:

   a. Pelo e-mail: contato@grupolance.com.br**,** ou;
   b. Que conste no despacho o nome do Leiloeiro ou do portal;
   Para assim, haver o devido acompanhamento e andamento do presente feito.

Termos em que, pede deferimento.
Renovamos ao este. M.M. Juízo, nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.



Adriano Piovezan Fonte
306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/07/2024 às 09:08 , sob o número WGJA24701260622
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código GYm7mnYw.

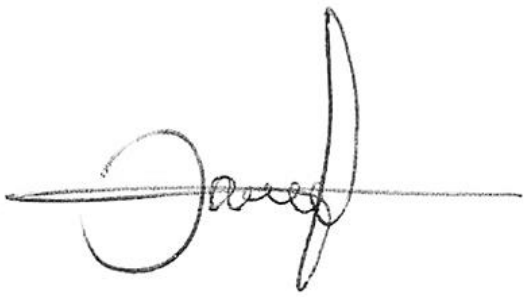
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: **Daniel Melo Cruz**, de nacionalidade brasileira, titular do **RG nº 561404094 SSP/SP**, inscrito sob o **CPF 027.601.055-80**;

OUTORGADO: **ADRIANO PIOVEZAN FONTE**, de nacionalidade brasileira, casado, portador da cédula de identidade **RG nº 32.152.427-5 SSP/SP** e inscrito no CPF/MF sob nº. 373.755.258-46, residente a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 790, apto 81, CEP 11410-221, Guarujá-SP.

PODERES: Pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula “Ad Judicia” em qualquer juízo, Instancia ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defende-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, desistir, transigir, substituir leiloeiros e firmar compromissos ou acordo, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer está a outrem, com reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

São Paulo, segunda, 01 de julho de 2024.



Daniel Melo Cruz
LEILOEIRO OFICIAL
JUCESP nº 1125

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/07/2024 às 09:08 , sob o número WGJA24701260622
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010479-53.2009.8.26.0223 e código GYm7mnYw.